

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

DORIVAL BORELLI FILHO

**A MONOPOLIZAÇÃO TERRITORIAL E A (RE) CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO
CAMPONÊS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Rio Claro - SP
2014

DORIVAL BORELLI FILHO

**A MONOPOLIZAÇÃO TERRITORIAL E A (RE) CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO
CAMPONÊS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. José Gilberto de Souza – Orientador

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

Profa. Dra. Eliane Tomiasi Paulino

Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi

Rio Claro, 7 de Novembro de 2014

Resultado: Aprovado

À memória de meu Pai, Dorival Borelli e
à minha Mãe, Leonor Miguel Borelli, que,
brilhantemente, o substituiu nesses anos
todos, acumulando as funções maternas e
paternas.

AGRADECIMENTOS

Se o pensar se faz coletivamente, um trabalho acadêmico é povoado por encontros, é uma obra coletiva, pontuada pelo encontro de diversas pessoas, instituições e movimentos sociais. Dessa maneira, agradeço:

A Deus, pelo dom da vida, saúde, disposição em continuar estudando e por todas as experiências por que passei nessa vida.

Ao amigo e companheiro de lutas Prof. Dr. José Gilberto de Souza pelo acolhimento, paciência, orientação, compreensão, apoio, amizade e por todo o conhecimento compartilhado ao longo desses anos, pessoa que de uma maneira especial consegue suscitar em seus orientandos e alunos o desejo de esforçar-se por um mundo mais justo.

À minha mãe, Leonor Miguel Borelli, pela dedicação, apoio, amor e por ser um símbolo de dignidade e luta.

Ao meu pai, Dorival Borelli, que embora não esteja presente, acredito que de algum lugar continua a torcer mim.

À minha namorada, Dulcinei Malaman, pelo carinho, apoio, disposição em auxiliar-me e paciência em meus momentos de crise que não foram poucos.

À Dra. Blanca L. A. Barrial Pita pelo apoio emocional no momento mais angustiante de minha vida.

À todas as famílias de trabalhadores rurais residentes nos assentamentos Horto Bueno de Andrada, Sepé Tiarajú, Mário Lago, Santo Dias, Índio Galdino e Cooperativa Luiza Mahin, especialmente, àquelas que gentilmente concederam entrevista a este pesquisador.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de dois meses de bolsa de estudos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo financiamento integral deste amplo projeto de pesquisa, indispensável a sua conclusão: Processo FAPESP: 2011/00831-4.

Aos companheiros do grupo TRAMAS, pelo convívio, pelo espaço de diálogo e por todo o conhecimento compartilhado.

A todos os professores que integraram as bancas examinadoras de qualificação Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi e defesa Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves, Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, Profa. Dra. Eliane Tomiasi Paulino e Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi, pela atenção, críticas, sugestões, contribuições e disposição em auxiliar-me no desenvolvimento deste trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro, pelo convívio e conhecimentos compartilhados, que de um modo ou de outro também colaboram com o desenvolvimento deste trabalho.

A todos os meus colegas de curso, pela amizade e companheirismo.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Certamente não estão todos/as nomeados neste espaço, mas gostaria que se sentissem incluídos/as todos/as aqueles/as que conviveram comigo nestes anos partilhando a vida.

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único.

Os pobres não se entregam e descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de luta; a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia.

(Milton Santos)

Não se pode esquecer que a história é cruel com aqueles que pensam que ela é eterna. Porque ela não é eterna. Ela muda de fases, muda as exigências e pode se converter num abismo e afogar aqueles que não percebem em que momento mudar de rumo.

(Florestan Fernandes)

Povoando dramaticamente esta paisagem e esta realidade social e econômica, vagando entre o sonho e o desespero existem 4.800.000 famílias de rurais sem terras. A terra está ali, diante dos olhos e dos braços, uma imensa metade de um país imenso, mas aquela gente (quantas pessoas ao todo? 15 milhões? mais ainda?) não pode lá entrar para trabalhar, para viver com a dignidade simples que só o trabalho pode conferir, porque os voracíssimos descendentes daqueles homens que haviam dito: “Esta terra é minha”, e encontram semelhantes seus bastante ingênuos para acreditar que era suficiente tê-lo dito, esses rodearam a terra de leis que os protegem, de polícias que os guarda, de governos que os representam e defendem, de pistoleiros pagos para matar.

(José Saramago)

RESUMO

O presente estudo objetiva realizar uma análise qualitativa dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs) implementados pelo INCRA/SP, na Região de Ribeirão Preto (SP), possuindo o seu território como fundamento de resistência e consolidação de seu projeto político, em uma análise comparativa com os processos de monopolização territorial engendrados pelo capital agroindustrial sobre os projetos de assentamento convencionais (PAs), fenômeno recorrente na Região de Araraquara. Neste sentido, esta análise procurou demonstrar o caráter transformador dos movimentos sociais camponeses ao se territorializarem, introduzindo lógicas e práticas sócio-espaciais capazes de produzirem territórios e territorialidades diferenciados, transformações sociais e rupturas no embate com as lógicas e práticas sócio-espaciais engendradas pelo capital agroindustrial. Para tanto, além de uma revisão bibliográfica de caráter teórico e levantamento de dados secundário, empreendeu-se nesta pesquisa a realização de entrevistas semiestruturadas junto aos grupos sociais assentados, ressoando a “voz” aos sujeitos da reforma agrária. A partir dos dados coletados em campo considera-se que as práticas sócio-espaciais expressam a dimensão territorial dos sujeitos e, portanto, as condições de afirmação e negação de sua trajetória histórica de classe (camponesa), produzindo espacialidades distintas/antagônicas. Os projetos de assentamento convencionais (PAs) com forte processo de monopolização territorial do capital denotam práticas que transfiguram o *ethos* camponês ao fundar relações sociais e produtivas pela lógica da mercadoria, da renda da terra e de transformação ou da proeminência do valor de troca em detrimento ao valor de uso da terra. Os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (PDSs) com trajetórias ou práticas sócio-espaciais nos remetem à dimensão central das formas de reprodução camponesa (modo de produção camponês), sem desconsiderar os limites de suas transformações, consolidam territórios camponeses, o que evidenciam relações sociais em que a mercadoria e o valor de troca não ocupam centralidade nas formas de vida. As expressões efetivas dos processos de resistência camponesa e de sua efetiva reprodução podem ser explicitadas a partir de elementos do território (relações de poder, normas, símbolos e identidade). Estes elementos são dimensões de vida construídas nos assentamentos rurais, com avanços e revezes segundo as formas de organização e luta, e que consolidam territórios diferenciados.

Palavras-chave: território; campesinato; movimentos sociais; reforma agrária; trabalho; capital agroindustrial.

ABSTRACT

This study aims to conduct a qualitative analysis of the Sustainable Development Projects (in Portuguese *Projetos de Desenvolvimento Sustentável*, PDSs) implemented by the INCRA/SP, in the region of Ribeirão Preto (SP), having territory as foundation of resilience and consolidation of its political project, in a comparative analysis with the processes of territorial monopolisation engendered by the agro-industrial capital on conventional settlement projects (in Port. *Projetos de Assentamento*, PAs), a recurrent phenomenon in the Araraquara region. In this context, this analysis seeks to demonstrate the transforming nature of peasants' social movements when territorializing, introducing logic and socio-spatial practices capable of producing differentiated territories and territorialities, social transformations and disruptions in the clash with the logic and socio-spatial practices engendered by agro-industrial capital. For that purpose, in addition to a literature review of theoretical character and secondary data collection, semi-structured interviews with settlers social groups were conducted in this study, providing "voice" to the subjects of agrarian reform. Based on the data collected in the field, this study considers that the socio-spatial practices express the territorial dimension of the subjects and, therefore, the conditions for affirmation and denial of its historical trajectory as a (peasant) class, producing distinct/opposing spatialities. The conventional settlement projects (PAs) with strong process of territorial monopolization by capital denote practices which transfigure the peasant *ethos* while establishing social and productive relations through the logic of the commodity, of the income from the land and of transformation or prominence of exchange value over the use value of land. The environmentally differentiated settlement projects (PDSs) with socio-spatial trajectories or practices lead to the core of the forms of peasant reproduction (peasant farming), keeping in mind the limits of their transformations, the projects consolidate peasants' territories, which demonstrate social relations in which the commodity and the exchange value do not take central role in ways of living. The effective expressions of peasant resistance processes and its effective reproduction can be explained based on elements of the territory (relations of power, norms, symbols and identity). These elements are dimensions of life constructed in rural settlements with advances and setbacks according to the forms of organization and struggle, and which consolidate different territories.

Keywords: territory, peasantry, social movements, land reform, work, agro-industrial capital.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01** - Mapa da Região Administrativa de Ribeirão Preto
- Figura 02** - Agrishow - Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (2013)
- Figura 03** - Expansão da Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo
- Figura 04** - Utilização de Agrotóxicos por Município no Estado de São Paulo (2006)
- Figura 05** - Municípios com Assentamento na Região Administrativa de Ribeirão Preto
- Figura 06** - Acampamento D. Hélder Câmara e D. Joviano Cortando a Cerca de Arame
- Figura 07** - Organograma da Estrutura Regional do MST
- Figura 08** - Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara
- Figura 09** - Foto de Satélite do Assentamento Sepé Tiarajú
- Figura 10** - Áreas em Confinamento e Afloramento do Sistema Aquífero Guarani
- Figura 11** - Acampamento Alexandra Kollontai
- Figura 12** - Croqui dos Núcleos de Moradia do Assentamento Sepé Tiarajú
- Figura 13** - Organograma da Estrutura Organizacional dos PDS's - Sepé Tiarajú e Mário Lago
- Figura 14** - Mapa da Incidência de Sistemas Agroflorestais no PDS - Sepé Tiarajú
- Figura 15** - Localização das Fazendas Santa Clara e da Barra na Região de Ribeirão Preto
- Figura 16** - Uso do Solo da Fazenda da Barra (2005)
- Figura 17** - Imagens Comparativas de Condições de Moradia (2009-2013)
- Figura 18** - Mapa do Assentamento Monte Alegre
- Figura 19** - Evolução das Áreas de Cana-de-açúcar no Assentamento Monte Alegre (2004-2011)
- Figura 20** - Lote Familiar com Policultura Orgânica e Produção de Cana-de-açúcar
- Figura 21** - Criação de Animais de Corte
- Figura 22** - Localização do PDS – Sepé Tiarajú na Região Administrativa de Ribeirão Preto
- Figura 23** - Planta Topográfica de Localização do PDS – Sepé Tiarajú
- Figura 24** - Lote Familiar com Policultura Orgânica
- Figura 25** - Mapa do PDS - Sepé Tiarajú
- Figura 26** - Mapa da Fazenda da Barra
- Figura 27** - Assentamento Mário Lago
- Figura 28** - Vista Aérea do Assentamento Mário Lago
- Figura 29** - Mapa da Fazenda da Barra
- Figura 30** - Folia de Reis no PDS – Mário Lago
- Figura 31** - Dimensões do Lote Familiar

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Comparação Agronegócio e Campesinato

Quadro 02 - Plano Camponês

Quadro 03 - Combinações do Uso da Terra e do Trabalho nos Projetos de Assentamentos

Quadro 04 - Modalidades de Assentamentos Rurais Criadas pelo INCRA

Quadro 05 - Categorias e Fases de Desenvolvimento dos PA's e PDS's

Quadro 06 - Principais Deslocamentos das Famílias Organizadas pelo MST (2003-2004)

Quadro 07 - Trajetória dos Grupos Familiares Assentados na Fazenda da Barra

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Amostras da Pesquisa de Campo

Tabela 02 - Contratos de Fornecimento de Cana-de-açúcar para Agroindústria (2008-2010)

Tabela 03 - Modalidades de Assentamentos Rurais Criadas pelo INCRA (1988-2006)

Tabela 04 - PDS's Criados pelo INCRA no Estado de São Paulo (2003-2012)

Tabela 05 - PA's Criados pelo INCRA no Estado de São Paulo (2003-2012)

Tabela 06 - Síntese dos Dados dos PA's e PDS's Criados pelo INCRA no Estado de São Paulo

Tabela 07 - Orçamento MDA, INCRA, INCRA/SP (2004-2012)

Tabela 08 - Exploração Agropecuária no Município de Ribeirão Preto/SP (2006)

Tabela 09 - Vendas Anuais de Automóveis Movidos a Gasolina, Etanol e Flex-Fluel (2003-2012)

Tabela 10 - Área de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (2003-2011) (ha)

Tabela 11 - Área de Cana-de-açúcar na Região de Ribeirão Preto/SP (2003-2011) (ha)

Tabela 12 - Área de Cana Colhida Crua e com Queimada em Ribeirão Preto/SP (2006-2011) (ha)

Tabela 13 - Concentração Fundiária na Região de Ribeirão Preto/SP (2008)

Tabela 14 - Valor do Hectare na Região Agrícola de Ribeirão Preto/SP (2003-2012)

Tabela 15 - Ocupações de Terras na Região de Ribeirão Preto/SP (1992-1996)

Tabela 16 - Assentamentos Rurais Criados na Região de Araraquara/SP (1985-1997)

Tabela 17 - Ocupações Lideradas pelo MST na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Tabela 18 - Assentamentos Criados Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Tabela 19 - Áreas Reivindicadas pelo MST na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Tabela 20 - Publicação de Decretos e Áreas Arrecadadas em São Paulo (2003-2012)

Tabela 21 - Uso Consumptivo e Extração Virtual e Física de Água

Tabela 22 - Uso e Ocupação do Solo na Fazenda Santa Clara (1962-2003)

Tabela 23 - Créditos Disponibilizados para o PDS - Sepé Tiarajú (2005-2008)

Tabela 24 - Produção e Renda Agropecuária no PDS - Sepé Tiarajú (2010/2011)

Tabela 25 - Composição da Vegetação da Antiga Fazenda da Barra

Tabela 26 - Áreas da Fazenda da Barra

Tabela 27 - Número de Famílias por Núcleo de Moradia no PDS - Mário Lago

Tabela 28 - Créditos Disponibilizados para o PDS - Mário Lago (2008-2009)

Tabela 29 - Produção e Renda Agropecuária no PDS - Mário Lago (2010/2011)

Tabela 30 - Quadro Comparativo da Renda Obtida nos PDS's Sepé Tiarajú e Mário Lago

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Famílias Assentadas nos PDS's do Estado de São Paulo (2003-2012)

Gráfico 2 - Áreas Arrecadadas com a Criação dos PDS's no Estado de São Paulo (2003-2012)

Gráfico 3 - PA's e PDS's Criados pelo INCRA no Estado de São Paulo (2003-2012)

Gráfico 4 - Número de Famílias Assentadas nos PA's e PDS's do Estado de São Paulo (2003-2012)

Gráfico 5 - Áreas Arrecadadas com a Criação dos PA's e PDS's no Estado de São Paulo (2003-2012)

Gráfico 6 - Orçamento da Superintendência Regional de São Paulo (2004-2012)

Gráfico 7 - Ocupações de Terras no Estado de São Paulo (2003-2012)

Gráfico 8 - Número de Famílias Assentadas na Região de Araraquara/SP (1985-1997)

Gráfico 9 - Áreas Arrecadadas para a Reforma Agrária na Região de Araraquara/SP (1985-1997)

Gráfico 10 - Número de Famílias Assentadas na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Gráfico 11 - Áreas Arrecadadas para a Reforma Agrária na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Gráfico 12 - Famílias Acampadas e Assentadas na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

LISTA DE SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente	DEM - Democratas
ARENA - Aliança Renovadora Nacional	DER - Departamento de Estradas e Rodagens
ATES - Assistência Técnica, Social e Ambiental	DPRN - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	EAC - Empresa Agrícola Comunitária
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	EESC - Escola de Engenharia de São Carlos
CAIC - Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora	EJA - Educação de Jovens e Adultos
CASA - Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente	EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso	EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
CEB - Comunidade Eclesial de Base	ETR - Estatuto do Trabalhador Rural
CENAL - Comissão Executiva Nacional do Alcool	FAO - Food and Agriculture Organization
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina	FEPASA - Ferrovia Paulista S.A.
CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	FERAESP - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
CF - Constituição Federal	FETRAF - Federação da Agricultura Familiar
CGU - Controladoria Geral da União	FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho	FHC - Fernando Henrique Cardoso
CNA - Confederação Nacional da Agricultura	FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
CNAL - Comissão Nacional do Alcool	GERA - Grupo Executivo da Reforma Agrária
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros	HABIS - Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade
CNE - Comissão Nacional de Energia	IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
CNP - Conselho Nacional de Petróleo	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros	IBS - Instituto BioSistêmico
CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo	ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento	IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente	IPNRA - Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária
CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.	IIPND - Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado São Paulo	IIPNRA - Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária
CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura	INAN - Instituto de Apoio ao Desenvolvimento e à Preservação da Natureza
COOPERECOS - Cooperativa do Assentamento Sepé Tiarajú	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
CPA - Cooperativas de Produção Agrícola	INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
CPEF - Companhia Paulista de Estradas de Ferro	INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz	INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
CPS - Cooperativas de Prestação de Serviços	INTER - Instituto de Terras
CPT - Comissão Pastoral da Terra	ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
CSE - Comissão Seplan de Energia	ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo
CTC - Centro de Pesquisa da Copersucar	ITR - Imposto Territorial Rural
CUT - Central Única dos Trabalhadores	LOC - Liga Operária Camponesa
DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo	MAARA - Ministério da Agricultura e do Abastecimento
DAERP - Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto	MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

- MAST** - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MDST - Movimento Democrático dos Sem Terra
MEC - Ministério da Educação
MG - Minas Gerais
MIRAD - Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária
MLST - Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MLT - Movimento de Luta pela Terra (MLT)
MMA - Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NUPEDOR - Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural
OGM - Organismo Geneticamente Modificado
OLC - Organização da Luta no Campo
ONG - Organização Não-Governamental
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAE - Projeto Agroextrativista
PAF - Projeto de Assentamento Agroflorestal
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PE - Projeto Estadual de Assentamento
PFL - Partido da Frente Liberal
PIB - Produto Interno Bruto
PIN - Programa de Integração Nacional
PLANALSUCAR - Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNA - Programa Nacional do Alcool
PNBB - Programa de Nutrição Brasil – Banco Mundial
PNE - Plano Energético Nacional de Energia 2030
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PPS - Partido Popular Socialista
PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool
PROCANOR - Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRODECER - Programa de Apoio às Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PROVALE - Programa Especial para o Vale do São Francisco
PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSFR - Programa Saúde da Família Rural
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PU - Plano de Utilização
RESEX - Reservas Extrativista
RP - Ribeirão Preto
SAF - Sistema Agroflorestal
SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados
SIPRA - Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária
SP - São Paulo
STF - Supremo Tribunal Federal
STRs - Sindicados dos Trabalhadores Rurais
SUPRA - Superintendência de Política Agrária
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta
TDA - Títulos da Dívida Agrária
TRF - Tribunal Regional Federal
UBS - Unidade Básica de Saúde
UDN - União Democrática Nacional
UDR - União Democrática Ruralista
UFSCar - Universidade de São Carlos
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNB - Universidade de Brasília
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNIARA - Centro Universitário de Araraquara
USP - Universidade de São Paulo
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. MOVIMENTOS SOCIAIS, TERRITÓRIO, CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO..	33
1.1. Os Processos de Dissidências dos Movimentos Sociais Camponeses.....	33
1.2. Os Distintos Contextos Históricos de Formação do MST e do MLST.....	38
1.2.1. O Contexto Histórico de Formação do MST.....	39
1.2.2. O Contexto Histórico de Formação do MLST.....	41
1.3. As Estruturas Organizativas do MST e do MLST.....	46
1.4. A Organização Social e a Produção nos Assentamentos do MST e do MLST.....	50
1.5. O Território: fundamento das relações sociais e de poder.....	55
1.6. O Camponato: uma classe social combatida.....	62
1.7. O Camponato enquanto Classe Social e o Modo de Vida Camponês.....	69
1.8. Conceituação, Territorialização e Expansão do Agronegócio Sucroalcooleiro.....	78
2. OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS'S): NOVO PARADIGMA DE REFORMA AGRÁRIA.....	92
2.1. O Rural e o Urbano na Sociedade Brasileira.....	92
2.1.1. A Política Nacional de Reforma Agrária.....	98
2.1.2. As Políticas de Desenvolvimento Rural.....	103
2.1.3. Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável.....	108
2.2. A Reforma Agrária e os Movimentos Sociais Camponeses.....	111
2.2.1. Os Governos Militares e a Reforma Agrária.....	111
2.2.2. Os Governos da Nova República: Sarney, Collor e Itamar.....	121
2.2.3. O Governo Fernando Henrique Cardoso.....	125
2.3. Origem e Fundamentos dos PDS's.....	130
2.4. A Implantação do PDS no Estado de São Paulo.....	137
3. ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO SUCROALCOOLEIRO E DO MST NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO.....	149
3.1. O Agronegócio Sucroalcooleiro na Região de Ribeirão Preto.....	149
3.2. O MST na Região de Ribeirão Preto.....	168
3.3. O Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara.....	179
3.4. Caracterização Sócio-Espacial do PDS - Sepé Tiaraju.....	180
3.4.1. O Processo de Formação do PDS - Sepé Tiaraju.....	181
3.4.2. A Infraestrutura do PDS - Sepé Tiarajú.....	189
3.4.3. A Organização Social das Famílias Assentadas pelo MST.....	190
3.4.4. A Organização da Produção.....	191

3.5. Caracterização Sócio-Espacial do PDS - Fazenda da Barra.....	194
3.5.1. O Processo de Formação do PDS - Fazenda da Barra.....	194
3.5.2. A Infraestrutura do PDS - Fazenda da Barra.....	207
3.5.3. A Organização Social das Famílias Assentadas pelo MST.....	211
3.5.4. A Organização da Produção.....	215
 4. AS INSERÇÕES DO AGRONEGÓCIO SUCROALCOOLEIRO NO PA HORTO BUENO DE ANDRADA E A (RE) CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS NOS PDS's SEPÉ TIARAJÚ E FAZENDA DA BARRA.....	 222
4.1. O Projeto de Assentamento Convencional – PA Horto Bueno de Andrada.....	222
4.2. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS Sepé Tiarajú.....	251
4.3. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS Mário Lago.....	279
4.4. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS Santo Dias.....	321
4.5. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS Índio Galdino.....	340
4.6. A Cooperativa Luiza Mahin.....	355
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 366
REFERÊNCIAS.....	372
ANEXOS.....	394
ANEXO A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada (PA's).....	394
ANEXO B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada (PDS's).....	395
ANEXO C – Croqui de Lote Familiar com Produção de Cana-de-açúcar.....	397
ANEXO D – Áreas de Preservação da Fazenda da Barra.....	398
APÊNDICE – Relatório de Estágio de Pesquisa no Exterior.....	399

INTRODUÇÃO

O principal objetivo desta pesquisa é realizar uma análise qualitativa dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável PDS's - Fazenda da Barra e Sepé Tiarajú implementados pela Superintendência Estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SP), na Região Nordeste do Estado de São Paulo, mais especificamente, na Região de Ribeirão Preto (SP) tendo o seu território, constituído pelas relações de poder, simbologia, normas organizativas e identidade subjetiva, como fundamento de resistência e consolidação de seu projeto político, procurando, dessa maneira, demonstrar o caráter transformador dos movimentos sociais camponeses ao se territorializarem, introduzindo lógicas e práticas sócio-espaciais capazes de produzirem territórios e territorialidades diferenciados, transformações sociais e rupturas no embate com as lógicas e práticas sócio-espaciais engendradas pelo capital agroindustrial (agronegócio sucroalcooleiro) ¹ nesta localidade do estado de São Paulo.

Ainda neste sentido, pretende-se demonstrar o caráter revolucionário dos movimentos sociais camponeses em seu processo de territorialização ao introduzirem lógicas e práticas sócio-espaciais diferenciadas, transformações sociais que determinam rupturas nos modelos de distribuição da terra e que ao mesmo tempo em que se colocam como antíteses à lógica da propriedade individual, no embate, representam também formas de resistência às estratégias de avanço do capital agroindustrial sobre os territórios da reforma agrária, seja mediante a lógica de subordinação da produção nos sistemas de integração ou por intermédio da lógica de subordinação da terra pelos processos de arrendamento, ou ainda através da lógica de subsunção formal do trabalho ² pelas estratégias de assalariamento e que, por sua vez, promovem o absenteísmo rural.

A fim de se atingirem os objetivos apresentados nesta pesquisa pretende-se analisar os principais elementos de resistência estabelecidos mediante a implementação da modalidade de assentamento PDS e Comuna da Terra, que, por sua vez, relacionam-se ao modo de vida dos assentados, especificamente, ao conjunto de relações sociais, práticas sócio-espaciais e sentidos sobre o mundo do trabalho, prioritariamente, a terra entendida não como valor de troca, mas como valor de uso, que torna distante a percepção de mundo das famílias assentadas da lógica da propriedade privada e consequentemente da venda ou arrendamento de seus lotes para o setor sucroalcooleiro para a produção de cana-de-açúcar.

¹ Neste estudo, o termo agronegócio é essencialmente compreendido como um conjunto de cadeias intimamente vinculadas ao conceito de propriedade privada da terra.

² A subsunção formal é a primeira forma de subordinação do trabalho ao capital objetivando a sua valorização e possui como pressuposto teórico a supressão do produtor direto de seus meios de produção e subsistência e a sua transformação em trabalhador assalariado, condição esta que impõe a subordinação deste ao capitalista, que se apropria desses meios, monopolizando e transformando-os em capital, em forças de coerção contra os trabalhadores (MARX, 1978).

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável PDS - Sepé Tiarajú ³ e PDS - Fazenda da Barra foram criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), respectivamente, nos anos de 2004 e 2007, com a intervenção do Ministério Público do Estado de São Paulo, através da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e de Conflitos Fundiários, que cumpriu a tarefa de intermediar as negociações entre a autarquia federal e os movimentos sociais camponeses que disputam entre si a liderança política das famílias assentadas nesta região, mediante a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a fim de determinar a posse coletiva da área dos assentamentos e o uso sustentável do solo e dos demais recursos naturais, dispensando o uso de agroquímicos, pois estes projetos de assentamentos se encontram situados sobre uma área de recarga e afloramento do Sistema Aquífero Guarani, o que o torna suscetível de contaminação e, portanto, apresentam-se como inapropriadas as atividades agrícolas desempenhadas pelo agronegócio sucroalcooleiro com alta utilização de insumos químicos nessas regiões. A respeito dessa problemática, nos adverte Gomes *et al* (2006), asseverando que:

As áreas de recarga direta ou de afloramento do Sistema Aquífero Guarani têm se mostrado bastante expostas ao risco de degradação, seja por agrotóxicos, seja por processos erosivos, principalmente pelo avanço das atividades agrícolas sobre elas, sem muito critério em relação à capacidade de uso das mesmas. Esse cenário, comum no Brasil, aliado à alta vulnerabilidade natural das áreas de recarga do aquífero em questão, colocam-nas em situação de alta exposição ao risco de contaminação do lençol freático como também favorece a formação de ravinas e voçorocas, principalmente como consequência de práticas agrícolas inadequadas. Trabalhos realizados pela Embrapa Meio Ambiente nessas áreas (...), particularmente na região de Ribeirão Preto/SP, no período compreendido entre 1994 e 2001 evidenciaram que as atividades agrícolas utilizam uma carga considerável de produtos químicos potencialmente contaminantes, destacando-se alguns herbicidas usados intensivamente na cultura de cana-de-açúcar (GOMES *et al*, 2006, p. 67).

O PDS – Sepé Tiarajú, desde o início do processo de mobilização e ocupação da Fazenda Clara, em 2000, tem procurado manter-se coeso, sob a liderança de um único movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que a partir de seus propósitos políticos, sociais e econômicos vem promovendo nesta área de reforma agrária uma reconstrução do território camponês em bases sustentáveis, mediante uma desterritorialização do capital agroindustrial. Contudo, a partir da análise da configuração sócio-espacial do PDS – Fazenda da Barra tem-se verificado nessa espacialidade a fragmentação dos movimentos sociais camponeses em âmbito nacional.

O processo de mobilização e ocupação da antiga Fazenda da Barra, também pertencente ao capital agroindustrial, iniciou-se, em 2003, sob a liderança também do MST,

³ A escolha do nome Sepé Tiarajú é uma homenagem a um índio guerreiro guarani, considerado um santo popular brasileiro, que morreu em nome da luta pelas terras indígenas no Rio Grande do Sul, no período das grandes invasões coloniais. Nascido em um dos aldeamentos jesuítas dos Sete Povos das Missões, tornou-se uma liderança das milícias indígenas que combateram as tropas portuguesas, brasileiras e espanholas na denominada Guerra Guaranítica.

contudo, no decorrer da ação de desapropriação da área e organização do PDS – Mário Lago⁴ emergiram divergências internas, motivadas, sobretudo, pela rigidez das regras estabelecidas pelo movimento à coletividade do assentamento, razão pela qual, levou outros movimentos sociais, especialmente, o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), a disputar a organização social e política das famílias sem-terra frente ao MST, resultando dessa disputa inicial, o posterior surgimento de quatro movimentos ou grupos sociais e seus respectivos projetos de assentamentos nesta área de reforma agrária: o Mário Lago, coordenado pelo MST; o Santo Dias, liderado pelo MLST; o Índio Galdino, que não se encontra vinculado a nenhum movimento social e a Cooperativa Luiza Mahin liderada por um grupo de três mulheres, processo esse que será analisado no trabalho, principalmente, a partir das contribuições de desenvolvidas por Navarro (1997 e 2002).

Dessa maneira, a Fazenda da Barra constitui-se em uma espacialidade que reúne um movimento social originário, o MST, uma dissidência deste, o MLST e duas dissidências da dissidência, conformando diferenças territoriais profundas nas lógicas produtivas, organizativas e de projeto sociopolítico. Apesar de estes movimentos possuírem motivações, princípios e objetivos comuns no que tange a luta pela terra, a realização da reforma agrária e o combate ao modelo de desenvolvimento agrário estabelecido pelo capital agroindustrial nesta região, estes tem estabelecido lógicas e práticas diferenciadas, sociabilidades distintas e, por sua vez, constituindo distintos territórios. Ainda que o princípio do uso sustentável dos recursos naturais e a posse coletiva da área apresentem-se como um consenso entre os movimentos, estes vêm discutindo junto ao INCRA e com intermédio do Ministério Público Estadual um modelo próprio de assentamento rural a fim de se diferenciarem.

Frente a essa configuração sócio-espacial observada no objeto da pesquisa, faz necessário realizar nesta pesquisa a construção de um referencial teórico que possibilite a análise desse processo de dissidências verificado também, em âmbito nacional, entre os movimentos sociais camponeses de luta pelo acesso a terra, com principal interesse para as principais semelhanças e diferenças entre o MST e a sua principal dissidência, o MLST, quanto aos distintos contextos históricos de formação, organização social e da produção em seus projetos de assentamentos, mas, especialmente, quanto às distintas estruturas organizativas estabelecidas por esses movimentos sociais, pois ao contrário do MST, onde as decisões são descentralizadas, participando as lideranças do movimento sem-terra das ocupações ou tomando conhecimento delas somente depois que ocorreram, característica esta garantida pelo próprio processo de formação do movimento, pois emergiu nas e das bases sociais populares, no MLST, é uma cúpula que decide e é sua base social que realiza as ações de ocupações de terras, constituindo-se, dessa maneira, muito mais como uma estrutura de partido do que de movimento social (MITIDIERO, 2002).

⁴ A escolha do nome do assentamento é uma homenagem à memória do compositor e ator Mário Lago (1911-2002), um antigo militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na década de 1930, Lago bacharelou-se em Direito na então Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, atual Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde iniciou sua militância política no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, à época, fortemente influenciado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Durante a década de 1930, a então principal Faculdade de Direito da capital do país era um celeiro de arte aliada à política, onde estudaram Lago e seus contemporâneos Carlos Lacerda, Jorge Amado, Lamartine Babo, entre outros.

Dentre as inúmeras e distintas contribuições elaboradas por Raffestin (1993), Heidrich (2004), Hasbaert (2004), Spósito (2004), Oliveira (2007), entre muitos outros para o conceito de território, optou-se, nesta pesquisa, a fim de se analisar a configuração sócio-espacial dos projetos de assentamentos rurais em estudo pelo conceito de território que vem sendo elaborado por Souza (2009a), definido como um conjunto de relações sociais alicerçadas sobre as relações de poder, o território é a primeira maneira de conceder sentido às relações de poder e as transformações na organização das relações sociais correspondem às transformações nas representações de poder. Dessa maneira, o conceito de território vem sendo trabalhado pelo autor a partir de seus quatro elementos constitutivos: as relações de poder, os símbolos, as normas organizativas e a identidade subjetiva, elementos esses considerados pelo autor como fundamentais para determinar os níveis de apropriação dos movimentos sociais camponeses e de consolidação territorial do campesinato.

A questão agrária brasileira será analisada neste trabalho a partir da constituição de dois territórios e/ou modelos de desenvolvimento agrários antagônicos para o campo brasileiro: o campesinato e/ou agricultura camponesa (em detrimento do uso do conceito de agricultura familiar) *versus* o agronegócio e/ou agricultura capitalista. Os conceitos de agricultura capitalista e agronegócio são compreendidos neste trabalho como um único território, cujas ações se confrontam no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do campesinato. Compreendemos ainda neste trabalho o conflito entre esses dois territórios e/ou modelos de desenvolvimento agrário como um processo indissociável e indispensável à compreensão da questão agrária brasileira.

O presente estudo procurará compreender o campesinato enquanto uma classe social possuidora de uma identidade singular, caracterizada não pela sua inserção parcial e/ou completa no mercado, mas pelo conjunto do seu universo cultural, pelo seu controle sobre o processo produtivo e sua autonomia, entendendo que o fato de o camponês ter acesso a crédito agrícola, a assistência técnica e ao comércio, não significa que este perdeu a identidade e/ou condição, como defendem os teóricos da agricultura familiar, pois o campesinato não pode ser definido pelo mercado, mas pela possibilidade de adquirir autonomia, liberdade, controle sobre o tempo e o espaço. Em suma, inversamente à agricultura capitalista, a agricultura camponesa não objetiva como seu fim último a produção de *mais valia*, mas a sua própria reprodução enquanto classe social.

No exercício de compreensão da questão camponesa no país tomamos com referência obras de autores clássicos, tais como, Marx (1988 e 2008), Kautsky (1986), Lênin (1985), Chayanov (1974), Shanin (1979) e Hobsbawm (1995), como forma de ressignificar suas concepções, assim como as contribuições de autores nacionais: Oliveira (2001), Marques (2008), Paulino & Almeida (2010), a fim de revalidar o papel do campesinato na economia capitalista contemporânea.

O controverso modelo de desenvolvimento agrário estabelecido pelo agronegócio nacional para o campo brasileiro é compreendido nesta pesquisa como uma agregação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade rural, sob mediação estatal, agregação essa que atinge também uma estratégica econômica de capital financeiro, objetivando o lucro e a renda do latifúndio, sob a tutela de políticas públicas de governo, afirmando-se não como uma solução, mas como parte do problema, pois ao mesmo tempo em que auxilia o país na

geração de divisas e no equilíbrio de sua balança comercial, internamente, tem se mostrado altamente excludente e concentrador de riquezas (DELGADO, 2005).

Abarcada por um momento de crise do sistema capitalista internacional, a configuração atual da questão agrária nacional sugere que o grande capital estrangeiro vem realizando constantes e profundas inserções na espacialidade agrária brasileira, buscando um “porto seguro” para ser aplicado, direcionando-se, sobretudo, para a agricultura mediante um processo de aliciamento e cooptação de parte da burguesia nacional ⁵, materializando-se através do paradigma de desenvolvimento agrário estabelecido pelo agronegócio ao transformar o capital fictício em patrimônio, provocando ainda uma redivisão internacional da produção e do trabalho, pois a economia brasileira caracterizada como uma economia industrial estaria voltando a ser uma economia de exportação de *commodities* agrícolas.

Neste novo modelo econômico dominado pela burguesia financeira internacional e por grandes empresas transnacionais, que controlam a produção agrícola, o latifúndio arcaico, liderado pela antiga União Democrática Ruralista (UDR) foi esfacelado e o campesinato e a reforma agrária não encontram mais espaço para dinamizarem o mercado interno. Em razão desse novo momento vivenciado pela economia brasileira, quando os movimentos sociais camponeses realizam um processo de ocupação, estes não se deparam mais somente com o velho latifúndio, mas também com grandes empresas multinacionais (Bunge, Cargill, Cutrale ⁶), que, em muitos casos, possuem um poder econômico superior ao Estado brasileiro.

Ainda em termos políticos, o contexto atual sugere um processo de cooptação silenciamento e desmobilização dos movimentos sociais camponeses e, em especial, do MST, engendrado pelos Governos Populares que, em razão da implementação de inúmeros programas sociais, ou mesmo do estabelecimento de um Estado de Seguridade Social no país, somado ao crescimento da economia brasileira na última década (crescimento do produto interno, geração de empregos, aumento real do salário mínimo), elementos esses que contribuíram para uma perda significativa da capacidade de mobilização dos movimentos sociais do campo nos últimos anos.

As áreas de implantação dos projetos de assentamento em estudo apresentam um logo histórico de ocupação, uso e contaminação do solo pelo setor sucroalcooleiro, somado ao fato de que nessa região as famílias beneficiárias da reforma agrária vêm sofrendo um significativo assédio por parte do capital agroindustrial a fim de que arrendem seus lotes familiares ou passem a produzir cana-de-açúcar em um sistema de “parceria”, as chamadas “parcerias negociais” autorizadas pela Fundação Itesp no estado de São Paulo. Tal movimento de cooptação da agricultura camponesa pela agroindústria canavieira vem ocorrendo em razão

⁵ O grupo Opportunity, que administra investimentos do *Citibank* no país, comprou, em um período de três anos, 56 fazendas, equivalentes a 600 mil hectares no sul do Pará para a criação de gado.

⁶ Em 2009, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupou uma fazenda no interior do estado de São Paulo pertencente ao grupo Cutrale, no município de Iaras, localizado na Região de Bauru. A ocupação foi flagrada por imagens aéreas gravadas pela Polícia Militar e exibidas em rede nacional. O movimento reivindicava a arrecadação da área para a reforma por se tratarem de terras públicas (terras devolutas griladas pelo grupo), alegando que a empresa estaria utilizando os 2,6 mil hectares da Fazenda Santo Henrique de maneira indevida. O INCRA tem estudos que comprovam que a área é devoluta e disputa na justiça a posse da Fazenda Santo Henrique.

da escassez de terras para a produção sucroalcooleira nessa região ⁷. Ao realizar esse processo de aliciamento da agricultura camponesa, o setor sucroalcooleiro tem conseguido transformar esses territórios da reforma agrária em territórios do capital agroindustrial.

No entanto, a configuração sócio-espacial do PDS Sepé Tiarajú e do PDS - Fazenda da Barra, definida como estratégia organizativa pelo movimento social camponeses de luta pela reforma agrária e democratização do acesso a terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que estabeleceu um modelo de concessão de posse coletiva, bem como as exigências estabelecidas na gênese do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e da Comuna da Terra, têm se apresentado como elementos impeditivos e de resistência aos avanços do setor sucroalcooleiro nesses territórios da reforma agrária.

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) passaram a ser implementados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de uma maneira experimental, no final da década de 1990, ainda no decorrer do mandato de Fernando Henrique Cardoso, para os seringueiros do estado do Acre, expandindo, posteriormente, essas experiências, para outras regiões do país e para o estado de São Paulo, especialmente, a partir de algumas constatações do *I Censo da Reforma Agrária do Brasil*. A nova modalidade de assentamento foi criada como uma alternativa para salvar uma política de reforma agrária que ao longo dos anos mostrou-se fracassada, tanto em termos quantitativos, isto é, com relação às metas propostas e não plenamente atingidas em cada período de governo, quanto em termos qualitativos, quando os assentamentos passam a ser pensados a partir da qualidade de vida que deveriam proporcionar às famílias beneficiárias da reforma agrária em termos estruturais, a fim de se fixarem na terra conquistada.

Além desses fatos de ordem material também contribuiu para a criação e implementação dessa nova modalidade de assentamento rural uma significativa transformação na antagônica percepção que, desde meados da década de 1960, tinha-se criado sobre o meio rural brasileiro (e, em particular, sobre os projetos de assentamento rural como causadores de impactos ambientais), entendido como tradicional e atrasado com relação ao urbano, compreendido como avançado e moderno, pois a partir de meados da década de 1990, a reforma agrária, os movimentos sociais camponeses e os projetos de assentamento rural são, brevemente, valorizados, suscitando inclusive a simpatia dos meios de comunicação. A partir desse momento histórico, o campo brasileiro deixa de ser compreendido como tradicional e atrasado, passando a ser valorizado e entendido como um universo a ser preservado.

Quanto ao processo de territorialização do agronegócio sucroalcooleiro na Região de Ribeirão constatou-se nesta pesquisa que o capital agroindustrial tem engendrado nesta espacialidade territórios caracterizados pela formação de centros de concentração extrema de

⁷ A estratégia de “parcerias” de setores agroindustriais junto aos assentamentos de reforma agrária visando o fornecimento de cana-de-açúcar para as usinas mediante o arrendamento dos lotes familiares iniciou-se com a publicação da portaria 75/2002 do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), que, por sua vez, transformou-se em uma controversa política de desenvolvimento, expressão institucional de um contrato, no qual são verificadas relações assimétricas de poder, desigualdades, além de prováveis prejuízos ambientais que esta prática pode vir a ocasionar ao meio ambiente, parecendo seguir à lógica da agricultura patronal, pode resultar em uma perda de rentabilidade econômica e autonomia das famílias, constituindo-se, dessa maneira, em uma das alternativas mais arriscadas em termos da gestão familiar do trabalho e do território (FERRANTE; BARONE, 2011).

riqueza e pobreza, pela monocultura predatória da cana-de-açúcar e pela constante e intensa exploração de uma temporária mão de obra assalariada migrante, constituindo verdadeiros territórios de morte, em um contraponto aos territórios constituídos pelos movimentos sociais camponeses nessa região, que, por sua vez, vêm promovendo uma reconstrução territorial do campesinato em alicerçado em bases sustentáveis, caracterizados pela agroecologia e pela diversificação agrícola, pelo uso da mão de obra familiar, por uma percepção não rentista da terra e por relações mais afetuosas com o meio ambiente.

Frente a um contexto socioeconômico regional, caracterizado como o centro da agroindústria canavieira do país, por elevados índices de produtividade, pela crescente concentração fundiária, pelo elevado índice de desemprego verificado entre trabalhadores rurais (ocasionado, especialmente, em razão da crescente mecanização do corte da cana-de-açúcar) e pela ação predatória do agronegócio sucroalcooleiro com inúmeros impactos ocasionados ao meio ambiente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem procurado, nessa região, aliar as suas reivindicações pela reforma agrária e pela democratização do acesso a terra às reivindicações de sustentabilidade ambiental, especialmente, as relacionadas à preservação do Aquífero Guarani, objetivando, dessa maneira, contrapor-se ao modelo de desenvolvimento agrário monocultor vigente nessa região, mediante uma nova matriz de produção alicerçada em bases agroecológicas.

Diante dessa configuração socioeconômica e, especialmente, em razão de a região possuir elevados índices de produtividade, atingidos, em inúmeros casos, em virtude do crescente avanço da produção canavieira sobre áreas de preservação ambiental, a reforma agrária não pode ser pensada e realizada nessa região utilizando-se do argumento do descumprimento da função social da propriedade quanto a baixos índices de produtividade (aproveitamento racional e adequado do solo), mas sim a partir do critério ambiental, utilizando-se do argumento da não utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, principalmente, pelo setor sucroalcooleiro, previstos no Art. 186 da Constituição Federal de 1988, e que, por sua vez, torna os imóveis rurais passíveis de desapropriação e destinados à reforma agrária.

A luta pela Reforma Agrária ao longo dos anos construiu como justificativa de sua aplicação (no âmbito das estruturas de Estado) um objeto jurídico vinculado à propriedade improdutiva e às condições de exploração do trabalho análogas à escravidão. A experiência dos assentamentos de Ribeirão Preto coaduna a este ordenamento, que tem origem na função social da propriedade um terceiro elemento que até então se fazia letra morta na Carta Magna. (Art. 186).

Com base nestes elementos, considerando o caráter de simultaneidade e de ordenamento da importância da função social sobre a propriedade, as forças democráticas passaram a pautar a questão da terra em elementos ambientais *vis a vis* as articulações das agroindústrias com os setores latifundiários conservadores que pactuaram a expansão territorial sucroenergética, atrelando a este processo a preservação da grande propriedade objetivando descaracterizar as demandas sociais de luta pela terra sobre as propriedades que se inscreviam sob o apanágio de improdutivas. Trata-se de uma estratégia de articulação política e formação socioespacial intraclasse, que também é

explicativo das dificuldades de avanço das ocupações do movimento social no estado de São Paulo.

De toda a sorte a questão ambiental colocou-se como um elemento chave, dada a clareza de sua imbricação ao conteúdo de classe e forma de enfrentamento do modo de exploração da terra e do trabalho levado a cabo pelo agronegócio na região de Ribeirão Preto. Este processo de luta de desapropriação de terras na região se pauta dentre outros fatores pela preservação de resquícios de mata nativa; pela proximidade destes resquícios com os núcleos urbanos e a importância de preservação de áreas verdes considerando a expansão da capital regional e, por último, e não menos importante, a localização da propriedade em uma área de recarga do aquífero Guarani, para um adensamento urbano com sérios problemas de abastecimento como é a condição de restrição hídrica do município de Ribeirão Preto (SOUZA; PERES, 2012, pp. 1-2).

A reforma agrária também poderia ser realizada nessa região tem em vista o descumprimento das relações trabalhistas pelos empresários do setor sucroalcooleiro, ao se verificar nos territórios engendrados pelo agronegócio local relações de trabalho análogas à condição de escravidão, também previsto no Art. 186 da Constituição de 88 como critério para desapropriação do imóvel rural para fins de reforma agrária. A respeito dessa problemática, esclarece (Carvalho (2008) que no período entre 2002 a 2005, estima-se que 82.995 trabalhadores sofreram acidentes enquanto cortavam cana-de-açúcar. Problemas na coluna, hérnias de disco, desidratação, exaustão e ferimentos são os mais frequentes. Em 2005, 84 trabalhadores do setor morreram, além de terem sido registrados 23 mil acidentes ocorridos durante o período de trabalho.

Contudo, acredita-se que esses números sejam na realidade um terço maiores, em razão da não comunicação de pequenos acidentes de trabalho. As empresas não comunicam os acidentes por razões econômicas, pois se comunicarem um acidente, as usinas terão de pagar integralmente o salário do trabalhador enquanto este não produz, até que volte a trabalhar normalmente. As usinas preferem, então, transferir o problema para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para que a seguridade social pague o auxílio-doença, que é realizado de acordo com o piso salarial do trabalhador (CARVALHO, 2008).

Os projetos de assentamento em estudo não nasceram de uma iniciativa do INCRA, o principal órgão estatal responsável pela implementação da política de reforma agrária no país, mas de um longo processo de luta política desencadeada e liderada na Região de Ribeirão Preto, em meados da década de 1990, por um movimento social demasiadamente organizado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o principal movimento social do país, corroborando a tese que os projetos de assentados rurais são criados muito mais para solucionar situações de conflitos locais do que as situações de pobreza, de exclusão social, e que estão distantes do resgate do potencial produtivo e da consolidação destas áreas como territórios da reforma agrária.

A implantação de uma política de reforma agrária de caráter compensatório e de amenização de conflitos fundiários nessa região vem ocasionando localmente, assim como em todo o território nacional, uma distribuição geográfica generalizada de projetos de assentamentos rurais, que, por sua vez, encontram-se circundados por grandes latifúndios pertencentes ao agronegócio sucroalcooleiro e, conseqüentemente, isolados uns dos outros,

configuração essa que vem ocasionando grandes dificuldades de organização, resistência, enfrentamento, oposição ao mercado e a criação de redes de cooperação entre esses projetos de assentamento rurais.

Quanto à origem de suas terras, os projetos de assentamentos em estudo podem ser tipificados como assentamentos rurais reformadores, pois a origem áreas que os constituem foram desapropriadas, sendo seus proprietários indenizados, denominando o que se convencionou chamar de reforma agrária burguesa e/ou reforma agrária de mercado, onde desapropriação é igual à indenização. Contudo, a partir da implementação dessa modalidade de assentamento os trabalhadores rurais sem-terra se territorializaram mediante uma desterritorialização do capital agroindustrial (agronegócio sucroalcooleiro).

Neste sentido, compreende-se também neste trabalho que a luta de classes entre o campesinato e capital agroindustrial se constitui na força motriz do desenvolvimento da história, da sociedade e na produção do território camponês nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável da Região de Ribeirão Preto, compreendido como síntese contraditória, que se manifesta do ponto de vista do seu controle efetivo, apropriado nas suas mais distintas composições. Dessa maneira, o território é produto concreto das lutas de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 2007a).

A criação de novos projetos de assentamentos rurais pelos órgãos estatais responsáveis pela implementação da reforma agrária no país, em resposta as ações de ocupações de latifúndios públicos ou privados que estavam deixando de cumprir sua função social, sob a liderança dos movimentos sociais camponeses, como são os casos em estudo, podem vir a propiciar: a inserção social de trabalhadores urbanos e rurais sem-terra que até então viviam marginalizados, especialmente, nas periferias urbanas; uma desconcentração fundiária, mediante uma desterritorialização do capital agroindustrial e uma reterritorialização do campesinato, transformando e diversificando a paisagem rural, sugerindo ainda modelos alternativos de produção sustentável, em bases agroecológicas, em oposição aos espaços de monocultura engendrados pelo agronegócio nacional para a produção de *commodities* visando abastecimento do mercado exterior, tais como: a produção de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar e/ou álcool combustível; plantações de grandes extensões de laranja para exportação e/ou produção de sucos; produção de soja visando à alimentação do frango e do gado europeu, entre outros.

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável PDS - Sepé Tiarajú e PDS - Fazenda da Barra constituem significativos focos de luta e resistência pela posse da terra no interior do estado de São Paulo, sendo de importância, sumamente, estratégica e simbólica para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pois se encontram localizados a poucos quilômetros do centro do Município de Ribeirão Preto, ou seja, próximos ao centro de uma região, onde a predominância do agronegócio sucroalcooleiro, com alto padrão tecnológico encontra sua expressão absoluta. Ambos os projetos de assentamentos não se constituíram a partir de uma iniciativa estatal, mediante a atuação do INCRA ou da Fundação Itesp (órgão estadual responsável pela reforma agrária no estado de São Paulo), mas são resultado de um longo processo de luta política desencadeada nessa região em meados da década de 1990 por um movimento social fortemente organizado, o MST. Neste sentido, a que se destacar que os referidos projetos de assentamentos em estudo possuem ainda um

elevado grau de organização estrutural, desempenhada pelo movimento sem-terra, movimento social este que possui objetivos políticos que medeiam às relações das famílias assentadas com a terra.

Nesses projetos de assentamentos rurais, tem se verificado ainda uma grande preocupação do movimento camponês em estabelecer e manter uma determinada unidade cultural e política entre as famílias assentadas, através de encontros formativos promovidos pelo movimento. A que se destacar ainda que nestes assentamentos o movimento sem-terra tem estabelecido um relacionamento aberto com as universidades e organismos estatais de pesquisa agropecuária, que através de seus pesquisadores e técnicos têm contribuindo no processo de implementação e consolidação desses projetos de assentamento (implantação da agrofloresta, construção de moradias e sistema de tratamento de efluentes sanitários).

Além desse fato, o movimento camponês pretende apresentá-lo à sociedade como um modelo alternativo de produção ao implementado pelo agronegócio local, isto é, como uma alternativa de desenvolvimento local sustentável. Esses projetos de assentamentos foram criados pelo INCRA no modelo PDS a fim de fazerem frente à ação do agronegócio local, que tem cooptado grupos familiares assentados em diversas áreas dessa região a fim de produzam cana-de-açúcar, arrendando seus lotes ou produzindo a planta em um sistema de parceria. O sistema de concessão de posse coletiva implantado nesses assentamentos tem impossibilitado o parcelamento, a venda ou o arrendamento dos lotes familiares para esse setor.

A principal intenção deste estudo é contribuir com a vasta literatura sobre assentamentos da região de Ribeirão Preto, podendo auxiliar na formulação de um referencial teórico-analítico, que considere os projetos de assentamentos rurais como constituído por múltiplos territórios e territorialidades diferenciados, instituídos mediante a atuação política dos movimentos sociais camponeses que se estabelecem por este meio, ao introduzirem lógicas e práticas sócio-espaciais capazes de estabelecerem mecanismos de luta e resistência visando à consolidação de seu projeto político; ou ainda como instâncias em permanente transformação e evolução nos distintos territórios, tempos sociais e trajetórias de vida, caracterizadas por pressões, conflitos e lutas, ou ainda como modelos de produção agrícola diversificada e diferenciada das estratégias convencionais do agronegócio local, caracterizado nesta região do estado de São Paulo pela produção sucroalcooleira.

Diversos estudos sobre esses projetos de assentamento rurais foram realizados, destacando-se: o trabalho desenvolvido por Vasquez (2009) que analisou as relações que se estabelecem no interior do movimento sem-terra, em sua atuação concreta nesses projetos de assentamento de reforma agrária, analisando os aspectos que contribuem e os que atrapalham o desenvolvimento de práticas emancipatórias e a construção de uma nova sociedade; Severi (2010) que analisou a percepção que as famílias assentadas possuem sobre as transformações em sua subjetividade decorrentes de sua participação no movimento social camponês e Bellentani (2010) que realizou uma análise qualitativa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nessas áreas de reforma agrária e na periferia urbana de Ribeirão Preto, porém a perspectiva adotada neste trabalho não se encontra presente nestas pesquisas acadêmicas, o que, por sua vez, torna este estudo singular.

Frente a assentamentos rurais com mais de vinte anos de trajetória política, os projetos de assentamento Fazenda da Barra e Sepé Tiarajú apresentam-se como recém-

constituídos universos empíricos de pesquisa, com poucos estudos sobre o processo de reconstrução do território camponês nestes projetos de reforma agrária. Pensa-se que um estudo de caso permitirá um amplo detalhamento desses assentamentos de reforma agrária. A análise destes projetos de assentamento poderá também, futuramente, vir a tornar-se objeto para a formulação e implementação de políticas públicas municipais voltadas a assentamentos rurais, inserindo-o na agenda política municipal, em continuidade a um verdadeiro processo de reforma agrária, políticas públicas essas que venham a proporcionar uma melhor qualidade de vida para trabalhadores rurais assentados. Realizadas as considerações sobre a importância desta pesquisa, apresenta-se a seguir seus objetivos específicos, assim como, as hipóteses de pesquisa.

1. Análise do processo de implementação da política de reforma agrária no estado de São Paulo entre 2003 e 2012, possuindo como referência o processo de criação dos projetos de Assentamentos Convencionais (PA's) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's);
 2. Análise do processo de espacialização e territorialização do agronegócio sucroalcooleiro e dos movimentos sociais camponeses e, em particular, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região de Ribeirão Preto;
 3. Realizar análises comparativas com as inserções do agronegócio sucroalcooleiro na espacialidade dos projetos de assentamentos rurais administrados pelo ITESP na Região de Araraquara, com o projeto político dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) implementados pelo INCRA na Região de Ribeirão Preto.
- Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável PDS - Sepé Tiarajú e PDS - Fazenda da Barra configuram-se como significativos focos de luta, resistência e consolidação da posse da terra na Região de Ribeirão, de importância material, estratégica e simbólica para os movimentos sociais camponeses que os lideram, ao engendram lógicas e práticas sócio-territoriais diferenciadas, impossibilitando a inserção do capital agroindustrial nessas áreas, colocando-se como diferencialidade sócio-espacial em relação aos convencionais modelos de assentamento de reforma agrária, que focam exclusivamente a lógica da renda, do produtivismo e do seu entrelaçamento com o grande capital agroindustrial, tornando-os vulneráveis às investidas do capital agroindustrial, flagrantemente, marcado, no estado de São Paulo, pelo setor sucroalcooleiro.
 - Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável PDS - Sepé Tiarajú e PDS - Fazenda da Barra implantados pelo INCRA na Região de Ribeirão Preto, em suas condições atuais, inauguram uma nova perspectiva de organização sócio-espacial, frente a modelos de agricultura tradicional, revelados como ambientalmente insustentáveis no âmbito da própria política de reforma agrária, por sua vez, esta configuração insere ainda práticas sócio-espaciais que consolidam processos de resistência ao avanço do setor-sucroalcooleiro frente suas estratégias de apropriação e acumulação territorial.

- Ao desenvolver uma política de reforma agrária de minifúndios padronizados nestes projetos de assentamento, sobrepondo o critério ambiental ao econômico, a fim de contentar o Ministério Público com relação à preservação ambiental e o movimento sem-terra quanto a sua visão quantitativa de famílias assentadas, o INCRA vem desenvolvendo nestes assentamentos uma política populista, contribuindo para que as famílias não atinjam ganhos econômicos significativos, indispensáveis a sua reprodução social, permanecendo em uma mera condição de autoconsumo da produção e dependentes dos organismos estatais, necessitando ainda complementarem a sua renda familiar mensal mediante a realização de serviços temporários na área urbana dos municípios, especialmente, no período da estiagem.

Os procedimentos metodológicos próprios a essa análise teórica consistem em partir do empírico (acontecimentos) abarcar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no plano do pensamento, todo esse processo. O circuito investigativo recorre compulsoriamente à abstração, retornando comumente ao seu ponto de partida e, a cada retorno, compreendendo-o de modo cada vez mais inclusivo e abrangente. Os acontecimentos, a cada nova abordagem, se apresentam como produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento maior que os engendra. A pesquisa, portanto, procede por aproximações sucessivas ao real, abarcando a história dos processos simultaneamente às suas particularidades internas (NETTO, 2004).

A estratégia de pesquisa empregada neste trabalho acadêmico é o estudo de caso múltiplo, estratégia de pesquisa essa própria das ciências sociais, pois o estudo de caso é aplicado a fim de se encontrar respostas para as questões “como” e “por que”, ao estudo de fenômenos sociais complexos e pouco controláveis, sendo que seus objetos de estudo são: os indivíduos, as organizações, as corporações, os grupos sociais, as instituições, os fenômenos políticos, os movimentos sociais camponeses e os seus projetos de assentamento rural, estratégia de pesquisa esta que permite um amplo detalhamento destes objetos de pesquisa inerentes às ciências humanas e, em particular, à geografia rural.

Utilizou-se, nesta pesquisa, como base empírica a trajetória dos assentamentos rurais da região de Ribeirão Preto, mais, especificamente, o PDS Sepé Tiarajú e o PDS - Fazenda da Barra e para efeito de análise sócio-econômico-política regional, a Região de Ribeirão Preto, caracterizada como a região mais abastadas do estado de São Paulo, localidade esta onde o agronegócio sucroalcooleiro encontra sua expressão mais extremada e, mais especificamente, como principal núcleo urbano dessa região, a cidade de Ribeirão Preto, uma referência regional no setor comercial e de prestação de serviços, também conhecido como um dos principais centros de pesquisa na área de saúde e como um dos maiores centros universitários do país.

Após apresentar a base empírica desta pesquisa acadêmica, faz-se necessário salientar que não é pretensão deste trabalho esgotar na revisão bibliográfica deste trabalho toda a ampla literatura voltada aos movimentos sociais camponeses e, em especial, aos seus projetos de assentamentos rurais, o que demandaria anos de pesquisa, nem muito menos criar, a partir de um estudo de caso, paradigmas gerais de análise a respeito dos processos de

formação, organização social e da produção dos projetos de assentamentos rurais organizados pelo MST e pelo MLST.

Além de uma ampla revisão bibliográfica de cunho teórico, concedeu-se a esta pesquisa acadêmica um caráter empírico, mediante a realização de uma pesquisa de campo que se pautou em uma coleta de dados por intermédio de entrevistas semiestruturadas junto aos assentados e lideranças que integram os quatro movimentos sociais camponeses que disputam à liderança das famílias assentadas nestes assentamentos (MST, MLST, Índio Galdino e Luiza Mahin), procurando identificar em que medida os aspectos sócio-territoriais (produção, organização social e relações de poder) comparecem como resistência ao avanço do setor sucroalcooleiro nestas áreas de reforma agrária.

Vivenciado a trajetória dos projetos de assentamentos rurais da Região de Ribeirão Preto desde meados da década de 1990 e diante da experiência de pesquisa acumulada, pensa-se que o melhor instrumento para a obtenção de dados empíricos junto às lideranças dos movimentos sociais camponeses e famílias assentadas em seus projetos de assentamento não é por intermédio da utilização de questionários “fechados”, mas sim mediante a utilização de entrevistas semiestruturadas, pois este mecanismo de pesquisa possibilita observações sobre a aparência, o comportamento e as atitudes dos sujeitos entrevistados, o que não pode ser possibilitado por um questionário “fechado”.

A partir da aplicação da entrevista semiestruturada tornou-se possível constatar que se encontrando em condição de entrevistados, as famílias assentadas parecem procurar construir um discurso permeado por concepções ideológicas, objetivando justificar seus propósitos políticos e sociais. As famílias não abandonam a divulgação de ideias que justifiquem sua inserção e permanência nos movimentos sociais camponeses e em seus projetos de assentamento, constatando-se também como pano de fundo do discurso, a existência de uma intenção latente, peculiaridade do discurso ideológico, inerente às lutas sociais. Muito mais do que vítimas de um processo histórico-social, tornou-se possível perceber que existe uma umbilical relação de cumplicidade entre as famílias assentadas e os principais dirigentes dos movimentos sociais camponeses, que, em alguns casos, possuem uma percepção utilitarista sobre a base do movimento.

Quanto à utilização de imagens de famílias assentadas no decorrer deste trabalho, torna-se importante esclarecer que estas imagens, assim como, a transcrição de seus depoimentos, possuem a sua anuência, sendo a única restrição estabelecida pelas lideranças do MST ao pesquisador em identificar quais cargos ocupam dentro da estrutura organizativa regional, estadual ou nacional do movimento sem-terra. A princípio, a definição da amostra específica de sujeitos da pesquisa entrevistados pautou-se no número de famílias assentadas nestes projetos de assentamentos rurais, pretendendo atingir a porcentagem de 10% do total de famílias beneficiárias da reforma agrária, considerada uma amostragem segura.

Tabela 01 – Amostras da Pesquisa de Campo

Assentamentos	Famílias Assentadas	Entrevistas
Assentamento Horto Bueno de Andrada	30	4
Assentamento Sepé Tiarajú	80	8
Assentamento Mário Lago	264	13
Assentamento Santo Dias	100	10
Assentamento Índio Galdino	44	4
Cooperativa Luiza Mahin	40	4
Total:	558	43

Org.: Dorival Borelli Filho, 2014.

Ainda a respeito da definição da amostra da pesquisa, convém considerar que pautamos este estudo por uma análise qualitativa dos dados coletados em campo, pois compreendemos nesta pesquisa o território essencialmente como práticas sócio-espaciais no cotidiano dos sujeitos. Neste sentido, considera-se que o conjunto de elementos apresentados neste estudo são qualificadores para a compreensão dos processos de monopolização territorial engendrado pelo capital agroindustrial em áreas de reforma agrária e para o entendimento dos processos de territorialização do campesinato nos projetos de assentamentos rurais, sendo ainda que muitos elementos não se encontram transcritos em razão das dimensões do texto.

No caso do projeto de assentamento Horto Bueno de Andrada, implementado pela Fundação ITESP na Região de Araraquara, anexo ao distrito de mesmo nome, a pesquisa de campo foi realizada no mês de julho de 2012 e dezembro de 2013, sendo que, para tanto, foram selecionados aleatoriamente quatro grupos familiares rendeiros/fornecedores de cana-de-açúcar para a agroindústria canavieira, residentes nos lotes 2, 5, 8 e 28, entre lideranças do assentamento, jovens, mulheres e assentados mais recentes que não participaram do processo de ocupação da área de assentamento, cujos depoimentos (gravados e transcritos no decorrer do texto) não apresentaram maior grau de diferencialidade.

Nesta pesquisa de campo, pretendeu-se também analisar em que medida uma reduzida escolarização formal e a ausência de formação política promovida por um movimento social camponês poderiam vir a facilitar, dentre outras causas e condicionantes, assim como o seu inverso, a espacialização e um processo de monopolização territorial engendrado pelo capital agroindustrial neste projeto de assentamento de reforma agrária, não pretendendo, contudo, significar qualquer forma de preconceito, mas somente situar o leitor nas falas dos assentados a presença de elementos de resistência às investidas do setor sucroalcooleiro sobre a espacialidade da reforma agrária.

Neste sentido, compreende-se que a dimensão territorial se estabelece a partir de práticas sócio-espaciais apropriativas e que estabelecem dimensões e relações claras de poder. O território seria o primeiro modo de dar significado às relações de poder e as mudanças na organização das relações sociais correspondem às mudanças nas representações de poder e por tanto na sua própria constituição (SOUZA, 2009a). Diante deste aspecto objetivou-se, ainda, compreender as dimensões das práticas sócio-espaciais dos sujeitos e em que medida elas consolidam o território, no âmbito das relações sociais de produção.

Desta forma, na realização desta pesquisa de campo no projeto de assentamento Horto Bueno de Andrada solicitou-se aos assentados entrevistados, além de uma cópia do

contrato de “parceria” com o setor sucroalcooleiro, que realizassem a produção de uma espécie de croqui do seu lote familiar (Anexo C) com as áreas de produção agrícola anteriores e posteriores ao processo de arrendamento para a agroindústria canavieira, a fim de melhor compreendermos as transformações ocorridas na paisagem rural com a inserção do capital agroindustrial neste projeto de assentamento rural, ou seja, de que maneira ocorreu a substituição das culturas agrícolas pela monocultura da cana-de-açúcar e neste processo a mudança de práticas sócio-espaciais e a perda de identidade deste espaço como território da reforma agrária.

Na pesquisa de campo realizada nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's), implementados pela Superintendência Estadual do INCRA/SP, na Região de Ribeirão Preto (Sepé Tiarajú, Mário Lago, Santo Dias, Índio Galdino e Cooperativa Luiza Mahin) entre os meses de novembro de 2012, janeiro de 2013 e janeiro de 2014 pretendeu-se identificar através da aplicação da entrevista semiestruturada os principais elementos constitutivos do campesinato em seu processo de reterritorialização, as distinções sócio-espaciais engendradas pelos movimentos sociais nesta espacialidade, especialmente, em termos organizacionais, as motivações para os processos de dissidências, os elementos constitutivos deste território, expressos mediante as relações de poder, os símbolos, as normas organizativas e a identidade subjetiva dos sujeitos participantes, assim como os elementos de resistência estabelecidos mediante a implementação da modalidade de assentamento PDS frente aos processos de arrendamento, e, por fim, quais seriam as perspectivas futuras destes projetos de assentamento.

No caso do PDS - Sepé Tiarajú foram entrevistadas além de lideranças assentadas do movimento sem-terra (2), representantes de setores de atividade (1), coordenadores de núcleos (1) e famílias assentadas (4), que não apresentaram maiores diferencialidades nas entrevistas a partir do oitavo depoimento. Em razão de possuir uma estrutura organizacional semelhante ao PDS – Sepé Tiarajú, no assentamento Mário Lago, foram entrevistados lideranças assentadas (3), representantes de setores de atividades (2), coordenadores de núcleos (2) e famílias assentadas (7) que, em razão de tratar-se de um agrupamento social mais homogêneo, em relação ao PDS – Sepé Tiarajú as respostas dos entrevistados se colocaram sem elementos conceituais diferenciados a partir da décima terceira entrevista.

No caso do assentamento Santo Dias, dentre os dez sujeitos sociais entrevistados, encontram-se lideranças assentadas do MLST (3) e famílias assentadas (7), não apresentando elementos conceituais diferenciadores em suas respostas a partir da aplicação da décima entrevista. Em se tratando de um agrupamento social pequeno e coeso, no caso do assentamento Índio Galdino, espacialidade onde foram entrevistadas, além de lideranças do assentamento (1) e famílias assentadas (3), as respostas atingiram um nível de padronização, não apresentando elementos conceituais diferenciadores na quarta entrevista. No caso da Cooperativa Luiza Mahin, que embora não possua uma espacialidade definida, mas configura-se como um agrupamento social aparentemente coeso, foram entrevistados dirigentes da organização cooperativista (1) e famílias associadas (3), que em suas respostas não apresentaram maior grau de diferenciação a partir da quarta entrevista.

Quanto à elaboração e aplicação da entrevista semiestruturada no PA Horto Bueno de Andrada (Anexo A), esta pautou-se, sobretudo, em identificar as determinações territoriais

engendradas pelo capital agroindustrial a partir do conceito de monopolização territorial. Em relação ao questionário aplicado nos PDS's (Anexo B) este se encontra essencialmente alicerçado no conceito de território compreendido como um conjunto de relações sociais alicerçadas sobre as relações de poder, sendo seus quatro elementos constitutivos: as *relações de poder* explicitadas pelas formas organizativas, nos espaços de sociabilidade; os *símbolos* culturalmente disponíveis e que evocam representações; as *normas organizativas* que colocam em evidência os sentidos dos símbolos e relaciona-se ao conjunto de elementos pactuados, construídos consensualmente, ou não, para conter ou para romper com os modelos cristalizados e a *identidade subjetiva*, cuja construção consolida uma representação sobre o território (relações sócio-espaciais com o entorno).

No âmbito teórico-metodológico, se consolida uma perspectiva de análise que considera as formas de composição do território, como sendo fundamentais na determinação das relações de poder e seus embates entre projetos políticos distintos, que se expressam nas relações internas e externas aos assentamentos, na medida em que denotam as capacidades de determinação de políticas internas e ou de lógicas de subordinação aos modelos de mercado. Um processo que não se estabelece unicamente no plano das relações entre reforma agrária e agronegócio, mas também são influenciados pelos mecanismos internos da organização do movimento social e de sua capacidade de controle e regulação de processos produtivos.

No âmbito da consolidação das formas de uso e ocupação do solo e das estruturas organizativas (grau de monopolização do território), estes mecanismos sociais permitem inferir sobre os modelos de exclusão sócio produtiva (absenteísmo rural); de alteração da matriz de culturas e dos processos de produção, determinando, portanto, que os processos produtivos que homogeneízam paisagens, alteram dinâmicas ambientais, produzem e ou são resultantes das externalidades sociais negativas que derivam de processos territoriais hegemônicos os quais ameaçam os projetos políticos dos movimentos sociais, são sobre estas determinações concentra que nos debruçamos objetivando visualizar em que medidas as práticas sócio-espaciais internas aos assentamentos resignificam a terra e o trabalho e conduzem à consolidação territorial da reforma agrária.

A presente pesquisa encontra-se estruturada e/ou subdividida em quatro capítulos, sendo que, o primeiro capítulo do estudo, intitulado *Movimentos Sociais, Campesinato e Agronegócio* é constituído por um referencial teórico acerca do processo de dissidências verificado, em âmbito nacional, entre os movimentos sociais camponeses de luta pela reforma, apresentando-se as principais semelhanças e diferenças quanto aos distintos contextos históricos de formação, estruturas organizativas e organização social e da produção nos projetos de assentamento rurais do MST e da sua principal dissidência, o MLST. Ainda no decorrer desta subdivisão da pesquisa procurou-se realizar uma revisão teórica sobre o conceito de território, procurando, em seguida, diferenciar as distintas espacialidades engendradas pelo agronegócio, especialmente, através do setor sucroalcooleiro, sob a tutela de políticas públicas estatais, e pelo campesinato em seu movimento de territorialização pelo universo agrário brasileiro, analisando-se, a seguir, o processo de cooptação da agricultura camponesa pelo capital agroindustrial.

No segundo capítulo da pesquisa, sob o título de *Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's): novo paradigma de reforma agrária*, a princípio, procurou-se realizar

algumas reflexões teóricas acerca dos conceitos de rural e urbano (campo e cidade), conceituações essas que possuem implicações para a formulação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, para a implementação da reforma agrária e, especialmente, para a criação de novos paradigmas de assentamentos rurais, no caso, em estudo, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's), dialogando não somente com a literatura clássica internacional que remota às primeiras décadas do século XX, mas, especialmente, com as publicações nacionais mais recentes que abordam a referida temática, apresentando-se, a seguir, um breve historio sobre políticas de reforma agrária desenvolvidas pelo governo federal através de seu principal organismo de implementação da reforma agrária no país, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), discussão essa que remota a década de 1960, mas que se foca, especialmente, na década de 1990, com principal interesse para a implementação da modalidade de assentamento PDS, procurando, dessa maneira, identificar as suas origens e princípios, analisando-se, a seguir, o seu processo de implementação no estado de São Paulo.

No terceiro capítulo do estudo, denominado *Espacialização e Territorialização do Agronegócio Sucroalcooleiro no PA Horto Bueno de Andrada e do MST na Região de Ribeirão Preto*, procurou-se realizar uma análise socioeconômica da Região de Ribeirão Preto, e mais, especificamente, do município sede dessa região, analisando-se os principais elementos que caracterizam o processo de territorialização do agronegócio sucroalcooleiro (concentração fundiária, monocultura agrícola, prejuízos ambientais, exploração do trabalho humano), em um contraponto com o processo de territorialização engendrado pelos movimentos sociais camponeses nesta unidade territorial do estado de São Paulo e mais, especificamente, a luta pela posse da terra desencadeada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em meados da década de 1990, que, por sua vez, concedeu origem aos projetos de assentamento rural PDS - Sepé Tiarajú e PDS - Fazenda da Barra, que são analisados a partir da sua configuração sócio-espacial, em uma análise que incide sobre seus processos de formação, infraestrutura básica e organização social e da produção desempenhada pelo movimento social camponês.

No quarto capítulo, intitulado *As Inserções do Agronegócio Sucroalcooleiro e a (Re) Construção do Território Camponês nos PDS's Sepé Tiarajú e Fazenda da Barra*, propõe-se realizar uma reflexão, a partir de dados empíricos coletados nos projetos de assentamento em questão tendo o seu território, constituído pelas relações de poder, símbolos, normas organizativas e pela identidade subjetiva, como fundamento de resistência e consolidação de seu projeto político, em uma análise comparativa com as inserções do agronegócio (setor sucroalcooleiro) na espacialidade dos projetos de assentamentos rurais da Região de Ribeirão Preto, transformados em territórios do capital agroindustrial e como projeto político dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) responde pelos elementos econômicos, sociais e ambientais da reforma agrária.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS, TERRITÓRIO, CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO

O presente capítulo objetiva analisar o processo de dissidência verificado entre os movimentos sociais camponeses, descortinando suas principais motivações, distinções e similaridades sócio-espaciais engendradas pelo MST e o MLST, especialmente, quanto aos distintos contextos históricos de formação, estruturas organizativas e paradigmas de organização social e da produção em seus projetos de assentamento. Ainda nesta seção do trabalho traremos uma discussão em torno do conceito de território e suas contribuições para a compreensão dos movimentos sociais camponeses, assim como procuraremos apresentar as principais correntes teóricas que se debruçaram sobre a questão camponesa: o marxismo ortodoxo, os teóricos da agricultura familiar, optando pela corrente teórica que procura observar a permanência do campesinato na economia capitalista nos trabalhadores rurais assentados em projetos de reforma agrária, procurando apresentar as principais distinções sócio-espaciais engendradas pelos antagônicos modelos de desenvolvimento agrícola que permeiam o campo brasileiro: o campesinato e o agronegócio, assim como também apontaremos os principais fatores condicionantes para o processo de espacialização, territorialização e acumulação territorial estabelecido pelo agronegócio sucroalcooleiro sobre os territórios da reforma agrária.

1.1. Os Processos de Dissidências dos Movimentos Sociais Camponeses

Os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil são o que há de mais moderno que temos no país. Eles trazem para o cenário nacional uma nova forma de se fazer e agir politicamente, ou seja, eles trazem para o cenário da democracia brasileira exatamente a possibilidade da democracia de massa, do exercício da democracia direta. Só não vê isso quem, de forma preconceituosa, não quer compreender estes movimentos ou a bandeira de luta pela Reforma Agrária.

(Ariovaldo Umbelino de Oliveira)

A análise dos movimentos sociais tem se pautado sob diversos e distintos paradigmas teóricos, dentre os quais se destaca o marxista, pois pode ser considerado como o que trouxe maiores contribuições para a compreensão dessa temática. Analisados sob o viés marxista, a partir das conceituações teóricas de Rosa de Luxemburgo, Gramsci, Lukács e das desenvolvidas pela Escola de Frankfurt, os movimentos sociais são entendidos como processos de lutas históricas das classes e camadas sociais em situação de subordinação e que, por sua vez, objetivam a transformação das condições da realidade social, caracterizada por carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural (GOHN, 1999)⁸.

⁸ As análises metodológicas desenvolvidas sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são classificadas em três grupos: 1) estudos simplesmente idealizantes e superficiais, comumente dedicados a

No entanto, não são todos os movimentos sociais que podem ser considerados revolucionários sob o prisma do marxismo, objetivando em suas lutas a ruptura da ordem dominante, a quebra da hegemonia do poder das elites, pois existem muitos movimentos sociais de natureza simplesmente reivindicativa de bens e melhorias coletivas, principalmente, de equipamentos públicos, ligados à cidadania e à garantia de direitos previstos em lei. Dentre os movimentos sociais que realizam luta, objetivando transformações na estrutura da realidade social, destacam-se os movimentos sociais camponeses (GOHN, 1999).

Atualmente, existem em todo o país cerca de nove dezenas de movimentos sociais, organizados em torno de comissões, federações, confederações e organizações que lutam pela realização da reforma agrária no Brasil (SOUZA, 2009b), muitos dos quais nasceram a partir de processos de dissidências verificados na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (criada em 1963) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, especialmente, a partir do ano de 1995. Movimentos esses que passaram a rivalizar com o MST, disputando a liderança e a organização social e política de milhares de trabalhadores rurais sem-terra, processo esse que se, por um lado, provocou a dispersão das lutas sociais que vinham se travando no campo brasileiro, principalmente, a partir do ano de 1985, por outro, a diversificaram, com um aumento da demanda da luta pela terra.

Ainda a respeito dessa diversificação da luta pelo acesso a terra no país, cabe considerar que a década de 1990 trouxe também para a cena política novos sujeitos sociais: comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e indígenas, boias-frias, posseiros, seringueiros, brasiguaios, brasileiros, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Grito da Terra Brasil, entre outros, que, conjuntamente, com o MST e as suas dissidências contribuíram para a intensificação da luta pela terra no país ao demandarem por políticas de reforma agrária.

Como resultado dos processos de dissensões ocorridos no interior da estrutura social e política do MST e que deram origem a novos movimentos sociais camponeses, podemos apontar os seguintes casos: o Movimento Camponês de Corumbiara, criado em 1995, logo após o Massacre de Corumbiara, atuando especificamente em Rondônia e no Acre; o Movimento Esperança Viva, surgido em 1996, constitui a principal dissidência do MST no Pontal do Paranapanema, mas atua, pontualmente, no município do Mirante do Paranapanema; o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), fundado em 1998 e ligado à Social Democracia Sindical, atua de uma maneira mais conciliadora em relação ao Estado também na Região do Pontal; a Liga Operária Camponesa (LOC), criada em 1999, é organizada por antigos militantes do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) do estado de Minas Gerais, sendo também responsável pela criação do Movimento dos Trabalhadores mais pobres de Rondônia e, por fim, o caso do Movimento de Libertação dos

registrar, acriticamente, as ações externas e públicas do movimento, associando-as às improváveis potencialidades “revolucionárias” dos trabalhadores rurais sem-terra, confundindo-se com a própria literatura apologética do movimento; 2) estudos acadêmicos centrados em ambientes restritos de ação dos sem-terra, normalmente assentamentos rurais, sobre os quais já existe um grande número de estudos realizados e 3) estudos, nos quais o autor se classifica, com o objetivo de analisar o movimento sob uma perspectiva mais ambiciosa, ultrapassando limites estaduais, interpretando-o nacionalmente à luz dos processos sócio-políticos e econômicos mais recentes, que podem ser consideradas como restritas, em razão das dificuldades metodológicas encontradas (NAVARRO, 2002).

Sem Terra (MLST), embora seus principais dirigentes afirmem que esse movimento social não se origina de uma dissidência do MST (AQUINO *et al*, 2000).

De acordo com as principais lideranças do movimento, o MLST teve como principal motivação para a sua formação a existência de inúmeros grupos de trabalhadores rurais que se encontravam isolados e desarticulados e que decidiram somar esforços a fim de constituírem um movimento social de caráter nacional (VALE, 2011). A respeito das principais semelhanças e diferenças entre o MST e o MLST cabe, inicialmente, considerar que estes guardam entre si enormes semelhanças quanto às modalidades de lutas empregadas, organização social e da produção de seus projetos de assentamentos rurais e sua “mística revolucionária”⁹, diferenciando-se somente quanto a sua estrutura organizativa, com o primeiro mais próximo a um movimento social e o segundo comportando características mais próximas a organização de um partido.

Em razão desses processos de cisões verificados na luta social camponesa em meados da década de 1990, o MST a partir de 1996 passa a ser responsável por somente 1/3 das ocupações de terras realizadas no país, representando, aproximadamente, 2/3 das famílias acampadas recenseadas nesse ano, pois esses novos movimentos sociais camponeses passam a disputar o mesmo espaço político do MST. No entanto, a leitura cotidiana do noticiário político revela que o MST continua a ser um sujeito político significativo, constituindo-se no maior adversário do governo federal durante esse período (COMPARATO, 2001).

Acerca desses processos de rupturas na estrutura social e política dos movimentos sociais camponeses, torna-se ainda indispensável esclarecer que alguns desses movimentos surgiram ainda de dissidências da CONTAG e do MST, mas a grande maioria desses movimentos sociais camponeses nasceu de maneira original e espontânea como resultado da desigualdade social ainda verificada no campo brasileiro. Constituídos, basicamente, por grupos de famílias de trabalhadores rurais sem terra que, autonomamente, inauguram a experiência de ocupação e constituem um novo movimento social que, com o passar do tempo, amplia a sua dimensão em razão daquilo que serviu de motivação para a sua criação, a luta pela reforma agrária. Esta é a história original do MST, fruto de uma problemática que é, ao mesmo tempo, estrutural e histórica na sociedade brasileira: a concentração fundiária, a mecanização da agricultura e a consequente espoliação e exploração do trabalho no campo, verificada, principalmente, nas décadas de 1970 e 80, e que teve como resultado mais drástico a marginalização de milhares de trabalhadores rurais sem terra nas periferias urbanas.

Ainda a respeito desses processos de dissidências, cabe considerar também que, dados coletados em campo, na Região de Ribeirão Preto, têm também demonstrado a existência no interior de projetos de assentamentos rurais, oriundos da reforma agrária a partir das ocupações lideradas por movimentos sociais camponeses, de grupos familiares dissidentes do MST e do MLST, mas que, posteriormente, não acabaram se vinculando a nenhum outro

⁹ A mística do movimento sem-terra (o conjunto de práticas simbólicas e rituais permeadas de conteúdos ideológicos) desenvolvida em seus acampamentos e projetos de assentamentos objetiva-se mais a identificar o trabalhador sem-terra com o MST, do que propriamente destina-se a uma formação política. Dessa maneira, existem dois polos de assimilação da mística como ideologia, bem como dois objetivos distintos: interessa ao MST que alguns acampados desenvolvam uma relação maior com o movimento para que os quadros dirigentes sejam reproduzidos; no entanto, é preciso que a base sinta-se dependente do MST, não parte dele (TURATTI, 2005).

movimento social camponês, sindicato ou organização, denominando-se como projetos de assentamentos rurais autônomos ¹⁰.

O surgimento dessas dissidências no interior dos movimentos sociais tem sido, em parte, em razão de divergências político-ideológicas entre as principais lideranças e as próprias famílias de trabalhadores rurais assentados. A partir dessas rupturas na estrutura social desses movimentos surgem novos grupos sociais que continuam a demandarem terras para fins de reforma agrária, mas a partir de modalidades de lutas diferenciadas para além das ações de ocupações ¹¹ que, por sua vez, correspondem a determinadas concepções de reforma agrária, alicerçadas em posicionamentos político-partidários próximos à social democracia e/ou orientados por lógicas “ético-protestantes” (LIMA, 2006).

Apesar da diversidade de concepções políticas e religiosas existentes entre os inúmeros movimentos sociais camponeses estes possuem um objetivo comum, solaparem a apropriação concentrada da terra, considerada a base da estrutura fundiária capitalista no país, com 0,9% dos grandes proprietários detendo a posse de 44% das terras e 47% de pequenos proprietários ocupando 2,7% da área total, configurando essa estrutura fundiária como responsável pela miséria, violência, pobreza e barbáries verificadas no campo brasileiro (FABRINI, 2011).

Aos fatores apresentados sobre os processos de dissidências, outros podem ser acrescentados e também considerados como causas explicativas desses processos, verificados não somente na estrutura política do MST, mas também na estrutura social de seus projetos de assentamento, tais como: a opção por distintas modalidades de organização interna, princípios e formas de luta; a ocorrência de divergências entre princípios e diretrizes políticas entre as principais lideranças do movimento e o aumento da demanda da luta pelo acesso a terra no país.

¹⁰ Neste sentido, estamos nos referindo ao surgimento na Região de Ribeirão Preto de projetos de assentamentos rurais como resultados de processos de dissidências que se iniciaram no interior do MST e que, posteriormente, também passaram pelo MLST. Os respectivos projetos de assentamentos são denominados Índio Galdino (fundado em 2005, por 40 famílias que estavam descontentes com a atuação do MST e do MLST na Fazenda da Barra) e a Cooperativa Luiza Mahin, formada por 62 famílias e liderada por um grupo de três mulheres.

¹¹ De acordo com Navarro (1997), o imaginário social tem associado os movimentos sociais camponeses quase que exclusivamente às ocupações de latifúndios improdutivos, muito em razão da atuação dos meios de comunicação de massa, que se focam essencialmente neste aspecto. Esta formulação amplamente difundida na sociedade brasileira possui a intenção de desqualificar politicamente esses movimentos, pois as ocupações dessas áreas subvertem o denominado “império da lei”, sendo ilegais nos termos dos parâmetros jurídicos atualmente vigentes, embora não sejam ilegítimas.

Em maio de 2008, o Ibope realizou uma pesquisa de opinião sobre a imagem pública do MST, entrevistando 2.100 pessoas com faixa etária superior a 16 anos, mas a grande maioria abaixo dos 39 anos, moradores em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Distrito Federal, Salvador, Fortaleza, Vitória, São Luís, Imperatriz, Belém, Marabá e em algumas regiões do interior do país. A pesquisa apontou os seguintes resultados: os moradores das capitais destacaram, além das ocupações, os protestos como principal instrumento de atuação do movimento; os protestos incomodavam as populações mais urbanizadas das capitais, tanto pelo simbolismo da ocupação dos espaços públicos, quanto pela mudança de rotina e ordem dos grandes centros urbanos; os entrevistados do interior do país não destacam esta modalidade de ação como significativa; a reação dos moradores de Marabá foi considerada a mais agressiva e violenta em caso de ocupação de terra, mas no restante do país, em torno de 60% afirmaram que negociariam (RICCI, 2008).

O cientista social Zander Navarro, tornou extremamente polêmico, ao publicar o texto intitulado “Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo” (1997), mas pouco discutido em pesquisas acadêmicas, possui uma controversa contribuição para a temática das dissidências na estrutura social e política dos movimentos sociais camponeses e, consequentemente, em seus projetos de assentamentos rurais, ao afirmar que nestes territórios da reforma agrária, o MST possui uma forma de organização influenciada por uma percepção militarizada da estrutura social, pouco democrática e tolerante aos anseios e trajetórias familiares dos trabalhadores rurais assentados.

Dessa maneira, como resultante desta atitude, esta estrutura social está condenada a estabelecer conflitos e dissensões em grande escala. Apesar desta forma organizacional fundamentalmente centralizada no controle social estar gerando resultados que, mesmo assim, são melhores do que se não houvesse nenhuma propositura de organização dos assentamentos – sendo muito eficaz em diversos projetos, não aparenta possuir maiores possibilidades de sucesso (NAVARRO, 1997).

Contrariando as afirmações de Zander Navarro (1997) - que realiza suas pesquisas, exclusivamente, em projetos de assentamentos localizados na região sul, pretendendo generalizá-los para o restante do país - evidências empíricas coletadas em projetos de assentamentos rurais liderados pelo MST na região de Ribeirão Preto têm demonstrado a existência de estruturas que têm possibilitado a participação democrática das famílias assentadas nos projetos de assentamentos, envolvendo as seguintes ações: a existência de uma assembleia geral como instância máxima de decisões da qual participam todas as famílias assentadas; eleições das lideranças; a realização de reuniões periódicas nos núcleos de moradia; tomadas de decisões da cúpula do movimento, anteriormente, discutidas, com sua base social através dos coordenadores do assentamento.

Analisando projetos de assentamentos liderados pelo MST na região nordeste do país, Lazzaretti (2008) também possui uma significativa contribuição para a análise das dissensões na estrutura social dos assentamentos, ao inferir em seus estudos que no decorrer da fase de mobilização e de acampamento ocorre uma homogeneização de interesses entre os trabalhadores rurais sem terra, momento em que as lideranças do movimento centralizam seus questionamentos do modo de produção capitalista que promove a privatização da terra, não possibilitando que seja partilhada por quem nesta despende sua força de trabalho. Contudo, este cenário começa a mudar quando ocorre a passagem desta fase de mobilização e acampamento, quando os bens são coletivos e as famílias acampadas nada têm a perder em termos materiais para a etapa em que a concretização da posse da terra torna-se uma ficção ¹².

Durante esta fase, quando o projeto coletivo do assentamento é negociado, emerge um descompasso entre a realidade material e a ideologia vislumbrada pelas lideranças. Essa problemática decorre do fato de que as lideranças que atuam como representantes dos interesses destes trabalhadores, não abrangem a totalidade de suas demandas, em razão de

¹² Neste mesmo sentido Turatti (2005) esclarece também que os “rachas” frequentemente visualizados nos acampamentos e assentamentos rurais do MST são motivados pela perda de prestígio das lideranças frente à promessa de transformar imediatamente a sua base social em proprietários de terras ou pela intolerância das lideranças do movimento sem terra em receberem críticas, inclusive sob pena de expulsão do movimento, questionamentos que se avolumam na medida em que se estende o processo de assentamento definitivo.

posicionamentos ideológicos que nem sempre se coadunam com a heterogeneidade das famílias assentadas, mencionado como exemplo, a ideologia de trabalho individualizado do camponês, o seu modo de trabalhar solitariamente, de não prestar contas a ninguém, de estabelecer seu próprio horário de trabalho, questões que muitas vezes entram em litígio com a proposta de ação coletiva defendida pelo MST (LAZZARETTI, 2008).

A fim de concluirmos parcialmente essa temática, cabe ainda observar que esses frequentes processos de divergências entre as principais lideranças do movimento sem-terra e as famílias assentadas no interior dos projetos de assentamentos rurais vêm sendo também analisados através de um viés mais antropológico por Turatti (2005) que, referindo-se à base social do MST afirma que na gênese da luta pelo acesso a terra, encontra-se o anseio pela posse da propriedade privada, que, por sua vez, transforma-se no próprio combustível da luta dos trabalhadores rurais sem-terra, decorrendo desse fato a dificuldade por parte das lideranças do movimento na implantação e manutenção das cooperativas de produção agrícola. A proposta de coletivização do uso da terra significa uma alteração marcante com relação à forma tradicional de cultivar a terra, além de chocar-se com alguns valores tradicionais do patrimônio.

Por fim, diversos intelectuais têm desferido uma contundente crítica ao movimento camponês sobre o abandono da perspectiva transformadora/revolucionária da reforma agrária e seu embate com o modo capitalista de produção e que, tal postura, vem promovendo dissidências no interior do próprio movimento e na articulação classista de luta. As críticas mais fundamentadas se inscrevem a partir das reflexões do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira. As considerações de Oliveira (2010) apontam para a perda de foco do movimento social no projeto revolucionário da reforma agrária e a tergiversação de temas (SOUZA, 2013b).

1.2. Os Distintos Contextos Históricos de Formação do MST e do MLST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MLST) situam-se entre os seis principais movimentos, comissões, confederações, federações e organizações de luta pela posse da terra no país em razão da amplitude de seus processos de territorialização, juntamente, com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), embrião político do MST, a FETRAF (Federação da Agricultura Familiar), a OLC (Organização da Luta no Campo) a CONTAG, (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) (SOUZA, 2009b) que, até a fundação do MST, possuíam a função de articular as lutas sociais no campo brasileiro, que se encontravam ligadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, sendo ainda mediante a atuação dos sindicatos e da CONTAG, que possibilitou uma construção simbólico-política-identitária de trabalhadores rurais, impondo-se sobre a diversidade geo-sócio-cultural do universo rural brasileiro (PORTO-GONÇALVES, 2005).

O MST e o MLST comportam no cerne de seus processos de formação histórica, motivações políticas semelhantes, o anseio pela completa realização da reforma agrária no país, a transformação política do país a partir do campo, mas, por outro lado, esses movimentos sociais camponeses se constituem em distintas temporalidades ou em distintos

contextos históricos, o primeiro, como parte do processo de redemocratização do país, em meados da década de 1980, em um período caracterizado pela abertura política após vinte anos de uma repressora e violenta ditadura militar que se abateu sobre a sociedade brasileira. Por sua vez, o MLST é criado em um contexto histórico (meados da década de 1990) caracterizado, em parte, pela consolidação dessa “democracia”, que trouxe novamente a questão da reforma agrária à tona, inclusive com a simpatia das classes populares e da opinião pública da classe média urbana, mas que também trouxe em si momentos de repressão, desqualificação política, criminalização e violência contra os movimentos sociais camponeses, recordando os episódios de Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996).

Principalmente, em razão dos episódios de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, a longa trajetória do campesinato brasileiro vem sendo entendida pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira como marcada pelas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas pelas quais passou essa classe social. No entanto, se para o autor a violência gera a morte, gera também formas de luta e resistência contra a morte, sendo o MST produto dessa contradição, com a negação à expropriação do capital passando a ser pensada, articulada e executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação. A pressão que o capital exerce em um determinado espaço, não é a mesma em outros lugares, liberando parcialmente parcelas do território destas ações. Desta pressão e contrapressão, nasceu o MST, um movimento camponês que realiza a travessia do terceiro milênio (OLIVEIRA, 2001a).

1.2.1. O Contexto Histórico de Formação do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais popularmente, conhecido pela sigla MST, traz em sua nomenclatura um fenômeno social que se espacializa pelo campo brasileiro, especialmente, pós-década de 60, a presença de trabalhadores rurais sem terra como resultado da “modernização conservadora da agricultura”, insere-se em uma longa trajetória de lutas sociais e políticas que permeiam o universo rural brasileiro e que, por sua vez, remetem à ação das Ligas Camponesas, na década de 1950, no sertão pernambucano (PORTO-GONÇALVES, 2005), emergindo esse movimento social da articulação das lutas pela reforma agrária, que foram retomadas ao final da década de 70, especialmente na região centro-sul do país e que, paulatinamente, expandiram-se pelo país (CALDART, 2001).

A fundação formal do movimento sem-terra constitui parte dos protestos sociais, que se desenvolveram ao término da década de 1970 contra o regime autoritário, sob tutela militar, que se impôs à sociedade brasileira entre os anos de 1964 a 1984 (PORTO-GONÇALVES, 2005). Com a derrota do Regime Militar e o processo de redemocratização do país, emerge na sociedade brasileira, em meados dos anos 80, um espaço político que conseguiu congrega diversos projetos políticos de distintos segmentos sociais, que até então se encontravam dispersos tanto no campo, como no universo urbano: a CUT, embrião político do próprio PT e a Comissão Pastoral da Terra (CPP), da qual nasceu o MST (FERNANDES, 2003). O movimento teve um período chamado de gestação entre os anos de 1979 a 1984,

sendo criado formalmente em janeiro daquele ano, no I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado em Cascavel, estado do Paraná (CALDART, 2001).

Acerca da conjuntura econômica vivenciada no decorrer da década de 1970 que possibilitou a gestação e a criação do MST e de outros movimentos sociais, que não se atrelaram ao movimento operário, nos esclarece Fabrini (2011) afirmando que:

(...) a “reestruturação produtiva do capital”, a partir de 1970, que tende à atomização e fragmentação do trabalho, fez surgir diferentes sujeitos e categorias sociais que não foram abarcados pelas estruturas homogêneas e impermeáveis do “movimento operário”. Assim, diversas categorias sociais, nem sempre forjadas pelos laços profissionais e trabalhistas da fábrica, como indígenas, negros, homossexuais, sem-terra, dentre outros, começaram a se organizar nos movimentos sociais para defender seus direitos e mudanças sociais. No campo, diversos sujeitos sociais se organizaram no movimento dos posseiros, mulheres agricultoras (e, agora, camponesas), atingidos por barragem, sem terra, etc. (FABRINI, 2011, p.104).

A segunda fase de formação do MST, período que corresponde às lutas sociais que se desenvolveram entre os anos de 1985 a 1990, é denominada por alguns pesquisadores como territorialização e consolidação do movimento sem-terra, momento em que o MST passa a realizar suas primeiras ocupações de terras ¹³ em todos os estados das Regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste, especialmente, Goiás, e Norte (em Rondônia). Durante este período, que corresponde à segunda metade da década de 80 e a primeira metade dos anos 90, o MST passou também a definir sua estrutura organizativa e, em razão de estar territorializado em todas as regiões do país, consolida-se como um movimento social de caráter nacional (FERNANDES, 2008a), utilizando como principal modalidade de luta as ocupações de terras.

A estratégia inicial utilizada pelo MST, em meados da década de 1980, a fim de pressionar o governo brasileiro a acelerar o processo de reforma agrária foi o acampamento à margem de rodovia, o que, por sua vez, tornou-se um fato político significativo, pois tornou visível a luta desses trabalhadores rurais sem terra. Posteriormente, o movimento passou a ocupar latifúndios improdutivos, a promover atos públicos e, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a organizar as Romarias da Terra. No decorrer dos anos, o MST foi criando novas estratégias de pressão política que foram sendo utilizadas, simultaneamente, as

¹³ Nesta pesquisa, optou-se pela utilização do termo *ocupação* em oposição e detrimento ao termo *invasão*, pois esta terminologia é amplamente utilizada pela mídia brasileira a fim de desqualificar politicamente os movimentos sociais camponeses, ao designar um ato de força objetivando subtrair alguma propriedade agrícola pública ou particular em proveito próprio. O termo *ocupação* é utilizado pelos movimentos sociais a fim de designar a inserção e acampamento de trabalhadores rurais sem-terra em uma determinada propriedade agrícola, pois, em princípios, essas áreas dizem respeito à terras griladas, latifúndios de exploração, propriedades improdutivas ou áreas devolutas. Neste contexto, o termo *ocupação* designa o preenchimento de um espaço vazio e a realização de pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação da área para fins de reforma agrária. A ocupação é para o movimento sem-terra uma ação que objetiva construir um espaço de luta e resistência, criando-se outra condição para o enfrentamento, realizando-a os sem-terra conquistam a possibilidade de negociação (MORISSAWA, 2001).

primeiras não foram abandonadas em função de novas formas de pressão, mas foram e continuam sendo utilizadas concomitantemente (BRENNEISEN, 2000) ¹⁴.

A realização do III Congresso Nacional do MST em 1995, aliado às execuções de trabalhadores rurais que se registraram na década de 1990, delibera neste mesmo sentido, ou seja, pelas ocupações de latifúndios improdutivos que estavam deixando de cumprir sua função social, tornando público, novamente, em âmbito nacional, as discussões em torno da reforma agrária. Para o MST, a ordem do dia tornou-se “ocupar, resistir e produzir”, alicerce de uma profunda mobilização nacional, que ganhou inclusive notoriedade internacional, cabendo ao poder estatal encontrar instrumentos jurídico-legais para a desapropriação de latifúndios improdutivos e a instalação de assentamentos rurais (BERGAMASCO, 1997).

Atualmente, as ocupações de terras improdutivas públicas ou privadas constituem ainda a principal estratégia adotada pelo MST, criando, dessa maneira, um fato político que pressiona os organismos estatais a negociarem com este movimento e a realizarem seu definitivo assentamento, mediante a concessão de títulos de posse (LAZZARETTI, 2008). No entanto, devemos considerar que ao adotar as ocupações como principal modalidade de luta, o MST passou a desenvolvê-la em um terreno desfavorável, no terreno do adversário, pois os processos de ocupação de terra não ocorreram com fundamento no mesmo argumento moral da precedência do posseiro, com seu trabalho, do modo de produção camponês, em relação ao grileiro, mero especulador fundiário, mas sim com base no argumento econômico da propriedade improdutiva (MARTINS, 1994).

Ainda com relação às diversas modalidades de luta implementadas pelo MST a fim de pressionar a aceleração do processo de reforma agrária no país, faz-se necessário salientar que estas formas de pressão política, tais como: ocupações de edifícios públicos sem nenhuma relação com a questão agrária; paralisações de praças de pedágio e, especialmente, o episódio na Embrapa que resultou na destruição de mudas de eucalipto auxiliaram a mídia e o Estado brasileiro a criar uma percepção negativa, criminalizante acerca do movimento sem-terra, procurando desqualificar politicamente sua atuação, sob a alegação que de o MST estaria perdendo o foco de sua luta, deixando de ser a implantação da reforma agrária no país (BORELLI FILHO, 2009).

1.2.2. O Contexto Histórico de Formação do MLST

O Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MLST) foi formalmente constituído em agosto de 1997, ainda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás, no município de Luiziana, estado de Goiás, por antigos militantes da esquerda revolucionária das décadas de

¹⁴ As modalidades de luta implementadas pelos movimentos sociais camponeses não se restringem unicamente às ocupações de latifúndios improdutivos, muito pelo contrário, suas estratégias de pressão política abarcam desde ocupações de espaços públicos, até as modalidades mais convencionais, tais como: prolongadas negociações, marchas, jejuns, atos públicos de breve duração, abaixo-assinados, etc. Os movimentos têm desenvolvido ainda intensas ações em diversos outros setores da sociedade como atividades de comercialização e industrialização dos bens agrícolas gerados em seus projetos de assentamentos rurais, iniciativas no campo da Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de singulares atividades jornalísticas, como atividades em rádio, criação de periódicos e de *sites* na internet (NAVARRO, 1997).

1960 e 70, integrantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) que, juntamente, com dissidentes do MST, que se encontravam descontentes com a atuação do movimento, em uma verdadeira “guerra de egos”, fundaram esse novo movimento social camponês de luta pela terra. Apesar de seus principais dirigentes possuírem um radicalismo retórico, suas práticas não têm se diferenciado das implementadas pelo MST, possuindo também esse movimento social o marxismo como principal ideário político (MITIDIERO, 2002).

Segundo Vale (2011), a grande maioria das lideranças do movimento foi formada entre os quadros do MST e/ou tiveram uma passagem pelo Partido dos Trabalhadores (PT), militantes esses que apontaram como principais razões para a sua saída do MST: o fato do movimento sem-terra possuir uma concepção sectária com relação aos demais movimentos sociais camponeses, colocando-se como o único e legítimo representante da causa camponesa no país; a decisão do movimento de não transformar nenhum acampamento em assentamento em um prazo mínimo de dois anos e os distintos tipos de formação oferecidos aos principais quadros do movimento e praticamente nenhuma formação para as famílias acampadas e assentadas ¹⁵.

Assim como o MST, o MLST compreende um período que pode ser considerado de gestação do movimento, que, por sua vez, corresponde aos anos de 1992 a 1997, com maior intensidade entre os anos de 1995 e 1996, período em que ocorreram as primeiras reuniões. O surgimento do movimento ocorreu em razão da união de um efervescente movimento social regionalizado existente na Região do Triângulo Mineiro (que aglutinava grupos de trabalhadores rurais sem terra oriundos dos estados de Pernambuco, Bahia e Goiás, desde a década de 80), especialmente, a partir da articulação política desempenhada por Bruno Maranhão e Paulo Faria (VALE, 2011).

No entanto, além de Bruno Maranhão e Paulo Faria, considerados os principais dirigentes do movimento, são também apontados como fundadores do MLST: Manuel da Conceição; Antonio Arruti; João Batista da Fonseca e Luís Carlos Galante, isto é, sujeitos políticos que possuem em seu passado uma ligação com partidos esquerda, antigos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e que, posteriormente, participaram da fundação do PT, na década de 1980, ou seja, suas principais experiências são referências às lutas políticas urbanas. Contudo, o movimento também possui entre seus fundadores, lideranças oriundas de famílias de trabalhadores rurais, com um histórico de militância política ligado ao campo (VALE, 2011).

Antes de ser denominado MLST, o movimento recebeu outras denominações: Movimento Democrático dos Sem Terra (MDST); Movimento de Luta pela Terra (MLT) e, a partir de 1994, Movimento por Terra, Trabalho e Liberdade, lema adotado pelo PT, na década de 1980. O I Congresso do MLST foi realizado em Brasília, entre os dias 21, 22 e 23 de

¹⁵ Os dirigentes do movimento sem-terra são selecionados entre os melhores militantes. Partindo este movimento social do pressuposto teórico de que as massas somente se mobilizam solitariamente em razão de uma causa imediata, não se organizando politicamente, é de responsabilidade destes dirigentes o direcionamento da luta dessa massa. Afirma-se inclusive nos documentos do MST que quanto mais esses trabalhadores rurais, denominados genericamente de massa, identificam-se com os símbolos do movimento, com suas lideranças e com sua organicidade, mais esses trabalhadores irão se mobilizar, organizar e lutar (LAZZARETTI, 2008).

agosto de 1997, contando com a participação de cerca de 720 representantes de acampamentos e assentamentos. A partir da sua criação, o movimento começou a atuar no sentido de liderar e organizar grupos de trabalhadores rurais sem-terra que se encontravam isolados e desarticulados em diversas regiões ou estados do país (Minas Gerais, Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Norte), atuando de forma diferenciada em cada localidade e incorporando ao movimento grupos que ainda não haviam sido incorporados por outros movimentos sociais camponeses ou pelo MST (VALE, 2011). Neste mesmo sentido, esclarece Mitidiero (2002) sobre os distintos processos de formação do MST e do MLST:

Distinguindo-se do processo de formação do MST, este movimento nasceu a partir das experiências concretas de luta pela terra materializadas nas ocupações e nos assentamentos, junto a articulação e junção dos movimentos/organizações regionais. Assim, o MST forma-se na luta, antes e durante as ações organizadas pelas famílias sem terra. O MLST nasceu durante a luta, mas após a organização das famílias sem terra, isto é, o MLST apenas aglutinou as lutas já iniciadas, mudando o discurso e a orientação ideológica delas. A bandeira do MLST não nasce das famílias organizadas, ela é colocada em uma organização independente ou em substituição à outra, ao aceitarem fazerem parte do movimento (MITIDIERO, p. 145, 2002).

Assim como o MST, o movimento acredita que a construção de uma mística revolucionária em seus militantes torna-se essencial a fim de atingir seu objetivo imediato: a realização da reforma agrária no país e seu objetivo final: a implantação do sistema socialista. Dessa maneira, definiu no seu I Encontro Nacional os seus principais símbolos, com a sua logomarca, a bandeira e o hino, possuindo ainda como objetivo a elaboração de um periódico denominado “Libertação dos Sem-Terra”, a fim de constituir em um instrumento de divulgação de suas bandeiras (VALE, 2011).

Em sua breve trajetória política, o MLST chegou a impetrar ações que foram consideradas mais extremadas e violentas que as realizadas pelo MST, mas de forma isolada, recordando os episódios da ocupação do Ministério da Fazenda, em abril de 2005 ¹⁶, mas especialmente a depredação do Congresso Nacional, em junho de 2006, que possibilitou ao movimento atingir uma ampla repercussão nacional, mas que também, por outro lado, acabou resultando em 24 pessoas feridas e na detenção de cerca de 500 integrantes do movimento, que foram conduzidos a um presídio da capital federal.

À época do episódio da depredação do Congresso Nacional, o MLST configurava-se em termos sócio-espaciais como um movimento regional, como um pequeno grupo com territorialização em somente três estados (Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo), mas de acordo com SOUZA (2009b), o MLST conseguiu ampliar a sua territorialização, passando a atuar em 2009, nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste do país. Nesse processo de territorialização, o movimento vem fazendo uso de modalidades de lutas semelhantes às

¹⁶ Em abril de 2005, cerca de 200 trabalhadores sem terras, liderados pelo MLST, ocuparam o edifício do Ministério da Fazenda, exigindo a liberação de recursos para a reforma agrária (contingenciados pelo ministro Palocci) e também serem recebidos pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Palácio do Planalto. Enquanto o MLST ocupava o Ministério da Fazenda, integrantes do MST participavam de uma sessão solene no Congresso Nacional, em razão do “Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária”.

utilizadas pelo MST: jornadas de luta, ocupações de terras, paralisações de rodovias, ocupações de prédios públicos, especialmente, do INCRA.

A equivocada estratégia utilizada pelo movimento contribuiu para que discursos conservadores e contrários aos movimentos sociais ganhassem corpo, buscando fortalecer a lógica interpretativa da sociedade brasileira como povo “cordial”, coadunando à campanha de desqualificação política empreendida pela mídia brasileira em relação aos movimentos sociais camponeses. Contudo, sobre esse episódio cabe também considerar que o MLST, até esse momento, não possuía em seu histórico ações que envolvessem radicalização da luta pela reforma agrária, constituindo-se esse fato em um ato isolado.

Até esse momento o movimento deixava transparecer um discurso e posicionamento governista, realizando negociações mais na esfera política e concentrando somente suas críticas no MST, especialmente, em razão do *Abril Vermelho*¹⁷, na pessoa do então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci e no Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, responsáveis pela não realização da reforma agrária do país. Em julho de 2004, lideranças do movimento chegaram a se encontrar em uma audiência, que teve a duração de duas horas, com o Presidente Lula, que inclusive chegou a colocar um boné do movimento sem-terra e autografou outros.

O episódio da Câmara dos Deputados também fez emergir uma contradição inerente a todos os partidos políticos e movimentos sociais de base, pois, à época do acontecimento, a principal liderança do MLST, Bruno Maranhão, integrava a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT). Diversos especialistas chegaram a afirmar que, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, finalmente, a reforma agrária de fato se efetivaria nesse governo como uma política pública espontânea, sistemática e em um processo mais crescente e veloz, em razão de uma possível aproximação ideologia desse partido com os movimentos sociais camponeses, formadores de sua base eleitoral.

Nesta expectativa vislumbrada para o futuro da reforma agrária, as negociações entre governo e movimentos sociais ocorreriam muito mais na esfera política, passaríamos dessa maneira de um processo de luta pela terra, que caracterizou o governo Fernando Henrique Cardoso, para um processo de reforma agrária enquanto como política de Estado e, consequentemente, o número de ocupações e famílias em acampamentos diminuiria significativamente. Ao término dos dois primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores, o que se verificou é que essas hipóteses caíram mesmo por terra, pois apesar de uma aproximação ideológica entre governo e movimentos sociais, estes movimentos tendem a agir de uma maneira autônoma, independente do partido que ocupe o poder.

Ao que tudo indica a nomenclatura do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), nos parece fazer coro com a tese defendida por Navarro (2002), em “Mobilização sem emancipação”, ao afirmar que o MST, ao adotar a perspectiva totalizante dos grandes esquemas políticos das tradições ortodoxas do marxismo, que desqualificam as diferenças e alteridades sociais, o movimento estaria impossibilitando a autonomia das formas organizacionais micro sociais, locais e regionais, pois estas ameaçariam a existência de sua

¹⁷ O Massacre de Eldorado, ocorrido em abril de 1996, não causou intimidação no movimento sem-terra, muito pelo contrário, serviu de motivação para a criação do “Abril Vermelho”, mês em que o MST intensifica as suas ações de manifestações, protestos e ocupações de terras.

própria dimensão nacional, enquanto uma organização política, o MST estaria atuando mais como freio à emancipação¹⁸ dos mais pobres do campo, que estariam muito mais servindo aos propósitos, nem sempre explícitos, do corpo dirigente da organização. A organização do movimento caracterizar-se-ia ainda como essencialmente não democrática, seus principais dirigentes encontram-se presos à ortodoxia leninista, não são eleitos e não são submetidos à responsabilização interna, pois não existem no movimento canais de prestação de contas.

A respeito das equivocadas críticas desferidas ao MST por Zander Navarro (2002), em “Mobilização sem emancipação - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”, e José de Souza Martins (2000) em “Reforma agrária - o impossível diálogo”¹⁹, afirmando que o MST ao constituir-se na principal *agência mediadora* da reforma agrária no país, estaria envolvido pela ideologia das classes médias urbanas, portadoras de “*visões de mundo estranhas aos protagonistas do drama agrário*”, procurando através dessas afirmações desqualificá-lo politicamente, temos uma significativa contribuição de Porto-Gonçalves (2005) que, em uma crítica pessoal, nos chama a atenção para o seguinte fato:

É preciso estar atento para um fato presente nas principais críticas feitas ao MST, entre as quais se inscrevem as de José de Souza Martins e Zander Navarro que, independentemente da qualidade intelectual que já demonstraram em outras situações, revelam um forte componente emocional que, em parte, pode ser explicado pelo fato de por terem sido assessores do movimento, condição que, por razões diversas, perderam. Criticar o MST, como fez recentemente José de Souza Martins, por dar o nome de Florestan Fernandes à sua recém-criada universidade, chega a ser pueril (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 11).

Contudo, o autor não permanece somente no campo da crítica pessoal, acrescentando a sua crítica que para além daqueles que tentam desqualificar o movimento sem terra pela *mobilização sem emancipação* (Navarro, 2002) em razão da ideologia dos seus dirigentes que *sonham com a tomada do Palácio de Inverno*, o MST vem preservando uma criativa capacidade de organização nacional das lutas sociais camponesas o que implica, sempre,

¹⁸ Zander Navarro entende o conceito de emancipação como “às chances das classes subalternas e os grupos sociais mais pobres, a partir de diferentes identidades, construírem, de forma autônoma, suas diversas formas de associação e representação de interesses e, mais relevante, adentrarem o campo das disputas políticas e aí exercerem seu direito legítimo de defender reivindicações próprias e buscar materializar suas demandas, sem o risco de eliminação ou constrangimentos politicamente ilegítimos materializados por grupos sociais adversários” (NAVARRO, 2002, p. 4).

¹⁹ Segundo José de Souza Martins (2000), o MST também reduz o seu discurso acerca da reforma agrária a um embate ideológico, relegando-a para o campo das disputas entre ideias e projetos partidários e não políticos mais amplos. A consciência do movimento sem terra encontra-se restrita a uma preocupação quantitativa com relação aos números obtidos com o processo de reforma agrária, isto é, a quantidade de terras desapropriadas e de trabalhadores rurais assentados. A política encontra-se delimitada pela ideologia dos partidos políticos, não estando ligada a uma história movida pelas tensões de um processo contraditório, a história como é de fato ou como deveria ser compreendida. Na disputa ideológica pela reforma agrária, o movimento sem-terra posiciona-se de maneira contestatória com relação à política fundiária do Estado brasileiro. Para o movimento camponês, a reforma agrária de maneira alguma significa uma regularização de terras, observando somente na desapropriação o único e legítimo caminho para sua efetivação.

unificar temporalidades distintas e, frequentemente, tensões e contradições vêm à tona (PORTO-GONÇALVES, 2005).

O MST apropriou-se do legado teórico da esquerda, como pode ser facilmente observado em seus documentos e nos livros de suas principais lideranças. No entanto, enquanto um movimento social, o MST tem também mantido uma rica e ambígua relação dialética entre a institucionalidade e a autonomia, entre a reforma e a revolução. Ao invés de objetivar a tomada do poder, o movimento tem assumido a mundana e contraditória tarefa de criar espaços de vida própria, de autonomia nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos, mediante a criação de cooperativas e escolas, recuperando tradições anarquistas. A evidência empírica demonstra que não estão esperando *a tomada do Palácio de Inverno*, mas criando ambientes de vida, embora suas lideranças não deixem de vislumbrar sonhos mais significativos (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Assim como as críticas desferidas por Navarro (2002) foram rebatidas no meio acadêmico por Porto-Gonçalves (2005), o MST também o fez através de Carvalho (2002), argumentando o autor que o movimento sem terra comporta em si uma dinâmica interna em seus núcleos de deliberação que, por sua vez, impossibilita a cristalização de uma estrutura de poder, sendo que, uma dessas razões pode ser encontrada nas ações de ocupações de terras, que são decididas e organizadas pela base social do movimento, impossíveis de serem controladas mediante uma instância organizacional burocrática centralizadora dessas decisões.

Ainda acerca das teses defendidas por Navarro (2002), deve-se considerar quanto aos limites de seu estudo que as evidências empíricas apresentadas pelo autor encontram-se quase que exclusivamente relacionadas a experiências vivenciadas pelo pesquisador na região sul do país, especialmente, gaúchas, consideradas por este como emblemáticas e representativas para poderem ser generalizadas para o restante do país, salientando ainda que praticamente todas as iniciativas engendradas pelo movimento sem terra foram primeiramente testadas neste estado, que tem servido de campo de experimentação para as diferentes iniciativas promovidas pela organização ao longo do tempo, depois repetidas nacionalmente.

Dessa maneira, Zander Navarro parece não levar muito em consideração em seu estudo que os movimentos sociais camponeses e os seus respectivos projetos de assentamentos rurais sofrem significativas influências do campo social em que se encontram inseridos, atuando e comportando-se de inúmeras e distintas maneiras pelos entes federativos ou regiões do país, não nos parecendo adequado, transferir estas experiências ou estudos de casos regionais para o restante do país.

1.2. As Estruturas Organizativas do MST e do MLST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra conseguiu desenvolver processos de organização e dinâmicas internas de estruturação que justificam sua força política (NAVARRO, 2002). A estrutura organizativa do MST corresponde à etapa de institucionalização do MST entre os anos de 1990 a 1999. Atualmente, esta estrutura

comporta três dimensões interativas: as instâncias de representação ²⁰, os setores de atividades ²¹ e as organizações vinculadas ²². As duas primeiras dimensões são fruto de um amplo processo de reflexão a respeito das modalidades de organização dos movimentos sociais que lutam pela posse da terra no país, representando a multiplicidade da organização camponesa, integrando os ambientes de decisões com as atividades primordiais para o desenvolvimento da luta. A terceira dimensão conserva a forma tradicional das instituições que se encontram vinculadas ao governo (FERNANDES, 2008a).

As instâncias de representação agregam distintos espaços, constituídos por inúmeras modalidades: núcleos, coordenadores, direções, encontros e o Congresso Nacional. Os núcleos são constituídos pelos grupos familiares de trabalhadores rurais sem-terra nos acampamentos e assentamentos rurais, que, por sua vez, elegem seus coordenadores que escolhem as coordenações regionais que elegem as coordenações das instâncias superiores e assim sucessivamente. Os coordenadores indicam, entre seus membros, os componentes da direção nas suas respectivas escalas. Os núcleos, as coordenações e as direções são os ambientes políticos por excelência do movimento sem-terra (FERNANDES, 2008a) ²³.

A partir das *instâncias de representação*, dos *setores de atividades* e das suas *organizações vinculadas*, o MST encontra-se organizado em 24 estados, presente nas cinco regiões do país, atingindo, dessa maneira, uma dimensão nacional com um contingente de 350 mil famílias assentadas que se encontram sob sua liderança mesmo após o processo de assentamento definitivo, pois entende que o acesso a terra é somente o primeiro passo de uma longa caminhada, sendo ainda necessárias políticas públicas complementares a conquista da terra (crédito, moradia, assistência técnica, entre outras) (MST, 2009).

Nestes projetos de assentamentos e acampamentos, o movimento tem procurado estabelecer uma estrutura a fim de possibilitar a participação democrática das famílias assentadas e acampadas para a tomada de decisões, estimulando inclusive com a participação de mulheres e adolescentes, ao organizar estas famílias nos chamados núcleos de base ou moradia (a fim de que discutam coletivamente os aspectos mais relevantes do assentamento - saúde, educação, produção, entre outros) a partir dos quais são eleitos os coordenadores e coordenadoras do assentamento/acampamento, sendo que, esta mesma estrutura tem se repetido em nível regional, estadual e nacional (MST, 2009).

²⁰ Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional, Encontro Estadual, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenação Regional, Coordenação de Assentamentos, Coordenação de Acampamentos, Núcleos da Base.

²¹ Secretaria Nacional, Secretarias Estaduais, Secretarias Regionais, Setor de Frente de Massa, Setor de Formação, Setor de Educação, Setor de Produção, Setor de Cooperação, Setor de Meio Ambiente, Setor de Comunicação, Setor de Finanças, Setor de Projetos, Setor de Direitos Humanos, Coletivo de Relações Internacionais, Setor de Saúde, Setor de Gênero, Coletivo de Cultura, Coletivo da Mística.

²² Associação Nacional de Cooperação Agrícola, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB), Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), Escola Nacional Florestan Fernandes.

²³ Observar na organicidade do movimento a presença de diversos paradigmas clássicos da esquerda tradicional, que fazem emergir a necessidade de uma estrutura orgânica constituída por dirigentes, coordenadores, comissões, departamentos e núcleos (LAZZARETTI, 2008).

A estrutura organizacional do movimento fundamenta-se em uma verticalidade que emerge da base para a cúpula, iniciando-se nos grupos de base e coordenações de assentamentos e acampamentos, passando pelas coordenações regionais, direções estaduais, coordenações estaduais, encontros estaduais, direção nacional, coordenação nacional, encontro nacional até chegar ao congresso nacional do movimento realizado a cada cinco anos. Paralelamente a esta estrutura existem os chamados setores e os coletivos, organizados desde o nível local até o nacionalmente, segundo as demandas de cada assentamento, acampamento, região ou estado, espaços as famílias buscam trabalhar cada uma das frentes necessárias para a reforma agrária, buscando desenvolver alternativas às políticas governamentais convencionais, tendo sempre em mente a perspectiva camponesa.

Quanto às periodicidades de atuação e objetos das instancias de representação, podemos destacar que o Congresso Nacional do MST constitui-se no espaço político mais significativo de deliberação do movimento sem terra, sendo neste encontro avaliado o período anterior e definidas as principais linhas conjunturais e estratégicas a serem adotadas para o próximo período, que são sintetizadas em palavras de ordem. No Encontro Nacional realizado, periodicamente, a cada dois anos, são avaliadas e atualizadas as decisões do Congresso Nacional, avaliando-se, formulando-se e aprovando-se ainda os pressupostos políticos e planos de trabalho dos setores de atividades (MORISSAWA, 2001).

A Coordenação Nacional é constituída por dois membros de cada estado, eleitos no Encontro Nacional (um do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) de cada estado e dois dos setores de atividades), reunindo-se segundo um cronograma anual e sendo de sua responsabilidade a realização das deliberações do Congresso e do Encontro Nacional e das decisões dos setores de atividades. A Direção Nacional do MST é formada por uma quantidade variável de membros, indicados pela Coordenação Nacional, sendo de sua responsabilidade acompanhar e representar os estados, bem como trabalhar pela organização do movimento mediante os setores de atividades. Abaixo destas instancias de representação encontram-se ainda os encontros estaduais, as coordenações estaduais, as direções estaduais, as coordenações regionais, os coordenadores de assentamentos e acampamentos e os grupos de base (MORISSAWA, 2001).

A partir deste modelo de organização, o movimento sem terra tem procurado ainda evitar o personalismo, tomando o cuidado de não atribuir a nenhum de seus membros o título de principal dirigente do MST. Para tanto, o MST vem adotando o princípio da direção colegiada, o que significa que todos os dirigentes possuem o mesmo grau de responsabilidade, muito embora o nome de João Pedro Stédile, comumente, apareça em evidência na mídia brasileira e internacional vinculado como principal liderança do movimento.

O MST tem se articulado ainda em torno de organizações internacionais camponesas, a exemplo da Via Campesina. A respeito dessa agregação do MST com a Via Campesina, Fabrini (2011) nos esclarece que a partir das transformações produtivas, tecnológicas e do setor de comunicações os movimentos sociais passaram a constituir redes de ações políticas que atingiram escalas nacional e internacional, como se ocorresse uma “mundialização”, não somente da economia, mas também das lutas e resistências contra a globalização do capital.

A realização da reforma agrária no país, a garantia de trabalho no campo e a qualidade de vida para a população camponesa são bandeiras defendidas tanto pelo MST

como pelo MSLT mediante a adoção de idênticas modalidades de luta, mas a partir de uma institucionalidade um pouco distinta. Ao que tudo indica o MLST não dispõe de uma sofisticada estrutura organizativa como comporta o MST, com suas instâncias de representação, setores de atividades e organizações vinculadas.

O MLST comporta uma estrutura organizativa muito semelhante ao MST, porém, não tão sofisticada quanto à deste, possuindo também uma coordenação nacional, coordenadores regionais, estaduais, de assentamento e acampamento. Diferenciando-se do MST, a coordenação regional constitui uma instância superior de decisão à coordenação estadual, mas, assim como o MST, o congresso nacional, realizado a cada quatro anos, é a maior instância de deliberação do movimento (VALE, 2011).

Ainda quanto à sua organicidade, o MLST pode ser caracterizado como constituído por uma alta cúpula que comporta rígida hierarquia, que possui uma proposta extremamente radical sobre a implantação da reforma agrária no país, com um discurso em defesa da revolução socialista, mas, assim como o MST, o MLST caracteriza-se pelo seu personalismo, materializado especial e, respectivamente, nas pessoas de João Pedro Stédile e Bruno Maranhão, considerados os principais dirigentes nacionais desses movimentos sociais. Por outro lado, ao contrário do MST, onde as decisões são descentralizadas, participando as lideranças do movimento sem terra das ocupações ou tomando conhecimento delas somente depois que ocorreram, característica esta garantida pelo próprio processo de formação do movimento, pois emergiu nas e das bases sociais populares, no MLST, é uma cúpula que decide e é sua base social que realiza as ações de ocupações de terras, constituindo-se, dessa maneira, muito mais como uma estrutura de partido do que de movimento social (MITIDIERO, 2002) ²⁴. Neste sentido, o MLST estaria caminhando na contramão da relação em que entende Fabrini (2011) entre movimentos sociais e território:

Movimentos sociais e território são categorias que se identificam, pois ambas estão à contramão de decisões centralizadas de cúpulas estatais, partidárias ou empresariais. Tais categorias estão relacionadas a uma ordenação social construída de “baixo para cima”, em que a sociedade civil organizada assume poder sobre o espaço. Portanto, possuem uma dimensão política construída a partir da base – base esta que se constitui no centro de comando na tomada das decisões (FABRINI, p. 103, 2011).

Ainda que os movimentos sociais impliquem em uma possibilidade de participação alavancada a partir das bases, esta não deve ser confundida com um “basismo”, em que os sujeitos encontram-se dispersos e desenvolvem uma ação política espontânea e sem forma definida. Nesse sentido, emergiu certa “institucionalização”, especialmente, a partir da década de 1990, momento em que os movimentos sociais passaram a apresentar uma dimensão orgânica com um vínculo mais estreito entre a “base” e a “direção” do movimento, emergida do berço das lutas. Dessa maneira, uma estrutura de organização se fortaleceu com a

²⁴ Ainda a respeito do MST constituir-se como um movimento social ou como uma estrutura de partido político, temos a significativa contribuição de Brenneisen (2000) que afirma que: “O MST não é um partido político ou pelo menos não se organizou para constituir-se enquanto tal. No entanto, a partir da adoção de estratégias leninistas, ou seja, a partir da adoção do centralismo democrático, tornou-se uma organização, aproximando-se em termos de estrutura muito mais da formação de um partido político que de um movimento social” (BRENNSEIN, 2000, p. 87).

formação de secretarias regionais, estaduais, nacional e internacional, articuladas entre si, como é o caso do MST.

1.4. A Organização Social e a Produção nos Assentamentos Rurais do MST e do MLST

Os projetos de assentamentos rurais oriundos da política de reforma agrária vêm sendo definidos de forma genérica como “a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com terra” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7) e mais, pormenorizadamente, esses territórios da reforma agrária também vêm sendo conceituados como um espaço de luta e conquista arrancada das mãos do capital agroindustrial, configurando-se como um espaço da territorialização dos trabalhadores rurais sem-terra e desterritorialização do capital, sendo sua realização, geralmente, precedida pelas ocupações, que também possuem conteúdo territorial, pois implicam no solapamento do domínio dos latifundiários, constituem-se em um pré-requisito para a territorialização mais intensa dos sem terra materializada nos assentamentos, que possuem uma força territorial mais intensa, pois o camponês possui maior domínio sobre o espaço, assentar é dominar, controlar e ter poder sobre o espaço, o que, por sua vez, configura o território (FABRINI, 2011). Neste mesmo sentido, podemos acrescentar o pensamento de Oliveira (2001a) que entende os acampamentos e assentamentos como:

(...) novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão - reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e bóias-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, a transformação da ação organizada das novas lideranças abre novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo são componentes ainda localizados no campo brasileiro, sinal inequívoco de que estes trabalhadores, apesar de tudo, ainda lutam (OLIVEIRA, 2001a,s/d).

No entanto, mesmo após o assentamento o território continua a ser um espaço em permanente disputa (SOUZA, 2009a), pois os camponeses, mesmo constituindo uma classe social hegemônica, não conseguem exercer a dominação/controle/poder total e completo sobre o espaço. A partir da terra conquistada se desenvolvem novas modalidades de lutas em um processo que articula ocupação-acampamento-assentamento, possibilitando a ampliação da espacialização das lutas e territorialização camponesa. O território constitui-se dessa maneira no fundamento a partir do qual emana as lutas camponesas, a força dos movimentos sociais. As lutas camponesas se alimentam da força do território, permitindo ainda potencializar a cooperação, a solidariedade e a construção da igualdade entre as famílias assentada. Nos projetos de assentamentos rurais, são recuperados e recriados um conjunto de saberes e conhecimentos que se encontravam diluídos no território do capital. Dessa maneira, os valores comunitários, solidariedade, trabalho cooperativo, cooperação mútua e produção de

autoconsumo não são completamente extirpados do ambiente agrário brasileiro (FABRINI, 2011).

Neste mesmo sentido, os projetos de assentamentos rurais também podem ser considerados como um espaço que exprime conteúdo histórico como resultado de processos políticos e sociais, trata-se de um espaço onde se concretizam as relações sociais, no caso específico, as relações camponesas. Nestes espaços, os assentados constroem o território camponês observado nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Dessa maneira, torna-se significativo compreender de que maneira as relações se realizam no espaço e como constituem condição de preservação e criação de novas ou antigas relações (FABRINI, 2002).

O paradigma organizacional implementado pelo MST nos projetos de assentamentos que exerce liderança e que, por sua vez, tem visado à (re) territorialização de famílias de trabalhadores rurais assentadas nestas áreas da reforma agrária, também tem se revelado como um tema extremamente controverso, principalmente, com relação à participação democrática dessas famílias na construção coletiva do projeto político desses assentamentos, especialmente, em razão de uma série de equivocadas impressões, tais como, as referidas análises desenvolvidas por José de Souza Martins (2000) e Zander Navarro (1997, 2002), que desferem críticas à estrutura organizativa do movimento e que, por extensão, podem ser aplicadas às experiências organizativas no interior de seus projetos de assentamentos, análises essas às quais se contrapõem as realizadas por Bernardo Mançano Fernandes (1999) e Mitsue Morissawa (2001) que, sem um crivo analítico bem apurado, acabam por superestimar a capacidade de organização social do movimento nestes territórios da reforma agrária.

A respeito do paradigma organizacional implementado pelo MST em seus projetos de assentamentos, esclarece Morissawa (2001) que o movimento vem desenvolvendo em algumas regiões do país uma experiência de núcleos de moradia, que, por sua vez, diferem-se das chamadas agrovilas ²⁵, pois nestas experiências as moradias são construídas nos lotes familiares. Nesta forma de organização, o assentamento é dividido em lotes de tal maneira que facilita a proximidade entre as inúmeras casas. Dessa maneira, em um assentamento existem diversos núcleos, cuja dimensão varia de acordo com a topografia, hidrografia e estradas existentes no local. Em média os núcleos comportam 15 grupos familiares. No interior de cada núcleo, existe um espaço destinado para a construção dos inúmeros equipamentos de infraestrutura coletiva (MORISSAWA, 2001).

Nos núcleos de base ou moradia são ainda organizados os principais serviços, ocorrendo uma divisão de tarefas. Desta maneira, são constituídos os diversos setores dentro de um acampamento a fim de facilitar o dia a dia das famílias acampadas, tais como: educação, saúde, alimentação, higiene, religião, produção, finanças, lazer, entre outros. Para cada um desses setores existe um respectivo coordenador e as equipes de trabalho, que são responsáveis pelas tarefas e se reúnem periodicamente para avaliar e planejar as ações. Nos acampamentos ou assentamentos do movimento sem-terra, existe ainda uma coordenação geral, eleita pelas famílias acampadas ou assentadas, a qual possui a incumbência de conceder coesão ao trabalho das inúmeras equipes, tais como encaminhar lutas, negociar com o

²⁵ Na organização em agrovilas, as moradias são construídas em um lote destinado para esse objetivo. Inúmeras regras sociais são estabelecidas entre os assentados a fim de garantirem uma pretensa harmonia social (MORISSAWA, 2001).

governo e se relacionar com a sociedade. A assembleia geral das famílias acampadas, que se reúne também periodicamente é o órgão máximo de decisão de um acampamento (SOUZA; BERGAMASCO, 2006).

Apesar das excelentes análises realizadas sobre esse modelo de organização social, implementado pelo MST em seus projetos de assentamentos rurais, o que tem invariavelmente fugido a estes estudos é a existência de um regimento interno estabelecido pelo movimento para as famílias que tem exercido liderança, um corpo jurídico constituído por um rigoroso conjunto de normas que são obrigatórias a todos os assentados ²⁶. Neste sentido, cabe destacar que muitas dessas regras são determinadas pela cúpula do próprio movimento, sem a participação coletiva das famílias assentadas, sendo aplicadas à totalidade dos assentados, o que, por sua vez, não garante uma construção plenamente participativa da coletividade. Caso ocorra a violação de alguma das regras estabelecidas, a pessoa infratora é conduzida para um diálogo junto aos coordenadores do assentamento a fim de que encontrem uma possível solução para a infração cometida ou a uma espécie de julgamento coletivo.

A penalidade mais grave a ser aplicada para as infrações constitui-se na expulsão da pessoa do assentamento, um processo que os assentados têm denominado como auto exclusão, um tipo de eufemismo, pois a pessoa ao quebrar uma das regras estabelecidas estaria se auto excluindo da comunidade. Dessa maneira, evidencia-se no movimento uma forte preocupação manter o controle social no assentamento como uma forma de garantir a coesão social entre as famílias assentadas e o sucesso das reivindicações sociais pretendidas pelos assentados (BORELLI FILHO, 2009). Quanto às regras morais, éticas e comportamentais existentes nos projetos de assentamento do MLST, aparentemente, esse movimento possui uma forma de organização social mais moderada compara à implementada pelo MST em seus assentamentos, não se caracterizando como tão rigoroso.

Atualmente, o movimento possui entre 400 e 500 famílias assentadas em todo o país, estimulando-as para a criação de cooperativas ou o que denominam como Empresas Agrícolas Comunitárias (EAC), isto é, a implantação em seus projetos de assentamentos de um modelo de produção autossustentável a fim de se contrapor ao latifúndio e a grande empresa capitalista rural. Assim como o MST, o movimento tem encontrado dificuldades na formação política e técnica, especialmente, na passagem da fase acampamento para o assentamento, momento em que tem prevalecido o sentimento individualista sobre valores coletivos. Diferenciando-se do MST, mais preocupado com o número de ocupações e a criação de novos projetos de assentamentos em larga escala, a fim de obter visibilidade, o MLST tem se mostrado mais preocupado com o desenvolvimento de seus projetos de assentamentos, especialmente, com relação a sua consolidação econômica (VALE, 2011).

Assim como o MLST, a viabilidade econômica dos projetos de assentamentos rurais constitui também uma preocupação das lideranças do MST, sendo que, para estas lideranças,

²⁶ Na Região de Ribeirão Preto, o regimento interno do assentamento Mário Lago foi logo estabelecido na fase de acampamento, em 2003. Dentre as regras existentes no assentamento, podem ser citadas as seguintes proibições: o uso de entorpecentes; o alcoolismo; adultério; abandono do lar; prostituição; assédio sexual; qualquer espécie de agressão (moral e/ou física); estupro; a prática do roubo ou furto tanto dentro, como fora do assentamento; a comercialização individual de produtos no assentamento, que, por sua vez, pretende manter um nivelamento social entre as famílias; arrecadação individual de bens para o assentamento, sendo permitida somente a arrecadação coletiva.

o cooperativismo representa a melhor resposta a esta preocupação através da criação das Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS) e das Cooperativas de Produção Agrícola (CPA), um tipo de cooperativa em que os fatores de produção (capital, terra e trabalho) são administrados coletivamente (BRENNEISEN, 2000). Apesar de o movimento sem terra fomentar as mais diversas modalidades de associativismo em seus projetos de assentamentos rurais, para o MST, a criação de cooperativas agrícolas ainda representam o principal modelo de organização econômica, social e política, pois entende que cooperação é o mesmo que cooperativa ou se estabelece através da criação desta (SOUZA; BERGAMASCO, 2006).

Apesar de o sistema cooperativista ter sido somente implantado no início da década de 1990, os seus fundamentos político-ideológicos encontram-se formulados desde os anos 80, na cartilha *Elementos sobre a teoria da organização no campo*, cuja autoria é de Clodomir Santos de Moraes que se fundamenta em uma determinada concepção de socialismo, que encontra no marxismo-leninista sua maior expressão (BRENNEISEN, 2000). Dessa maneira, a organização cooperativista do MST destinar-se-ia segundo o autor a incutir a disciplina nos camponeses e a extirpar o que entende por “vícios pequeno-burgueses”, ou seja, o apego à propriedade dos meios de produção (MORAIS, 1980).

A respeito da adoção do sistema cooperativista para os projetos de assentamentos rurais do MST, João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernandes (1999), em “Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil” nos esclarecem que a ideologia e a ação política do movimento quanto às formas de cooperação agrícola remontam às primeiras ocupações realizadas na década de 80, momento em que, o MST encontrava enormes dificuldades na implantação desse sistema, pois, à época, os trabalhadores rurais assentados possuíam ainda uma visão demasiadamente romântica da produção, sua memória histórica encontrava-se em uma etapa anterior à modernização da agricultura, sendo, dessa maneira, muito difícil para as lideranças do movimento sem terra encaminharem qualquer tipo de discussão que envolvessem concepções mais técnicas sobre a organização da produção.

O único debate que conseguiam realizar foi pelo viés idealista cristão, o que não se constituía em uma visão cientificamente bem elaborada. Durante este período, as lideranças do movimento chegam à conclusão de que a simples ocupação e distribuição de terras não resolviam o problema, era necessário que a própria base do movimento começasse a enfrentar os problemas reais: necessidade de mecanizar as lavouras, mudança de padrão técnico do seu trabalho e acesso ao crédito. Esse período histórico corresponde com o fim do regime militar e com o término de créditos subsidiados, que constituíam a base de sustentação da reforma agrária. Foi, portanto, o término do subsídio dos governos militares, em 1986, que forçou a base do movimento a pensar a organização da produção e a abrir uma nova frente de luta por um crédito especial para reforma agrária, que acabou dando origem ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

Durante a Nova República, o movimento conseguiu a adesão de técnicos (Lino de David e Norbert Hesselen) que, vinculados à sua ideologia, passaram a assessorar em nível nacional, dando início a um debate mais sistematizado sobre a necessidade da cooperação agrícola. Durante esta nova fase, o movimento não se prende a uma única forma de cooperação agrícola, suas lideranças passaram também a viajar pela América Latina a fim de tomarem conhecimento das mais diversas experiências de cooperação (suas virtudes e

limites), sendo também, durante esse período que o MST passa a sofrer influência do pensamento de Clodomir Santos de Moraes, com os denominados laboratórios de cooperativas ou empresas associativas (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

A respeito da implantação do sistema de cooperativas nos projetos de assentamentos rurais organizados pelo MST no interior do estado de São Paulo, cabe, contudo, observar que pouca prosperidade, em termos de permanência e expressão regional, obtiveram as experiências que postulavam a gestão coletiva da terra e do conjunto dos meios de produção nesses projetos de assentamentos rurais, sobrevivendo essas experiências em número bem reduzido (FERRANTE *et al*, 2006). Lazzaretti (2008) também possui uma provável explicação para esse insucesso das cooperativas criadas pelo movimento sem terra. Ao pesquisar uma associação e uma cooperativa de produção agropecuária em um projeto de assentamento na região nordeste do país, coordenado pelo MST, confirmou que nesses projetos de assentamentos predominava o comportamento individualista dos grupos familiares assentados quanto à gestão, à utilização e à posse da terra.

Neste mesmo sentido, temos uma contribuição de João E. Fabrini (2002) esclarecendo que, no modelo de desenvolvimento territorial, postulado pelo movimento para seus projetos de assentamentos, materializado através das cooperativas, o camponês não tem lugar. Consideradas como uma estrutura superior de organização a fim de viabilizar o desenvolvimento territorial dos projetos de assentamentos, este paradigma encontra-se alicerçado em um conteúdo teórico que entende a superioridade operária e as modernas relações de produção a fim de construir um território propício ao processo revolucionário. No entanto, os trabalhadores rurais têm resistido a esse modelo de desenvolvimento territorial elaborado pelo movimento sem terra, procurando colocar em prática um projeto que passa pela existência camponesa, materializada na formação de uma variedade de grupos de assentados como núcleos de produção, grupos coletivos, associações, grupos de vizinhança marcados por relações de solidariedade.

No decorrer da década de 1990, para além da organização cooperativista, da assistência técnica e da educação, o MST começou também a incorporar a temática da sustentabilidade ambiental à sua concepção de reforma agrária e em suas proposituras para os seus projetos de assentamentos rurais, trabalhando não somente na perspectiva econômica da conquista da terra, mas também na intenção de estabelecer novas relações sociais na agricultura. Entre os diversos elementos que o movimento sem terra vem trabalhando e que, por sua vez, demonstram a sua dinâmica em seus projetos de assentamentos, pode-se mencionar a prática da agroecologia, cujos fundamentos vêm ao encontro da busca pela transformação das relações sociais na agricultura, de dependência, exploração e degradação ambiental, substituindo-as por práticas que atinam para uma agricultura mais sustentável (GOMES; SILVEIRA, 2010), desenvolvendo, dessa maneira, um novo paradigma de produção cujo objetivo central é não ocasionar prejuízos aos seres humanos e ao meio ambiente, reduzindo ainda os custos de produção (MORISSAWA, 2001).

Ao estabelecer para a sua base social em seus projetos de assentamentos um novo modelo de organização da produção, fundamentado em bases agroecológicas e na gestão coletiva, mesmo que parcial, do conjunto dos meios de produção, associando a política reforma agrária à preservação ambiental, o movimento sem terra (além de ganhar a simpatia

das organizações que lutam por essa causa ambiental, trazendo-as para a sua própria luta) desfere uma crítica um modelo de produção alicerçado no individualismo, que reforça os interesses individuais em detrimento da coletividade.

Além do sistema cooperativista e da agroecologia o MST tem apostado em seus projetos de assentamentos na diversificação da produção agrícola de alimentos como uma forma de garantir a reprodução social das famílias assentadas mediante o autoconsumo, em um primeiro momento, e a comercialização individual e/ou coletiva através de convênios firmados com organismos estatais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, rejeitando ainda a inserção em seus assentamentos da produção de alimentos geneticamente modificados (transgênicos), bem como de culturas agrícola inerentes ao agronegócio (cana-de-açúcar, soja, eucalipto) consideradas nocivas pelo movimento ao meio ambiente e as relações sociais que se estabelecem a partir desses produtos agrícolas.

Em seus projetos de assentamentos, o movimento tem ainda investido em seus projetos de assentamentos rurais na agroindústria rural, mista e tradicional, isto é, no desenvolvimento de atividades não agrícolas, sobretudo, a fim de agregar valor aos produtos agrícola produzidos, elevando a renda das famílias assentadas, além de gerar novos postos de trabalho, elevar o nível de qualificação técnica do trabalhador rural, contribuindo, dessa maneira, para fixar as futuras gerações, evitando assim um novo êxodo rural-urbano.

Por fim, cabe considerar ainda que diversas são as críticas desferidas sobre a viabilidade econômica dos projetos de assentamentos rurais liderados pelo MST, que os consideram como unidades agrícolas dependentes de financiamento estatal, em uma pretensa tentativa de preservar artificialmente uma agricultura de minifúndios em regime de produção familiar, economicamente inviável frente às pressões competitivas exercidas pelo processo da globalização, exigindo o estabelecimento do agronegócio. Em contrapartida a este argumento, o movimento sem-terra assiná-la que também agronegócio necessita de condições artificialmente criadas, entendidas como significativos créditos e subsídios, produzindo, constantemente, em situações insustentáveis do ponto de vista ambiental, econômica e socialmente injustas, salientado ainda os benefícios políticos e sociais decorrentes da inserção social e econômica gerada em função da criação de seus projetos de assentamentos rurais.

1.5. O Território: fundamento das relações sociais e de poder

Apresentar uma definição pronta e acabada para o conceito de território vem se transformando em uma tarefa extremamente árdua para as Ciências Humanas e Sociais e, em especial, para a Geografia, levando-se em consideração as formas políticas de apropriação do conceito, no sentido mais pragmático do termo, e as apropriações teóricas, sem desconsiderar sua correlação com as primeiras, que passaram, em última instância, a determinar capacidades explicativas um pouco além do que enseja o conceito (SOUZA, 2009a).

Muito próximo a essa problemática, outra vem se levantando e diz respeito ao processo de territorialização do campesinato brasileiro pelos inúmeros entes federativos do país, comumente, analisado por inúmeros pesquisadores a partir de uma mera descrição quantitativa da divisão e distribuição de terras arrecadada pelo governo federal para o programa nacional de reforma agrária em contraposição à agricultura capitalista

(agronegócio), partindo do pressuposto que a simples desapropriação de áreas e a implementação de projetos de assentamentos rurais por si só configuram o território dessa política pública, uma concepção que deixa de fundamentar o processo de consolidação territorial a partir da análise das relações sociais de produção e formas de reprodução social que permitem produzir a diferenciação sócio-espacial de um projeto de assentamento em relação aos processos de territorialização do capital agroindustrial.

O espaço agrário brasileiro encontra-se em um intenso e permanente processo de transformação, acrescentando, a cada instante, novos conteúdos que, por sua vez, exigem uma interpretação da Geografia enquanto ciência humana. Nesse contexto de transformações, o território emerge como categoria e dimensão basilar da realidade espacial, conceito este para o qual existem distintas definições realizadas a partir do enfoque econômico, cultural, político, simbólico-imaterial (FABRINI, 2011).

As discussões que vêm se travando em torno dos conceitos de espaço e território, objetos de intensos e profundos debates entre geógrafos e cientistas sociais, tiveram seu início com a modernidade. A interpretação hegemônica de território foi construída por diversos autores a partir do pensamento de Claude Raffestin (1993), sendo este conceito entendido como emanção de poder derivado do Estado (território nação) ou grupos sociais capazes de exercerem determinado controle, domínio, comando e autoridade sobre o espaço.

A partir desta perspectiva o conceito de espaço tem sido apreendido para além de uma perspectiva euclidiana, de um plano físico, como uma dimensão social reveladora da historicidade do fazer humano. Por sua vez, o conceito de território vem sendo, historicamente, concebido, definido e demarcado mediante as relações de poder inerentes a qualquer meio social em que os indivíduos se encontrem (RAFFESTIN, 1993) ²⁷.

Contudo, neste sentido, cabe considerar que este processo não se dá de forma mimética, como demarcação político-jurídica, que vincula o conceito ao Estado, sendo este último sua expressão na conformação de limites e que expressaria, portanto, território e não território, como recorte espacial. Ao contrário, parte-se de uma compreensão que a dimensão territorial apresenta elementos espaciais de continuidade e descontinuidade, o que resulta em afirmar que o território deixa de ser um conceito que explica, para transformar-se em um fenômeno que exige uma explicação e que produz conhecimento (SOUZA, 2009a).

A seguir procura-se apresentar algumas concepções acerca do conceito de espaço geográfico (especialmente, mediante acepções que privilegiam o seu caráter político ou a dominação-apropriação) e território, procurando demonstrar sua intrínseca relação teórica com a geografia entendida como campo de ciência. A análise da categoria espaço tem envolvido distintas e inúmeras perspectivas e metodologias para sua compreensão, apresentando-se como insuficientes as concepções simplesmente idealistas. Como exemplo de uma definição filosófica idealista insuficiente da categoria espaço, podemos destacar a

²⁷ Michel Foucault (1981) nos adverte que uma sociedade sem a existência de relações de poder pode ser considerada uma ficção, as relações de poder exercidas no meio social não somente encontra-se necessariamente relacionadas com o aparato burocrático estatal e com as autoridades formalmente constituídas, ocorrendo sim de maneira difusa, distinta, nas mais diversas instâncias da vida social e cultural, em uma multiplicidade de sentidos, em distintos e variados níveis, inúmeras vezes tornando-se imperceptíveis. Dessa maneira, a estrutura social estaria atravessada por múltiplas relações de poder, inerentes ao corpo social, atingindo a realidade concreta dos agentes sociais, penetrando suas práticas cotidianas.

conceituação apresentada por Kant (2001) no século XVIII definindo o espaço, assim como o tempo, como uma categoria da intuição, não como materialidade e/ou uma realidade objetiva externa ao sujeito, mas sim como uma forma de perceber os fenômenos, um elemento da capacidade cognitiva do próprio sujeito. A partir desta perspectiva idealista da categoria espaço torna-se imperceptível apreender as contradições, os conflitos e os movimentos que integram a dimensão espacial da realidade e o quanto as dimensões subjetivas encontram-se intrinsecamente relacionadas às dimensões objetivas.

Direcionando-se para o pensamento filosófico desenvolvido durante o século XX, encontramos as proposições defendidas por Henri Lefebvre (1974) que, em uma abordagem objetiva, postula que as práticas espaciais determinam a existência, não a cria. Dessa maneira, o filósofo avança, apresentado uma perspectiva política-ideológico-política, pois o espaço não possui em si poder, não determina as contradições espaciais, que são contradições da sociedade, entre as forças e as relações de produção, como, por exemplo, que meramente surgem no espaço e assim engendram as contradições. A partir desta perspectiva analítica, o espaço se dá por condições objetivas e subjetivas que constituem uma realidade multidimensional, reforçando a natureza contraditória do espaço geográfico.

Adentrando o pensamento geográfico brasileiro encontramos uma significativa contribuição de Milton Santos (1997) à categoria espaço, buscando conceder centralidade ao espaço como categoria analítica na geografia. Para o autor, o espaço geográfico é concebido como um sistema de objetos e um sistema de ações constituído por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, considerados como um quadro único no qual a história desenvolve-se. No princípio, o que havia era a natureza selvagem, constituída por objetos naturais, que ao longo da história foram sendo substituídos por objetos produzidos, objetos técnicos, mecanizados e cibernéticos que fazem com que a natureza artificial funcione semelhante a uma máquina.

A perspectiva de Milton Santos (1997) que trata o espaço como uma dimensão geográfica e que da ação humana e que revela uma historicidade está presente em Saquet (2002) que define o espaço geográfico como um produto da “dinâmica sócio-espacial”, como oriundo das relações sociais que os seres humanos estabelecem entre si, com a natureza inata e consigo mesmo. O espaço é o cotidiano reproduzido mediante o trabalho e demais atividades que o ser humano realiza, revelando antinomias e desigualdades sociais, sendo, ao mesmo tempo, produto e condição dos processos sociais.

Dessa maneira, espaço e sociedade condicionam-se mutuamente. A respeito do processo de apropriação e construção do espaço geográfico, esclarece que o novo não chega a todos os lugares no mesmo momento histórico. O processo de construção do espaço geográfico registra os inúmeros momentos da dinâmica da sociedade e, as peculiaridades dos lugares. Os sujeitos desta dinâmica materializam-se e marcam os tempos, os quais estão subordinados às forças do modo de produção capitalista. A caracterização destes momentos faz com que o espaço geográfico seja resultado e condição da contraditória dinâmica sócio-espacial (SAQUET, 2002).

Rui Moreira (2005) foi um dos primeiros a debruçar-se sobre a questão da espacialidade como um “locus” concreto e particular de determinado nível de relação entre sociedade e natureza, a partir da aplicação do conceito de sociabilidade de Georg Lukács,

defendendo que este conceito acrescenta o sentido ontológico do meio geográfico que falta a categoria de gênero de vida (Vidal de Lablache) e meio técnico (Milton Santos). De acordo com o autor, a sociabilidade é o todo constituído pela conexão das esferas inorgânica, orgânica e social, realizada pelo metabolismo do trabalho e direcionada no sentido do salto de qualidade da história natural da natureza (em que se inclui o homem-natureza) para a história social do homem (em que a “primeira natureza” se transforma em “segunda natureza”). Dessa maneira, é uma concepção focada no conceito do trabalho, entendido como princípio formador do ser humano, em sua acepção ontológica de processo de constituição do ser humano, de hominização do ser humano pelo próprio homem mediante o trabalho.

Na análise geográfica do movimento social camponês a que nos propomo-nos, o MST, além da preocupação em compreender seu conteúdo histórico e formas de organização, torna-se indispensável à compreensão dos espaços e territórios produzidos por este sujeito social signatário. Para a compreensão desse processo os conceitos de espaço e território apresentam-se como os mais apropriados, sendo ambos trabalhados por Raffestin (1993), pois é a partir das suas modalidades de luta que o movimento se espacializa, transformando, a partir desse processo, espaços em territórios.

De acordo com Raffestin (1993), o território é um espaço onde se projetou um trabalho, constituído por ação e poder que se manifestam por indivíduos ou grupos. Poder e território são enfocados conjuntamente pelo autor, pois se encontram intrinsecamente relacionados em todas as relações sociais. Prevalece em sua análise o caráter político do território, pois esse é um espaço onde se projetou um trabalho, mas não de qualquer espécie, um trabalho que está marcado por relações de poder. O território se alicerça no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço.

Espaço e território não são termos equivalentes (...). É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível (RAFFESTIN 1993, p. 143).

A partir desta perspectiva, podemos entender que foi mediante a implementação das suas diversas modalidades de luta que o MST atingiu sua efetiva materialização nos múltiplos e distintos espaços do país, territorializando-se em oposição à contínua concentração fundiária, à elevação da violência no campo, à miséria vivenciada pelos trabalhadores rurais sem terra, à expulsão do campesinato de suas terras, da perspectiva da não realização da reforma agrária pelos sucessivos governos e, por fim, como esperança de vida para uma significativa parcela dos trabalhadores rurais sem terra (LUZ *et al*, 2009).

Dessa maneira, a espacialização da luta pela posse da terra deve ser observada nas múltiplas ações desenvolvidas pelo movimento, tais como: as ocupações de terras seguidas de seus respectivos acampamentos; caminhadas, marchas e passeatas; a ocupação de prédios públicos; a (re) ocupação de terras após processos de reintegrações de posse e os acampamentos de às margens de rodovias; a efetivação da participação das mulheres e dos jovens na luta pela terra; os bloqueios (de estradas); a realização de eventos; a efetivação do movimento na mídia; a sua repercussão nacional através da opinião pública; a sua repercussão

internacional (internacionalização do movimento); sua repercussão na vida política brasileira e com relação às elites agrárias (LUZ *et al*, 2009).

Álvaro Heidrich (2004), também aborda a constituição do território como comportando características direcionadas ao campo do poder. No entanto, para este autor, o território completo que abarca apropriação, identidade, domínio, pertencimento, demarcação, separação é meramente o desenvolvimento de territorialidades, onde somente parcelas destas características encontram-se presentes. O princípio da territorialidade consiste na manifestação de ocupação do espaço, que pode apresentar-se como absoluto ou relativo, absoluto no sentido do espaço concreto e relativo no sentido de relações entre objetos.

Rogério Haesbaert (2004), também diferencia essas duas abordagens da qual trata Heidrich (2004), identificando com relação ao território, análises que relatam o seu caráter “absoluto”, como algo ou como coisa (substrato concreto), ou “relacional”, como resultado de relações sociais ou de relações de poder. Ao conceituar o território, distintamente de Raffestin (1993), aborda não somente as dimensões políticas e econômicas, mas também o cultural. Esclarece que, desde a sua origem, o território surge com um duplo significado: material e simbólica, pois, em sua raiz etimológica, encontra-se tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror), tendo a ver com dominação da terra e com a inspiração do terror, especialmente para os que, a partir desta dominação, permanecem excluídos da terra, ou no território são impedidos de adentrar.

Haesbaert (2004) procurou também desmistificar em seus estudos o mito da desterritorialização, defendendo que a sociedade não pode viver sem território, pois quando o sujeito é desterritorializado, este se territorializa em outro um espaço.

O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição do território não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. Território, visto aqui numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos (HAESBAERT, 2004, p. 16).

Neste sentido, contudo, cabe observar também que, se por um lado, a sociedade não pode existir sem territorialidade, pode ocorrer um processo territorialização precária dos indivíduos. Neste caso, o sujeito ou grupo social envolvido possui um precário controle sobre o espaço. A delimitação ou jurisdição de poder implícita no território possui uma escala que pode ser macro, como uma nação ou conjunto de nações, ou micro, como, por exemplo, uma propriedade rural. O poder institucionalizado expresso no Estado, principalmente, garante o domínio do espaço, configurando o território de uma nação (FABRINI, 2011).

No entanto, o território pode se constituir a margem da institucionalidade, quando a sociedade civil mobilizada e organizada assume o poder sobre o espaço, como, por exemplo, em um acampamento de trabalhadores rurais sem-terra, em que o controle pertence aos sujeitos organizados em torno do movimento social que exerce liderança sobre as famílias acampadas. Embora o controle do espaço de um acampamento não seja completo, a formação

do território está sujeita às forças sociais que são protagonistas no processo de sua formação (FABRINI, 2011).

A contribuição de Spósito (2004) ao conceito de território pode ser verificada na acepção jurídica que acrescenta ao termo, referindo-se a este como a base geográfica de um Estado, sobre o qual este exerce a sua soberania, abrangendo o conjunto de fenômenos físicos e fenômenos decorrentes das ações sociais, tornando-se concreto quando associado à sociedade em termos jurídicos, políticos e econômicos. O território é fonte de recursos e somente dessa maneira pode ser concebido quando focado em sua relação com a sociedade e as suas relações de produção, portanto, pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza.

Não desmerecendo as contribuições de Milton Santos, Rui Moreira, entre outros sobre a questão do espaço, entende o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira que este conceito não constituiu a problemática central dos estudos geográficos. A teoria do espaço é uma das possibilidades, mas a Geografia é a ciência que deve ter no centro de suas preocupações o território (OLIVEIRA, 2007a).

No sentido de compreender o território à luz do contexto contraditório das relações sociais de produção, faz-se necessário recuperar a interpretação realizada por Oliveira (2007a), pois o autor deposita o contexto de classe no âmago das interpretações, pois são as relações sociais de produção que determinam a configuração do território (FABRINI, 2011).

(...) o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas, a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 2007a, p. 4).

O processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/ manutenção/ transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente desigual e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. O processo de valorização é assim compreendido como fruto do processo de transformação que a produção e a reprodução passam. Isto significa dizer que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, que a produção é produto contraditório de constituição do capital: e que a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2007a, p. 5).

Dessa maneira, quando os movimentos sociais camponeses ocupam uma determinada propriedade, estes estão se confrontando com outra classe social, com a classe dos proprietários de terras, concepção esta que não deve ser abandonada, pois é através das

lutas sociais que a sociedade se desenvolve, sendo evidente que as situações de conflito encontram-se presentes na sociedade, a luta de classe se manifesta do ponto de vista do controle efetivo do território. Neste sentido, o desejo maior dos capitalistas é que esses trabalhadores não constituam um território, que não tenham um lugar onde conversar, se organizar e começar a realizar novos enfrentamentos (OLIVEIRA, 2007a).

A partir das contribuições elaboradas por Raffestin (1993), Heidrich (2004), Hasbaert (2004), Spósito (2004) e Oliveira (2007), dentre outros autores, o conceito de território vem sendo definido por Souza (2009a) como um conjunto de relações sociais alicerçadas sobre as relações de poder, o território é a primeira maneira de conceder sentido às relações de poder e as transformações na organização das relações sociais correspondem às transformações nas representações de poder. Dessa maneira, o conceito de território vem sendo trabalhado pelo autor a partir de seus quatro elementos constitutivos: as relações de poder, os símbolos, as normas organizativas e a identidade subjetiva, elementos esses considerados pelo autor como fundamentais para determinar os níveis de apropriação dos movimentos sociais e de consolidação territorial do campesinato.

a) as relações de poder, elas se explicitam pelas formas organizativas, nos espaços de sociabilidade (não territoriais, porque seria assumir o objeto como cognoscente e não o sujeito, para romper qualquer aproximação com a ideia de que existem territórios em disputa) que desafiam ou não a fixidez do sentido simbólico interno e externo, tornando possível descobrir a natureza do território, que produz a aparência ou a efetiva existência de representação de poder, ou novas representações, o que nos permite falar sobre territorialidade(s).

b) os símbolos, eles são culturalmente disponíveis e evocam representações, por isso é preciso ter capacidade de gerar “estranhamento” em relação às formas de apropriação empíricas e político-teóricas, pois o núcleo dos símbolos e seu distanciamento dão representação cartográfica dos limites territoriais e, a perpetuação de seu conteúdo e sua perda de identidade é uma perspectiva escalar do poder simbólico;

c) a norma, que põe em evidência os sentidos dos símbolos e relaciona-se ao conjunto de elementos pactuados, construídos consensualmente, ou não, para conter ou para romper com os modelos cristalizados. Os processos normativos estão expressos nas ações concretas dos homens e mulheres na produção do espaço e tomam a forma típica de oposição binária informando de forma categórica o que é ou não o seu território, demonstra a capacidade dos sujeitos em superar velhas práticas e engendrar novas formas de reprodução social (material e imaterial).

d) o último se refere à identidade subjetiva. Construir uma identidade é consolidar uma representação sobre o território (relações sócio-espaciais com o entorno). A identidade não se estabelece pela elevação do indivíduo, do particular - o que seria um etnocentrismo perigoso, ou de um localismo sem possibilidades de existência - mas de uma capacidade de relativização, de reconhecimento do outro, que reforça sua identidade (subjetiva).

Dessa maneira, a tarefa do pesquisador não é, portanto, eleger uma leitura sobre a realidade dos sujeitos, mas de examinar as formas pelas quais as identidades são realmente construídas e relacioná-las com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas no espaço, desvendando a diferença (construindo para si, o que fora construído pelos sujeitos históricos com quem estuda: o território). Assim, é que o território deixa de ser um conceito em si para se tornar consciência e matéria (para si) que exige uma explicação, essa mediação é que produz conhecimento, uma geograficidade (SOUZA, 2009a).

1.6. O Campesinato: uma classe social combatida

Assim como a categoria território que como abordamos possui uma polissemia de definições em razão da diversidade de pesquisadores e estudos que se debruçaram sobre esta categoria o conceito de camponês e/ou de campesinato também já foi exaustivamente debatido no interior das Ciências Humanas e, em particular, na Geografia Agrária, contudo, ao que tudo indica, uma controversa em torno deste conceito ainda permanece viva, não existindo entre pesquisadores um consenso sobre a existência dessa classe social no universo agrário brasileiro ou mesmo a pertinência da utilização do conceito de camponês para a análise e compreensão da complexa realidade agrária brasileira, por razões que remetem especialmente a questões de ordem ideológico-político-partidárias.

Ainda neste sentido, uma questão que vem frequentemente a tona nos debates acadêmicos é se seria possível o conceito de camponês e/ou de campesinato apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, sobretudo, em razão das diversas transformações ocorridas no campo brasileiro, especialmente, em razão da inserção do capital agroindustrial em seu movimento de territorialização por determinadas regiões do país, que teria segundo alguns autores, incorporado, transformado ou mesmo banido essa classe social da história, a denominada tese da descamponesação capitalista da agricultura? Essas são algumas das questões que têm emergido atualmente no interior desse debate ideológico-político-partidário (MARQUES, 2008).

Em seus estudos, diversos autores têm ainda reservado a utilização do conceito de campesinato somente para países que possuíram em sua história um passado feudal, especialmente, para os Estados europeus, entendendo dessa maneira que o conceito de camponês não pode ser empregado a fim de se analisar a complexa realidade agrária brasileira, pois o país já se encontraria inserido desde o seu período colonial na lógica da produção, reprodução capitalista, caracterizado, sobretudo, por uma economia marcada pelo grande latifúndio, pela monocultura agrícola, pelo uso de mão de obra escrava e voltada para atender uma demanda do mercado externo.

A análise da produção bibliográfica concernente ao tema levou-nos a identificar basicamente três perspectivas de análise sobre o campo brasileiro: a desintegração/desaparecimento do campesinato mediante a inserção, o desenvolvimento e a competição capitalista no campo; a metamorfose camponesa mediante sua integração à lógica de produção do agronegócio e de nichos de mercado como os alimentos orgânicos e o turismo

rural e a permanência/sobrevivência do campesinato na economia capitalista do século XXI através da sua capacidade de adaptação e resistência no interior dos movimentos sociais camponeses, alicerçada em um conjunto de relações de produção não capitalistas e que, no entendimento de alguns pesquisadores, enseja elementos fundamentais para a construção de uma sociedade em transição ao comunismo.

A sobrevivência do campesinato enquanto uma classe social no universo agrário europeu passou a ser questionada ainda no século XIX. Neste sentido, as contribuições desenvolvidas por Marx, Lênin, Kautsky são ainda atualmente consideradas fundamentais para a compreensão da destruição do campesinato no processo de diferenciação e que o seu espaço de luta e da resistência não se encontra relacionado à sua integração ao mercado, mas à luta política contra o capital desenvolvida especialmente por meio das ocupações de terra. O mercado capitalista constitui o espaço da destruição do campesinato que, em seus distintos níveis, os diversos tipos (posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários rurais) encontram-se inseridos (FERNANDES; LEAL, 2002).

Na constituição de sua obra, por inúmeras vezes, Marx (1818-1883) viu-se forçado a realizar um esforço teórico sobre a questão camponesa no continente europeu: na redação da *Gazeta Renana*, na defesa dos direitos consuetudinários dos camponeses franceses, em *A Guerra Civil na França* (1871), em carta endereçada a Vera Ivanovna Zasulich (1881), mas uma passagem que se tornou extremamente notória encontra-se em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, redigido entre dezembro de 1851 e março de 1852 e publicado originalmente na revista *Die Revolution*, na qual realiza uma análise concreta de uma dada situação concreta do campesinato francês do século XIX:

Os camponeses detentores de parcelas constituem uma massa imensa, cujos membros vivem em situação idêntica, mas sem que entre eles existam múltiplas relações. O seu modo de produção isola-os uns dos outros, em vez de levar a um intercambio mútuo. O isolamento é favorecido pelos precários meios de comunicação da França e pela pobreza dos camponeses. O seu campo de produção, a parcela, não admite no seu cultivo nenhuma divisão do trabalho, nenhuma aplicação da ciência; não admite, portanto, nenhuma multiplicidade de desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa quase basta a si própria; produz imediatamente ela própria a maior parte de seu consumo e obtém os seus meios de vida (Le bens material) mais na troca com a natureza do que no intercambio com a sociedade. A parcela, o camponês e a família; e ao lado, uma parcela, um outro camponês e uma outra família. Umas quantas destas constituem uma aldeia, e umas quantas aldeias, um Departamento. Assim se forma uma grande massa da nação francesa, pela simples adição de grandezas do mesmo nome, do mesmo modo como, por exemplo, batatas em um saco formam um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas, de um modo hostil, aquelas formam uma classe. Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não forma uma classe (MARX, 2008, p. 324).

Tomado literalmente, os marxistas ortodoxos tenderiam a observar na obra de Marx um campesinato como uma massa homogênea, isolada (meios de comunicação), pauperizada, sem acesso a mercados (feiras livres, mercado formal, cooperativas, mercado institucional), despossuída de técnicas, tecnologias e divisão do trabalho, política e socialmente desorganizada (movimentos sociais, setores de atividades, núcleos de base), não se constituindo, dessa maneira, em uma classe social ou muito menos em uma classe revolucionária na passagem do capitalismo para o socialismo/comunismo, pois a propriedade da terra os tornaria sujeitos conservadores, assim como pode ser observado no trecho extraído de *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha* (1851-1852), obra na qual o autor analisa a situação da estrutura de classes no país durante o século XIX:

(...) trabalhadores braçais do campo, cuja condição, em muitas das grandes fazendas, era exatamente a mesma de seus congêneres na Inglaterra, e que sempre viviam e morriam na miséria, mal nutridos e eram escravos de seus patrões. (...) Contudo, ao mesmo tempo, é evidente e igualmente comprovado pela história de todos os países modernos que a população agrícola, devido à sua dispersão numa área muito ampla e pela dificuldade de elaborar um acordo entre uma boa parte dela, jamais pode tentar executar com êxito um movimento por conta própria; ela necessita do impulso inicial da gente mais unida, mais esclarecida e mais impressionável das cidades (MARX, 1988, p. 108).

As análises desenvolvidas por Kautsky e Lênin tornaram-se indispensáveis para a compreensão da chamada concepção ortodoxa do marxismo sobre a inserção do capital e o desaparecimento do campesinato no campo europeu, sendo intensamente propagada a partir das resoluções extraídas do *VI Congresso da III Internacional dos Trabalhadores*, mais popularmente conhecida como a *Internacional Comunista*, que consistia basicamente em uma estratégia revolucionária a ser implantada em todos os países periféricos. Tal pensamento passou também a ser conhecido como a revolução em etapas, sendo difundido por todos os partidos comunistas do período. A partir dessa concepção revolucionária, o campesinato passa a ser compreendido como um resquício do modo de produção feudal, que necessitava ser transformado em proletário, ou seja, em classe social revolucionária (BERRIEL, 2007).

Em *A Questão Agrária* (1899), obra redigida a partir das discussões que se travaram acerca da questão agrária no interior do partido socialdemocrata alemão, Kautsky (1986) verificando um processo de subordinação do camponês ao capital industrial no universo agrário europeu, observa a existência de um expresso processo de desintegração do campesinato no interior do sistema capitalista, mas não sua completa destruição, pois esta classe social é recriada pelo próprio capital, que apresenta-se como contraditório, pois ao mesmo tempo em que elimina as relações não capitalistas de produção camponesas, as recria, utilizando-as para o seu desenvolvimento.

O sistema capitalista, considerado um avanço em relação ao feudalismo, tanto em termos sociais, com a extinção da servidão, quanto em termos quantitativos, com o aumento da produção, indispensável ao período, mas que também apresenta limites no seu paradigma de exploração agrícola (concentração fundiária, proletarização, expropriação territorial), consumou a destruiu o camponês feudal, autossuficiente, mas garantiu a existência de um campesinato subordinado e em um permanente processo de desintegração e recriação. Dessa

maneira, concluiu o teórico marxista que o completo desaparecimento do campesinato, assim como do sistema capitalista, somente ocorreria com a implementação do socialismo, mediante a criação dos grandes estabelecimentos agropecuários, através de sua evolução para formas socialistas de trabalho e produção (KAUTSKY, 1986).

Embora se encontre pautado em um contexto sócio-econômico-temporal específico, o estudo desenvolvido pelo teórico marxista apresenta inúmeros elementos conjunturais que podem ser utilizados para a compreensão da questão agrária contemporânea, especialmente com relação entre as distintas formas de produção capitalista e camponesa, pois enquanto no sistema capitalista o lucro provém da extração da *mais-valia*, a fonte de renda do camponês advém do *mais-produto*, o que elucida o fato de o camponês poder estar inserido no mercado e não ser caracterizado como capitalista, pois enquanto o campesinato produz essencialmente com mão de obra familiar, o capitalista adquire mão de obra de proletários expropriados dos meios de produção, produzindo com mão de obra assalariada, gerando e se apropriando de *mais-valia*, distinguindo-se do campesinato, pois, se no sistema capitalista a produção é coletiva, mas o produto desta produção é apropriado individualmente, no campesinato tanto a produção, como o consumo são coletivos (KAUTSKY, 1986).

A principal contribuição conceitual elaborada por Lênin (1985) para o entendimento da questão agrária contemporânea é a formulação do conceito de diferenciação do campesinato. Em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1899), observa que o modo de produção capitalista constitui o seu próprio mercado mediante o processo de diferenciação do campesinato, dividido em três segmentos: *abastados*, *médios* e *pobres*.

Neste quadro conceitual, os camponeses abastados são os que possuem enormes possibilidades de se transformarem em capitalistas, pois a sua produção garante retornos suficientes a fim de expandir a sua exploração agrícola. Os camponeses médios são os que possuem ganhos econômicos suficientes para a manutenção do seu estabelecimento agropecuário e atendimento das demandas de seu grupo familiar, podendo empregar mão de obra assalariada, constituindo um grupo que subsiste em uma condição de instabilidade, pois tanto pode se tornar um camponês rico, como um camponês pobre. Por fim, os camponeses pobres constituem um segmento que não conseguindo atingir ganhos econômicos significativos com o trabalho despendido em seu estabelecimento agropecuário, são forçados a buscarem outras modalidades de trabalho a fim de atender suas demandas familiares e prosseguir com a exploração de seu estabelecimento, sendo que, esta forma de complementação de renda pode ser obtida tanto mediante a realização de trabalho assalariado em estabelecimentos rurais, como no espaço urbano. Dessa maneira, o camponês pobre tende a se desintegrar, transformando-se em um proletário urbano (LÊNIN, 1985).

Ainda a respeito das contribuições desenvolvidas por K. Kautsky e W. Lênin para a compreensão do processo de desaparecimento do campesinato em razão da inserção do capital no universo agrário europeu, no decorrer do século XIX, esclarece Shanin (2005), asseverando que:

A principal obra que dominou o pensamento marxista daquela época foi *A Questão Agrária* de K. Kautsky. Ela foi (e ainda é) rica em conteúdo e em *insight* quanto à problemática camponesa. Aceitou a possibilidade de algumas diferenças no modo como o capital penetra na agricultura, em contraposição

aos outros ramos da economia. Apontou para a acumulação de capital e para a mudança na agricultura alemã. E salientou que a referida falta de concentração da propriedade fundiária não significava necessariamente o fracasso do capitalismo em ali se estabelecer. O principal motor da transformação capitalista da sociedade rural foi a indústria, que sobrepujou, subordinou e finalmente destruiu a agricultura camponesa. A posição de Kautsky seguiu de perto e elaborou a apresentação de Marx do exemplo inglês/irlandês em *O Capital*, adequadamente generalizado e desdobrado (SHANIN, 2005, p.7).

Em suas primeiras obras, Lênin era ainda, em muitos aspectos, um “kautskiano”, mas com ênfase claramente diferente. Para ele, eram a dinâmica intercamponesa de “aprofundamento” das relações mercantis, a divisão do trabalho e a diferenciação de classe que constituíam o ponto central da transformação capitalista. A ênfase passa da produção para as relações mercantis. A polêmica pretendia atingir uma ala dentro do populismo russo, a qual acreditava que a homogeneidade e a estabilidade da sociedade camponesa abortariam o desenvolvimento capitalista na Rússia. A lógica das relações de mercado e da capacidade de exploração dos camponeses mais ricos indicava uma polarização necessária dos camponeses em ricos e pobres e, eventualmente, em capitalistas rurais e proletários rurais (SHANIN, 2005, p.7).

Contrariando a perspectiva linear do marxismo ortodoxo acerca da destruição do campesinato europeu, sobretudo, em razão da inserção homogênea do capital no campo, encontramos no povoado de Marinaleda (Província de Sevilha, Espanha) uma amostra viva do campesinato andaluz, que encontrou, em meados da década de 80, formas de luta e resistência, no interior de um movimento social camponês, o Sindicato de Obreros del Campo (SOC), reproduzindo-se contemporaneamente mediante relações não capitalistas de produção, a partir da conquista da terra (“El Humoso”), transformada em território, e a criação de uma cooperativa agrícola, na década de 90, a Cooperativa Humar – Marinaleda SCA ²⁸.

No decorrer do século XX, o historiador marxista Eric Hobsbawm (1995) também contribuiu com o debate sobre a tese do desaparecimento do campesinato, realizado inclusive pesquisas no país e constatando que a porcentagem de camponeses reduziu-se quase à metade no período da década de 1960-1980. De acordo com Hobsbawm, a transformação social mais significativa e de mais longo alcance ocorrida na segunda metade do século XX e que nos isola para sempre e completamente do passado, é a morte do campesinato.

Adotando a perspectiva marxista para a compreensão do atual processo de desenvolvimento do capital agroindustrial no campo brasileiro (espacialização e territorialização), os pesquisadores que se apoiam nesse referencial teórico asseveram que o capitalismo atingiu níveis de inserção no universo agrário brasileiro que são irreversíveis, consolidando-se o que vem a ser a expressão do moderno, materializado no modelo de desenvolvimento agrícola implementado pelo agronegócio, em detrimento do campesinato, entendido como entrave ou ‘atraso do campo’, quando, na realidade, o que se verifica nesse paradigma de desenvolvimento é a irracionalidade da concentração fundiária, relações

²⁸ Neste sentido, o autor está se referindo a um estágio de pesquisa realizado na Universidade de Córdoba (UCO) – Espanha, cujos resultados encontram-se no apêndice deste trabalho.

trabalhistas análogas à escravidão, prevalecendo à desigualdade social, expressando a face perversa do país (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Embora seguidora do pensamento marxista, Rosa Luxemburgo (1985) não adota em sua obra (*A acumulação do capital*) a perspectiva prussiana de desenvolvimento do capitalismo no campo e neste sentido observa um futuro distinto para o campesinato ao vislumbrado por Marx. Concordando parcialmente com Kautsky e Lênin a respeito que a inserção do capitalismo no campo resultaria na expropriação do campesinato e na necessidade histórica da revolução burguesa, Luxemburgo percebe em seus estudos um outro mecanismo no processo de acumulação capitalista, para o qual são indispensáveis estruturas não capitalistas para o seu processo de desenvolvimento.

(...) a produção capitalista não é, na verdade, a forma única e exclusiva existente de se produzir. Em todos os países capitalistas e mesmo nos altamente industrializados existem, além dos empreendimentos industriais e agrícolas de cunho capitalista, numerosos estabelecimentos congêneres mantendo uma linha simples de produção mercantil, (...) as mais diversas formas de economia paralelas, desde as comunistas primitivas até as feudais, agrícolas ou artesanais. Essas formas todas de sociedade ou de produção não só existem ou coexistem em perfeita harmonia com o capitalismo como também desenvolveram-se entre elas e o capital europeu um processo intenso e sui generis de trocas desde o início da era capitalista. (...) Teve assim de estabelecer-se, desde o início, uma relação de troca entre a produção capitalista e o meio não-capitalista, relação mediante a qual o capital encontraria a possibilidade de transformar sua mais-valia em ouro necessário à capitalização subsequente, bem como de providenciar as mercadorias necessárias à expansão da própria produção, de garantir, enfim, o crescimento da força de trabalho proletarizada pela decomposição das formas não-capitalistas de produção (LUXEMBURG, 1985, pp.334-335).

Dessa maneira, depreende Rosa Luxemburgo que uma vez atingido o resultado final, a incorporação completa das formas não capitalista pelo sistema capitalista, a acumulação se tornaria impossível. Lançada para o campo europeu a teoria explicaria a permanência e a sobrevivência do campesinato enquanto uma forma não capitalista de produção no interior das próprias sociedades capitalistas, criando e recriando essas estruturas não capitalistas, o capital assegura suas condições de sobrevivência. As formulações teóricas desenvolvidas por Rosa Luxemburgo serão amplamente utilizadas por José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira para a análise e compreensão do campesinato brasileiro.

Além da perspectiva marxista ortodoxa, no universo acadêmico brasileiro, inúmeros pesquisadores têm ainda, atualmente, optado, na elaboração de suas pesquisas, pela utilização do conceito de agricultura familiar ou de pequena produção, em oposição e detrimento ao uso do conceito de camponês, desqualificando-o, dessa maneira, enquanto uma classe social que possui uma identidade singular, enquanto um sujeito político e agente de sua própria história. Neste sentido, os estudos desenvolvidos por Ricardo Abramovay (1992) e Hugues Lamarche (1993 e 1998) apresentam-se como referências seminais. O trabalho coordenado por Hugues Lamarche e publicado em dois volumes intitulados *A agricultura familiar: uma realidade multiforme* e *A agricultura familiar: do mito à realidade*, expõe os resultados de um estudo

comparativo realizado no Brasil, França, Canadá, Polônia e Tunísia acerca da produção familiar (MARQUES, 2008).

As conceituações elaboradas pelos teóricos marxistas sobre o desaparecimento do campesinato no decorrer do século XIX e XX não convenceram plenamente os autores da denominada agricultura familiar, levando-os a elaborarem as suas próprias formulações. No entanto, em suas conceituações, os teóricos também se equivocam, pois procuram construir um conceito mediante uma análise que somente leva em consideração o aspecto meramente externo da maneira como esses agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado, não adentrando no cerne das relações que constituem a sociedade (BOMBARDI, 2003), ignorando também um elemento considerado fundamental no processo de recriação do campesinato brasileiro: a luta pelo acesso a terra (FERNANDES; LEAL, 2002).

Os autores da agricultura familiar esquivam-se também de discutirem o caráter excludente do paradigma de agricultura capitalista que defendem, do qual muitos agricultores são excluídos em razão de não conseguirem acompanhar as exigências de uma busca incessante de modernização, bem como também não discutem a ameaça constante de crise de superprodução que caracteriza este modelo de produção e que evidencia os seus limites (MARQUES, 2008).

O conceito de agricultura familiar, terminologia notadamente ideológica e de reconhecida força teórico-política, passou a ser elaborado e propagado especialmente a partir da década de 1990, no decorrer do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), pelos pesquisadores do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural), grupo de pesquisa vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que desenvolveu uma série de pesquisas em todo o país, orientando as políticas públicas no tocante ao desenvolvimento agrário do país no decorrer do governo FHC e, dessa maneira, torna-se imprescindível uma reflexão acerca de ciência, ideologia e política sobre esse período, a qual será aprofundada na segunda seção deste estudo.

A fim de diferenciarem o agricultor familiar do camponês, os teóricos da agricultura familiar apresentam além da incorporação de tecnologias e da integração ao mercado outros argumentos e elementos, destacando-se, especialmente: a capacidade de inovação e o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas. Neste sentido, o trabalho desenvolvido por Abramovay (1992) “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” pode ser considerado referência fundamental para os pesquisadores que optam por utilizar o conceito de agricultura familiar.

(...) são camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos (...). Diferentemente de boa parte da literatura a respeito, a ênfase da definição (e, portanto da diferença com relação aos agricultores familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado (ABRAMOVAY, 1992, p. 24).

Ainda segundo a perspectiva teórica de Abramovay (1992), o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, distintamente do campesinato, que constituiria um modo de vida, predominado, na agricultura capitalista contemporânea, a agricultura familiar e a agricultura patronal, um eufemismo criado para a agricultura capitalista ou agronegócio. Em sua obra, o autor define e distingue essas duas formas de agricultura, afirmando que a

agricultura familiar é constituída por uma unidade de produção que conta somente com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que não ultrapassa a contribuição do trabalho familiar. Na agricultura patronal, os integrantes da família não desempenham nenhuma atividade diretamente relacionada ao processo produtivo ou a realizam em uma quantidade inferior à mão-de-obra assalariada contratada.

A partir da perspectiva teórica da agricultura familiar ocorreria ainda, em uma perspectiva darwiniana e cartesiana, a transformação do camponês em agricultor familiar, a passagem de um modelo selvagem (camponês) para um modelo ideal (agricultor familiar). Dessa maneira, a conceituação de agricultor familiar encontra-se associada à concepção de que estes se configuram como pequenos empresários do setor agrícola, encontrando-se altamente integrados ao mercado e, portanto, menos selvagens segundo essa classificação (LAMARCHE, 1993).

Assim podemos imaginar um eixo escalonado segundo o grau de integração no mercado, em cujas extremidades se encontram, de um lado, o "*Modelo Original*" e, de outro, o "*Modelo Ideal*" (LAMARCHE, 1993, p. 9).

O processo de transformação do camponês em um produtor moderno seria ainda determinado pelo projeto de vida do produtor familiar, como um complemento ao projeto da sociedade para esses agricultores, comportando também os distintos níveis de inserção ao mercado como principal referência da transformação do camponês em agricultor familiar. Dessa maneira, dentro dessa linha de pensamento, o camponês seria somente o produtor de uma agricultura de autoconsumo (LAMARCHE, 1993).

1.7. O Campesinato enquanto Classe Social e o Modo de Vida Camponês

Apresentar elementos constitutivos ou uma definição mesmo que parcial para o conceito de campesinato não somente faz-se necessário para o desenvolvimento deste estudo, mas também para a própria compreensão da complexa questão agrária brasileira. Dessa maneira, em contraposição aos teóricos marxistas ortodoxos e aos autores da chamada agricultura familiar, que postulam a morte, a irracionalidade ou a "evolução" do campesinato, encontramos pesquisadores que procuram pensar os trabalhadores rurais assentados em áreas de reforma como uma classe social, que possui sua identidade construída na convivência da alternância entre o meio rural e o urbano, como resultado das lutas políticas lideradas pelos movimentos sociais camponeses de luta pela reforma agrária, categoria social essa cuja reprodução social ocorre basicamente em pequenas áreas de produção agrícola, fundada em uma produção diversificada, no uso de mão de obra familiar e no controle de tecnologia, objetivando em um primeiro plano o autoconsumo e a posterior comercialização de excedentes agrícolas no mercado interno/local.

Dessa maneira, o presente estudo procurará compreender o campesinato caracterizado não pela sua inserção ou não no mercado, mas pelo conjunto do seu universo cultural, pelo seu controle sobre o processo produtivo e sua autonomia. O fato de um camponês ter acesso a crédito agrícola, a assistência técnica e ao comércio, não significa que este perdeu a sua condição. O campesinato não pode ser definido pelo mercado, mas pela

possibilidade de adquirir autonomia, liberdade, o controle sobre o tempo e o espaço. Inversamente à agricultura capitalista, a agricultura camponesa, não objetiva como seu fim último a produção de *mais valia*, mas a sua própria reprodução enquanto classe social.

Adota-se neste estudo uma perspectiva que entende o campesinato como uma classe social possuidora de uma identidade que lhe é peculiar, que encontra formas de luta e resistência no interior dos movimentos sociais camponeses de luta pelo acesso a terra e os projetos de assentamentos rurais como espaços de recriação do território e do modo de vida camponês, territórios estes onde o campesinato é reconstruído em novas bases. Neste sentido, temos uma significativa contribuição de Simonetti (1999) que entende os projetos de assentamentos rurais de reforma agrária como:

A expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico (SIMONETTI, 1999, p.70-71).

Quanto ao processo de luta pela posse da terra, desencadeado pelos movimentos sociais camponeses e a consequente criação de assentamentos rurais, consideramos que estas constituem formas de recriação do campesinato brasileiro. As ocupações configuram-se como um momento da luta pela terra. Em resposta às ações dos movimentos sociais camponeses, os organismos estatais responsáveis pela reforma agrária criam projetos de assentamentos rurais que, a princípio, constituem a conquista da terra. Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra, sendo ainda necessário atingir condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro modelo de desenvolvimento que possibilite o estabelecimento estável da agricultura camponesa (GIRARDI, 2008).

O campesinato apresenta-se como uma classe social que além das relações sociais em que está envolvido, possui o trunfo do território ²⁹. A cada ocupação de terra, ampliam-se as possibilidades de luta contra o modo capitalista de produção, podendo se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio, se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfrentamento com o agronegócio e se manter sua identidade sócio-territorial, condições essas que podem ser consideradas fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e do país (FERNANDES, 2005).

A inserção do modo de produção capitalista no campo não consumou a completa destruição do campesinato conforme prognosticado pelos teóricos marxistas e da agricultura familiar, a sua recriação e reprodução ocorre através da luta pela reforma agrária e o acesso a terra e no interior da produção capitalista mediante relações não capitalistas de produção. O

²⁹ O geógrafo Bernardo Mançano Fernandes não entende o conceito de território meramente como espaço geográfico, mas também, em alguns casos, como espaço político: “É importante esclarecer que território é espaço geográfico, mas nem todo espaço geográfico é território, há outros tipos como lugar e região. Também é importante lembrar que território não é apenas espaço geográfico, também pode ser espaço político. Os espaços políticos, necessariamente, não possuem área, mas somente dimensões” (FERNANDES, 2005, p. 4).

universo rural brasileiro não se encontra completamente homogeneizado e harmonizado pela ação do capital, existindo neste espaço dois modelos antagônicos e visíveis de produção e que, por sua vez, se encontram em um permanente e intenso estado de conflito: o campesinato *versus* a agricultura capitalista ou mais recentemente denominado agronegócio.

Dessa maneira, acerca da configuração da questão agrária brasileira, consideramos a distinção de dois ambientes rurais na composição do universo agrário brasileiro: o do camponês, isto é, o do pequeno produtor de alimentos que no campo reside e que tem como base de sua mão-de-obra o trabalho familiar e o chamado ruralista que na cidade reside, isto é, um sujeito social urbano que concede continuidade história ao atraso do latifúndio e da monocultura, com intensa presença no poder legislativo e um relacionamento pragmático com os demais poderes (WHITAKER, 2009).

Ainda no sentido de aprendermos o campesinato como um modo de vida distinto do ruralista, torna-se imprescindível esclarecer que:

(...) suas resistências não se vinculam ao conceito de propriedade privada (esse foi o equívoco, na mão inversa, do marxismo-historicista). Ao contrário, suas resistências se estabelecem pelo conjunto de relações sociais (experiências), práticas sócio-espaciais e as suas significações sobre o trabalho, sobretudo a terra (como “valor” de uso) que afastam sua leitura (visão) social de mundo da lógica da propriedade privada. Não foi como propriedade privada que os camponeses resistiram à planificação “socialista” de Stalin, mas sim como modo de vida, o que não significa que sua representação social sobre a terra não se transforme, mas efetivamente essa inversão exige compreender uma mudança em sua essencialidade camponesa e sua negação (SOUZA, 2009a, p. 120).

O quadro apresentado a seguir (Quadro 01) pretende sintetizar a atual questão agrária brasileira, apresentando as principais distinções entre os dois modelos antagônicos de desenvolvimento que podem ser observados no universo rural brasileiro: o agronegócio (agricultura capitalista) e o campesinato. As três primeiras dimensões da tabela são mais propriamente componentes relacionados ao debate reforma agrária *versus* agricultura capitalista. Contudo, o que, sobretudo, diferencia esses dois modelos de agricultura é uma profunda preocupação por parte do campesinato com as questões ambientais e que se encontram presentes nas três últimas dimensões.

Quadro 01 - Comparação Agronegócio e Campesinato

Agronegócio	Campesinato
Centralização	Descentralização
• Controle centralizado da produção, processamento e mercado; • Produção concentrada, estabelecimentos agrícolas maiores e em menor número, o que acarreta um menor número de agricultores e de comunidades rurais.	• Maior ênfase na produção, processamento e mercado locais/regionais; • Produção pulverizada, controle da terra, recursos e capital.
Dependência	Independência
• Abordagem científica e tecnológica para produção; dependência de <i>experts</i>; • Dependência de fontes externas de energia, insumos e crédito; • Dependência de mercados muito distantes.	• Unidades de produção menores, menor dependência de insumos, fontes externas de conhecimento, energia e crédito; • Maior autossuficiência individual e da comunidade; • Ênfase em valores, conhecimentos e habilidades pessoais.
Competitivo	Comunitário
• Competitividade e interesse próprio; • Agricultura é considerada um negócio; • Ênfase na eficiência, flexibilidade, quantidade e crescimento da margem de lucro.	• Maior cooperação; • Agricultura é considerada um modo de vida e um negócio; • Ênfase em uma abordagem holística da produção, otimizando todas as partes do agroecossistema.
Domínio da natureza	Harmonia com a natureza
• O ser humano é separado e superior à natureza; • A natureza consiste principalmente em recursos a serem utilizados para o crescimento econômico; • Imposição das estruturas e sistemas do tempo humano aos ciclos naturais; • Produtividade maximizada através de insumos industrializados e modificações científicas; • Apropriação de processos naturais por meios científicos e substituição de produtos naturais pelos industriais.	• O ser humano é parte e dependente da natureza; • A natureza provê recursos e também é valorizada para o próprio bem; • Trabalha com uma abordagem ecológica/de ambiente fechado – desenvolvendo um sistema diferenciado e balanceado; • Incorpora mais produtos e processos naturais; • Usa métodos culturais para cuidar do solo.
Especialização	Diversidade
• Base genética limitada utilizada na produção; • Predominância da monocultura; • Separação entre agricultura e pecuária; • Sistemas de produção padronizados; • Predominância de uma abordagem científica especializada.	• Ampla base genética; incorporação da policultura, rotações complexas; • Integração entre agricultura e pecuária; • Heterogeneidade de sistemas agrícolas; • Interdisciplinaridade, sistema participativo.
Exploração	Conservação
• Ênfase nos resultados de curto prazo em detrimento a consequências ambiental e social de longo prazo; • Dependência de recursos não renováveis; • Consumismo impulsiona o crescimento econômico; • Hegemonia do conhecimento científico e da abordagem industrial sobre conhecimento e cultura indígenas/locais.	• Custo total contabilizado; • Resultados de curto prazo igualmente importantes; • Amplo uso de recursos renováveis e conservação de recursos não renováveis; • Consumo sustentável, estilo de vida mais simples; • Acesso equitativo a necessidades básicas; • Reconhecimento e incorporação de outros conhecimentos e práticas permitindo uma base de conhecimento mais homogênea.

Fonte: Adaptado de Queda *et al* 2009.

No entanto, não somente acadêmicos brasileiros debruçaram-se sobre os antagonismos existentes entre o capital agroindustrial e o campesinato, mas também os movimentos sociais camponês e, em especial, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) elaborou uma proposta de desenvolvimento agrícola para o campo brasileiro, como

um modelo alternativo ao paradigma implementado pelo agronegócio, um projeto estratégico gestado a partir de profundos estudos e inúmeros debates sobre a realidade agrária brasileira. O Plano Camponês (cujas principais diretrizes encontram-se sintetizadas no Quadro 02), além de reafirmar o campesinato como sujeito histórico e político, apresenta um conjunto de ações econômicas, políticas e culturais, consideradas necessárias para o desenvolvimento e fortalecimento do modo de vida camponês.

Quadro 02 – Plano Camponês

Produção	Sistemas Camponeses de Produção	Sementes, oleaginosas, leite, agrofloresta, alimentos, adução verde e orgânica, etc.	
	Agroindústria	Leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados.	
	Desenhos Organizativos	Grupo de base, associações, condomínios, cooperativas.	
Educação Formação	Escola	Locais, contextualizadas, desenvolvimento local.	
	Universidade	Nossa realidade, acesso aos camponeses.	
	Informal	Reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.	
Qualidade de Vida	Moradia	Casa, pomar, horta, sombra, jardim, autoestima.	
	Esporte	Futebol, vôlei, bochas, etc.	
	Cultura	Teatro, música, capoeira, mutirão, partilha, alimentos.	
	Lazer	Festas, bailes, torneios, encontros.	
	Saúde Popular	Alimentação saudável, ervas, saneamento, etc.	
Comunidade Camponesa	Elos Unificados Fator de Resistência	Alguma estrutura comunitária	
		Escola na comunidade	
		Troca de dias de trabalho, mutirões.	
Soberania	Alimentar	Comida é local, vinculada à cultura, modo de vida.	
		Produzir de tudo um pouco	
		Sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental.	
	Energética	Produção, controle e autoconsumo de energia.	
		Mudança na matriz energética	
		Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.	
	Genética	Recuperar nossas sementes, raças e mudas.	
		Buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento.	
		Divulgar as experiências existentes	
	Hídrica	Recuperar nossas nascentes	
		Implementar técnicas de coleta e armazenagem de água	
		Desenvolver pequenos sistemas de irrigação	
	Territorial	Material e Imaterial	Espaço de vida
			Espaço de produção
			Espaço de disputa
Contradições	Agronegócio	Multinacionais Latifúndios Estado brasileiro	

Fonte: MPA, 2012.

A fim de apreendermos as relações econômicas e/ou os processos de reprodução social do campesinato, tomamos como referência o trabalho desenvolvido pelo economista russo Alexander V. Chayanov (1974), que em seus estudos defende que o campesinato possui um modo de produção específico, distinto do modo de produção capitalista, configurando-se como não capitalista, pois enquanto neste sistema a fórmula que expressa o cálculo é D-M-D', em que o dinheiro é investido na produção de mercadorias que, levadas ao mercado, possibilitam a aquisição de dinheiro em quantidade maior do que o valor inicial, isto é, acrescido de mais-valia, no modo de produção camponês, preocupado, em primeiro lugar, com a reprodução social do núcleo familiar, o camponês comercializa seus excedentes agrícolas na medida da necessidade de aquisição de outras mercadorias essenciais à sua reprodução social que, em sua propriedade, não consegue produzir. Dessa maneira, essa lógica, portanto, pode ser expressa na clássica fórmula da produção mercantil simples, M-D-M, em que se troca mercadoria por dinheiro no intuito de se adquirir novas mercadorias. Assim sendo:

São sistemas que o campesinato ao longo da história desenvolveu para garantir uma ampla produção com eficiência produtiva, com emprego dos insumos disponíveis na propriedade, com aplicação de tecnologias de domínio próprio sem gerar dependência externa, sistemas de produção em consonância com a natureza - em que não há uma oposição entre agricultura e meio ambiente -, sendo atualizado e modificado com novos elementos trazidos pelas próprias famílias.

Os sistemas camponeses de produção são um complexo arranjo entre cultivos, árvores, animais e o solo, que garantem a circulação de produtos e subprodutos entre si, de modo que aquele produto do cultivo que não é usado para consumo familiar e nem comercializado se transforma em alimento para os animais, que por sua vez produzem alimentos para a família, o mercado, o solo e outros animais. Nessa forma de produção nada se perde, tudo tem uma utilidade.

É, portanto, um sistema produtivo autônomo e soberano, não é dependente de insumos externos e produz alimentos prontos para o consumo (MPA, 2012, pp.13-14).

Assim como os estudos desenvolvidos por Chayanov (1974), os trabalhos desenvolvidos por Teodor Shanin (1979) também se apresentam como referências fundamentais para os pesquisadores que optam por utilizarem o conceito de camponês entendido como classe social em oposição ao conceito de agricultura capitalista, pois, de acordo com este autor, o campesinato é, simultaneamente, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos, um modo de vida; é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma dependente e se ergue em momentos de crise (SHANIN, 1979 *apud* MARQUES, 2008).

A partir da perspectiva aponta por Chayanov (1974) e Shanin (1979) o campesinato emerge como um modo de produção antagônico à economia capitalista, sendo, dessa maneira, por inúmeros pesquisadores compreendido como um ‘atraso no campo’ ou um entrave ao processo de espacialização e territorialização do capital agroindustrial no universo agrário

brasileiro, quando, de fato, suas relações econômicas tipicamente não capitalistas de trabalho, produção e reprodução social, essencialmente, caracterizadas pelo uso de mão de obra familiar, permanecem e se reproduzem mediante as contradições do capital. A sujeição do território ou da renda camponesa ao capital industrial e/ou comercial e a necessidade da economia capitalista em extrair o seu excedente de produção expressam essa relação contraditória (PAULINO; ALMEIDA, 2010) uma vez que:

(...) o desenvolvimento do capital não se faz em sentido único, antes a sua reprodução ampliada se faz ao mesmo tempo em que, contrariamente, (re)cria formas não capitalistas com vistas à extração da renda, via pilhagem, como forma de produzir capital (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 28).

Não obstante, as conceituações teóricas formuladas por Paulino e Almeida (2010) acerca do campesinato brasileiro, tomam por base as formulações conceituais definidas por Oliveira (2001 e 2007b) que, em uma perspectiva notadamente semelhante à empreendida, compreende o campesinato como uma classe social cuja reprodução ocorre através de relações não capitalistas de produção inserido no modo de produção capitalista que, em seu processo de territorialização pelo campo brasileiro, cuja lógica de desenvolvimento ocorre de maneira desigual, heterogênea, complexa, plural e contraditória, significando que o próprio capital cria e recria relações não capitalistas de produção. Dessa maneira, esse referencial teórico encontra-se em oposição ao quadro teórico que entende a expansão capitalista pelo campo de forma heterogênea, total e absoluta do trabalho assalariado com característica fundamental do capitalismo moderno ³⁰.

(...) o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parto também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele (OLIVEIRA, 2001a, p.1).

(...) o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de *dentro* do capitalismo e não de *fora* deste (...). O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e) migrações (OLIVEIRA, 2007b).

³⁰ O desenvolvimento do capital na indústria e no campo apresenta-se como distinto, o tempo de produção de alguns produtos agrícolas repele o capital. Dessa maneira, o tempo de trabalho na indústria coincide com o tempo de produção, contudo, na agricultura, a produção não se encontra subordinada ao trabalho, mas também aos ciclos climáticos, sendo que, tais ocorrências abrem espaço para a produção camponesa (MARX, 1974).

Contudo, em uma perspectiva notadamente antagônica, Martins (1975, 1979, 1980) que, desde meados dos anos 90, quando passou a integrar a equipe de governo de Fernando Henrique Cardoso, muito se tem dedicado a desferir críticas contra os movimentos sociais camponeses e, em particular, contra o MST e a CPT, possui um entendimento distinto de Oliveira (2007) acerca da territorialização do campesinato brasileiro, como um elemento externo ao sistema capitalista, ao defender que formas não capitalistas não integram a reprodução social desta classe social. Neste sentido, o campo brasileiro não comportaria mais esta singularidade, determinado que é pelas forças do capital. Dessa maneira, a ausência deste elemento inviabilizaria qualquer processo de reforma agrária no país.

O conceito de campesinato, que, no seu entendimento, engloba toda uma gama de sujeitos sociais (posseiros, colonos, parceiros, pequenos proprietários e pequenos rendeiros), é ainda compreendido pelo autor como todo trabalhador rural que produz essencialmente para sua reprodução social e de seu núcleo familiar, fazendo uso para tanto de sua unidade econômica. Caracterizando-se como um produto da expansão do sistema capitalista, o campesinato encontra-se à margem desta expansão, integrando-se somente a este por intermédio do mercado, mediante o escoamento (comercialização) do excedente de produção, quando é espoliado e lançado à miséria, fator que os unifica ao ponto de constituírem uma comunidade. Como possui emancipação quanto à sua reprodução social, resiste à expansão do capital, assim como o recusa, ao estabelecer formas de propriedade alternativas, mas sem abrir a possibilidade de superação desta sociedade (MARTINS, 1975, 1979, 1980).

A luta pelo acesso a terra através da reforma agrária é, simultaneamente, compreendida pelo campesinato liderado pelos movimentos sociais camponeses como uma luta contra a ação do capital, de luta e resistência a sua expansão pelo campo brasileiro, combatendo a propriedade capitalista da terra, considerada a principal responsável pela desigualdade social no universo agrário brasileiro (MARTINS, 1975, 1979, 1980).

Os processos de enraizamento e desenraizamento territorial do campesinato brasileiro são, sobretudo, caracterizados por uma grande mobilidade espacial, especialmente, em razão da ação do capital no campo, pois o campesinato em seu processo de territorialização estabelece preponderantemente sistemas precários de posse da terra nas formas de existências por este implementadas, o que, por sua vez, tem resultado em uma condição de instabilidade estrutural, que faz da frequente busca por novas terras um significativo mecanismo de reprodução social. Dessa maneira, mais do que a posse da terra, é o seu modo de vida o patrimônio transmitido entre as sucessivas gerações camponesas (WANDERLEY, 1996).

No Brasil, a construção de um espaço camponês se efetuou na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural, que o torna incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social, diferenciando-o, portanto, da estrutura européia, antes considerada, capaz de fechar o círculo da subsistência (WANDERLEY, 1996, p. 10).

O “modelo original” do campesinato brasileiro reflete as especificidades dos processos sociais estruturais da história da agricultura brasileira. A agricultura camponesa sempre ocupou um espaço secundário e subalterno na sociedade brasileira, sendo,

historicamente, um segmento “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. A história do campesinato no país pode ser compreendida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade brasileira (WANDERLEY, 1996).

O campesinato compreendido enquanto uma classe social inserida na produção capitalista e não simplesmente como um setor da economia ou uma forma de organização da produção, possui uma forma da organização da produção fundamentada no trabalho familiar e no uso da terra como valor. No entanto, o reconhecimento de sua especificidade não implica na negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por esta classe social adotada frente às distintas situações e que podem conduzir ora à sua desterritorialização, ora à sua reprodução enquanto classe social (MARQUES, 2008).

Quanto aos projetos de assentamentos rurais oriundos da luta pela terra, consideramos que estes têm se constituído em um *lócus* onde se estabelece um intrincado e aprimorado processo de (re) construção do “território camponês”. Nestes territórios da reforma agrária, o campesinato é recriado em novas condições, alicerçado em novas experiências assimiladas por estes trabalhadores rurais em seu deslocamento pelo espaço urbano, na vivência da luta pelo acesso à terra, bem como, em determinados casos, na vivência de novas experiências de organização da produção promovidas pelos movimentos sociais camponeses ou organizações não governamentais (MARQUES, 2008).

Ainda nestes territórios da reforma agrária, a agricultura camponesa não se mostra adepta ao produtivismo, ou seja, produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e, por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores (FERNANDES, 2005).

Ao conceberem novas práticas de produção agrícola, os movimentos sociais camponeses o realizam a partir de uma análise crítica das estruturas de produção, caracterizadas, sobretudo, como individualistas e insustentáveis do ponto de vista ambiental e que, por sua vez, reforçam a lógica da autonomia sobre a terra e sobre o estatuto da terra, sem se darem conta que esta autonomia encontra-se alicerçada em um provável liberalismo que possibilita ao proprietário atuar somente seguindo os seus próprios interesses. Ao proporem formas de produção sustentadas ambientalmente em uma prática socialmente diferenciada, os movimentos camponeses combatem esse individualismo e a ausência de reconhecimento que o trabalhador rural assentado encontra-se imerso em um contexto mais abrangente.

Os projetos de assentamento rurais vêm inaugurando um significativo momento para os trabalhadores rurais sem-terra que adentram na luta pelo acesso à terra, constituindo-se no território da materialização do projeto de vida camponês, fundamentado na vida e na produção familiar. Para esses trabalhadores, o trabalho somente pode ser realizado como trabalho concreto, como resultado material de suas colheitas, da atividade desempenhada pelo seu grupo familiar, pois uma parcela dessa produção é condição direta de sua sobrevivência (SIMONETTI, 2011).

A participação do campesinato na construção destes territórios não se restringe às relações essencialmente capitalistas, é, sobretudo, constituído pela alternância de parcelas camponesas com parcelas capitalistas, delineadas pelo trabalho familiar e assalariado. A condição de existência dessa classe social é dada pela posse simultânea dos meios de produção e da força de trabalho, que, por sua vez, atribui significado à propriedade camponesa da terra. Em razão da renda da terra constituir um dos elementos explicativos de sua territorialização, inúmeros são os artifícios encontrados pelos capitalistas para retirá-la em seu próprio proveito (PAULINO, 2004).

Ainda no processo de constituição desses territórios, os movimentos sociais camponeses têm dado uma significativa contribuição, ao introduzirem práticas sócio-espaciais capazes de engendrar territórios e territorialidades diferenciados. Ao materializarem propostas de organização sócio-espacial em seus projetos de assentamentos como áreas de produção coletiva e espaços de sociabilidade, procuram estabelecer territorialmente uma nova concepção de produção, de sociedade e de modo de vida, a fim de produzirem experiências que venham a representar lógicas diferenciadas e novas concepções de classe e de relações de poder capazes de gerarem ou transformarem-se em território (SOUZA, 2009a).

A fim de finalizarmos momentaneamente esta discussão, devemos considerar também que dados observação empírica têm demonstrado ainda uma presença bem viva nos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária organizados pelos movimentos sociais camponeses de histórica luta pelo acesso à terra de expressões de solidariedade e reciprocidade, que, por sua vez, integram os códigos do modo de vida ou da economia camponesa. Nestes territórios da reforma agrária, terra, trabalho e família, categorias nucleantes e relacionadas, não são pensadas separadamente, mas em conjunto, organizando valores a partir dos quais se movem essas famílias assentadas (BORELLI FILHO, 2009).

1.8. Conceituação, Territorialização e Expansão do Agronegócio Sucroalcooleiro

A concepção de agronegócio foi elaborada pelos economistas norte-americanos John H. Davis e Ray A. Goldberg na segunda metade da década de 50, significando um complexo de aquisição e distribuição de suprimentos agrícolas, a produção, a estocagem, o processamento e a distribuição de produtos acabados, empreendimento esse possibilitado pelo avanço técnico-científico, pela disponibilidade de grandes extensões terras, além da intensificação da produção agrícola em razão do auxílio internacional norte-americano aos países europeus devastados pela II Grande Guerra, institucionalizado pela Lei 480 de 1954, que previa o pagamento dos produtos em longo prazo e a baixas taxas de juros, a fim de não se vincularem ao bloco socialista (BURBACH e FLYNN, 1982).

O agronegócio, em sua versão nacional, vem configurando-se, especialmente, a partir de meados da década de 1990, como uma agregação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade rural, sob mediação estatal, agregação essa que atinge também uma estratégica econômica de capital financeiro, objetivando o lucro e a renda do latifúndio, sob a tutela de políticas públicas de governo, afirmando-se não como uma solução, mas como parte do problema, pois ao mesmo tempo em que auxilia o país na geração de divisas e no

equilíbrio de sua balança comercial, internamente, mostra-se altamente excludente e concentrador de riquezas (DELGADO, 2005).

Assumindo essas características o agronegócio brasileiro realiza um processo de territorialização distinto da territorialização camponesa nos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária. A territorialização da agricultura patronal/empresarial ou do agronegócio pelo campo brasileiro - uma construção ideológica criada a partir da década de 1990 para a agricultura capitalista - tem engendrado lógicas e práticas sócio-espaciais completamente antagônicas às desenvolvidas pelo campesinato, tornando-se visível notar no cerne da raiz dos problemas sociais e ambientais por este modelo gerados: a extrema concentração de riquezas, a exploração do meio ambiente e do ser humano mediante as relações de trabalho por este modelo de desenvolvimento agrícola engendradas.

Ainda a respeito do processo de territorialização da agricultura capitalista cabe considerar que este paradigma de desenvolvimento agrícola vem se configurando, em suas diversas fases (*plantation*, modernização agrícola, agronegócio), e guardadas as suas devidas diferenças, como um modelo econômico que comporta como principais características um caráter rentista/produtivista, predador, expropriatório, concentrador/dominador não somente da terra, mas também das tecnologias de produção e das políticas de desenvolvimento agrário do país, promovendo ainda a exclusão em razão da sua intensa produtividade e a destruição do campesinato não organizado.

A respeito do caráter concentrador da agricultura capitalista no campo brasileiro, esclarece o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001) que:

(...) no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo, que teve sua origem na escravidão, vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei da Terra e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente (OLIVEIRA, 2001a, p.1).

Acerca do caráter rentista/produtivista do agronegócio brasileiro, faz-se necessário considera que esse modelo de desenvolvimento agrário que ‘modernizou’ o latifúndio no país, não possui como sua principal função a produção de gêneros alimentícios, mas o que atualmente denominam-se como *commodities* (matérias-primas com valor agregado – laranja, soja, cana-de-açúcar, eucalipto, entre outras culturas), ou seja, na versão Contemporânea do Brasil Colônia, dá-se prosseguimento à antiga prática colonial de se produzir mercadorias a fim de se abastecer e/ou atender demandas não do mercado interno, mas da economia mundial em seu crescente processo de expansão (WHITAKER, 2009).

Atualmente adotando o discurso do moderno, em detrimento do campesinato, rechaçado como ‘atraso do campo’, o agronegócio ganhou o imaginário popular, a simpatia da população, da imprensa, mas, sobretudo, do Estado brasileiro. No entanto, quando verificadas as distinções entre esses dois modelos de desenvolvimento agrícola quanto à quantidade de pessoas empregadas, geração de renda e produção de alimentos esses números são mais favoráveis à economia camponesa. Apesar de serem os antigos latifúndios modernizados,

somente os implementos agrícolas os foram, pois a relações sociais de produção remetem ao período colonial brasileiro (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Ao eleger este modelo agroexportador como o paradigma ideal de desenvolvimento agrário para o campo, com incentivos à monocultura da soja, à expansão da pecuária e ao aumento do cultivo de cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível, em detrimento da reforma agrária e da agricultura camponesa, o Estado brasileiro contribuiu, sobremaneira, para intensificar a concentração fundiária e da renda no país, deixando milhares de famílias sem-terra, muitas das quais, acampadas às margens de rodovias, à espera de um lote de terra. Contudo, se este fato não bastasse, objetivando ampliar ainda mais a sua territorialidade, motivado pela demanda atual das empresas de agrocombustíveis, o agronegócio tem também disputado latifúndios improdutivos e terras devolutas que deveriam ser destinadas pelo governo brasileiro à reforma agrária (JÚNIOR, 2008).

O crescente processo de expansão, sob a tutela de políticas públicas estatais, do agronegócio sucroalcooleiro verificado, sobretudo, no decorrer da chamada Primeira Fase do Proálcool, que se estendeu entre 1975 a 1980 ³¹ ocasionou, por sua vez, uma série de impactos socioambientais negativos na espacialidade agrária brasileira, pois na medida em que este modelo de desenvolvimento agrícola expandiu suas atividades pelo campo, ocorreu um aumento proporcional da concentração fundiária, de conflitos fundiários e disputas territoriais com a produção de alimentos e demais produtos inerentes ao capital agroindustrial, além de uma crescente exploração da força de trabalho humana empregada nos canaviais, exploração essa que inclusive levou inúmeros trabalhadores a óbito.

No início da década de 1990, o que se verificou, contudo, foi um verdadeiro abandono do programa por parte das autoridades governamentais, em razão da intensa e prolongada crise econômica que se verificara no aparato estatal brasileiro desde a primeira metade dos anos 80. Não suportando carrear mais o complexo, o Estado dá início a um paulatino processo de desregulamentação setor ³². Os empresários do setor sucroalcooleiro também contribuíram para a extinção do programa, pois frente à prática de preços do açúcar bastante vantajosos no mercado internacional, os produtores do setor converteram a produção de álcool para o açúcar, minando a confiança no programa ao provocarem a crise de abastecimento dos postos de combustível em 1989/90. O programa veio a ser revogado em

³¹ Durante a Primeira Fase do Proálcool (1974/75 a 1978/79), a área colhida com cana passou de 1.899,0 mil ha para 2.537,0 mil ha (aumento de 34%). A produção de cana apresentou maior crescimento relativo (52%), passando de 91,4 milhões de tonelada para 138,9 milhões de tonelada, ocorrendo também uma melhoria no rendimento cultural médio de 48,1 kg/ha para 54,7 mil kg/ha (14%). Quanto à produção total de Álcool (entre 1974/75 e 1984/85) esta passou de 625,0 milhões de litros para 9.252,0 milhões de litros (crescimento de 1.380%). As taxas de crescimento da produção de cana-de-açúcar e álcool sempre estiveram acima da taxa de crescimento do PIB e do PIB Agrícola tanto na primeira como na segunda fase do Proálcool. O Equivalente Produto do Complexo cresceu 9,6% entre 1975 e 1979, contra 6,7% do PIB e 3,8% do PIB Agrícola. Entre 1979 e 1985 cresceu 12,0% contra 2,6% do PIB e 4,8% do PIB Agrícola. Na Segunda Fase do Proálcool a diferença do complexo e da economia brasileira cresceu ainda mais. Na Terceira Fase do Proálcool a taxa de crescimento do complexo entre 1984/85 e 1989/90 foi de 1,9% enquanto a taxa de crescimento do PIB foi de 1,8% ao ano (BACCARIN, 2005).

³² Apesar do aparente processo de desregulação e abandono do setor sucroalcooleiro como política energética, verificado na primeira metade dos anos 90, atualmente, o mercado de combustíveis no país continua a ser regulado pelo Estado brasileiro, com a obrigatoriedade de adição de 20% de álcool combustível na gasolina, garantindo um mercado consumidor do produto.

fevereiro de 1991, sem nenhum alarde e juntamente com milhares de outros decretos federais mediante um decreto sem número do então Presidente Fernando Collor (COSTA, 2003).

Conceituar uma nova etapa do Proálcool pós-década de 1990 significa incorporar elementos internos de reestruturação do setor, com a inserção de capital internacional, políticas públicas de retomada do álcool como combustível automotor, o que imprime novo nível de intervenção estatal no complexo sucroalcooleiro e estratégias de consolidação do álcool anidro como uma *commodity* no comércio internacional. A retirada do aparato estatal da regulação do setor e o processo de abertura comercial da economia brasileira tornaram-se elementos fundamentais para a incorporação de distintas estratégias de concorrência entre as empresas do setor. As agroindústrias passaram a orientar suas ações no sentido da inovação técnico-produtiva de produtos diferenciados a fim de atender demandas dos mercados interno e internacional (RAMOS, 2008).

Tal processo ocorreu simultaneamente com a estagnação da produção de álcool combustível e com o deslocamento da matéria-prima para a produção de açúcar, que passou a apresentar um constante crescimento, destinada a atender uma demanda do mercado internacional. Paralelamente a este processo, ocorreu também a desmontagem do IAA e o esvaziamento do PLANALSUCAR. Dentre as medidas para a desativação do IAA, verifica-se a retirada do Estado brasileiro na comercialização do açúcar no mercado internacional, possibilitando que as agroindústrias ou grupos de usinas explorassem diretamente esse comércio (RAMOS, 2008).

À medida que o setor sucroalcooleiro perde seu principal órgão de representação no Estado brasileiro, o IAA, encontrando-se desamparado da proteção estatal, verificada pela ausência de uma política agrícola geral e específica para o complexo, emerge a necessidade de maior apoio na sociedade civil. A partir desse momento, observa-se uma maior participação tanto da União da Agroindústria Canavieira (ÚNICA), quanto à presença de agroindústrias em órgão de planejamento regional, a exemplo dos Comitês de Bacias Hidrográficas e fóruns direcionados ao desenvolvimento regional. Essa nova conjuntura provocou uma mudança significativa no setor, passando a ocorrer uma maior competição entre as agroindústrias, que passa a ser por mercado, por capacidade de produção a custos mais baixos e produtos diferenciados, objetivando adentrarem em outros mercados, como, por exemplo, o segmento das indústrias de alimentos e bebidas com a produção do açúcar líquido (RAMOS, 2008).

O aparente descaso por parte do aparato estatal brasileiro para com o setor sucroalcooleiro após a extinção do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em 1991, pelo então Presidente Fernando Collor, não perdurou durante longos anos, pois ainda na segunda metade da década de 1990, dá-se início a um processo de remontagem da agricultura capitalista no país, não como uma política estruturada estatal, ou como novo programa de estímulo ao setor, mas a partir de algumas iniciativas públicas que ao seu término possibilitaram que esse controverso modelo de desenvolvimento agrário ampliasse ainda mais a sua espacialidade, elevando o seu grau de controle sobre o território e consequentemente sobre as relações sociais no campo.

A crise internacional de liquidez da economia da segunda metade da década de 90, que corresponde ao II Governo Fernando Henrique Cardoso, que acarretou uma gigantesca fuga de capitais especulativos da economia brasileira, que, por sua vez, financiavam os

déficits em Conta-Corrente, contribuiu sobremaneira para a emergência dos agronegócios. A partir deste episódio, a política de ajuste externo é modificada, objetivando produzir saldos de comércio exterior, ao qual foram conclamados os setores primário-exportadores da economia brasileira. A partir desta nova política de ajuste externo, os agronegócios passaram a ser priorizados no âmbito da política macroeconômica externa e da política agrícola interna, associando grande capital agroindustrial e grande propriedade fundiária, que realiza uma “aliança estratégica” com o capital financeiro, sob o patrocínio de políticas públicas estatais (DELGADO, 2010).

A partir dessa nova reconfiguração produtiva no campo brasileiro, dá-se início a uma nova etapa no país, momento em que passa a ser propagada a concepção de agronegócio como um paradigma a restabelecer a agricultura comercial exportadora após a crise da década de 90. Dessa maneira, esse modelo é uma expressão do capitalismo neoliberal no campo, mediante uma contumaz atuação de agências de regulação financeiras internacionais. A partir desse processo, a compra de terras por empresas não possui como objetivo meramente a especulação financeira, mas a ocupação produtiva. As empresas do setor agropecuário tomam frente do processo na corrida pela conquista de territórios, ao mesmo tempo em que as empresas de outros setores da economia se movimentam a fim de ganharem terreno dentro de sua principal atividade produtiva (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008a).

Adotando em parte a política econômica implementada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, o Governo Luís Inácio Lula da Silva também tomou os agronegócios, especialmente, o sucroalcooleiro como um dos alicerces de sua administração, assumindo inclusive posições contrárias aos que lutam pela implementação da reforma agrária no país, ao liberar o plantio e a comercialização de produtos transgênicos, acreditando na possibilidade de uma harmoniosa convivência entre esses dois modelos de desenvolvimento agrícola, hipótese essa que caiu por terra ao verificar-se que os conflitos fundiários elevaram-se justamente nas regiões de agricultura mais moderna e as ações de despejo do poder judiciário foram proporcionalmente maiores que o número de ocupações de terras promovidas pelos movimentos sociais camponeses (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Embora o processo de remontagem do agronegócio brasileiro tenha ocorrido durante o II Governo Fernando Henrique Cardoso, será no decorrer do Governo Luís Inácio Lula da Silva que este se constituirá em um bloco hegemônico de poder, como forma de geração de divisas e produção de superávit primário para o país.

(...) Sua seqüência histórica é continuada e reforçada no 1º governo Lula, com resultados macroeconômicos aparentemente imbatíveis. Mas já no 2º governo Lula ocorrerá recrudescimento do desequilíbrio externo. Este desequilíbrio fora o motivo original da forçada opção por exportações primárias como espécie de solução conjuntural/estrutural para o comércio exterior, que aparentemente livraria o País do déficit em Conta Corrente.

O sucesso aparente da solução exportadora significará na primeira década do século XXI uma quadruplicação do seu valor em dólares – o valor médio anual das exportações de 50,0 bilhões de dólares no período 1995/99 cresce para cerca de 200,0 bilhões no final da década de 2000; mas o grande campeão dessa evolução é a categoria dos produtos básicos, que pula de 25% da pauta para 45% em 2010. Se somarmos aos produtos básicos os

“semimanufaturados”, que na verdade correspondem a uma pauta exportadora das cadeias agroindustriais e minerais, veremos que esse conjunto de exportações primárias – “básicos” + “semi-elaboradas” evoluirá de 44% no período 1995/99 para 54,3% no triênio 2008/2010, enquanto que de forma recíproca as exportações de manufaturados envolverão em termos proporcionais no mesmo período, caindo de 56% para 43,4% da pauta. Uma visualização gráfica para período mais longo – 1964-2010 a seguir mostra com clareza que o fenômeno da “reprimarização” do comércio exterior é efetivamente desta década dos anos 2000, em contraponto à fase áurea de crescimento da economia no período militar -1964-1984, quando há avanço proporcional da exportação dos manufaturados.

Mas o sucesso mais imediato da opção primário- exportadora caberá ao governo Lula no período 2003/2007, quando vigorosos saldos comerciais, oriundos dessas exportações, superaram o déficit de serviços da “Conta-Corrente”, tornando-a superavitária. A partir de 2008, contudo, recrudescerá o déficit na Conta-Corrente, tornando frágil o argumento da via primária como solução estrutural para o desequilíbrio externo (DELGADO, 2011, p. 114-115).

A atual conjuntura mundial de preços atrativos do açúcar no mercado internacional, bem como a demanda por combustíveis renováveis com um menor impacto sobre o meio ambiente e o planejamento público estratégico nacional que projeta para as próximas décadas uma maior diversificação da matriz energética brasileira, com um crescimento da participação dos produtos oriundos da cana-de-açúcar, especialmente, o álcool combustível e a biomassa para a geração de eletricidade podem vir a propiciar uma maior expansão da territorialidade do agronegócio sucroalcooleiro pela espacialidade brasileira.

Neste sentido, o Plano Energético Nacional de Energia 2030 (PNE), publicação do Ministério de Minas e Energia, embora enalteça, sobremaneira, a construção de hidroelétricas, projeta que na evolução da matriz energética nacional, no período de 2005 a 2030, deverá ocorrer uma elevação na participação das fontes energéticas oriundas de produtos da cana-de-açúcar e outras renováveis (etanol, H-Bio, Biodiesel), de 16,7% para 27,6% (BRASIL, 2007). Quanto à competitividade da cana-de-açúcar para fins energéticos justifica o plano:

A competitividade da cana-de-açúcar para fins energéticos é o principal elemento que justifica a expansão expressiva da produção de etanol, com excedentes para exportação. Assim, há um aumento da produção dos demais derivados, em especial da biomassa destinada à geração de energia elétrica. Destaque-se que ao longo do horizonte, parte da biomassa será destinada à produção do etanol, pelo processo de hidrólise. No final do horizonte vislumbra-se uma redução do montante de etanol para exportação, em função do crescimento do consumo interno. O uso do etanol reduz a demanda de gasolina, aliviando pressões sobre o meio ambiente e a demanda e o refino do petróleo. A previsão de produção de etanol, no Brasil, em 2030, é de 66 bilhões de litros por ano (BRASIL, 2007, p. 29).

Dessa maneira, em condições favoráveis, em 2030, a cana-de-açúcar e seus derivados passariam a ser a segunda fonte de energia mais significativa da matriz energética nacional, com 18,5% de participação, inferior somente à participação do petróleo e derivados. Dentre as suas recomendações o plano sugere considerar a produção de agroenergia como

uma significativa contribuição para a solução dos problemas da sustentabilidade do fornecimento de combustíveis, com menor impacto ambiental, social e econômico para o consumidor, atinando ainda o monitoramento das áreas agriculturadas e agriculturáveis, e investimentos em tecnologia objetivando a melhoria do processo produtivo, de maneira a atingir o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2007).

Quanto aos investimentos a serem empregados no setor sucroalcooleiro entre 2005 e 2030, o plano os divide em dois conjuntos distintos: os relativos à etapa agrícola compreenderiam um montante estimado de recursos da ordem entre US\$ 11 e US\$ 14 bilhões; os relacionados à fase industrial de produção de etanol envolveriam recursos de US\$ 18 bilhões. Dessa maneira, os investimentos totais na cadeia produtiva do etanol, ao longo do horizonte de projeção do Plano Energético Nacional de Energia (PNE) são estimados entre US\$ 29 e US\$ 32 bilhões (BRASIL, 2007).

Não obstante, para que esse processo de expansão do agronegócio sucroalcooleiro sobre a espacialidade agrária brasileira ocorra de maneira eficaz, torna-se imprescindível a promoção de uma desregulamentação ambiental e fundiária, além da continuidade da “pegada” estatal, iniciada no II Governo Fernando Henrique Cardoso, através da liberação de subsídios governamentais, da criação de programas e políticas públicas específicas voltadas ao setor, continuando a ser artificialmente sustentado pelo Estado brasileiro³³.

³³ A votação do texto-base do novo Código Florestal na Câmara dos Deputados, em abril de 2012, representou essa desregulamentação, a perda de um patrimônio ambiental, uma derrota do governo federal e dos setores ambientalistas e, conseqüentemente, mais uma vitória da bancada ruralista no Congresso Nacional, do agronegócio nacional e, em particular, do setor sucroalcooleiro para o seu processo de expansão territorial ao flexibilizar uma legislação ambiental que não vinha sendo cumprida por este setor da economia. O principal argumento utilizado pela bancada ruralista contra a existência do Código Florestal de 1964, era que este representava um resquício de um período autoritário da história do país, que, por sua vez, deveria ser completamente suplantado, pois se constituía em um instrumento punitivo de pequenos agricultores rurais, quando, na verdade, esta legislação foi gestada em um período anterior ao golpe, entre 1962/63, e aprovada logo no início do Regime Militar pós-1964.

No decorrer do processo de votação, especialmente, na Câmara dos Deputados, o empate político não se deu simplesmente entre governo *versus* oposição, mas entre governo *versus* bancada ruralista, constituída pela base de apoio do governo. Aprovado com 274 votos a favor, 184 contra e 2 abstenções, o relator do texto-base, integrante da base governista, conseguiu suprimir artigos que haviam sido aprovados na votação no Senado Federal, que, na percepção da bancada ruralista, tornavam o texto demasiadamente “ambientalista”.

Ao todo foram realizadas vinte e uma alterações no substitutivo do texto acordado e aprovado no Senado, muitas das quais se tratavam de artigos cruciais para produtores rurais e ambientalistas, destacando-se a supressão do artigo 1º do texto aprovado pelo Senado Federal, que definia uma série de princípios que caracterizam o código como uma lei ambiental. Ao término do embate político, o Congresso Nacional acabou por aprovar uma redação que transformou o Código Florestal em uma lei de consolidação de atividades agropecuárias ilegais e/ou uma lei de anistia para os que cometeram crimes ambientais. Contudo, após uma ampla campanha de âmbito nacional “Veta Dilma”, a presidente Dilma Rousseff rejeitou o novo texto do Código Florestal, permanecendo “engavetado” entre os três mil vetos presidenciais a serem analisados pelo Congresso Nacional.

Além das recentes tentativas de mudança na legislação ambiental brasileira, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 4059/12, que pretende desregulamentar o comércio de terras nacionais para empresas estrangeiras, que caso consiga ser aprovado pela bancada ruralista, que vem se comportando como um agente terceirado do grande capital agrícola nacional, essa nova legislação protegerá a manutenção do latifúndio improdutivo, traduzindo o momento hegemônico do agronegócio nacional.

No último governo do presidente Fernando Henrique, começou-se a esculpir uma entidade que pouco a pouco foi ganhando ares de ídolo para as elites rurais, agroindústrias, acadêmicas e burocráticas: o chamado agronegócio. Em nome dele, montou-se um Programa de eixos de desenvolvimento territoriais e todo o aparato da pesquisa agropecuária do Estado lhe foi posto a serviço (a EMBRAPA). Afrouxou-se a política fundiária do Estado (foram mantidos os índices de produtividade dos anos 70 para efeito da “aferição de função social” de propriedade), e praticamente se paralisou a Reforma Agrária. Já no final do governo, houve dois presentes – como a modernização da frota agrícola -, e o mais importante de todos, a mudança do Regime Cambial.

No governo atual (Luís Inácio Lula da Silva), em nome do agronegócio e por muitas vias, continua-se a gerar providências e surpresas. Adota-se a excepcionalidade à produção de transgênicos; bloqueou-se a legislação da biosegurança; paralisou-se a Reforma Agrária; e adiou-se a solução para a terra indígena (Raposa/Serra do Sol em Roraima é um exemplo), que ainda espera homologação da demarcação. Uma vertente da violência criminosa eliminou os fiscais do Ministério do Trabalho que verificavam ilícitos trabalhistas nas fazendas de Unai-MG. Isto evidentemente não pode ser atribuído ao agronegócio legal, mas a criminalidade que se associa ao mito, e o faz porque se sente imune e impune (DELGADO, 2004, p.1).

Na contramão desse processo, o Governo Federal iniciou, em 2009, o chamado “Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar”, objetivando regular a expansão da produção canavieira sobre o território nacional, de tal maneira a se produzir como pano de fundo um instrumento de propaganda capaz de convencer a opinião pública nacional e internacional sobre uma pretensa sustentabilidade do agronegócio sucroalcooleiro (SOUZA, 2008), quando, na realidade, este setor pouco respeita a legislação ambiental existente no país em seu processo de territorialização, especialmente, o Código Florestal de 1964, avançando sobre áreas de preservação permanente e reservas legal.

A partir da sua lógica e prática de expansão, objetivando ainda uma maior concentração fundiária e da renda, o agronegócio sucroalcooleiro passou também a realizar a partir de 2004, além de um processo de cooptação de pequenos agricultores à beira da falência, no estado de São Paulo, inserções autorizadas pelo organismo estadual responsável pela implementação da reforma agrária nesta unidade federativa, a Fundação ITESP, na espacialidade dos projetos de assentamentos rurais, em um processo de aliciamento da agricultura camponesa, sobretudo, a fim de alavancar ainda mais a produtividade de seus principais produtos (açúcar e álcool), mas também objetivando, em um viés simbólico, defender o seu modelo de desenvolvimento agrícola para o país.

Ao realizar esse processo de aliciamento da agricultura camponesa, o agronegócio vem conseguindo subverter os principais elementos econômicos, sociais e ambientais da reforma agrária, como, por exemplo, a desconcentração fundiária, a inserção social e a preservação ambiental, contribuindo, sobremaneira, também para uma maior destruição da classe e/ou do modo de vida camponês no campo brasileiro, ao estabelecer nestes territórios da reforma agrária valores, lógicas e práticas sócio-territoriais que não dizem respeito a essa categoria social, tais como, a monocultura, o assalariamento e a degradação ambiental, transformando esses territórios da reforma agrária em territórios do capital agroindustrial.

O fenômeno de arrendamento de terras da agricultura camponesa para o capital agroindustrial, em termos materiais, encontra-se, sobretudo, relacionado à falência do modelo de reforma agrária implementado pelos organismos estatais (federais e estaduais) que, por sua vez, tem se pautado, historicamente, em uma mera distribuição de terras às famílias assentadas, oferecendo pouca ou quase nenhuma assistência técnica, orientações para o investimento dos fomentos, dentre outras políticas públicas indispensáveis e complementares à desconcentração fundiária que priorize o desenvolvimento social, econômico, cultural e territorial das famílias camponesas. Contudo, a esses fatores outros podem ser somados, tais como: a estrutura familiar, as condições naturais, o mercado e o aparato estatal, elementos esses considerados determinantes para a reprodução social dos assentados (FREITAS, 2009).

Como consequência da ineficiência dessa política pública, observa-se que algumas famílias beneficiárias da reforma agrária acabam adquirindo dívidas, aceitando arrendar a terra, tornando-se fornecedoras de matérias-primas, especialmente, de cana-de-açúcar para o capital agroindustrial, “regenerando a renda fundiária” a partir do arrendamento ou da venda do lote familiar. Nestas pseudo-parcerias, as usinas passam a custear a preparação da terra e o fornecimento de mudas para o plantio, um acordo que revela um processo de sujeição da renda da terra ao capital, pois a agroindústria canavieira tende a submeter os assentados a rígidos padrões de produção, ofertando-lhes apoio técnico e financeiro, assegurando, dessa maneira, uma crescente oferta de matéria-prima. Trata-se, portanto, da apropriação da produção camponesa pelo capital, monopolizando-a segundo os interesses da reprodução e acumulação do modo de produção capitalista (FREITAS, 2009).

Ao que tudo indica essa subordinação do camponês assentado ao usineiro, com a sua consequente proletarização, perda de autonomia, liberdade e de controle sobre o tempo e o espaço, encontra-se relacionada à dificuldade de garantir o consumo mínimo da unidade familiar. Contudo, neste sentido cabe também considerar que o fracasso dos projetos de assentamentos também se encontra relacionado ao rompimento dos laços de sociabilidade entre os assentados. A mística que foi construída na fase de acampamento acaba sendo desfeita com a passagem para a etapa de assentamento. A ajuda mútua é substituída pelo individualismo e os assentados são lançados no circuito mercantil. Perde-se, portanto, toda dimensão simbólica que a terra representa enquanto meio de vida e nos assentamentos vai sendo reproduzida a lógica que compreende a terra como terra de negócio. Contudo, não é somente o Estado que tem contribuído para os descaminhos da reforma agrária, mas também os próprios agentes de mediação (sindicatos rurais e movimentos sociais) (FREITAS, 2009).

Ainda acerca desse processo de cooptação da classe camponesa pelo agronegócio sucroalcooleiro devemos considerar, em uma perspectiva mais simbólica, que a terra, concebida como propriedade privada, abarca um valor monetário (troca), envolvendo dimensões subjetivas camponesas, cuja materialidade se estabelece na lógica de expansão do setor sucroalcooleiro pelo campo, evidenciando a construção de uma representação de desenvolvimento e de valor aos trabalhadores rurais assentados em projetos da reforma agrária superior ao valor de uso da terra, afirmando-se, dessa maneira, como uma mercadoria passível de ser negociada (SOUZA, 2009a).

Como consequência dessa perspectiva, essa percepção da terra como valor de troca também vem favorecendo práticas de arrendamento parcial e/ou total dos lotes familiares da

reforma agrária ao capital agroindustrial (especialmente para o seu setor sucroalcooleiro) nos projetos de assentamento rurais, a partir das chamadas “parcerias negociais” (relações não capitalistas de produção ou alienação da terra) autorizadas pelo Instituto de Terra do Estado de São Paulo (ITESP), que, por sua vez, tendenciam a uma maior concentração fundiária da agricultura capitalista (SOUZA, 2009a).

Contudo, essa perspectiva não somente conduziria a um maior processo de concentração fundiária nas mãos do capital agroindustrial, mas também a um processo de monopolização e homogeneização do território e da paisagem agrícola, ao consideramos que o conceito de homogeneização:

Refere-se a uma lógica de domínio territorial do capital monopolista no campo Brasileiro e que altera as estruturas produtivas concorrendo com a substituição de culturas regionais, a adoção de padrões técnicos produtivos que reduzem a pluralismo produtivo e tecnológico. Da mesma forma altera as relações sociais de produção tanto na lógica da subsunção do trabalho pelo viés do assalariamento, quando no limite não se realizam subordinações no regime de trabalho escravo, bem como a subsunção da natureza seja pela trajetória de extenuação do solo, bem como da redução das áreas de proteção permanente. Não obstante, se coloca ainda a alteração das relações camponesas de produção, principalmente no que concerne a substituição da terra como valor de uso, para a terra como valor de troca, alterando substancialmente a subjetividade camponesa e inserindo a terra em lógica clara de mercadoria. Neste sentido é que se toma o conceito de homogeneização territorial, uma vez que as relações de poder e de dominação se estabelecem por uma lógica de apropriação territorial e de avanço do capital monopolista no campo que impõem profundas mudanças nas relações sociais de produção e em suas formas de representação. O núcleo central de existência de um território repousa sobre a afirmativa de que o território é constituído de relações sociais fundadas sobre as diferenças de poder. O território seria o primeiro modo de dar significado às relações de poder e é isso que se homogeneiza que se espacializa: um padrão de dominação. A perspectiva da paisagem se refere à homogeneização que se estabelece não apenas pela territorialização produtiva dos canaviais, a configuração de uma textura quase monocromática não fossem as reformas, os estágios de crescimento e o mosaico constitutivo do melhoramento genético nas variedades de cana-de-açúcar, quase sem rugosidades (Santos, 1996), um “mar de cana” (Moraes, 2008), mas também de uma ideologia de desenvolvimento", de eficiência técnico-produtiva e de uma lógica de modernidade que juntos remetem à espacialidade única do agronegócio. Evidencia-se esta paisagem para além dos campos de produção, nas rodovias paulistas, nas hierarquias e arranjos urbanos, nas feiras do agronegócio (AgroCana, Fenasucro, Agrishow, por exemplo) que compõem uma "marca" expressiva, denotam uma espacialidade superior ao poder territorial, impregnam a subjetividade e a lógica de valor. A paisagem tem um sentido ôntico, descola-se do território (como relação humana) para ele expressar (SOUZA, 2008a, pp. 97-98).

Nestas condições contratuais, um projeto de assentamento cujas terras encontram-se arrendadas ao agronegócio, especialmente, para o setor sucroalcooleiro, não pode se constituir, em sua totalidade, como um território da reforma agrária, com exceção ao legalismo da desapropriação. Nesta condição, a centralidade da reforma agrária se esfacela, perdendo seu conteúdo político, social e econômico em razão da alienação da terra ao capital

agroindustrial, mas não somente da terra, mas, sobretudo, do trabalho, dos elementos simbólicos, das subjetividades do trabalhador sem-terra, pois a alienação da terra representa o esvaziamento da identidade do trabalhador rural assentado (SOUZA, 2009a).

Ramos (2009) possui um entendimento mais condescendente ao defendido por Souza (2009a) e neste sentido mais preocupante acerca dos processos de arrendamento parcial/total dos lotes da reforma agrária para o capital agroindustrial ao defender que somente em casos em que todo o grupo familiar trabalha fora do lote e em tempo integral, mesmo que residindo neste, caracterizaria um absentismo que desvirtuaria os objetivos centrais da política nacional de reforma agrária. Neste mesmo sentido, assevera o autor que somente no caso de um arrendamento de toda a área do lote familiar, permaneça ou não a família residindo neste, pode-se falar de um rentismo que igualmente distorceria os elementos centrais de um programa de assentamento de trabalhadores rurais.

Dessa maneira, o pesquisador apresenta duas situações limites e duas intermediárias (Quadro 03) para os projetos de assentamentos rurais, admitindo, por exemplo, o arrendamento parcial do lote familiar e a oferta de trabalho fora do lote, como uma possibilidade de elevação do nível de renda e/ou de consumo familiar e consequentemente do nível de vida das famílias que se tornam beneficiárias da política de reforma agrária³⁴. A situação mais desejável do uso da terra e do trabalho nos lotes dos projetos de assentamentos é a seguinte: exploração do lote com produção diversificada, visando à reprodução social e/ou a comercialização do excedente produzido, sem a oferta de trabalho pessoal e/ou familiar fora do lote (RAMOS, 2009).

Quadro 03 – Combinações do Uso da Terra e do Trabalho nos Projetos de Assentamentos

Situação Desejável	Situações Intermediárias	Situação Indesejável
Exploração do lote com produções diversas, seja para subsistência, seja para comercialização, sem oferta de trabalho (pessoal e/ou família) fora do lote.	Produção apenas de subsistência, com arrendamento de parte do lote para produção comercial, com trabalho temporário (pessoal e/ou familiar) fora deste.	Arrendamento total do lote, com toda a família trabalhando fora dele, em empregos permanentes e/ou ocupações temporárias.
	Produção de subsistência e comercial, com arrendamento parcial do lote, com ou sem trabalho temporário parcial (pessoal e/ou familiar) fora deste.	

Fonte: Adaptado de Ramos (2009)

³⁴ No caso dos projetos de assentamentos rurais, torna-se importante observar, a diferenciação entre nível de renda e nível de consumo. Nestes projetos, o nível de consumo pode ser elevado sem que necessariamente ocorra uma elevação do nível de renda, pois a produção do lote familiar pode ser essencialmente de subsistência, sendo secundária a produção de excedentes comerciáveis. No entanto, dificilmente uma produção agropecuária em um determinado lote familiar pode satisfazer todas as necessidades de consumo familiar, impondo-se a busca de obtenção de excedentes ou de rendas monetárias, que podem ter sua origem como, por exemplo, no trabalho temporário desempenhado fora do lote familiar, em atividades rurais ou urbanas (RAMOS, 2009).

Os processos de arrendamento total e/ou parcial de lotes da reforma agrária para o setor sucroalcooleiro visando o fornecimento de cana-de-açúcar para as usinas (ilustrados na Tabela 02), através das denominadas “parcerias negociais”, analisadas por Ramos (2009) e consideradas por Souza (2009a) como deturpadoras de um dos principais objetivos da política de reforma agrária, a desconcentração fundiária, processo que também se traduz em uma trajetória de exclusão do trabalho e da lógica de consolidação dos assentamentos, também vêm sendo analisadas em uma perspectiva semelhante e em uma pesquisa de caráter longitudinal, por Ferrante, Whitaker, Barone e Almeida, entre outros, através do NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) ³⁵, nos projetos de assentamentos rurais criados e administrados pela Fundação Itesp na Região de Ribeirão Preto e, mais especificamente, na Microrregião de Araraquara, localizada na região central do estado de São Paulo.

Tabela 02 - Contratos de Fornecimento de Cana-de-açúcar para a Agroindústria (2008 -2010)

Município	Agroindústria	Assentamento/ Nº. Famílias	Contratos/Ano		
			2008	2009	2010
Araraquara	U.Santa Luiza (Motuca)	Monte Alegre (391)		187	190
Motuca	U.Maringá (Araraquara)	Bueno Andrade (31)	212	19	23
Matão	U.São Martinho (Pradópolis)	Silvânia (19)		9	13
Teodoro Sampaio	Destilaria Alcídia	Santa Zélia (103)	18	23	27
		Outros (592)	14	18	23
Rosana	Destilaria Alcídia	Gleba. XV Nov. (1403)	38	43	54
Bebedouro	U.Andrade (Pitangueiras)	Ibitiúva (43)	24	27	27
	U. Viralcool (Viradouro)	Reage Brasil (83)	46	48	46
Pradópolis	U.S.Martinho (Pradópolis)	Guarany (298)	2	35	52
Totais			354	409	455

Fonte: Adaptado de FERRANTE *et al*, 2010.

A expressão “parcerias negociais” refere-se a uma polêmica política de desenvolvimento postulada pela Fundação ITESP para os projetos de assentamentos rurais sob sua administração. Dentre os programas que poderiam proporcionar o desenvolvimento sustentável das comunidades assentadas, aparece a referencia à formação de “parcerias negociais” visando alocar recursos e dinamizar o processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento, objetivando sua autonomia, sustentabilidade, maior participação na economia dos municípios e suprimento de matéria prima para as agroindústrias. No entanto, estas expectativas vêm se confrontando com a situação concreta da parceria com os assentados, expressão institucional de um contrato, no qual são detectadas relações assimétricas de poder. São as desigualdades constitutivas desta relação responsáveis pela controversa integração dos assentados às parcerias com as usinas de açúcar e álcool (FERRANTE; BARONE, 2011).

³⁵ Coordenado pela Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, o NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA).

A polêmica inserção da cana-de-açúcar nos assentamentos rurais vem exigindo uma cautelar reflexão acerca da sua interferência no modo de vida dos trabalhadores rurais e na relação estabelecida pelos projetos de assentamentos com o dinamismo do desenvolvimento regional. No decorrer desse processo, esta controversa presença fez emergir tensões e conflitos internos, discussões, não muito consensuais, acerca do passado, presente e futuro dessas parcerias. Na maneira como essas parcerias vêm tomando forma tem-se discutido a importância de encaminhar ao crivo analítico as desigualdades constitutivas desta controversa integração dos trabalhadores rurais assentados ao setor sucroalcooleiro, bem como a elaboração de uma pauta de políticas públicas de segurança alimentar, alicerçada na produção agroecológica, na valorização da produção regional e na inserção social de produtores familiares assentados e trabalhadores rurais (FERRANTE, 2007).

A produção de cana-de-açúcar nos projetos de assentamentos rurais mediante o arrendamento dos lotes familiares para o setor sucroalcooleiro (usinas) constitui a alternativa mais arriscada em termos da gestão familiar do trabalho e do território, pois, além dos prováveis prejuízos ambientais que esta prática pode vir a ocasionar ao meio ambiente, essa forma de produção parece seguir à lógica da agricultura patronal, podendo resultar em uma perda de rentabilidade econômica e autonomia das famílias assentadas, pois, em muitos casos, com o passar do tempo, todo o processo produtivo passa a ser feito pela usina, especialmente, o corte que é realizado por empresas de mão-de-obra rural (FERRANTE *et al.*, 2006).

Almeida e Ferrante (2011) analisando os contratos de parceria estabelecidos entre os assentados do Horto Bueno de Andrada com o setor sucroalcooleiro (Usina Maringá) puderam inferir que a relação contratual existente entre as famílias assentadas e a Fundação ITESP mostrou-se mais conflituosa do que a parceria com o capital agroindustrial, caracterizando-se como um contrato complexo, ambíguo, marcado por incerteza ou uma assimetria de informações, envolvendo o assentado em uma constante desinformação sob sua condição na terra, direitos e deveres. Após a assinatura dos contratos, o ITESP retirou a sua assistência técnica, deixando o assentado à mercê. Acrescentam ainda os autores que:

A Fundação ITESP tomou o lugar do vilão nessa história, e as relações no assentamento de Bueno de Andrada ainda são marcadas pela vontade da fundação (...). A cana surge como uma cilada para muitos assentados, pois a Fundação ITESP não arcou com suas responsabilidades (...) o assentado mesmo sabendo que a Fundação ITESP tem responsabilidade com o contrato de parceria com a usina Maringá, procura evitar conflitos. Mas isso é um assunto que não se fala no assentamento, todos aceitaram, resignados, o acontecido sem qualquer queixa. A inércia do assentado frente aos problemas vividos com a Fundação ITESP, é motivada pelo temor de serem tirados da terra (...). Essa imposição submissa que a Fundação impõe ao assentado produz silêncio dentro do assentamento privando o assentado de liberdade para tomar as suas decisões (...). A usina enquanto parceira se resguardou na ineficiência da Fundação para fazer um contrato com os assentados de Bueno de Andrada (ALMEIDA; FERRANTE, 2011, P. 237).

Queda *et al* (2009) possuem um entendimento um pouco distinto de Ferrante e Almeida (2011) sobre a presença da cana-de-açúcar, do eucalipto, da soja e demais culturas inerentes ao agronegócio nos projetos de assentamentos rurais, entendendo que, ao invés de

simplesmente rejeitar a inserção dessas culturas na espacialidade da reforma agrária, essas poderiam se transformar em uma alternativa para os assentamentos, sendo mais oportuno utilizá-las em pequenos núcleos de processamento, que possibilitariam às famílias assentadas apropriarem-se do conhecimento assimilado e dos rendimentos econômicos destas atividades: minidestilarias de álcool e de biodiesel; miniusinas de leite com capacidade média de processamento de 10.000 l/dia; farinheiras; mini serrarias para o processamento de madeira manejada, agregando valor ao produto, diminuindo impactos ambientais e gerando emprego e renda de forma contínua e sustentável a médios e longos prazos.

A princípio, as propostas de Queda *et al* (2009) sobre a implantação de pequenos núcleos de processamento nos projetos de assentamentos rurais como alternativas de redirecionamento da produção frente às parcerias estabelecidas com o capital agroindustrial parecem significativas, contudo, o que não fica claro nessas proposituras é de que maneira ocorreria o financiamento da produção, as certificações dos produtos, a logística de transporte e as estratégias de escoamento da produção (comercialização) que, caso não se consolidasse poderiam colocar em risco a soberania e/ou segurança alimentar das famílias assentadas, além de não significar necessariamente sua soberania energética.

Por fim, faz-se necessário ainda considerar que as famílias assentadas nos projetos da Região de Araraquara buscaram alternativas diferenciadas de direcionamento da produção a fim de se desvincilharem das parcerias com o capital agroindustrial das sugeridas por Queda *et al* (2009), destacando-se, por exemplo, parcerias com outros produtores rurais não assentados para o plantio de grãos e com outras agroindústrias para o plantio de mandioca para farinheiras industriais, além de desenvolverem uma rica policultura orgânica. Nestas experiências, embora o financiamento da produção dependa de agentes externos que possuem grande vantagem na distribuição da renda produzida pela lavoura, a forma de gestão do trabalho continua sendo familiar. Essas modalidades de parcerias são legalmente proibidas, no entanto, são mais aceitas do que a parceria com as usinas, pois o fato de empregar a mão-de-obra assentada é visto como fator positivo (FERRANTE *et al*, 2006).

2. OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS'S): NOVO PARADIGMA DE REFORMA AGRÁRIA

O presente capítulo objetiva desenvolver uma reflexão teórica acerca dos conceitos de rural e urbano, a fim de verificarmos em que medida tais conceituações comparecem na formulação das políticas de desenvolvimento rural, na opção ou renúncia da reforma agrária e, mais especificamente, na formulação de novos modelos de assentamentos rurais, no caso, em estudo, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's), sendo que, a seguir, apresentaremos um breve histórico sobre o desenvolvimento da política nacional de reforma agrária, seus avanços e reveses através dos Governos Militares e da Nova República, a fim de contextualizarmos o período histórico de criação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável, no decorrer I Governo Fernando Henrique Cardoso, assim como seus princípios e o seu processo de implantação pelo INCRA no estado de São Paulo.

2.1. O Rural e o Urbano na Sociedade Brasileira: implicações para a concepção dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's)

Sustentável é a sociedade (...) que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade generacional, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão.

(Leonardo Boff)

Como salientado anteriormente, o principal objetivo desta subseção da pesquisa não é apresentar uma solução conclusiva para uma problemática que perpassa diversas áreas do conhecimento humano (a sociologia, a história e a geografia) e vem instigando o meio acadêmico internacional desde o início dos anos 70 e, mais intensamente, o debate acadêmico brasileiro a partir da década de 1990, momento em que, vieram à tona novos questionamentos acerca dos conceitos de rural e urbano (campo e cidade), sendo estas questões recolocadas e repensadas tanto pela academia, como também pelos organismos estatais, instituições de pesquisa, organizações não governamentais e movimentos sociais, conceitos esses, ora compreendidos como categorias explicativas (antagônicas, contínuas ou complementares, como estreitamente interdependentes e se influenciado mutuamente de modo profundo), ou ora como um fenômeno que exige uma explicação e que, portanto, produz conhecimento.

Realizados esses esclarecimentos iniciais, pretende-se apresentar a seguir algumas reflexões teóricas acerca dos conceitos de rural e urbano, conceituações essas que possuem consequentes implicações para a formulação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, para a implementação da reforma agrária e, especialmente, para a criação de novos paradigmas de assentamentos rurais, no caso, em estudo, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's), dialogando não somente com a literatura clássica

internacional que remota às primeiras décadas do século XX, mas, especialmente, com as publicações nacionais mais recentes que abordam a referida temática.

Objetivando uma melhor e mais ampla compreensão dessa problemática, contribuíram para o debate acadêmico internacional inúmeros pesquisadores e nesse sentido podemos citar: Sorokin, Zimmerman e Galpin (1929), o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1991), o economista Paul Singer (2002), o sociólogo francês Henri Mendras (1969) e, mais recentemente, no meio acadêmico brasileiro, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000 e 2001), José Graziano da Silva (1997), José Eli da Veiga (2003), Ricardo Abramovay (2000) e o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004), entre tantos outros.

Apesar da gama de pesquisadores que se dedicaram a discutir essa temática, ou melhor, dizendo, problemática, nestas abordagens o que tem prevalecido são três grandes conceituações sobre as concepções de rural e urbano e as relações entre campo e cidade: a *dicotômica*, o *continuum* e a *complementar*. Na abordagem dicotômica, o campo, entendido como atrasado se opõe a modernidade da cidade. Na abordagem do *continuum* rural-urbano, a industrialização seria um elemento que aproximaria o campo da realidade urbana e na perspectiva complementar o campo possuiria urbanidades e a cidade ruralidades.

A abordagem do *continuum*, em uma análise mais apurada, pode ser subdividida em duas vertentes, com um primeiro segmento alicerçado no urbano, o compreendendo como fonte de progresso, enquanto o polo rural seria a expressão do atraso, estando predestinado à sua redução em razão da expansão do urbano pelo campo, sendo que esta percepção do *continuum* traduziria o término da realidade rural. A segunda vertente do *continuum* aproxima o rural-urbano, mas mesmo com a aproximação de suas semelhanças, suas peculiaridades são mantidas, sendo reafirmada a existência do rural.

Estas distintas abordagens foram e continuam sendo suscitadas pela própria dinâmica inerente à relação campo-cidade/rural-urbano que se transformou e continua sendo constante e intensamente transformada no transcorrer do tempo histórico, de acordo com os períodos e os modos de produção, relação essa ora, profundamente, caracterizada como contraditória, ora mais pacífica e próximo a uma associação. No entanto, esse movimento somente pode ser percebido à luz dos papéis e funções que tais dimensões espaciais assumiram e assumem no desenvolver dos modos de produção e reprodução social engendrados pela sociedade (LEFEBVRE, 1991).

Questionamentos a respeito da definição do que de fato se configura como rural e urbano na espacialidade brasileira emergem de tempos em tempos no meio acadêmico, que, por sua vez, questionamentos que recaem sobre a própria existência do rural (com quase a totalidade da população brasileira residindo em aglomerados ou centros urbanos, o rural ainda existiria, ou tudo teria se convertido em urbano?) e do campesinato (sobreviveria ainda enquanto uma classe social que possui uma identidade singular ou teria sido banido da história em razão da inserção das forças produtivas do capital agroindustrial no campo brasileiro? Ou teria se transformado em um agricultor familiar ou em um empresário por utilizar recursos tecnológicos e/ou estar parcialmente integrado a mercados incompletos, ou integrados ao circuito inferior, como diria Santos Milton (1997)).

Tais indagações vêm frequentemente ainda à tona, especialmente, em razão: da gigantesca migração rural-urbano, ocasionada pela inserção do capitalismo no campo brasileiro a partir da década de 1960, momento em que o futuro do rural passa a ser decidido pelo urbano sem sua participação; da vigência de uma legislação obsoleta e anacrônica (Decreto-lei 311 de 1938), que remonta ao Estado Novo (período varguista) que classifica aglomerações com menos de vinte mil habitantes como urbano; da imprecisa delimitação das linhas de perímetro urbano dos municípios brasileiros que, por sua vez, estabelecem deformidades do ponto de vista territorial, mas, sobretudo, em virtudes das inúmeras e intensas transformações por que vem passando o meio rural brasileiro e, em especial, a sua agricultura desde o final dos anos 60, passando pelas décadas de 70 e 80 e que chegam até o momento atual, com a ação do capital agroindustrial no campo brasileiro, principalmente, a partir da década de 1990, passando a transformar bens agrícolas em um negócio.

A respeito dessa problemática, melhor nos esclarece Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978) que definir, com determinado grau de precisão, o seu objeto de pesquisa tem se constituído em uma tarefa árdua para os pesquisadores (sociólogos, historiadores e geógrafos) que se debruçam sobre a análise do meio rural brasileiro, especialmente, em razão das inúmeras transformações por que tem passado, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1960 e início dos anos 70, as suas diversas e distintas unidades de produção, denominadas sítios, fazendas, lotes familiares, que, por sua vez, estariam cada vez mais contaminadas pela mecanização da agricultura e pela organização do trabalho que, a partir das cidades industrializadas, se propagaram pelo campo.

O desenvolvimento rural brasileiro do final dos anos 60 e início dos anos 70 é caracterizado como um período de transição entre duas fases de desenvolvimento, com o início de um processo de transformação na base técnica da agricultura, com a consolidação do complexo agropecuário brasileiro. Como resultado dessa mudança, a agricultura tornou-se cada vez menos dependente do laboratório natural da terra e da força de trabalho rural e, ao mesmo tempo, mais vinculada com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura e com a indústria processadora de produtos naturais. Esse processo de modificação da base técnica da agricultura significou que a sua reprodução ampliada passou a depender, cada vez menos, da adoção de recursos naturais e dos meios de produção em escala de manufatura e, cada vez mais, dos meios de produção produzidos em um segmento especializado da indústria (DELGADO, 1985).

A segunda metade dos anos 60 e a primeira metade dos anos 70 são também caracterizadas com um período de acelerado crescimento do emprego não agrícola, com pressões consequentes em termos de demanda de produtos agrícolas e por um processo de intensa urbanização da sociedade brasileira, ocasionado, sobretudo, pela intensificação da industrialização, pelas migrações com destino urbano e incorporação de áreas rurais ao espaço urbano ³⁶. O vertiginoso crescimento da urbanização, a modernização da agricultura, a

³⁶ Observa-se que entre os anos de 1970 e 1980, a população urbana brasileira elevou-se de 54,5 %, porcentagem que significou o fluxo de 28, 4 milhões de novos indivíduos que se urbanizaram. Em somente uma década, a proporção da população urbana, que era de 55, 92% da população total, em 1970, saltou para 67, 57% em 1980. No mesmo período analisado, aconteceu uma queda absoluta da população rural das regiões Sul-Sudeste e Centro-Oeste, por volta de 4,54 milhões de pessoas, uma parcela dessa população migrante (2,11 milhões de

organização de um novo sistema de financiamento das atividades rurais (Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR) e o estabelecimento de um novo paradigma de regulação das relações sociais e econômicas do setor rural pelo poder estatal, fez com que se configurasse o que com propriedade se convencionou denominar de “modernização conservadora da agricultura brasileira” (DELGADO, 1985).

Nessa época, em uma perspectiva notadamente econômica, a agricultura brasileira possuía a incumbência de cumprir cinco funções consideradas clássicas: 1) a produção de matéria-prima/alimentos; 2) a liberação de mão-de-obra para outros setores da economia; 3) a geração de divisas para o país; 4) a geração de poupança a ser aplicada na industrialização e, por fim, 5) a constituição de um mercado interno ³⁷. A opção pela tese da “modernização conservadora da agricultura”, a fim de modernizar o país, retirando-lhe da condição de subdesenvolvimento, fez com que se processasse, na década de 1960, uma revolução de caráter agrícola e não agrário como defendiam os setores mais a esquerda.

Envolvidos por este contexto de transformações da agricultura das décadas de 60 e 70, não havia entre os pesquisadores que se dedicavam em compreender as relações entre o rural e o urbano o entendimento de considerar as relações entre campo e cidade como estreitamente interdependentes e se influenciado mutuamente de modo profundo (com o rural possuindo urbanidades e o urbano comportando ruralidades), seu posicionamento era o de verificar como paralelamente se desenvolviam essas duas realidades, quais eram as suas concomitâncias e divergências através do tempo (QUEIROZ, 1978).

À época, a perspectiva adotada era a de considerar que se tratavam de realidades antagônicas, que até podiam se interinfluenciar, mas constituíam essências diversas que não se misturavam ou quando se misturavam, os elementos rurais constituíam “sobrevivência” no meio urbano e os elementos citadinos constituíam “inovações” no meio rural, aumentando essa penetração, as características peculiares à sociedade rural tendiam a se perder, confundindo-se com a sociedade urbana e, portanto a desaparecer, o rural se converteria em urbano e o dualismo desapareceria, essa homogeneização sociocultural e econômica seria resultado da conjugação do avanço tecnológico e de novas relações de produção (QUEIROZ, 1978).

A partir desta perspectiva analítica, possuía-se ainda em mente entre esses pesquisadores a concepção de “atraso” da sociedade rural em um processo de evolução em relação ao meio urbano e sua influência sobre este era entendida com “sobrevivência” tradicional. Contudo, essas análises começam a se alterar ao término dos anos 60, momento em que começaram a surgir os primeiros trabalhos que procuraram demonstrar que não ocorreria nenhuma oposição irreduzível entre o rural entendido como tradicional e atrasado e o urbano compreendido como moderno (QUEIROZ, 1978).

Como exemplo de uma obra clássica que aborda o rural e o urbano como categorias dicotômicas, pode-se mencionar o estudo desenvolvido por Sorokin, Zimmermann e Galpin (1929), em “Diferenças Fundamentais entre o rural e o urbano”, na qual os pesquisadores são

peçoas) fez migração rural-rural direcionando-se para os estados de fronteira agrícola (Amazonas, Acre, Pará, Rondônia e Mato Grosso) (DELGADO, 1985).

³⁷ Anotações em sala de aula da disciplina “Ruralidade e Urbanidade na Sociedade Contemporânea”, cursada, em 2012, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Rio Claro.

pioneiros em introduzirem a perspectiva teórica do *continuum* rural e urbano, uma concepção analítica que se encontra relacionada a uma percepção dual da realidade em estudo, pois os pesquisadores consideram o rural e o urbano como polaridades absolutas em uma escala de gradação. A fim de evidenciar as características essenciais que distinguiriam essa polarização, bem como suas relações, identificaram diferenças marcantes entre os espaços rural e urbano. As reflexões desses autores acabaram por influenciar o surgimento de uma série de estudos de caráter antagônicos sobre o espaço rural e urbano.

Sorokin, Zimmermann e Galpin (1929) sugerem, em sua obra, uma série de características consideradas fundamentais para a diferenciação entre rural e urbano. Dentre essas características, a base para o entendimento do rural se encontraria relacionada às peculiaridades de sua economia, abrigando, essencialmente, a produção agropecuária. Neste sentido, todas as demais atividades desempenhadas no campo estariam relacionadas a essa atividade econômica. Outros tipos de atividades não agrícolas se apresentam como acessórias e não se destacariam como sendo principal meio de reprodução social dos indivíduos residentes no espaço rural (SOROKIN *et al.*, 1929).

Marques (2002) sintetiza os elementos apresentados pelos autores que no seu entendimento contribuiriam para classificar o rural e o urbano:

(1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração (MARQUES, 2002, p. 100).

O economista Paul Singer (2002) foi um dos pesquisadores que se engajou em analisar os respectivos papéis que campo e cidade desempenharam no contexto latino-americano e, em especial, no Brasil, porém ainda com uma percepção um pouco dicotômica sobre esses dois termos, abandonando, contudo, por outro lado, a distinção ecológico-demográfica entre os dois conceitos ao adotar uma perspectiva político-econômica, partindo de uma divisão de poderes e de atividades econômicas desempenhadas entre campo e cidade. Dessa maneira, o pesquisador parte do princípio que o poder político tem que possuir uma base urbana na medida em que:

(...) o exercício do poder requer a existência e o uso de aparelho administrativo e de força armada, ele impõe a reunião num mesmo lugar de um corpo de funcionários, civis e militares, que, dessa maneira, “criam” a cidade, quando esta já não pré-existe. O poder político, no campo, é necessariamente descentralizado, abrangendo uma área muito mais limitada. É o poder local, exercido pelos que detêm a propriedade da terra ou, então, pelos representantes do poder central. Neste sentido, campo e cidade se distinguem pelo âmbito e, portanto, pela natureza do poder que nelas encontra abrigo. A cidade, que sedia o poder como uma de suas principais razões de ser, domina politicamente o campo, impondo-lhe sua autoridade e sua lei. Nestes casos, a cidade sede do poder recebe um fluxo de recursos do campo, geralmente sob a

forma de tributos, parte dos quais, pelo menos, é retida nela e serve ao sustento de uma parcela da população urbana (SINGER, 2002, pp. 1-2).

Contudo, ao analisar as distintas atividades econômicas (divisão do trabalho) desempenhadas pelo campo e pela cidade, o economista cai em que, atualmente, podemos considerar como sendo uma cilada, ao não reconhecer como significativas à existência de atividades primárias (agrícolas) no meio urbano, justificando que estas atividades exigem uma utilização extensiva de espaço, incompatível com a ocupação mais densa do solo que caracteriza o ambiente da cidade, estas seriam praticadas em áreas periféricas dos centros urbanos, constituindo, no entanto, uma atividade econômica pouco significativa no contexto global da cidade (SINGER, 2002).

A partir dessas constatações político-econômicas, o economista entende a relação de interdependência existente entre campo e cidade da seguinte maneira:

Na medida, portanto, que a economia urbana exclui o contato direto com a natureza, a cidade não pode ser economicamente auto-suficiente e, de fato, quase nunca o é. O campo, pelo contrário, inclui entre as atividades que nele se realizam, as primárias, o que lhe permite, em princípio, ser economicamente auto-suficiente. Desta maneira, a cidade praticamente depende do campo para sua subsistência, enquanto o campo só depende da cidade a partir de um certo grau de especialização das atividades que nele se desenvolvem. Mais especificamente, apenas quando no campo a atividade primária se torna única ou quase isso é que ele passa a depender dos produtos da cidade do mesmo modo que esta depende dos produtos do campo (SINGER, 2002, p. 2).

O sociólogo francês Henri Mendras (1969) foi um dos primeiros teóricos a desenvolver, no final da década de 1960, um esforço analítico a fim de superar a dicotomia rural *versus* urbano (atrasado *versus* moderno) existente nas análises da sociologia e da geografia rural, reconhecendo uma complementaridade entre campo e cidade, que seria composta por elementos do meio rural, assim como o campo, é constituído por técnica, que o retira do isolamento, quanto mais moderna a agricultura, mais urbanizada esta seria. Dessa maneira, o cientista social reconhece um processo de urbanização do meio rural e ruralização do meio urbano, asseverando ainda que o campesinato surge no momento em que emerge a cidade, que também provocaria um processo de desintegração de seu núcleo doméstico.

No decorrer da década de 1980, surgiram ainda transformações significativas no espaço rural brasileiro, observando-se o surgimento de um meio rural multifuncional com a inserção de uma maior diversificação econômica, em meio a novas formas de produção e subsistência, em um nítido contraste com o que predominava no passado. A expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas até então como exclusivamente urbanas, indicavam a existência de um novo paradigma sócio-espacial no país (REIS, 2006).

2.1.1. A Política Nacional de Reforma Agrária

As análises que se pautam sobre a relação rural-urbano continuaram a encontrar distintas interpretações, a respeito dessa problemática, no transcorrer da década de 1990, pois determinados temas recentes passam a exigir novas interpretações. As principais temáticas discutidas em relação às novas características do campo brasileiro relacionam-se a intensificação da pluriatividade, a elevação das atividades não agrícolas no meio rural, a crescente mecanização da agricultura, a expansão do agronegócio e o desaparecimento do campesinato, transformado pelos teóricos da agricultura familiar em empreendedor rural (GIRARDI 2008).

Na primeira metade da década de 1990, em um esforço teórico a fim de desqualificar o campesinato brasileiro enquanto sujeito político e sujeito histórico começam a ser publicados através do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) os primeiros trabalhos desenvolvidos pelos chamados teóricos da intitulada agricultura familiar, destacando-se o estudo desenvolvido por Ricardo Abramovay, em *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (1992) e Hugues Lamarche em *A agricultura familiar: uma realidade multiforme* (1993) e *A agricultura familiar: do mito à realidade* (1998), obras que passam a influenciar profundamente o desenvolvimento da política de reforma agrária no decorrer do Governo FHC.

Oliveira (2001) analisando a política de reforma agrária durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) destaca que uma das estratégias colocada em prática durante o seu mandato pelo MDA foi a criação do NEAD, a fim de alimentar pesquisas e ações voltadas para a chamada agricultura familiar mediante a realização de reuniões e seminários com intelectuais que estudam a questão agrária a fim de auxiliarem na elaboração de políticas e ações de governo, mas, especialmente, para formarem uma espécie de frente de ação intelectual de crítica aos movimentos sociais camponeses e de seus intelectuais orgânicos.

Dessa maneira, o Governo FHC procurou colocar em prática um processo de despolitização e criminalizando a luta camponesa no país ³⁸, explorando espaços institucionais de caráter científico, político e ideológico. Nos projetos e ações de seu governo, a utilização do conceito agricultura familiar traz em si um conjunto de significados rumo à modernidade agrícola, apostando no fato de que o camponês estaria passando por um processo de metamorfose, transformado em um agricultor familiar moderno, inserido nas relações de mercado e não dependente somente da agricultura (FELICIANO, 2006).

Os teóricos da intitulada agricultura familiar defendem basicamente que o produtor familiar que utiliza recursos tecnológicos e está parcialmente integrado a mercados incompletos não se encontra mais na condição de camponês, mas na condição de um

³⁸ Reeleito à presidência, Fernando Henrique Cardoso passou a desenvolver uma política de reforma agrária altamente repressora, criminalizando os movimentos sociais e mercantilizando o acesso à terra ao criar o Banco da Terra, uma política de crédito agrícola para a compra de terras e implantação de assentamentos. Esta política agrária cresceu em prejuízo das desapropriações. FHC eliminou também a política de crédito especial para a reforma agrária e a política de assistência técnica, o que aumentou o empobrecimento de centenas de milhares de famílias assentadas. A “reforma agrária de mercado” não deve ser assemelhada à reforma agrária, pois esta é uma política pública de desconcentração fundiária, mediante a desapropriação de terras improdutivas (FERNANDES, 2003).

agricultor familiar ou um empresário rural, que, por sua vez, não apresenta qualquer forma de conflito ou contradição quanto ao desenvolvimento capitalista no campo brasileiro.

Dessa maneira, para os autores da agricultura familiar, a reforma agrária somente teria sentido enquanto um projeto integrado ao desenvolvimento capitalista no campo, transformando trabalhadores rurais sem-terra, aptos à agricultura, em pequenos empresários rurais, modernizando por completo o campo. Neste sentido, cabe considerar que neste contexto histórico de meados da década de 1990 ocorre, por exemplo, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a fim de contribuir com esse processo de transformação, evolução ou modernização do camponês, transmutado em um empresário do setor rural³⁹.

A fim de colocar em prática a sua “reforma agrária de mercado” FHC, criou em seu segundo mandato (1999-2002) o Banco da Terra, outra política pública que emerge nesse debate da agricultura familiar, na esteira da nova organização das políticas públicas agrárias, como parte de um conjunto de medidas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar no país. O programa surgiu a fim de dar prosseguimento e estender o projeto-piloto chamado “Cédula da Terra”, implementado de maneira experimental a partir de 1997, nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão. A proposta do Banco da Terra consistia basicamente em disponibilizar crédito para a aquisição de terras, construção de infraestrutura básica e acesso às políticas de financiamento da produção (SANTOS, 2004).

No entanto, o que de fato posteriormente verificou-se se foi que esta política pública tornou-se fundamental em uma lógica produtivista, entendendo-se que o Estado, mediante as políticas de desenvolvimento rural, pressionava o pequeno produtor rural a incorporar técnicas externas estabelecidas pelo mercado e a abandonar práticas e estratégias habituais, colocando em risco a sustentabilidade ambiental e a reprodução familiar em sua unidade de produção agrícola (SANTOS, 2004).

No entanto, os ecos da agricultura familiar não fizeram somente se sentir no decorrer do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Essa articulada campanha de desqualificação do campesinato brasileiro tornou-se tão eficaz que, mesmo com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, em 2003, e do ex-proletário Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República e da relativa influência desempenhada pelos movimentos sociais camponeses e, em especial, do MST em seu governo⁴⁰, a terminologia agricultura

³⁹ No segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), com a publicação do documento “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural” (1999), que trata da política de desenvolvimento rural fundamentado na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado, ocorre a união dos programas Proterra e Pronaf (JORGE; SOUZA, 2003). O contexto de criação do Pronaf, em meados da década de 1990, foi marcado pela intensa mobilização dos movimentos sociais e organizações de trabalhadores rurais que buscavam acesso a terra e melhores condições de permanência produtiva no campo, reivindicando ações governamentais favoráveis à reforma agrária, o que envolvia, dentre outras demandas, a questão do crédito rural. As mobilizações e ocupações de terras eram respondidas pelo Estado com crescente violência policial e, no campo administrativo, com mudanças institucionais que buscavam limitar o poder de ação dos movimentos, sobretudo o do MST (BRUNO; DIAS, 2004).

⁴⁰ Em 2002, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República os movimentos sociais passaram a participar das indicações aos cargos de segundo escalão de seu governo, indicando inclusive o presidente. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) passou também a ter o seu grau de influência maximizado, indicando pessoas para ocuparem cargos no Ministério do Desenvolvimento Agrário. No entanto, os ruralistas reagiram contra essa política agrária do governo, indicando pessoas para

familiar continuou a dar o tom nas políticas agrícolas desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Como exemplo dessa influência pode-se resgatar o fato de que na elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (IIPNRA), encomendado pelo próprio presidente a uma equipe de trabalho dirigida por Plínio de Arruda Sampaio, a meta inicial (era o assentamento de 1 milhão de famílias em quatro anos de governo que) foi reduzida abaixo da metade (400.000 famílias), alegando-se restrições orçamentárias, o chamado ajuste fiscal, dando-se, inclusive, prosseguimento à política de reforma agrária de mercado imposta pelo Banco Mundial, que começou a ser desenvolvida durante o governo FHC. O Banco da Terra sofreu algumas alterações e teve sua nomenclatura modificada, passando a ser denominado Programa Nacional de Crédito Fundiário, mas, na sua essência, manteve-se o mesmo, preservando, dessa maneira, a apropriação capitalista da renda da terra.

Ao término da segunda metade da década de 1990, na esteira dos trabalhos desenvolvidos pelos teóricos da chamada agricultura familiar, surge o então estudo inovador de Graziano da Silva, intitulado *O Novo Rural Brasileiro* (1999). Pautado na corrente do *continuum*, o pesquisador, analisando o meio rural através de dados da população economicamente ativa (PEA), asseverava que este somente poderia ser entendido como um *continuum* do urbano, pois teria se urbanizado em razão da industrialização da agricultura e do “transbordamento” do meio urbano, sendo a pluriatividade o principal argumento utilizado para a defesa da urbanização do campo brasileiro.

O engenheiro agrônomo (do grupo dos economistas agrários) em seu então renomado estudo observava ainda que o meio rural brasileiro não poderia mais somente ser caracterizado como agrário, o comportamento do emprego rural, principalmente, da população residente nas áreas rurais, não poderia mais ser explicado somente a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias, existindo um conjunto de atividades não agrícolas, tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria, que, por sua vez, responderiam pela nova dinâmica do meio rural.

O meio rural brasileiro já não pode mais ser analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ganhou novas funções. O aparecimento (e a expansão) dessas “novas” atividades rurais – agrícolas e não agrícolas, altamente intensivas e de pequena escala – tem propiciado outras oportunidades para muito produtores que não podem mais serem chamados de agricultores ou pecuaristas e que, muitas vezes, não são nem mesmo produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Não objetivando negar o peso do agrário no meio rural, segundo o autor, o mundo rural brasileiro estaria produzindo uma outra modalidade de riqueza, fundamentada em bens e serviços não materiais e não suscetíveis de desenraizamento. O espaço rural brasileiro não

ocuparem cargos no Ministério da Agricultura, não se alterando, dessa maneira, o modelo de desenvolvimento agropecuário estabelecido pelo Regime Militar. Não se contentando, os ruralistas também reagiram contra o aumento das ocupações de terras e a elevação do número de acampamentos (FERNANDES, 2003).

mais poderia ser pensado somente como um espaço produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra, mas também como um meio que oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Assim como Graziano da Silva (1999), Balsadi (2002) também observou um crescente envolvimento da população economicamente ativa residente em domicílio rural em atividades não agrícolas, especialmente, nos anos 80 e 90. Contudo, de acordo com esse pesquisador, esse fenômeno não pode somente ser explicado em virtude das intensas modificações pelas quais passou e vem passando o meio rural brasileiro, pela tendência de baixa das atividades agrícolas como resultado da modernização e mecanização das mais significativas operações de cultivo das grandes culturas e pela diminuição da área cultivada em razão das crises de algumas culturais ou políticas específicas de controle de excedentes.

A esses fatores, faz-se necessária a inserção de outras causas explicativas sobre o crescente engajamento da população rural em atividades não agrícolas, as quais se encontram relacionadas com a crise na agricultura, com as novas funções do meio rural e o surgimento de novos sujeitos sociais rurais, com as transformações nas famílias rurais e nas explorações agropecuárias e com as semelhanças entre os mercados de trabalho rural e urbano. Tais fatores somados ao avanço tecnológico que atenua as atividades agrícolas contribuem para explicar, de maneira mais ampla, porque cada vez mais a população economicamente ativa residente no meio rural tem se ocupado fora de atividades agropecuárias (BALSADI, 2002).

A respeito do crescimento das atividades não agrícolas desempenhadas no meio rural brasileiro pela população economicamente ativa residente em domicílio rural observadas por Otavio Valentim Balsadi (2002) e com certo entusiasmo por José Graziano da Silva, em *O Novo Rural Brasileiro* (1999), cabe esclarecer que essas atividades, especialmente, às relacionadas à prestação de serviços de lazer (turismo rural ou ecológico) somente mostraram-se sustentáveis a pequenos e médios prazos, sobrevivendo, de forma precária, nos dias atuais. A abordagem do *continuum* rural-urbano utilizada por Graziano da Silva para a análise do meio rural brasileiro deve ser vista também com determinada ressalva, pois se mostra mais adequada para o estudo do campo em países desenvolvidos e em algumas regiões dos países subdesenvolvidos, não podendo, contudo, ser amplamente generalizada.

A adequação do conceito de pluriatividades para o entendimento dos processos de diversificação das ocupações e rendas agrícolas no país passou também a ser questionado por Baccarin e Souza (2012), em um estudo sobre as atividades rurais agrícolas e não agrícolas em um município de pequeno porte localizado no interior do estado de São Paulo (Monte Alto), destacando os autores em suas análises que:

Embora, à pluriatividade seja atribuída, muitas vezes, um significado valorativo do rural, neste trabalho nosso objetivo é questionar esta perspectiva e apontar para a persistência de um questionamento se a pluriatividade e de uma evidência a pluriatividade no Brasil indica a insuficiência de renda gerada na unidade de produção familiar, o que impõe aos seus membros a necessidade de complementá-la pelo exercício de novas atividades. A precarização, nesse caso, se assemelharia àquela constatada para o caso dos assalariados agrícolas em tempo real (SOUZA; BACCARIN, 2012, pp. 2-3).

Em seu estudo, concluem os pesquisadores que a realidade rural do município em estudo (Monte Alto) é, sobretudo, caracterizada pela pequena agricultura, comportando uma estrutura fundiária e relações sociais de produção distintas, o que a distancia da concepção de pluriatividade na maneira como fora formulada para a compreensão da realidade rural europeia, reafirmando o entendimento de que a inserção de novas ocupações reflete a precarização das relações de trabalho verificadas no país, tanto no campo, como na cidade (BACCARIN; SOUZA, 2012).

A análise da pertinência do conceito, neste caso, encontra-se alicerçada na natureza do processo de produção da agricultura brasileira, que concentra terra e expõe grande massa de trabalhadores ao subemprego rural e urbano, bem como de um processo caracterizado por uma reduzida rentabilidade das atividades agrícolas familiares, o que exige a inserção da força de trabalho familiar em atividades não agrícolas, como forma de custeamento da unidade de produção, como mecanismo de reprodução social da agricultura familiar (BACCARIN; SOUZA, 2012).

Os estudos desenvolvidos permitem inferir que em condições onde as atividades agrícolas conseguem absorver força de trabalho local e com situações satisfatórias de rendas e salários, a diversificação ou o aumento de atividades não agrícolas, a “pluriatividade”, não se constitui com significativa importância e quando se concretiza não alcança os mesmos perfis de renda e população empregada, obstando o entendimento do conceito como elucidador do processo de fortalecimento de trabalhadores e agricultores familiares no país (BACCARIN; SOUZA, 2012).

Ainda a respeito do conceito de pluriatividade desenvolvido por Graziano da Silva (1999), destaca Oliveira (2004) que a sua pesquisa acabou por reafirmar que o desenvolvimento do modo de produção capitalista ocasionou o desenvolvimento e a ampliação do urbano que se tornou mais amplo que a cidade e o campo, transformando-se em sua síntese contraditória. Neste sentido, a expressão “rurbana” proposta pelo economista em seu estudo, não se constituiria em uma síntese de contrários, mas em uma análise de inúmeras atividades econômicas (produção, circulação, consumo e suas representações) que se realizam sobre a mesma espacialidade, mas que não ultrapassa função e forma, a partir do momento que não deixa nítido o território em disputa pelos seguimentos sociais. Esta síntese “contraditória”, não eliminou a cidade nem o campo, que não podem ser compreendidos um sem o outro. As maiores transformações ocorridas no campo brasileiro não estariam relacionadas ao surgimento e à proliferação de atividades não agrícolas no meio rural, mas à atuação dos movimentos sociais camponeses, à instalação de projetos de assentamentos rurais e à territorialização do agronegócio.

A atuação de Graziano da Silva, que, atualmente, ocupa o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) não permaneceu, contudo, restrita ao campo das ideias. Durante o primeiro Governo Lula, entre os anos de 2003 e 2004, o economista ocupou o cargo de Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (transformado, em 2004, em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome), sendo um dos principais responsáveis pela criação e implementação do Programa Fome Zero e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),

que não nasce direcionado à agricultura familiar e aos projetos de assentamentos oriundos da reforma agrária, mas visando a segurança alimentar da população brasileira.

Deixando o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, em 2004, Graziano da Silva tornou-se um assessor especial da presidência da república para questões agrárias, mas com uma perspectiva um tanto distinta dos movimentos sociais camponeses, pois influenciado pelo referencial marxista, tenderia a observar o desaparecimento do campesinato no campo brasileiro, transformado pelas forças do capital em um proletário urbano, o que, neste sentido, perderia significado a iniciativa de desenvolvimento de políticas públicas específicas direcionadas ao modelo de desenvolvimento rural proposto pelos movimentos sociais camponeses e a própria realização da reforma agrária, entendida como uma questão superada, que somente encontraria sentido para diluir conflitos sociais e agrários localizados, como uma espécie de paliativo para bolsões de extrema pobreza⁴¹.

Ao término do segundo mandato de Lula, assim como havia ocorrido ao final do primeiro governo FHC, emerge uma verdadeira “babel” entre os números apresentados pelo governo federal através do INCRA relação ao número de famílias assentadas e assentamentos criados nos oito anos de seu governo, números esses que passaram a ser questionados pelos movimentos sociais camponeses, em especial, pelo MST. De acordo com os dados publicados pelo Instituto, entre os anos de 2003 e 2010 foram assentadas 614.093 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, sendo criados neste mesmo período 551 novos projetos assentamentos rurais. Dessa maneira, assim como em outras áreas, o governo Lula teria superado as 457.668 famílias assentadas durante o Governo Fernando Henrique Cardoso.

A fim de justificar os irrisórios números de famílias assentadas e assentamentos criados no decorrer de seu mandato, o Governo Lula passou a utilizar o argumento que estava realizando uma “Reforma Agrária de Qualidade”. Neste sentido, para justificar o pequeno número de hectares desapropriados e destinados à reforma agrária, o governo utilizou dois argumentos: o primeiro dizia respeito a não atualização dos índices de produtividade, também reivindicado pelos movimentos sociais e o segundo argumento seria a prioridade com a qualidade dos assentamentos (JÚNIOR, 2008).

Ao final de seu mandato, contudo, o que se constatou foi que a política de reforma agrária pouco avançou durante o Governo Lula, tanto em termos quantitativos, quanto com relação à qualidade dos assentamentos criados e/ou reformados, não se alterando, dessa maneira, os números e o modelo de desenvolvimento agrícola (crédito agrícola, assistência técnica e escoamento da produção) implementado nos projetos de assentamentos rurais em relação aos governos anteriores (JÚNIOR, 2008).

2.1.2. As Políticas de Desenvolvimento Rural

Na primeira metade dos anos 2000, surge o então também inovador artigo de José Eli da Veiga, intitulado *Desenvolvimento Territorial do Brasil: do entulho varguista ao*

⁴¹ Em *O Novo Rural Brasileiro* (1999), Graziano da Silva chega inclusive a predestinar o fim do meio rural brasileiro ao compreender que a mecanização, a implantação de equipamentos, tecnologias, serviços e infraestrutura social “urbanizariam” o campo por serem próprios da cidade.

zoneamento ecológico (2003), no qual o economista procura defender a tese que o país não seria tão urbano como as estatísticas apontavam com mais de 80% da população brasileira residindo em aglomerações ou centros urbanos ⁴². Neste sentido, explica o pesquisador que a taxa de urbanização do país seria artificialmente inflacionada em razão do conceito de cidade em ainda vigor, sendo ainda que na última década do século XX não teria ocorrido um forte êxodo em um grande número de municípios rurais de todas as regiões e estados do país, mas sim o inverso em ¼ desses municípios.

No mencionado estudo, José Eli da Veiga esclarece que a vigente definição de “cidade” é uma herança do Estado Vargasista, do Decreto-Lei 311/1938, que transformou, da noite para o dia, pequenos povoados, simples vilarejos e todas as sedes municipais e distritais em cidades, independentemente de suas características estruturais e funcionais, norma essa que ainda continua em vigor, apesar de todos os progressos institucionais, não somente os que se processaram nos períodos pós-1946, pós-1964 e pós-1988, mas também os que ocorreram com o *Estatuto da Cidade*, que também manteve o entulho varguista, a discrepante divisão territorial brasileira (VEIGA, 2003).

O Decreto-Lei 311/38 estabeleceu que para as futuras cidades seria exigida a existência mínima de 200 moradias e para as futuras vilas (sedes distritais) um mínimo de 30 casas, mas todas as localidades que à época eram consideradas sede de município, passaram a ser consideradas urbanas, mesmo que sua dimensão fosse muito inferior ao requisito mínimo estabelecido em lei. Neste sentido, José Eli da Veiga não considera como razoável que no início do século XXI um aglomerado de menos de 20 mil pessoas, que nem sequer possui a obrigação de possuir um plano diretor, possua o *status* de cidade (VEIGA, 2003).

Em seu artigo, o pesquisador observa também com certas restrições o arbítrio do poder público municipal, para o qual seria muito mais interessante as consequências fiscais, do que qualquer aspecto social, econômico, cultural, geográfico ou ambiental na configuração de seus territórios. A motivação tributária que tende a estimular uma expansão artificial do perímetro urbano, objetivando uma maior arrecadação de impostos municipais, encontra sua razão na própria obrigatoriedade legal de que os habitantes de qualquer sede municipal e distrital sejam considerados urbanos, o que faz inflacionar a taxa de urbanização do país, pois transforma em urbanos muitos dos que vivem em espaços de caráter urbano, somente porque residem em alguma sede municipal ou distrital (VEIGA, 2003).

Observa ainda José Eli da Veiga em seu estudo que para a construção de uma tipologia dos municípios que não pertencem às aglomerações e centros urbanos, torna-se indispensável adotar cortes de tamanho populacional e de densidade demográfica. Neste caso, a prevalência dos critérios estruturais resulta da mais completa falta de indicadores funcionais confiáveis. O que mais caracteriza as áreas rurais é justamente sua rarefação populacional, além das distâncias que as separam das aglomerações (VEIGA, 2003).

⁴² Os Censos de 1990 e 2000 indicam que, entre 1991 e 2000, a taxa de urbanização do país passou de 75,6% para 81,2%. Por outro lado, o estudo denominado *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (que analisou 12 aglomerações metropolitanas, 37 aglomerações não metropolitanas e 62 centros urbanos) indicou que, entre o Censo de 1991 e a Contagem de 1996, a população das áreas urbanas passou de 54% para 55,3% (VEIGA, 2003).

A fim de superar a configuração territorial do país, propõe o surgimento de um Contrato Territorial de Desenvolvimento a ser estabelecido pelo governo federal e governos estaduais com articulações intermunicipais, sendo necessário também que essa estratégia introduza uma nova percepção da configuração territorial do país. Talvez essa nova configuração territorial do país possa resultar do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)⁴³, uma estratégia de desenvolvimento rural que poderá dar início a uma varrição do entulho varguista se tais contratos servirem para legitimar, institucionalizar e consolidar o ZEE como instrumento de gestão que se propõe não somente a levantar o conhecimento científico disponível, mas a estabelecer a participação sistemática dos agentes sociais que atuam na microrregião. O ZEE será um instrumento de negociação e de ajuste entre as diversas visões locais sobre o seu desenvolvimento, poderá ser a principal alavanca do ‘desenvolvimento local’ (VEIGA, 2003).

A mesma perspectiva de desenvolvimento territorial - integradora entre campo e cidade - postulada por Veiga (2003) é adotada por Ricardo Abramovay (2000) ao afirmar que o conceito de ruralidade (que em inúmeros países, entre estes o nosso, é definido de tal maneira que o associa a precariedade e carência) não é de natureza setorial, mas sim de natureza territorial, sendo que esta mesma concepção pode ser aplicada à percepção de urbano. Os aglomerados urbanos não podem ser definidos exclusivamente pela industrialização, nem o campo unicamente pelo setor primário (agricultura). Neste sentido, vale apresentar a significativa definição da FAO/SDA (1998) sobre os conceitos rural e urbano (campo/cidade):

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessário uma definição espacial. Portanto, a unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais e, mais especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele (FAO/SDA, 1998 *apud* ABRAMOVAY, 2000, p. 6).

Dessa maneira, a perspectiva espacial e a conjectura da multissetorialidade do meio rural possibilitam que não se suponha, mesmo nos países mais desenvolvidos, que o rural foi completamente urbanizado. Na literatura internacional, existe uma convergência, que não é essencialmente estatística, entre três conceitos sobre o meio rural: a relação com a natureza, cuja ênfase é mais adequada às situações em que o peso da agricultura na ocupação e na geração da renda rural é reduzido; a importância das áreas não densamente povoadas que não

⁴³ O Zoneamento Ecológico-Econômico constitui-se na definição das vocações econômicas de áreas ou zonas, através de estudos técnicos que levem em consideração a interação de aspectos econômicos e sociais com a capacidade de suporte do meio ambiente natural e construído, visando fomentar o desenvolvimento sustentável.

se encontram, fatalmente, condenadas ao abandono e à desertificação e a dependência do sistema urbano que desempenharia um papel central, isto é, a importância e o valor das regiões não densamente povoadas não podem esconder sua completa relação de dependência com relação às cidades (ABRAMOVAY, 2000).

A perspectiva notadamente europeia de desenvolvimento territorial defendida por Veiga (2003) e Abramovay (2000) para o desenvolvimento rural do país é também proposta pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (2003) para a política nacional de reforma agrária ao afirmar, em um juízo impositivo, que essa ação estatal não deve ser compreendida como uma política de caráter compensatório, mas como uma política de desenvolvimento territorial do país, o que, por sua vez, implica em uma desconcentração fundiária, fato este que nunca ocorreu na história do país, pois todos os governos que se sucederam no poder a entenderam justamente como uma política compensatória e, dessa maneira, a grande maioria dos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária que se estabeleceram por todo o país foram implantados em razão das ações ocupações e fortes pressões dos movimentos sociais camponeses de luta pelo acesso a terra.

Ainda de acordo com Fernandes (2003), esse novo paradigma de reforma agrária terá também que suplantar a separação entre políticas públicas para assentamentos rurais e para pequenos agricultores, pois ambos se encontram em uma difícil situação de sobrevivência e, dessa maneira, políticas públicas conjuntas são de fundamental importância. Atingidas essas perspectivas, os embates fundiários tenderão a diminuir em todo o país e a luta dos movimentos sociais camponeses passará a ser pela apropriação dos bens produzidos pela agricultura familiar (FERNANDES, 2003).

A implantação de uma política agrária de caráter compensatório ocasionou, por sua vez, uma distribuição geográfica generalizada de projetos de assentamentos por todo o país, assentamentos esses, circundados de todos os lados por latifúndios, o que traz à tona a não existência de uma política pública estruturada de reforma agrária por parte do Estado, pois estes assentamentos constituíram-se a partir de ocupações promovidas pelos movimentos camponeses. Compreendida como uma política de desenvolvimento territorial, a reforma agrária, necessariamente, deverá estabelecer áreas para o rearranjo fundiário e anexação de diversos assentamentos, pois, isoladamente, comportam grandes dificuldades de estruturação, inclusão, enfrentamento e oposição ao mercado (FERNANDES, 2003).

Incorporando a perspectiva de desenvolvimento territorial para o desenvolvimento do programa nacional de reforma agrária, o INCRA passou a incorporar entre suas prioridades a implementação de diversas modalidades de projetos de assentamento rurais compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do país (Quadro 04), fomentando a integração sócio-espacial entre esses projetos de assentamento.

Quadro 04 - Modalidades de Assentamentos Criadas pelo INCRA

Ordem	Modalidade	Sigla
1	Assentamento Federal	PA
2	Assentamento Agroextrativista Federal	PAE
3	Assentamento Estadual	PE
4	Assentamento Municipal	PAM
5	Programa Cédula da Terra	PCT
6	Assentamento Estadual Sem Convênio	PE
7	Assentamento Casulo	PCA
8	Colonização	PAP
9	Assentamento Dirigido	PAD
10	Assentamento Rápido	PAR
11	Especial de Assentamento	PEA
12	Colonização Oficial	PC
13	Especial de Colonização	PEC
14	Integrado de Colonização	PIC
15	Assentamento Conjunto	PAC
16	Área de Regularização Fundiária	PF
17	Assentamento Quilombola	PAQ
18	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS
19	Reserva Extrativista	RESEX
20	Território Remanescente de Quilombo	TRQ
21	Assentamento Florestal	PAF
22	Floresta Nacional	FLONA
23	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS
24	Reassentamento de Barragem	PRB
25	Reconhecimento de Assentamento Fundo de Pasto	PFP
26	Terra Indígena	TI
27	Reconhecimento de Projeto Público de Irrigação	PPI
28	Assentamento Agroindustrial	PAG
29	Floresta Estadual	FLOE

Fonte: MDA; INCRA, 2012.

Além das diversas modalidades de assentamento implementadas pelo INCRA e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que possui uma perspectiva integradora entre campo e cidade, a proposta de desenvolvimento territorial também deu origem, em 2008, ao Programa Territórios da Cidadania que, em linhas gerais, se constitui em um esforço conjunto por parte do governo federal a fim de priorizar sua atuação em regiões e sub-regiões onde os investimentos públicos e privados têm se mostrado insuficientes para garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como para agilizar processos locais e sub-regionais que aumentem as oportunidades de geração de renda de forma desconcentrada e com a observância da sustentabilidade ambiental em todas as suas dimensões. O programa pretende ainda conceder apoio e estímulos a processos de desenvolvimento organizados territorialmente com determinado nível de endogenia, descentralizados e sustentáveis, articulados a redes de apoio e cooperação solidária que, paulatinamente, possam integrar populações e territórios do interior do país aos processos de crescimento e de desenvolvimento em curso (MDA, 2007).

Dessa forma, o programa apresenta em sua concepção o seguinte enfoque territorial:

A concepção da estratégia de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, tendo por referência os territórios rurais como espaço de articulação e gestão de políticas públicas é oriunda principalmente, da necessidade de se adotarem concepções inovadoras para enfrentar problemas que, apesar dos avanços conseguidos, persistem atingindo fortemente algumas regiões e grupos sociais. Especificamente refere-se ao enfrentamento da pobreza e da exclusão social, à degradação ambiental e às desigualdades regionais, sociais e econômicas que ainda atingem o meio rural brasileiro (grifos nossos).

A estratégia busca promover a articulação e a gestão, descentralizada e participativa, de ações para alcançar o desenvolvimento social e sustentável das populações que vivem em territórios rurais de todo o país. Tem como objetivo apoiar e fortalecer, nos territórios, capacidades sociais de auto-gestão dos processos de promoção do desenvolvimento, nos quais as próprias organizações dos agricultores (as) familiares e dos (as) trabalhadores (as) rurais protagonizem as iniciativas.

Trata-se de uma ação de Estado dirigida para regiões rurais nas quais se constroem, historicamente, relações de pertencimento e identidades culturais e geográficas. Para que este processo ganhe força e densidade, foram e estão sendo criados mecanismos institucionais para o estímulo e o apoio à participação dos atores e atrizes dos territórios para que possam discutir e deliberar publicamente sobre políticas, programas e projetos que afetam diretamente suas vidas (MDA, 2007, pp.3-4).

Os “territórios rurais” postulados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) são exemplares dessa perspectiva agregadora, pois reúnem indivíduos distintos em uma coesão forjada a partir do espaço e não das atividades econômicas desempenhadas e posição social. Dessa maneira, os “territórios rurais” pressupõem uma unidade de classes sociais e atividades econômicas, mesmo as não agrícolas, pois o novo espaço rural brasileiro não seria mais somente sinônimo de agrícola, assim como assinalou Graziano da Silva (1997). Assim, tornar-se-ia necessária uma categoria conceitual capaz de apreender a complexidade da realidade agrária brasileira, nesse caso, o território (FABRINI, 2011).

Em razão da forte presença dos movimentos sociais camponeses no meio rural brasileiro nas últimas décadas, tem se tornado cada vez mais evidente e premente a necessidade de elaboração de políticas de desenvolvimento rural que priorizem as oportunidades de desenvolvimento social e não se resumam a uma perspectiva meramente econômica e setorial (MARQUES, 2002).

2.1.3. Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável

A iniciativa de criação e implementação do Programa Territórios da Cidadania, especialmente, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), projeto esse que possui como foco central a redução da desigualdade social no meio brasileiro não é somente, contudo, resultado de um esforço teórico de acadêmicos brasileiros, mas também fruto de uma nova concepção que passa a vigorar sobre o meio rural brasileiro a partir da década de 1990 e que, cada vez mais, se intensifica nos anos 2000.

A pejorativa concepção sobre o meio rural brasileiro que vigorou entre as décadas de 1960 a 1980 e que também recaía sobre os projetos de assentamentos rurais oriundos da política nacional de reforma agrária, que também eram, frequentemente, acusados de provocarem impactos ambientais, começou a alterar-se a partir da década de 1990, quando, pela primeira vez na história brasileira, a agricultura familiar passa a ser valorizada, passa a ser reconhecida como um sujeito social significativo (WANDERLEY, 2000a).

Os agricultores familiares, até então percebidos como os pobres do campo e/ou geradores de baixa renda, passam a ser compreendidos como portadores de um novo paradigma de agricultura, antagônico e alternativo à agricultura capitalista latifundiária e patronal predominante no território brasileiro. A contundente e efetiva demanda por terras para o programa de reforma agrária, desempenhada pelos movimentos sociais camponeses, fez emergir no âmbito dessa política pública um setor de assentamentos rurais, entendidos por Wanderley (2000a) como territórios de retorno à vida rural onde:

(...) não sem dificuldades e tensões, seus beneficiários retomam o contato com a terra, apreendem ou reaprendem a organizar a produção e a combine-la com outras atividades agrícolas ou não agrícolas, dentro ou fora das áreas onde estão instaladas. A eles corresponde uma “situação” de reconstrução das bases de uma vida social local, inclusive no que se refere aos contatos sociais com o meio urbano próximos. O assentamento é um povoado rural que se refaz (WANDERLEY, 2000a, p. 36).

A consequência mais significativa da intensificação da luta pela posse da terra, desencadeada e liderada pelos movimentos sociais camponeses no decorrer dos anos 90, foi a valorização do meio rural brasileiro, que passou a ser compreendido como um território de trabalho e vida, encontrando expressão na demanda pela permanência no mundo rural ou retorno à terra expropriada. A afirmação desta nova ruralidade da agricultura familiar, que passou a se disseminar pelo campo e entusiasmar a vida social, contrapõe-se, simultaneamente, ao absenteísmo praticado pela agricultura capitalista (denominada neste período como agronegócio) que despoeva e agride o meio rural e à predominante percepção centralizada na urbanização e à visão de um meio rural sem agricultores familiares (WANDERLEY, 2000a).

Ainda a partir deste processo de valorização do campo, uma parcela significativa da sociedade brasileira passa a ter um novo olhar sobre o meio rural, historicamente, observado como a fonte de problemas (desenraizamento, pobreza, isolamento), emergindo sinais de que o meio rural passa a ser concebido como portador de “soluções”. Esta nova crescente percepção valorativa, real ou utópica, observa, no meio rural, alternativas para o problemática da geração de emprego (demanda pela posse da terra, especialmente, dos indivíduos que dela foram retirados), para a melhoria da qualidade de vida, mediante contatos mais intensos e diretos com a natureza, de maneira intermitente (turismo rural) ou permanente (residência rural) e por meio da intensificação de relações sociais mais próximas, entendidas como predominantes entre as pessoas residentes do campo (WANDERLEY, 2001).

Abarcados por esta atmosfera de valorização do meio rural brasileiro, a partir da década de 1990, grupos acadêmicos, organismos estatais e movimentos sociais camponeses

passaram a refletir sobre as novas configurações do espaço rural brasileiro, especialmente, com relação à iniciativa de implementação de uma nova modalidade de assentamento rural, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), processo esse que resulta de uma nova percepção sobre o meio rural, que passa a ser entendido como um patrimônio a ser usufruído e preservado (WANDERLEY, 2000b). Nessa nova perspectiva, o ambiente rural brasileiro passa a ser compreendido não mais como um espaço exclusivo destinado às atividades agrícolas, mas como um lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo internacionais (MOREIRA, 2002).

A partir deste novo paradigma, a política de reforma agrária nos lança a uma discussão que ultrapassa a questão agrária, que abarca reestruturação fundiária, melhor distribuição de renda e terra, adentrando a questão da transformação do paradigma tecnológico aplicado à agricultura, desvinculando-se de algumas práticas insustentáveis, assimiladas pela modernização conservadora da agricultura em seu paradigma produtivista, excludente e destruidor, responsável pela atual crise social e ambiental na agricultura. Dessa maneira, parte-se para um novo ponto de vista, o da sustentabilidade, que objetiva também possibilitar a permanência do homem no campo (GOMES; SILVEIRA, 2010).

A inserção da variável ambiental no âmbito das ações de criação de projetos de assentamentos rurais oriundos da política de reforma agrária vem indicando uma mudança significativa na forma de atuação Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os elementos orientadores desta nova política são o respeito às diversidades ambientais, à promoção da exploração racional e sustentável dos recursos naturais e a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental dos assentamentos, procedimentos esses definidos pela resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº. 289/2001 para o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua na qualidade de vida dos assentados (INCRA, 2008d).

No entanto, a respeito da sustentabilidade ambiental ser amplamente almejada por uma parcela significativa da sociedade brasileira, cabe esclarecer que esta permanece ainda no campo da utopia, em razão de não existir uma forte pressão social para que se rompa com o paradigma estabelecido pela modernização agrícola da década de 1960. A ausência de precisão do termo possui mais uma agravante à medida que a solução da problemática ambiental deverá ocorrer de forma conservadora, as agressões ao meio ambiente deverão ser solucionadas de maneira a satisfazer as classes no poder, com adoção de tecnologias e mecanismos de apropriação adequados a fim de não colocar em risco a direção conservadora do desenvolvimento adotado (CARMO, 2003).

Apesar deste processo de valorização do meio rural e da questão ambiental verificado a partir dos anos 90 por Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000 e 2001), observa a professora Dulce Consuelo Andreatta Whitaker que resquícios de preconceitos contra o rural e, em especial, sobre os projetos de assentamentos rurais ainda persistem e encontram-se prontos para serem utilizados pela ideologia capitalista, preconceitos esses que, contudo, não emergem do nada, estes “brotam da dominação e compõem cirandas perversas no gigantesco caleidoscópio das ideologias, com suas descontinuidades, ilusionismos e inversões” (WHITAKER, 2009, p. 35).

Na análise dos projetos de assentamentos rurais, destaca Whitaker (2002) que estes não devem ser observados através de uma perspectiva urbana, mas por eles mesmos, mediante o viés rural, a fim de que não se acentuem ainda mais determinados preconceitos que figuram sobre o universo rural brasileiro, percebido como um ambiente atrasado em relação ao urbano, como um empecilho ao desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira, embora a defenda a pesquisadora o universo rural deveria desfrutar da mesma infraestrutura do meio urbano. Neste sentido, acrescenta que:

Nossa primeira tarefa é (...) desvelar esses preconceitos. Tais preconceitos derivam da dominação do rural pelo urbano, a partir da emergência do capitalismo enquanto sistema econômico que privilegia a industrialização, engendrando uma ideologia urbano industrial, na qual se cria a figura do outro – aquele que impediria o avanço do industrialismo e como tal representaria o atraso (WHITAKER, 2002, p. 20).

Dessa maneira, analisar projetos de assentamentos rurais de reforma agrária exige um esforço do pesquisador que se aventura no sentido de ultrapassar as aparências da ilusória simplicidade vislumbrada pelo olhar urbanocêntrico e desvelar a pequena propriedade familiar produtora de alimentos, que garante não somente a segurança alimentar dos seus moradores, mas também de muitos setores do seu entorno urbano, que exigem políticas públicas de distribuição de alimentos (WHITAKER, 2011).

2.2. A Reforma Agrária e os Movimentos Sociais Camponeses: os antecedentes históricos dos PDS's

Realizada a discussão teórica em torno dos conceitos de rural e urbano e suas implicações para a formulação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável, apresentamos a seguir uma breve processualidade e/ou materialidade histórica da política de reforma agrária, que se estende desde meados da década 60, com os Governos Militares e sua opção pela “modernização agrícola” do campo brasileiro e o quase extermínio da classe camponesa, passando pelos Governos da Nova República, com a elaboração criação do *I Plano Nacional da Reforma Agrária* e suas metas não plenamente atingidas e adentrado o Governo Fernando Henrique Cardoso, momento em que o INCRA opta pela criação dessa modalidade de assentamento ambientalmente diferenciada, assim como, trataremos de sua implementação pelo gestor no estado de São Paulo, em uma análise comparativa com a criação de assentamentos convencionais (PA's).

2.2.1. Os Governos Militares e a Reforma Agrária

A reforma agrária vem atualmente sendo compreendida para além de uma utopia socialista fracassada que lança sujeitos em uma condição de absoluta miséria no campo, mas com políticas de desconcentração fundiária e desenvolvimento territorial, cuja iniciativa deveria partir dos organismos estatais que são responsáveis por implementá-las, tendo como principal objetivo o acesso a terra e a elevação do nível de vida dos futuros assentados, o que

pode ser entendido ou medido a partir da elevação do nível de renda das famílias assentadas, mediante o aproveitamento de um determinado lote de terra com o uso do trabalho familiar, sendo consensual que se torna praticamente impossível atingir este objetivo sem a criação e implementação de inúmeras políticas públicas: crédito/financiamento na época apropriada; assistência técnica no momento necessário; apoio à comercialização/escoamento da produção e a chamada de administrativa, a regularização da posse deve ser mais ágil, mais flexível, mais atualizada (RAMOS, 2009).

Ainda a respeito da implementação da reforma agrária é também consensual entre pesquisadores, técnicos e movimentos sociais que essas políticas públicas devem também estar associadas às iniciativas de formação de associações e cooperativas pelas famílias assentadas através das quais podem defender seus interesses, cuja manifestação econômica é a retenção de uma parcela do excedente produzido no lote, pois estas se defrontam com agroindústrias oligopolizadas processadoras de seus produtos, sendo que, essa retenção passa pelos preços pagos e pelos preços recebidos (RAMOS, 2009).

Implementada a política nacional de reforma agrária faz emergir uma nova categoria social, a do campesinato, propiciando, por sua vez, a formação de mosaicos na paisagem rural, que podem vir ainda a transformar o território das monoculturas engendradas pelo capital agroindustrial, reconstrução sócio-espacial esta que se traduz na reterritorialização do trabalhador rural sem-terra, que mediante o resgate de seus hábitos culturais, retorna a produzir uma parcela de consumo alimentar (DUVAL *et al*, 2008).

Para além de uma política pública, a reforma agrária é compreendida neste estudo como: (...) *obra da luta de milhares de famílias camponesas e um conjunto de preocupações teóricas daqueles que estudam ou interferem via Estado, nessa realidade* (...) (BARONE; FERRANTE, 2012, p. 759).

Apesar de em âmbito nacional a agricultura familiar possuir uma importância secundária no encaminhamento das políticas públicas agrícolas, esta vem resistindo, representando um significativo setor da economia nacional ⁴⁴. Apesar de o país comportar uma agricultura altamente modernizada e industrializada, a agricultura familiar ainda integra a paisagem rural e, em inúmeros casos, vem assumindo o formato de projetos de assentamentos rurais de reforma agrária (SOUZA; BERGAMASCO, 2006).

Atualmente existem em todo o país 8.865 projetos de assentamentos rurais, que comportam 931.730 famílias de trabalhadores rurais assentados, projetos esses que abrangem uma área total de 87.559.858,9467 hectares incorporados ao programa nacional de reforma agrária desde a década de 1960. Desse montante, 252 projetos de assentamentos estão localizados no estado de São Paulo, abrigando 20.962 famílias assentadas, em uma área de

⁴⁴ O orçamento previsto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o exercício financeiro de 2012 retrocedeu aos patamares do Governo FHC, apresentado uma redução nominal de 15,8% em relação a 2010 e de 1,7% em relação a 2011. Os recursos destinados ao INCRA apresentaram uma redução de 7,5% em relação a 2011 e de 12,2% em relação a 2010. Para a função organização agrária, que inclui gastos com concessão de crédito-instalação e implantação de infraestrutura básica nos projetos de assentamento, o orçamento previu R\$ 4,6 bilhões, representando 0,22% dos gastos da União. Para a função agricultura, que abrange gastos com formação de estoques públicos e equalização de juros do Pronaf, foram previstos R\$ 17, 2 bilhões, o que representou 0,81% das despesas do governo federal (MANSUR, 2011).

333.014 hectares administrados de Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) (MDA; INCRA, 2012)⁴⁵.

A presente quantificação do espaço agrário brasileiro inexistia no campo até meados da década de 1950, momento em que somente os países industrializados eram considerados desenvolvidos, observando-se a partir desta concepção uma grande movimentação mundial no sentido de industrializar os países não desenvolvidos. O assunto era discutido com entusiasmo, carregado de polêmicas teóricas e ideológicas. Debatia-se o conteúdo de crescimento e desenvolvimento. No calor deste debate teórico, Celso Furtado defendia que somente ocorreria desenvolvimento onde, além do crescimento, existisse um projeto social subjacente. Neste sentido, a reforma agrária poderia representar um caminho para a conclusão desse processo (VEIGA, 2006).

Na década de 1950, além do economista Celso Furtado, contribuíram para o chamado debate clássico da questão agrária nacional inúmeros e significativos intelectuais brasileiros vinculados às diversas forças políticas em confronto durante este período: Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, André Gunter Frank, entre outros, que debatiam a sociedade brasileira, suas origens e características (dualista ou não), assim como, o seu futuro. Os posicionamentos em confronto eram os mais diversos, variando desde a pura e simples análise marxista ortodoxa (a tese sobre a existência de resquícios feudais da sociedade brasileira no campo), passando pela crítica a esta mesma concepção no âmago da própria esquerda, pela posição estruturalista e pela teoria da dualidade básica, até a concepção conservadora e liberal, fundamentada na teoria neoclássica, segundo a qual a reforma da estrutura agrária brasileira não teria sentido para o país (FERREIRA *et al*, 2009).

Discutida ainda no campo das ideias, no decorrer da década de 1950, inexistia no país, desde o período colonial brasileiro até esse momento qualquer iniciativa prática de política fundiária, ao mesmo tempo em que outras nações haviam solucionado de alguma forma suas problemáticas agrárias, o país permanecia paralisado, sem enfrentar e encontrar uma solução para esta questão, de suma importância para seu futuro como país soberano, democrático e desenvolvido, tanto em âmbito social quanto econômico. A questão agrária chegou a ser debatida no país por ocasião da edição da Lei de Terras de 1850 (Lei nº. 601), que transformou a terra em propriedade e na campanha abolicionista, contudo, o que acabou prevalecendo foram os interesses do latifúndio monocultor escravista (FERREIRA *et al*, 2009). Isto é, tomada do ponto de vista agrário, toda a História do Brasil pode ser compreendida como uma luta de duas classes sociais ou modelos de desenvolvimento agrário (campepinato *versus* latifúndio) pelo controle efetivo do território, uma luta pelo controle por quem vai se apropriar das terras (OLIVEIRA, 2007a).

A reforma agrária, compreendida como um instrumento de resolução para os problemas agrários nacionais começou a ganhar mais corpo nos debates da sociedade brasileira a partir de meados da década de 60 (BERGAMASCO, 1997), especialmente, com a contribuição de quatro núcleos de reflexão: o Partido Comunista Brasileiro (PCB); setores reformistas da Igreja Católica; a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e um

⁴⁵ Os dados oficiais divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) quanto ao número de assentamentos criados, famílias beneficiadas e áreas arrecadadas para a reforma agrária devem ser vistos com determinadas ressalvas, pois inúmeros destes projetos de assentamento são criados e recriados em um período subsequente em suas planilhas.

grupo de economistas conservadores da Universidade de São Paulo (USP) liderados pelo docente e posterior Ministro da Fazenda do Regime Militar Antonio Delfim Neto que possuía um posicionamento demasiadamente distinto dos demais grupos com relação à reforma agrária, polemizando contra as teses defendidas pelos setores que viriam a ser derrotados com o Golpe de 64, defendendo o discurso da “modernização agrícola sem reforma agrária”, pensamento que se tornou hegemônico após 1964 (DELGADO, 2003).

Até meados da década de 1960, o campesinato brasileiro era tratado pelo Estado como um cidadão de segunda categoria, pois a legislação trabalhista criada no decorrer da Ditadura Vargas (1937-1945), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não era extensiva a essa então majoritária classe social, sem uma carteira de trabalho, o camponês era um não cidadão, o que tardiamente somente veio a ocorrer, em 1963, com a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), como parte das *Reformas de Base* do Governo João Goulart e com a posterior criação do FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), em 1992, pela Lei 8.540, a fim de conceder assistência previdenciária a esses trabalhadores, mas que foi considerado, de forma unânime, inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em fevereiro de 2010, desobrigando produtores rurais a recolherem a contribuição que incidia sobre o faturamento e que, por sua vez, era revertida para o pagamento de benefícios sociais a trabalhadores rurais ⁴⁶.

A respeito da lenta inserção dos diretos trabalhistas no campo brasileiro do decorrer da década de 60, devemos considerar além das concretas barreiras colocadas pelo empregador rural, que, historicamente, sempre resistiu a qualquer tentativa de incorporação da legislação trabalhista, a condição histórica do trabalhador rural, pois, enquanto o proletário urbano, em razão da sua proximidade dos grandes centros de decisão política e em virtude de sua maior consciência dos seus direitos pode reivindicá-los e conquistá-los, não somente em razão de sua atuação, mas também pela intervenção do Estado na tentativa de regularizar esta questão social, o trabalhador rural, em virtude de sua dispersão pela espacialidade brasileira não conseguiu atingir a força necessária para pressionar os governantes de plantão e desvencilhar-se da condição em que fora depositado (FERRANTE, 1976).

Neste contexto histórico de meados da década de 1960, em razão do descaso por parte do Estado brasileiro para com o campesinato, de não garantia de seus direitos sociais trabalhistas, o campo passou a ser sacudido pela ação das Ligas Camponesas na região nordeste do país ⁴⁷. Pressionando politicamente o governo João Goulart (1961-1964) criou a

⁴⁶ O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional o Artigo 1º da Lei 8.540/92, que obrigava empregadores rurais ao recolhimento da contribuição destinada ao FUNRURAL, utilizando o argumento que essa contribuição representa uma bitributação, pois o produtor rural que trabalha em regime familiar é um segurado especial, pois recolhe uma contribuição sobre o resultado da comercialização de sua produção a fim de ter direito a benefícios previdenciários. Neste sentido, o artigo representaria um desestímulo ao produtor rural, encorajando-o a viver da mera subsistência para fugir da tributação, em vez de dar a sua propriedade uma destinação social, oferecendo emprego e produzindo alimentos para a sociedade. A decisão abriu precedente para que os empregadores rurais recorram ao judiciário a fim de serem ressarcidos das contribuições anteriormente recolhidas (CRISTO, 2010).

⁴⁷ As Ligas Camponesas constituíram um movimento social que passou a organizar os camponeses no sertão pernambucano, em meados da década de 1950, em torno da luta pela realização da reforma agrária no país, destacando-se como uma das principais lideranças do movimento Francisco Julião Arruda de Paula. As Ligas constituíram-se no mais significativo movimento popular a favor da reforma agrária até ser silenciado pelo

Superintendência de Política Agrária (SUPRA), como parte de suas *Reformas de Base*, dando início a um efêmero processo de reforma agrária, que acabou se constituindo em uma das razões que levaram a sua deposição em fins de março de 1964 (OLIVEIRA, 2001a).

Quanto à questão agrária, o governo João Goulart (1961-1964), entre as suas intituladas *Reformas de Base*, pretendia realizar singelo processo de reforma agrária, assinando e encaminhando ao Congresso Nacional, em 13 de março de 1964, o decreto presidencial que previa a desapropriação para fins de reforma agrária de terras localizadas nas faixas de 10 km ao longo de rodovias, ferrovias e açudes construídos pelo governo federal, uma medida não muito revolucionária à época, mas que se transformou em um dos motivos que levaram à deposição de seu governo, pelas forças reacionárias da UDN (União Democrática Nacional) e do PSD (Partido Social Democrático), em 31 de março de 1964, ou seja, seu governo durou somente dezoito dias após a assinatura deste decreto.

Ao tomarem o poder entre fins de março e início de abril de 1964, os militares mandaram elaborar o *Estatuto da Terra* (Lei nº. 4.504 de 30/11/1964), a primeira legislação que trata concretamente da reforma agrária no país, como uma tentativa de resposta à pressão social exercida pelo campesinato brasileiro durante este período e a fim de abafar as reivindicações dos movimentos de trabalhadores rurais, em especial, das Ligas Camponesas. A referida legislação consagrou conceitos e definições que ainda atualmente são utilizados como referências na elaboração de propostas de política fundiária, definindo, por exemplo, a função social da propriedade como parâmetro para viabilizar processos de desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária (Art. 2º).

O *Estatuto da Terra* define, em seu Artigo 1º, a política de reforma agrária como:

(...) o conjunto de medidas que viessem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade (BRASIL, 1964)⁴⁸.

No entanto, em razão da estreita vinculação entre os governos militares com os setores ruralistas e também pela adoção da tese da “modernização conservadora” da agricultura brasileira esta legislação tornou-se “letra morta”. A partir da aplicação desta legislação, o Regime Cívico-Militar Pós-1964 institucionalizou a questão agrária nacional, concedendo respaldo a um prolongado processo de colonização das Regiões Norte e Centro-Oeste do país, por meio do estabelecimento de assentamentos de colonos oriundos das

Golpe Militar de 1964. Além da repressão exercida pelo Regime Militar as fissuras no seio das Ligas Camponesas originaram dissidências político-partidárias que também contribuíram com a sua fragmentação e desaparecimento.

⁴⁸ Além dos conceitos de reforma agrária e função social o *Estatuto da Terra* apresenta as seguintes definições: *propriedade familiar* – o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (Art. 4º, inciso II); *módulo rural* – a menor unidade de terra onde uma família possa se sustentar (Art. 4º, inciso III); *minifúndio* – uma propriedade de terra cujas dimensões não perfazem o mínimo para configurar um módulo rural (Art. 4º, inciso IV); *latifúndio* – propriedades que excedam a certo número de módulos rurais - latifúndio por extensão - ou, independente deste valor, que sejam destinadas a fins não produtivos - latifúndio por exploração (Art. 4º, inciso V) (BRASIL, 1964).

Regiões Sudoeste e Sul, fracassando, dessa maneira, na resolução dessa histórica problemática ⁴⁹ (BERGAMASCO, 1997).

O *Estatuto da Terra* caracterizou-se como uma legislação que expressava os princípios da reestruturação fundiária, mas que jamais foi colocada em prática, sendo que, o que de fato ocorreu, foi um lento silenciamento dos movimentos sociais camponeses que lutavam pela implementação da reforma agrária no país e a intervenção na recém-criada Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) ⁵⁰ (FERNANDES, 2003).

O Estatuto da Terra, marco jurídico importante para implementação de uma reforma agrária no país, teve sua existência simultânea à destruição dos direitos políticos que garantiriam sua implementação. Mesmo sua retomada em 1985, com o estabelecimento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), é frustrada pela pressão da contra-reforma, representada pelo latifúndio conservador e arcaico, como por exemplo, a União Democrática Ruralista (UDR) (BERGAMASCO, 1997, p. 38).

O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira possui uma explicação para a não realização da reforma agrária pelo Estado brasileiro, ao compreender que:

(...) a terra, na sociedade brasileira, é uma mercadoria toda especial. Muito mais do que reserva de valor, é reserva patrimonial. A retenção da terra não é feita com fins de colocá-la para produzir (...). Mais do que isso, esta terra improdutiva é retida com a finalidade de constituir instrumento a partir do qual se vai ter acesso por parte, evidentemente, das elites às políticas do Estado. Assim, as elites não têm permitido que o Estado implemente qualquer política de Reforma Agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2001a, s/p).

Os movimentos sociais camponeses que se encontravam em ebulição no período anterior ao Golpe de 1964 foram duramente reprimidos pelo Regime Militar ⁵¹, sendo também a opção deste a “modernização” (mecanização) da agricultura, mediante a utilização de insumos químicos e mecânicos, não alterando, dessa maneira, o arcabouço da estrutura fundiária do país. Tal processo de industrialização do campo brasileiro acarretou: a constituição de uma classe social de trabalhadores rurais com baixo poder aquisitivo; o desemprego, principalmente, o sazonal; a precariedade das condições de vida e trabalho e a marginalização social, o que, por sua vez, resultou em um êxodo rural de mais de 28 milhões

⁴⁹ Nos primeiros quinze anos de existência do Estatuto da Terra, foram somente beneficiadas com o seu assentamento em projetos da reforma agrária 9.327 famílias de trabalhadores rurais e 39.948 em projetos de colonização, crescendo, dessa maneira, a concentração fundiária no país durante este período (FERREIRA *et al*, 2009).

⁵⁰ Com a fundação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), no ano de 1963, verificou-se, no meio rural brasileiro, um significativo crescimento na organização dos trabalhadores rurais sem-terra a partir de um crescimento expressivo do número de sindicatos rurais (FERREIRA *et al*, 2009).

⁵¹ Além das Ligas Camponesas e da Contag, durante o período anterior ao Golpe de 64, também atuavam no campo brasileiro as seguintes organizações de trabalhadores rurais: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) 1953-1964; os primeiros sindicatos de assalariados rurais fundamentados na legislação para proletários urbanos em Campos (RJ), Itabuna (BA), Usina Barreiros (PE) e no interior do estado de São Paulo (1954); o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul, influenciado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (FERREIRA *et al*, 2009).

de pessoas entre as décadas de 1970 e 1980 e no fortalecimento da organização política desses trabalhadores rurais (BERGAMASCO, 1997).

Ainda a respeito da migração rural-urbano ocasionada, especialmente, pela opção da mecanização da agricultura no decorrer da década de 1960, cabe esclarecer que esse processo acarretou uma desterritorialização do campesinato, mas não necessariamente uma perda da pequena propriedade rural. Acerca dessa problemática, nos esclarece Oliveira (2007a):

(...) no Brasil, na década de setenta teve forte êxodo rural e as pessoas perderam as suas terras e foram para a cidade. Mas, como é que perderam se eles nunca tiveram terra? Na realidade, o que ocorreu muito na década de 1960 e 70 foram transformações nas relações de trabalho em que muitos parceiros, meeiros deixaram o campo e migraram para a Amazônia ou para a cidade (OLIVEIRA, 2007a, p. 4).

Ao direcionar-se para a modernização do latifúndio, escolhendo a via prussiana do desenvolvimento capitalista no campo, o país optou pela primazia da técnica em detrimento das relações sociais, pela degradação ambiental e pelo retrocesso no desenvolvimento social, o que, acarretou a exclusão de pequenos produtores e trabalhadores rurais, cujas necessidades de se adaptarem às novas relações de trabalho, em razão das transformações ocorridas na base técnica de produção, permaneceram distantes do exigido pelas alterações nas relações sociais (CARMO, 2003).

A chamada “modernização conservada”, em linhas gerais, se constituiu basicamente na incorporação à agricultura, sob tutela estatal, de práticas agroquímicas e mecânicas de produção, objetivando a integração, a jusante e a montante, do setor agrícola ao industrial. Não ocasionando modificações profundas na estrutura agrária brasileira, esse modelo de desenvolvimento agrícola possibilitou à agricultura transferir renda e dinamizar o crescimento urbano-industrial mediante a venda de matérias-primas exportáveis, a importação de insumos químicos e mecânicos e a liberação de mão-de-obra farta e barata do campo para a cidade (GAVIOLI; COSTA, 2011).

Frente a esse novo paradigma de desenvolvimento agrícola imposto ao país, a pequena propriedade familiar camponesa também tinha seus dias contados nos anos 60 e 70 e a política de reforma agrária, enquanto um instrumento para a ruptura do sistema latifundiário, não teve um maior impulso. Neste cenário, a criação de assentamentos rurais pode ser entendida como uma política de reforma agrária em doses homeopáticas, em migalhas, em um movimento de conta-gotas para apagar incêndios sociais (CARMO, 2003). Antes de ser uma política estrutura e propositiva do Estado brasileiro, a reforma agrária surge como uma necessidade de se apresentar resposta à pressão social (OLIVEIRA, 2001a).

Através da publicação do Decreto-Lei nº. 1.110 de Julho de 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é instituído sob o paradigma de desenvolvimento agrícola imposto pela modernização conservadora sociedade brasileira. O organismo estatal foi criado como uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Agricultura. O Decreto-Lei também extinguiu o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), transmitindo ao INCRA todos os direitos, competências e responsabilidades desses organismos (BRASIL, 1970).

A presença do termo colonização empregado na nomenclatura do organismo federal torna nítida a intenção do governo autoritário pós-1964 de não promover uma transformação radical na estrutura fundiária do país, mas de somente promover projetos de colonização de novas áreas, especialmente, nas regiões Norte (Amazônia) e Centro-Oeste do país e os denominados “projetos especiais”⁵², mantendo, dessa maneira, a concentração de terras que vigorava desde o período colonial.

Ao optar pela modernização técnica da agricultura (realizando no país uma reforma agrícola e não agrária), pelo consequente êxodo rural-urbano, pelo extermínio dos movimentos sociais camponeses, pelos projetos especiais e pelos projetos de colonização, ao término dos vinte anos de vigência do regime militar (1964-1984), foram assentadas somente 77.465 famílias de trabalhadores rurais, com uma média mensal de 307 famílias, sendo sua grande maioria em projetos de colonização (FERREIRA *et al*, 2009).

Silenciado no transcurso do regime militar que se abateu sobre a sociedade brasileira, no início da década de 1980, a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) reacende o debate em torno da reforma agrária, ao colocar a questão agrária no centro da Campanha da Fraternidade de 1980: *Terra de Deus, terra de irmãos*, produzindo um documento sobre a terra a fim de subsidiar discussões nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Dessa maneira, fomentava-se nas periferias pobres urbanas uma discussão sobre a condição de pobreza que a maioria da população brasileira estava vivendo formando-se um conjunto de lideranças comunitárias que começaram a discutir seu futuro e suas utopias, a conquista da terra representava uma dessas utopias (OLIVEIRA, 2001a).

Ainda na primeira metade da década de 1980, emerge o movimento social que se tornará o maior protagonista no debate da questão agrária brasileira, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que nasce como embrião político da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁵³, como parte dos protestos que se desencadearam pelo fim do regime autoritário sob tutela militar que governou a sociedade brasileira entre 1964 e 1984 e também como resultado da união de diversos movimentos sociais camponeses de luta pela

⁵² São dessa época os seguintes programas: Programa de Integração Nacional (PIN) (1970); Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) (1971); Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) (1972); Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) (1974); Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLOBORDESTE) (1974). Além de outros como os chamados *baixa renda*, como o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento e à Preservação da Natureza (INAN); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Programa de Nutrição Brasil – Banco Mundial/ 1979-1985 (PNBB); Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) – este dedicado à expansão da agricultura moderna nas áreas de cerrados, entre outros (FERREIRA *et al*, 2009).

⁵³ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em 1975, em Goiânia, fundamentada nos preceitos de Medellín (1968), a respeito da pobreza na América Latina, possuindo como premissa básica a reforma agrária. A comissão inicia-se a partir de uma Carta Pastoral de D. Pedro Casaldáliga (Bispo de São Félix do Araguaia), escrita em 1971, em que denuncia a problemática social da região amazônica. Apesar da criação da CPT ter sido apoiada pela CNBB, essa passa a sofrer resistência dos setores ruralistas, do regime militar e também de setores reacionários da Igreja Católica, assim como a Teologia da Libertação, liderada por Leonardo Boff, entendida por alguns quadros da hierarquia católica como socialista, revolucionária e, portanto, subversiva. A Pastoral da Terra tem como cenário de criação o regime militar, a crescente mecanização da agricultura, o êxodo rural de milhares de trabalhadores rurais, o aumento da concentração fundiária e a elevação de assassinatos no meio rural (TONETTO, 2007).

reforma que estavam realizando ocupações de terras no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul (COMPARATO, 2001).

A partir da união desses diversos movimentos sociais camponeses que isoladamente estavam realizando ocupações de terras, em meados da década de 1980, especialmente, na região sul do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), passa a realizar um movimento de territorialização inverso ao das Ligas Camponesas, pois enquanto estas se deslocaram pelo espaço agrário brasileiro no sentido nordeste-sul, o movimento sem-terra amplia a sua territorialização pela espacialidade agrária brasileira no sentido sul-nordeste.

Oficialmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi instituído entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, no município de Cascavel, estado do Paraná, por ocasião do I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes de 13 estados brasileiros (COMPARATO, 2001), prosseguindo ainda atualmente com os mesmos objetivos definidos neste encontro, que, por sua vez foram ratificados no I Congresso Nacional realizado, em Curitiba, em 1985, também no estado Paraná: “lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores” (CALDART, 2001).

Durante a década de 1980, as ocupações de terras lideradas pelo movimento, que também, à época, eram tratadas como um caso de polícia e não como um problema social, além de representarem a luta pela reforma agrária e pela democratização do acesso a terra, significaram também um elemento de resistência e enfrentamento ao Regime Militar pós-1964 que se impôs sobre a sociedade brasileira entre 1964 a 1984, contribuindo, dessa maneira, também o MST com a luta política para o processo de redemocratização do país.

Ainda sobre o contexto histórico de formação do MST, devemos considerar que além de ter surgido no bojo das lutas políticas pela redemocratização do país, o movimento nasce também como fruto da crise do capitalismo industrial na década de 1980, a chamada “década perdida”, caracterizada pelos baixos índices de crescimento da economia brasileira, de déficit no fechamento das contas externas do país, de redução do emprego no meio urbano e de retenção do êxodo rural-urbano iniciado na década de 1960. Até este momento histórico, apesar de constituírem um perigo às elites agrárias, especialmente, para a União Democrática Ruralista (UDR), os trabalhadores rurais sem-terra não representavam uma ameaça à burguesia industrial, sendo considerados os pobres do campo que somente desejavam um pequeno pedaço de terra para morarem e produzirem a sua alimentação.

Dentro do modelo predominante do capitalismo industrial, quando surge o movimento sem-terra existia ainda espaço para o campesinato e para a realização da reforma agrária, havia a possibilidade de um pacto entre os camponeses e a burguesia industrial que no poder distribuía terras para esta classe social dinamizar o mercado interno. Contudo, durante a década de 1990, a saída encontrada pelas autoridades estatais brasileiras para a crise do capitalismo industrial iniciada na década de 1980 foi à adoção do paradigma neoliberal, que significou a abertura da economia brasileira para o capital internacional que passou a se apoderar dos principais centros de produção de riqueza do país.

A partir desse momento o movimento passa a ser intensamente combatido pela imprensa brasileira, em uma explícita campanha de desqualificação e criminalização da luta social. No entanto, mesmo com essa campanha de desqualificação será durante os anos 90

que o movimento irá se tornar em um sujeito social conhecido nacional. Ampliando ainda mais a sua territorialidade, especialmente, a partir da década de 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) irá se tornar o principal adversário do capital agroindustrial e mais, especificamente, da elite agrária nacional, assim como nos adverte Plínio de Arruda Sampaio (2002) ao afirmar que:

A elite brasileira elegeu o MST como seu inimigo número um. Está certa. Desde o descobrimento do Brasil, o MST é o primeiro movimento popular a desafiá-la abertamente, e com êxito. A elite admite que o povo possa pedir respeitosamente. Mas exigir, reclamar, denunciar, tomar iniciativas por conta própria, nunca. Pois isto é precisamente o que o MST faz: ocupa terras, bloqueia a entrada de prédios públicos, fecha estradas, destrói plantações de transgênicos, sem pedir licença para ninguém (SAMPAIO, 2002, p.1).

Afirmção semelhante encontramos, em Oliveira (2007a), ao relatar que:

Recentemente um deputado federal pelo PSDB de São Paulo, Xico Graziano escreveu um artigo no jornal o Estado de São Paulo onde compara o MST ao PCC. Ele compara o MST com o fato que chocou o país, em que os bandidos colocaram a polícia e toda a população de São Paulo para correr. Ele inverte tudo e tenta enfiar na cabeça da sociedade que não há diferença entre quem está em conflito na sociedade hoje. No fundo, ele pretende dizer que todos aqueles que lutam e que fazem qualquer enfrentamento são bandidos, como todos aqueles que se mobilizaram em São Paulo (OLIVEIRA, 2007a, p. 2).

Dessa maneira, o MST não somente se tornará o principal adversário da elite agrária nacional, mas também do próprio governo federal, a princípio, do governo Collor de Mello (1990-1992), quando sofre seu primeiro revés, em razão da Polícia Federal ter invadido várias de suas secretarias e encarcerado suas lideranças, mas, principalmente, do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que passa a criminalizar a luta pela terra através da publicação de duas Medidas Provisórias, que tornaram ilícitas as ocupações de latifúndios realizadas pelos movimentos sociais camponeses, procurando eliminar o seu principal instrumento de pressão política ⁵⁴.

Adotando essa tática, entre os anos de 1999 a 2002, o MST e outros movimentos sociais camponeses experimentaram um revés da luta pela terra, caracterizando o segundo refluxo experimentado desde retomada do processo democrático e as eleições livres para a Presidência da Nova República. Consequente, as ocupações de terras diminuiriam, assim como o número de assentamentos rurais criados, significando um retrocesso na luta pela implementação da reforma agrária no país (FERNANDES, 2003).

⁵⁴ Para se ter uma ideia da força política atingida pelo movimento sem-terra no decorrer do governo FHC, basta verificar a evolução da atenção que o governo federal dispensou ao movimento. Em 1994, no governo de Itamar Franco, o INCRA não possuía informações sobre quantas ocupações haviam sido realizadas nos anos anteriores. Contudo, em 1999, segundo governo FHC, as informações sobre o MST passaram a ser compiladas por um gabinete de crise vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, instalado no 4º andar do Palácio do Planalto. Em um mapa passaram a ser, periodicamente, registradas as áreas ocupadas, os acampamentos, as escolas de formação de militantes e inclusive as dissidências do MST. Entre essas duas datas, dois episódios significativos obrigaram o governo federal a destinar maior atenção ao MST: o massacre de Eldorado dos Carajás e a Marcha a Brasília, realizada entre fevereiro e abril de 1997 (COMPARATO, 2001).

2.2.2. Os Governos da Nova República: Sarney, Collor e Itamar

A primeira metade da década de 1980 é sobremaneira caracterizada pelo fim de um prolongado ciclo de crescimento da economia brasileira, verificado no decorrer de fins dos anos 60 e início dos anos 70, com o término do que se convencionou chamar de *Milagre Econômico Brasileiro*⁵⁵ e de esgotamento político do Regime Cívico-Militar que se impôs sobre a sociedade brasileira pós-1964, demarcadores esses significativos de um novo arranjo da ordem econômica e política em transição. A década de 1980 constituiu para a questão agrária brasileira um momento de transição e contradição. Com o término da Ditadura Militar, em 1984, inicia-se uma nova temporada de oxigenação das forças sociais e políticas que foram sufocadas durante vinte anos de domínio autoritário da modernização conservadora da agricultura. No transcorrer do Regime Militar, o debate da questão agrária e da reforma agrária não obteve espaço para se exercitar, nem teórica e muito menos politicamente (DELGADO, 2005).

Após duas décadas de uma autoritária, repressora e violenta ditadura militar, que passou a ser combatida no país por um contumaz processo de pressão política popular, é realizada, em 1985, a primeira eleição indireta para a Presidência da República, sendo eleito pelo Congresso Nacional Tancredo Neves. Novamente, a reforma agrária volta à agenda política do estado, fazendo parte do pacto formal que conduziu Tancredo Neves a inaugurar a chamada Nova República, traduzida, posteriormente, no *I Plano Nacional da Reforma Agrária* (1985-88) (DELGADO, 2005).

No entanto, Tancredo Neves falece, sob circunstâncias duvidosas, poucos dias antes de assumir o cargo de presidente, tomando posse em seu lugar como presidente da Nova República, o seu vice, José Sarney (FERNANDES, 2003). O latifundiário José Sarney era um antigo aliado dos governos militares e, posteriormente, da União Democrática Ruralista (UDR), que havia passado para a oposição há pouco tempo, saindo da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), o partido dos militares, para o PMDB, o antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A lenta, gradual e segura abertura democrática postulada pelo general Ernesto Geisel, em 1974, e finalizada, em 1984, possibilita uma ampla articulação dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) é novamente reorganizada e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, pela Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) é revigorada, emergindo também diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) em apoio ao “Fórum pela Reforma Agrária” (DELGADO, 2005).

A derrota do Regime Cívico-Militar Pós-1964, a crise da “modernização conservadora” da agricultura e o início do processo de redemocratização do país, cria também no país uma atmosfera propícia para os movimentos sociais camponeses entrarem novamente em ebulição na sociedade brasileira, tanto no universo rural como também no urbano,

⁵⁵ Durante o Regime Militar (1964-1984), o Produto Interno Brasileiro (PIB) conheceu taxas chinesas de crescimento, com 10% ano, média atingida entre 1967-1963, com o conhecido “Milagre Econômico”, mas, a partir do início da década de 1980, esses índices começam a declinar. De um crescimento médio em torno de 7,1% ao ano entre 1974-80, o PIB brasileiro, em 1981, caiu 4,3%, cresceu tão somente 0,8%, em 1982 e voltou a despencar 2,9%, em 1983 (BACCARIN, 2005).

verificando-se, em meados da década de 1980, de maneira gradual e assistemática, a instalação de projetos de assentamentos rurais em todos os entes federativos do país (BERGAMASCO, 1997).

Os anos de 1995 e 1986 formam um período em que a luta pela posse da terra no país desenvolveu-se de maneira mais intensa. Ao assumir a Presidência da República em 1985, José Sarney anuncia o *I Plano Nacional de Reforma Agrária* (IPNRA), apontando para uma provável resolução da problemática agrária brasileira, o que, por sua, provocou nas elites agrárias e suas organizações de classe uma forte reação no sentido de impedir a concretização desse projeto (BRENNEISEN, 2000).

Com a publicação do *I Plano Nacional de Reforma Agrária* (IPNRA) os grandes proprietários de terras se organizam em torno de uma entidade chamada União Democrática Ruralista (UDR) e passam a praticar todo tipo de violência contra o campesinato, os números de assassinatos no campo brasileiro saltam durante esse período, atingindo seu pico em 1986, com cerca de 300 mortes, exatamente, no ano da publicação do plano (OLIVEIRA, 2007a).

O *I Plano Nacional de Reforma Agrária* (IPNRA) configurava-se como um ambicioso projeto de reforma agrária que pretendia assentar 1,4 milhões de famílias trabalhadores rurais sem-terra no transcorrer do governo José Sarney (1985-1990), mediante processos de desapropriações, principalmente, na região centro-sul do país, mas que efetivamente beneficiou somente 90 mil, ou seja, menos de 6% do total previsto inicialmente (DAVI *et al.*, 1997). O IPNRA não saiu do papel em razão dos ataques da bancada ruralista, em especial da União Democrata Ruralista (UDR), que aliada ao governo de José Sarney, conseguiu destituir o presidente do INCRA (FERNANDES, 2003).

Apesar de o IPNRA não ter saído do papel, este se constituiu em um marco divisor na implementação de políticas públicas para os assentamentos rurais (FERRANTE *et al.*, 2006), possibilitando, por exemplo, a criação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), uma linha de crédito específica para as famílias beneficiárias da reforma agrária, mediante o financiamento de projetos para estruturação de suas capacidades produtivas e o eficiente aproveitamento econômico dos projetos de assentamentos, conduzindo estas famílias às suas necessárias emancipações. No decorrer da existência deste programa, podiam ter acesso a essa linha de crédito pequenos agricultores (através de associações, cooperativas ou individualmente) inseridos nos projetos de reforma agrária e colonização, desde que morassem e trabalhassem a terra com o uso de mão de obra familiar (JORGE; SOUZA, 2003).

Apesar desse significativo avanço na criação de políticas públicas para os projetos de assentamentos rurais, no transcorrer do governo José Sarney, ocorreu uma sucessão de ministros no Ministério da Reforma Agrária, que, por sua vez, culminou com o falecimento de Marcos Freire e de toda a alta cúpula do INCRA, no episódio do Aeroporto de Carajás (Sudeste do Pará), em razão da queda de sua aeronave. Jader Barbalho, então governado do Pará, assumiu o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária (MIRAD) e, em atitude contínua, extinguiu o INCRA, vindo, posteriormente, a instituir o Instituto de Terras (INTER), extinguindo o MIRAD e o INTER, recriando o INCRA. Ou seja, como resultado destas ações, Jader Barbalho conseguiu desarticular a mínima organização que havia sido estabelecida para a execução do IPNRA (OLIVEIRA, 2001a).

O período político em transição é também demarcado por um novo ordenamento constitucional, que de direto transforma o estatuto da propriedade fundiária, legitimado pela sua função social, mas de fato, tudo dependerá do jogo político que irá se reiniciar (DELGADO, 2005). Ainda no decorrer do Governo José Sarney é promulgada, pelo Congresso Nacional, a Constituição Federal de 1988 e com essa nova legislação a reforma agrária sofre uma nova derrota dos setores ruralistas, pois, embora regulamentada pela Constituição, a reforma agrária necessitava de uma lei complementar que regularizasse as desapropriações de terras improdutivas (FERNANDES, 2003). Em seu Artigo 184, parágrafo 3º, a Constituição Federal (CF) de 1988 estabelece que:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatável no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação (BRASIL, 1988).

O Artigo 184 da Constituição de 1988 que trata da reforma agrária é, em boa medida, fruto da falta de articulação e da ausência de entendimento entre as forças políticas progressistas do período, mas, sobretudo, também resultado da truculência e das manobras políticas realizadas das forças políticas conservadoras antirreforma, podendo esta legislação ser considerada como um retrocesso em comparação com as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriormente estabelecidas (FERREIRA *et al*, 2009).

Ainda a respeito da Constituição Federal de 1988 cabe também considerar que esta legislação acabou por implementar no país o que se convencionou chamar de “Reforma Agrária Burguesa” em consonância com o grande capital agroindustrial, caracterizada pela indenização da propriedade fundiária mediante prévia e o que considera “justa” indenização em títulos da dívida agrária, resgatáveis no prazo de até vinte anos, sendo ainda que, as benfeitorias realizadas pelos proprietários no imóvel são indenizadas em espécie.

A Lei Complementar de que necessitava a política de reforma agrária para ser de fato colocada em prática, normatizando os processos de desapropriação para fins de interesse social, somente veio a ser elaborada, em 1993, com a Lei 8.629. No entanto, mesmo com essa legislação complementar, os ruralistas conseguiram barrar desapropriações, prolongando os processos administrativos e revertendo inclusive processos assinados pelo presidente José Sarney (FERNANDES, 2003). Apesar ocasionar esses entraves na execução da política de reforma agrária no país, a Constituição Federal de 1988 consolidou a reforma agrária como um direito constitucional e neste sentido:

(...) a luta dos movimentos sociais pelo acesso a terra, além de primeiro ser uma luta pelo direito, pois os que lutam por um pedaço de terra e pela reforma agrária luta por um direito constitucional. Não estão reivindicando uma coisa que não tem base legal. Isso quer dizer que no Brasil, pela constituição e pelas leis brasileiras, a terra não é uma propriedade, a propriedade privada não é um

bem intocável (...) a propriedade privada da terra, se ela não cumprir a função social, ela deve ser desapropriada para fins de distribuição (...) a função social não é cumprida somente quando a terra é improdutiva. A função social da terra também não é cumprida quando o empregador da área rural não cumpre a legislação trabalhista e assim também deve ser desapropriada (...) A desapropriação deve acontecer também com aqueles que e desrespeitam o meio ambiente (OLIVEIRA, 2007a, p. 3).

A Constituição Federal de 1988 ao estabelecer, em seu Artigo 186, para que ocorra o perfeito atendimento da função social da propriedade o cumprimento simultâneo dos seguintes critérios: o aproveitamento racional e adequado da propriedade (produção); a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores isenta, atualmente, poucos imóveis rurais de serem desapropriados para fins de reforma agrária.

Após duas décadas de uma repressora e violenta ditadura militar e uma eleição indireta ocorre, em 1989, a primeira eleição direta para a Presidência da República, sendo eleito Fernando Collor de Mello. O Partido dos Trabalhadores (PT) também concorreu a essa eleição, ficando na segunda colocação. No decorrer de seu mandato, Fernando Collor é acusado de participar de inúmeros esquemas de corrupção, sofrendo impedimento, em outubro de 1992, pelo Congresso Nacional, sendo substituído pelo seu vice Itamar Franco, que governou o país até 1994 (FERNANDES, 2003).

No Governo Collor de Mello (1990-1992), a União Democrática Ruralista (UDR) assumiu de fato o controle da política de reforma agrária. Antonio Cabrera assumiu o Ministério da Agricultura, promovendo o total abandono da reforma agrária (OLIVEIRA, 2001a). Durante o curto mandato de Collor, foram praticamente paralisadas as inscrições de novas terras e as desapropriações de latifúndios improdutivos, dando este governo acesso à propriedade rural para 23 mil famílias, que foram beneficiadas em razão de um estoque deixado pelo governo Sarney, ficando, muito aquém de sua meta inicial que era a de beneficiar 500 mil famílias (DAVI *et al.*, 1997).

Em razão das mudanças introduzidas na administração Collor de Mello, o Procerá recebeu inúmeros impactos negativos: extinção da SEPAI, do MIRAD (Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária), que o administrava; retirada do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) do programa que era o gestor do seu fundo rotativo; política de extinção de subsídios do governo e profundas mudanças administrativas que alteraram a tramitação dos projetos de financiamento, não ocorrendo, em 1990, nenhuma contratação de projeto (JORGE; SOUZA, 2003).

O Governo de Itamar Franco (1992-1994) também não conseguiu atingir as suas metas iniciais. Pretendendo assentar 20 mil famílias em 1993 e 60 mil em 1994, no final de seu mandato havia assentado apenas 12.600 famílias (DAVI *et al.*, 1997). No entanto, a partir deste governo transitório, algumas transformações na coordenação das políticas públicas voltadas a assentamento rurais passam a destacar a intitulada agricultura familiar como “linha estratégica do desenvolvimento rural”. A partir deste fato, a problemática do desenvolvimento local começa a ganhar força na elaboração das políticas públicas nos organismos estatais responsáveis pela implementação da reforma agrária (FERRANTE; BARONE, 2003).

No final do Governo Itamar Franco, em 1994, foi instituído pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAARA), o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), antecipando algumas concepções que seriam reformuladas para a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na segunda metade da década de 90 (BRUNO; DIAS, 2004).

2.2.3. O Governo Fernando Henrique Cardoso: avanços e revezes na política nacional de reforma agrária

A segunda metade da década de 1990 trouxe novamente à tona a temática da reforma agrária que alguns analistas consideravam suplantada em razão da forte modernização da agricultura e urbanização da sociedade brasileira. O interesse pela reforma agrária concretizou-se mediante a implementação de políticas públicas complementares ao acesso a terra: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Projeto Lumiar de Assistência Técnica ⁵⁶, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) ⁵⁷ e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), passando o INCRA para a responsabilidade do MDA (OLALDE; PORTUGAL, 2004).

A idealização e a implementação dessas políticas públicas obedeceram em considerável medida ao ressurgimento das organizações de trabalhadores rurais e à forte pressão política exercida pelos movimentos sociais, mas também se encontra fundamentada em resoluções conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e alicerçada em paradigmas de interpretação de agências multilaterais, tais como, a FAO (Food and Agriculture Organization), o IICA (Instituto Latinoamericano de Cooperación de la Agricultura) e o Banco Mundial (OLALDE; PORTUGAL, 2004).

Após longos anos de muita organização e luta pelo acesso a terra, os movimentos sociais camponeses conseguiram estabelecer, na década de 1990, uma agenda camponesa para o país, momento em que também a mídia brasileira passou a ver com simpatia a reforma agrária e a atuação desses movimentos sociais, especialmente, do MST. No entanto, os setores mais conservadores da sociedade brasileira reagiram mais uma vez, iniciando uma campanha

⁵⁶ O Projeto Lumiar foi instituído em 1997, como uma tentativa para solucionar a problemática da assistência técnica, trazendo duas inovações institucionais: um processo de terceirização dos serviços e uma maior participação dos assentados no processo de assessoria. A inovação refletia uma crítica desenvolvida por organizações e pelos movimentos, clamando por uma perspectiva mais integradora dos processos de desenvolvimento rural, debatendo a ideologia modernizante e seu foco em metodologias de transferência de tecnologias, para as quais uma relação verticalizada entre técnicos e trabalhadores produziria uma elevação do potencial produtivo. Diversas equipes do projeto passaram a adotar metodologias participantes, buscando assessoria de ONGs, com experiência na busca de alternativas ao modelo tecnológico moderno (GUANZIROLI, *et al.*, 2003).

⁵⁷ O PRONERA foi criado no ano de 1998 pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária enquanto uma política pública de educação do campo em assentamentos rurais. O programa nasceu como resultado da luta dos movimentos sindicais e sociais pelo direito à educação pública de qualidade, especialmente, com relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), não excluindo o apoio a outras iniciativas, em razão do alto índice de analfabetismo e baixos índices de escolarização verificados em áreas de assentamentos, a preferência do Ministério da Educação (MEC) pela política de reforço escolar no ensino regular e tendência verificada no poder público municipal em considerar os projetos de assentamentos como áreas federais, fora de sua esfera de atuação (MDA; INCRA, 2004).

de desqualificação política (que se propaga até os dias atuais) da luta camponesa pela efetivação da reforma agrária no país.

No entanto, frente a esse período de ressurgimento dos movimentos sociais camponeses é contraposto no país um novo ciclo econômico de caráter neoliberal privatista e desregulamentador na década de 1990, que passa a colocar obstáculos a fim de que o Estado brasileiro não consiga fazer cumprir os direitos sociais agrários previstos na Constituição de 1988, ressurgindo a antiga antinomia “reforma agrária *versus* modernização da agricultura”, mas sob um novo arranjo político, momento em que, se constituiu uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais alicerçados na grande propriedade fundiária e direcionados à formação de significativos saldos comerciais externos (DELGADO, 2003).

No segundo governo FHC, o Estado brasileiro dá início a remontagem da agricultura capitalista no país, agora com o título de agronegócio, senão como uma política estruturada, mas com diversas iniciativas que ao seu término convergiram para: um programa de investimento em infraestrutura territorial, objetivando criar meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; um direcionamento no programa de pesquisa agropecuária, explicitado pela reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que passa a trabalhar em estreita sintonia com empresas multinacionais do agronegócio⁵⁸; uma fraca regulação do mercado de terras, deixando distante do controle público as terras devolutas, as sem função social e as autodeclaradas produtivas; mudança na política cambial, que ao extinguir a sobrevalorização tornou o agronegócio brasileiro competitivo frente ao mercado mundial (DELGADO, 2003).

As críticas ao paradigma de desenvolvimento agrícola implementado no país sob a égide da agricultura capitalista (agora sob o codinome de agronegócio) que vinham sendo apontadas desde os anos 70 e 80, consolidam-se na década de 1990, quando a concepção de sustentabilidade ambiental⁵⁹ emerge no cenário mundial, ganhando corpo nas pautas da mídia, da academia e da política brasileira, notadamente, com realização da Eco-92 (que também ficou conhecida como Rio-92 ou ainda Cúpula ou Cimeira da Terra), retomada vinte anos depois na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou simplesmente conhecida como Rio + 20. Durante essa década, ao mesmo tempo em que a produção de *commodities* agrícolas exportáveis intensificou-se, a agricultura capitalista, intensiva em energia e poluidora, depauperou a base de recursos naturais do país, produzindo problemas sociais relevantes, esgotando a si mesma como padrão de desenvolvimento (GAVIOLI; COSTA, 2011).

⁵⁸ O movimento neoliberal que vem concedendo sentido hegemônico às maneiras de se conceber e transformar o mundo mediante a perspectiva capitalista, especialmente, a partir da década de 1990, envolveu a Embrapa de maneira irrefutável, acentuando a sua estratégia de geração de tecnologias no sentido da artificialização da agricultura. A opção política estratégica de apoio técnico-científico ao agronegócio, de efetivação de acordos de cooperação com empresas transnacionais de caráter monopolista (como emblematicamente se concretizou com a Monsanto) e a aceitação e geração de produtos da sua própria pesquisa a partir dos organismos geneticamente modificados (OGMs), ainda que no âmbito de uma ampla diversificação de produção tecnológica, não deixa de marcar o sentido hegemônico da direção técnico-científica que vem adotando (CARVALHO, 2010).

⁵⁹ O conceito de desenvolvimento sustentável é, sobretudo, compreendido neste estudo como uma armadilha teórica criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de transferir para a sociedade civil responsabilidades eminentemente estatais.

No âmbito dos estudos rurais, a década é caracterizada pela inserção da sustentabilidade ambiental nas discussões do desenvolvimento rural. Tal qualificação põe em destaque os aspectos ambientais e socioculturais do desenvolvimento, acionando a agricultura familiar como o sujeito signatário na construção de uma nova ruralidade, que, não se restringindo aos aspectos produtivos e econômicos, reconstrói os significados do rural e da própria agricultura. Não se trata agora de pensar a atividade agrícola subordinada e funcional ao setor urbano-industrial em um viés desenvolvimentista, mas antes de reconhecer e valorizar a agricultura e o mundo rural enquanto ponto de contato por excelência entre sociedade e natureza, reconhecendo as funções desempenhadas pelas famílias rurais e pelas agriculturas praticadas (GAVIOLI; COSTA, 2011).

Quanto às relações político-partidárias, nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso foi eleito e reeleito Presidente da República. “Quando, após a ditadura militar, surgiu a possibilidade de partidos chegarem ao poder, o PSDB (o Partido da Social Democracia Brasileira) sabidamente fez alianças *antes* de eleger Fernando Henrique Cardoso. Escolheu o PFL (o Partido da Frente Liberal), hoje DEM (Democratas), o partido da facção iluminista das oligarquias” (MARTINS, 2008, p. A2). Em seu programa de campanha eleitoral, FHC havia previsto conceder 400 mil títulos de propriedade. No entanto, logo após sua eleição, essa meta foi reduzida para 260 mil famílias a serem assentadas nos quatro primeiros anos de seu mandato (1995-1998) (DAVI *et al.*, 1997).

Na campanha eleitoral de 1994, o programa de governo de FHC reconhecia a necessidade de contundentes transformações no campo brasileiro, considerando a reforma agrária como medida significativa para a resolução do problema da segurança alimentar, o fortalecimento da agricultura familiar e a diminuição dos conflitos agrários. A concepção de reforma agrária subjacente no programa resumia-se a ações fundiárias mais agressivas comparadas aos governos anteriores, mas sem a menor pretensão de alteração da estrutura fundiária brasileira. As metas para o assentamento de famílias eram crescentes a cada ano, sendo consideradas tímidas, mas realistas, em razão da legislação vigente. O programa omitia-se quanto à necessidade de modificações no aparato legal vigente e origem dos recursos públicos. O documento prometia ainda apoio aos trabalhadores rurais assentados e propunha ação articulada entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) visando a implementação de obras sociais e investimentos em infraestrutura, com especial destaque para a região nordeste do país (CARVALHO FILHO, 1997).

Assumindo a Presidência da República em 1995, Fernando Henrique Cardoso deu razão a seus críticos ao ignorar completamente os movimentos sociais camponeses, em especial, o MST. O desempenho do Ministério da Agricultura e do INCRA, somado à nítida má vontade da equipe econômica, comprovou que a meta de criação de assentamentos para o primeiro ano de seu governo não seria atingida. Pressionado politicamente pelo agravamento da questão agrária decorrente da contundente atuação dos movimentos sociais, tornando-se, neste cenário, o MST o principal movimento de trabalhadores rurais da história da questão agrária brasileira, o governo mudou de posição, nomeando Francisco Graziano Neto para a presidência do INCRA, que, por sua vez, conseguiu atenuar os ânimos, diminuir tensões, atritos e dar encaminhamento à questão da reforma agrária (CARVALHO FILHO, 1997).

Contudo, esta situação não perdurou, culminando com a saída de Graziano do INCRA em razão do episódio “Grampo Sivan”. Durante esse período, foram decretadas as prisões de algumas lideranças do MST: Márcio Barreto, José Rainha Júnior e Diolinda Alves de Souza que, acusada de formação de quadrilha, foi presa e encarcerada no pavilhão II da Penitenciária Feminina do Carandiru. Márcio Barreto também foi para a penitenciária e José Rainha tornou-se um foragido da justiça. Crescia a tensão no Pontal do Paranapanema e a questão agrária voltava a ser tratada como uma questão de polícia (CARVALHO FILHO, 1997).

Ainda em seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso presenciou os Massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás e o crescimento de ocupações de latifúndios, que passaram de 20 mil famílias, em 1994, para 76 mil em 1998 (FERNANDES, 2003) ⁶⁰. Em um contexto de transformações institucionais marcadas, sobretudo, pelo processo de reformulação do Estado brasileiro e de pressão política exercida pelos movimentos sociais camponeses por ações em favor da reforma agrária, as alterações mais significativas no primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso foram a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e a transferência do INCRA para a sua responsabilidade, ou seja, retirando novamente a responsabilidade do Ministério da Agricultura de colocar em prática a política de reforma agrária (BRUNO; DIAS, 2004).

Para ocupar o novo ministério foi nomeado Raul Jungmann, que sendo oriundo do PPS (Partido Popular Socialista), apresentava condições de diálogo com os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que, aumentava a tensão no campo e entidades como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) recomendavam uso da força na defesa da terra. Neste contexto de crise, a imprensa foi dando menos espaço para o Massacre de Eldorado dos Carajás e para o desenrolar dos “rigorosos inquéritos” policiais, veiculando notícias a fim de desqualificar os movimentos sociais, lançando inclusive dúvidas sobre as vítimas, ao mesmo tempo em que, o governo e o novo ministro iam perdendo diálogo com os movimentos sociais e a relação com o MST foi praticamente rompida. Contudo, apesar dos contundentes atritos com os movimentos sociais, a situação foi controlada até que começa a surgir uma nova questão política: o MST consegue mobilizar e organizar a Marcha para Brasília e a temperatura sobe novamente na capital federal, destacando-se a presença de uma ave colocada sobre a mesa do ministro Kandir (CARVALHO FILHO, 1997).

A histórica “Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária” organizada pelo MST entre os meses de fevereiro e abril de 1997 com destino a Brasília, chegou a capital federal no dia 17 abril de 1997, um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás. Apesar de ter inserido a reforma agrária em seu programa governo declarando do decorrer da campanha eleitoral de 1994, afirmando que a base da política fundiária em seu governo seria

⁶⁰ O Massacre de Corumbiara decorreu de um violento confronto entre policiais militares, pistoleiros contratados e trabalhadores rurais sem terra, que ocupavam uma área no município de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, resultando na morte de 12 agricultores e dois policiais. O Massacre de Eldorado dos Carajás, município localizado no sul do estado do Pará, resultou também de um conflito entre policiais militares e trabalhadores rurais liderados pelo MST, ocasionando a morte de 19 agricultores, em abril de 1996, momento em que cerca de 1.500 trabalhadores sem-terra que estavam acampados na região decidiram realizar uma marcha em protesto contra a lentidão da ação de desapropriação de terras da Fazenda Macaxeira, sendo a Polícia Militar acionada e encarregada de retirá-los do local, pois estariam obstruindo uma rodovia estadual que liga a capital ao sul do estado.

a reforma agrária, declarando ainda a intenção de estabelecer um diálogo com o MST, Fernando Henrique Cardoso não percebeu de imediato a gravidade do Massacre de Eldorado dos Carajás, em que 19 militantes do movimento sem terra foram mortos pela polícia militar do Pará (COMPARATO, 2001).

A princípio, da mesma maneira como se relacionava com o movimento, o governo federal menospreza a repercussão da Marcha a Brasília, ameaçando o MST. No entanto, dois meses após o fato, em razão da expressão política que o episódio atingiu, o governo federal mudou de posição, passando a receber em audiência lideranças do movimento. Afinal de contas, os “primitivos”, como dizia FHC, ou “os resquícios do Brasil arcaico”, como afirmavam outros, haviam conseguido chegar a Brasília, com capacidade de mobilização e organização popular. Contraditoriamente, os “resquícios” cresciam aos quais se somavam outros “resquícios”, estes modernos, como resultado da então fase “modernizante” e “globalizante” da economia nacional, eram os excluídos do processo de modernização, os “inempregáveis” (CARVALHO FILHO, 1997).

Considerando a pressão política exercida pelo movimento, sobretudo, após a Marcha a Brasília, FHC passou a traçar uma nova ação política com o objetivo de dividir o esforço dos que lutavam pela reforma agrária e nesse sentido passou a atuar mais do ponto de interesse da Contag (polo sindical), apoiando ações sindicais, chegando inclusive a investir recursos públicos para o surgimento de novos movimentos sociais, a exemplo do MAST (Movimento dos Agricultores Sem-Terra), um movimento social que nasceu da ação política do PSDB. Foi a partir da década de 1990 que a CUT (Central Única dos Trabalhadores) se tornou um movimento social de ocupações de terras (OLIVEIRA, 2007a).

Além de direcionar sua política fundiária para o polo sindical, foi elaborado no decorrer do Governo FHC um programa especial para a reforma agrária a fim de exterminar por completo os movimentos sociais camponeses, com a chamada Reforma Agrária dos Correios, uma espécie de reforma agrária virtual pelo PSDB, pois não mais necessitava o trabalhador rural sem-terra ingressar em um movimento social e participar de mobilizações e processos de ocupação, bastava a este direcionar-se a uma agência dos Correios e realizar um simples cadastro que a terra lhe era garantida (OLIVEIRA, 2007a).

Atingindo algumas conquistas jurídico-legais, o primeiro governo FHC passou a tornar público, a partir do ano de 1996, o resultado de suas realizações em termos de números de famílias assentadas, apontando o cumprimento das metas que havia estabelecido no documento denominado *Reforma agrária: compromisso de todos* (1997), que previa o assentamento de 40 mil famílias, em 1995, 60 mil, em 1996, 80 mil, em 1997, e 100 mil, em 1998, o que totalizaria 280 mil famílias assentadas no ano 1999. Emerge a partir desse fato uma polêmica entre os números publicados pelo governo federal através do INCRA e os números apresentados pelo MST, com indicadores de famílias assentadas bem abaixo dos divulgados pelo Governo FHC (BERGAMASCO, 1997)⁶¹.

A respeito da política de reforma agrária desenvolvida durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, comenta Fernandes (2003) que:

⁶¹ Os dados do Dataluta indicam que durante os quatro primeiros anos do governo FHC foram assentadas 300.363 famílias: 63.622 em 1995; 64.964 em 1996; 92.296 em 1997 e 79.481 em 1998. Durante os oito anos de governo de FHC foram assentadas 457.668 famílias (GIRARDI, 2008).

Embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, essa realidade produziu pelo menos dois resultados lamentáveis: o represamento com o crescimento do número de famílias acampadas, que em 2003, chegou a cento e vinte mil famílias, e a precarização dos assentamentos implantados, que foram implantados como projetos incompletos, que além de não terem infra-estrutura básica, a maior parte também não recebeu crédito agrícola e de investimento.

Na verdade, o governo FHC nunca possuiu um projeto de reforma agrária. Durante os mandatos de seu governo, 90% dos assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra. Todavia, no seu segundo mandato, quando criminalizou as ocupações e os movimentos camponeses entraram em refluxo e, por consequência, diminuíram as ocupações de terra, também diminuiu o número de assentamentos implantados. Para garantir as metas da propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário “clonou” assentamentos criados em governos anteriores ou criados por governos estaduais e os registrou como assentamentos criados no segundo mandato de FHC. Essa tática criou uma balbúrdia, de modo que (...) nem mesmo o INCRA consegue afirmar, com certeza, quantos assentamentos foram implantados de fato (FERNANDES, 2003, p. 5).

A fim de colocar um ponto final nesta discussão, o INCRA encomendou às universidades brasileiras o *I Censo da Reforma Agrária do Brasil*⁶², que, por sua vez, se transformou no primeiro diagnóstico realizado no país sobre os projetos de assentamentos rurais de reforma agrária. Até este momento, os pesquisadores somente tinham conhecimento a respeito do número de famílias assentadas por cada período de governo (Regime Militar, Sarney, Collor, Itamar) e muito pouco conhecimento havia se produzido sobre a qualidade de vida destes projetos de assentamentos rurais em âmbito nacional.

Coordenado a partir da Universidade de Brasília (UNB), a responsabilidade pela realização do censo foi atribuída a 29 universidades brasileiras, envolvendo 1800 estudantes em todos os entes federativos do país, que tinham como suas principais atribuições atualizar os cadastros do INCRA, além de contribuírem com a identificação de novas famílias e outras informações, tais como: gênero, idade, formação escolar, estado civil etc. Nesta ampla pesquisa, procurou-se também realizar um diagnóstico do perfil socioeconômico dessas famílias, mediante a coleta de dados amostrais⁶³ (BERGAMASCO, 1997).

2.3. Origem e Fundamentos dos PDS's

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's), que, juridicamente, fundamentam-se, na Portaria INCRA 477, de 4 de Novembro 1999, e na Norma de Execução nº. 93, de 19 de julho de 2010, passaram a ser implementados pelo INCRA, de uma maneira experimental, no final da década de 1990, ainda no decorrer do mandato de Fernando

⁶² Em janeiro 1995, coordenado pelas professoras Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Sonia Maria Pessoa Bergamasco foi publicado o *1º Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo*, porém, sem a cobertura da mídia que cercou, em 1997, a publicação dos dados do *I Censo Nacional de Reforma Agrária*.

⁶³ No estado de São Paulo, o *I Censo Nacional de Reforma Agrária* teve como supervisoras as professoras Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Sonia Maria Pessoa Bergamasco.

Henrique Cardoso, para os seringueiros do estado do Acre, expandindo essas experiências, posteriormente, para outras regiões do país, especialmente, a partir de algumas constatações do *I Censo da Reforma Agrária do Brasil*, como uma alternativa para salvar uma política de reforma agrária que se mostrou fracassada, tanto em termos quantitativos, com relação às metas propostas e não plenamente atingidas em cada período de governo, quanto em termos qualitativos, quando pensados a partir da qualidade de vida que os projetos de assentamentos rurais deveriam proporcionar às famílias beneficiárias da reforma agrária.

Os seringueiros acreanos tiveram como primeira experiência de assentamento de reforma agrária as RESEX (Reservas Extrativista), que se originaram nos embates liderados pelo líder seringueiro Chico Mendes, que, por sua vez, se constituíram em projetos de conservação ambiental, que reconhecem áreas de interesse ambiental como projetos de assentamentos rurais, habitadas por comunidades familiares. As experiências das RESEX serviram de base para a posterior criação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável e das demais modalidades de assentamentos rurais ambientalmente diferenciados.

A proposta das reservas extrativistas, a reforma agrária dos acreanos, não previa a concessão de lotes individuais aos seringueiros, nos debates, o que se reivindicava era somente a concessão de usufruto dos seringais, permanecendo a propriedade da terra sob domínio do Estado brasileiro (ALY JÚNIOR, 2011).

Dessa maneira, os projetos de assentamentos rurais criados para os seringueiros da região norte do país podem ser classificados como assentamentos *não reformadores* que basicamente compreendem os reconhecimentos de terras, projetos criados em terras públicas, em áreas de preservação ambiental e demais projetos de caráter ambiental, que, por sua vez, se entrelaçam com as políticas ambientais e de ocupação do território, não ocasionando uma desconcentração fundiária, pois essas áreas não fazem parte da estrutura fundiária. Nestes casos, os trabalhadores rurais sem-terra se territorializam sem que ocorra uma desterritorialização do latifúndio (GIRARDI, 2008).

Tornados públicos em 1997, os resultados do *I Censo da Reforma Agrária do Brasil* indicaram que nos projetos de assentamentos rurais criados há mais tempo, ocorria uma significativa evasão, sendo que inúmeras dessas famílias nem sequer foram recenseadas (35%), com um índice superior nos estados que compreendem a região Norte e Centro-Oeste. Quanto aos projetos mais recentes, constatou-se também a evasão de famílias em razão do lote familiar não ter sido ainda demarcado e em virtude das más condições infraestruturais (entre 5% e 20%). Os resultados evidenciaram a necessidade de condições mínimas de infraestrutura básica para se tornarem viáveis os projetos de assentamento rurais oriundos da política de reforma agrária (Instituto de Estudos Avançados, 1997).

No decorrer do governo Fernando Henrique Cardoso, dos projetos implementados até o ano de 1994, por volta de 40 mil evadiram-se de seus lotes familiares, enquanto outras conseguiam sobreviver em razão dos programas de assistência social do governo. Os dados indicavam que a política de reforma agrária, da maneira como vinha sendo praticada no país, estava garantindo uma reprodução da pobreza no campo, em virtude uma ineficiente administração do órgão estatal responsável (GUERRA, 2004).

A partir desses dados, chegou-se a conclusão de que o INCRA praticava uma política agrária eficiente, mas uma política agrícola ineficiente, pois não conseguia fixar o assentado

em seu lote. Emerge desse fato a necessidade de se repensar o paradigma de assentamento, propondo-se um novo modelo de assentamento. A fim de se atingir esse intento, seria necessário considerar os assentamentos em seus aspectos sociais, econômicos e ambientais, seria preciso que a gama de ações dos organismos envolvidos estabelecesse um programa de políticas públicas que impedissem o agravamento dos problemas sociais e ambientais e satisfizesse os pré-requisitos econômicos que a política de reforma agrária almejava atingir (GUERRA, 2004).

Dessa maneira, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério Extraordinário de Política Fundiária publicaram, em 1999, a Portaria Interministerial nº 1, objetivando a articulação e o estabelecimento de instrumentos jurídicos e administrativos de política agrária e ambiental, a fim de se instituir um novo paradigma de reforma agrária sustentável e de proteção e preservação ambiental, especialmente, compreendendo a região amazônica. A publicação desta portaria criou um grupo de trabalho, do qual fizeram parte o Conselho Nacional dos Seringueiros, o IBAMA, o INCRA, entre outras instituições, que, ao final dos trabalhos, elaboraram a Portaria INCRA nº 477, que deu origem aos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (ALY JÚNIOR, 2011).

Dessa maneira, esta modalidade de assentamento foi criada pelo INCRA, em 1999, por intermédio de um grupo de trabalho constituído pela sociedade civil organizada encabeçada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), pelo governo federal representado pelo INCRA e pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Meio Ambiente (MMA), objetivando sua implementação em territórios de interesse ambiental e com populações consideradas não tradicionais, mas capazes de desenvolver projetos sustentáveis na agricultura. O principal desafio deste novo modelo era demonstrar que era possível implementar paradigmas diferenciados de ocupação e uso do solo, a fim de recuperar e preservar o meio ambiente, postulando um desenvolvimento econômico, social e ambiental diferenciado (FAGGIN, 2009).

A publicação da Portaria INCRA nº 477/1999 procurou responder às reivindicações dos movimentos sociais da região amazônica, buscando compatibilizar o desenvolvimento de atividades produtivas com a preservação de recursos naturais, direcionando a ocupação das áreas de assentamento, objetivando a sustentabilidade das atividades produtivas e a recuperação do potencial dos recursos naturais originais (ALY JÚNIOR, 2011). Dessa maneira, a portaria estabeleceu os seguintes princípios como fundamentos dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável:

- ✓ Atender as especificidades regionais como uma forma de resgate do valor econômico, cultural e social da floresta, das várzeas, não se restringindo somente ao seu potencial agrícola;
- ✓ Atentar para o interesse ecológico que, a partir da Lei 9985/00, criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, facultando a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- ✓ Valorização da organização em seus diferentes níveis: na vida social, no trabalho e na gestão da comunidade;

- ✓ A concessão do uso da terra, por determinado período, para a exploração condominial, obedecendo à aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais;
- ✓ Atentar para o interesse ecológico na recomposição do potencial original da área, atendendo a legislação ambiental.

Neste contexto histórico do final da década de 90, um dos principais dilemas vivenciados na criação de projetos de assentamentos rurais era a conciliação entre o desempenho da pequena propriedade familiar alinhado às questões de cunho ambiental, além da necessidade de estabelecer mecanismos que viessem a impedir o arrendamento ou a venda dos lotes familiares para objetivos distintos da reforma agrária. Ainda neste contexto, os assentamentos eram alvo de inúmeras críticas, uma vez que as políticas agrárias objetivavam somente a distribuição de terras, oferecendo pouca ou quase nenhuma assistência técnica, não dispendo também os assentamentos das indispensáveis infraestruturas a fim de que os trabalhadores rurais assentados conseguissem atingir êxito (FREITAS, 2008a).

Frente a essas carências materiais, emergiam argumentos que postulavam a não necessidade de realização da reforma agrária no país, em razão de que a agricultura familiar não teria condições de dinamizar as forças produtivas no campo brasileiro e que, dessa maneira, os investimentos deveriam ser direcionados para os segmentos mais modernos da agricultura. No entanto, na contramão desse pensamento e em razão da forte pressão política exercida pelos movimentos sociais camponeses e, em especial, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o INCRA procurou colocar em prática um novo paradigma de organização para os assentamentos que, por sua vez, visava combinar o desenvolvimento social, econômico e ambiental dos grupos familiares assentados com a utilização adequada do solo e dos recursos naturais (FREITAS, 2008a).

Apesar de se ter verificado um expressivo incremento no número de projetos de assentamentos rurais criados no final da década de 1990, especialmente, como resultado da atuação organizada e da pressão política desempenhada pelos trabalhadores rurais sem-terra, que também passaram a exigir uma presença mais intensa dos organismos estatais responsáveis pela reforma agrária nestas localidades, mediante o estabelecimento de instrumentos de atuação no interior desses projetos através de programas específicos, tais como, o PRONAF, o PRONERA e o Projeto Lumiar de assistência técnica pouco se havia avançado nestas propostas no sentido da incorporação de elementos que favorecessem uma atenção especial aos impactos ambientais ocasionados pela criação dos projetos de assentamento e no estabelecimento de instrumentos de políticas ambientais direcionados para os assentamentos (CURADO, 2004).

Acrescida a essa situação, somava-se a desarticulação entre as propostas de políticas públicas ambientais e as desenvolvidas nos projetos de assentamento, a não percepção das consequências da criação destes espaços sem o necessário planejamento ambiental, bem como o desconhecimento da peculiaridade da presença e da atuação dos assentados no tempo e no espaço, quando comparados com a dinâmica produtiva dos demais agricultores familiares com relação à origem e a trajetória de vida das famílias beneficiadas, à inexistência, em alguns casos, de um relacionamento anterior com a agricultura, com o ecossistema para o qual transferem-se, as dificuldades verificadas na reprodução social dos agricultores familiares

vinculados ao padrão moderno da agricultura e o desafio apresentado no sentido de tentar garantir uma imediata viabilidade econômica dos lotes familiares, permanecendo na terra conquistada (CURADO, 2004).

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), lançado pelo governo federal em 2004, embora não trate especificamente da criação e implementação de projetos de assentamentos rurais ambientalmente diferenciados, pretendia, em sua concepção, dar continuidade a perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável aplicado ao programa nacional de reforma agrária, a fim de tornar a espacialidade dos projetos de assentamentos rurais espaços de produção e qualidade de vida, pretendendo integrá-los ao desenvolvimento social e crescimento econômico do país (BRASIL, 2004a).

O PNRA orienta-se para a promoção da viabilidade econômica, da segurança alimentar e nutricional, da sustentabilidade ambiental para garantir o acesso a direitos e a promoção da igualdade – objetivos integrados a uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável. Isso requer colocar à disposição das famílias assentadas e das demais beneficiárias do Plano os meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver com dignidade, tais como: crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e à agregação de valor; construção de infra-estrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais (BRASIL, 2004a, p. 15).

Apresentando uma concepção mais ampla de reforma agrária, o II Plano Nacional de Reforma Agrária, contudo, futuramente, também se mostrou conservador, assim como verificado nas políticas de reforma agrária dos governos anteriores, não alterando a estrutura fundiária brasileira. O programa estipulava, entre outras ações ⁶⁴, como sua principal meta assentar 400 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra no período de quatro anos do governo Lula (2003-2006), tornando-se, dessa maneira, superior às 238.010 famílias assentadas entre 1995 e 1998 e às 286.370 famílias assentadas entre 1999 e 2002, no decorrer do governo Cardoso (BRASIL, 2004a).

A fim de atingir essa meta, o programa previa que parte destas terras fosse adquirida de forma onerosa pelo governo federal, com a utilização dos instrumentos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária e destinação de terras públicas para o programa de reforma agrária (BRASIL, 2004). Contudo, ao término do primeiro mandato de Lula foram somente assentadas 252.019, total que representa apenas 63% das 400 mil famílias previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (GIRARDI, 2008).

⁶⁴ Metas do II PNRA - 2003/2006: 1 - 400.000 novas famílias assentadas; 2 - 500.000 famílias com posses regularizadas; 3 - 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário; 4 - Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; 5 - Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado; 6 - Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; 7 - Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; 8 - Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; 9 - Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária; 10 - Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; 11 - Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (BRASIL, 2004a).

A partir da adoção da perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável para o programa nacional de reforma agrária prevista no II PNRA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem basicamente implantado em todo o país quatro modalidades de assentamentos rurais de reforma agrária: o Projeto de Assentamento (PA); o Projeto Agroextrativista (PAE); o Projeto de Assentamento Agroflorestal (PAF) e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), sendo que, o PAE, o PAF e o PDS são considerados pelo organismo federal como projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, destinados, principalmente, às comunidades consideradas tradicionais que baseiam sua exploração no extrativismo.

Os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) são destinados à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, mediante a implantação de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis. Nestes projetos, o regime de concessão do assentamento é coletivo. Os Projetos de Assentamento Agroflorestal (PAF) são voltados para a Região Amazônia, essa modalidade de assentamento é implantada em área de floresta, destinando-se a agricultores que já possuam alguma experiência anterior com o extrativismo. O seu regime de concessão das terras também é coletivo (INCRA, 2010c).

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's), criados pela Portaria INCRA nº. 477/1999 e pela Norma de Execução nº. 93/2010 são considerados de interesse social e ecológico, sendo destinados às populações que baseiam sua reprodução social em atividades extrativistas, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental, possuindo como bases a sustentabilidade e a promoção da qualidade de vida como seus pontos determinantes. A portaria estabelece que as áreas destinadas para a criação desses projetos (de dominialidade de organismos federais, estaduais e municipais), ocorrerão mediante a concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias - associativista, condominal ou cooperativista (INCRA, 1999).

A Norma de Execução nº. 93, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre a aprovação de modelos de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (PAE, PDS, PAF) e que reconhece os territórios tradicionais como espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica das populações e comunidades tradicionais, estabelece que na criação destes assentamentos os procedimentos para a definição da modalidade a ser implantada e a formalização de processo para a implementação desses projetos são os mesmos adotados para a criação de projetos tradicionais, sendo, contudo, terminantemente, vedada a outorga de título de domínio as famílias beneficiárias destes modelos de assentamentos (MDA; INCRA, 2010).

A fim de quantificar a criação dessa nova modalidade de assentamento, devemos considerar que o INCRA, entre os anos de 1988 e 2006, criou, em todo o território nacional, 7.666 projetos de assentamentos rurais, assentando 913.046 famílias, em uma área total de 64.552.767 hectares. Desse montante, 84 projetos de assentamento foram criados no modelo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), assentando 24.765 famílias de trabalhadores rurais sem-terra em uma área total de 2.945,086 hectares. Contudo, o instituto deu maior ênfase, durante esse período, na implementação dos considerados assentamentos "convencionais" que totalizaram 6.197 novos projetos, beneficiando 711.839 famílias, com 31.649.960 hectares arrecadados para a reforma agrária (Tabela 03) (GIRARDI, 2008).

Ainda de acordo com o INCRA, entre os anos de 2003 a 2010, o instituto federal incorporou 48,3 milhões de hectares ao programa nacional de reforma agrária, sendo que deste montante 80% dessas terras foram transformadas em projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (INCRA, 2010c). A tabela 03 apresenta as 18 modalidades de assentamentos rurais criadas pelo INCRA no período indicado e os seus dados concernentes.

Tabela 03 - Modalidades de Assentamentos Rurais Criados pelo INCRA (1988-2006)

Tipo de Assentamento	Assentamentos	Famílias	Área (ha.)
CQ – Comunidades Quilombolas	1	53	890
FLORA – Florestas Nacionais	14	3.735	4.463.081
PA – Projeto de Assentamento Federal	6.197	711.839	31.649.960
PAC – Projeto de Assentamento Conjunto	16	7.887	551.391
PAD – Projeto de Assentamento Dirigido	8	7.275	458.694
PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista	199	51.046	7.138.699
PAF – Projeto de Assentamento Florestal	3	275	67.353
PAM – Projeto de Assentamento Municipal	2	140	8.360
PAR – Projeto de Assentamento Rápido	3	1.214	274.843
PC – Projeto de Colonização Oficial	6	885	8.532
PCA – Projeto de Assentamento Casulo	93	4.443	20.242
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável	84	24.765	2.945.086
PE – Projeto de Assentamento Estadual	815	61.149	2.669.778
PFP – Projeto de Fundo de Pasto	129	4.414	151.603
PIC – Projeto Integrado de Colonização	2	757	18.346
PRB – Proj. de Reassentamento de Atingidos por Barragens	55	1.897	96.095
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável	6	2.000	5.673.710
RESEX – Reserva Extrativista	33	29.272	8.356.104
Total	7.666	913.046	64.552.767

Fonte: Adaptado de Girardi, 2008.

Apresentado um quadro síntese (Quadro 05) das etapas de implementação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis, cuja iniciativa de criação parte do INCRA, dos movimentos sociais camponeses e organismos ambientais, que, conjuntamente, comprometem-se também com Organizações Não governamentais (ONGs) e Universidades nos processos de implementação, desenvolvimento e consolidação dessa modalidade de assentamento rural, que tem como público prioritário o agricultor tradicional, que venha a assumir um compromisso individual e coletivo de desenvolver práticas agrícolas sustentáveis que visem à recuperação e preservação dos recursos naturais.

Quadro 05 - Categorias e Fases de Desenvolvimento dos PA's e PDS's

Fases/Categorias	PA's	PDS's
Iniciativa de criação	INCRA, Movimentos Sociais ou Governo	INCRA, Movimentos Sociais, Órgãos Ambientais – compromisso de gestão compartilhada entre estas instituições.
Cadastramento e seleção das famílias	Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)	Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), com aprovação do movimento social.
Público alvo	Agricultor Tradicional	Agricultor Tradicional que se comprometa a trabalhar com o uso racional dos recursos naturais e práticas agroecológicas.
Responsabilidade de implantação e desenvolvimento dos projetos	INCRA	INCRA, Movimentos Sociais, Órgãos Ambientais, Organizações Não governamentais, Universidades, entre outros.
Documentos gerados	Laudo de Vistoria e Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)	Laudo de Vistoria e Plano de Utilização (PU) O Plano de Utilização (PU) deve reger o modo como ocorrerá o uso das áreas comuns do assentamento, assim como, as regras a que esse uso será submetido
Topografia	Individual	Perimetral
Titulação	Individual	Coletiva
Consolidação	Titulação	Concessão de Direito Real de Uso e Termo de Cooperação Técnica com instituições ambientais

Fonte: INCRA, 2006.

Nesta nova forma de gestão territorial, em termos práticos, as famílias assentadas prontificam-se, por exemplo, a não fazerem uso de agroquímicos, mas somente de biofertilizantes. A área destinada à preservação ambiental é aumentada e, conseqüentemente, a área agricultável é reduzida. Nos projetos implantados pelo INCRA na região de Ribeirão Preto, a área de preservação ambiental (Reserva Legal) ficou estabelecida em 35%. A posse da propriedade não é individual, mas coletiva, de modo que o seu titular permanece limitado pelo compromisso que assumiu perante toda a comunidade, fator este que impede a possibilidade de venda ou arrendamento do lote familiar, objetivando fortalecer a visão coletiva da produção e permanência na terra conquistada (BORELLI FILHO, 2009).

2.4. A Implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável no Estado de São Paulo

As discussões em torno da sustentabilidade ambiental nos projetos de assentamentos rurais instalados no estado de São Paulo são relativamente recentes. Analisando o conjunto dos assentamentos implantados entre a década de 1980 e 90, pode-se considerar que não ocorreu na condução desses projetos uma grande preocupação com as questões de preservação ambiental, pois até meados da década de 1990, as demandas dos movimentos sociais camponeses, famílias assentadas, técnicos e agentes das instituições de mediação voltavam-se para os conflitos, tensões e descontentamentos surgidos a partir da organização de cooperativas e associações, criadas a fim de viabilizar estratégias de produção e comercialização do excedente (GONÇALVES; SCOPINHO, 2010).

O início dos debates em torno da implementação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável, no estado de São Paulo, foram motivados em razão de uma demanda apresentada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) logo no primeiro ano da gestão Luís Inácio Lula da Silva, em 2003. Neste sentido, o movimento social camponês discutia que na criação e desenvolvimento dos projetos de assentamentos fosse trabalhada uma nova concepção que superasse a produção em lotes individuais, afirmando-se como um paradigma

que questionasse o modelo de desenvolvimento agrícola implementado pelo agronegócio, fundamentado em monoculturas, intensivo em insumos químicos e mecânicos, poupador de mão de obra e impactante sobre o meio ambiente (ALY JÚNIOR, 2011).

Tais demandas apresentadas pelo MST encontravam-se plenamente de acordo com as diretrizes da gestão do INCRA/SP, que apresentavam como principais desafios para a política de reforma agrária neste estado os seguintes princípios: i) a busca da sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental; ii) trabalhar o conceito de assentamento enquanto um processo de reconstrução da cidadania, da vida comunitária e resgate de tradições e conhecimentos nos mais diversos campos e (iii) resgatar as experiências positivas desenvolvidas no campo da reforma agrária (ALY JÚNIOR, 2011).

A partir das reivindicações apresentadas pelo movimento e buscando nas ações em curso executadas pela autarquia federal, encontrou-se na normativa dos PDS's a possibilidade de construção de um novo paradigma de assentamento que privilegiasse a organização e a experimentação de uma produção agrícola coletiva e que ensejava em sua concepção uma contundente discussão em torno da matriz produtiva, afirmando um processo de transição em direção à sustentabilidade ambiental. Apesar de o PDS ter se originado do atendimento das reivindicações dos seringueiros acreanos e estar fundamentado em um sistema de exploração extrativistas, neste estado, a bandeira do movimento tornou-se o compromisso com a recuperação e preservação das áreas de reserva legal e preservação permanente, adotando um sistema produtivo não impactante do meio ambiente (ALY JÚNIOR, 2011).

A atual questão agrária paulista pode ainda ser caracterizada pela alta concentração fundiária associada à modernização técnica das cadeias agroindustriais, sob o patrocínio de políticas públicas estatais, concentração de riqueza essa, que contrasta emblematicamente com bolsões de miséria e pobreza verificados tanto no universo rural, como no urbano, com precárias condições de vida e de não trabalho no campo (empregados rurais, pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais sem-terra) e com uma população marginalizada nas periferias urbanas (SILVA, 2011).

Neste contexto socioeconômico, os projetos de assentamentos rurais têm se apresentando como uma alternativa a essa precária realidade rural e urbana, estabelecendo-se como uma estratégia de desenvolvimento rural e inserção das famílias no campo. As experiências desenvolvidas em assentamentos rurais têm aumentado significativamente em razão das lutas sociais protagonizadas por trabalhadores rurais e mediante a criação de programas e projetos governamentais que surgem na esteira dessas manifestações, absorvendo um contingente considerável de pessoas, possibilitando que essas famílias permaneçam distantes da marginalização e do subemprego urbano (CARMO, 2003).

Apesar dos significativos avanços na criação e gestão dos projetos de assentamentos rurais no estado de São Paulo, ainda continua apresentando-se como um dos grandes desafios da reforma agrária nesta unidade federativa reverter à degradação ambiental engendrada pelo capital agroindustrial, especialmente, pelo seu setor sucroalcooleiro, pela monocultura da cana-de-açúcar, apostando na vocação da produção familiar para a sustentabilidade. Neste sentido, a partir do ano de 2004 (I Governo Luís Inácio Lula da Silva), a Superintendência Estadual do INCRA/SP passou a implementar neste estado projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados, os denominados PDS's, uma modalidade que visa integrar

reforma agrária, preservação ambiental e gestão adequada dos recursos hídricos, além de viabilizar o desenvolvimento dos grupos familiares assentados mediante um modelo produtivo diferenciado, fundamentado em bases agroecológicas (INCRA, 2009a).

Além de possuir tais objetivos, os PDS's comportam também como finalidade fixar as famílias beneficiárias da reforma agrária no campo, evitando sua evasão ao estabelecer formas de resistência ao criar mecanismo que venham a dificultar ou mesmo impossibilitar a venda e/ou o arrendamento parcial e/ou total dos lotes familiares para objetivos distintos da política reforma agrária, em especial, para o agronegócio, caracterizado, sobretudo, no estado de São Paulo, pelo setor sucroalcooleiro, visando o fornecimento de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e álcool combustível.

Atualmente, o estado de São Paulo possui 5,28 milhões de hectares plantados em cana-de-açúcar, sendo que 656,31 mil hectares correspondem a novas áreas de expansão. Contudo, o mais tradicional polo sucroalcooleiro do país, a Região de Ribeirão Preto, parece ter conhecido o seu ápice de expansão, comportando, entre as principais áreas de produção do estado, o menor percentual de expansão de novas áreas de lavoura de cana-de-açúcar, conforme estimativa de safra realizada pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA). A área em produção de cana nesta região totaliza 490,75 mil hectares, sendo que 29,81 mil hectares correspondem a novos canaviais, o que representa somente 6,07 da área total de expansão verificada no estado, com um índice inferior à média de 11,21% (TRIBUNA, 2012).

O percentual de crescimento verificado na Região de Ribeirão Preto é inferior também no comparativo com as regiões que começaram a expandir a sua produção canavieira mais recentemente (São José do Rio Preto, Marília, São Carlos e Araraquara). São José do Rio Preto com 734,47 mil hectares de área em produção, possui 16,44% de novas lavouras, ou 120,76 mil hectares. Na Região de Ribeirão Preto, os 6,07 % de novas áreas são possivelmente lavouras antes ocupadas pelas culturas da laranja e do café (TRIBUNA, 2012).

Paradoxalmente a essa monocultura da cana-de-açúcar engendrada pelo capital agroindustrial no estado de São Paulo que atinge 5,28 milhões de hectares, existem no território paulista 252 projetos de assentamentos rurais de reforma agrária, administrados tanto pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (117 projetos), como pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) (135 projetos), assentamentos esses que ocupam uma área total de 333.014, 0774 hectares, beneficiando 16.101 famílias de trabalhadores rurais (MDA; INCRA, 2012).

A fim de dinamizar a reforma agrária, a criação de novos projetos de assentamento e mais especificamente viabilizar a implantação da modalidade PDS no estado de São Paulo, a Superintendência Regional do INCRA (SR 08), na Administração 2003-2010, estabeleceu como forma de gestão três paradigmas estratégicos que passaram a nortear as suas ações como uma instituição executora de uma política pública: aumento do quadro funcional, dotando o instituto de condições operacionais; radicalização das políticas públicas, que se consistiu na massificação das ações de governo, levando a todas as famílias assentadas os seus direitos e deveres e a descentralização/interiorização administrativa, pois o instituto pode ser considerado como um palco de gestão de conflitos sociais e fundiários, sua estrutura e ações deveriam estar distribuídas por todo o território paulista e não somente na capital paulista (SILVA, 2010).

Dessa maneira, o INCRA/SP vem pretendendo estabelecer a sua presença institucional nos assentamentos mediante a instalação de escritórios regionais denominados “Núcleos de Apoio”. No estado de São Paulo, além da Sede da Superintendência Regional, o Instituto possui 14 Núcleos de Apoio, que atendem 108 assentamentos, com 52 especialidades. Na região de Ribeirão Preto, o INCRA tem instalado um escritório no município de Araraquara, que atende 11 assentamentos, com profissionais nas seguintes áreas: administração; engenharia agrônômica; zootecnia; fisioterapia; técnico agrícola; contabilidade; socioeconômico; agropecuária; horticultura; ensino médio e assistente administrativo (INCRA, 2009b).

Duas estratégias complementares foram desenvolvidas pelo INCRA, nesse período. Buscando superar o distanciamento crônico das populações diretamente beneficiárias de suas ações, o INCRA passa a gerir uma política de descentralização, com a abertura de escritórios técnicos em várias regiões do estado. Dessa forma, se não pudessem atender plenamente demandas como as da ATER, os agentes lotados nas regiões poderiam estreitar o diálogo com os grupos mais organizados dos assentados e seus representantes/mediadores (BARONE; FERRANTE, 2012, p. 768).

A partir de uma nova modalidade de assistência técnica, intitulada ATES (Assistência Técnica, Social e Ambiental), o INCRA vem desenvolvendo projetos de fiscalização e reflorestamento em áreas de reserva legal e preservação permanente, orientando os assentados quanto à legislação ambiental. A ATES é considerada pelo INCRA como o principal instrumento para o acesso, implementação e acompanhamento das políticas públicas disponibilizadas pelo INCRA e outros organismos da administração pública voltadas ao desenvolvimento dos projetos de assentamentos rurais. Possuindo um caráter multidisciplinar, esta modalidade de assistência técnica procura estabelecer a presença institucional do INCRA no assentamento, tentando criar um canal de comunicação entre as famílias assentadas e o órgão federal, a fim de que seus gestores possam conhecer suas demandas (INCRA, 2009b).

Nesta perspectiva de assistência técnica, o chamado técnico de assentamento está sendo orientado por uma concepção de assistência técnica que deve superar o aspecto meramente econômico do assentamento, não mais simplesmente entendido como uma unidade produtiva, mas como uma comunidade em um constante processo de formação. Dessa maneira, o profissional deve ser capaz de enxergar o assentamento em sua totalidade, atentando-se para os aspectos econômicos, sociais, ambientais e infraestruturais, independente de sua formação acadêmica (INCRA, 2009b).

A outra estratégia mostrou-se bem mais complexa e problemática. Para reestruturar o órgão do ponto de vista dos seus recursos humanos, além da realização de concursos públicos para contratação de funcionários, o Incra lançou mão de editais de contratação de entidades sociais formadas por coletivos de técnicos. Essas “organizações sociais” – sobretudo cooperativas de técnicos – passaram, então, a fornecer uma importante parcela de agentes ao INCRA, numa modalidade de terceirização que, como face mais polêmica, acabava por contemplar grupos militantes, articulados em organizações que passaram a gerir, por exemplo, toda a política de ATER/ATES do INCRA (BARONE; FERRANTE, 2012, p. 769).

A partir da aplicação desses três paradigmas estratégicos ⁶⁵, ao término da Gestão 2003-2010, o INCRA/SP conseguiu aportar no território paulista 70 novos projetos de assentamentos rurais, assentando 10.857 famílias em áreas federais. Acrescidas as famílias assentadas em áreas públicas estaduais, esse montante chega a 16.163 famílias (SILVA, 2011). Não obstante, do total desses novos projetos de assentamentos, 17 foram implantados no modelo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), em uma área de 16.782,95 hectares, sendo beneficiadas 1.170 famílias de trabalhadores rurais em um período de quatro anos (2004-2008) (Tabela 04 e Gráficos 1 e 2) (MDA; INCRA, 2012).

Geograficamente, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) criados pelo INCRA, em São Paulo, encontram-se distribuídos no território paulista pelas regiões de Araraquara, Ribeirão Preto, Grande São Paulo/Eixo Anhanguera, Pontal do Paranapanema, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira (INCRA, 2009b). No entanto, assim como pode ser observado na tabela e nos gráficos a seguir, a partir do ano 2009, o INCRA/SP cessou a criação de novos projetos de assentamento na modalidade PDS, dando ênfase a implementação de assentamentos rurais nos moldes tradicionais.

Tabela 04 - PDS's Criados pelo INCRA no Estado de São Paulo (2003-2012)

Assentamento	Município	Criação	Área (ha)	Famílias
PDS Sepé Tiarajú	Serra Azul	20/09/2004	797,74	80
PDS Alves, Teixeira e Pereira	Eldorado	02/08/2005	3.072,67	61
PDS Manoel Neto	Taubaté	29/11/2005	378,90	43
PDS Olga Benário	Tremembé	19/12/2005	692,12	53
PDS Santa Helena	São Carlos	27/12/2005	98,83	14
PDS Milton Santos	Americana	11/07/2006	103,45	66
PDS São Luiz	Cajamar	27/07/2006	123,06	30
PDS Luiz de David Macedo	Apiáí	27/07/2006	7.767,22	62
PDS 21 de Dezembro	Descalvado	16/10/2006	256,39	18
PDS Ribeirão do Pio	Miracatu	24/11/2006	406,10	13
PDS Boa Esperança	João Ramalho	15/12/2006	54,69	29
PDS Bom Jesus	Iepê	15/12/2006	68,30	35
PDS da Barra	Ribeirão Preto	20/06/2007	1.548,48	462
PDS Agroecológico	Itanhaém	04/12/2007	153,26	5
PDS Hugo Mazzilli	Caconde	18/09/2008	135,53	20
PDS Elizabeth Teixeira	Limeira	19/09/2008	602,86	104
PDS Aurora	Descalvado	10/11/2008	533,35	75
Total	17	-	16.782,95	1.170

Fonte: Adaptado de MDA; INCRA, 2012.

A análise conjunta dos gráficos a seguir (número de famílias assentadas e hectares arrecadados) revela uma discrepância quanto ao número de famílias assentadas (467) e hectares arrecadados (1.701,74) para o programa de reforma agrária, em 2007, pois extraída a

⁶⁵ Além dessas ações, a fim de dar impulso à implementação dos PDS'S, no estado de São Paulo, o INCRA/SP estabeleceu parcerias com institutos de pesquisa e universidades, merecendo destaque as parcerias com a Embrapa Meio Ambiente (Jaguariúna/SP), a ESALQ/USP, o Ministério da Agricultura e o Instituto Agrônomo de Campinas. Atendendo a uma demanda do MST para a formação de assentados em agroecologia, através do PRONERA foram constituídas três turmas, em distintas localidades do estado, que resultaram em 143 formandos, sendo que, em uma outra parceria foi criado um curso de agronomia com ênfase em agroecologia, que contou com 53 alunos (ALY JÚNIOR, 2011).

área de preservação ambiental estipulada para esse modelo de assentamento ambientalmente diferenciado, em 35% (595,60), restam tão somente 1.106,14 hectares para serem assentados 467 grupos familiares, o que resultaria em lotes familiares de 2,36 hectares, insuficientes para a reprodução campesina. O ano em que se verifica o maior número de famílias assentadas neste modelo de assentamento (2007), com 467, não corresponde ano com maior área arrecadada (2006), com 8.779,21 hectares.

Os dados apresentados nos gráficos a seguir revelam ainda um movimento ascendente na criação deste modelo de assentamento ambientalmente diferenciado entre os anos de 2004 e 2007 e, a partir deste período, um declínio, significando, a partir de 2009, um completo abandono deste paradigma de reforma agrária, no estado de São Paulo, pela Superintendência Estadual do INCRA/SP.

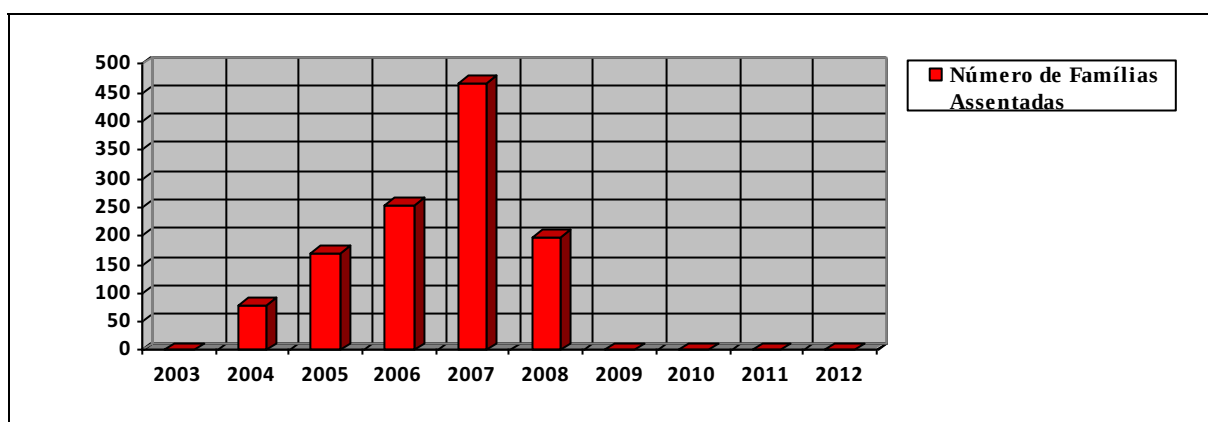


Gráfico 1 – Número de Famílias Assentadas nos PDS's do Estado de São Paulo (2003-2012)

Fonte: MDA; INCRA, 2012.

Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

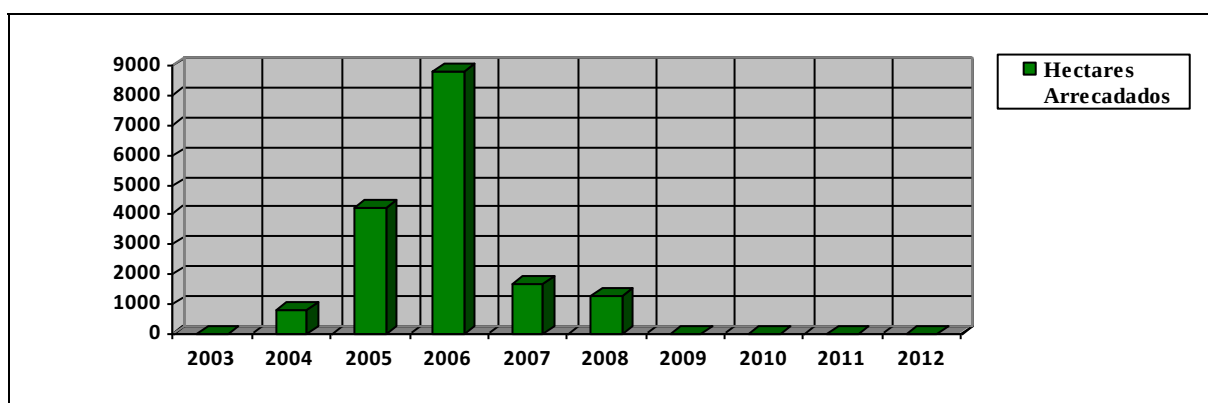


Gráfico 2 – Áreas Arrecadadas com a Criação dos PDS's no Estado de São Paulo (2003-2012)

Fonte: MDA; INCRA, 2012.

Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

No estado de São Paulo, dentre esses Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) implantados pelo INCRA destacam-se dois distintos grupos: o primeiro grupo é constituído por grandes áreas de remanescentes florestais e o segundo grupo é formado por

pequenas áreas comumente próximas a centros urbanos e com alguma significância ambiental. Em São Paulo, o INCRA observou que a categoria PDS seria a melhor maneira de conciliar a proposta da Comuna da Terra do MST com a do Estado. Embora sendo uma modalidade de assentamento planejada para a região norte do país, o modelo congrega as propostas de produção agroecológica, a organização coletiva das famílias e a utilização de mecanismos de gestão e preservação ambiental. Dessa maneira, em São Paulo, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável foram implementados pelo INCRA no modelo Comuna da Terra (FAGGIN, 2009).

Neste sentido, cabe considera ainda que a Superintendência Regional do INCRA/SP, especialmente, a partir do I Governo Luís Inácio Lula da Silva passou a ser orientada no sentido de estabelecer um maior diálogo e abertura às proposituras e demandas dos movimentos sociais camponeses, a exemplo da implementação das Comunas a partir de um modelo de assentamento pré-existente, o PDS. Contudo, quando a implementação de um assentamento ocorre em uma área de domínio estadual e, portanto, de responsabilidade do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), as Comunas da Terra não se enquadram como PDS, pois a instalação dessa modalidade de assentamento cabe exclusivamente ao INCRA (GOLDFARB, 2007).

Dentre as diversas razões que levaram o INCRA-SP a adotar essa modalidade de assentamento rural a fim de viabilizar a proposta da Comuna da Terra, podemos apontar ainda o fato do Projeto de Desenvolvimento Sustentável não prever a titulação individual da terra, o que além de atender a demanda do movimento sem-terra, vem auxiliando na produção de mecanismos de resistência desses territórios da reforma agrária que circundam os grandes centros urbanos, pois a criação de projetos de assentamentos convencionais próximos aos grandes centros urbanos torna-os sujeitos à especulação imobiliária, facilitando o processo de reconcentração fundiária (GOLDFARB, 2007).

Apesar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ter dado grande ênfase, entre 2004 e 2008, na criação de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, no estado de São Paulo, em termos percentuais, esses assentamentos representam tão somente 6,74% do total de 252 projetos (federais e estaduais) existentes no território paulista, sendo que, desse total, 235 projetos podem ser considerados assentamentos convencionais de reforma agrária, reconhecidos pela sigla PA. Em contrapartida aos 17 projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados (PDS) implementados, entre 2004 e 2008, a autarquia federal criou, entre 2003 e 2011, 51 projetos de assentamentos nos moldes convencionais, em uma área total de 65.674,71 hectares arrecadados à reforma agrária, assentando 4.033 famílias de trabalhadores rurais sem-terra (Tabela 05 e Gráficos 3, 4 e 5).

Tabela 05 - PA's Criados pelo INCRA no Estado de São Paulo (2003-2012)

Assentamento	Município	Criação	Área (ha)	Famílias
PA Terra Livre	Castilho	30/06/2003	628,32	41
PA São Joaquim	Castilho	30/06/2003	606,00	46
PA Terra é Vida	Pereira Barreto	07/01/2004	543,45	39
PA Cafezópolis	Cafelândia	23/06/2004	21,15	3
PA Dandara	Promissão	08/11/2004	2.882,13	188
PA Nossa Sra. Ap. II	Castilho	10/12/2004	976,45	72
PA Antônio Lafaiete de Oliveira	Gália	21/12/2004	345,33	19
PA Nova Vila	Guaracai	13/01/2005	866,77	56
PA Estrela da Ilha	Ilha Solteira	25/02/2005	2.855,88	210
PA Rosely Nunes	Itapura	25/02/2005	1.172,66	85
PA Santa Maria da Lagoa	Ilha Solteira	25/02/2005	1.210,63	75
PA Pousada Alegre	Nova Independência	02/08/2005	929,72	60
PA União da Vitória	Suzanópolis	15/08/2005	2.906,31	152
PA Celso Furtado	Castilho	09/12/2005	2.427,76	178
PA Dois Irmãos	Murutinga do Sul	19/12/2005	1.867,36	124
PA Fortaleza	Bocaina	13/03/2006	268,54	29
PA Margarida Alves	Mir. do Paranapanema	21/03/2006	1.257,58	89
PA Santa Cristina	Murutinga do Sul	17/04/2006	986,34	56
PA Arizona	Andradina	28/06/2006	635,04	46
PA Hugo Silveira Herédia	Araçatuba	11/07/2006	963,41	59
PA Primavera	Mirandópolis	27/07/2006	1.866,58	105
PA Sítio Casa Grande	Biritiba-Mirim	15/12/2006	359,84	36
PA Margarida Maria Alves	Gália	20/06/2007	327,94	15
PA Maracy	Agudos	20/06/2007	1.003,31	52
PA Horto Aimorés	Bauru	28/06/2007	5.262,12	372
PA São Lucas	Mirandópolis	21/09/2007	1.541,06	68
PA Simon Bolívar	Getulina	21/09/2007	768,38	38
PA Cafeeira	Castilho	08/10/2007	1.959,77	125
PA Cachoeira	Itapura	29/10/2007	997,08	65
PA 23 de Maio	Itapetininga	04/12/2007	515,51	46
PA São José I – Gleba II	Brejo Alegre	14/08/2008	48,78	1
PA Araçá	Araçatuba	05/09/2008	1.386,73	80
PA Santa Isabel	Castilho	17/09/2008	1.033,48	68
PA Dona Carmem	Mir. do Paranapanema	18/09/2008	1.216,12	142
PA Olga Benário	Pereira Barreto	18/09/2008	757,57	49
PA Chico Mendes	Araçatuba	30/12/2008	4.512,70	266
PA Zumbi dos Palmares	Itapura	30/12/2008	1.116,50	80
PA Loiva Lurdes	Agudos	10/02/2009	982,14	48
PA Santa Luzia	Guaracai	18/05/2009	1.077,49	69
PA Esperança de Luz	Castilho	18/06/2009	996,26	70
PA Vitória	Pirajuí	21/08/2009	96,30	10
PA 2 de Janeiro	Descalvado	21/08/2009	376,44	41
PA Brasília Paulista	Piratininga	21/08/2009	1.863,40	102
PA Nova São Carlos	São Carlos	21/08/2009	1.158,50	81
PA Pendengo	Castilho	06/10/2009	4.139,61	200
PA Josué de Castro	Andradina	16/10/2009	790,34	51
PA Orlândia	Orlândia	17/11/2009	52,55	-
PA Eldorado dos Carajás	Pereira Barreto	08/03/2010	775,17	51
PA Frei Pedro	Pereira Barreto	11/08/2010	1.871,52	65
PA Fazenda Vista Alegre	Miracatu	25/10/2010	2.469,40	-
PA Casulo Cio da Terra	Campinas	16/05/2011	1,29	10
Total	51	-	65.674,71	4.033

Fonte: Adaptado de MDA; INCRA, 2012.

A análise dos gráficos a seguir revela que somente no ano de 2006, o número de assentamentos criados pelo INCRA, no território paulista, em moldes convencionais e ambientalmente diferenciados equivalem-se, 7 para cada modalidade, sendo que, em todo o período de estudo (2003 a 2012), os dados demonstra que a maior ênfase da autarquia federal foi dada no sentido da criação de assentamentos em moldes convencionais, os denominados PA. Dessa maneira, do total de 68 projetos de assentamento rurais implementados pelo instituto no período, os PDS's representam 25% (17) dos projetos assentamentos criados, enquanto os projetos implementados no modelo PA 75% (51).

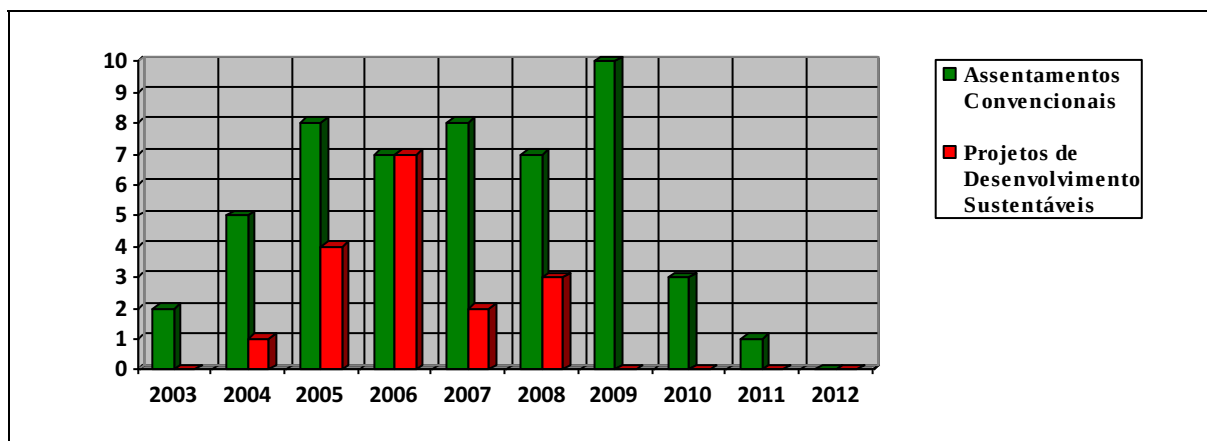


Gráfico 3 – PA's e PDS's Criados pelo INCRA no Estado de São Paulo (2003-2012)

Fonte: MDA; INCRA, 2012.

Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

Quanto ao número de famílias assentadas nos PA's e PDS's do estado de São Paulo, no período de 2003 a 2012, os dados apresentados no gráfico a seguir evidenciam que do total de 5.203 assentadas pela Superintendência Estadual do INCRA/SP, as famílias assentadas nos projetos ambientalmente diferenciados representam 22,5 % (1.170 famílias), contra 77,5% (4.033 famílias) de famílias assentadas em projetos considerados convencionais.

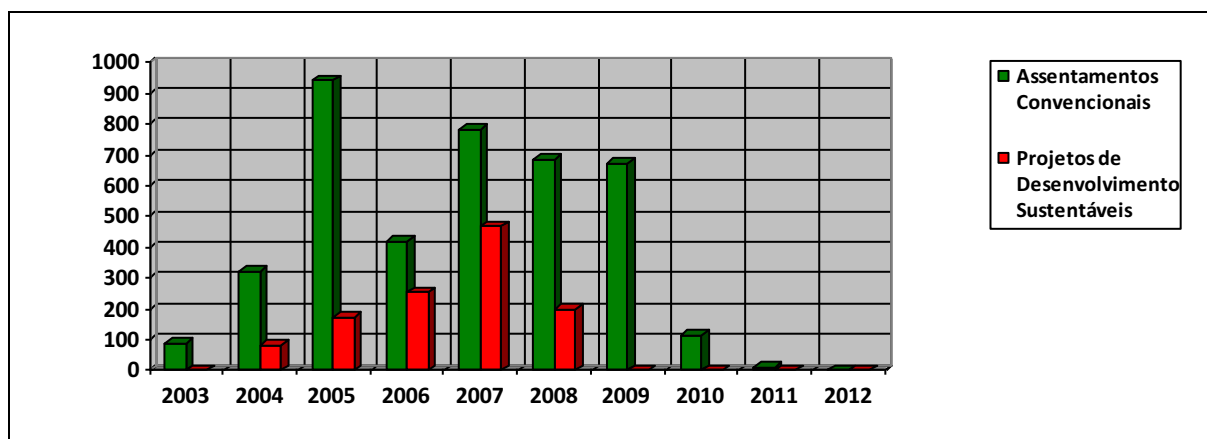


Gráfico 4 – Número de Famílias Assentadas nos PA's e PDS's do Estado de São Paulo (2003-2012)

Fonte: MDA; INCRA, 2012.

Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

Com relação à quantidade de hectares arrecadados para o programa de reforma agrária com a implementação da modalidade PDS, no estado de São Paulo, entre 2003 e 2012, os dados apresentados no gráfico a seguir demonstram que os projetos ambientalmente diferenciados representam 20,4% (16.782,95 ha) do total de 82.457,66 hectares incorporados no período, enquanto os projetos de assentamento criados em moldes convencionais totalizam 79% (65.674,71 ha) das terras arrecadadas pela Superintendência Estadual do INCRA/SP.

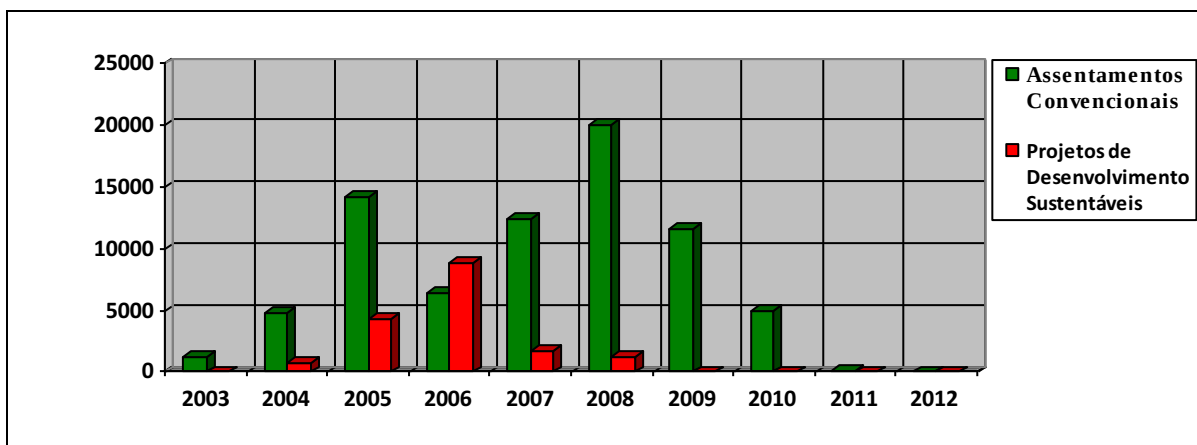


Gráfico 5 – Áreas Arrecadadas com a Criação dos PA's e PDS's no Estado de São Paulo (2003-2012)

Fonte: MDA; INCRA, 2012.

Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

Os dados relativos à quantidade de assentamentos criados pelo INCRA/SP na modalidade PDS e PA, assim como o número de famílias assentadas e a quantidade de hectares arrecadados para a reforma agrária no estado de São Paulo, entre 2003 e 2012, encontram sistematizados na tabela a seguir (Tabela 06).

Tabela 06 - Síntese dos Dados dos PA's e PDS's Criados pelo INCRA no Estado de São Paulo

	Assentamentos	(%)	Famílias Assentadas	(%)	Área (ha)	(%)
PDS	17	25	1.170	22,5	16.782,95	20,4
PA	51	75	4.033	77,5	65.674,71	79,6
Total:	68	-	5.203	-	82.457,66	-

Fonte: MDA; INCRA, 2012.

Org.: Dorival Borelli Filho

O declínio no ritmo de criação de novos projetos de assentamentos rurais, tanto convencionais, como ambientalmente diferenciados, no estado de São Paulo, durante a gestão dos Governos Populares ou Pós-Liberais (Lula e Dilma) ⁶⁶, que conheceu uma escala

⁶⁶ Os Governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff são compreendidos neste estudo como um bloco homogêneo e de superação das políticas neoliberais, momento que se desenvolveu no país um complexo processo de articulação política que tornou viável a prioridade do social e a promoção de políticas igualitárias, a soberania externa e a recuperação do papel ativo do Estado na construção dos direitos cidadãos.

Durante o período em estudo (2003 a 2012), a Superintendência Estadual do INCRA/SP foi ocupada por Raimundo Pires da Silva, José Giacomo Baccarin, Alberto Paulo Vasques e Wellington Diniz Monteiro.

crescente entre 2003 a 2009, pode ser parcialmente esclarecido pelos constantes cortes e oscilações no orçamento da Superintendência Estadual do INCRA/SP, especialmente, a partir de 2008, ano em que a crise internacional, forçou o governo federal a realizar ajustes e cortes no Orçamento Geral da União (Tabela 07 e Gráfico 6), somada a justificativa de que a autarquia federal estaria também realizando nesta espacialidades uma pretensa “Reforma Agrária de Qualidade”, ou seja, muito mais direcionada a recuperação de antigos assentamentos do que voltada a criação de novos projetos de assentamentos rurais.

Tabela 07 - Orçamento MDA, INCRA, INCRA/SP (2004-2012)

Ano	MDA (R\$)	INCRA (R\$)	INCRA/SP (R\$)	Assentamentos
2004	1.227.966.057,21	1.100.291.508,13	31.734.232,31	06
2005	1.476.963.611,34	1.300.087.825,41	40.970.122,50	12
2006	1.951.037.618,96	1.736.620.672,45	46.836.737,66	14
2007	2.509.273.003,25	2.132.358.837,73	83.598.533,46	10
2008	2.196.795.997,62	1.979.244.632,17	46.559.906,59	10
2009	2.597.968.404,19	1.412.633.167,60	59.832.348,80	10
2010	2.171.940.225,24	858.496.779,95	32.585.282,19	3
2011	2.417.476.774,38	825.281.097,56	38.353.863,62	1
2012	2.729.930.195,97	688.614.416,29	64.547.033,66	0

Fonte: CGU, 2013.

Org.: Dorival Borelli Filho (2013).

Obs.: Os dados para o ano de 2003 não estão disponíveis

Os dados apresentados no gráfico a seguir revelam um crescimento no orçamento da Superintendência Estadual do INCRA/SP entre 2004 a 2007, o que corresponde a um incremento na criação de novos projetos de assentamentos rurais, no estado de São Paulo, durante o período (42) e um repentino decréscimo, em 2008, retornando a patamares de 2006, mas, mesmo com esse corte em seu orçamento, a autarquia consegue manter o ritmo de criação de assentamentos, verificando-se 10 novos projetos aportados neste ano. O intrigante dos dados revela-se quanto ao ano de 2012, que registra um orçamento de R\$ 64.547.033,66, somente inferior ao de 2007 (R\$ 83.598.533,46), quando foram criados 10 novos projetos, porém esse montante de recursos não foi aplicado na criação de novos projetos, pois, em 2012, não se verifica a criação de nenhum projeto de assentamento neste estado.

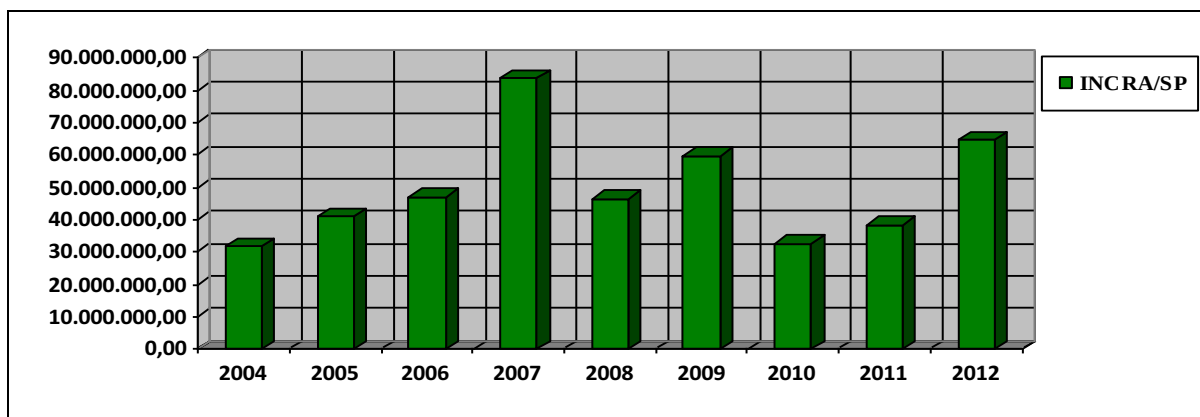


Gráfico 6 - Orçamento da Superintendência Regional de São Paulo (2004-2012)

Fonte: CGU, 2013.

Org.: Dorival Borelli Filho (2013).

Obs.: Os dados para o ano de 2003 não estão disponíveis

Além dos constantes cortes e oscilações no orçamento da Superintendência Estadual do INCRA/SP, o observado refluxo da reforma agrária no estado de São Paulo, especialmente, a partir de 2010, pode ser esclarecido pela redução do número de ocupações de terras lideradas pelos movimentos sociais camponeses (Gráfico 7), notadamente, do MST, que diversifica e redireciona suas linhas políticas com a realização do V Congresso Nacional, em 2007, em uma luta mais ampla contra o capital, compreendendo alguns pesquisadores como um abandono da questão agrária por parte do movimento camponês.

Neste sentido, em que pese dar fundamento a uma mudança tática nas relações do MST com o Governo e com o agronegócio. Nossa compreensão é de que a lógica de aproximação com os Governos do Partido dos Trabalhadores não implicou em uma redução das formas de luta, mas que a radicalidade de enfrentamento tenha sido pautada pela negociação e a disputa interna por projetos políticos de desenvolvimento rural. Um elemento a considerar nesta compreensão é que a correlação entre o número de ações organizativas do Movimento Social e os resultados concretos de implantação de assentamentos rurais apresentou maior correlação positiva no Governo de FHC (SOUZA, 2013a).

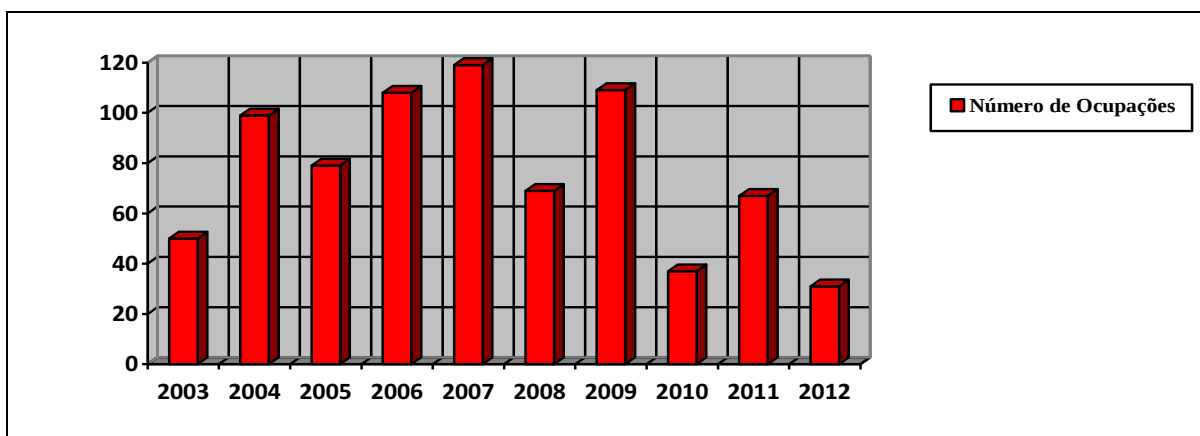


Gráfico 7 – Ocupações de Terras no Estado de São Paulo (2003-2012)

Fonte: Adaptado de NERA, 2012; CPT, 2012.

Ao término desta subseção do trabalho cabe reafirmar que após um período de alinhamento entre os movimentos sociais camponeses e, em especial, entre o MST e a Superintendência Estadual do INCRA/SP, no sentido do atendimento de uma demanda específica do movimento sem-terra, a criação de um modelo ambientalmente diferenciado de assentamento rural e de um significativo avanço na criação de novos projetos de assentamento entre 2004 e 2009, a reforma agrária no estado de São Paulo vem se caracterizando como uma política pública paralisada, especialmente, a partir de 2010, quando se registra a partir desse momento somente a criação de quatro projetos de assentamento.

O discurso então empreendido pela superintendência da autarquia de que a reforma agrária é uma questão superada frente aos recentes avanços do país na área econômica e na constituição de uma agenda social (programas de distribuição de renda, crescimento do produto interno, saldo positivo na balança comercial, geração de empregos, aumento real do salário mínimo) e que, no estado de São Paulo, não haveria mais áreas disponíveis para a reforma agrária, nem um pouco coaduna com a complexa realidade agrária paulista, caracterizada por cerca de 2.000 famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampados.

3. ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO SUCROALCOOLEIRO E DO MST NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

O presente capítulo objetiva analisar o processo de espacialização e territorialização do MST na Região de Ribeirão Preto/SP, entre os anos de 1998 a 2012, instituindo territórios de autonomia e alteridade, os PDS's Sepé Tiarajú e Mário Lago, analisados em seus processos de formação, infraestrutura básica, organização social e da produção, em um contraponto ao engendrado processo de homogeneização paisagística e monopolização territorial pelo agronegócio sucroalcooleiro nesta espacialidade (caracterizado pela degradação ambiental e condições de trabalho análogas à escravidão), tendo como principal referência as ações de ocupações de latifúndios com elevado passivo ambiental pertencentes ao setor sucroenergético, além de áreas públicas, ocupações engendradas pelo movimento social como principal modalidade de luta pelo acesso e democratização da terra no país. Neste sentido, foram registradas as ações de ocupações de terras lideradas pelo movimento social camponês nesta espacialidade, bem como, o número de famílias em processo de ocupação, dados esses relacionados com a criação de novos projetos de assentamentos rurais, áreas arrecadadas e o número de famílias assentadas pelo INCRA e ITESP nesta região, a fim de medirmos a intensidade da luta da terra nesta espacialidade.

3.1. O Agronegócio Sucroalcooleiro na Região de Ribeirão Preto

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho.

(José de Souza Martins)

A Macrorregião de Ribeirão Preto é constituída por 66 municípios subdivididos em sete microrregiões (Barretos, Batatais, Franca, Ituverava, Jaboticabal, Ribeirão Preto e São Joaquim da Barra) (Figura 01), comportando uma área total de 27.532,230 km², onde reside uma população estimada em torno de 2.387.542 habitantes (Censo de 2010). Com relação aos seus indicadores econômicos, esta localidade possui um Produto Interno Bruto (PIB) que gira em torno de R\$ 39.756.796.000,00 e um PIB *per capita* que se situa na casa de R\$ 16.688,70. Quanto à cidade de Ribeirão Preto, considerada o município sede dessa região, esta possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ⁶⁷ de 0,855, considerado alto, ocupando a 6ª

⁶⁷ O IDH mensura o nível de desenvolvimento humano dos países, regiões e municípios utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*). O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total), salientando que quando o IDH está entre zero e 0.499, é considerado baixo; entre 0.500 e 0.799, médio e quando está entre 0.800 e um, é considerado alto.

laranja), do fechamento de usinas e da presença organizada de movimentos sociais camponeses, elementos esses que, conjuntamente, vêm contribuindo para uma maior incidência de famílias acampadas e ocupações de áreas públicas e latifúndios improdutivos, com elevado passivo ambiental, pertencentes ao agronegócio sucroalcooleiro.

Destacando-se como uma das localidades mais ricas do país, a região vem configurando-se, como um centro de concentração extrema de riqueza, oriunda, sobretudo, do processo de territorialização e monopólio do capital agroindustrial, mediante o estabelecimento das monoculturas da cana-de-açúcar e da laranja, processo de concentração de riqueza esse que fez surgir, no entorno, do município de Ribeirão Preto localidades caracterizadas como “cidades dormitório”⁶⁹, a exemplo dos municípios de Pontal, Dumont, Pradópolis, Barrinha, entre outros aglomerados urbanos.

Além da produção agropecuária, o município pode também ser caracterizado como um centro de atração de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços⁷⁰, cuja área de influência ultrapassa os limites da própria cidade, estendendo-se para os municípios de Franca, Barretos, São Carlos, São João da Boa Vista, entre outros do próprio estado e de outros estados, prolongando-se por uma área de 30 mil km², atingindo cerca de 3 milhões de pessoas, em 85 municípios (INCRA, 2005).

O desenvolvimento agrícola desse município iniciou-se no século XIX, momento em que se transforma em um significativo produtor de café, assumindo um papel de destaque entre as exportações brasileiras e tornando-se nacionalmente conhecido como a “Capital do Café”. Apesar da crise de superprodução de 1929 ter abalado às exportações brasileiras, o cultivo deste produto persistiu em suas terras até a década 1960, coexistindo com a policultura e com a intensificação paulatina do setor comercial e de serviços, sendo, paulatinamente, substituído pela monocultura da cana-de-açúcar, que se estrutura, posteriormente, em agroindústria canavieira (TONETTO, 2007).

Percorrendo a Rodovia SP – 333, saindo de São José do Rio Preto em direção a Ribeirão Preto, o condutor do veículo terá a impressão que está adentrando em um gigantesco canavial ou em um verdadeiro ‘mar de cana’, na expressão do ex-ministro da Agricultura do Governo Lula, João Roberto Rodrigues. No princípio dessa atividade, o plantio da cana-de-açúcar e a produção de açúcar eram atividades parceiras, mas desarticuladas, não era regra o latifundiário concentrar a propriedade da usina. Atualmente, a integração agricultura-indústria é praticamente absoluta na região. A partir da década de 1980, a laranja começa a ganhar terreno na região (quando ondas de geadas começaram a desestabilizar essa produção na Flórida) e a região passa a ficar conhecida como o título de “Califórnia Brasileira”.

Em meados da década de 1980, a presença da cana-de-açúcar e da laranja na região começa a atrair (e continua a atrair) uma população migrante de milhares de trabalhadores

⁶⁹ Designação comumente utilizada a fim de se referir a aglomerados urbanos surgidos nos arredores de uma grande cidade, tipicamente para servirem de moradia aos trabalhadores da cidade núcleo da região, sendo ainda definidas como cidades cujas atividades econômicas existentes são insuficientes para empregar e fixar a sua população ativa, o que leva a maioria dos moradores a se deslocarem diariamente para a cidade mais próxima a fim de exercerem a sua profissão.

⁷⁰ Ocupando a 30ª colocação do país com um Produto Interno Bruto (PIB) estimado em torno de R\$ 17.004.019.000, o setor de serviço é responsável 12.139.139, a indústria por 2.838.067 e a agropecuária por 50.087 (IBGE, 2010).

rurais para o corte da cana-de-açúcar e a colheita da laranja, fenômeno esse que fez duplicar a população de Ribeirão Preto nos anos 80, população migrante essa que irá se revoltar na chamada Revolta de Guariba, em maio de 1984, contra a exploração dos usineiros que almejavam elevar o corte da cana-de-açúcar sem nenhum ganho real para esses trabalhadores.

A grande maioria desses trabalhadores é oriunda das regiões mais pobres do país: o Nordeste, especialmente, o Maranhão e Piauí, e o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Algumas estimativas apontam cerca de 50 mil migrantes, em sua maioria jovens, que se deslocam todos os anos a partir do mês de março e permanecem na região em alojamentos construídos pelas usinas ou em pensões nas cidades-dormitório (Barrinha, Guariba, Pradópolis, entre outras), até o fim da safra, no início do mês de dezembro. São os denominados “migrantes temporários”, embora esse tipo de migração possa ser caracterizada como permanentemente temporária, pois existe desde o início dos anos 60 (SILVA, 2008).

Geralmente, esses trabalhadores migrantes temporários são arregimentados por intermediários das usinas, os chamados “gatos” e, em algumas situações, de acordo com denúncias do Ministério Público e da Pastoral do Migrante, são submetidos às condições análogas à escravidão, veiculadas na imprensa local, regional, nacional e mesmo internacional. As condições de trabalho desses trabalhadores migrantes são caracterizadas pela altíssima intensidade de produtividade exigida. Para se ter uma ideia, na década de 1980, a produtividade exigida para esses trabalhadores era de 5 a 8 toneladas de cana-de-açúcar cortada/dia; na década de 90, passa a ser de 8 a 9 e, em 2000, para 10, e, em 2004, para 12 a 15 toneladas cortadas ao dia (SILVA, 2008).

Chegando a Ribeirão Preto pela Rodovia SP – 333, o condutor do veículo se deparará com um totem em uma rotatória da cidade onde está escrito: Ribeirão Preto - Capital Brasileira do Agronegócio. A partir de 2002, o município passa a ser oficialmente reconhecido como o centro de uma região onde o agronegócio encontra sua expressão mais extremada, ao configurar-se, como um dos centros mais significativos de produção de açúcar, álcool e suco de laranja concentrado do país, o que, por sua vez, também vem conduzindo o sucesso das feiras agropecuárias locais (Figura 02)⁷¹.

⁷¹ No município de Ribeirão Preto, a Agrishow (Feira Internacional da Tecnologia Agrícola em Ação) vem movimentando bilhões milhões de reais. Em 2008, a feira registrou um faturamento superior a 800 milhões de reais, frente os R\$ 710 milhões de 2007, superando a meta de negócios prevista pelos organizadores. O Público visitante foi de aproximadamente 140 mil pessoas, dos quais entre 2,5 mil e três mil eram estrangeiros. Em 2007, o volume de negócios foi da ordem de R\$ 710 milhões, com um crescimento de 42% em relação a 2005 (R\$ 500 milhões). O recorde de movimentação financeira havia ocorrido na edição de 2004, com a cifra bilionária de R\$ 1,288, mas, em 2012, os organizadores anunciaram, que nesta edição, o evento faturou cerca de R\$ 2 bilhões, 13% acima do montante alcançado em 2011, quando foram movimentados R\$ 1,75 bilhão.



Figura 02 - Agrishow - Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (2013)

Fonte: <http://canalrural.ruralbr.com.br>

A partir de 1994, toda a riqueza produzida pelo município e pela região passa a ser exposta nas vitrines dos *agrishows*, feiras realizadas com a intenção de revelar o “Brasil Moderno”, com tecnologias altamente avançadas, cuja agricultura é movida tão somente por máquinas. Contudo, existe uma outra realidade situada atrás do palco desse show: um mundo invisível, responsável pela produção da riqueza dessa região, escondido no meio das ruas dos canaviais: a exploração do trabalho de trabalhadores rurais (SILVA, 2008).

A homogeneização da paisagem pelo agronegócio é a homogeneização de uma forma de produção espacial, objetiva se tornar sentido único de projeção humana e submeter todas as práticas sócio-espaciais a uma estética urbano-agro-industrial (Ribeirão Preto - Capital do Agronegócio), contraditoriamente uma pseudo-negação do agrário (SOUZA; PERES, 2012, p. 5).

No âmbito da paisagem estes elementos se articulam a uma espacialidade que supera as áreas essencialmente produtivas promovendo transformações no conjunto de estruturas espaciais (rodovias, redes urbanas e mesmo na mecanização da produção) que objetivam dar um sentido de modernidade e de desenvolvimento. Um processo que atinge a dinâmica de preços de terras ao intensificar as estratégias empresariais de produção do espaço, por meio da expansão territorial produtiva (SOUZA; PERES, 2012, p. 3).

Os dados apresentados no quadro a seguir (Tabela 08) demonstram que a produção e a indústria canavieira é o cenário no qual o município se evidencia, com suas tecnologias e seus impactos sobre a vida do trabalhador rural, sendo que um significativo contingente desse segmento (temporários, sem-terras, trabalhadores rurais proletarizados) coexiste em municípios e nas cidades circunvizinhas, entre usinas de cana-de-açúcar e sofisticados implementos agrícolas. Historicamente, a fertilidade do solo norteia o desenvolvimento local,

projetando homens na esfera política, financiado projetos de poder político, distinguindo classes sociais, condições de vida e relações de trabalho (TONETTO, 2007).

Tabela 08 - Exploração Agropecuária no Município de Ribeirão Preto/SP (2006)

Exploração Agropecuária	Área (ha)	Área Total (%)	Nível de Agrotóxico		
			Alto	Médio	Baixo
Cana-de-açúcar	32.200,0	85,9		x	
Soja	2.000,0	5,3		x	
Pastagem	1.000,0	2,7			x
Milho	900,0	2,4		x	
Amendoim	500,0	1,3		x	
Eucalipto	350,0	0,9			x
Café	102,7	0,3		x	
Cítricas	60,0	0,2	x		
Mandioca	50,0	0,1			x
Frutíferas – não cítricas	40,0	0,1		x	
Hortaliças – folhosas	150,0	0,4	x		
Hortaliças – legumes e frutos	130,0	0,3	x		

Fonte: Zorzenon, 2006.

O modelo de desenvolvimento agrícola implementado na região, especialmente, a partir da década de 1980, com a instituição do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL)⁷², apresenta-se como um exemplo latente das transformações ocorridas no campo brasileiro com processo de “modernização” da agricultura, especialmente, a partir da década de 1960, cujos elementos foram apresentados na segunda seção deste estudo, pois, ao mesmo tempo em que, comporta uma agricultura com elevado valor comercial, sobretudo em razão das atividades desenvolvidas nos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja, por outro lado, também vem produzindo graves problemas de ordem social e ambiental (GONÇALVES; SCOPINHO, 2009).

⁷² A crise instalada no complexo sucroalcooleiro, a capacidade produtiva instalada e ociosa, acrescida aos prejuízos fiscais decorrentes do Primeiro Choque do Petróleo, somado ao argumento de que o álcool (produto nacional) poderia substituir a gasolina importada, que estava ocasionando prejuízos no Balanço de Pagamentos, levaram os empresários do setor, mediante suas entidades representativas, a pressionarem o Governo Federal para que este adotasse políticas de incentivo ao uso energético do álcool, o que veio a se concretizar com a instituição do Programa Nacional do Álcool (PNA), que passou a ser amplamente conhecido como Proálcool, mediante a publicação do Decreto 76.593, de 14 de novembro de 1975. A concretização dos interesses do setor sucroalcooleiro contou não somente com as condições decorrentes da crise energética, mas também com as desfavoráveis projeções que, à época, se faziam sobre o futuro fornecimento de petróleo (BACCARIN, 2005).

Contudo, o início da intervenção ou do planejamento público, sob a tutela de políticas públicas estatais, no agronegócio sucroalcooleiro, remota aos primeiros anos da década de 1930, a fim de conter e/ou regular a superprodução de açúcar ocasionada pela grave crise econômica mundial de 1929/30, que, por sua vez, havia provocado à ruína da agroindústria canavieira. Tal progresso ocorreu de forma paulatina, mediante aproximações sucessivas entre agentes públicos e empresários do subsetor, processo esse que resultou muito mais a partir de reivindicações dos próprios produtores de açúcar do que de uma vocação intervencionista dos governantes que chegaram ao poder no país com o ato revolucionário de 1930, não se constituindo, dessa maneira, como resultado de um ato unilateral praticado pelo Governo Federal (SZMRECSÁNYI, 1978).

Os impactos ambientais decorrentes das atividades agrícolas encontram-se relacionados, principalmente, à monocultura da cana-de-açúcar, em especial, a prática da queima da palha na época da colheita e o descarte da vinhaça. Além desse fato, o uso intensivo do solo e de insumos químicos (agrotóxicos) tem ocasionado compactação, erosão e contaminação dos recursos hídricos, tanto superficiais quanto subterrâneos (GONÇALVES; SCOPINHO, 2009).

A história objetivada dessa região – caracterizada pelas marcas das antigas fazendas de café, das moradias dos colonos e sitiantes, das multicoloridas plantações de milho, algodão, amendoim e feijão, além de pastagens, das estradas vicinais, das reservas de matas, de pequenos córregos – está em vias de desaparecimento, cedendo lugar ao padrão monocromático dos canaviais, exceto nas áreas ocupadas pelos laranjais. Durante os meses de abril a novembro, até mesmo o firmamento aparece enegrecido pelas gigantescas nuvens de fumaça advindas das queimadas da cana, prática predatória ao meio ambiente e à saúde das populações rurais e urbanas que aí vivem (SILVA, 2008, p. 3).

Ainda quanto aos negativos impactos sociais ocasionados por esse modelo de desenvolvimento agrícola implantado na região, podem ser mencionados, a princípio, às péssimas condições de trabalho e moradia a que se encontram submetidos os trabalhadores rurais, os denominados “boias-frias” (GONÇALVES; SCOPINHO, 2009). O ambiente de trabalho vivenciado diariamente pelos cortadores de cana-de-açúcar da agroindústria canavieira, denominados pejorativamente de “boias-frias”, é extremamente inóspito, caracterizado por altas temperaturas, repleto de fuligem da cana queimada e cercado por animais peçonhentos. A cultura da cana-de-açúcar nessa região ainda não conseguiu se desvincular de elementos arcaicos como a monocultura, o latifúndio e a escravidão, sendo comum a exploração da mão-de-obra em condições precárias, com alta carga de trabalho, baixos salários, alimentação ruim e equipamentos inadequados para os trabalhadores (CARVALHO, 2008).

A existência de condições análogas à escravidão dos trabalhadores canavieiros não é uma realidade difícil de encontrar nessa região. O descaso das autoridades estatais e dos usineiros para com esses trabalhadores expressa a barbárie do capital, um verdadeiro retrocesso histórico para a classe trabalhadora. A violação de direitos humanos e sociais em favor da acumulação de lucros se manifesta na omissão de direitos e na negação de conquistas, ao sujeitar à servidão aqueles que não reúnem condições para satisfazer dignamente as suas necessidades na sociedade de mercado (CARVALHO, 2008).

A lógica de exploração do capital agroindustrial nessa região caminha lado a lado com a utilização de insumos mecânicos/químicos e tecnologias altamente avançadas, simultaneamente, com o aumento da exploração e do agravamento das condições de trabalho, caracterizadas por baixos salários, perda dos direitos trabalhistas, casos de escravidão por dívidas, registros de mortes, ocasionadas pelas altas exigências de produtividade e uso de entorpecentes estimulantes durante o horário de trabalho. A permanência da mão-de-obra migrante, falsamente denominada temporária, constitui o alicerce do modelo lucrativo do agronegócio das usinas canavieiras paulistas (SILVA, 2005).

Ainda sobre os registros de mortes nas lavouras canavieiras ocasionadas, sobretudo, pelas altas exigências de produtividade, convém esclarecer que a exaustão física está entre as principais causas de morte desses trabalhadores rurais, em inúmeros casos mascaradas pelas autopsias locais. Quando o cortador de cana migrante não consegue retornar a sua terra natal após adquirir alguns poucos bens de consumo, falece de tanto trabalhar nas lavouras paulista, não suportando o ritmo extenuante trabalho análogo à escravidão, fato esse, extremamente, comum, pois entre 2006 e 2007 foram constatadas dezenove mortes por excesso de trabalho, algo em torno de dez mortes ao ano ou seis durante o período da safra.

Quanto ao corte da cana, trata-se de uma atividade extremamente pesada e dilapidadora, uma vez que, para lograr um bom desempenho, a cana precisa ser cortada ao rés-do-chão, exigindo a total curvatura do corpo. Depois que o trabalhador abraça as canas, são necessários vários golpes de facão, seguidos dos cortes dos ponteiros que contêm pouca sacarose e que, por isso, não são levados para a moagem. Em seguida, as canas são lançadas em montes – leiras – e, novamente, o ciclo é recommçado. Além disso, quando as canas ainda estão com folhas, estas são retiradas pela perna esquerda do trabalhador, impondo-lhe mais um movimento. Recente pesquisa revela que em 10 minutos o trabalhador derruba 400 quilos de cana, desfere 131 golpes de podão e faz 138 inflexões, num ciclo de 5,6 segundos para cada ação. O trabalho é feito em temperaturas acima de 27 graus centígrados com muita fuligem no ar, e, ao final do dia, a pessoa terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferido 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e, em momentos de pico os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto. Este fato caracteriza o trabalho como extremamente árduo e estafante, pois exige um dispêndio de força e energia que, muitas vezes, os trabalhadores não possuem, tendo em vista o fato de serem extremamente pobres, senão doentes e subnutridos.

Isto significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia, mas transporta, em seus braços, 6 toneladas de cana, com um peso equivalente a 15 kg, a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros. Além de todo este dispêndio de energia, andando, golpeando, contorcendo-se, flexionando-se e carregando peso, o trabalhador sob o sol utiliza uma vestimenta composta de botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, também de brim, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço e chapéu, ou boné. Este dispêndio de energia sob o sol, com esta vestimenta, leva a que os trabalhadores suem abundantemente e percam muita água. Junto com o suor, perdem sais minerais, e a perda de água e sais minerais leva à desidratação e à freqüente ocorrência de câimbras.

A este cenário podemos acrescentar: o calor excessivo, pois a jornada de trabalho inicia-se às 7 horas e termina por volta das 17 horas; a fuligem, que é aspirada no momento do corte; a má alimentação; a violência simbólica existente no ambiente laboral, no sentido de considerar frouxo, fraco, aquele que não consegue atingir a produtividade (média) exigida, além da ameaça de perder o emprego, caso isso ocorra (SILVA, 2008, pp. 6-7).

Além de possuir graves problemas de ordem ambiental e social, especialmente, trabalhistas, tornando passíveis de desapropriação inúmeras propriedades rurais nessa localidade, a região também vem comportando um elevado índice de concentração fundiária,

com cerca de 7% de proprietários detendo a posse de, aproximadamente, 70% de suas terras, configurando-se dessa maneira como uma região extremamente tensa, um verdadeiro “barril de pólvora” preste a eclodir no interior do estado de São Paulo (GRAZIANO, 2004) ⁷³.

A partir de 2003/04, em razão da elevação dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional ⁷⁴, especialmente, da saca de açúcar e também de um expressivo aumento da demanda por biocombustíveis com a criação dos automóveis *flex-fuel* ou multicomcombustíveis, que, em 2012, atingiu 3.162.822 de unidades vendidas (Tabela 09), especialmente, em razão da elevação da demanda pelo álcool combustível, considerado um combustível mais limpo em termos ambientais, em substituição aos combustíveis derivados do petróleo, o agronegócio sucroalcooleiro passar a conhecer novamente um momento de expansão no interior do estado de São Paulo, após um período de crise e de desregulação e/ou desamparo de políticas públicas estatais direcionadas para o setor, durante a década de 1990, com a extinção do Proálcool em 1991.

O desenvolvimento dos veículos *flex-fuel*, criados em 2003, deu um novo impulso ao setor sucroalcooleiro, consolidando o álcool como combustível automotor, pois esse artifício vem inibindo o receio do mercado consumidor frente a uma possível crise de desabastecimento. A garantia de que, em uma provável escassez de álcool, a gasolina será um substituto adequado, tem resultado em uma transformação no setor energético, com impulso na produção, sustentado pelo consumo interno (RAMOS, 2008).

Tabela 09 – Vendas Anuais de Automóveis Movidos a Gasolina, Etanol e Flex-Fluel (2003-2012)

Ano	Gasolina	Etanol	Flex-Fluel	Total
2003	1.152.463	36.380	48.178	1.237.021
2004	1.077.945	50.950	328.379	1.457.274
2005	697.004	32.357	812.104	1.541.465
2006	316.561	1.863	1.430.334	1.748.758
2007	245.660	107	2.003.090	2.248.857
2008	217.021	84	2.329.247	2.546.352
2009	221.709	70	2.652.298	2.874.077
2010	280.704	50	2.876.173	3.156.927
2011	376.998	51	2.848.071	3.225.120
2012	274.030	52	3.162.822	3.436.904

Fonte: ÚNICA, 2013.

⁷³ De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nas áreas produtoras de cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo, dos 5 milhões de hectares plantados, somente 20% é pertencente a pequenos e médios produtores rurais. As áreas de cana-de-açúcar plantadas na Região de Ribeirão Preto são de propriedade de somente 8 famílias. A corrida pela compra e/ou arrendamento de terras para a cana-de-açúcar, em São Paulo, também tem sido intensa suficiente ao ponto de produzir conflitos entre usineiros e empresas produtoras de suco de laranja (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008).

⁷⁴ O esforço de relançamento do agronegócio brasileiro a partir da segunda década de 90 (II Governo FHC), forçado pelas circunstâncias cambiais de 1999, encontrará um comércio mundial muito receptivo na década 2000 para meia dúzia de *commodities* em rápida expansão nos ramos de ‘*feedgrains*’ (soja e milho), açúcar-álcool, carnes (bovina e de aves) e celulose de madeira, que juntamente com os produtos minerais crescerão fortemente e passarão a dominar a pauta das exportações brasileiras no período 2000-2010 (DELGADO, 2011).

Em razão das condições favoráveis do preço do açúcar no mercado internacional e de uma maior demanda interna pelo álcool combustível, a área de cana-de-açúcar disponível para colheita no estado de São Paulo salta de 3.002.676 hectares, em 2003, para 5.400.823 hectares, em 2011 (Tabela 10 e Figura 3).

Tabela 10 - Área de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (2003-2011) (ha)

Ano	Soca (a)	Reformada (b)	Expansão (c)	Total (a+b+c)	Em reforma	Total cultivado
2003	2571334	0	0	2571334	431342	3002676
2004	2360012	417538	112310	2889860	275527	3165387
2005	2594585	246426	205958	3046969	317735	3364704
2006	2754259	294609	305603	3354471	306684	3661155
2007	3040725	284390	636814	3961929	287993	4249922
2008	3506411	276992	661874	4445277	428663	4873940
2009	4190036	385941	321801	4897778	344710	5242488
2010	4569154	289860	137445	4996459	306883	5303342
2011	4453362	259265	156437	4869064	531759	5400823

Fonte: Adaptado de INPE, 2012.

Os mapas apresentados a seguir (Figura 03) ilustram a expansão da lavoura de cana-de-açúcar no estado de São Paulo no curto período de cinco anos. A análise dos mapas nos permite inferir que se no período de 2003/2004 existia uma grande concentração da lavoura na porção Norte do estado, notadamente, no eixo Campinas-Ribeirão Preto, já para o período 2008/2009 este “mar de cana” expande-se para Oeste e Sudoeste do estado, especialmente, para municípios nos quais predominava a criação de gado (BOMBARDI, 2012).

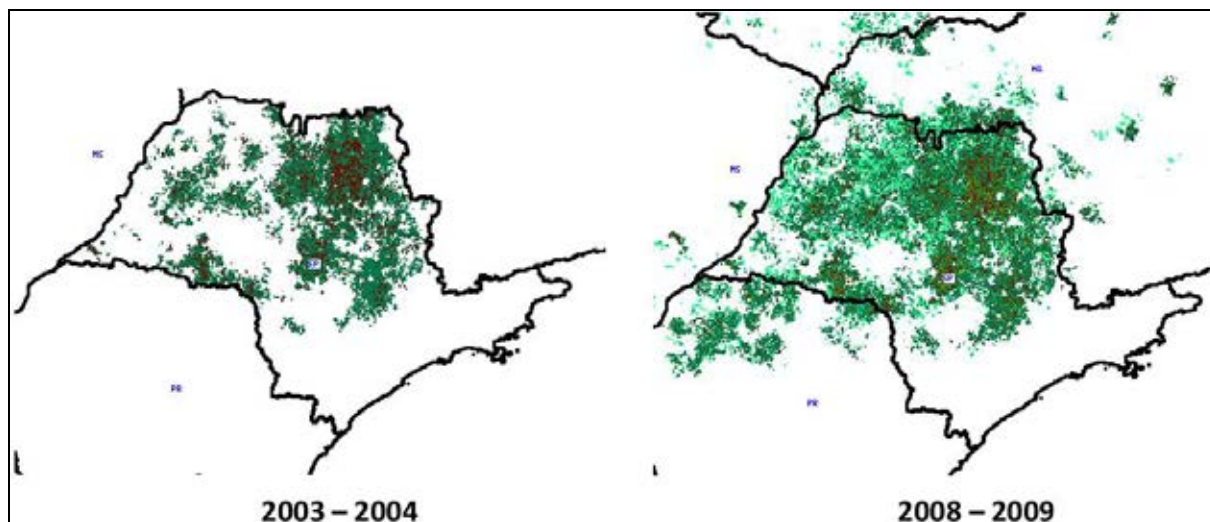


Figura 03 – Expansão da Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (2003-2009)

Fonte: Bombardi, 2012.

No mapa apresentado a seguir (Figura 04), observa-se a utilização de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas, fungicidas e acaricidas, entre outros) por município no estado de São Paulo a partir de dados coletados pelo Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), particularmente, a porcentagem de estabelecimentos que utilizam o insumo em cada município nas seguintes classes de área: de 0 a 12%, de 12 a 24%, de 24 a 36%, de 36 a 49% e de 64 a 90% (BOMBARDI, 2012).

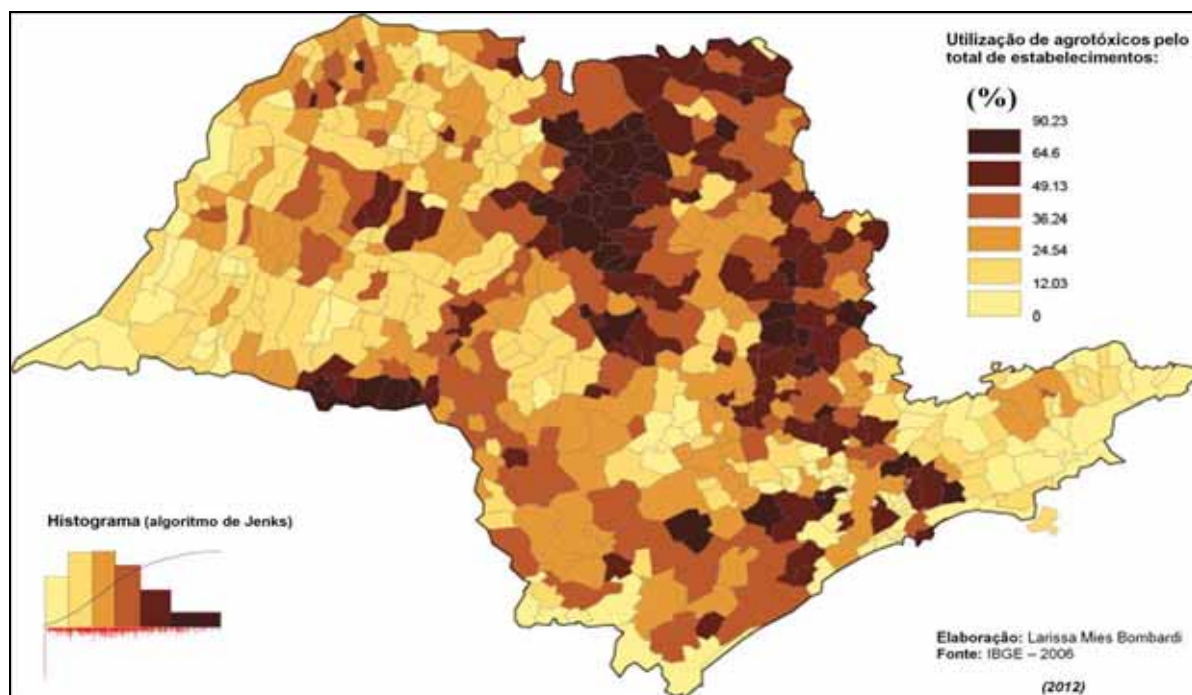


Figura 04 – Utilização de Agrotóxicos por Município no Estado de São Paulo (2006)

Fonte: Bombardi, 2012.

A análise comparativa entre os mapas demonstra a sobreposição das áreas em que predomina a lavoura da cana-de-açúcar com as que utilizam agrotóxicos no estado de São Paulo, tornando nítida a relação entre o setor sucroalcooleiro e o uso intensivo de agrotóxicos (BOMBARDI, 2012).

No entanto, esse mesmo ritmo de expansão fundiária da agroindústria canavieira não conseguiu seguir na mesma intensidade na região agrícola de Ribeirão Preto, que, em 2003, possuía 30.576 hectares cobertos por cana-de-açúcar e, em 2011, 32.080 hectares disponíveis para a colheita (Tabela 11), crescendo tão somente 1.504 hectares em um período de nove anos. Os dados evidenciam uma provável escassez de terras para a expansão do setor sucroalcooleiro nessa região.

Tabela 11 - Área de Cana-de-açúcar na Região de Ribeirão Preto/SP (2003-2011) (ha)

Ano	Soca (a)	Reformada (b)	Expansão (c)	Total (a+b+c)	Em reforma	Total cultivado
2003	25310	0	0	25310	5266	30576
2004	21380	5128	5	26513	3987	30500
2005	23910	3729	576	28215	2883	31098
2006	24240	2799	563	27602	4399	32001
2007	23792	4128	417	28337	2929	31266
2008	25598	2913	952	29463	2809	32272
2009	26314	2778	122	29214	3272	32486
2010	26836	3006	0	29842	2385	32227
2011	25970	2180	110	28260	3820	32080

Fonte: Adaptado de INPE, 2012.

A Região Agrícola de Região de Ribeirão (RA/SP) encontra-se localizada dentro da área de expansão central da cana-de-açúcar no país, considerada como a principal região produtora. Nesta localidade, o processo de expansão da produção canavieira vem ocorrendo

de maneira concentrada, por razões de logística. Ainda a respeito dos prejuízos ambientais ocasionados pela expansão da atividade canavieira nessa região, além dos danos ambientais anteriormente elencados (queima da palha da cana na colheita, uso intensivo do solo e de insumos químicos que tem ocasionado compactação, erosão e contaminação dos recursos hídricos) convém considerar que as áreas de preservação ambiental (Reserva Legal) em terras agrícolas nessa região correspondem a 10%, ou seja, encontram-se abaixo do mínimo definido em lei para o bioma, os 20% estabelecidos pelo Código Florestal de 1964 (Lei nº. 4771/64), (SPAROVEK *et al*, 2009), que, apesar das recentes tentativas de reformulação engendradas pela banca ruralista no Congresso Nacional, manteve essa determinação para o Estado de São Paulo ⁷⁵.

Além dos prejuízos ambientais ocasionados pela agroindústria canavieira, a destinação de matérias-primas agrícolas para a produção de biocombustíveis também vem sendo questionada sobre os prováveis impactos negativos sobre a segurança alimentar, pois a expansão desta atividade pode resultar em uma redução de áreas agrícolas destinadas a culturas alimentares, com consequente redução de suas produções e elevação de seus preços, agravando a situação social das famílias mais pobres, que destinam grande parcela de suas rendas à compra de alimentos (FAO, 2010).

Ainda a respeito deste momento específico de crescimento da agroindústria canavieira no estado de São Paulo, convém considerar que a mecanização da colheita da cana-de-açúcar também tem se elevado nessa região, fato esse que não necessariamente significa um avanço em termos ambientais, podendo ainda vir a ocasionar um índice maior de desemprego nessa região. Durante a safra 2009/10, mais da metade da colheita da cana foi realizada sem queima da palha, atingindo aproximadamente 56%, contra 44% em que se utilizou do recurso. Na safra de 2006/2007, a colheita sem queima chegou aos 34%. No caso específico da região agrícola de Ribeirão Preto, localidade onde o setor sucroalcooleiro parece ter conhecido o seu limite de expansão e concentração fundiária, em 2006, a área de cana-de-açúcar colhida crua foi de 38.7% (150.926 ha), contra 61.3% (239.373) colhida com queima, porém, em 2011, esses números praticamente se invertem com a área de colhida crua atingindo 63.1% (263.653 ha) contra 36.9% (154.344 ha) colhida com queima da palha da cana-de-açúcar (Tabela 12) (INPE, 2012).

Tabela 12 - Área de Cana Colhida Crua e com Queimada em Ribeirão Preto/SP (2006-2011) (ha)

Ano	Crua (ha)	Crua (%)	Queima (ha)	Queima (%)	Total (ha)
2006	150.926	38.7	239.373	61.3	390.299
2007	179.902	46.0	211.448	54.0	391.350
2008	201.959	48.9	211.299	51.1	413.258
2009	223.218	56.6	171.267	43.4	394.485
2010	249.180	57.6	183.094	42.4	432.274
2011	263.653	63.1	154.344	36.9	417.997

Fonte: Adaptado de INPE, 2012.

⁷⁵ De acordo com o Inventário Florestal do Estado de São Paulo, realizado pelo Instituto Florestal, em 2002, na Região Ribeirão Preto, a cobertura vegetal nativa é da ordem de 13,7% (ALY JÚNIOR, 2011).

A Região de Ribeirão Preto, em razão dessa alta demanda por terras para a produção sucroalcooleira, possui aproximadamente 98% de suas terras cobertas por plantações de cana-de-açúcar, com 40 usinas que produzem 30% do álcool e do açúcar produzidos no país, com uma produção anual de 80 milhões de toneladas (SILVA, 2005). A comercialização desse açúcar é essencialmente voltada para atender uma demanda do mercado internacional, tendo como principais destinos a América do Norte e a Europa. Por outro lado, a maior parte do álcool combustível (etanol) produzido é comercializada no mercado interno brasileiro. Em razão dos preços atrativos do açúcar no mercado internacional, os empresários do setor sucroalcooleiro têm constantemente alterado o *mix* da cadeia produtiva, direcionando a maior parte da colheita da cana para a produção de açúcar, o que, por sua vez, tem ocasionado alta nos preços do álcool e crises de abastecimento, ao ponto do país ter necessitado importar o combustível em 2011⁷⁶.

Apesar de quase possuir a totalidade de suas terras cobertas por plantações de cana-de-açúcar, processo que tem homogeneizado a sua paisagem rural, transformando a região em um verdadeiro “mar de cana”, a demanda por terras nessa localidade continua em alta, realizando constantemente o agronegócio sucroalcooleiro inserções na espacialidade de pequenas propriedades agrícolas e em projetos de assentamentos rurais, mediante a cooptação e/ou o aliciamento de pequenos produtores rurais endividados, especialmente, de citricultores⁷⁷, e/ou de famílias assentadas beneficiárias do programa de reforma agrária, a fim de que vendam, arrendem seus lotes familiares ou passem a produzir cana-de-açúcar em um sistema de parceria com o setor sucroalcooleiro e, neste sentido, podemos compreender que:

(...) o avanço do capital monopolista e de seus efeitos sobre as relações sociais produtivas marcadas pela subsunção do trabalho e da natureza ao transformar a matriz de produção regional e impor modelos hegemônicos de produção e de relações sociais produtivas. Trata-se de uma lógica que promove a demanda por terras determinando alteração no valor de troca e a concentração fundiária. Insere a terra no âmbito das relações comerciais na trajetória de *commoditização* da agricultura, alterando as condições dos termos de troca, deteriorando-os, e reforça o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, consolidando, portanto seu papel como produtor de *commodities*, tal como se propôs no Consenso de Washington (SOUZA; PERES, 2012, p. 3).

No entanto, a lógica de expansão do capital agroindustrial, que no campo encontra a sua expressão mais extrema no agronegócio, não tem somente impactado a vida de pequenos

⁷⁶ Apesar do etanol não ter atingido um patamar de padronização e plena inserção no mercado internacional, o açúcar ainda se mantém como a expressiva “*commoditie*” do setor sucroenergético. Nos últimos anos o volume mundial de comercialização do etanol vem aumentando de forma significativa *vis a vis* a expansão de plantas de processamento em países da América do Sul e África. Um processo que evidencia a expansão econômica do setor, alicerçado ainda pelas estratégias de diversificação produtiva concêntrica, a partir da produção de energia de bagaço e palha e de subprodutos para setores químicos e plásticos (SOUZA, 2011).

⁷⁷ A pior crise vivenciada pela citricultura paulista, em 2012, deverá abrir espaço para uma maior espacialização da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, com os citricultores migrando para atividades agrícolas mais rentáveis, que, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), conheceu uma redução significativa da área plantada com laranja de 541 mil hectares, na safra de 2012, para 481 mil hectares, em 2013, com a erradicação de 25 milhões de pés de laranja. Na Região Agrícola de Ribeirão Preto, os 2.828.500,00 pés em produção existentes, na safra de 2003, foram reduzidos para 1.417.410,00 na colheita de 2012 (IEA, 2013).

agricultores familiares e famílias camponesas nessa espacialidade, mas também os inúmeros setores da economia local, levando à falência complexos agroindustriais, processo esse que tem se caracterizado como resultado da crescente internacionalização do capital no setor sucroalcooleiro, marcado pelo incremento das grandes transnacionais (a exemplo do Grupo Cosan) frente à ruína das usinas sustentadas por relações familiares (Malzoni, Corona, Zanin), que expressa ainda mais a atuação do capital monopolista no campo brasileiro (BELLACOSA, 2012)⁷⁸.

Ainda neste sentido, convém considerar que as usinas administradas em relações familiares não têm conseguido acompanhar os recentes padrões de produção impostos pela internacionalização do setor sucroalcooleiro, o que tem acarretado a sua incorporação pelo grande capital. Atualmente, o mercado do etanol exige padrões muito elevados de produção que à época do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Os grandes grupos usineiros possuem também elevado padrão tecnológico, dispensando a contratação de um grande contingente de força de trabalho. Ao reduzirem os custos de produção, estes grupos têm se tornado mais competitivos no mercado. Não obstante, conflitos familiares e a transição de gerações em sua administração (despreparo) também são apontados como causas da falência dessas usinas familiares (BELLACOSA, 2012).

Além das dificuldades acarretadas pela sucessão familiar, a crise que abarcou o setor sucroalcooleiro, em 2008, favoreceu ainda mais este processo de falência. A possibilidade de rotação de dívidas por empresas nacionais, a exemplo do que as usinas historicamente realizaram, foi extremamente prejudicada pela escassez em um período de crise internacional, o que, por sua vez, estimulou o processo de fusão e aquisição de usinas nacionais por grupos internacionais (XAVIER, *et. al.*, 2011).

Tal conjuntura, sobretudo, constituída pela intensificação do monopólio das forças produtivas e concentração de capitais acarreta contundentes consequências para o campo, especialmente, para a reforma agrária e populações camponesas, pois o capital tende a apropriar grandes extensões de terras, submetendo o campesinato. No período de ascensão dos agrocombustíveis, o agronegócio vem sendo favorecido em sua disputa territorial contra o campesinato:

(...) a expansão e o refluxo dos territórios são resultado de conjunturas econômicas e com a nova onda da agroenergia, há a tendência de expansão principalmente do território capitalista. Mas além desta tendência, o capital tem o poder de se territorializar mais rápido que o campesinato por causa das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que expropria o campesinato de seus territórios. A territorialização do campesinato ocorre predominantemente por meio da luta popular e de políticas (FERNANDES, 2008b, p. 18)

⁷⁸ Atualmente, as aquisições de terras, regulamentadas pela Lei nº. 5.709/71, restringem-se a 50 módulos fiscais para pessoas físicas (250 a 5 mil hectares) e a 100 módulos (500 a 10 mil hectares) para empresas estrangeiras, desde que sancionadas pelo INCRA. A soma de imóveis rurais em posse de estrangeiros também não pode superar a quarta parte da superfície de um município e, uma mesma nacionalidade tem limitado o acesso a terra em 10% da área de um município, o que restringe de certa forma a inserção de novos grupos internacionais no setor sucroalcooleiro, cuja competitividade do mercado determina a aquisição de vastas extensões de terra (BELLACOSA, 2012)

Adentrado ao processo de concentração fundiária verificado na Região de Ribeirão Preto, especialmente, através do aliciamento da agricultura familiar, observa-se que, em razão da incorporação de grandes quantidades de terras para a produção de cana-de-açúcar, entre os anos de 2006 a 2008, o Índice de Gini ⁷⁹ teve um aumento nessa região, mantendo-se nos níveis de forte a muito forte, verificando-se uma elevação principalmente em áreas de 500 a 1.000 hectares (OLIVETTE; CAMARGO, 2009) (Tabela 13).

Tabela 13 - Concentração Fundiária na Região de Ribeirão Preto/SP (2008)

Área em hectares	1995/96	2007/08
(0 a 20)	8,97	9,17
(20 a 50)	32,23	31,95
(50 a 200)	102,56	99,79
(200 a 500)	318,58	318,38
(500 a 1.000)	694,31	702,16
(1.000 a 5.000)	1.882,53	1.844,35
Acima de 5.000	9.101,27	9.038,80
Total	107,10	91,27
Índice de Gini	0,78	0,78

Fonte: Olivette; Camargo, 2009.

Além dos verificados processos de concentração fundiária, homogeneização da paisagem agrícola e territorialização/monopolização engendrado pelo capital agroindustrial sobre o território, devemos considerar também nesse processo que a demanda por terras para a produção sucroalcooleira na Região Agrícola de Ribeirão Preto tem alavancado significativamente o valor da terra nua ou terra de cultura de primeira, que, em um período de dez anos (2003 a 2012), conheceu uma taxa de crescimento nominal de 167% e real de 108,35 ⁸⁰, com preço médio de um hectare agrícola saltando de R\$ 10.973,37, em 2003, para R\$ 29.269,97, em 2012, e podendo atingir a cifra de R\$ 37.190,08, o que pode ser observado no quadro a seguir (Tabela 14). Frente a esse processo de elevação do preço da terra na região, o setor sucroalcooleiro tem orientado sua estratégia de aquisição de terras para a Região Centro-Oeste, especialmente, para o estado de Goiás.

⁷⁹ O Índice de Gini mensura o grau de desigualdade social existente na distribuição de bens sociais, sendo muito utilizado para medir a distribuição da terra e da renda. O resultado do cálculo varia de 0 a 1. Quanto mais se aproxima de 1 maior é a concentração e, consequentemente, menos indivíduos possuem uma quantidade maior de determinado bem social. No Brasil, a desigualdade do acesso a terra é ainda maior do que a desigualdade da distribuição de renda. Segundo o Índice de Gini, a concentração de terras no país é muito elevada, calculada em 0,843. No estado de São Paulo, o Índice de Gini é de 0,763, ocupando a 13ª posição no *ranking* de concentração fundiária nacional. Aproximadamente 84% do território paulista possui condições para atividades agropecuárias, no entanto, estima-se que um quarto da área ocupada com este objetivo seja de grandes propriedades agrícolas improdutivas, terras com potencial para produzir, mas que se encontram ociosas (INCRA, 2005).

⁸⁰ De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a taxa de inflação acumulada entre 2003 a 2012 atinge a cifra de 58,65%.

Tabela 14 – Valor do Hectare na Região Agrícola de Ribeirão Preto/SP (2003-2012)

Ano	Menor Valor (R\$)	Maior Valor (R\$)	Valor Médio (R\$)
2003	4.958,68	18.595,04	10.973,37
2004	4.958,68	24.793,39	16.000,92
2005	8.264,46	24.793,39	16.963,90
2006	8.264,46	24.793,39	16.963,90
2007	9.504,13	28.925,62	19.834,71
2008	9.504,13	41.322,31	24.858,63
2009	2.479,34	33.057,85	23.510,22
2010	16.528,93	33.057,85	26.424,53
2011	16.528,93	37.190,08	27.294,48
2012	16.528,93	37.190,08	29.269,97

Fonte: IEA, 2013.

O processo de territorialização do setor sucroalcooleiro na Região de Ribeirão Preto comporta como direção o preço da terra e o desenrolar conjuntural das leis de mercado, que apontará quais das opções a serem concretizadas, se a compra em maior escala, ou o arrendamento e a parceria, ou ainda a sua combinação. Dessa maneira, os grupos usineiros articulam ambos os procesos: territorialização e monopolização do território segundo a configuração do mercado, de maneira a garantir a reprodução do capital sucroalcooleiro (THOMAZ JÚNIOR, 1988).

A tensa relação entre o capital *versus* trabalho (*usineiros x boias-frias*) deu mostras de que o barril de pólvora foi acesso na Região de Ribeirão Preto na denominada Revolta de Guariba (SP), ocorrida em maio de 1984, com a greve dos boias-frias como uma maneira de retaliação à “proposta” dos usineiros de elevarem a quantidade de ruas no corte da cana-de-açúcar com intenção de “elevar” a produtividade do trabalho, mas sem nenhum ganho real para estes trabalhadores, cristalizando a intensificação e exploração do trabalho. A Revolta de Guariba pode ser entendida como somente a ponta do iceberg de um intenso contexto social caracterizado por rupturas, explorações, expulsões e principalmente, sem qualquer perspectiva de futuro para estes trabalhadores (as) rurais (BARONE, 1996).

A Revolta de Guariba ocasionou um forte impacto nos meios de comunicação, obtendo grande repercussão nacional e internacional e, dessa maneira, possibilitando a inserção na pauta governamental de propostas direcionadas a esses trabalhadores: políticas emergenciais a fim de promover o seu acesso a terra e a viabilização da produção de alimentos a fim de atender às populações carentes das periferias urbanas e às instituições públicas, foram estratégias políticas adotadas a fim de conter emergencialmente o ímpeto dessa categoria de trabalhadores (CAMPOI; FERRANTE, 2006).

A insurreição ocorrida no município de Guariba, em meados da década de 1980, também possibilitou a esses trabalhadores rurais do estado de São Paulo a conquista do acordo coletivo de salário no meio rural brasileiro, a definição do corte manual de cinco ruas de cana-de-açúcar, a obrigatoriedade, pela empresa contratante, do fornecimento de equipamentos de proteção individual, o estabelecimento de um piso salarial mínimo para a categoria, entre outros benefícios.

Atualmente, pode ser verificada na Região de Ribeirão Preto a existência de quatro movimentos/organizações envolvidos no processo de luta pela terra e pela reforma agrária e

que, por sua vez, disputam a liderança política dos trabalhadores rurais sem-terra nessa região: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra); movimentos sociais camponeses considerados independentes e a FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), com sede em Araraquara e que, por sua vez, liderou os primeiros processos de mobilização, ocupações de terras e criação de assentamentos rurais nessa região antes da territorialização dos demais movimentos camponeses em meados da década de 1990.

A FERAESP emergiu no final da década de 1980 (16/04/1989), no município de Jaboticabal, durante o encerramento do seu I Congresso e em oposição a FETAESP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de São Paulo), que cumpria o papel de reunir os sindicatos de trabalhadores rurais do estado de São Paulo. A criação da FERAESP constituiu-se em uma resposta aos equívocos verificados na FETAESP (FERRANTE, 1994).

Neste contexto político, o sindicato nasce como resultado dos conflitos que se sucederam na composição dos Sindicados dos Trabalhadores Rurais (STRs), produzidos pelo antagonismo entre a presença do trabalhador rural assalariado (cortador de cana-de-açúcar) e do patrão (o capitalista na figura do pequeno produtor/proprietário rural) na mesma representação sindical, que culminaram, no final dos anos 80, em um quadro de dissolução parcial do modelo oficial, com o desmembramento das categorias profissionais, restringindo o sindicato, como a própria denominação explícita, à organização e representação dos assalariados rurais e não dos assentados rurais (BELLACOSA, 2012).

A luta pela posse da terra na região passou a integrar o seu discurso oficial a partir da realização do seu II Congresso, em 1990, tomando o sindicato a dianteira (embora não houvesse unanimidade em sua direção) nos processos de ocupação de terra na porção do território canavieiro, onde se concentram as maiores empresas sucroalcooleiras do estado de São Paulo (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Neste sentido, o foco do sindicato passa a ser o questionamento de áreas públicas estaduais que se encontravam, subutilizadas ou de uso inadequado, a exemplo de hortos florestais e estações experimentais. A área de atuação desta agência de mediação encontrava-se especialmente localizada na região norte e nordeste do estado de São Paulo, organizando trabalhadores rurais desempregados e camponeses expropriados com o processo de territorialização do capital agroindustrial (FELICIANO, 2006).

Apenas após quatro meses da Revolta de Guariba, em setembro de 1984, com apoio da FERAESP, foi instituída uma “comissão de identificação de terras”, formada por um grupo de trabalhadores rurais, cuja principal tarefa era identificar na região terras improdutivas, que estaria deixando de cumprir a função social. Dessa maneira, em julho de 1985, um primeiro grupo de trabalhadores rurais (ex-boias-frias), em conjunto com a FERAESP, deu início aos primeiros processos de ocupações nessa região, com a ocupação da Fazenda Monte Alegre (CAMPOI; FERRANTE, 2006).

A atuação da FERAESP não se restringiu a liderar processos de ocupações na Microrregião de Araraquara (região central do estado), na década de 80, que concedeu origem aos assentamentos Monte Alegre, Bela Vista do Chibarro e Bueno de Andrada, direcionando suas atividades para a Microrregião de Jaboticabal. A organização liderou também o processo de ocupação que originou o projeto de assentamento Ibitiúva, a ocupação do Horto Florestal

Guarani, localizado no município de Pradópolis (que deu origem ao PE Guarany, em 27 de dezembro de 2000, que compreende uma área total de 4.190,22 hectares, sob domínio da Fundação Itesp, abrigando 252 famílias assentadas) e do Horto Florestal Córrego Rico, que resultou na criação do PA Córrego Rico (Figura 05)⁸¹.

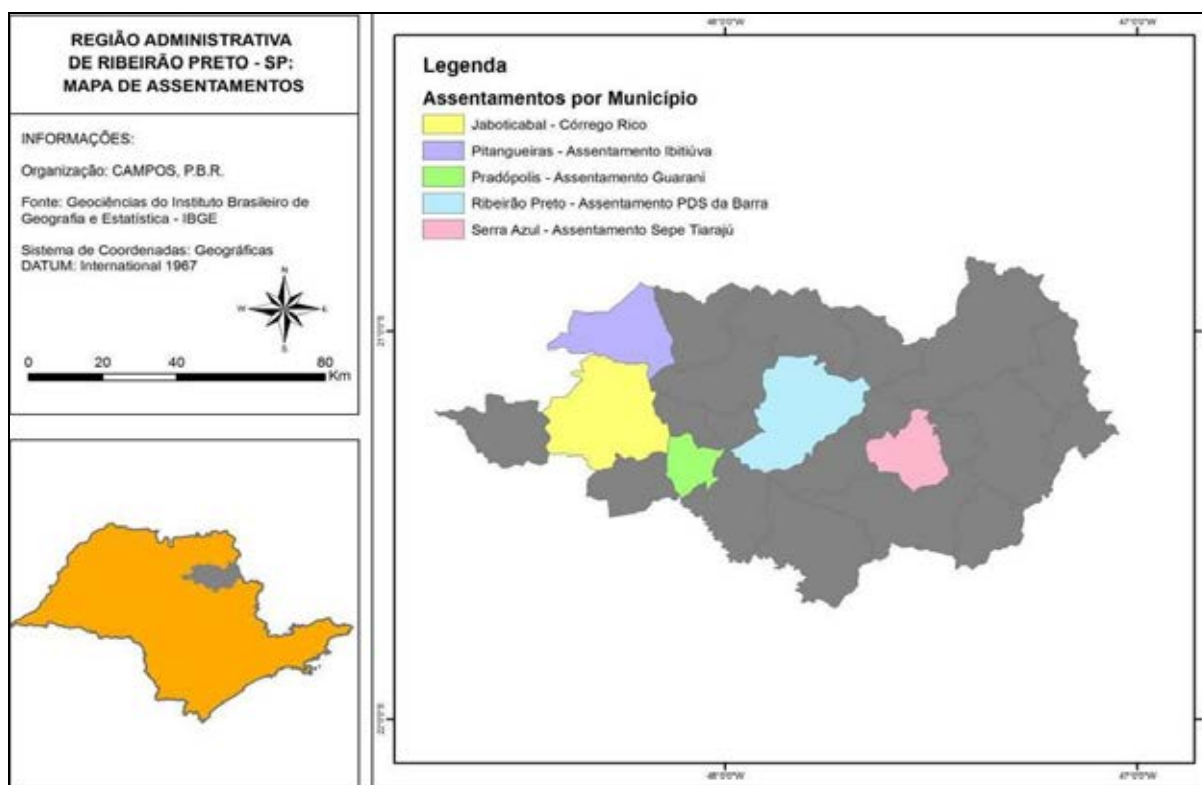


Figura 05 - Municípios com Assentamento na Região Administrativa de Ribeirão Preto
Fonte: Carvalho, 2012.

O projeto de assentamento estadual Córrego Rico, localizado no município de Jaboticabal, e mais, especificamente, no distrito de Córrego Rico, possui 468 hectares de área total e 362 hectares de área agrícola, tendo recebido assistência da Fundação Itesp (BELLENTANI; SOUZA, 2006). Os lotes familiares possuem a dimensão de 7,7 hectares. As áreas destinadas à Reserva Legal e Preservação Permanente (APP) possuem um total de 97,02 hectares (OLIVEIRA, 2006).

O projeto de assentamento originou-se da ocupação do Horto Florestal de Córrego Rico, em 29 de maio de 1998, à época, administrado pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP). Neste momento, cerca de 50 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, liderados pela FERAESP, ocuparam a referida área, reivindicando-a para fins de reforma agrária. A primeira tentativa de ocupação das terras ocorreu, em 1990, momento em que o horto florestal encontrava-se muito bem vigiado, pois a informação sobre o processo de ocupação havia “vazado”. Nesta primeira tentativa, em um ambiente de muita

⁸¹ Os hortos florestais com origem ferroviária vêm sendo utilizados para a implementação da política de reforma agrária no estado de São Paulo desde a década de 1980. O Horto Florestal Córrego Rico foi criado no ano de 1935 pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF) e, posteriormente, convertido para assentamento rural em setembro de 1998 (OLIVEIRA, 2006).

tensão, as famílias permaneceram três dias no local, sob a vigilância de seguranças e policiais militares. As famílias sofreram reintegração de posse, instalando um acampamento provisório em frente à atual entrada do assentamento, local onde permaneceram por cerca de três anos, às margens da rodovia SP 253, Deputado Cunha Bueno. Durante esse período de três anos, o Departamento de Estradas e Rodagens do estado de São Paulo (DER) os ameaçava constantemente de despejo do local (BORELLI FILHO *et al*, 2011).

Nesse intervalo de três anos, as famílias voltaram a ocupar a área, em 1992, sendo novamente despejadas. No entanto, o grupo fortaleceu-se, recebendo famílias oriundas dos municípios de Araraquara, São Carlos e Sumaré, que ocuparam o atual assentamento Horto Guarany, sendo assentadas no local. Ao término do processo de assentamento dessas famílias, formou-se um novo grupo, que após algumas tentativas frustradas de ocupação de outros hortos florestas, em 1998, obteve êxito na terceira tentativa de ocupação do Horto Florestal Córrego Rico. A ação de ocupação contou inclusive com a participação do atual bispo emérito da Diocese de Jaboticabal (BORELLI FILHO *et al*, 2011).

Quanto à trajetória de vida das famílias assentadas nesse projeto, pode-se afirmar que inúmeros grupos familiares são oriundos do município de Guariba (SP), sendo que diversos desses trabalhadores rurais, no ano de 1984, participaram ativamente da intitulada “Revolta de Guariba” ou “Revolta dos Boias-frias”, mobilização trabalhista rural de grande importância social, que, posteriormente, possibilitou a implementação das ações de reforma agrária na Região de Ribeirão Preto, assim como nos revela uma liderança assentada, que ativamente participou da referida revolta (BORELLI FILHO *et al*, 2011):

(...) A maioria das famílias que estão aqui são de Guariba, quando eles vieram para cá, todos eles trabalhavam de boia-fria, naquele impasse de estar perdendo o emprego, por estar procurando uma melhoria, um pouco de terra para trabalhar, a gente formou uma organização legal de grupo de pessoas, encontramos essa terra que era do Estado, naquela vida difícil de perder o emprego lá de boia-fria aí a gente ocupou essa área aqui aí se estendeu todo o processo aqui, nós somos uns dos primeiros (Assentado Rural, 2010).

(...) Eu fiquei sabendo que essa terra era do Estado, porque a gente é da região, sabia que essa terra aqui era da FEPASA, que é um órgão do Estado, com levantamento de documentos, passamos a conhecer essa terra aqui. A Fepasa também já havia extinto, por exemplo, aqui as ferrovias, só tinha as terras do lado, as ferrovias já não existiam mais, então a gente não via tanta necessidade da Fepasa ter essas terras para plantio de eucalipto, para fazerem dormente. As usinas eram que estavam arrendando essas terras aqui, o plantio de eucalipto era muito pouco (...) (Assentado Rural, 2010).

Ao término dos trabalhos de uma comissão de seleção, foram assentadas no local 47 famílias (OLIVEIRA, 2006). Todas as famílias que participaram da terceira tentativa de ocupação da área foram assentadas. No decorrer do processo de negociação, o ITESP intencionava assentar no local 32 famílias, proposta esta que foi rejeitada pelas lideranças do assentamento, pois não contemplava todas as famílias que participaram do processo de ocupação, que não entendiam como sendo correto que quinze famílias não fossem assentadas. Dessa maneira, a área dos lotes familiares foi reduzida a fim de que fossem assentados todos

os 47 grupos familiares. À época, não havia também terras disponíveis para as famílias que não fossem assentadas no Horto de Córrego Rico (BORELLI FILHO *et al*, 2011).

3.2. O MST na Região de Ribeirão Preto

O processo de espacialização e territorialização do MST na Região de Ribeirão Preto (SP) iniciou-se no final da década de 1990, realizando sua primeira mobilização em Araraquara em 1998. Quando os membros do movimento chegaram a Ribeirão Preto foram, prontamente, auxiliados pela Comissão Pastoral da Terra (CPP), através de seu assessor Francisco Vannerom, mais conhecido como Padre Chico, um missionário de origem belga. Como o movimento não possuía um local próprio para seus membros instalarem-se, por intermédio de um amigo, o sacerdote conseguiu uma residência localizada na Avenida Saudade para hospedar as lideranças e os primeiros integrantes do movimento, que se encontravam abrigados no Sindicato dos Correios, transformando-se esta residência na sede do secretariado local do movimento sem-terra (TONETTO, 2007).

Após um breve período de organização, paulatinamente, o movimento começou a se expandir encontrando inclusive apoio em membros do Ministério Público Estadual, na Central Única dos Trabalhadores (CUT), em ONGs que lutam pela preservação do Aquífero Guarani, setores progressistas da Igreja Católica e lideranças petistas da região. Como estratégia de mobilização, as lideranças do movimento, passam a realizar periódicas visitas nas periferias urbanas de Ribeirão Preto (Jardim Progresso, Salgado Filho e Simioni), conseguindo atingir um significativo número de cadastramentos. A esse estágio embrionário de articulação política e consolidação orgânica denominamos de espacialização, ações que projetam estes sujeitos sobre a espacialidade do agronegócio, como projeção social que externaliza intencionalidades e projetos sócio-políticos-territoriais.

Com o processo de espacialização do MST na Região de Ribeirão Preto, a luta pela posse da terra intensifica-se a partir de 1998-99, a territorialização da luta consolida a territorialização dos assentamentos, reestabelecendo novas lógicas nas relações e formas de apropriação da terra na região. Os diversos assentamentos criados na região não se constituem somente como uma espécie de resposta dos organismos estatais responsáveis pela reforma agrária (INCRA e ITESP) às ondas de ocupações lideradas pelo movimento sem-terra, mas, sobretudo, como concretudes históricas de luta e de enfrentamento aos setores econômicos organizados e ao próprio Estado.

O movimento camponês passa a utilizar como principal modalidade de luta a fim de incrementar a reforma agrária nessa região a ocupação de latifúndios improdutivos pertencentes ao agronegócio local e áreas públicas arrematadas pelo governo estadual, em leilão, oriundas de dívida fiscal, além de desenvolver outras modalidades de luta, tais como: a ocupação de prédios das sedes dos órgãos estatais, manifestações, atos públicos, marchas e paralisações nas rodovias.

A trajetória de lutas do MST nessa região inicia-se no município de Restinga, no dia 1º de janeiro de 1998, com a ocupação da Fazenda Boa Sorte, que possui 3025 hectares e encontra-se localizada a 80 km de Ribeirão Preto, no km 379 da Rodovia Cândido Portinari (SP 334) e a 18 km da cidade de Franca. Nas décadas de 1940 e 50, a área integrou o sistema

de reflorestamento da Companhia Mogiana Estrada de Ferro. À época da ocupação, frente ao forte processo privatizações que marcou a década de 1990 (Governo FHC), a propriedade encontrava-se abandonada e estava sendo explorada ilegalmente por fazendeiros da região (ALBUQUERQUE, 2000).

O movimento conseguiu arregimentar cerca de 200 famílias para essa ocupação em razão de uma forte onda de desemprego que se abateu sobre o município de Franca na segunda metade da década de 1990, sendo significativo neste trabalho de base (processo de mobilização) a participação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados e Vestuários de Franca e Região, que, conjuntamente, com o MST, realizaram o cadastramento das famílias. Em setembro de 1998, após diversas liminares de reintegração de posse concedidas pelo poder judiciário, situações de despejo e reocupação da área, a Fazenda Boa Sorte foi finalmente destinada à reforma agrária (ALBUQUERQUE, 2000).

Frente ao sucesso da primeira ocupação, o movimento desloca-se da região norte para o centro do estado de São Paulo, realizando a sua segunda ocupação, em território do capital agroindustrial, em 18 de dezembro de 1999, na Fazenda Bocaina, sede da antiga Usina Chimbó, no município de Matão, às margens da Rodovia Brigadeiro Faria Lima, local onde o MST conseguiu reunir cerca de 1.200 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, oriundas dos municípios de Araraquara, Jaboticabal, Tabatinga e Taquaritinga, entre outros da região. Em razão da grande quantidade de famílias que se deslocaram para esse acampamento provisório, esses 1200 grupos familiares tiveram que ser organizadas pelo movimento em 32 núcleos de moradia com os seus respectivos setores (saúde, educação, higiene).

As reuniões a fim de traçarem o plano de ocupação da Fazenda Chimbó foram organizadas pelo MST na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Matão, cujos sindicalistas deram total apoio à ocupação. O movimento sem-terra obteve a informação de que os proprietários da área possuíam a época débitos fiscais junto à União. A ocupação da propriedade foi uma estratégia adotada pelo movimento a fim de pressionar o governo federal para que desapropriasse a área, destinando-a para a reforma agrária.

A ação de ocupação da Fazenda Bocaina contou com o apoio de lideranças nacionais do MST, Gilmar Mauro, do Deputado Federal Luiz Carlos Grinraud, da então da Prefeita de Jaboticabal, Maria Carlota Rocha (PT) e de setores progressistas da Igreja Católica, especialmente, do Bispo da Diocese de São Carlos, Dom Joviano de Lima Júnior, que após dez dias de ocupação rezou uma missa no acampamento e trocando a sua mitra episcopal por um boné do MST, em um ato simbólico, cortou com um alicate em punho uma cerca de arame da propriedade ocupada pelo movimento (Figura 06).



Figura 06 – Acampamento D. Hélder Câmara e D. Joviano Cortando a Cerca de Arame
Fonte: PMM, 1999.

À época, o Prefeito de Matão, Adauto Scardoelli (PT), também contribuiu com a ocupação, enviando água potável em caminhões-pipa para o local e instalando uma extensão da Escola Municipal Adelino Bordignon no acampamento. Apesar da infraestrutura básica concedida pelo poder executivo municipal, essa segunda ocupação do movimento na região não obteve sucesso, em decisão contrária a da Juíza Sílvia Estela Gigena de Siqueira, da 1ª Vara Cível de Matão, o Tribunal de Justiça de São Paulo aceitou o pedido de liminar de reintegração de posse dos proprietários da área ocupada.

O acampamento Dom Hélder Câmara teve a existência efêmera de três meses. Após a ação de reintegração de posse somente 122 das 1.200 famílias permaneceram na luta pela reforma agrária na região, que, por sua vez, foram deslocadas pelo movimento sem-terra para a Fazenda Avóia⁸², localizada no município de Barretos (local em que não havia mínimas condições infraestruturais para o acampamento), onde permaneceram por cerca de dois anos. Em meio a diversas ações de reintegrações de posse, entre inda e vindas da fazenda para a estrada e da estrada para a fazenda, um grupo de 55 famílias desvinculou-se do MST. As famílias que permaneceram vinculadas ao movimento sem-terra conseguiram ser assentadas antes das permaneceram neste local (TEIXEIRA, *et al*, 2011).

A trajetória de lutas desencadeada pelo movimento no município de Restinga, em 1998, passa por Matão (1999) e, posteriormente, desloca-se para Barretos, ícone da produção pecuária e da modernidade do rodeio esportivo, que consolida um amálgama ideológico entre modo de vida e padrão fundiário de ocupação territorial, chega finalmente a área de influência de Ribeirão Preto, no dia 17 abril de 2000, o denominado *Abril Vermelho*, com a ocupação da Fazenda Santa Clara, localizada entre os municípios de Serrana e Serra Azul, cerca de 20 km da sede econômico-administrativa dessa região, Ribeirão Preto, e mais propriamente no município com a ocupação da antiga Fazenda da Barra, considerada o maior latifúndio improdutivo dessa região, no dia 3 de agosto de 2003.

⁸² A Fazenda Santa Avóia II, com área de 1270,43 hectares, havia sido declarada de interesse social para fins de reforma agrária em 21 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), quando ocorreu sua ocupação em março de 2000.

A ação sócio-espacial dos sujeitos e de suas formas de organização, os movimentos sociais se consolidam a partir de dois momentos distintos, a espacialização e a territorialização. O primeiro processo se estabeleceu claramente a partir da organicidade produzida pelos movimentos sociais e sua articulação no campo e na cidade, construindo um amplo espectro de forças democráticas instaurando o debate e o conflito sócio-espacial, que se consubstancia a partir da monopolização do território pelo capital agroindustrial sucroenergético. O segundo momento se materializa a partir das formas de ocupação e resistência, demarcados pela desapropriação⁸³ das terras e a efetiva territorialização de novas relações sócio-espaciais de produção a partir dos assentamentos rurais.

Nos anos que antecederam ao processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região de Ribeirão Preto, praticamente inexistiam projetos de assentamentos rurais nesta localidade e, conseqüentemente, a atuação do INCRA, como principal agente da reforma agrária no país, era também inoperante nessa região. Os projetos de assentamentos rurais implementados próximos a essa região, geograficamente, localizam-se na microrregião de Araraquara.

Tais projetos de assentamento foram implementados, quase que em sua totalidade, pela Fundação ITESP, que entre os anos de 1985 e 1997, assentou 389 famílias de trabalhadores rurais, em 5.572,72 hectares arrecadados para a reforma agrária (Tabela 16 e Gráficos 8 e 9), somente o assentamento Bela Vista do Chibarro, criado em 1989, em área de 3.455,16 e com 176 famílias assentadas encontrava-se sob a administração do INCRA (ITESP, 2007), e que foram resultados das ações da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), que, juntamente, com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o MLPT (Movimento de Luta pela Terra) lideraram significativos processos de ocupação na década de 90 (Tabela 15).

Tabela 15 - Ocupações de Terras na Região de Ribeirão Preto/SP (1992-1996)

Data	Área Ocupada	Município	Proprietário	Liderança	Fam.
22/08/1992	Horto Florestal Guarani	Pradópolis	FEPASA	FERAESP	310
12/02/1996	Fazenda Perdizes	Colômbia	Cia Agrícola e Pastoril Vale do Rio Grande	MLPT	17
10/05/1996	Fazenda Sapecado	Colômbia	Fernando e Isidoro Coimbra	MLPT	40
19/05/1996	Estação Ecológica Zootecnia	Colina	Secretaria Estadual da Agricultura	MLPT	87
19/06/1996	Fazenda Formigas	Colômbia	Joaquim Barcelos	MLPT	16
24/08/1996	Horto Florestal Bebedouro	Bebedouro	FEPASA	CUT	160
31/08/1996	Estação Ecológica São Simão	São Simão	Secretaria Estadual do Meio Ambiente	FERAESP	180

Fonte: Adaptado de BINI, 2011.

Os processos de ocupação liderados pela FERAESP, CUT e MLPT, entre os anos de 1992 e 1996, na Região de Ribeirão Preto/SP, registrados por Bini (2011), na tabela anterior, resultaram na criação pelo ITESP do PA Perdizes e PA Formiga, em Colômbia, em 1998, do PE Guarani, em Pradópolis, em 2000 e do PE Reage Brasil, em Bebedouro, em 2000, e mais recentemente na implementação do assentamento Mário Covas, em São Simão.

No período que corresponde aos Governos Populares (Lula e Dilma), observa-se com relação à FERAESP que para além da adesão institucional via CUT, que esta agência de mediação desenvolveu relações com distintas instâncias governamentais. Para além de convênios mediados pelo INCRA e MDA, o sindicato executou uma estratégia sindical de pactuação com o setor sucroalcooleiro, o que lhe garantiu apoio no desenvolvimento de diversos programas de capacitação/requalificação, além do esboço de um grande projeto de produção de alimentos nos projetos de assentamentos para fornecimento aos refeitórios das usinas e destinarias, uma espécie de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) privado (BARONE; FERRANTE, 2012)

Tabela 16 - Assentamentos Rurais Criados na Região de Araraquara/SP (1985-1997)

Município	Assentamento	Criação	Área (ha)	Domínio	Famílias	Liderança
Motuca	Monte Alegre I	05/85	726,00	ITESP	49	FERAESP
Motuca	Monte Alegre II	10/85	857,70	ITESP	62	FERAESP
Araraquara	Monte Alegre III	08/86	1.099,56	ITESP	76	FERAESP
Motuca	Monte Alegre IV	08/86	679,35	ITESP	49	FERAESP
Araraquara	Bela Vista do Chibarro	12/89	3.455,16	INCRA	176	FERAESP
Motuca	Monte Alegre V	10/91	483,76	ITESP	34	FERAESP
Araraquara	Bueno de Andrada	05/97	472,41	ITESP	31	FERAESP
Araraquara	Monte Alegre VI	05/97	1.253,94	ITESP	88	FERAESP
Total	8	-	9.027,88	-	565	-

Fonte: Adaptado de ITESP, 2007.

Os dados apresentados nos gráficos a seguir (número de famílias assentadas e áreas arrecadas) indicam lapsos de tempo na criação de novos projetos de assentamento na Região de Araraquara/SP, entre os anos de 1985 a 1997, nos anos de 1987, 1988, 1990 e entre 1992 a 1996, retornando em 1997. Embora a atuação do INCRA tenha se restringido a criação de um único projeto de assentamento durante o período analisado, o PA Bela Vista do Chibarro, no ano de 1989, este pode ser considerado o melhor da reforma agrária na região, com 176 famílias e assentadas e 3.455,16 hectares arrecadados para o programa.

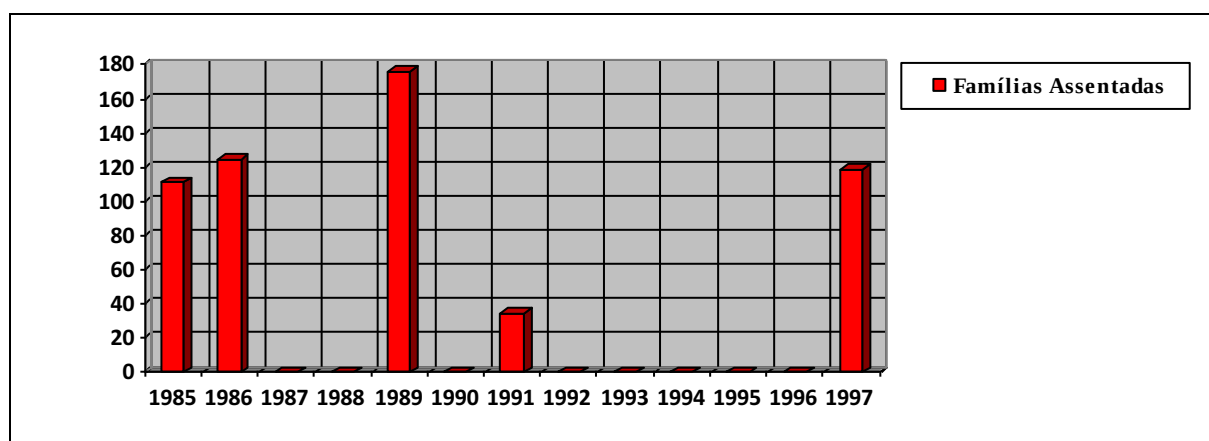


Gráfico 8 - Número de Famílias Assentadas na Região de Araraquara/SP (1985-1997)

Fonte: ITESP, 2007.

Org.: Dorival Borelli Filho (2012)

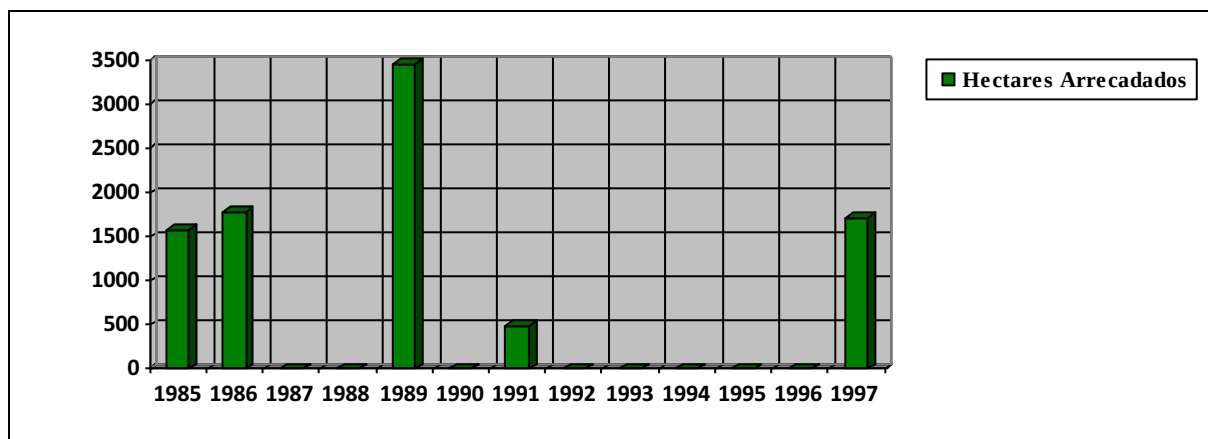


Gráfico 9 - Áreas Arrecadadas para a Reforma Agrária na Região de Araraquara/SP (1985-1997)

Fonte: ITESP, 2007.

Org.: Dorival Borelli Filho (2012)

A partir do processo de espacialização e territorialização do movimento nessa região, utilizando-se, especialmente, das ocupações de latifúndios sob domínio do agronegócio sucroalcooleiro como principal estratégia para o acesso a terra (Tabela 17) e da ação política objetivando pressionar os organismos estatais para a efetivação da reforma agrária nesta espacialidade, são criados, entre os anos de 1998 e 2012, 11 novos projetos de assentamentos rurais, sendo beneficiadas 1.224 famílias, em 14.852,63 hectares, transformados em espaços da reforma agrária (Tabela 18 e Gráficos 10 e 11) ⁸⁴. No entanto, neste sentido, convém esclarecer que nem todos esses assentamentos possuem uma direta relação com a atuação política do movimento sem-terra nessa região (MDA; INCRA, 2012).

Tabela 17 - Ocupações de Terras Lideradas pelo MST na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Data	Área Ocupada	Município	Acampamento	Famílias
01/01/1998	Fazenda Boa Sorte	Restinga	Boa Sorte	150
18/12/1999	Fazenda Bocaina	Matão	D. Hélder Câmara	1200
- /03/2000	Fazenda Santa Avóia II	Barretos	D. Hélder Câmara	122
17/04/2000	Fazenda Santa Clara	Serra Azul	Sepé Tiarajú	100
18/04/2000	Fazenda Queixada	Barretos	D. Hélder Câmara	350
- /04/2003	Sítio Bragheto	Ribeirão Preto	Mário Lago	265
03/08/2003	Fazenda da Barra	Ribeirão Preto	Mário Lago	265
20/08/2003	Sítio Bragheto	Ribeirão Preto	Mário Lago	100
07/11/2003	Fazenda Santa Clara	Serra Azul	Sepé Tiarajú	24
- /02/2004	Fazenda da Barra	Ribeirão Preto	Mário Lago	265
28/03/2004	Fazenda da Barra	Ribeirão Preto	Mário Lago	265
19/06/2004	Área da Fundação Casa	Batatais	Salete Strozake	84
20/07/2004	Fazenda da Barra	Ribeirão Preto	Mário Lago	265
21/09/2004	Fazenda da Barra	Ribeirão Preto	Mário Lago	314
- /01/2005	Área da Fundação Casa	Batatais	Salete Strozake	84

⁸⁴ Observa-se também durante esse período a criação pelo ITESP, em 2000, do PE Horto Silvânia, no município de Matão, em área de 405,40 hectares e com 19 famílias assentadas. Contudo, esse projeto não foi inserido entre os assentamentos criados pós-territorialização do MST na Região de Ribeirão, pois se encontra localizado na Região de Araraquara.

11/03/2006	Fazenda Santa Maria	Cravinhos	-	200
- /06/2007	Área da FEPASA	Orlândia	Aparecida Segura	60
23/07/2007	Fazenda São João	Ribeirão Preto	Antonio Gramsci	150
15/11/2007	Área da Fundação Casa	Batatais	Saete Strozake	150
22/05/2008	Fazenda Bocaina	Serra Azul	Alexandra Kollontai	60
04/06/2008	Fazenda Santa Clara	Serra Azul	Alexandra Kollontai	150
22/08/2008	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	150
06/12/2008	Fazenda Santa Clara	Serra Azul	Alexandra Kollontai	150
06/12/2008	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	60
28/04/2009	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	20
01/05/2009	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	100
11/06/2009	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	100
27/06/2009	Fazenda Santo Antônio	Vista Alegre do Alto	-	20
22/12/2010	Área da FEPASA	Orlândia	Aparecida Segura	60
05/01/2011	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	300
14/04/2011	Área da FEPASA	Orlândia	Aparecida Segura	30
11/02/2012	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	200
16/02/2012	Fazenda Martinópolis	Serrana	Alexandra Kollontai	135
28/02/2012	Área da FEPASA	Sales de Oliveira	Aparecida Segura	200
09/05/2012	Fazenda Magalhães	Pradópolis	Aparecida Segura	97
21/05/2012	Fazenda Magalhães	Pradópolis	Aparecida Segura	82
13/08/2012	Fazenda Magalhães	Pradópolis	Aparecida Segura	40

Org.: Dorival Borelli Filho (2012)⁸⁵

Tabela 18 - Assentamentos Rurais Criados na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Município	Assentamento	Criação	Área	Domínio	Fam.	Liderança
Colômbia	PA Perdizes	10/11/98	1.506,17	INCRA	35	FERAESP
Colômbia	PA Formiga	10/11/98	1.063,39	INCRA	59	FERAESP
Restinga	PE Boa Sorte	10/12/99	2.979,07	ITESP	154	MST
Bebedouro	PE Reage Brasil	27/12/00	1.296,30	ITESP	80	FERAESP
Pitangueiras	PE Ibitiúva	27/12/00	725,01	ITESP	38	FERAESP
Pradópolis	PE Guarany	27/12/00	4.190,22	ITESP	252	FERAESP
Jaboticabal	PA Córrego Rico	05/11/01	467,18	ITESP	47	FERAESP
Serra Azul	PDS Sepé Tiaraju	20/09/04	798,00	INCRA	79	MST
Ribeirão Preto	PDS da Barra	20/06/07	1.548,48	INCRA	440	MST
Batatais	PE Nossa Terra	03/11/08	239,76	ITESP	30	MST
Orlândia	PA Orlândia	31/03/09	39,05	INCRA	10	MST
Total	11	-	14.852,63	-	1.130	-

Fonte: Adaptado de INCRA, 2008b; 2008c; 2009b; 2012.

A análise dos dados dos gráficos apresentados a seguir (número de famílias assentadas e hectares arrecadados) revela que não ocorrem processos de criação de novos projetos de assentamento, na Região de Ribeirão Preto, nos anos de 2002, 2003, 2005, 2006 e 2010 em seguinte. Em 2007, registra-se o maior número de famílias assentadas (440), com a criação de um único assentamento, o PDS – Fazenda da Barra, o que, por sua vez, não corresponde ao ano com o maior número de hectares arrecadados para o programa, 2000,

⁸⁵ Os dados para a composição desta tabela foram parcialmente extraídos da base de dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

período em que foram assentadas 370 famílias na região, com a criação de três assentamentos (PE Reage Brasil, PE Ibitiúva e PE Guarany).

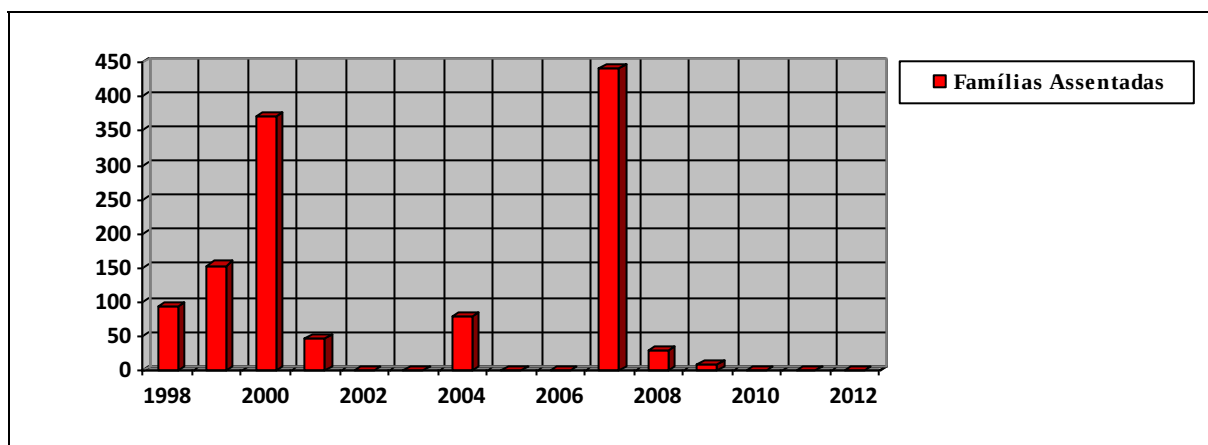


Gráfico 10 - Número de Famílias Assentadas na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Fonte: INCRA, 2008b; 2008c; 2009b; 2012.

Org.: Dorival Borelli Filho (2012)

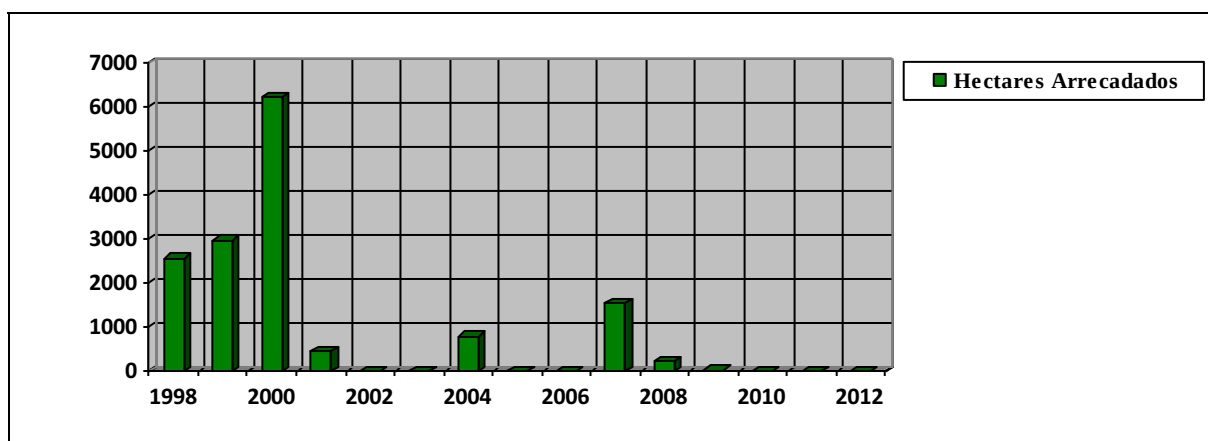


Gráfico 11 - Áreas Arrecadadas para a Reforma Agrária na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Fonte: INCRA, 2008b; 2008c; 2009b; 2012.

Org.: Dorival Borelli Filho (2012)

A intensidade das ocupações de terras promovidas pelo MST na Região de Ribeirão Preto sofreu um revés considerável no ano de 2001, muito provavelmente em razão da publicação da Medida Provisória 2109-52, de autoria do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, por sua vez, criminalizou a luta pela terra no país, ao desautorizar o INCRA a realizar vistorias em áreas ocupadas pelos movimentos sociais camponeses⁸⁶. Ainda sobre as ocupações lideradas pelo movimento sem-terra nesta espacialidade, convém destacar que a periodicidades destas ocupações também sofreu um declínio nos anos de 2002, 2006 e 2010, que, justamente, coincidem com anos da corrida eleitoral à Presidência da República,

⁸⁶ A fim de viabilizar sua política de reforma agrária, Fernando Henrique Cardoso publicou duas medidas provisórias: a primeira determinava o não assentamento de famílias de trabalhadores rurais que tivessem participado de ocupações de terras e a segunda dizia respeito a não vistoria das terras pelo período de dois anos quando ocupadas uma vez e por quatro anos, quando ocupadas mais de uma vez (FERNANDES, 2003).

retornando em maior intensidade nos anos subsequentes, o que sugere um atrelamento entre o movimento e os Governos Populares (Gráfico 12).

Os maiores registros de famílias em ocupações de terra correspondem aos anos de 1999, quando o MST ocupou a Fazenda Bocaina, no município de Matão, com um número superestimado de 1.200 famílias, instalando o acampamento Dom Hélder Câmara, logo no início do processo de espacialização do movimento na Região de Ribeirão Preto, e ao ano de 2004, quando o MST ocupou com o acampamento Mário Lago, em quatro oportunidades, a Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, com, aproximadamente, 265 famílias envolvidas em cada processo de ocupação e uma área pertencente à Fundação Casa, em Batatais, instalado o acampamento Salete Strozake com 84 famílias, números que totalizam 1.193 famílias em processos de ocupação neste período. Destoando da perspectiva de análise, em 2007, registra-se um número superior de famílias assentadas (440) com relação ao número de famílias acampadas (360), momento que corresponde à criação pelo INCRA do PDS – Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto.

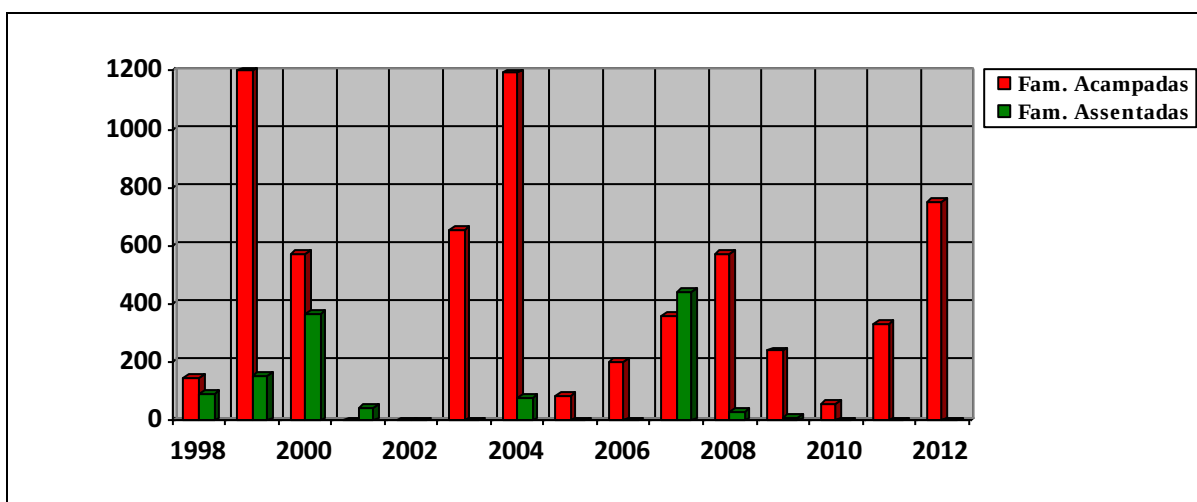


Gráfico 12 - Famílias Acampadas e Assentadas na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Fonte: INCRA, 2008b; 2008c; 2009b; 2012.

Org.: Dorival Borelli Filho (2012)

Atingindo algumas conquistas territoriais entre os anos de 1998 e 2009, com o reconhecimento das terras da Fazenda Boa Sorte (Restinga), com a arrecadação da Fazenda Santa Clara (Serrana/Serra Azul) e com a desapropriação da Fazenda da Barra (Ribeirão Preto), que totalizam 5.604,36 hectares arrecadados para a reforma agrária na Região de Ribeirão Preto e um contingente de 713 famílias de trabalhadores rurais assentados⁸⁷, o ritmo da criação de novos projetos de assentamentos rurais nessa região vem declinando, fenômeno observado, especialmente, após os anos de 2008-09, com a criação dos projetos Nossa Terra

⁸⁷ Apesar das contundentes conquistas territoriais atingidas pelo movimento social camponês entre 1998 a 2009, cabe esclarecer que este sujeito político signatário não conseguiu ocasionar alterações significativas na estrutura fundiária da Região de Ribeirão, não ocasionando um verdadeiro processo de desconcentração fundiária, pois, durante este período em análise, observa-se um aumento no Índice de Gini, que se manteve nos níveis de forte a muito forte. Discussão controversa, a utilização do termo desconcentração fundiária neste estudo deve ser compreendida pelo simbolismo da desapropriação.

(Batatais) e o PA Orlândia (Orlândia). Neste sentido, o movimento sem-terra não vem obtendo grandes êxitos em suas reivindicações de novas áreas para fins de reforma agrária, o que pode ser observado no quadro a seguir (Tabela 19).

Tabela 19 - Áreas Reivindicadas pelo MST na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Ano	Município	Propriedade	Área (ha)
1998	Restinga	Fazenda Boa Sorte	2.979,07
1999	Matão	Fazenda Bocaina	1.000,00
2000	Barretos	Fazenda Santa Avóia II	1.270,43
	Serrana/Serra Azul	Fazenda Santa Clara	797,74
	Barretos	Fazenda Queixada	-
2003	Ribeirão Preto	Fazenda da Barra	1.548,48
	Serrana/Serra Azul	Fazenda Santa Clara	797,74
2004	Ribeirão Preto	Fazenda da Barra	1.548,48
	Batatais	Área da Fundação Casa	56,90
2005	Batatais	Área da Fundação Casa	56,90
2006	Cravinhos	Fazenda Santa Maria	1.250,00
2007	Ribeirão Preto	Fazenda São João	500,00
	Batatais	Área da Fundação Casa	56,90
	Orlândia	Área da FEPASA	-
2008	Serra Azul	Fazenda Bocaina	200,00
	Serra Azul	Área da Fazenda Santa Clara	-
	Serrana	Fazenda Martinópolis	1.817,00
2009	Serrana	Fazenda Martinópolis	1.817,00
	Vista Alegre do Alto	Fazenda Santo Antônio	-
2010	Orlândia	Área da FEPASA	-
2011	Serrana	Fazenda Martinópolis	1.817,00
	Orlândia	Área da FEPASA	-
2012	Serrana	Fazenda Martinópolis	1.817,00
	Sales de Oliveira	Área da FEPASA	-
	Pradópolis	Fazenda Magalhães	254,00

Org.: Dorival Borelli Filho (2012)

Contudo, a reforma agrária não vem somente se caracterizado como uma política pública paralisada na Região de Ribeirão Preto, mas também no estado de São Paulo como um todo que, no ano de 2012, registrou apenas a criação de um único projeto de assentamento, o PA Casulo Cio da Terra, localizado em Campinas, em uma área de 1,29 hectares e com 10 famílias assentadas (MDA; INCRA, 2012). A análise dos dados demonstra que a publicação de decretos desapropriatórios e áreas arrecadadas para o programa de reforma agrária vêm sofrendo oscilações e um decréscimo considerável, especialmente, a partir do ano de 2011, que, por sua vez, corresponde ao primeiro ano do Governo Dilma Rousseff (Tabela 20).

Tabela 20 – Publicação de Decretos e Áreas Arrecadadas em São Paulo (2003 – 2012)

Ano	Número de Decretos	Área Arrecadada (ha)
2003	02	1.803,00
2004	08	16.623,00
2005	06	15.296,00
2006	12	11.554,00
2007	03	3.099,00
2008	04	3.771,00
2009	07	5.930,00
2010	09	4.471,00
2011	-	-
2012	01	1.201,00
Total	52	63.748,00

Fonte: INCRA, 2012.

A partir do seu processo de espacialização e territorialização o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) conseguiu estabelecer seis estruturas sócio-espaciais na Região de Ribeirão Preto, além dos acampamentos Alexandra Kollontai, localizado em Serrana e com 250 famílias acampadas e Aparecida Segura (Orlândia), com cerca de 50 famílias: o Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara (Ribeirão Preto); o PE Boa Sorte (Restinga); o PDS Sepé Tiarajú (Serra Azul); o PDS Mário Lago (Ribeirão Preto); o PE Nossa Terra (Batatais) e o PA Orlândia (Orlândia). Esquemáticamente, as estruturas sócio-espaciais engendradas pelo movimento sem-terra na região podem ser representadas da seguinte maneira (Figura 07):

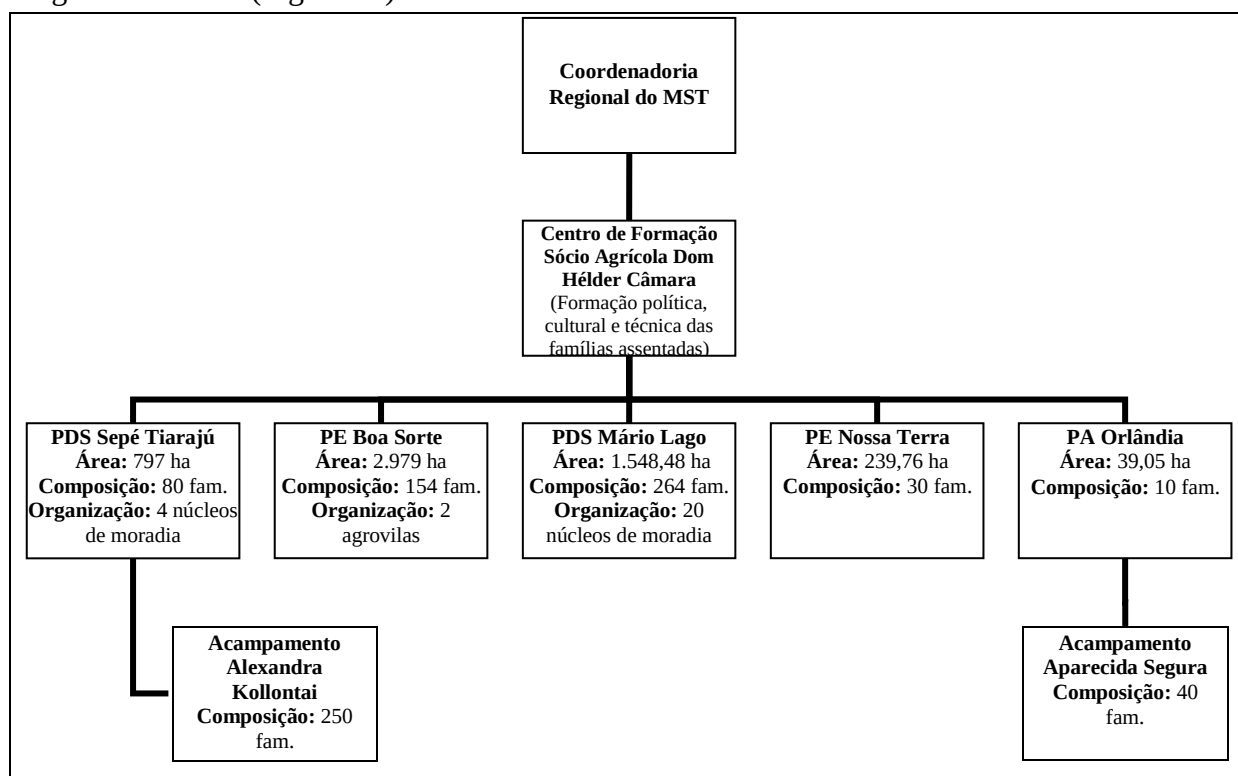


Figura 07 - Organograma da Estrutura Regional do MST

Org.: Dorival Borelli Filho (2012)

3.3. O Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara

O Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara (Figura 08), localizado até dezembro de 2012, no Sítio São José Operário Pau D'Alho, constitui-se em uma das mais significativas conquistas territoriais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Pastoral da Terra (PT) na Região de Ribeirão Preto. De acordo com o histórico desenvolvido por Tonetto (2007), o local foi doado à Arquidiocese de Ribeirão Preto, sediando, durante 29 anos, um trabalho preventivo com crianças e adolescentes em situação de risco, realizado pela Congregação dos Irmãos Maristas. Tal ação pastoral funcionava em um sistema de internato, semi-internato e recepção dessas crianças e adolescente. No entanto, almejando um projeto maior, a Congregação dos Maristas devolveu este espaço à Igreja Católica, a fim de que fosse utilizado com outro propósito.



Figura 08 - Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2013.

Frente a este acontecimento, que ocorreu por volta do ano 2000, o Arcebispo Metropolitano de Ribeirão Preto Dom Arnaldo Ribeiro solicita ao Padre Chico (Coordenador Geral das Pastorais Sociais) que encontrasse outra finalidade para o Sítio Pau D'Alho. O sacerdote redige uma proposta e a entrega a Dom Arnaldo, obtendo anuência do clérigo. A problemática agora era convencer o clero a respeito de sua propositura: transformar o espaço em um local onde o movimento pudesse realizar suas reuniões e, ao mesmo tempo, dar continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado, simultaneamente, ao trabalho dos Irmãos Maristas (TONETTO, 2007).

Nos finais de semana, o espaço era utilizado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) para encontros de formação, estudos, retiros e confraternizações. Com a argumentação de Padre Chico e Dom Arnaldo Ribeiro utilizando-se da autoridade de bispo, o Conselho de Presbíteros aprova a proposta do sacerdote, dando início a uma nova história no Sítio Pau D'Alho, que se transforma, a partir de então, em um dos maiores símbolos da ligação entre a Igreja Católica com a causa da reforma agrária (TONETTO, 2007).

O Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara, localizado às margens da Rodovia Anhanguera, como o seu próprio nome sugere, funcionava como uma espécie de escola do movimento sem-terra na região, visando à formação cultural, política e técnica de seus quadros, militantes e simpatizantes, mediante a realização de encontros, simpósios e seminários, procurando ainda criar uma identidade e unidade cultural camponesa entre as famílias que exerce liderança nessa região.

Nesta escola de formação do MST, eram também promovidos cursos técnicos sobre cultivo da terra, especialmente, referentes à agroecologia, que objetivam, por sua vez, um aumento da produtividade e relações mais respeitadas com o meio ambiente nos projetos de assentamentos rurais criados para esse fim na Região de Ribeirão Preto: o PDS - Mário Lago e o PDS - Sepé Tiarajú. Além de cumprir os seus objetivos culturais, políticos e técnicos, o Centro de Formação D. Hélder Câmara funciona também como um espaço de sociabilidade para as famílias assentadas na Região de Ribeirão Preto, ao serem realizados pelo movimento sem-terra neste local festivais.

As relações entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Igreja Católica de Ribeirão Preto começam a se distanciar, em 2006, com a renúncia de Dom Arnaldo Ribeiro a administração da arquidiocese, tornando-se bispo emérito, cujo arcebispado foi assumido por Dom Joviano de Lima Júnior, ex-arcebispo de São Carlos e que havia, em 1999, participado do processo de ocupação da Fazenda Bocaina, em Matão, mas, que, no entanto, falece em junho de 2012. Durante o período *sé vacante*, que se estendeu entre 21 de junho de 2012 a 24 de abril de 2013⁸⁸, a Arquidiocese de Ribeirão Preto, sem alegações, não mais renova o contrato de cessão do Sítio Pau D'Alho ao MST, que se obrigado a transferir a sede do centro de formação para a antiga sede da Fazenda da Barra, sob domínio territorial do assentamento Mário Lago.

3.4. Caracterização Sócio-Espacial do PDS - Sepé Tiarajú

Realizadas as análises em torno do processo de espacialização e territorialização do agronegócio sucroalcooleiro e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região de Ribeirão Preto, passamos a tratar dos processos de formação, condições infraestruturais, organização social e da produção dos PDS's Sepé Tiarajú e Fazenda da Barra, implementados pelo INCRA na região nordeste do estado de São Paulo.

⁸⁸ Durante o período de *vacância* da Sé Metropolitana, a Arquidiocese de Ribeirão Preto foi administrada por um administrador arquidiocesano, Pe. Nasser Kehdy Netto. Em 24 de abril de 2013, a Santa Sé Romana nomeou para o arcebispado Dom Moacir Silva, o que constituiu a primeira nomeação de um arcebispo para o país, realizada pelo Papa Francisco.

3.4.1. O Processo de Formação do PDS - Sepé Tiarajú

O PDS - Sepé Tiarajú localiza-se na Região de Ribeirão Preto (Região Nordeste do estado de São Paulo), em uma área rural situada entre os municípios de Serrana e Serra Azul (localidade onde se encontram situadas a maior parte de suas terras), entre o km 28 e o km 31, da Rodovia SP - 333 (Abraão Assed), distando à cerca de 20 quilômetros da cidade de Ribeirão Preto (município sede dessa região), mais especificamente, nas coordenadas geográficas UTM 235.418 - Este e 7.649.532 – Norte (Figura 09). O projeto de assentamento federal implementado pelo INCRA possui uma área total de 798,00 hectares, com 80 famílias assentadas (cerca de 320 pessoas) em lotes familiares de 3,6 hectares (36 mil m²) para o estabelecimento das moradias e produção individual, 3 hectares de área coletiva por família, totalizando 6,6 hectares por grupo familiar e 3 hectares destinados para o desenvolvimento de um espaço social (praça).

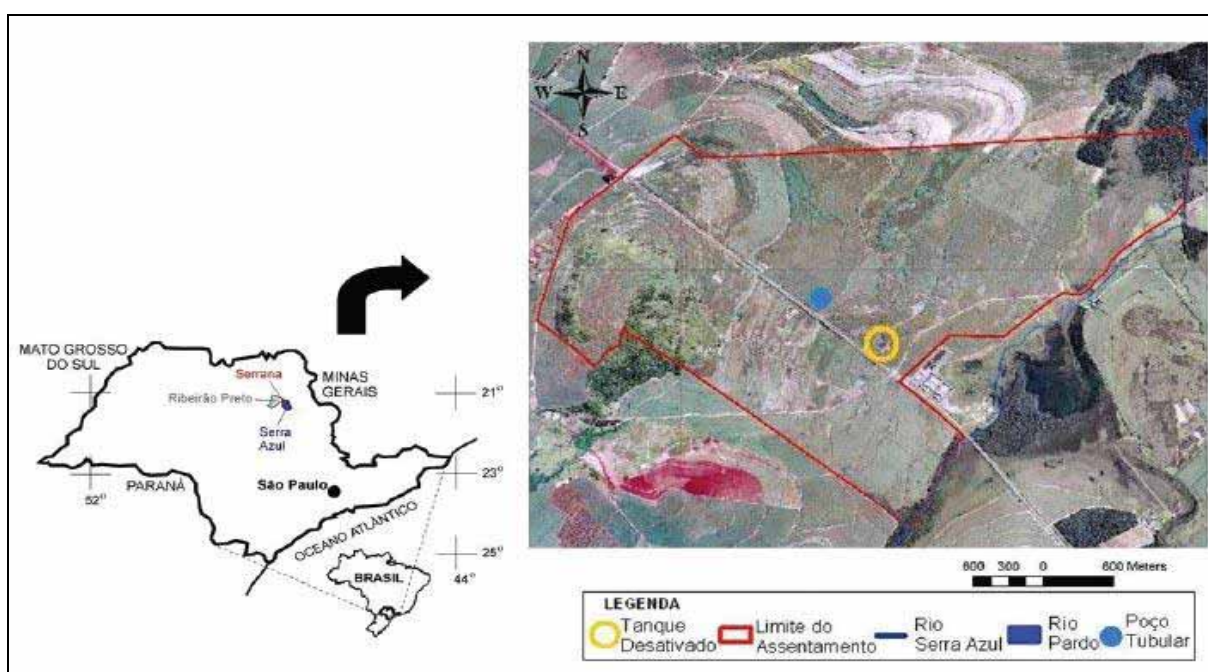


Figura 09 - Foto de Satélite do Assentamento Sepé Tiarajú

Fonte: Cruz *et al*, 2008.

A área do projeto de assentamento encontra-se localizada nos domínios da bacia sedimentar do Paraná, ocorrendo localmente às formações Botucatu, Pirambóia e Serra Geral. A região é constituída pelos derrames basálticos da Formação Serra Geral, rochas sedimentares das Formações Botucatu e Pirambóia, sedimentos continentais terciários e sedimentos aluvionais quaternários. No que se refere à hidrogeologia do local, a maior parte da área encontra-se localizada sobre um aquífero fissurado, representado pelos basaltos da Formação Serra Geral, e em uma parcela inferior, sobre o Aquífero Guarani, representado pelos arenitos da Formação Botucatu e coberturas cenozoicas (CRUZ *et al*, 2008).

O PDS Sepé Tiarajú foi o primeiro projeto criado pelo INCRA nesse novo modelo de assentamento de reforma agrária no estado de São Paulo, em 20 de setembro de 2004, após forte pressão social exercida pelo movimento sem-terra desde o ano 2000. O assentamento

vem configurando-se como um projeto que procura aliar conservação ambiental com o desenvolvimento, soberania alimentar e geração de renda aos beneficiários assentados. Por sua vez, o PDS – Fazenda da Barra foi implantado pelo Instituto em 20 de junho de 2007, ocupando a décima quarta colocação, com uma distância de cerca de dois anos e nove meses de tempo de criação com relação ao assentamento Sepé Tiarajú (INCRA, 2009b).

Assim como o PDS - Fazenda da Barra, o PDS - Sepé Tiarajú não é resultado de uma política estrutural de reforma agrária desenvolvida pelo INCRA nessa região do estado de São Paulo, mas resultado de uma política agrária de amenização de conflitos fundiários nessa região. O projeto de assentamento é resultado de uma longa trajetória de luta política liderada na Região de Ribeirão Preto pelo MST através de manifestações, atos públicos e ocupações de prédios e latifúndios, trajetória de luta política essa desencadeada em 1999, no município de Matão, passando por Barretos até ocupar a Fazenda Santa Clara (antiga propriedade da Usina Nova União), em abril de 2000.

A área de implantação do projeto de assentamento pelo INCRA/SP possui um histórico de ocupação, uso e degradação do solo ocasionado pelas atividades insustentáveis, do ponto de vista ambiental, desenvolvidas nessa região pelo agronegócio local (produção de cana-de-açúcar), em uma área de recarga e afloramento do Aquífero Guarani (um dos maiores reservatórios de água subterrânea do mundo e que, por sua vez, se encontra vulnerável a contaminação por agroquímicos), em uma região de transição entre as formações de Mata Atlântica (Floresta estacional semidecídua) e de Cerrado (Cerradão). O mapa a seguir (Figura 10) apresenta as áreas em confinamento e afloramento do Sistema Aquífero Guarani.



Figura 10 - Áreas em Confinamento e Afloramento do Sistema Aquífero Guarani
Fonte: Villar; Ribeiro, 2009.

Os dados apresentados no quadro a seguir (Tabela 21) apontam para as áreas de produção de cana-de-açúcar que ocupavam a Fazenda Santa Clara e a Fazenda da Barra, verificando-se que, ao longo do período de desapropriação (2004-2011), se não tivessem sido implementados os projetos de assentamento PDS – Sepé Tiarajú e Fazenda da Barra, a exploração virtual de água (demanda hídrica total) corresponderia a patamares próximos de 19 milhões de m³, atentando para o fato de que se utilizou dados de produtividade de cana-de-açúcar de 68,1/hectare, valor subestimado em 38%, uma vez que os índices médios nas regiões estudadas é de 95 t/ha, indicando que os níveis de exploração de água são superiores (SOUZA; PERES, 2012).

Tabela 21 - Uso Consumptivo e Extração Virtual e Física de Água

Produção de Cana-de-açúcar	Área (ha)	Valores de Água		Consumo de Água/ Produtividade
Fazenda da Barra		(m ³ /ha)	Total (m ³)	(t/ha)
Área de cana – 725,2154 (ha)	725,21	14.250	10.334.319	68,1
Fazenda Santa Clara				
Área de cana – 647,1323	647,13	14.250	9.221.635	68,1
Água Virtual Total – 19.555.954 m³				
Água Física				
Fazenda da Barra – 37.040, lm ³ /ano				296.320 m ³
Fazenda Santa Clara – 33.052, lm ³ /ano				64.417 m ³

Fonte: Souza; Peres, 2012.

Tendo em vista o corte da cana-de-açúcar e seu deslocamento espacial para processamento na unidade industrial, a exploração física de água fundamenta-se na quantidade de água existente na cana extraída, na proporção de 750 l de água por tonelada, o que corresponde à extração de 296.320m³ para o período de 2004 a 2011, somente no PDS - Mário Lago. Ao considerarmos a vazão média do Rio Tietê de 87,6m³/s, em termos comparativos, depreende-se que o volume de água corresponde à vazão do Rio Tietê durante 56 minutos e 37 segundos. Tal processo denota um uso consumptivo de água extremamente elevado, destacando que o conceito se remete ao volume extraído e que não retorna ao curso da água, produzindo um desequilíbrio entre as bacias hidrográficas, ao meio ambiente de maneira geral, revelando ainda o quanto os projetos de assentamentos rurais de reforma agrária contribuem para o processo de preservação ambiental (SOUZA; PERES, 2012).

Considerando o processo de produção de álcool combustível, que consome 13 l de água para cada litro do produto produzido, ao contabilizar somente as áreas estudadas, com produção subestimada (68,1 t/ha), sendo que para 1 tonelada se produz 85 litros de álcool, tem-se uma redução do consumo pelas unidades industriais (exploração subterrânea) da ordem de 103.269 m³/ano. Resultados basilares para reconhecer os impactos ambientais que são eliminados pelos assentamentos rurais no âmbito da preservação ambiental e particularmente na questão da água considerando os processos de infiltração, escoamento superficial, perda de solo, entre outros fatores (SOUZA; PERES, 2012).

Os pesquisadores Ramos Filho e Pellegrini (2007) realizaram um estudo entre outubro e dezembro de 2005 sobre o histórico de uso e ocupação do solo da Fazenda Santa Clara pelo setor sucroalcooleiro entre os anos de 1962 e 2003, portanto, antes da criação do assentamento Sepé Tiarajú, chegando à conclusão de que a área total de cobertura florestal diminuiu de 33,8% em 1962 para somente 5% em 2003, enquanto a lavoura da cana-de-açúcar duplicou a sua área no período.

Os dados sintetizados no quadro a seguir (Tabela 22) evidenciam a degradação ambiental ocasionada pela expansão canavieira, resultando na seguinte situação: os poucos remanescentes florestais encontravam-se confinados em áreas não mecanizáveis; em diversos pontos da paisagem do entorno da área existia sinais de erosão do solo com carregamento de sedimentos para as partes baixas da paisagem e recursos hídricos; algumas vertentes de drenagem foram modificadas e incorporadas às áreas de plantio de cana; boa parte das matas ciliares e áreas de preservação permanente encontravam-se degradadas ou sem cobertura florestal (RAMOS FILHO; PELLEGRINI, 2007).

Tabela 22 - Uso e Ocupação do Solo na Fazenda Santa Clara (1962-2003)

Uso do solo	1962		2003	
	Ha	%	Ha	%
Lavoura de Cana	329,1	40,4	657,9	80,7
Vegetação Florestal mais densa	192,9	23,7	19,7	2,4
Vegetação Florestal menos densa	82,5	10,1	21,1	2,6
Brejo	37,7	4,6	52,9	6,5
Pastagem	117,7	14,4	5,2	0,6
Pasto Sujo	0	0	37,1	4,6
Lavoura Pousio	38,3	4,7	0	0
Outros usos	16,8	1,9	20,9	2,5
Total	814,9	100.0	814,9	100,0

Fonte: Adaptado de Ramos Filho; Pellegrini, 2007.

Os dados apresentados na tabela sugerem que o desmatamento somente não foi total na área em razão dos impedimentos à mecanização. O modelo de desenvolvimento agrícola implementado na propriedade, fundamentado na monocultura extensiva, incorporou solos potencialmente frágeis e inadequados para o uso agrícola convencional, ocasionando um impacto ambiental negativo, pois somente levou em consideração aspectos econômicos, sem preocupação com a aptidão das terras. A expansão canavieira ocorreu de maneira significativa sobre áreas de mata nativa, apesar de já existirem leis coibindo esta prática, o Código Florestal (Lei Federal 4771/65) (RAMOS FILHO; PELLEGRINI, 2007).

Além da degradação ambiental ocasionada pelo avanço das plantações de cana-de-açúcar sobre a área de cobertura florestal, reduzida para 5% em 2003, existe no local um antigo tanque de infiltração desativado de vinhaça, que servia como centro de armazenagem e distribuição do resíduo. A vinhaça era transferida do tanque para caminhões, que a transportava para áreas mais distantes, onde era utilizada como adubo para fertilização das plantações de cana-de-açúcar. A vinhaça é um resíduo produzido na proporção de 13 litros para cada litro de álcool produzido, possuindo um alto potencial poluidor dos recursos

hídricos superficiais e subterrâneos, podendo ocasionar modificações físicas e químicas no comportamento do solo e problemas de salinização (CRUZ *et al*, 2008).

O processo de ocupação da Fazenda Santa Clara iniciou-se no dia 17 de abril do ano 2000, o intitulado *Abril Vermelho*, momento em que cerca de 30 famílias de trabalhadores rurais sem-terra vindas de Matão (acampamento Dom Hélder Câmara, local onde o movimento conseguiu reunir mais de 1000 famílias em 1999) e Barretos, juntamente com outras oriundas da periferia de Ribeirão Preto adentraram a área, sob a liderança do MST, reivindicando a desapropriação da propriedade para fins de reforma agrária. Dessa maneira, iniciou-se um longo processo de luta, com sucessivos despejos judiciais e novas ocupações.

Posteriormente, o acampamento chegou a contar com um número de cerca de 100 famílias acampadas. No decorrer do processo de ocupação da Fazenda Santa Clara, o MST adiantou-se ao INCRA. Antes que o Instituto indicasse para o assentamento famílias organizadas por outros movimentos sociais camponeses existentes na região, o movimento sem-terra deslocou de outros acampamentos que exercia liderança na região 34 famílias. Dessa maneira, o PDS - Sepé Tiarajú foi constituído pela integração de três grupos em temporalidades distintas: um grupo de 46 famílias originárias do processo de ocupação da área, 25 famílias vindas do acampamento Mário Lago (Ribeirão Preto) e nove famílias oriundas do acampamento Terras Sem Males, localizado em Campinas, totalizando as atuais 80 famílias assentadas (SCOPINHO *et al*, 2005).

A respeito do perfil das 80 famílias assentadas no assentamento Sepé Tiarajú, Scopinho *et al* (2007) destacam que, desde o seu processo de formação, o assentamento é marcado pela ampla diversidade das origens, sotaques, costumes, tradições e modos de organizar a vida, predominando uma população adulta e núcleos familiares que possuem entre duas e cinco pessoas, sendo expressivo o número de homens sozinhos, separados de seus familiares no processo de migração e de procura por emprego e terra. Poucos são os jovens e adolescentes, entre os quais, alguns eram moradores de rua e tiveram ligação com o tráfico organizado de drogas, em algum momento de suas vidas. Dentre os chamados “solitários” mais velhos, alguns deles manifestavam, na época da pesquisa, dependência de álcool. As poucas mulheres que estavam sozinhas, o eram por viuvez, ou separação do marido.

Os itinerários de migração ocorreram simultaneamente do campo para a cidade, da cidade para a cidade, do campo para o campo, da cidade para o campo, condicionado pelas mudanças recentes nas formas de trabalho precarizado. Entre os principais motivos que levaram as famílias a participarem do movimento sem-terra aparecem: a fuga da pobreza e da violência nas periferias urbanas e a busca por romper com a fatalidade de ser e morrer pobre (SCOPINHO *et al*, 2007).

Após duas tentativas frustradas de reintegração de posse, no mês de agosto de 2003, a área pertencente ao governo do estado de São Paulo foi adquirida pelo INCRA. Em 2004, deu-se início ao processo de assentamento das 80 famílias. As famílias que participaram do processo de ocupação da propriedade e de organização do acampamento, mas que não conseguiram ser beneficiadas com o assentamento foram deslocados pelo movimento sem-terra para o projeto de assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto.

As terras que constituem o assentamento Sepé Tiarajú são oriundas de uma dívida fiscal contraída pela então usina proprietária da fazenda (Usina Nova União) e o poder estatal,

de modo que essa propriedade foi entregue ao Estado como forma de pagamento dessa dívida. Tratando-se de terras pertencentes ao Estado e sem serem utilizadas adequadamente, iniciou-se o processo de ocupação e resistência dos trabalhadores rurais sem-terra. Foram necessários seis anos desde a primeira ocupação até a definitiva regulamentação do assentamento e mapeamento das famílias. No decorrer desse processo, ocorreram inúmeras disputas judiciais. Os embates somente terminaram no momento em que as terras foram colocadas em leilão, sendo adquiridas pelo INCRA. A propriedade possui uma área total de 1001 hectares. Deste montante, 300 hectares foram destinados à construção de uma penitenciária (NOVAES; RIBEIRO, 2008).

A Usina Nova União que ainda possui uma dívida com o Estado em razão do não pagamento de ICMS, processos trabalhistas e multas ambientais é proprietária de uma outra área reivindicada pelo MST para fins de reforma agrária, a Fazenda Martinópolis (localizada no município de Serrana, próxima ao assentamento Sepé Tiarajú), que chegou a ser arrematada em um leilão pelo governo do estado de São Paulo por adjudicação fiscal durante o período de 1991 a 2002, mas que não foi destinada para a reforma agrária. Entre junho de 2008 e junho de 2009, o movimento sem-terra realizou quatro ocupações de terra na área, instalando o acampamento Alexandra Kollontai com cerca de 60 acampadas (Figura 11), mas em todas as ocupações as famílias sofreram reintegrações de posse com a presença da Polícia Militar, permanecendo na propriedade em cada ocupação cerca de no máximo 20 dias. O acampamento Alexandra Kollontai teve seu início em maio de 2008 com a ocupação da Fazenda Bocaina, localizada município de Serra Azul.



Figura 11 - Acampamento Alexandra Kollontai

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2012.

No processo de implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável na Região de Ribeirão Preto PDS - Sepé Tiarajú e PDS – Fazenda da Barra, o Ministério Público Estadual, mediante a Promotoria do Meio Ambiente, tem intermediado as discussões entre o MST e o INCRA. O entendimento do Ministério Público Local é que para se pensar em uma nova alternativa ou em um novo padrão de produção agrícola socialmente sustentável e ambientalmente sustentável, estas novas práticas devem necessariamente passar por novas formas de organização da propriedade rural, pela implementação de uma política de reforma agrária, sendo a função social da terra cumprida quando a produção visa atender os parâmetros legais estabelecidos, respeitando-se o meio ambiente, as relações de trabalho e concedendo destinação ao imóvel rural a fim de que garanta benefícios não somente para o seu proprietário, mas também para toda a sociedade (INCRA, 2008a).

Em fevereiro de 2007, foi estabelecido o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público, através dos Promotores de Justiça do Meio Ambiente e de Conflitos Fundiários das Comarcas de Ribeirão Preto e Cravinhos, o INCRA, através de seu Superintendente Regional em São Paulo e os beneficiários-concessionários do PDS - Sepé Tiarajú. Este instrumento jurídico objetivava normatizar: a organização territorial e titulação da terra; a organização da produção; infraestrutura e saneamento básico; proteção e preservação do meio ambiente e atividades socioculturais a serem desenvolvidas no assentamento, estabelecendo prazos, medidas e multas para as famílias assentadas e para o INCRA quando da não execução do projeto, sob pena ainda de intervenção judicial no assentamento mediante um procurador nomeado (INCRA, 2007).

Assinado em outubro de 2010, o Termo de Ajustamento de Conduta do assentamento Mário Lago assemelha-se ao estabelecido para o assentamento Sepé Tiarajú. Em linhas gerais, o TAC também destina 35% dos 1,7 mil hectares da antiga Fazenda da Barra para Reserva Legal, sendo que 15% poderão ser utilizados como agrofloresta. As famílias e o INCRA devem realizar o reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente (APPs) com espécies nativas regionais, até o mês de março de 2014, incluída a faixa de 100 metros às margens do rio Pardo. O INCRA tem o prazo de até o final do mês de outubro de 2010 para apresentar o projeto de implantação do sistema de distribuição de água potável e até 31 de dezembro de 2010 para implantar o sistema de captação tanto para o consumo das famílias, quanto para a produção. O Instituto é responsável ainda pela captação de recursos a fim de viabilizar a infraestrutura e o saneamento básico do assentamento (INCRA, 2010a).

O TAC do assentamento Sepé Tiarajú estabelece com relação à organização territorial e titulação da terra que as 80 famílias assentadas devem integrar, utilizando-se o critério de afinidade, quatro núcleos sociais de moradia, proposta esta estabelecida pelo MST. Os núcleos sociais são denominados como Zumbi dos Palmares (21 famílias), Chico Mendes (20 famílias), Dandara (19 famílias) e Paulo Freire (20 famílias). Nestes núcleos, cada grupo familiar ocupará uma área de, no mínimo, 3,0 hectares e, no máximo, de 3,9 hectares, para a construção da moradia e produção individual. Em cada núcleo, deve haver uma área comum de, no mínimo, 1 hectare a fim de serem realizadas atividades socioculturais e de entretenimento, devendo haver ainda em cada núcleo, a destinação de, no mínimo, 60 hectares para a produção coletiva (associativa e/ou cooperativa). Com relação à titulação da terra, as famílias não podem emprestar, ceder ou transferir a utilização do lote familiar sem prévia e

expressa concordância do INCRA, sendo também proibidas de arrendarem o lote, bem como dar-lhe destinação diversa da estabelecida no TAC (INCRA, 2007).

As áreas de produção coletiva devem ser formadas por sistemas agroflorestais e sistemas silvopastoris. As famílias e o INCRA devem destinar 35% da área (280 hectares), excluindo as Áreas de Preservação Permanente, para a Reserva Legal, sendo permitido o manejo florestal sustentável. Até a formação completa dos sistemas agroflorestais e da recomposição florestal da área de Reserva Legal, é também consentido aos assentados o cultivo de culturas anuais nas entrelinhas. No entanto, este plantio deve observar as normas técnicas e legais de conservação do solo.

No manejo das culturas agrícolas e das atividades pecuárias, as famílias e o INCRA comprometeram-se a adotar técnicas ambientalmente adequadas, consoante o processo de transição agroecológica estabelecido no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), priorizando a diversificação produtiva como meio de garantir a segurança alimentar das famílias assentadas e dos destinatários da produção. O INCRA compromete-se ainda a garantir assistência técnica e realizar operações frente aos órgãos competentes a fim de adquirir aporte financeiro para os assentados, objetivando a viabilização da produção familiar e coletiva e a recuperação ambiental.

O INCRA comprometeu-se com relação à infraestrutura e saneamento básico do assentamento a realizar operações frente aos órgãos competentes a fim de garantir aporte financeiro para a eletrificação da área do assentamento, construção das moradias, edificação de galpões e prédios, instalação do sistema de abastecimento de água potável, instalação de sistema ambientalmente adequado de coleta e tratamento de esgoto doméstico e a realizar operações frente à concessionária de serviços telefônicos a fim de instalar rede de telefones públicos na área do assentamento.

As famílias assumiram o compromisso quanto à proteção e preservação do meio ambiente de promoverem a recomposição arbórea das Áreas de Preservação Permanente do Córrego Serra Azul, que ladeia a área do assentamento, a partir do leito maior sazonal, em uma faixa de 30 metros, e de três nascentes, em uma extensão de 50 metros, com plantas nativas da região. Por sua vez, o INCRA ficou responsável em realizar a averbação da Reserva Legal. As famílias comprometeram-se ainda a realizarem a recomposição arbórea da área de Reserva Legal e, na produção coletiva e familiar, a utilizarem controle biológico de pragas e doenças. No entanto, durante o processo de transição para a produção agroecológica, existe a ressalva do emprego de outros métodos de controle de pragas e doenças. Nas áreas de produção coletiva e familiar, os assentados devem observar as normas técnicas e legais de conservação do solo.

Os assentados assumiram por fim o compromisso de implantarem, em uma área comum, um espaço educativo visando o acompanhamento pedagógico e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes em idade escolar. O INCRA e as famílias ficaram responsáveis por iniciarem o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a fim de erradicarem o analfabetismo no assentamento e a implantarem um programa cultural direcionado à formação dos assentados visando o trabalho coletivo, alicerçado nos valores de solidariedade e cooperação, para a produção ambientalmente adequada e para o resgate da cultura camponesa em fundamentos humanistas e fraternos.

Em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em fevereiro de 2007 entre o Ministério Público local, o INCRA/SP e os beneficiários-concessionários do PDS - Sepé Tiarajú, que estabeleceu uma área de Reserva Legal de 35% para a área do assentamento (15% a mais do estabelecido pelo Código Florestal - Lei Federal 4771/65), as famílias iniciaram neste mesmo ano o plantio de cerca de 40 espécies nativas, entre as quais, pau-brasil, palmito jussara e mulungu, objetivando reverter a degradação ambiental ocasionada pelo agronegócio local (setor sucroalcooleiro) na área.

3.4.2. A Infraestrutura do PDS - Sepé Tiarajú

O PDS- Sepé Tiarajú possui uma infraestrutura superior ao PDS - Fazenda da Barra, dispondo de rede de energia elétrica e de estradas. Em março de 2011, atendendo a uma demanda de crianças, jovens e adultos do assentamento, o poder executivo local do município de Serra Azul concluiu a construção de uma Escola do Campo para os moradores do assentamento. A sua previsão de entrega era para novembro de 2010. Em uma parceria estabelecida com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o custo de construção do prédio ficou em torno de R\$ 195 mil. A estrutura do prédio conta com três salas de aulas, sala de professores, diretoria, sanitários, cozinha, refeitório e campo de futebol. Até então, crianças do assentamento, em idade escolar, estudava em unidades escolares localizadas no município de Serra Azul, tendo a sua disposição transporte escolar.

Os beneficiários assentados deram início à construção das moradias em 2007, em substituição aos antigos barracos de madeira, com recursos provenientes do INCRA e da Caixa Econômica Federal. Em 2005, as famílias conseguiram um recurso no valor de R\$ 5.000,00 do INCRA para a construção das moradias. Em abril de 2007, 77 famílias conseguiram acessar recursos do Programa Carta de Crédito FGTS – Operações Coletivas, complementando os recursos anteriormente liberados pelo INCRA. O Programa disponibilizou recursos para a aquisição de materiais de construção e uma parcela para o pagamento de mão-de-obra. As famílias se organizassem em brigadas, assim chamados os grupos constituídos por afinidade, localização dos núcleos de moradia e pela tipologia para trabalharem em sistema de mútua ajuda (mutirão) (FOLZ *et al*, 2010).

As moradias do assentamento possuem área construída que varia entre 60,00 m² à 72,00 m² (superior a de programas habitacionais tradicionais), com projetos arquitetônicos e materiais discutidos coletivamente e aprovados pelos beneficiários assentados. A construção das moradias ocorreu em um processo com ampla participação das famílias em todas as etapas de construção. Entre as inovações para redução do custo de construção foi empregado o uso de materiais não convencionais, tais como painel pré-fabricado de madeira, janelas produzidas com madeira de plantios florestais, alvenaria de adobe, estrutura pilar-viga em eucalipto, fundação em pedras e alvenaria em tijolo cerâmico estrutural de face lisa (dispensando o tradicional tijolo baiano, estrutura em concreto e revestimento). A que se salientar que o Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (HABIS) da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP) assessorou as famílias assentadas no processo de construção das moradias (FOLZ *et al*, 2010).

As preocupações com o meio ambiente neste projeto de assentamento também podem ser observadas no processo de construção das moradias. Ainda no início de 2006, as famílias assentadas demandaram estudos sobre alternativas para tratamento de efluentes sanitários residenciais, destinando para essa finalidade a utilização de R\$ 1.000,00 do orçamento das moradias, aproximadamente, 8% do custo total das habitações. Dessa maneira, foram pesquisadas as alternativas para tratamento local de efluentes sanitários residenciais para áreas rurais e expostas para as famílias em encontros com os núcleos de moradia, de modo que pudessem tomar conhecimento das técnicas, conhecerem as suas principais características e, por fim, tomarem a decisão mais adequada ao contexto local e às suas necessidades (MARTINETTI *et al.*, 2009).

Ao término desse processo, as famílias assentadas escolheram duas técnicas: a separação das águas em cinzas (provenientes de pias, tanques, chuveiros, etc.) e negras (provenientes do vaso sanitário). Os custos desses sistemas tornam-se reduzidos em razão de se adequar o tratamento às características do efluente. Com o término do processo de construção das moradias, deu-se início à construção do sistema de tratamento de efluentes sanitários residenciais (MARTINETTI *et al.*, 2009).

3.4.3. A Organização Social das Famílias Assentadas pelo MST

As 80 famílias assentadas no assentamento são organizadas pelo MST em quatro núcleos de moradia (intitulados com nomes de personalidades que se envolveram em questões sociais, políticas e ambientais), que possuem, em média, 20 famílias cada, denominados Dandara (19 famílias), Zumbi dos Palmares (21 famílias), Paulo Freire (20 famílias) e Chico Mendes (20 famílias) (Figura 12). O principal propósito desse modelo de organização (típico da fase de acampamento) estabelecido pelo movimento sem-terra para os seus projetos de assentamentos é constituir laços de solidariedade entre as famílias envolvidas no processo de luta pela terra. A concepção é de que a pessoa não possui mais simplesmente três ou quatro familiares, mas cerca de sessenta ou oitenta familiares.

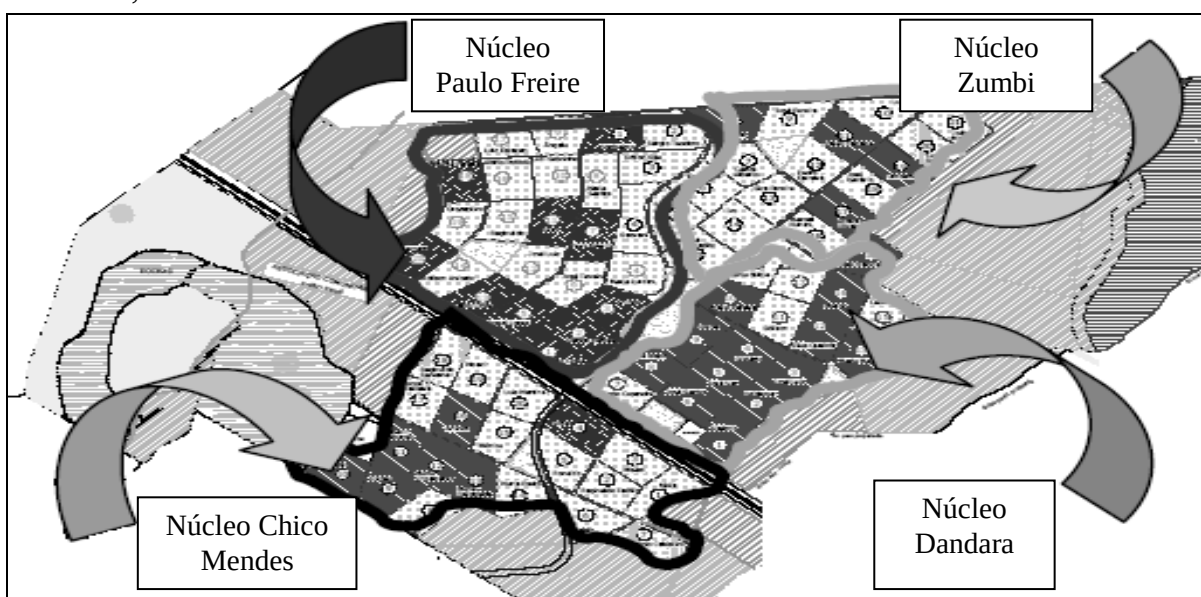


Figura 12 - Croqui dos Núcleos de Moradia do Assentamento Sepé Tiarajú

Fonte: Martinetti *et al.*, 2009.

Para cada um dos quatro núcleos de moradia, existe um coordenador e uma coordenadora geral, formada por integrantes da base do MST que são eleitos pelos membros dos núcleos e que, por sua vez, encontram-se subordinados à coordenação geral do assentamento, ocupada por um representante do MST. Nos núcleos de moradia, existem ainda os chamados coordenadores de setor (também eleitos entre os integrantes da base do movimento sem-terra), que são: produção, saúde, educação, ciranda, direitos humanos, segurança, secretaria, grupo de jovens e gênero.

A estrutura organizacional estabelecida pelo movimento sem-terra para os seus projetos de assentamentos compreende ainda uma instância máxima de decisão, a denominada “Assembleia Geral”, na qual, são discutidas questões políticas internas e mesmo externas ao assentamento, como, por exemplo, a ocupação de um prédio público, uma ocupação ou desocupação de terras, a transferência de um acampamento ou de famílias acampadas para outra localidade, são decisões tomadas na esfera dessa instância de deliberação.

Esquemáticamente, a estrutura organizacional dos assentamentos Sepé Tiarajú e Mário Lago pode ser representada da seguinte maneira (Figura 13):

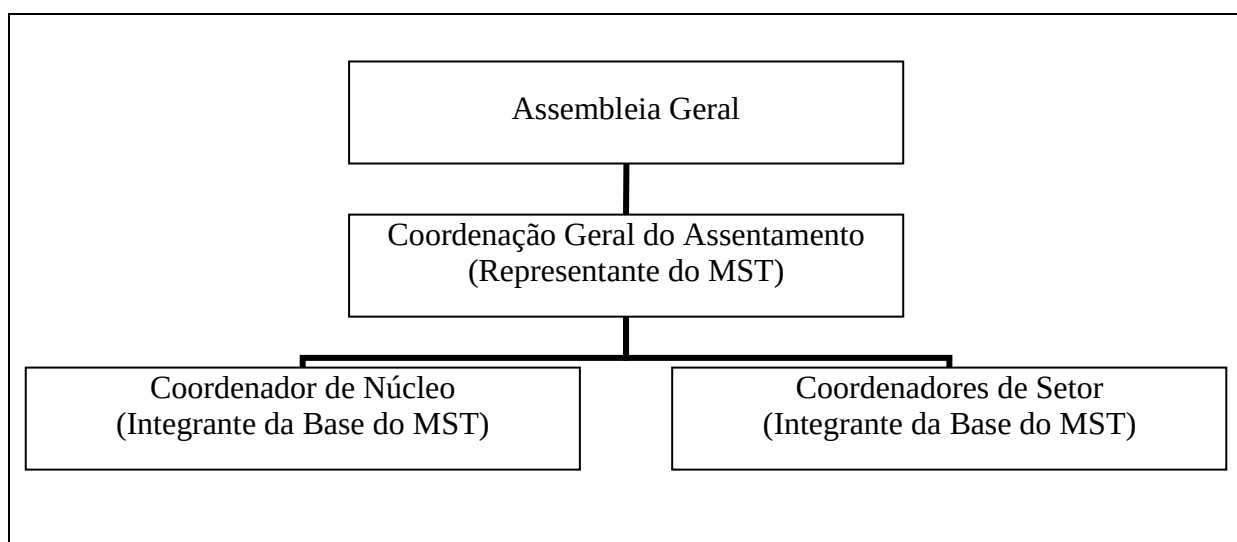


Figura 13 - Organograma da Estrutura Organizacional dos PDS's - Sepé Tiarajú e Mário Lago

Org.: Dorival Borelli Filho (2012)

3.4.4. A Organização da Produção

O projeto de assentamento federal Sepé Tiarajú vem configurando-se como um modelo alternativo de produção ao paradigma de degradação ambiental implementado pela ação predatória do agronegócio na Região de Ribeirão Preto, apresentando em produtividade o excelente desempenho do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) (ou “Modelo Roda D’água ou Raio de Sol” como denominam os assentados), implementado pelo INCRA, além de desenvolverem um “berçário” de mudas e um Banco de Sementes (Dias *et al*, s/d).

Os beneficiários-assentados no PDS Sepé Tiarajú começaram acessar recursos do Pronaf em dezembro de 2008. A Tabela 23 procura sintetizar os recursos federais disponibilizados para o assentamento entre os anos de 2005 a 2008.

Tabela 23 - Créditos Disponibilizados para o PDS - Sepé Tiarajú (2005-2008)

Ano	Tipo de Crédito	Valor Acessado	Observações
2005	Crédito Apoio	R\$ 2.400,00	Dividido em três parcelas. Todos receberam e os recursos foram gastos com alimentação.
2006	Crédito Fomento	R\$ 2.400,00	Todos receberam para gastos com equipamentos de trabalho, vetada a compra de alimentos.
2007	Habitação	R\$ 5.000,00	Construção de moradia, acessado por todos os assentados.
2007	Complemento Habitação (CH)	R\$ 8.000,00	Programa específico da Caixa Econômica Federal. Apenas cinco famílias por problemas documentais não tiveram acesso.
2008	Pronaf A	R\$ 18.000,00	Todos receberam. Nenhum assentado está pagando. Deste valor, R\$ 1.500,00 foram para pagamento de técnicos.
2008	Pronaf A/C	R\$ 5.000,00	Crédito destinado ao custeio das atividades agropecuárias. Usado para o cultivo da mandioca. Todas as famílias tiveram acesso, mas a inadimplência é maior que 90%.

Fonte: Carvalho, 2011.

A produção do assentamento tem se pautado pela diversificação da produção, optando-se por uma produção agroecológica (sem a utilização de insumos químicos) como centro da matriz tecnológica e a cooperação como eixo da organização produtiva, em grande escala desenvolvida nos SAFs (Sistemas Agroflorestais), - um sistema de cultivo que associa árvores com espécies frutíferas e lavouras anuais, com ou sem a presença de animais - , em Sistemas Silvopastoris e outros sistemas agroecológicos como uma alternativa de recuperar o meio ambiente e promover o manejo sustentável.

A implantação do SAF no projeto de assentamento foi possível em razão de uma parceria estabelecida com a Embrapa – Meio Ambiente (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que atendendo a uma demanda do INCRA e do MST, capacitou às famílias assentadas para o manejo da área. Em uma das áreas coletivas do assentamento, foi implantado um núcleo experimental pela Embrapa, onde os assentados foram instruídos em noções básicas sobre os SAFs, capacitando-os a aplicar as novas técnicas. As famílias estão produzindo nos SAFs, entre outras culturas, açaí, manga, acerola, caju, coco-anão, flamboyant, milho, mandioca, abóbora, quiabo. Dessa maneira, existem nos lotes familiares exemplares nativos dos mais diversos ecossistemas brasileiros (Cerrado, Caatinga, Mata atlântica, Amazônia). A princípio, essas mudas foram doadas, sendo, posteriormente, produzidas em viveiros que as famílias assentadas mantêm em seus lotes familiares.

O início do processo de implantação dos SAFs (Figura 14) no assentamento deu-se em novembro de 2008, com a realização de um curso de “Desenho e Planejamento de Sistemas Agroflorestais” pela Embrapa – Meio Ambiente, do qual participaram assentados que utilizavam o sistema e famílias que desejavam implementá-lo no próximo período de chuvas. Em um primeiro momento do curso, foi apresentado aos assentados, em um caráter mais teórico, os principais benefícios adquiridos com o sistema de agrofloresta, a discussão dos diversos conceitos, exemplos de desenhos e manejos. No segundo momento do curso, com um caráter mais prático, os assentados, com o auxílio dos técnicos, puderam realizar o desenho e planejamento da sua área de agrofloresta (NOBRE *et al*, 2009).

Ao término do curso foi estabelecido um calendário de atividades de plantio, sendo que os assentados mais experientes optaram por priorizar os assentados mais jovens que desejavam implantar o sistema em seu lote. As atividades de implantação foram todas realizadas em sistema de mutirão, momento em que a equipe, os assentados e a família que sediava a atividade em seu lote, discutiam coletivamente o desenho previamente pensado pelo agricultor no curso, que podia sofrer modificações e melhorias. Na sequência, o grupo realizava a atividade de plantio, finalizado com uma avaliação do grupo. As duas últimas implantações tiveram também como objetivo a emancipação do grupo, ficando responsáveis os assentados pela articulação da estrutura necessária (NOBRE *et al*, 2009).

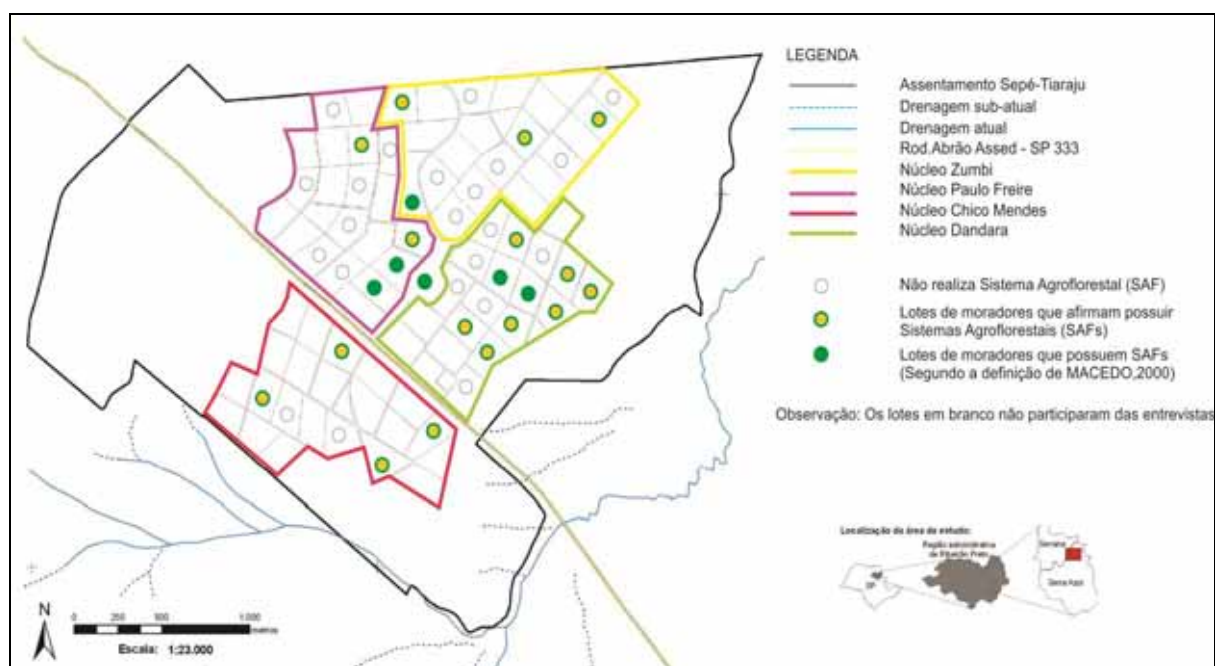


Figura 14 - Mapa da Incidência de Sistemas Agroflorestais no PDS – Sepé Tiarajú

Fonte: Felicori *et al*, 2011.

Os primeiros resultados da implementação dos SAFs começaram a aparecer em pouco tempo. A grande diversidade de culturas garante a colheita e a comercialização de produtos agrícolas durante todo o ano, além de ter elevado o grau de cobertura do solo, garantindo maior reserva de água e o prolongamento do período de colheita. Em 2009, o inverno foi caracterizado como um período de extrema estiagem, mas os assentados lograram realizar suas entregas aos mercados consumidores e para os contratos estabelecidos com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (ALY JÚNIOR, 2011).

Em substituição aos agrotóxicos que estão impedidos de fazerem uso pelo TAC que assinaram com o Ministério Público Estadual e com o INCRA, os assentados têm feito uso de técnicas alternativas utilizadas no controle fitossanitário, resgatando, dessa maneira, o conhecimento tradicional produzidos pelo campesinato, de práticas anteriores ao advento dos agroquímicos e do próprio agronegócio. Para tanto, as famílias assentadas têm se utilizado das seguintes plantas: pimenta do reino (*Piper nigrum*); pimenta malagueta (*Capsicum frutescens*); alho (*Allium sativum*); fumo de rolo (*Nicotiana tabacum*); cebola (*A. cepa*); pau d'alho (*Gallesia integrifolia*); eucalipto (*Eucalyptus spp*); cravo de defunto (*Tagetes spp*);

feijão de porco (*Canavalia ensiformis*) e louro (*Laurus nobilis*). Contudo, nem todas as receitas têm apresentado resultados satisfatórios, mas as que se mostram eficazes são transmitidas para as demais famílias assentadas, observando-se, dessa maneira, uma transmissão horizontal do conhecimento empírico (MORAIS, 2011).

A fim de garantir a viabilidade econômica do projeto de assentamento, mais especificamente o escoamento (comercialização) do excedente produzido, os assentados estabeleceram através da Cooperativa do Assentamento Sepé Tiarajú (COOPERECOS) uma parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no final de 2006, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Doação Simultânea, podendo cada família assentada comercializar até R\$ 3,400 mil. Semanalmente, 75 famílias assentadas escoam vinte toneladas da produção, sendo beneficiadas cerca de 2 mil pessoas (em insegurança alimentar) ligadas a 9 entidades assistenciais da região.

Desde a sua implantação, o Programa de Aquisição de Alimentos vem se constituindo na principal estratégia de comercialização e fonte de renda das famílias assentadas neste projeto de assentamento. A Tabela 24 descreve a produção de um grupo familiar que possui somente a renda agrícola como fonte de recursos financeiros.

Tabela 24 - Produção e Renda Agropecuária no PDS – Sepé Tiarajú (2010/2011)

Produto	Produção Anual	Preço de Venda	Receita Bruta Anual
Mandioca	200 caixas	R\$ 12,00/caixa	R\$ 2.400,00
Milho	25 sacas	R\$ 28,00/saca	R\$ 700,00
Banana	-	-	R\$ 300,00
Total bruta anual	-	-	R\$ 3.400,00
Total bruta mensal	-	-	R\$ 283,00

Fonte: Adaptado de Carvalho, 2011.

3.5. Caracterização Sócio-Espacial do PDS – Fazenda da Barra

3.5.1. O Processo de Formação do PDS – Fazenda da Barra

A princípio, a criação do PDS - Fazenda da Barra causou um certo estranhamento e apreensão nas comunidades circunvizinhas urbanas que lhes fazem fronteira (Bairro Ribeirão Verde), superado mediante a inserção dessas comunidades nos debates políticos que lhes diziam respeito através de reuniões comunitárias organizadas pelo movimento sem-terra, passando a lutarem conjuntamente por uma melhor qualidade dos serviços públicos prestados nesses bairros periféricos do município de Ribeirão Preto, transformando, dessa maneira, a paisagem política local. No caso do PDS - Sepé Tiarajú, a implantação desse assentamento causou preconceito nos internos do presídio de Serra Azul, vizinho ao assentamento, mas com o passar do tempo os internos passaram a exigir que a alimentação servida na penitenciária viesse do projeto de assentamento.

A antiga Fazenda da Barra, atual PDS – Fazenda da Barra é classificada como uma grande propriedade agrícola que possui cerca de 1700 hectares, de acordo com dados defendidos pelo MST, atingindo distâncias internas de até 7 quilômetros. Situada na região nordeste do estado de São Paulo, a propriedade possui uma localização privilegiada, a poucos minutos do centro da cidade de Ribeirão Preto (a aproximadamente 14 quilômetros), mais

especificamente, às margens da Rodovia Anhanguera, na altura do km 361, próxima à rotatória que dá acesso ao Aeroporto Leite Lopes (zona leste da cidade). Até 2003, esta propriedade agrícola era o maior latifúndio improdutivo da região, auxiliando, dessa maneira, a desmistificar a ideia que vigorava até então que esta região não possuía terras improdutivas.

Assim como a antiga Fazenda Santa Clara, a Fazenda da Barra possui um longo histórico de uso e ocupação do solo pelo setor sucroalcooleiro. A existência dessa propriedade ecologicamente degradada e que também estava deixando de cumprir sua função social (produção), contribuiu sobremaneira para derrubar um questionamento que vinha sendo formulado pelo agronegócio local contra a não necessidade do processo de reforma agrária nesta região e, conseqüentemente, contra a própria existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enquanto estrutura organizacional e orgânica.

Em razão de constituir-se em uma área de recarga e afloramento do Aquífero Guarani, pois este se encontra muito próximo à superfície terrestre, esta é uma região ecologicamente muito sensível e, portanto inadequada para a prática do que atualmente denomina-se agronegócio, caracterizado nessa região pela monocultura canavieira, pois a utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras de cana-de-açúcar pode vir a ocasionar a contaminação deste que é um dos maiores mananciais de água doce potável subterrânea do mundo. O Rio Pardo também margeia os fundos da propriedade, em cerca de 6 quilômetros, que também se encontra cercada por conjuntos habitacionais.

Dentre os prejuízos ambientais ocasionados na propriedade, podemos mencionar que, em 1993, o então arrendatário da Fazenda da Barra, sem prévia autorização, decidiu derrubar uma parte da Reserva Legal, estabelecida por lei em 20% da área total. Um riacho que passa pela propriedade encontrava-se contaminado por efluentes de indústrias locais, sendo sua água inadequada para consumo humano. Uma área próxima à Fazenda da Barra também havia sido degradada por seus proprietários, em razão da retirada ilegal de terras por empresas da construção civil que operavam na cidade de Ribeirão Preto. Laudos do Ministério Público Estadual apontaram um passivo ambiental (atuações que podem vir a transformar-se em multas) que ultrapassava a ordem de 7 bilhões de reais.

Ainda entre os prejuízos ambientais ocasionados na Fazenda da Barra pela antiga empresa proprietária, a Fundação Sinhá Junqueira, relata-se pelas famílias assentadas o aterramento de minas de água e de Áreas de Preservação Permanente (APP) para a plantação de cana-de-açúcar. O centro de uma das Reservas Legais encontrava-se totalmente desmatado, visando também o plantio de cana-de-açúcar no local. Ilusoriamente, visto pelo lado de fora, o maciço florestal aparentava estar preservado, mas, quando observado por cima ou adentrando-se o seu interior, visualizava-se, nitidamente, o prejuízo ambiental.

No entanto, apesar de toda a degradação ambiental pela qual passou a Fazenda da Barra, esta propriedade ainda possui uma rica biodiversidade. A vegetação da Fazenda é caracterizada por fragmentos florestais de Mata Atlântica e Cerrado. Parte da propriedade agrícola (174,4 hectares) é de Floresta Estacional Semidecidual (Tabela 25), na qual, durante o período de estiagem, parte das árvores perde totalmente a sua folhagem. Existe ainda um fragmento de mata de Floresta Decidual, com área de 10,82 hectares. Por fim, a Fazenda da Barra ainda possui ambientes de várzea junto ao rio Pardo, que também são de grande

importância para a fauna e as aves aquáticas. No total, as oito áreas de Mata Atlântica totalizam 308,8 hectares e as matas de Várzea 130 hectares.

Tabela 25 - Composição da Vegetação da Antiga Fazenda da Barra

Espécie de Vegetação	Área (ha)
Floresta Estacional Semidecidual	174,40
Floresta Estacional Decidual	10,82
Matas de Várzea	130,00
Área Total de Preservação	315,22

Fonte: DEPRN, 2005.

No ano de 2000, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) indicou esta propriedade ao INCRA a fim de ser vistoriada, o qual detectou sua improdutividade, dando início ao processo de desapropriação da área. Neste momento, o movimento contava com, aproximadamente, 5000 famílias cadastradas pelos Correios⁸⁹ e periodicamente realizava atos públicos e assembleias reivindicando a desapropriação da área para fins de reforma agrária, aguardando o desenrolar dos fatos.

Contudo, no decorrer do processo de desapropriação, o movimento obteve a informação de que a Fazenda da Barra estava sendo negociada por seus proprietários com um grande grupo empresarial, que possuía a intenção de implementar no local um empreendimento imobiliário, o que também, por sua vez, poderia vir a ocasionar uma possível contaminação do Aquífero Guarani. Transformada em loteamento, a propriedade teria valor de mercado em torno de 100 milhões de reais. A informação de que a Fazenda da Barra estava sendo vendida pela Fundação Sinhá Junqueira a um empresário da cidade de Sertãozinho, motivou a imediata instalação de um acampamento provisório às margens da propriedade em 2003, a fim de demonstrarem seu interesse pela propriedade e acelerar o processo de desapropriação, além de denunciarem as intenções de seus proprietários de impedirem o processo desapropriatório.

As 250 famílias que participaram deste primeiro processo de ocupação da Fazenda da Barra tomaram contato com o movimento camponês de distintas e inúmeras maneiras: através de estruturas do movimento existentes na região (acampamentos, assentamentos, centro de formação), mediante o contato com lideranças do MST, por meio de instituições escolares que realizavam um trabalho de divulgação do movimento, vizinhos, familiares, amigos e assentados rurais que os convidaram a ingressar no movimento social camponês. No entanto, para ingressarem no movimento, os dirigentes locais do MST solicitaram às famílias atestados de antecedentes criminais estaduais e federais, regra essa também prevista no regimento interno do movimento sem-terra.

Indagadas sobre os motivos que as levam a fazer parte do movimento sem-terra, justificam as famílias que buscavam uma melhor condição de vida, a realização de um antigo sonho, de voltarem a viver no campo, em busca de tranquilidade e segurança, fugindo da

⁸⁹ Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, foi elaborado um programa especial a fim de se exterminar os movimentos sociais camponeses, a chamada Reforma Agrária dos Correios. Desta maneira, não necessita mais o trabalhador rural sem-terra engajar-se e participar de procesos de ocupação liderados pelos movimentos sociais, pois era preciso somente direcionar-se a uma agência, fazer uma inscrição, que a “porteira estava aberta” (OLIVEIRA, 2007a).

violência vivenciada nas periferias dos centros urbanos ou ainda desejavam lutar por igualdade social no campo. A estrutura organizativa do movimento sem-terra também chamou a atenção de algumas famílias.

O movimento realizou a mobilização das famílias nas periferias dos centros urbanos da região de Ribeirão Preto mediante a realização de reuniões, intituladas pelo MST como trabalho de base. Ao que tudo indica, esse trabalho de base, a formação política inicial, demorou poucas semanas, conseguido o movimento arregimentar um grande número de famílias em curto espaço de tempo. Como logística, visando o transporte das famílias até o assentamento Sepé Tiarajú e, posteriormente, até o local da ocupação o movimento sem-terra utilizou ônibus alugados e veículos particulares.

O processo concreto de ocupação da Fazenda da Barra iniciou-se em agosto de 2003, (I Governo Luís Inácio Lula da Silva) (Quadro 06), momento em que cerca de 250 famílias, provenientes do município de Ribeirão Preto e de cidades vizinhas da região, entre elas, 64 crianças, ocuparam, sob a liderança do MST, a entrada do Sítio Braghetto, propriedade agrícola esta anexa à referida fazenda, pois a imediata ocupação da Fazenda da Barra retardaria em dois anos o processo de desapropriação e de assentamento junto ao INCRA, em razão de duas medidas provisória advinda do governo Fernando Henrique Cardoso⁹⁰. Na madrugada anterior à ocupação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deslocou as 250 famílias até o projeto de assentamento federal Sepé Tiarajú, (antiga Fazenda Santa Clara) localizado entre os municípios de Serrana e Serra Azul, a cerca de 20 km do local da área a ser ocupada (Figura 15), que nesta estrutura regional do MST dormiram.

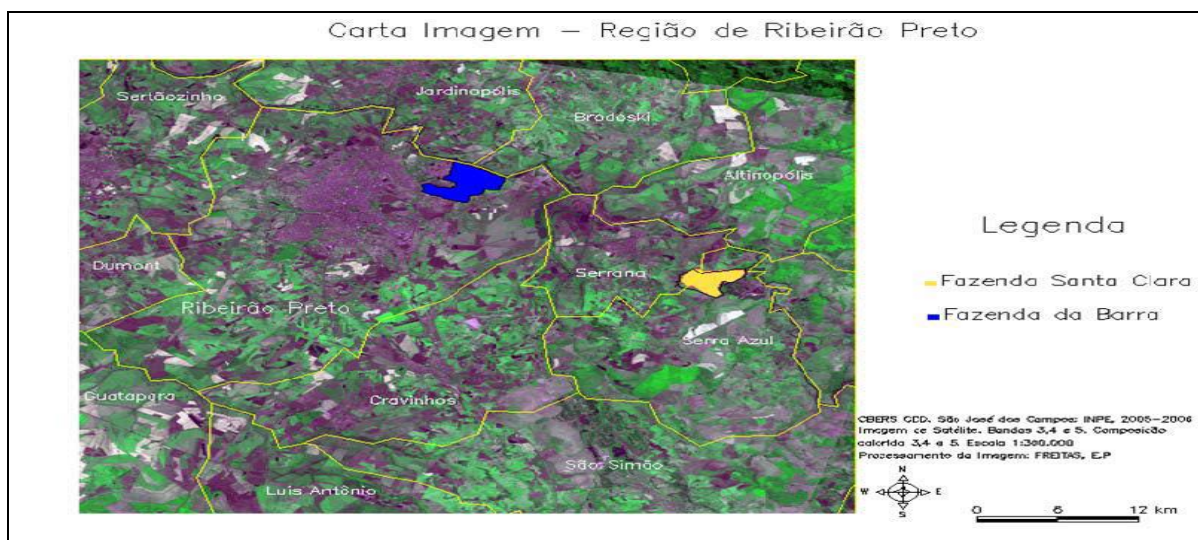


Figura 15 - Localização das Fazendas Santa Clara e da Barra na Região de Ribeirão Preto

Fonte: Freitas, 2009.

⁹⁰ A partir de 1995, primeiro mandado de FHC, ocorreu um aumento expressivo de famílias de trabalhadores rurais em ocupações e de famílias assentadas, atingindo seu ápice no ano de 1999, momento em que, Fernando Henrique assumiu seu segundo mandato. Com o aumento constante do número de ocupações, no início do seu segundo mandato, FHC publicou a Medida Provisória 2.027-38 de 4 de maio de 2000, que criminalizava a luta pela terra. A criminalização ficou mais evidente na MP 2.109-52 de 24 de maio de 2001, que substituiu a anterior. Com essas Medidas Provisórias o número de famílias em ocupações diminuiu drasticamente e o número de famílias assentadas acompanhou esta queda. A análise conjunta deste fato e da evolução das ocupações e assentamentos mostra que as famílias somente são assentadas devido à pressão realizada pelas ocupações de terra (GIRARDI, 2008).

A ocupação do Sítio Braghetto ocorreu por volta das seis horas da manhã. A instalação deste acampamento provisório marcou a primeira ocupação de terras promovida pelo MST no município de Ribeirão Preto. No dia seguinte à ocupação, o acampamento provisório ganhou o reforço de mais 15 famílias de trabalhadores rurais. Essas 265 famílias chegaram até o local da ocupação utilizando-se de automóveis particulares e ônibus alugados, trazendo consigo poucos pertences pessoais, suprimentos alimentícios e ferramentas a fim de instalarem suas barracas. Após a ocupação do Sítio Braghetto, os acampados instalaram uma portaria no local, não permitindo a entrada de automóveis.

As lideranças locais do MST inclusive tentaram impedir a entrada de policiais militares na área ocupada, que nem sequer sabiam a quem pertencia a propriedade. No entanto, após uma breve negociação, a entrada dos policiais foi permitida e a portaria substituída por uma guarita. Com o passar do tempo, os ânimos foram acalmados e a presença da PM não se fazia mais necessária. Apesar desse breve conflito, a ocupação da área ocorreu de uma forma muito tranquila, sem tumulto dos sem-terra, que contou com a presença de alguns parlamentares locais.

Neste acampamento provisório, não havia água potável, pois o riacho da propriedade encontrava-se contaminado e muito menos sem condições de plantio de qualquer tipo de legumes ou hortalíça, de maneira que esses trabalhadores rurais dependiam da provisão de alimentos que estes mesmos haviam levado para o local, de outros fornecidos pelo MST e do fornecimento de água pelo Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto (DAERP). A Prefeitura enviava caminhões-pipa para os acampados, que consumiam por volta de 10 mil litros de água por dia. À época, o prefeito de Ribeirão Preto era Gilberto Maggioni do Partido dos Trabalhadores (PT), que estava substituindo Antônio Palocci (PT) à frente do poder executivo local, pois este havia sido convidado a integrar a equipe econômica do Governo Luís Inácio Lula da Silva, ocupando o cargo de Ministro da Economia⁹¹.

Após a consolidação do processo de ocupação da área, a coordenadoria local do movimento logo começou a organizar a proposta da “Ciranda Infantil”, movimentando-se também no sentido de encontrar vagas disponíveis nas unidades escolares próximas ao acampamento provisório para as 64 crianças em idade escolar, que, no local, encontravam-se no momento da ocupação, a fim de evitarem a presença do Conselho Tutelar e possíveis complicações judiciais. As lideranças locais do movimento mobilizavam-se também no sentido de pedir auxílio moral e material à sociedade ribeirão-pretana, solicitando doações em alimentos, lonas para a instalação das barracas e inclusive ajuda financeira, mediante depósito

⁹¹ No decorrer do primeiro governo Luís Inácio Lula da Silva, ocorre novamente o crescimento das ocupações de latifúndios e, consequentemente, da criação de novos assentamentos. Isso possivelmente ocorreu pela minimização da aplicação da criminalização prevista na MP e pela esperança que os movimentos sociais depositavam em Lula para a realização de uma reforma agrária mais ampla (GIRARDI, 2008). O INCRA passou a tratar os conflitos fundiários como uma problemática a ser solucionada mediante a implantação de uma política de reforma agrária, procurando resolvê-los através do diálogo, rompendo com as medidas repressivas e criminalizadoras estabelecidas pelo governo de FHC. A adoção dessas medidas foi cabal para a presidência do INCRA. Pressionado pela alta cúpula do Partido dos Trabalhadores, o presidente Lula exonerou, em setembro de 2003, o presidente do INCRA e toda sua equipe, substituindo-o por um assessor parlamentar do PT. Com essa atitude política, o PT sinalizava para a sociedade e, em especial, para o MST e para os ruralistas a sua nítida intenção em possuir o controle sobre os conflitos agrários no país, ao não concordar com o modelo de política de reforma agrária conciliadora implantada pelo referido geógrafo (FERNANDES, 2003).

em conta corrente. Nos meios de comunicação, especialmente, através de artigos publicados na Internet, o MST identificava a sua luta pela reforma agrária como única forma de preservação dos recursos naturais da Fazenda da Barra.

As famílias permaneceram neste local, que funcionava como um núcleo, durante quatro meses, sendo transferidas pelo movimento sem-terra para o centro da cidade de Ribeirão Preto, para o Centro Administrativo Maurílio Biagi e, posteriormente, para uma outra área pertencente ao município conhecida como Flamboyants. A primeira ocupação da área pertencente à Fundação Sinhá Junqueira ocorreu em 3 de agosto de 2003. No entanto, as famílias permaneceram somente vinte e oito dias no local, momento em que sofreram a primeira reintegração de posse. Em razão do processo de despejo, as famílias foram novamente deslocadas pelo movimento para um sítio pertencente a um advogado simpatizante do MST, uma propriedade anexa a Fazenda da Barra.

Após seis meses, o movimento sem-terra voltou a ocupar a propriedade permanecendo até os dias atuais. Nesta segunda ocupação da Fazenda da Barra, o MST conseguiu instalar um acampamento provisório, iniciando o processo de organização das famílias em núcleos de base e em setores sociais. Em um primeiro momento, as famílias foram abastecidas com cesta básicas enviadas pelo INCRA, mas logo começaram a produzir.

Quadro 06 - Principais Deslocamentos das Famílias Organizadas pelo MST (2003-2004)

Data	Ações
02/08/2003	Aproximadamente 200 famílias vinculadas ao MST ocupam o Sítio Braghetto, localizado ao lado da Fazenda da Barra, que havia sido considerada improdutiva pelo INCRA, em 2001, mas que ainda não havia sido desapropriada.
12/11/2003	Cerca de 500 integrantes do MST montam um acampamento no Parque Maurílio Biagi, ao lado da Câmara Municipal de Ribeirão Preto.
21/11/2003	Os trabalhadores rurais sem-terra, acampados no Parque Maurílio Biagi, aceitam uma área cedida pela Prefeitura de Ribeirão Preto, no Bairro Parque dos Flamboyants, e deixam o Parque Maurílio Biagi. As famílias que permaneciam acampadas no Sítio Braghetto também se mudam para a área cedida pela Prefeitura.
10/02/2004	150 integrantes do MST ocupam uma área da Prefeitura em frente ao portão principal da Fazenda da Barra

Fonte: Adaptado de Gonçalves, 2010.

A ocupação da Fazenda da Barra contou com o apoio de diversos segmentos da sociedade, os chamados “amigos do movimento”, nos dizeres das famílias assentadas: simpatizantes do MST, destacando-se o envolvimento de um advogado proprietário de um sítio anexo à área ocupada; membros de entidades ambientes como, por exemplo, a “Pau Brasil”, uma Organização Não-Governamental (ONG) que se destaca, principalmente, pela luta em preservação do Aquífero Guarani; a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Arquidiocese de Ribeirão Preto, sob a coordenação do Padre Chico ⁹²; a Central Única dos

⁹² Apesar da presença de um sacerdote entre os simpatizantes do movimento, segundo Delgado (2005), em âmbito nacional, mediante a omissão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e das Pastorais Sociais, a Igreja Católica perdeu seu histórico papel de destaque na luta pela implementação da reforma agrária

Trabalhadores (CUT), parlamentares locais, sendo decisivo o posicionamento do Ministério Público Estadual no processo de ocupação, através da atuação do Promotor de Justiça Marcelo Pedroso Goulart⁹³.

No decorrer do processo de ocupação, surgiram denúncias de que as famílias acampadas estariam realizando a derrubada de matas para a construção dos barracos. No entanto, essas denúncias não foram, à época, comprovadas por técnicos do IBAMA, que somente constataram a retirada de cana-de-açúcar para a instalação do acampamento provisório e plantio de alimentos. Aliás, o que se tem constatado entre as famílias é uma forte consciência ecológica, especialmente, com relação à preservação dos recursos hídricos do Aquífero Guarani.

As famílias passaram por cinco reintegrações de posse concedidas pela justiça, que foram todas conduzidas de maneira pacífica pelo movimento sem-terra, mediante negociações com a Polícia Militar. Em uma das ações de reintegrações, os próprios proprietários da área Barra chegaram inclusive a disponibilizar veículos para o transporte das famílias acampadas.

No decorrer do processo de desapropriação da Fazenda da Barra e organização do assentamento Mário Lago, surgiram divergências internas e outros movimentos sociais que lutam pela implementação reforma agrária no país passaram a disputar a organização política das famílias assentadas com o MST. Em 2004, ocorreu uma grande divisão no movimento sem-terra e conseqüentemente na própria estrutura social do assentamento, motivada, segundo relatos orais, pela rigidez das regras estabelecidas pelo MST e também em razão da recusa de algumas famílias de participarem da organização coletiva do assentamento. Esta divisão fez com que surgisse um segundo assentamento no interior da Fazenda da Barra, denominado Santo Dias, agora sob a liderança do MLST.

Nesse segundo assentamento, ocorreu também uma segunda divisão, fazendo surgir um terceiro assentamento na Fazenda da Barra, o Índio Galdino, que se autodenomina independente, ou seja, não se encontra vinculado a nenhum movimento social. Delimitando este assentamento do Mário Lago e do Santo Dias é possível se observar na propriedade a existência de bandeiras brancas. O assentamento foi fundado em 2005, por famílias que estavam descontentes com a atuação das lideranças do MST e do MLST na Fazenda da Barra. O assentamento, que começou pequeno, atualmente, conta com 40 famílias, cerca de 200 pessoas, dentre essas, 40 crianças.

Em julho de 2007, o movimento sem-terra realizou a ocupação de uma área anexa à Fazenda da Barra conhecida como Fazenda da Barra II ou Fazenda São João, constituída por cerca de 500 hectares, instalando o acampamento Antonio Gramsci. Liderada pelo MST a ocupação contou com um grupo de cerca de 200 trabalhadores rurais sem-terra que se

no país, em razão de um possível fascínio propiciado pelo progresso tecnológico do agronegócio, reafirmando, dessa maneira, seu discurso.

⁹³ Em setembro de 2003, em comemoração a primeira ocupação de terras no município Ribeirão Preto e também em retribuição ao apoio concedido pela Igreja Católica, acampados e simpatizantes do MST realizaram uma grande marcha que partiu das proximidades da Fazenda da Barra, terminando na Catedral Metropolitana. O principal objetivo desta marcha foi chamar a atenção da população ribeirão-pretana para a necessidade de efetivamente a reforma agrária ser implantada na região, tendo em vista a possível existência de demais latifúndios improdutivos.

encontravam temporariamente acampados no assentamento Mário Lago e também com a participação de um grupo de vinte seminaristas da Igreja Católica, que faziam estágio de vivência na região. Alegava também o movimento que parte das famílias que participaram da ação era formada por desempregados residentes em bairros periféricos do município de Ribeirão Preto (Jardim Progresso, Salgado Filho e Simioni).

Em menos de duas horas de ocupação, os sem-terra cortaram com dois tratores munidos de arados cerca de dois hectares de cana-de-açúcar para a instalação do acampamento. No momento da ação, a área, de propriedade de um empresário do ramo de construção civil, encontrava-se arrendada à Usina da Pedra, contra a qual existe inquérito judicial com relação à prática de queimadas e ação predatória ambiental. Acionados pelos proprietários da Usina da Pedra, quatro polícias militares chegaram ao local da ocupação, sendo intimidados pelos acampados que empunhavam facões. No entanto, esta ação do MST não obteve sucesso. As famílias foram despejadas por força de ação judicial, deixando pacificamente o local da ocupação (MST, 2007).

Em 1º de setembro de 2009, ocorreu uma segunda divisão na estrutura do assentamento Santo Dias, liderado pelo MLST, surgindo a Cooperativa Luiza Mahin, formada por 62 famílias e liderado por um grupo de três mulheres. A divisão ocorreu no momento da aquisição do material de construção para as moradias do assentamento, considerado de baixa qualidade pelos dissidentes ao acordado pelo movimento. O ápice da discórdia ocorreu com um incêndio no barraco onde o grupo realizava suas reuniões, que apontaram lideranças do MLST como autores (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010a).

A empresa proprietária da Fazenda da Barra, a Fundação Sinhá Junqueira procurou em diversas ocasiões recorrer ao poder judiciário a fim de reverter o processo de ocupação de sua propriedade. Em um primeiro momento, moveu uma ação na Justiça de Ribeirão Preto, solicitando ao poder judiciário que proibisse a ocupação de sua propriedade. No entanto, a ação teve resultado favorável ao INCRA em setembro de 2004. O fato de a propriedade ter deixando de cumprir sua função social e acrescentados os prejuízos ambientais ocasionados por seus proprietários ao meio ambiente, levou o poder judiciário local a não condenar a ocupação e, conseqüentemente, a não garantir proteção ao direito de posse à empresa proprietária. De acordo com a sentença divulgada, em 23 de setembro de 2004, a Fazenda da Barra apresentava Grau de Utilização da Terra de 98% e Grau de Eficiência na exploração de 62%, abaixo, portanto, do limite estabelecido para uma propriedade produtiva, não merecendo, dessa maneira, a proteção jurídica do Estado ⁹⁴. O mapa a seguir (Figura 16) descreve o uso do solo da Fazenda da Barra no ano de 2005.

⁹⁴ Os requisitos para que ocorra o aproveitamento racional e adequado da propriedade rural encontram-se estabelecidos no art. 6º da Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993:

Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 1º O grau de utilização da terra, para efeito do caput deste artigo, deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel.

§ 2º O grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento) (BRASIL, 1993).

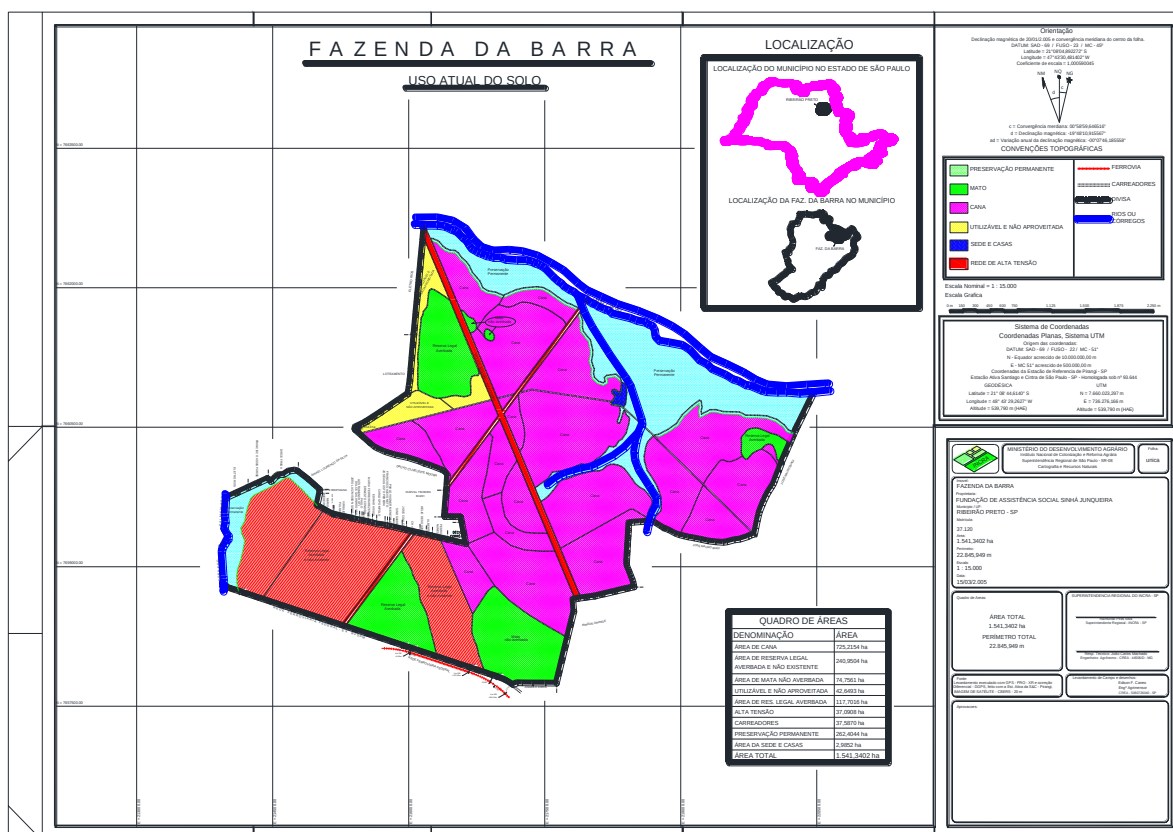


Figura 16 – Uso do Solo Fazenda da Barra (2005)

Fonte: INCRA, 2005c.

Dessa maneira, o INCRA havia vencido a primeira batalha na disputa judicial pela posse da área. Entre os réus do processo estavam dois trabalhadores rurais que também foram absolvidos. O processo administrativo da Fazenda da Barra junto ao INCRA foi concluído, através da publicação do Decreto Presidencial de 29 de dezembro de 2004⁹⁵, que opinou pela desapropriação da área para fins sociais de reforma agrária. O ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), havia recebido uma petição impetrada pelos advogados da empresa proprietária da Fazenda da Barra, requerendo uma notificação judicial a fim de que o presidente Luís Inácio Lula da Silva se recusasse a assinar o decreto de desapropriação da área, no entanto, esta solicitação foi arquivada pelo ministro.

Após a edição deste Decreto Presidencial, reiniciou-se uma verdadeira batalha jurídica entre o INCRA e a empresa proprietária da Fazenda da Barra, a Fundação Sinhá Junqueira, que interpôs um recurso na Justiça Federal, mediante uma declaração de produtividade da propriedade, a fim de impedir a emissão do título de posse. No entanto, na

⁹⁵ Neste mesmo decreto foram declaradas de interesse social para fins de reforma agrária outras duas propriedades: a Fazenda Coru-Mirim localizada no Município de Tremembé (SP) e a Fazenda Pendengo situada no Município de Castilho (SP). Ficaram excluídos das decorrências do decreto os semoventes, os maquinários, os implementos agrícolas e as benfeitorias realizadas nestas propriedades, pertencentes às pessoas que seriam beneficiadas com a sua destinação. Pelo mesmo documento estatal, o INCRA ficou autorizado a realizar as desapropriações desses imóveis e a conservar as áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente, de preferência, em uma única área, a fim de harmonizar o assentamento com a preservação do meio ambiente (BRASIL, 2004b).

capital paulista, em uma decisão unanimidade, os três desembargadores da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da Terceira Região julgaram improcedente, em 22 de março de 2007, o recurso da Fundação Sinhá Junqueira, reafirmando a decisão deferida em primeira instância na Comarca de Ribeirão Preto e reconhecendo ao INCRA o direito ao assentamento.

A unânime decisão dos desembargadores foi, sumamente, progressista, podendo inclusive influenciar demais julgamentos pelo restante do país, pois não tratou da questão a partir do Direito Civil, mas no âmbito do Direito Agrário autônomo. A tomada de decisão dos magistrados foi fundamentada na nova ordem constitucional, que proclamou a função social da propriedade como direito público subjetivo do cidadão, asseverando que a reforma agrária, além de ser um dever do Estado brasileiro, constitui-se como um imperativo dos princípios de igualdade, justiça e dignidade da pessoa humana, princípios estes proclamados como objetivos do Estado Democrático de Direito ⁹⁶.

Na Justiça Federal, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) adquiriu a posse definitiva da Fazenda da Barra em 22 de maio de 2007. Em agosto de 2005, a autarquia federal havia depositado em juízo os valores referentes à indenização das benfeitorias, 23 milhões de reais, sendo que, a maior parte deste montante, foi depositada em Títulos da Dívida Agrária (TDA) ⁹⁷. No entanto, para uma desapropriação amigável da fazenda, os proprietários desejavam 90 milhões de reais. Em 2006, o INCRA obteve a imissão de posse, mas, em setembro do mesmo ano, advogados dos proprietários conseguiram uma liminar suspendendo esse direito de posse. Após a desapropriação da Fazenda da Barra, um membro da família Junqueira, uma família quatrocentona, tradicionalmente abastada, possuidora de grandes propriedades, passou a seguir, intimidar e inclusive ameaçar de morte lideranças locais do movimento sem-terra.

As negociações entre os movimentos sociais camponeses e o INCRA objetivando o assentamento das famílias no PDS – Fazenda da Barra iniciaram-se logo após a publicação do Decreto Presidencial que declarou a Fazenda da Barra de interesse social para fins de reforma agrária em dezembro de 2004, autorizando o referido órgão estatal a realizar a desapropriação do imóvel. Neste momento, as famílias encontravam-se acampadas no Sítio Braghetto. A proposta inicial do MST era assentar no local 400 famílias em lotes de 5 hectares (50.000 m²), argumentando que o movimento havia promovido à primeira ocupação da propriedade. As famílias pertencentes ao MLST deveriam ser assentadas em uma outra área localizada em Minas Gerais. Entretanto, o INCRA não aceitou este acordo proposto pelo movimento, assentando, na propriedade mineira, outras famílias.

Em agosto de 2007, o clima na Fazenda da Barra era dos mais tensos, pois o INCRA havia somente cadastrado as famílias pertencentes aos acampamentos Mário Lago e Santo

⁹⁶ Em comemoração a unanime decisão do TRF, que reafirmou a imissão de posse da Fazenda da Barra ao INCRA, representando, de fato, o início do assentamento, a coordenadoria regional do MST organizou, na sede do assentamento Mário Lago, uma série de atividades pelo período da manhã, da tarde e noite, destacando-se uma missa celebrada pelo arcebispo de Ribeirão Preto, Dom Joviano de Lima Junior; um ato político seguido por um almoço comunitário; uma série de atividades culturais pelo período da tarde, finalizando com a realização da Festa Junina.

⁹⁷ A indenização da propriedade agrícola mediante o depósito em Títulos da Dívida Agrária (TDA) constitui uma forma de punir o infrator pelo descumprimento da função social da propriedade, pois estes títulos não podem ser resgatados à vista. Porém, as benfeitorias realizadas no imóvel, tais como: casas, poços, estufas, são pagas à vista, pois são consideradas investimentos, fruto do trabalho empregado na propriedade (INCRA, 2005a).

Dias. As famílias do acampamento Índio Galdino não haviam sido cadastradas, o que significava que não iriam participar do processo de seleção, que iria se iniciar nas próximas semanas. Frente a este acontecimento, o arcebispo metropolitano de Ribeirão Preto, Dom Joviano de Lima Júnior, interveio no processo de assentamento, enviando uma carta à Superintendência Estadual do INCRA, solicitando um urgente posicionamento da autarquia estatal acerca da situação das famílias acampadas.

Em setembro de 2007, a Superintendência Estadual do INCRA/SP tornou público os números oficiais do cadastramento das famílias acampadas na Fazenda da Barra: no acampamento Mário Lago, o Instituto havia cadastrado 280 famílias; no Santo Dias, foram cadastradas 190 famílias e, por fim, no Índio Galdino, 46 famílias, o que, por sua vez, totalizou 516 famílias candidatas a um lote familiar. Finalizada a etapa de cadastramento, o órgão estatal iniciou o processo de assinatura do compromisso ambiental.

Na ação de desapropriação, ajuizada pelo INCRA em agosto de 2005, constava que a Fazenda da Barra possuiria 1.548,48 hectares. Entretanto, as lideranças locais do MST, alegavam que a dimensão da área seria de 1.790 hectares. Tanto os números apresentados pelo INCRA, como pelo movimento sem-terra aludiam a uma realidade que os dirigentes dos três movimentos sociais evitam abordar: a de que dezenas de famílias, talvez centenas, seriam obrigadas a deixar o local após mais de três anos de ocupação.

O assentamento Fazenda da Barra, a exemplo do assentamento Sepé Tiaraju, estava sendo criado no modelo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) em razão de estar situado sobre o Aquífero Guarani. Por esse motivo, a Promotoria do Meio Ambiente firmou com a Superintendência Estadual do INCRA um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), prevendo a destinação de 35% (e não os 20% previstos em lei) da área para Reserva Legal. No caso da Fazenda da Barra, mesmo que possuísse os 1.790 hectares defendidos pelo MST, os 35% representavam 626 hectares, restando para as famílias acampadas 1.165 hectares. Caso se reproduzisse o modelo do Sepé Tiaraju na Fazenda da Barra, de lotes familiares de 3,6 hectares (36 mil m²) e mais 3 hectares de área coletiva por família, totalizando 6,6 hectares por grupo familiar, seriam assentadas na área somente 176 famílias, sendo que, 340 famílias, o dobro, teriam que deixar o local.

Analisando o quadro de áreas da antiga Fazenda da Barra, elaborado pelo INCRA/SP em 2009 (Tabela 26 e Anexo D), pode-se inferir que de um total de 1.541,3402 hectares existentes nesta propriedade, somente 740,065 foram destinados à produção agrícola, à constituição dos lotes familiares o que, em termos percentuais, representa 48,01% do total das terras. Dividindo o montante da área destinada à produção agrícola, pelas 464 famílias assentadas pelo INCRA na propriedade, chega-se a média de 1,594 hectares por lote familiar.

Tabela 26 - Áreas da Fazenda da Barra

Classe	Área (ha)	Valor %
Reserva Legal – RL 01	31.6325	2.05
Reserva Legal – RL 02	33.1439	2.15
Reserva Legal – RL 03	0.9614	0.06
Reserva Legal – RL 04	3.9752	0.26
Reserva Legal – RL 05	5.1073	0.33
Reserva Legal – RL 06	12.0769	0.78
Reserva Legal – RL 07	1.7867	0.12
Reserva Legal – RL 08	16.0343	1.04
Reserva Legal – RL 09	6.8250	0.44
Reserva Legal – RL 10	53.3437	3.46
Reserva Legal – RL 11	10.5542	0.68
Reserva Legal – RL 12	72.1928	4.68
Reserva Legal – RL 13	10.3770	0.67
Reserva Legal – RL 14	11.6956	0.76
Reserva Legal – RL 15	25.6766	1.67
Reserva Legal – RL 16	14.1846	0.92
Reserva Legal – RL 17	1.8319	0.12
Reserva Legal – RL 18	5.7834	0.38
Reserva Legal – RL 19	9.4047	0.61
Reserva Legal – RL 20	12.6413	0.82
Reserva Legal – RL 21	5.0058	0.32
Reserva Legal – RL 22	3.7737	0.24
Reserva Legal – RL 23	10.7610	0.70
Reserva Legal – RL 24	2.3636	0.15
Reserva Legal – RL 25	13.3352	0.87
Reserva Legal – RL 26	2.9463	0.19
Reserva Legal – RL 27	53.6079	3.48
Reserva Legal – RL 28	0.3157	0.02
Reserva Legal – RL 29	1.4335	0.09
Reserva Legal – RL 30	3.9841	0.26
Reserva Legal – RL 31	7.1854	0.47
Reserva Legal – RL 32	5.4497	0.35
Reserva Legal – RL 33	2.3145	0.15
Reserva Legal – RL 34	1.6470	0.11
Reserva Legal – RL 35	0.9157	0.06
Reserva Legal – RL 36	5.5728	0.36
Reserva Legal – RL 37	9.7703	0.63
Reserva Legal – RL 38	12.6817	0.82
Reserva Legal – RL 39	14.3119	0.93
Reserva Legal – RL 40	42.9017	2.78
Total de Reserva Legal	539.5065	35.00
APP	99.9436	6.49
Varzea	43.6818	2.83
Linhões	61.2727	3.98
Estradas	60.5939	3.69
Área de Lotes	740.0695	48.01
Total	1541.3402	100%

Fonte: INCRA, 2009c.

As negociações entre os movimentos sociais e a autarquia estatal foram somente finalizadas no final de 2008, momento em que o assentamento Mário Lago comportava cerca de 300 núcleos familiares, ficando estabelecido entre o INCRA e os três movimentos sociais camponeses que do MST seriam assentadas 264 famílias, em lotes familiares de 3,14 hectares (31.400 m²), do MLST (assentamento Santo Dias) 160 famílias em lotes de 1,14 hectares e do assentamento Índio Galdino, não vinculado a nenhum movimento social, 40 famílias, o que, por sua vez, totaliza um número de 464 núcleos familiares, cerca de 1.850 pessoas residindo na antiga Fazenda da Barra.

As famílias não concordaram com esse modelo de assentamento estabelecido pelo INCRA, mas acabaram aceitando. O processo não foi conduzido de uma forma muito clara por parte do INCRA. No decorrer das negociações, as famílias pertencentes ao assentamento Mário Lago chegaram a entender que o tamanho do lote estipulado em 3,14 hectares incluiria somente o lote familiar e o lote coletivo. No entanto, a proposta do INCRA incluiu nas dimensões deste lote: o lote familiar, o coletivo, áreas de preservação e áreas de reflorestamento. Dessa maneira, o lote familiar ficou com as dimensões de 1,58 hectares para a produção individual.

A seleção das 264 famílias que foram assentadas no Mário Lago não foi realizada pelo INCRA, mas pelo próprio MST, que utilizou como critério o tempo de luta pela terra, de inserção e permanência no movimento. O processo de assentamento definitivo das famílias caminhou a passos lentos, encontrando-se estas em uma fase de transição do modelo de acampamento para o de assentamento durante um longo período de tempo. Em agosto de 2008, o INCRA iniciou a divisão do terreno. As famílias foram organizadas em quatro áreas. Até o mês de janeiro de 2009, o Instituto havia demarcado somente duas áreas, mas as famílias não podiam se deslocar até seus lotes, pois não sabiam ainda aonde se localizavam e o acesso aos lotes era praticamente intransitável.

Algumas famílias ficaram assentadas provisoriamente durante um longo período de tempo em futuras áreas de preservação ambiental, em um modelo de assentamento denominado pelo movimento sem-terra como “Comuna da Terra”, uma nova proposta de pensar o processo de reforma agrária próximo aos grandes centros urbanos. A proposta é ter o autoconsumo, fornecendo alimentos orgânicos para os centros consumidores através de cooperativas que integrem as famílias dos assentados, envolvendo todos na produção.

O Ministério Público Estadual continua a intermediar o processo de assentamento das famílias, mediante a realização de periódicas reuniões, a fim de colocar em prática o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre os trabalhadores rurais e o INCRA. A seguir encontra-se um quadro síntese (Quadro 07) que procura resumir os principais momentos vivenciados pelos grupos familiares assentados no PDS - Fazenda da Barra.

Quadro 07 - Trajetória dos Grupos Familiares Assentados na Fazenda da Barra

Data	Ações
2001	A Fazenda da Barra é considerada improdutivo pelo INCRA.
20/08/2003	Aproximadamente, 100 famílias lideradas pelo MST ocupam uma área anexa à Fazenda da Barra, forçando sua desapropriação; posteriormente, deslocam-se para um terreno ao lado da Câmara Municipal, para o Parque Flamboyant e depois para uma estrada municipal próxima à Fazenda da Barra.
19/04/2004	Cerca de 160 famílias lideradas pelo MST são retiradas da estrada municipal; um advogado simpatizante do movimento sem-terra oferece uma área a 3 km para a montagem do novo acampamento.
01/05/2004	Ocorre uma dissidência no MST e 25 famílias formam um segundo acampamento na estrada municipal que daria origem ao acampamento do MLST
21/09/2004	O gerente da Fazenda da Barra faz um boletim de ocorrência contra os sem-terra, acusando-os de invadir a propriedade.
11/10/2004	Um grupo de 86 famílias lideradas pelo MLST ocupam a Fazenda da Barra no sentido oposto a sua sede, onde estavam acampadas as famílias lideradas pelo MST.
13/10/2004	O MST e o MLST começam a dividir a área em lotes; no município, o MST começa a recrutar pessoas interessadas em acampar no local.
26/10/2004	As empresas ligadas aos proprietários da Fazenda da Barra ingressam no Supremo Tribunal Federal com um pedido para notificar judicialmente o Presidente Luís Inácio Lula da Silva e o ministro do Desenvolvimento Agrário a fim de que se abstivessem de desapropriar a propriedade.
27/10/2004	O líder nacional do MST, João Pedro Stédile, visita a área.
25/11/2004	O cumprimento da ordem de reintegração de posse é suspensa por determinação judicial.
16/12/2004	Metade do grupo ligado ao MLST (cerca de 60 famílias) que se encontrava acampado na estrada municipal desloca-se para o interior da fazenda.
30/12/2004	O Presidente Luís Inácio Lula da Silva publica o decreto de desapropriação da fazenda.
03/10/2006	O INCRA anuncia que irá construir um poço artesiano para a subsistência das famílias, porém, somente foi construindo dois anos depois.
03/04/2007	Surge uma nova dissidência no grupo liderado pelo MLST, que dá origem ao assentamento Índio Galdino, com 15 famílias.
22/05/2007	O Tribunal Regional Federal nega recurso dos proprietários e libera a Fazenda da Barra para a reforma agrária
12/07/2007	Acampados do MST e do MLST entram em conflito por problema em estrada comum; o INCRA intervém e cria uma estrada para cada grupo.
31/03/2008	O INCRA começa a selecionar famílias para os três assentamentos; no MLST, 31 famílias excedentes têm de deixar a área.
01/09/2009	O grupo do MLST sofre uma nova divisão, surgindo o assentamento Luiza Mahin com 62 famílias.

Fonte: Folha de São Paulo, 2010a.

3.5.2. A Infraestrutura do PDS – Fazenda da Barra

Os movimentos sociais camponeses, colocando em prática as suas estratégias de luta, ocupam territórios do capital agroindustrial, denunciando às práticas ilegais de trabalho escravo, crimes ambientais, grilagem de terras, sonegação fiscal, entre outros. Como resultado desse processo de luta, surgem os projetos de assentamentos de reforma agrária com a consequente reterritorialização do campesinato. Contudo, a conquista da terra é somente o primeiro passo para a garantia da melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais sem-terra, pois inseridos no projeto de assentamento emergem novas demandas sociais, tais

como: saúde, educação, cultura, moradia, energia elétrica, saneamento básico, comercialização, entre outros.

O PDS – Fazenda da Barra, observado a partir de sua infraestrutura básica atual, não pode ser considerado como um projeto de assentamento rural consolidado, embora seja contabilizado pela Superintendência Estadual do INCRA/SP com tal. As famílias assentadas permaneceram durante um longo período de tempo residindo em barracos de madeira, sem energia elétrica e saneamento básico, o que poderia vir a ocasionar a contaminação de minas existentes no local ou mesmo do próprio Aquífero Guarani. A liberação dos recursos para a construção das moradias nos projetos de assentamentos continua a ser uma antiga reivindicação, pois do montante de R\$ 15 mil que cada família tem direito, somente foram acessados R\$ 7 mil deste valor, restando R\$ 8 mil para serem liberados. Dessa maneira, as moradias permanecem inacabadas (Figura 17).



Figura 17 – Imagens Comparativas de Condições de Moradia (2009-2013)

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2009 e 2013.

O atendimento médico das 462 famílias assentadas nos quatro projetos de assentamento (Mário Lago, Santo Dias, Índio Galdino e Luiza Mahin), até o ano de 2011, era somente realizado em uma única Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada no Bairro Ribeirão Verde, o que acarretava sobrecarga em seu sistema de atendimento. A partir desse ano, o poder público municipal passou a implantar no projeto de assentamento uma equipe do Programa Saúde da Família Rural (PSFR), composta por um clínico geral, um pediatra, duas

enfermeiras e três agentes comunitárias de saúde, equipe essa que conta com o suporte do “Dr. Móvel”, um ônibus adaptado como consultório médico.

A rede de energia elétrica do PDS – Fazenda da Barra começou a ser instalada pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) somente, em 2009, através do Programa Luz para Todos do Governo Federal com tarifas sociais. A sistemática de instalação iniciou-se pelo assentamento Índio Galdino, atendendo, primeiramente, 45 famílias, passando pelo assentamento Santo Dias, constituído por 160 famílias vinculadas ao Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) até atingir sua última etapa com o assentamento Mário Lago, possibilitando o fornecimento de energia elétrica para as 264 famílias de trabalhadores rurais vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A vida sem energia na Fazenda da Barra não permitia que famílias assentadas adquirissem eletrodomésticos, como, por exemplo, geladeiras e chuveiros elétricos. Algumas moradias, localizadas nas proximidades do Bairro Ribeirão Verde, conseguiam efetuar ligações clandestinas, mas a energia era muito fraca e praticamente somente funcionava durante o período da madrugada.

As vias internas do assentamento são todas de terra e consistem em antigos e acidentados carregadores de cana-de-açúcar. Dessa maneira, a locomoção dos assentados, simpatizantes dos movimentos sociais e pesquisadores encontra-se bastante prejudicada, em razão das más condições destas vias. Ainda a respeito do transporte dos assentados, cabe ressaltar que a Fazenda da Barra possui entre 1500 a 1700 hectares, atingindo distâncias internas de até 7 km. Apesar desse fato, existe somente um ponto de ônibus próximo ao local, sendo que a maioria das famílias assentadas necessita percorrer toda a distância interna para poder fazer uso deste serviço público urbano.

Nos três primeiros anos de existência do assentamento, a única infraestrutura implantada pelo INCRA no projeto foi a construção de um poço artesiano, perfurado, em 2005, que, no entanto, beneficiava somente dois grupos de famílias que se encontram pré-assentadas nas proximidades, mas que ainda necessitam se deslocarem até o local para captarem água. As famílias estavam utilizando de forma irregular este posto, pois a sua perfuração não foi autorizada pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE), colocando em risco o Aquífero Guarani, que poderia ser contaminado pela utilização inadequada da estrutura.

Em razão da perfuração do posto não ter seguido critérios técnicos e a captação de água não ter acompanhamento, existia a possibilidade de contaminação do manancial. De acordo com a legislação em vigor, nesta região do município, localizada para além dos anéis viários da cidade, é permitida a perfuração de poços artesanais por particulares, mas, para isso, deve ser concedida autorização do DAEE, que é o caso do local onde está localizado o assentamento, nas proximidades do Bairro Ribeirão Verde.

Ao que tudo indica o INCRA não possui um projeto concreto para a distribuição de água para a totalidade do assentamento, que até recentemente era abastecido por caminhões-pipa enviados pelo DAERP (Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto). As famílias utilizavam desta água fornecida pelo órgão municipal para beberem e para o preparo de sua alimentação. Percorrendo o assentamento era possível se observar em frente aos antigos barracos cisternas improvisadas, latas e caixas de água também para a captação da água da

chuva. A partir de 2011, o INCRA perfurou mais oito poços artesianos no local, mas que não garantem a distribuição de água para as famílias assentadas consumirem em alimentação.

Além da distribuição de água potável, o poder público municipal realizava e tem ainda realizado o transporte escolar, pois o projeto de assentamento não possui uma unidade escolar, ou melhor, uma Escola do Campo. Os estudantes entre crianças e adolescentes estudam em seis escolas da cidade, sendo uma estadual e cinco municipais. A prefeitura vem também realizando a coleta dos resíduos sólidos domésticos. As famílias vêm se organizando no sentido de realizarem a coleta seletiva dos resíduos sólidos domésticos, entretanto não dispõe de estrutura adequada para a destinação do lixo reciclável produzido no assentamento.

O serviço de transporte escolar vem a um longo tempo sofrendo críticas por parte das famílias assentadas. Em 2005, momento em que, o acampamento possuía, aproximadamente, 250 crianças, o poder público municipal havia se recusado a entrar na propriedade para realizar o transporte escolar, alegando que estaria cometendo invasão de propriedade ao adentrar uma propriedade particular sem o consentimento de seus proprietários. Existe inclusive um inquérito civil aberto no Ministério Público Estadual a fim de se averiguar as inúmeras irregularidades que colocam em risco a vida das crianças e adolescentes em idade escolar. Além disso, existem crianças em idade pré-escolar que estão fora da escola por falta de atendimento público ⁹⁸.

O discurso que passou a ser desenvolvido a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) ⁹⁹ com relação a uma maior participação do poder público municipal no desenvolvimento e na consolidação dos projetos de assentamentos rurais não se aplica à realidade deste assentamento, pois desde a instalação do primeiro acampamento, em 2003, poucos investimentos municipais foram realizados no local nas áreas de saneamento básico, principalmente, no que refere ao fornecimento de água, coleta e destinação de resíduos sólidos domésticos, transporte público, saúde e educação, o que, por sua vez vem dificultando em muito a permanência das famílias assentadas na terra conquistada.

Entre as principais demandas dos assentados está a regularização da distribuição de água, pois a construção dos demais poços artesianos pelo INCRA não garantem o abastecimento das famílias assentadas. Com relação ao setor educacional, reivindicam a

⁹⁸ Apesar do processo de criação dos projetos de assentamentos estar vinculado a organismos estaduais e federais, logo após a sua imediata instalação, o poder público local (as prefeituras) possui um papel significativo no desenvolvimento destes projetos, pois é neste território que se encontram instalados, sendo inevitável que suas demandas atinjam a esfera municipal, o que, por sua vez, permite que o poder local transforme-se em um significativo sujeito social na consolidação dos assentamentos (LIRA; BARONE, 2006).

⁹⁹ Até o primeiro governo FHC, o poder público local possuía pouca participação no encaminhamento dos projetos de assentamentos rurais, dependendo a complementaridade em ações infraestruturais através de convênios firmados com órgãos estatais. Eram tão somente de responsabilidades do poder local iniciativas com relação ao setor educacional, que se restringia ao transporte escolar e atendimento médico primário. Esta condição começou a alterar-se a partir das orientações implementadas no segundo mandato de FHC, mediante a publicação do documento intitulado “Novo Mundo Rural”, fundamento das iniciativas do governo federal com relação à problemática da agricultura familiar como um todo e, especialmente, aos assentamentos, pois logo em sua apresentação aponta uma reformulação da política nacional de reforma agrária. Com a edição deste documento em 1999, a importância do poder público local cresce significativamente no que tange à formulação e implementação de políticas públicas para assentamentos rurais. Em âmbito federal, desde o início dos anos 90, a problemática da descentralização das experiências de projetos de assentamentos vem sendo debatida. A partir dessa perspectiva, a questão do desenvolvimento local começa a ganhar importância na criação das políticas públicas nos organismos estatais responsáveis pelos assentamentos rurais (FERRANTE; BARONE, 2003).

construção de uma escola do campo no assentamento e melhorias no sistema de transporte público dos assentados em idade escolar. Mediante a realização da pesquisa de campo, verificou-se que a ausência de infraestrutura básica e de políticas públicas municipais no assentamento, nas áreas de saneamento básico, saúde, educação, coleta de resíduos sólidos domésticos e transporte público vêm gerando permanentes e intensos conflitos entre as famílias assentadas com o poder público local e com o INCRA.

3.5.3. A Organização Social das Famílias Assentadas pelo MST

As famílias assentadas no PDS - Mário Lago são provenientes de diversos estados, especialmente, São Paulo e Minas Gerais, neste último caso, famílias migrantes que se encontravam residindo na cidade de Franca e Serrana. O MST realizou um intensivo trabalho de base nestes dois municípios. Em sua grande maioria, os grupos familiares eram antigos moradores das periferias urbanas da região de Ribeirão Preto: desempregados, com baixa instrução escolar, não possuíam casa própria (alugada ou financiada), encontrando-se ainda endividadas, constituindo-se, dessa maneira, na clientela típica a ser mobilizada pelo movimento sem-terra: despossuídos sociais, que não passavam de meros números nas estatísticas de exclusão social.

A partir de dados acolhidos em campo, tornou-se possível identificar quatro grupos de famílias assentadas com relação ao tempo de permanência no assentamento. O primeiro grupo denominado pelo pesquisador como originário, pois estas famílias participaram de todo o processo de mobilização e ocupação da Fazenda da Barra, sob a liderança do MST, encontra-se instalado no assentamento desde o mês de agosto de 2003. Os demais grupos familiares são provenientes de tentativas frustradas de ocupações de terra lideradas pelo movimento nas regiões de Ribeirão Preto, Franca e Campinas e que, despejados por força de ação judicial, foram deslocados pelo movimento até o assentamento para não permanecerem à margem de alguma rodovia. Esses três grupos são oriundos do acampamento Salete Strozake (Batatais), do acampamento Terra Sem-Males, localizado em Campinas e da ocupação da Fazenda da Barra II (Ribeirão Preto), acampamento Antonio Gramsci.

Essas famílias conseguiram ser assentadas no projeto em razão da desistência de muitas famílias, que não suportaram a demora do processo de assentamento conduzido pelo INCRA, idealizavam que teriam um acesso imediato à terra ao ingressarem no movimento sem-terra. Desta maneira, o assentamento Mário Lago comporta famílias assentadas há 11 anos (Grupo Originário, o menor grupo, assentado desde 2003), oito anos (Acampamento Salete Strozake, com 15 a 20 famílias, assentadas desde 2006), sete anos (Acampamento Terra Sem-Males, com 30 famílias, assentadas em 2007) e seis anos (Acampamento Antonio Gramsci, assentado em 2008). No entanto, com o passar do tempo, muitas dessas famílias, provenientes dessas três tentativas frustradas de ocupação lideradas pelo MST também se evadiram do assentamento, abandonando a luta pela terra.

Ainda acerca da trajetória de vida desses grupos familiares, faz-se importante relatar que as famílias provenientes dos acampamentos Terra Sem-Males e Salete Strozake passaram por um violento processo nas ações de reintegração de posse, sofrendo inclusive violência moral e física por parte da Polícia Militar. No caso do acampamento Salete Strozake, o

movimento realizou uma ocupação em uma antiga unidade da FEBEM, atual Fundação CASA, que se encontrava desativada a cerca de dezessete anos. Na ação de reintegração de posse, as famílias foram presas pela Polícia Militar em uma estrutura existente na própria unidade. Os agentes do Estado indagavam as famílias acerca de quem seria o líder ou líderes da ocupação. Posteriormente, estas famílias foram conduzidas pela Polícia Militar até um ginásio de esporte, local onde permaneceram presas durante cerca de uma semana sem poderem sair da quadra do ginásio de esporte.

Mediante a realização do trabalho de campo junto às famílias assentadas, tornou-se possível também identificar três grupos de família, no que tange ao vínculo anterior com a terra: antigos camponeses que perderam o vínculo com a terra ao deslocarem-se para os centros urbanos e que vieram a se transformar em proletários (pedreiros, auxiliares de serviços gerais, motoristas, sapateiros, catadores de sucata, faxineiras, entre outros); trabalhadores rurais assalariados, em especial, antigos colhedores de laranja e ex-cortadores de cana-de-açúcar das usinas da região de Ribeirão Preto.

O terceiro grupo de famílias, cerca de 50%, é constituído por trabalhadores urbanos sem nenhuma experiência anterior com a agricultura, que, por sua vez, sentiram uma enorme dificuldade no processo de adaptação do meio urbano para o rural, especialmente, no que diz respeito ao manejo da terra e com a convivência com outras famílias a partir das normas internas estabelecidas pelo movimento sem-terra para a generalidade do assentamento.

As 264 famílias assentadas no PDS – Mário Lago, o que, por sua vez, totaliza um número aproximado de cerca de 1000 pessoas são internamente organizadas pelo MST em vinte núcleos de base ou moradia, que agregam de 10 a 20 famílias (Tabela 27). Um dos propósitos desse modelo de organização estabelecido pelo movimento é estabelecer laços de solidariedade entre as famílias envolvidas neste processo: a pessoa não possui mais simplesmente três ou quatro familiares, mas cerca de sessenta ou oitenta familiares.

Tabela 27 - Número de Famílias por Núcleo de Moradia no PDS - Mário Lago (2008)

Ordem	Núcleos de Moradia	Número de Famílias
01	Antonio Conselheiro	11
02	Celso Furtado	21
03	Che Guevara	14
04	Zumbi dos Palmares	15
05	Frei Tito	10
06	Camilo Torres	08
07	Patativa do Assaré	10
08	Padre Jansen	10
09	Salette Strozaki	14
10	Paulo Freire	08
11	Caio Prado	11
12	Margarida Alves	12
13	Oziel Alves	10
14	Rosa Luxemburgo	10
15	Dom Helder	09
16	Dandara	22
17	Roseli Nunes	20
18	Josué de Castro	22
19	Terra Sem Males	16
20	Manoel Gomes	07
Total		260

Fonte: Gonçalves, 2010.

Os núcleos de moradia são intitulados com nomes de personalidades que se envolveram em questões sociais e políticas, como, por exemplo, Dom Hélder Câmara, Antonio Gramsci, Rosa Luxemburgo, Zumbi dos Palmares, Che Guevara, Dandara, Paulo Freire, Chico Mendes, entre outros. Para cada um desses núcleos de moradia, existe um coordenador e uma coordenadora geral, eleitos pelos membros dos núcleos e que se encontram subordinados aos coordenadores locais do MST.

Nos núcleos de moradia, existem ainda os chamados coordenadores de setor, que são: produção, saúde, educação, gênero, ciranda, direitos humanos, segurança, secretaria e grupo de jovens. Os coordenadores não são impostos pelos dirigentes do movimento, a eleição dos coordenadores gerais e de setores ocorre de uma maneira democrática, pública e mediante o voto aberto, por um processo de indicação e por um consentimento da maioria envolvida no processo eleitoral.

As reuniões dos coordenadores gerais e dos núcleos de moradia são realizadas semanalmente. Às segundas-feiras ocorrem as reuniões dos coordenadores gerais de núcleo, nas quais, participam também técnicos do INCRA. Os coordenadores gerais possuem a incumbência de transmitir aos núcleos que são responsáveis o resultado dos assuntos discutidos nessas reuniões e elevar as reivindicações dos núcleos aos demais coordenadores e técnicos do INCRA. Nos demais dias da semana, ocorrem as reuniões dos coordenadores de setores com os núcleos de moradia: às terças-feiras, são realizadas as reuniões dos setores de educação, segurança e ciranda, às quartas-feiras, esporte cultura, e lazer, quintas-feiras, produção. Aos sábados são realizados encontros com a Pastoral da Criança. A pesagem das crianças é realizada todo segundo sábado do mês.

Nestas reuniões, além do coordenador há um relator, que possui a função de redigir a ata da reunião. Nas reuniões, todos têm o dever de ouvir, mas também o direito de se posicionar. Em uma das visitas ao assentamento, o pesquisador chegou a presenciar uma reunião do grupo de jovens, dialogando alguns minutos com os participantes, que o ouviram acerca dos propósitos de sua pesquisa de uma maneira muito atenciosa e respeitosa. Os coordenadores tanto gerais, como setoriais não possuem um mandato vitalício, muito pelo contrário, podem ser destituídos de seus cargos a qualquer momento, caso não trabalhem para atingir os propósitos estabelecidos coletivamente.

Esta forma de organização das famílias estabelecida pelo movimento sem-terra em núcleos de moradia e em setores decorrer ocorre desde a fase de acampamento, com algumas variações no setor de segurança, em razão das dimensões da propriedade ocupada, ou seja, a não existência de uma guarda volante. Este modelo de organização é utilizada pelo movimento sem-terra inclusive contra a própria atuação dos técnicos INCRA no processo de assentamento definitivo das famílias.

O principal objetivo desta estrutura de organização implementada pelo MST, que pode alterar-se de acordo com as especificidades e necessidades de cada assentamento, é fortalecer a comunidade visando à resistência para o enfrentamento, na ausência de políticas públicas estatais. Esta forma de organização emerge da base para o topo e se reflete na escolha dos coordenadores que, por sua vez, possuem a incumbência de organizar o todo da comunidade, não significando uma relação hierárquica de poder ou de *status*, mas de serviço

por parte dos coordenadores com relação à comunidade, pois a qualquer momento podem ser destituídos e/ou substituídos dos cargos que temporariamente ocupam, caso suas ações não estejam de acordo com o que foi estabelecido pelo núcleo de moradia que representam ou pelo conjunto da comunidade.

Com relação à infraestrutura organizacional do assentamento, as famílias utilizam-se quase que exclusivamente das remanescentes estruturas físicas da antiga Fazenda da Barra. Embora de maneira precária, o assentamento conta com uma secretaria localizada em sua entrada, na qual se encontra toda a documentação das famílias assentada. As diversas festividades realizadas no assentamento, tais como: Folia de Reis; Festa Junina; Festival do Milho; Encontro de Violeiros, bem como as reuniões dos coordenadores gerais, dos núcleos de moradia e dos setores são realizadas na antiga sede da Fazenda da Barra ou mesmo no próprio estábulo, adaptado para este objetivo coletivo. Ainda na sede do assentamento, para os assentados (jovens, adultos e idosos) que não foram alfabetizados pelo sistema escolar, o assentamento dispõe de um curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ministrado pelas próprias famílias assentadas e que se encontram alfabetizadas.

No que se refere às regras morais, éticas e comportamentais existentes no assentamento, as famílias fazem muita questão de indicar um rigoroso corpo de normas obrigatórias entre os assentados, desejando deixar claro ao pesquisador que no local existe uma determinada “organicidade”, termo usualmente utilizado pelas famílias assentadas. No entanto, muitas dessas regras são determinadas pelo próprio movimento sem-terra e aplicadas à totalidade dos assentados que se encontram sob sua liderança, o que, por sua vez, não garante uma construção plenamente participativa da coletividade. Evidencia-se uma forte preocupação com o controle social como forma de garantir a coesão social no assentamento e o sucesso das reivindicações sociais pretendidas pelos assentados.

Formado por doze itens, o regimento interno do assentamento foi logo estabelecido na fase de acampamento provisório em 2003. Dentre as regras existentes no assentamento, podem ser citadas: a proibição ao uso de drogas; do adultério; do abandono do lar; da prostituição; de assédio sexual; de qualquer espécie de agressão (moral e/ou física); de estupro; roubo tanto dentro do assentamento, como fora; todas as pessoas que adentram ao assentamento devem ser identificadas; proibição da comercialização individual dentro do assentamento; de arrecadação individual, mas sim coletiva; do alcoolismo, entre outras. Dessa maneira, pretende o movimento não reproduzir no interior do assentamento todos esses problemas vivenciados na sociedade.

Caso ocorra a violação de alguma dessas regras, a pessoa é levada a uma discussão coletiva, bem como à discussão entre os coordenadores para uma possível resolução do problema. A penalidade mais grave para as infrações é a expulsão da pessoa do assentamento, um processo que denominam auto exclusão, isto é, a pessoa quebrando as regras estabelecidas estaria se auto excluindo da comunidade.

No que tange à relação das famílias assentadas com os dirigentes locais do movimento sem-terra, constatou-se, uma segunda tentativa de divisão na estrutura de organização política do assentamento Mário Lago. A partir de relatos orais, verificou-se que um grupo considerável de famílias, provenientes das tentativas frustradas de ocupação, sob a liderança do MST, pretendeu os substituir pelas lideranças do assentamento Santo Dias,

dirigido pelo MLST. No entanto, esses grupos familiares foram impedidos por um grupo menor de famílias, pelo grupo originário que participou de todo o processo de mobilização e ocupação da Fazenda da Barra, alegando estas famílias que os futuros dirigentes do MLST desconheciam a sua história pessoal de luta pela terra e permanência no assentamento.

3.5.4. A Organização da Produção

O PDS - Mário Lago constitui um importante foco de luta e resistência pela posse da terra no interior do estado de São Paulo, sendo de importância, sumamente, estratégica e simbólica para o movimento sem-terra, pois se encontra instalado muito próximo a um município que é considerado centro de uma região, onde a predominância da agroindústria canavieira, com alto padrão tecnológico é praticamente absoluta. Dessa maneira, o MST pretende apresentá-lo à sociedade como um modelo alternativo de produção ao implementado pelo agronegócio local, isto é, como uma alternativa de desenvolvimento local sustentável.

O principal objetivo da coordenadoria regional do movimento é recuperar esta área degradada pela ação predatória do agronegócio, utilizando-a para a agricultura orgânica ou agroecológica, ou seja, sem a utilização de agrotóxicos, pretendendo construir um cinturão verde, que garanta o fornecimento de produtos orgânicos para Ribeirão Preto. Apesar da degradação por que passou, a Fazenda da Barra possui ainda oito maciços florestais que totalizam 308 hectares e uma Área de Preservação Permanente (APP) margeando o Rio Pardo que totaliza 130 hectares. O assentamento possui um “banco de sementes”, cujo principal objetivo é assegurar a qualidade da produção no assentamento, além de auxiliar os demais acampamentos e assentamentos da região de Ribeirão Preto.

Com o investimento empregado pelo governo federal mediante recursos advindos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) da ordem de 23 milhões de reais para o processo de desapropriação da Fazenda da Barra, quantificando quatro pessoas por família assentada, foram gerados somente no assentamento Mário Lago cerca de 1.000 empregos diretos. Dados governamentais apontam que, para cada família assentada, geram-se pelo menos três empregos indiretos.

O objeto empírico pesquisado, estruturalmente, apresenta-se como um universo social que mantém suas propostas de organização política centradas nos princípios do movimento social do qual se originou, o MST. A organização da produção apresenta-se comprometida com o atendimento ao que foi postulado em seu Projeto de Desenvolvimento Sustentável, o que significa usufruir dos recursos naturais sem agredir o meio ambiente, uma proposta de assentamento postulada pelo próprio movimento e assimilada pelo INCRA. Decorre deste modelo de produção agroecológica a sigla utilizada para a nomenclatura oficial do assentamento: PDS – Mário Lago.

A titulação da terra foi estabelecida pelo movimento sem-terra. A posse da propriedade não é individual, mas coletiva, de modo que o seu titular permanece limitado pelo compromisso que assumiu perante toda a comunidade. Este fator impede a possibilidade de venda ou arrendamento do lote familiar, objetivando fortalecer a visão coletiva da produção e permanência na terra conquistada. Ao que tudo indica o assentamento das famílias não ocorreu de acordo com as afinidades de produção pretendidas por cada assentado.

Aparentemente, para a distribuição dos lotes individuais, foi utilizado o critério parentesco, as famílias agregaram-se próximas aos seus familiares.

Até o final de 2008, as famílias encontram-se assentadas em lotes provisórios denominados “Comunas da Terra”, que possui a agroecologia como um dos seus alicerces, o que, por sua vez, significa almejar um novo padrão produtivo e tecnológico, fundamentado na sustentabilidade ecológica. Os lotes familiares não possuíam a mesma dimensão, comportando, em média, 0,9 hectares (9.000 m² ou 30 metros de largura por 300 metros de comprimento), sendo que algumas famílias possuíam mais de um lote, destinado à produção coletivamente do assentamento. Os lotes não eram delimitados por cercas, consequentemente, não era possível se identificar onde se iniciavam e/ou onde terminavam.

As dimensões deste lote familiar tornavam somente possíveis a realização de pequenas plantações e a criação de animais de pequeno porte. Esse tamanho de lote era o menor dentre os projetos de assentamentos rurais do país, que chegam a comportar vinte hectares por grupo familiar. As principais lideranças do assentamento chegaram inclusive a questionar, indagando ao pesquisador que o INCRA não dispõe de um módulo ou padrão mínimo de assentamento a ser utilizado em todo o país e que, consequentemente, os lotes diferem em muito com relação ao seu tamanho.

As dimensões do lote familiar não somente estabelecem atualmente barreiras ao processo produtivo, verificando-se também com uma baixa produção, como também causa preocupação com relação ao futuro das gerações que se sucederam no assentamento, ou seja, com um possível aumento do núcleo familiar em razão de futuros nascimentos e casamentos. Verificou-se ainda que muitas famílias encontram-se temporariamente assentadas em áreas que futuramente serão destinadas à preservação ambiental no assentamento, estando cientes que serão obrigadas a se deslocarem para outros lotes.

Os sujeitos investigados praticam a denominada agricultura tradicional, estando proibidos pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que assinaram, em acordo com o Ministério Público Estadual e com o INCRA, de não fazerem uso de quaisquer tipos agrotóxicos. Como técnicas de plantio, os assentados utilizam, por exemplo, a semente de mucuna-preta (*mucuna aterrima*), uma leguminosa anual muito utilizada pelos assentados nas plantações de milho, como uma espécie de adubo orgânico, em razão de ser uma grande fixadora de nitrogênio e muito rica em nutrientes, não sendo tão exigente quanto à fertilidade do solo, entretanto, não tolera os solos de baixa drenagem. Utilizam ainda garrafas plásticas cortadas a fim de protegerem as mudas pequenas da ação de formigas.

A produção é realizada individualmente nos lotes familiares, embora em alguns núcleos de moradia existam áreas de produção coletiva. O movimento sem-terra não obriga todas as famílias a produzirem coletivamente no assentamento. A produção coletiva é uma decisão individual. No caso de uma família evadir-se do assentamento e não havendo outro grupo familiar a ser assentado em seu lote, este não permanece improdutivo, é destinado à produção coletiva no assentamento. Neste sistema coletivo de produção, o plantio, a manutenção, a colheita e a divisão dos bens produzidos ocorrem coletivamente. A produção de polvilho e a produção da horta comunitária também são trabalhadas coletivamente. No entanto, no decorrer da pesquisa de campo, verificaram-se problemas na divisão dos bens produzidos coletivamente.

As famílias têm desenvolvido no assentamento uma incipiente policultura orgânica, produzido uma grande diversidade de gêneros alimentícios, tais como: milho, feijão de corda, feijão carioca, arroz, abóbora, mandioca, quiabo, banana, vagem cuja base é a utilização da semente crioula, que, ao contrário da semente híbrida, não possui alterações genéticas. Em sua primeira safra colhida em 2005, os assentados produziram cerca de 30 toneladas de milho, 15 toneladas de feijão e 20 toneladas de mandioca.

O assentamento não dispõe de nenhum sistema de irrigação, dependendo as famílias assentadas da água que captam da chuva mediante cisternas improvisadas, pequenos poços cavados manualmente e riachos existentes na propriedade. Por esta razão, o sistema produtivo do assentamento encontra-se totalmente subordinado às estações da natureza. As famílias realizam o plantio dos gêneros alimentícios nos meses que antecedem o período do verão (entre o final do mês outubro e o início do mês de novembro), em razão da grande incidência de precipitação pluviométrica neste período do ano. No decorrer do ano, as famílias não realizam nenhum tipo de plantio. Os gêneros alimentícios também são plantados pelos grupos familiares de acordo com a sua época de plantio.

Desde a fase de acampamento, as famílias têm produzido os mesmos gêneros alimentícios, utilizando para tanto as mesmas técnicas de plantio, considerando ainda esse modelo de produção agroecológica como uma alternativa viável ao sistema produtivo do agronegócio local (produção de cana-de-açúcar), sistema esse entendido pelos sujeitos pesquisa como pura degradação do meio ambiente e exploração do trabalho humano. No entanto, os cuidados com o meio ambiente no assentamento são muito mais percebidos no plano do discurso do que em ações concretas.

No decorrer do processo de ocupação da Fazenda da Barra e assentamento provisório das famílias acampadas, nem todos os pés de cana existentes na propriedade foram retirados para a construção dos barracos ou substituídos pela produção de alimentos para o acampamento provisório. Na sede do assentamento, havia um espaço destinado à produção de caldo de cana e rapadura. Durante algum tempo, a produção de doce de rapadura e de caldo de cana transformou-se em uma alternativa fora da ótica do INCRA para as famílias assentadas, que comercializavam esses produtos dentro e fora do assentamento, além de servir como complemento para a alimentação de animais.

No entanto, verificou-se através de depoimentos orais que os sujeitos pesquisados, em razão da formação política desenvolvida pelo movimento sem-terra, totalmente contrária à monocultura da cana-de-açúcar, não possuem grandes pretensões com relação a esta produção. Indagados a respeito desta produção, o questionamento parece soar como uma ofensa às famílias. A principal intenção do movimento sem-terra e das famílias assentadas era eliminar os pés de cana remanescente no local.

O INCRA em conjunto com o movimento sem-terra tem oferecido assistência técnica aos assentados. A qualificação técnica dos jovens do assentamento é realizada pelo movimento no Centro de Formação Dom Hélder Câmara, que, por sua vez, conta com um curso técnico agroecológico, ministrado por docentes da Unicamp, até mesmo porque cerca de 50% das famílias assentadas nesse local não possuía qualquer vínculo anterior com a agricultura. O curso é realizado em etapas que duram setenta e cinco dias, com turmas de sessenta alunos, recebendo inclusive trabalhadores rurais de diversos estados. O centro de

formação conta ainda com um curso superior de Pedagogia da Terra em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), além de oficinas de viola.

A formação política das famílias que se inicia nas reuniões de base em que são convidadas a ingressar no movimento estende-se também no referido centro de formação. Além da formação política e qualificação técnica, esta estrutura centraliza a alfabetização e a promoção da cultura popular, difundindo ainda ideias de cooperativismo e associativismo. As técnicas transmitidas no curso agroecológico permitem a recuperação do terreno sem prejuízos ao meio ambiente. As famílias têm se queixado que a terra encontra-se exaurida em razão das sucessivas plantações de cana-de-açúcar no assentamento.

No final de 2008, as famílias receberam o primeiro fomento destinado à alimentação, produção e compra de utensílios agrícolas básicos (enxadas, rastelos, martelos, entre outros) na ordem de R\$ 2.400,00, o que totalizou R\$ 633.600,00 em investimentos federais para o assentamento, que, por sua vez, foram muito bem recebidos pelas famílias¹⁰⁰. Esse primeiro fomento foi recebido pelas famílias em três parcelas. No entanto, como as famílias encontravam-se assentadas em lotes provisório, estas investiram esse primeiro fomento em uma propriedade que futuramente poderia não lhes pertencer.

Com a liberação desse primeiro crédito agrícola pelo INCRA, emerge um novo conflito no assentamento, pois um grupo de famílias desejava utilizar parte dos recursos financeiros para a aquisição de eletrodomésticos e móveis para suas residências, no entanto, essas famílias foram impedidas pelos técnicos do INCRA. Com o assentamento provisório das famílias, o INCRA deixou de distribuir cestas básicas às famílias pré-assentadas. No primeiro fomento, os grupos familiares utilizaram a primeira parcela de setecentos reais para a compra de alimentos. Em 2008, o início das chuvas atrasou, dificultando dessa maneira o processo produtivo. Em virtude deste fato, as famílias assinaram um abaixo assinado, solicitando ao INCRA que, no recebimento do segundo fomento (500 reais) fossem destinados a compra de alimentos. Contudo, as famílias, em sua grande maioria, consideram como razoáveis suas atuais condições de trabalho. A mão-de-obra utilizada no assentamento é a familiar. A Tabela 28 procura sintetizar os recursos federais disponibilizados para o PDS Mário Lago entre os anos de 2008 a 2009.

Tabela 28 - Créditos Disponibilizados para o PDS - Mário Lago (2008-2009)

Ano	Tipo de Crédito	Valor Acessado	Observações
2008	Crédito Apoio	R\$ 2.400,00	Dividido em três parcelas. Todos receberam.
2008	Crédito Fomento	R\$ 2.400,00	Destinado à alimentação, produção e compra de utensílios agrícolas básicos, para desenvolvimento inicial. Disponibilizado pelo INCRA, para todos.
2009	Habitação	R\$ 7.000,00	Construção de moradia. Disponibilizado pelo INCRA, para todos.
2009	Pronaf Mulher	R\$ 2.400,00	Este crédito foi dividido em três parcelas, mas apenas uma tinha sido liberada ao conjunto das famílias até a data da entrevista.

Fonte: Carvalho, 2011.

¹⁰⁰ O Crédito Instalação Modalidade Fomento objetiva consolidar a segurança alimentar das famílias e gerar renda, fortalecendo especialmente as atividades produtivas no entorno das habitações e experiências de microcrédito associativo (INCRA, 2005b).

O projeto de assentamento encontra-se localizado em uma região caracterizada pela monocultura de exportação (cana-de-açúcar), circundado por grandes latifúndios e isolado de outros projetos de assentamentos rurais, o que, por sua vez, dificulta em muito o estabelecimento de redes de cooperação e a comercialização de seus produtos. Os produtos produzidos no assentamento são comercializados de distintas maneiras. Embora, em sua grande maioria, a produção seja realizada individualmente nos lotes familiares, o repasse dos produtos à Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) é realizado coletivamente ¹⁰¹. A adesão ao programa demonstra a importância da organização associativa, incentivando os assentados a elevarem sua produção, além de estimular as famílias associadas a procurarem outros projetos e estratégias de desenvolvimento para o assentamento.

No entanto, torna-se importante esclarecer que não são todos os assentados que possuem este convênio com a Conab. Dessa maneira, as famílias têm também comercializado individualmente seus produtos em Feiras do Produto realizadas aos sábados em frente a um supermercado localizado no Bairro Ribeirão Verde. Moradores residentes neste referido bairro também têm se deslocado até o assentamento para adquirirem os produtos.

Objetivando reverter à pejorativa concepção que vigora sobre o movimento sem-terra em parte da sociedade brasileira, criada especialmente pela mídia tanto escrita, como falada, que o intitula como uma organização criminoso, como um movimento de baderneiros, invasores de terras e desestabilizadores do Estado de Direto Democrático e, em especial, na região de Ribeirão Preto, acerca da inviabilidade de um processo mais consistente de reforma agrária frente à supremacia do agronegócio, dentre outras ações, as famílias têm realizado mensalmente a distribuição dos alimentos orgânicos produzidos no assentamento no centro da cidade de Ribeirão Preto.

Os dados colhidos mediante a realização da pesquisa de campo sugerem que os grupos familiares estão conseguindo sobreviver precariamente com o desenvolvimento da incipiente policultura orgânica no assentamento, permanecendo em uma condição de autoconsumo. Verificou-se que os sujeitos pesquisados utilizam parte dessa produção orgânica para o autoconsumo, sendo que o excedente de produção é utilizado como moeda de troca com outras famílias ou comercializado individual ou coletivamente.

À exceção da produção do polvilho, produzido coletivamente, os demais produtos orgânicos não passam por um processo de beneficiamento, não se agregando dessa maneira valor em sua cadeia produtiva. Comercializados individualmente, esses produtos são vendidos a preços irrisórios. Com os ganhos adquiridos mediante a comercialização individual e coletiva (repasse à Conab), as famílias adquirem fora do assentamento, pois não é permitido pelo movimento sem-terra qualquer tipo de comércio individual no assentamento, os demais produtos utilizados em sua alimentação. Dessa maneira, parte da riqueza produzida não permanece no próprio assentamento. A Tabela 29 descreve a produção de um grupo familiar que possui somente a renda agrícola como fonte de recursos financeiros.

¹⁰¹ A Conab é um projeto do governo federal que objetiva comprar a preços significativos (acima dos praticados no mercado) a produção de pequenos agricultores, repassando esses produtos às entidades assistencialistas (Asilos, Creches, APAES, entre outras).

Tabela 29 - Produção e Renda Agropecuária no PDS - Mário Lago (2010/2011)

Produto	Produção Anual	Preço de venda	Receita bruta anual
Hortaliças	-	-	R\$ 9.000,00
Rapadura	R\$ 2.000,00	R\$ 5,00/unidade	R\$ 10.000,00
Total bruta anual	-	-	R\$ 19.000,00
Total bruta mensal	-	-	R\$ 1.584,00

Fonte: Carvalho, 2011.

Do decorrer da pesquisa de campo, foram encontrados casos de famílias que complementam a sua renda mensal com o recebimento de benefícios de seguridade social (aposentadoria), alugueis ou mesmo realizando serviços temporários na cidade, os populares “bicos”, pois não podem possuir um vínculo empregatício (carteira assinada). Foram verificados muitos casos de faxineiras, pedreiros e auxiliares de pedreiro que realizam os chamados serviços de empreita na cidade. Após realizarem o plantio da safra a ser colhida no ano seguinte, os assentados dispõem de um considerável tempo para desempenharem tais atividades na cidade, complementando, dessa maneira, sua renda familiar. Entretanto, no período da colheita, as famílias permanecem quase que em tempo integral no assentamento.

Em 2007, surgiu uma tese na mídia brasileira afirmando que o Programa Bolsa Família do Governo Federal, aliado a uma maior identificação dos movimentos sociais que lutam pela implementação da reforma agrária no país com a pessoa do presidente da República e um aumento da subvenção destas organizações, estariam servindo como um fator de desmobilização destes mesmos movimentos sociais, esvaziando-os. As famílias prefeririam permanecer acomodadas nas periferias urbanas recebendo este benefício social a ingressarem nos referidos movimentos sociais e que, dessa maneira, o MST estaria impedindo as famílias que estão sob sua liderança de receberem este benefício social. No decorrer da pesquisa de campo, não foram encontrados elementos suficientes para corroborar a afirmação de que o MST estaria proibindo as famílias que estão sob sua responsabilidade de receberem o Programa Bolsa Família. Aliás, frente às dificuldades estruturais e até mesmo de sobrevivência enfrentados pelos sujeitos pesquisados seria uma verdadeira insanidade por parte do movimento sem-terra impedir o recebimento deste benefício social, o que, por sua vez, poderia gerar ainda mais conflitos e divisões na estrutura social do assentamento. A Tabela 30 procura sintetizar, em um quadro comparativo, a renda obtida através da produção agrícola pelas famílias assentadas nos projetos de assentamento Sepé Tiarajú e Mário Lago, assim como as fontes de complementação de renda, mediante programas do governo federal.

Tabela 30 - Quadro Comparativo da Renda Obtida nos PDS's Sepé Tiarajú/Mário Lago

	Sepé Tiarajú	Mário Lago
Renda média anual <i>per capita</i> (R\$)	3.336,48	4.826,76
Renda média mensal <i>per capita</i> (R\$)	278,04	402,23
Despesa/ano/pessoa (R\$)	1457,13	2.337,02
Despesas na renda (%)	43,67	48,41
Famílias que vivem somente com a renda agropecuária (%)	25,00	21,40
Renda não monetária anual/pessoa (R\$)	856,50	469,01
Renda não monetária mensal/pessoa (R\$)	71,37	39,08
Participação da renda não monetária na renda média anual/pessoa (%)	25,67	9,71
Benefícios de programas sociais (%)	50,00	43,00
Renda média de aposentadorias e auxílios (R\$)	688,43	2.499,00
Participação das aposentadorias e auxílios na renda média anual/pessoa (%)	20,63	51,77
Bolsa Família (%)	19,04	19,04
Aposentadoria (%)	12,50	35,71

Fonte: Adaptado de Bellentani, 2010.

Ao término desta seção do trabalho convém ainda considerar que para a efetivação do processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região de Ribeirão Preto, tornou-se imprescindível o desenvolvimento de uma estrutura organizativa constituída por uma coordenação regional do movimento, centro de formação política, setores de atividades, núcleos de base, além do intensivo trabalho de base realizado nas periferias urbanas da região.

Neste sentido, podemos acrescentar o estabelecimento de uma ação política como estratégia de disputa espacial pelo território, que se estabelece na articulação com os agentes sócio-políticos locais: setores progressistas da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra), entidades de classe, mas, especialmente, o posicionamento do Ministério Público Estadual (que não se comportou meramente como um agente processual, mas como um sujeito político) e nos processos de ocupação das sedes das instâncias governamentais (Prefeitura, INCRA, ITESP), nos debates realizados nas periferias urbanas e paralisações nas rodovias como mecanismos de popularização da luta, objetivando a ocupação de latifúndios improdutivos pertencentes ao agronegócio local e terras públicas utilizadas irregularmente pela agroindústria canavieira.

Finalmente, o processo de territorialização do movimento sem-terra nesta espacialidade pode ser compreendido como a quebra do monopólio da propriedade privada exercido pelo capital agroindustrial, mas, sobretudo do ideário de desenvolvimento e forma de reprodução social capitalista postulado por este setor da economia, introduzindo novas lógicas de ação política, de sociabilidade e resistência, novas leituras sobre o papel do Estado, bem como novos território e territorialidades a partir da consolidação dos projetos de assentamentos de reforma agrária na Região de Ribeirão Preto.

4. AS INSERÇÕES DO AGRONEGÓCIO SUCROALCOOLEIRO NO PA HORTO BUENO DE ANDRADA E A (RE) CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS NOS PDS's SEPÉ TIARAJÚ E FAZENDA DA BARRA

O presente capítulo objetiva analisar o processo de reterritorialização do campesinato nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) implementados pelo INCRA na Região de Ribeirão Preto/SP (Sepé Tiarajú, Mário Lago, Índio Galdino e Cooperativa Luiza Mahin), a partir de seus elementos constitutivos (relações de poder, símbolos, normais organizativas e a identidade subjetiva), mediante a atuação política dos movimentos sociais camponeses territorializados nesta espacialidade (MST, MLST e movimentos sociais independentes), em uma análise comparativa com as inserções do agronegócio sucroalcooleiro nos projetos de assentamento convencionais administrados pela Fundação ITESP na Região de Araraquara/SP (PA Horto Bueno de Andrada), procurando demonstrar a perda de identidade destes espaços como território da reforma agrária e como os PDS's se mantêm como esferas impermeáveis às investidas do capital agroindustrial.

4.1. O Projeto de Assentamento Convencional - PA Horto Bueno de Andrada

Ao falar da produção camponesa estamos nos referindo a um elemento inserido na reprodução do capital global, um elemento atípico, pode-se dizer, mas que de nenhuma maneira se reproduz de forma independente (...). A partir dessa perspectiva, qualificar de “capital” os meios de produção nas mãos dos camponeses, definir uma parte do excedente que é transferido como “lucro que deixa de receber” e, finalmente, qualificar sua renda como um “salário autoconsignado” é a única abordagem correta e está longe de ser uma metáfora.

(Armando Bartra Vergés)

A fim de realizarmos a análise comparativa com as inserções do agronegócio sucroalcooleiro na espacialidade dos projetos de assentamentos rurais, iniciaremos considerando as denominadas “parcerias negociais” autorizadas pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), com o projeto político dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nos PDS's Sepé Tiarajú e Fazenda da Barra e que, por sua vez, responde pelos elementos econômicos, sociais e ambientais da reforma agrária, optou-se como objeto empírico dessa análise pelo assentamento estadual Horto Bueno de Andrada, localizado na Microrregião de Araraquara e sob domínio das terras da Fundação ITESP.

Neste sentido, convém considerar que não é da pretensão deste estudo realizar uma análise dicotômica, determinista ou tão pouco maniqueísta destes distintos modelos de assentamento (PDS *versus* PA, MST vs FERAESP, INCRA vs ITESP), o que implicaria em um determinado reducionismo simplista, mas, sobretudo, identificar elementos de resistência

presentes nos PDS's, apresentando-o como um modelo alternativo de assentamento rural de reforma agrária frente aos verificados processos de *monopolização territorial* engendrados pelo capital industrial nesta espacialidade, visto que:

Não existem, da parte de todos os agentes que se movimentam neste campo específico, projetos claramente definidos e opostos. O próprio Estado e seus representantes claudicam no encaminhamento das políticas para os assentamentos, muitas delas criadas no empuxo das mobilizações dos trabalhadores rurais. Isto não significa que embates concretos aconteçam, animando o campo político criado a partir da implantação dos assentamentos e dos dilemas de sua gestão. Tais embates seriam a resultante mais conflituosa de um conjunto de tensões sociais geradas pelas relações entre os distintos agentes que se põem nesse campo (BARONE; FERRANTE, 2012, p. 756).

A análise comparativa deste estudo objetiva destacar as possíveis perspectivas de desenvolvimento, assim como os bloqueios, verificados nessas experiências de assentamento, em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/sujeitos políticos que animam o cenário regional, bem como através das tensões que se expressam no campo das alternativas políticas e econômicas (BARONE; FERRANTE, 2012). Neste sentido, destacamos as relações assimétricas presentes neste estudo, pois se tratam de modalidades de assentamento distintas, conjunturas políticas distintas, número de famílias assentadas, dimensão dos lotes familiares, assim como também apontamos os pontos de convergência desta análise: a base territorial e econômica comum (agronegócio sucroalcooleiro/produção de cana-de-açúcar) e o fato das famílias terem sido lideradas por movimentos sócio-territoriais.

Ainda a respeito da perspectiva analítica adotada neste estudo, convém considerar que não é da pretensão deste trabalho apontar, ou muito menos julgar possíveis detratores, vítimas ou heróis da reforma agrária ou da questão agrária, mas analisar as distintas determinações territoriais engendradas pelo capital agroindustrial (setor sucroalcooleiro) e pelos movimentos sociais camponeses em seus processos de espacialização e territorialização nos projetos de assentamento rural de reforma agrária.

Além do projeto de assentamento Horto Bueno de Andrada, a Microrregião de Araraquara, localidade do estado de São Paulo, possui outros dois projetos de assentamentos rurais que resultaram de distintas políticas públicas gestadas nos últimos vinte anos: o Monte Alegre (Figura 18), também sob a responsabilidade do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e o Bela Vista do Chibarro administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As primeiras áreas do projeto Monte Alegre (Monte Alegre I, II, III e IV) começaram a ser instaladas entre os anos de 1985 e 1986, ainda durante a gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), sendo que a sua completa ocupação ocorreu quase uma década depois. Atualmente, o assentamento conta com 6 áreas e 358 lotes familiares (FERRANTE, 2002).

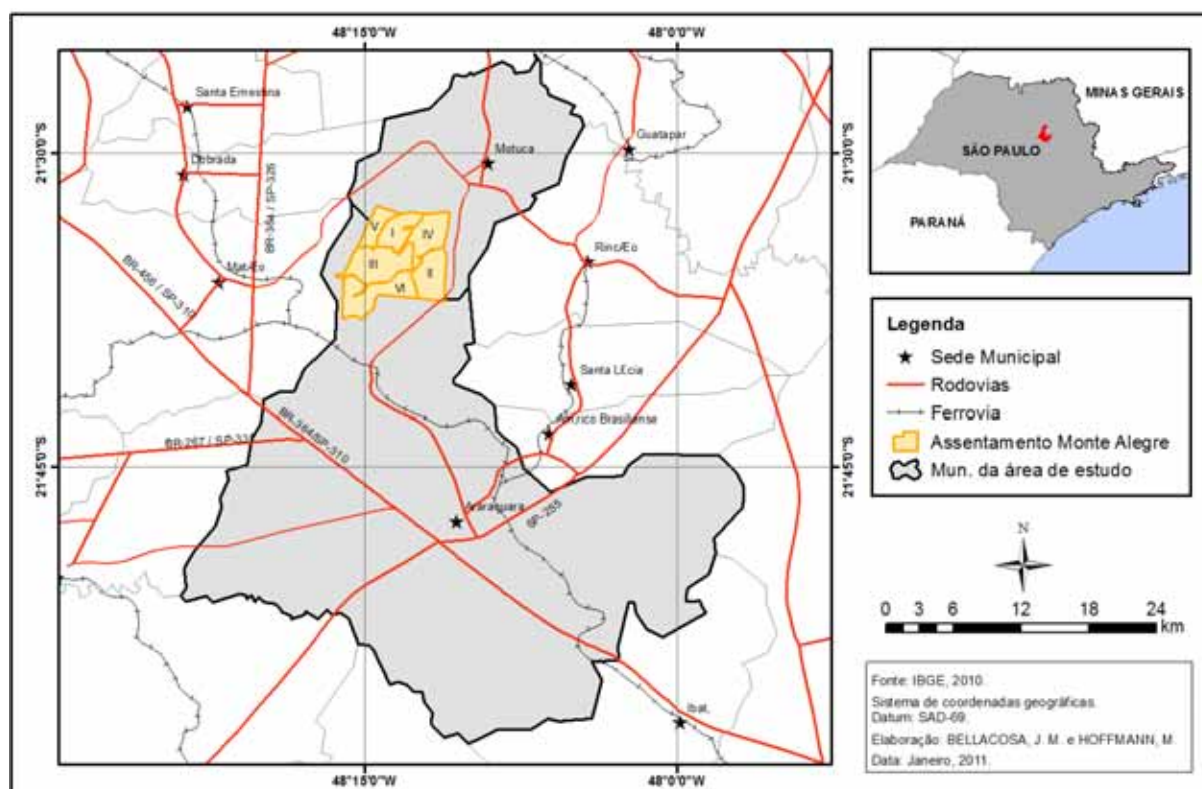


Figura 18 - Mapa do Assentamento Monte Alegre

Fonte: Bellacosa, 2012.

A área de implantação do projeto de assentamento Horto Bueno de Andrada, a antiga Fazenda Monte Alegre, foi adquirida pelo governo do estado de São Paulo ainda no decorrer da década de 1940, mediante arrecadação de impostos, com o objetivo de produzir madeira por meio da plantação de eucalipto para a construção da Estrada de Ferro Araraquarense, mas, durante a década de 1970, com a criação da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA) a propriedade tornou-se ociosa e, sob a coordenação da CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), diversas empresas organizadas conseguiram obter financiamento do governo federal para exploração da madeira. Em 1984, diversos trabalhadores começaram a reivindicar a área, a qual havia sido abandonada pela CAIC, para fins de reforma agrária, o que veio a se concretizar no ano de 1985 (PMA *et al*, 2009).

As primeiras 32 famílias de trabalhadores rurais sem-terra que adentraram a área, em agosto de 1985, eram “boias-frias” (homens e mulheres) ¹⁰², que estavam fugindo do desemprego, ocasionado, sobretudo, pela mecanização do corte da cana-de-açúcar. Dessa maneira, a ocupação da terra surge como uma alternativa ao desemprego que assolava a região em meados da década de 1980 (FERRANTE, 2000), assim como nos demonstra o depoimento a seguir:

¹⁰² O processo de proletarianização vivenciado pelos boias-frias não significou, necessariamente, uma ruptura dos possíveis vínculos com a terra, no sentido de “desenraizamento”, fato que, por sua vez, remete à exigência de remodelagens das interpretações usualmente dadas ao processo de modernização/expropriação e proletarianização rural (FERRANTE, 1992).

A terra pra mim significa grande coisa, porque, na época, a gente não tinha aonde trabalhar e hoje eu amanheço o dia, anoiteço mexendo com meus animais, com as minhas coisas, então, pra mim é muito bom isso aí (Assentado Rural, 2012).

Posteriormente, somaram-se a essas famílias 16 grupos familiares oriundos dos municípios de Cravinhos, Urupês e Pontal. Em outubro de 1985, foi criado o núcleo II, sendo assentadas 38 famílias, a maioria do município de Sertãozinho, que estavam em Pradópolis em uma área da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA). No ano de 1986, são formados os núcleos III, cujas famílias eram compostas de assalariados migrantes do estado de Minas Gerais, e IV, cuja maioria das famílias era proveniente do município de Guariba (PMA *et al*, 2009), que também concentrava forte migração de trabalhadores das regiões nordeste do país. Em 1987, a área V do Monte Alegre é ocupada por 35 famílias, boa parte oriunda do município de Sertãozinho, assentadas somente em 1991. Em 1997, a área que viria a ser o núcleo VI do assentamento, foi ocupada por 250 famílias, das quais 88 foram assentadas, e finalmente, em 1998, a antiga sede do horto florestal é ocupada, sendo regularizada sob a denominação PA Horto de Silvânia com 19 famílias assentadas, no que é considerado uma extensão do PA Monte Alegre (KURANAGA, 2006).

O projeto de assentamento Horto Bueno de Andrada foi criado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo, em 1997, durante a primeira gestão do Governo Mário Covas (1995-1998), simultaneamente, a criação do núcleo VI do projeto de assentamento Monte Alegre, em uma área total de 472,41 hectares, anteriormente, pertencente à Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) e, atualmente, comporta 31 famílias de trabalhadores rurais. As dimensões desse projeto de assentamento, além da origem comum do processo de mobilização das famílias assentadas no local e os núcleos familiares que foram assentados na área VI do assentamento Monte Alegre, fazem com que o horto possa ser considerado uma espécie de apêndice do grande projeto de assentamento Monte Alegre (FERRANTE; WHITAKER, 2010), espacialidade na qual também se verifica um contundente processo de espacialização e monopolização territorial engendrada pelo agronegócio sucroalcooleiro.

Na análise do mapa a seguir (Figura 19), observa-se a evolução da produção de cana-de-açúcar PA Monte Alegre entre os anos de 2004 a 2011.

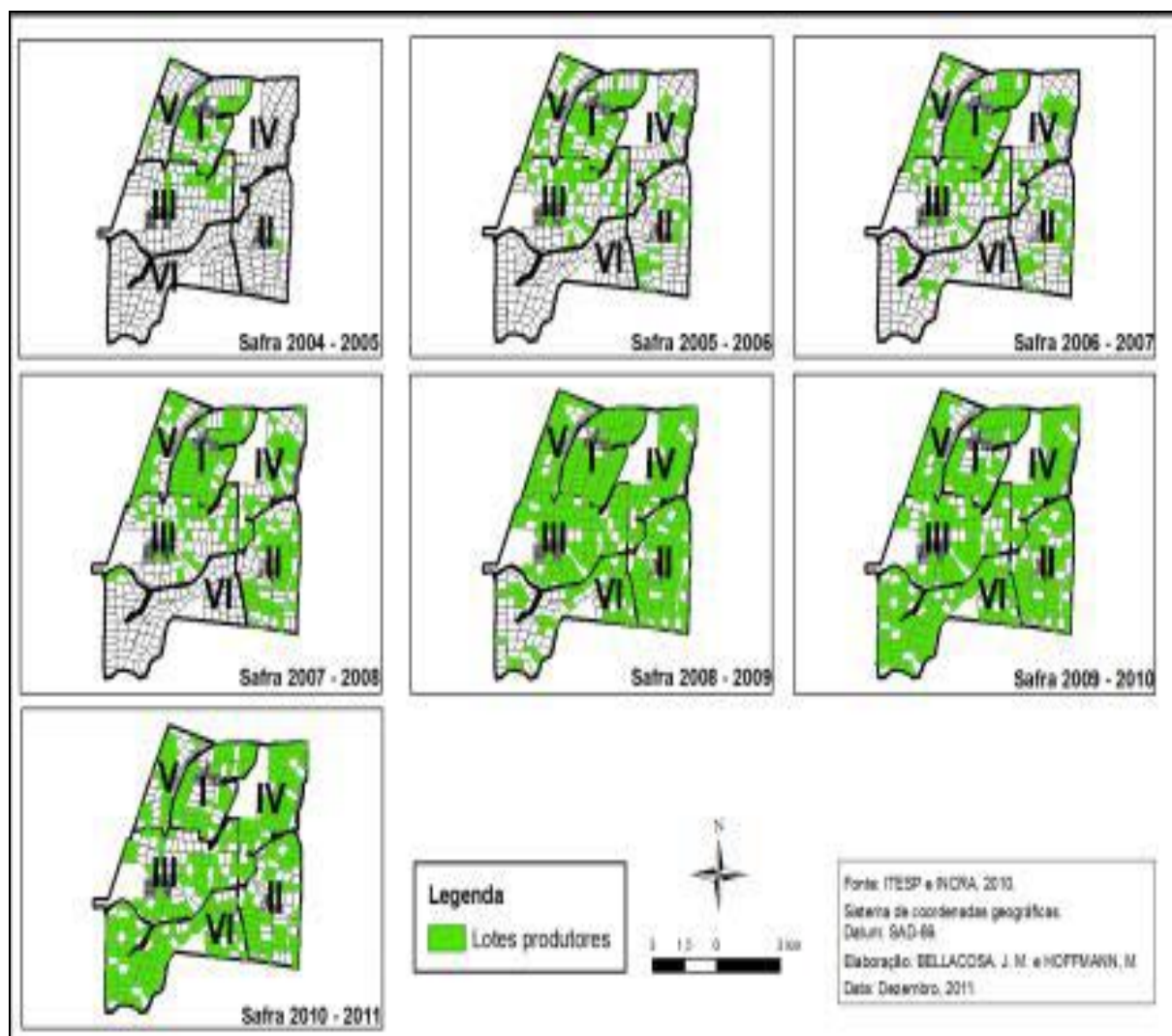


Figura 19 – Evolução das Áreas de Cana-de-açúcar no Assentamento Monte Alegre (2004-2011)

Fonte: Bellacosa, 2012.

Em 2004, 40 grupos familiares cultivaram cana-de-açúcar com repasse direto da produção para a Usina Santa Luiza, o que representou 11% do total de lotes do projeto de assentamento. Na safra seguinte, o número de famílias parceiras duplicou, com 96 famílias aderindo ao “Projeto Cana”. Na safra 2006/2007, 137 famílias assinaram contrato de parceria com a agroindústria açucareira, o que resultou em uma elevação para 38% o número de lotes participantes do projeto. Com um aumento expressivo safra após safra, o cultivo atingiu o seu ápice no ciclo canavieiro 2009/2010 com um total de 282 lotes produtores, o que representou 79% das famílias assentadas nesse projeto de assentamento. Contudo, na safra 2010/2011, ocorreu um decréscimo de produtores, em razão do intervalo de tempo entre o término da safra e a renovação dos contratos de parceria com a agroindústria (BELLACOSA, 2012).

Dessa maneira, a área utilizada para a produção de cana-de-açúcar elevou-se de 229,59 hectares, o equivalente a 5% da área total agricultável do projeto de assentamento no ciclo canavieiro 2004/2005 para 1.777,44 hectares na safra 2009/2010, o que representa 36%, seguido de 1.487,78, em 2011, 30% da área agricultável. Levando-se em consideração o

limite de 50% estabelecido pela Portaria Itesp 77/2004, pode-se inferir que a produção de cana-de-açúcar foi realizada em 72% da área permitida ao cultivo, com 89% das famílias aderindo ao “Projeto Cana” em algum momento ao longo das 7 safras, significando afirmar ainda que somente 41 grupos familiares, de um total de 358, optaram por não produzirem cana-de-açúcar até a safra 2010/2011 (BELLACOSA, 2012).

A polêmica inserção da cana-de-açúcar nos projetos de assentamento rural (a exemplo do ocorrido no PA Monte Alegre) e os impactos decorrentes desta atividade não podem ser compreendidos em um sentido único, como promotores da dinâmica regional ou como únicos geradores de renda às famílias assentadas. A partir do controle efetivo que os usineiros exercem sobre o espaço, a gestão que os assentados imprimiam sobre o seu território, nos sentido de sua mobilidade e participação econômico ficou prejudicada. Nos contratos estabelecidos com as agroindústrias sucroalcooleiras existe uma assimetria de informações, sendo que, as famílias assentadas desconhecem as fórmulas de previsão da safra e o preço da cana-de-açúcar, as quais são de domínio exclusivo de agentes contratados pelo setor sucroalcooleiro usineiros, o que os conduz para fora do processo. Os assentados não conseguem saber o valor real de sua produção, o que foi gasto, a quantidade e a qualidade dos insumos, a pesagem do produto e como esta produção insere-se no circuito regional, nacional e internacional. Existem cláusulas nos contratos que impedem os assentados de qualquer resistência aos usineiros, o que caracteriza, efetivamente, uma relação de assimetria (FERRANTE; BARONE, 2011).

Frente a esse conjunto de questões polêmicas, permanece prejudicada a afirmação que ao possibilitar uma determinada renda, a cana-de-açúcar passa a ser responsável pela “eficiência” econômica dos projetos de assentamento ou pelo crescimento da renda agrícola e dinâmica dos municípios, até mesmo porque os assentamentos não podem ser meramente avaliados por indicadores de eficiência econômica ou pelos antagônicos de se avaliar essas experiências pela renda monetária. Ao aceitar a parceria, sob a forma de arrendamento, as famílias assentadas passam a enfrentar outros problemas e os riscos de se encontrarem, efetivamente, em uma condição “cativa”. Nos programas de governo, direcionados aos projetos de assentamento, não existem concretas oportunidades e/ou alternativas que se contraponham à expansão da cana-de-açúcar sobre esses territórios, sendo ainda que, a própria perspectiva de revitalização da diversificação agrícola acaba permanecendo prejudicada, embora não se possa asseverar que essa saiu de cena, permitindo, em princípio, possibilitar estratégias de permanência na terra conquistada com maior poder de decisão das famílias assentadas (FERRANTE; BARONE, 2011).

Nos casos em que as famílias aceitaram o contrato de “parceria”, agentes dos organismos gestores chegaram inclusive a indicar o PRONAF para a continuidade da produção canavieira, a fim de que os assentados cumprissem o compromisso estabelecido com a usina, o que configura uma transferência de renda de financiamento para o setor sucroalcooleiro. Contudo, neste contexto de integração/subordinação do assentado via arrendamento, existem outras situações a serem consideradas, tais como a implementação de projetos que objetivam a produção de alimentos nos projetos de assentamento, a exemplo das fomentadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), iniciativas que necessitam ser analisadas como uma gênese de modelo de desenvolvimento alternativo às economias

regionais, reconstruindo uma nova trama de tensões, agora constituída por outros agentes/agências, que, além dos assentados, envolve prefeituras e demais mediadores desta política pública ¹⁰³ (FERRANTE; BARONE, 2011).

A expansão da cana provoca certo fascínio, favorecendo, sob um ângulo, a falsa impressão de segurança dos assentados sobre suas próprias vidas. Expectativas pragmáticas que não necessariamente se sustentam ao longo dos contratos de cinco anos. De outro lado, acirram-se conflitos com o órgão gestor, conflitos que estão diretamente ligados à expansão da cana. Esta está, na verdade, no bojo de muitas dessas questões irregulares responsáveis pelo acirramento das divisões que levaram a Bela Vista a ser alvo de manchetes policiais no final do último ano (ocasião do despejo judicial de um grupo plantador de cana) (FERRANTE; BARONE, 2011, p. 298).

Apesar do verificado processo de integração/subordinação do campesinato neste projeto de assentamento, o Monte Alegre não pode ser meramente caracterizado pela homogeneização de sua paisagem agrícola e o monopólio territorial engendrado pelo capital agroindustrial, pois se destaca ainda pelas experiências de autoconsumo, diversidade agrícola e o estabelecimento de agroindústrias. Quanto à sua infraestrutura, o assentamento conta com uma escola que atende a comunidades desde a creche, passando pelo ensino fundamental até o ensino médio, possuindo ainda um posto de atendimento médico e um salão para as reuniões dos assentados (ARO; FERRANTE, 2013).

Ainda neste projeto de assentamento, as mulheres têm desempenhado um protagonismo, rompendo com a invisibilidade do trabalho agrícola, destacado por iniciativas individuais e coletivas. As perspectivas de diversificação agrícola e agroindustrial vêm se apresentado sob a forma de embriões de um rumo diversificado de desenvolvimento, nos quais as relações de gênero têm peso decisivo, mediante o desenvolvimento de uma associação de mulheres para a produção de pães, destacando-se no interior deste trabalho o protagonismo da AMA (Associação de Mulheres Assentadas) no aspecto da produção e reprodução social e no papel de circulação das ideias e perspectivas de protagonismo (ARO; FERRANTE, 2013) ¹⁰⁴.

¹⁰³ Em 2013, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) implementado pela Prefeitura Municipal, em Araraquara, tornou-se alvo de denúncias que ficaram conhecidas como “Caso Napeloso”, que culminou na prisão do ex-vereador e de alguns de seus assessores diretos, acusados de montarem um esquema na Secretaria Municipal da Agricultura para desvio de recursos do programa, em um verdadeiro escândalo que levou à suspensão do programa por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), prejudicando substancialmente as famílias assentadas fornecedoras. A partir da investigação da Polícia Federal (PF), que teve início pela apuração de crime eleitoral e ocultação de bens do ex-vereador Ronaldo Napeloso, a PF encontrou fortes indícios na Secretaria de Agricultura. A fraude seria viabilizada utilizando-se da aquisição de alimentos pelo PAA. A suspeita, divulgada à imprensa, era de que falsos fornecedores, utilizando de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAPs), acabavam por ser os únicos fornecedores dos hortifrúteis à Secretaria da Agricultura, recebendo valores muito superiores ao que é estabelecido pelo programa. Dessa forma, pagariam a Napeloso pela troca de “exclusividade”.

¹⁰⁴ Até o ano de 2001, as mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre utilizavam a cozinha comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas compradas de fora. Com participações em fóruns do Orçamento Participativo e principalmente discussões de prioridades, soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos, constatou-se que, no ano de 2002, a prioridade sugerida pelo grupo de mulheres do núcleo VI do assentamento

A Associação de Mulheres do assentamento Monte Alegre se constitui por 11 assentadas e parece caminhar, regulando cada passo, em um processo lento, mas em contínua transformação. Tal experiência destaca-se pelas grandes conquistas, levando ao rompimento da invisibilidade feminina como se pode analisar pelas trajetórias de vida de algumas dessas mulheres assentadas. Relacionado à produção e à qualidade dos alimentos, constata-se que os contratos estabelecidos entre as famílias assentadas com a agroindústria canavieira têm se transformado em um motivo de preocupação entre as mulheres desse assentamento, negando-se a produzirem cana-de-açúcar no sistema de arrendamento, revelando ainda preocupações com o manejo de monoculturas, especialmente, com o elevado consumo de agroquímicos. Contudo, as mulheres ainda não possuem, em sua grande maioria, o poder de decidirem o que será produzido em seu lote familiar (ARO; FERRANTE, 2013).

Considerado uma parte do grande projeto de assentamento Monte Alegre, o PA Horto Bueno de Andrada, a exemplo do PDS Fazenda da Barra¹⁰⁵, encontra-se localizado na fronteira estrutural entre o espaço rural e o urbano, podendo ser considerado como um projeto de assentamento rural periurbano¹⁰⁶, contudo não muito próximo a um grande centro urbano, no caso em estudo, a cidade de Ribeirão Preto, mas em um pequeno distrito localizado entre os municípios de Matão e Araraquara, a noroeste do município sede dessa região (Araraquara). O distrito de Bueno de Andrada é constituído por uma dezena de quarteirões, com, aproximadamente, 360 moradores, possuindo como principais referências urbanas a estrada vicinal que divide ao meio o distrito, uma capela, uma estação de ferroviária, onde funciona a subprefeitura e uma praça central, que vem se transformando em um centro gastronômico.

O compromisso particular ou contrato de “parceria” de plantio, cultivo e fornecimento de cana-de-açúcar nas safras ou no ciclo canavieiro 2008 a 2012, firmado, em 2007, entre os grupos familiares assentados no PA Horto Bueno de Andrada com a agroindústria canavieira (Usina Maringá), juridicamente, fundamentado na Portaria ITESP nº 77/2004, estabelece como obrigações dos rendeiros/fornecedores assentados a destinação de metade do lote familiar, equivalente a 6,4 hectares ao plantio de cana-de-açúcar por 18 meses, comprometendo-se ainda as famílias a entregarem toda a produção advinda dessa área (moagem ou mudas) para a unidade industrial, sob pena de responderem judicialmente por perdas, danos e multas, incluindo-se ainda com sua responsabilidade o dever de planejar, efetuando todos os serviços, desde o preparo do solo até a colheita e transporte da cana, de

Monte Alegre foi atendida: aquisição de equipamentos para a construção de uma padaria industrial neste núcleo (ARO; FERRANTE, 2013).

¹⁰⁵ O PDS - Fazenda da Barra comporta dimensões superiores ao PDS - Sepé Tiarajú (798,00 hectares). Divergindo do MST, assevera o INCRA/SP que a área possui 1.548,48 hectares. Com 440 famílias assentadas (cerca de 1760 pessoas), tais dimensões, o assemelha a uma espécie de “vila rural”, localizada no interior de uma grande propriedade agrícola, na fronteira infraestrutural entre o espaço rural e o urbano.

¹⁰⁶ O espaço periurbano tem se constituído em uma significativa temática de discussão em razão das recentes transformações ocorridas nas áreas de transição rural-urbana, verificando-se no espaço rural, a expansão de conteúdos e formas urbanas, assim como o estabelecimento de novas relações com o espaço urbano. O espaço periurbano é dotado de uma complexidade espacial, revelando que as áreas de transição rural-urbana são espaços complexos de diferenciação social em que coexistem tensões, conflitos e idiocracias (NORONHA; HESPANHOL, 2011).

acordo com as técnicas exigidas para a cultura.

Na realidade, esse sistema de “parceria”, trata-se de uma estratégia econômica, um arrendamento camuflado, instituído a fim de enganar o fisco encontrado pelo setor sucroalcooleiro, pois, como rege a tributação federal, a referência em que se enquadra a parceria recai sob alíquotas que são mais vantajosas economicamente em relação aos contratos de arrendamento (THOMAZ JR, 1988). Não obstante, a fim de viabilizar a expansão da agroindústria sucroalcooleira sobre as áreas de assentamento, utilizou-se a terminologia “parceria”, pois a utilização do termo arrendamento enfrentaria resistências e obstáculos por se tratarem de espaços da reforma agrária, mascarando a assimetria de poder entre os contratantes (BELLACOSA, 2012).

As famílias assentadas neste projeto de assentamento desconhecem a Portaria ITESP 77/2004, chegando ao seu conhecimento somente que esta legislação é que possibilitou o plantio de cana-de-açúcar em “parceria” com a agroindústria sucroalcooleira (ALMEIDA, 2011). A referida portaria, em seu Artigo 9º, inciso I, não estabelece de forma compulsória, assim como o faz o “contrato de parceria”, a entrega de toda a produção por parte dos assentados para o setor sucroalcooleiro, mas a obrigação de aquisição da totalidade da produção de cana-de-açúcar por parte da agroindústria canavieira, o que representa uma inversão na relação entre as partes:

Artigo 9º - Os compromissos e os contratos de compra e venda, celebrados entre os assentados e as agroindústrias, instruirão o procedimento de elaboração do projeto e, obrigatoriamente, deverão conter cláusulas que disponham sobre:

I – compromisso de compra da totalidade da produção na época da safra, especificando-se a área e a espécie plantadas (ITESP, 2004).

Dessa forma, pode-se inferir que o contrato de “parceria” objetiva assegurar o monopsonio da produção camponesa por parte da usina contratante pelo período de cinco anos, ocasionando aos assentados uma dependência quanto ao futuro, especialmente, se o camponês deixar de realizar o planejamento da produção do outro restante do lote. Neste sentido, o medo da dependência reflete o medo de perder a autonomia conquistada com a terra (BELLACOSA, 2012).

No “contrato de parceria” quanto às relações trabalhistas e ao emprego de mão de obra nas atividades de plantio e colheita da cana-de-açúcar fica estabelecido que essas operações agrícolas serão realizadas, exclusivamente, por pessoas que constituem a força de trabalho residente no projeto de assentamento, e o que é mais aterrador, exime-se o setor sucroalcooleiro de quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais, responsabilizando os assentados empregadores a observarem todas as leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias, sindicais, e, especialmente, as relativas às normas de segurança e de saúde do trabalho, respondendo por todas estas obrigações, inclusive autuações e indenizações por acidentes de trabalho de seus assentados empregados.

Cláusula 4ª – Os PROMITENTE (S) VENDEDORE (S), em conformidade com os incisos III e IV do artigo 186 da Constituição Federal, compromete (m)-se a observar rigorosamente as leis trabalhistas, previdenciárias,

assistenciais, securitárias, sindicais, e especialmente relativas às normas de segurança e de saúde do trabalho, referentes aos serviços por eles executados, e responderão por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais, inclusive autuações e ainda indenizações por acidentes de trabalho, de seus empregados, prepostos ou auxiliares.

Ao eliminar os tributos trabalhistas, o setor sucroalcooleiro transfere ao camponês o custo da produção capitalista e dessa maneira retém uma parte da renda da terra desta produção. Neste processo, a produção camponesa torna-se extremamente vantajosa ao capitalista, cuja renda da terra torna-se subordinada ao capital (BELLACOSA, 2012). Tal processo consolida não apenas uma dinâmica de exploração e subsunção do trabalho, que efetivamente se estrutura sob a coordenação da usina, mas que aparece juridicamente sob a responsabilidade do assentado, como também instaura uma lógica de exploração do trabalho, alterando relações e sociabilidades de trabalho cooperativo, trabalho comum, em trabalho individual e assalariado dentro dos assentamentos.

A partir da análise do contrato de “parceria” e da pesquisa realizada *in loco*, verifica-se que nestas condições se processa a extração da renda da terra camponesa e um processo de alienação do trabalho humano, visto que:

A terra é *sine qua non* para a produção agropecuária e a forma como ela é distribuída e apropriada determina as relações que compõem a questão agrária. A condição de ser ou não proprietário da terra influencia nos resultados obtidos por quem produz através dela. A renda da terra, já amplamente analisada por diversos estudiosos da questão agrária, e em especial na Geografia, explica bem as conseqüências da propriedade privada da terra e do direito/concessão de produzir através dela. A renda da terra pode ser pré-capitalista ou capitalista. No primeiro caso, a renda da terra é apropriada através de trabalho, produto ou dinheiro que o proprietário cobra de terceiros pela concessão do direito de produzirem através de suas terras. No segundo caso, da renda da terra capitalista, ela é extraída quando o proprietário se apropria da mais valia dos trabalhadores empregados na produção em suas terras, “ela é a sobra acima do lucro (...) é uma fração da mais valia.” (OLIVEIRA, 2007b, p.43).

Todas essas conseqüências decorrem do fato de o trabalhador ser relacionado com o produto de seu trabalho como com um objeto estranho. Pois está claro que, baseado nesta premissa, quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho tanto mais poderoso se torna o mundo de objetos por ele criado em face dele mesmo, tanto mais pobre se torna a sua vida interior, e tanto menos ele se pertence a si próprio. Quanto mais de si mesmo o homem atribui a Deus, tanto menos lhe resta. O trabalhador põe a sua vida no objeto, e sua vida, então, não mais lhe pertence, porém, ao objeto. Quanto maior for sua atividade, portanto, tanto menos ele possuirá. O que está incorporado ao produto de seu trabalho não mais é dele mesmo. Quanto maior for o produto de seu trabalho, por conseguinte, tanto mais ele minguará. A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas ainda que existe independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, e que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil (MARX, 2004, p. 81).

Ainda quanto à produção, o compromisso particular prevê que caso os assentados empregadores não disponham, de imediato, de todos os subsídios técnicos, mecânicos e financeiros necessários para a implementação da cultura da cana-de-açúcar, o setor sucroalcooleiro poderá realizá-lo, mediante o fornecimento de mudas, adubos, herbicidas, equipamentos de proteção individual e todas as operações de plantio da cultura. Contudo, o valor total apurado das mudas, insumos e serviços fornecidos ou prestados pela usina serão cobrados e descontados dos seus créditos por ocasião do recebimento da produção.

Cláusula 6ª – O valor total apurado das mudas, insumos, e serviços eventualmente fornecidos ou prestados pela COMISSÁRIA COMPRADORA nos termos das cláusulas 4.1 e 5ª, serão cobrado(s) do(s) PROMITENTE(S) VENDEDORE(S) e descontados dos seus créditos junto à COMISSÁRIA COMPRADORA, por ocasião do recebimento pelas canas entregues, aos preços usuais e praticados junto aos demais fornecedores, de acordo com a tabela constante no Anexo I, e que após assinada pelas partes passará a fazer parte integrante deste compromisso. Os valores expressos em toneladas e cana por hectare deverão ser convertidos em reais pelo preço da tonelada de cana vigente à época da entrega das canas.

Este instrumento jurídico aponta não apenas a transferência de custos de produção ao assentado, sob os quais ele não tem controle de preços, o que pode representar uma estratégia de apropriação da renda, mas também subliminarmente abre espaço para os processos de gestão e coordenação do trabalho realizado nos lotes, ainda que juridicamente expresso sob a responsabilidade dos assentados ¹⁰⁷.

Apesar da iniciativa, incentivo e anuência da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o “contrato de parceria” estabelecido entre as famílias assentadas e o setor sucroalcooleiro exime a instituição e o Estado de São Paulo de quaisquer responsabilidades contratuais, fiscais, trabalhistas, securitárias, tributárias, sendo as compromissárias suas únicas responsáveis ¹⁰⁸. Dessa maneira, o papel desempenhado pela instituição restringe-se a aprovar e acompanhar a execução do projeto de fornecimento de cana-de-açúcar, fornecendo orientações técnicas, podendo ainda solicitar adequações contratuais, assim como elaborar relatórios sobre o resultado das safras, da produção e dos valores recebidos pelos assentados.

¹⁰⁷ A análise desta relação de “parceria” estabelecida entre os grupos sociais assentados com o setor sucroalcooleiro remete ao estudo realizado por José de Souza Martins, em “O Cativo da Terra”, sobre o sistema de colonato, que vigorou na Fazenda Ibicaba, no decorrer da segunda metade do século XIX, expresso da seguinte maneira em seu contrato: “vendido o café por Vergueiro & Cia pertencerá a estes a metade do seu produto líquido, e a outra metade ao (...) colono. Entretanto, o parceiro era onerado em várias despesas, a principal das quais era o pagamento do transporte e gastos de viagem dele e de toda a sua família, além da sua manutenção até os primeiros resultados do seu trabalho. Diversos procedimentos agravavam os débitos, como a manipulação das taxas cambiais, juros sobre adiantamentos, preços excessivos cobrados no armazém (em comparação com os preços das cidades próximas), além de vários abusos e restrições que, no caso da Ibicaba, logo levaram a uma rebelião. Esses recursos protelavam a remissão dos débitos dos colonos, protelando a servidão virtual em que se encontravam” (MARTINS, 1979).

¹⁰⁸ Em seu Artigo 9º, inciso V, a Portaria ITESP 77/04 também exime a instituição de quaisquer responsabilidades contratuais, fiscais, trabalhistas, securitárias, tributárias “(...) ficando a Fundação ITESP isenta de qualquer obrigação proveniente desse contrato” (ITESP, 2004).

Cláusula 12ª – As partes estão cientes de que a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP, fundação pública criada pela Lei estadual nº 10.207/99, instituída pelo Decreto nº 44.944/00, ANUI ao presente contrato na qualidade de Administradora do projeto de Assentamento onde se localiza o lote agrícola aqui envolvido. Essa anuência não envolve quaisquer responsabilidades pelos compromissos ou obrigações das partes, inclusive incidências contratuais, fiscais, trabalhistas, securitárias, tributárias ou outras, de qualquer natureza, sendo as compromissárias suas únicas responsáveis. A anuência visa aprovar e acompanhar a execução do presente projeto, inclusive fornecendo orientações agronômicas, podendo, dentre outros direitos inerentes às suas atribuições institucionais e em consonância com as disposições da Portaria nº 77/2004, requerer adequações contratuais, bem como relatórios específicos do resultado de cada safra, da produção da gleba e dos preços pagos.

12.1. – Toda e quaisquer responsabilidades decorrentes deste contrato, serão tratadas entre as partes contratantes, ficando o Estado de São Paulo bem como a Fundação ITESP isentos de quaisquer obrigações e ou responsabilidades deles oriundas.

Quanto ao término desse compromisso, o contrato estabelece que ao final, caso os assentados resolvam continuar explorando o lote familiar com o cultivo da cana-de-açúcar, em igualdade de condições com terceiros, terá preferência à usina contratante. Contudo, se os termos contratuais não bastassem o compromisso responsabiliza ainda os assentados rendeiros/fornecedores pela fiscalização sobre eventuais incêndios que venham a ocorrer com o canavial por culpa, dolo, caso fortuito ou força maior, e que, em decorrência, possam ocasionar prejuízos ambientais ou a terceiros, respondendo pelos danos que eventualmente vierem a ocorrer nos termos da legislação, responsabilizando-os junto aos órgãos fiscalizadores por eventuais ações e multas que possam ser aplicadas ao imóvel rural e respectiva área cultivada com cana-de-açúcar, devendo ainda, no desenvolvimento da cultura, observar a legislação ambiental e demais técnicas quanto à preservação do solo, nascentes, rios, fauna e flora.

Cláusula 16ª – O(s) PROMITENTES VENDEDOR(ES) se compromete(m) em demarcar, fazer e manter limpos os aceiros nas divisas existentes nos imóveis em todas as áreas cultivadas com cana-de-açúcar, principalmente nas divisas com caminhos e carregadores, reservas florestais e matas ciliares, etc. nos termos da legislação própria. É ainda de responsabilidade do(s) mesmo(s), a fiscalização sobre eventuais incêndios que possam ocorrer com o canavial, quer sejam por culpa, dolo ou ainda de caso fortuito ou força maior e que em decorrência possam causar prejuízos junto ao meio ambiente ou terceiros, respondendo pelos danos que eventualmente vier a ocorrer nos termos da legislação e se responsabilizando junto aos órgãos fiscalizadores, por eventuais ações multas que possam advir relativamente ao imóvel e respectiva área cultivada com cana-de-açúcar. Deverão ainda, na condução da referida cultura, observar sempre a legislação ambiental e demais técnicas quanto à preservação do solo, nascentes, rios, fauna, flora, etc.

A análise desta cláusula que se remete as questões ambientais representa uma transferência de responsabilidade que em verdade respondem pelo maior número de infrações

e descumprimento a legislação ambiental realizadas pelo setor sucroalcooleiro, como apresenta SOUZA (2008b):

Relativamente a esta questão, a produção de etanol tem cada vez mais violações ambientais em comparação com outros setores produtivos do estado. O setor produtor de etanol e açúcar lidera uma lista de multas por poluição ou desrespeito a legislação ambiental em todos os setores da indústria. Os dados, de acordo com a CETESB (Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental), foram 102 procedimentos aplicados às áreas de produção de cana-de-açúcar de janeiro de 2007 a abril de 2008, que agregam CAN \$ 4,8 milhões (dólares canadenses). Segundo a CETESB o setor acumula até esta data 14.124 multas e advertências¹⁰⁹.

Finalizado a análise do “contrato de parceria”, verifica-se que a sua Cláusula 21^a estabelece que se os assentados rendeiros/fornecedores vierem a violar quaisquer de suas cláusulas e/ou condições, a esses será aplicada uma multa contratual equivalente a 60 toneladas de cana-de-açúcar por hectare, ao preço apurado pelo sistema CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo), para cada ano a vencer, até o término do compromisso firmado. Tal multa, em caso de ação judicial, será ainda acrescida de 20% para cobertura de honorários advocatícios do setor sucroalcooleiro, bem como as despesas processuais que incidirem, além das perdas e danos a serem apuradas em razão de eventuais despesas que a usina tiver efetuado. Cláusula que representa a imposição e controle sob os assentados que muitas vezes apresentam dificuldades de entendimento de seu teor de obrigação e responsabilização econômica.

Através da pesquisa de campo tornou-se possível ainda constatar que o início do processo de espacialização e monopolização territorial engendrado pelo capital agroindustrial, especificamente, do agronegócio sucroalcooleiro neste projeto de assentamento, originário da política estadual de reforma agrária ocorreu, em termos contratuais, a partir do ano de 2007, ou seja, três anos após a publicação da Portaria ITESP 77, de 27 de julho de 2004 (que substituiu a Portaria 75/2002), vindo à tona no sentido de “normatizar” práticas que já se estabeleciam informalmente nos projetos de assentamentos rurais da região¹¹⁰.

O Estado, único capaz de intervir, permitir ou coordenar a intervenção do espaço, interveio alterando a legislação, criando novos mecanismos que permitissem legalmente concretizar o estabelecimento das parcerias entre os grupos assentados com setor

¹⁰⁹ *Concernant cette question, la production d'éthanol présente de plus en plus d'infractions environnementales comparativement à tout autre secteur productif d'Etat. Le secteur producteur d'éthanol et de sucre conduit une liste d'amendes appliquées pour pollution ou irrespect à la législation environnementale entre tous les secteurs de l'industrie. Les données, selon la Cetesb (Cia. Technologique d'Assainissement Environnemental), ont été élevées à 102 procédures appliquées à des usines, (depuis janvier 2007 jusqu'à avril 2008), qui rajoutent CAN\$ 4, 8 millions. Selon la Cetesb, il a y eu 14 124 amendes et avertissements, notifications au secteur (SOUZA, 2008b).*

¹¹⁰ Tentativas frustradas objetivando o estabelecimento dessas parcerias com o setor sucroalcooleiro ocorrem no início da década de 90, motivadas pela escassez de terras na região para a produção de cana-de-açúcar e o interesse do poder público local, tentativas que a princípio não contaram com o apoio do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, Departamento de Assuntos Fundiários (DAF) e dos órgãos gestores (ITESP e INCRA), que começaram a intervir na tentativa de evitar o controle da iniciativa privada sobre os projetos de assentamento.

sucroalcooleiro, determinando os limites dessa produção (BELLACOSA, 2012). Finalmente, a Usina Maringá adentrava nas terras do Horto de Bueno, conseguindo força de trabalho sem pagar encargos trabalhistas e amenizando a responsabilidade do órgão gestor em relação às condições consideradas ideais para que os assentados progredissem.

Nós temos o que (...) tiramos dois anos, nós não tiramos o ano passado, nem esse ano, mas os outros dois anos para trás nós tiramos (...). Não, nós não tivemos arrendamento. Aqui nós plantamos a cana como se fosse nossa. Então a gente negociou com a usina (...) aquele trabalho familiar, não tem nada arrendado aqui com a usina. Tanto que a gente trabalhou dois anos e as canas não saiu bem e já me integraram a terra (Assentado Rural, 2012) ¹¹¹.

Frente a esse processo, pode-se considerar que trabalho camponês encontra-se subordinado ao capital agroindustrial na medida em que este estabelece um conjunto de determinações sobre seu processo de trabalho, contudo, sem chegar a expropriá-lo completamente. Por um lado, o capital subordina o processo de trabalho do camponês tal como existe, reproduzindo sua singularidade: o camponês permanece proprietário da terra e dos demais meios de produção, continuando a utilizar a força de trabalho familiar e o baixo nível de mecanização das atividades agrícolas, mantendo ainda a produção direta de meios de vida e a produção simples de mercadoria (TAVARES DOS SANTOS, 1981).

A esse processo empreendido pelos grandes grupos empresariais, no qual se inserem a parceria, o arrendamento e a aquisição de cana-de-açúcar de fornecedores, Ariovaldo Umbelino de Oliveira denominará de *monopolização do território*:

(...) nessa situação, os camponeses não são desterritorializados e o campo não se esvazia. As chamadas relações de subsunção, ou se preferir, as relações de subordinação vão ser estabelecidas e cria-se mecanismos de controle do processo produtivo. Portanto, do ponto de vista da lógica de reprodução capitalista, há lugar para reforma agrária. O próprio capital tem interesses em políticas da reforma agrária! Porque evidentemente estes setores, que operam por este segundo mecanismo, vivem exatamente da existência dos pequenos agricultores (...) (SCHREINER *et al*, 2006, p. 5).

Nos processos de monopolização do território, o capital agroindustrial abarca a unidade camponesa mediante a subordinação da renda da terra ¹¹². Ao estabelecerem contratos de parceria e/ou arrendamento com as agroindústrias, os assentados perdem autonomia, tornando-se dependentes das indústrias processadoras de cana-de-açúcar que viabilizam essa produção (BELLACOSA, 2012).

Ainda neste sentido, convém considerar que também Souza (2013b, pp. 2-3) possui

¹¹¹ Entrevista concedida pelo Sr. José Carlos Pereira, morador do lote 2, 55 anos, possui o ensino fundamental incompleto, migrante cearense que exerceu as seguintes profissões antes de ser assentado: trabalhador rural (nordeste) e trabalhador rural assalariado (corte de cana no estado de São Paulo).

¹¹² A existência da propriedade privada e o consequente monopólio que os capitalistas exercem sobre esta fazem com que todos os proprietários, inclusive os detentores das piores terras, apropriem-se de uma renda excedente acima do lucro médio do capitalista. Tal processo trata-se da renda absoluta, que se encontra alicerçada no fato de que um grupo de pessoas detém a propriedade da terra em detrimento do restante da sociedade, que necessita pagar um tributo a fim de que essas propriedades sejam colocadas em produção (OLIVEIRA, 1985).

uma significativa contribuição acerca das modalidades de atuação do capital sobre o território, ao asseverar que:

Nosso entendimento é que a centralidade do processo se estabelece pelas formas de verticalização do capital no processo de incorporação de terras às dinâmicas produtivas pelo estatuto da propriedade privada da terra, o que denota a dimensão de monopólio exatamente pela unificação de produtor e proprietário em que se processa a realização da renda absoluta e a realização da mais valia, característica da condição de monopólio dos meios de produção. Nestes casos, considera-se a monopolização do território, uma vez que todas as etapas estão centralizadas pelo grande capital. A monopolização do território tem como exemplo mais concreto a verticalização produtiva no setor citrícola em São Paulo, que conduziu a exclusão de inúmeros pequenos agricultores do processo produtivo, mas também a atuação de setores não majoritários como produção de celulose e de forma menos acentuada o setor sucroenergético, uma vez que ao atuar em áreas com elevado preço da terra, as práticas de verticalização produtiva - imobilização de capital - em alguns casos representam riscos. A incorporação vertical de terras se constitui em uma estratégia que embora ainda não esteja fortemente materializada em terras paulistas, ela tem se mostrado vigorosa, em amplitude e profundidade em outros estados, particularmente na Bahia (Sudoeste); Piauí, Tocantins e no Mato Grosso do Sul.

De forma diferenciada a territorialização do monopólio se estabelece pelos mecanismos de imposição de relações sociais de poder aos sujeitos sociais camponeses e às comunidades tradicionais nos processos produtivos. Sem necessariamente produzir o capital incorpora terras por meio de arrendamentos e ou controlando os processos de circulação das mercadorias. Territorializam-se relações sociais de produção capitalistas mediadas pelos contratos, pelos pacotes tecnológicos e apropriam-se da renda da terra. Não se realiza o monopólio sobre a terra, mas sim sobre as relações sociais produtivas, territorializando-as na lógica da mercadoria.

A monopolização do território representa o “novo dinamismo” de apropriação direta de terras e tem se concretizado pela atuação de novos agentes econômicos especificamente o capital financeiro por intermédio dos fundos soberanos, que diferentemente das *tradings* (ADM Bunge, Cargill, Louis Dreyfus) que mantêm o controle dos fluxos produtivos e reduzida imobilização de capitais neste ativo (territorialização do monopólio), ao contrário, estes agentes do capital financeiro atuam diretamente na aquisição de terras e água na produção agroenergética e de produtos alimentares, apontada como estratégia de segurança frente às crises de subprime e a tendência de redução das taxas de juros e lucros no mercado internacional vis a vis a desaceleração econômica vivenciada no núcleo central do capitalismo mundial (EUA e UE).

Além do arrendamento de parte do lote familiar (50%)¹¹³ para o setor

¹¹³ A Portaria ITESP 77/2004, em seu Artigo 2º, estabelece que: “As culturas para fins de processamento industrial poderão, a requerimento do interessado, ser implantadas nos lotes com área de até 15 (quinze) hectares, ocupando até 50% (cinquenta por cento) da área total, e, nos lotes com área superior a 15 (quinze) hectares, ocupando até 30% (trinta por cento) da área total” (ITESP, 2004).

sucroalcooleiro, a partir da realização da pesquisa, tornou-se também possível constatar, nas falas dos assentados, que neste assentamento estão também ocorrendo subarrendamentos interfamiliares (genitores aos descendentes), assim como nos descreve um assentado rural:

A minha aqui é diferente, a minha aqui eu até pago para o meu pai, essa terra aqui que a gente está usando, tanto aqui, como lá embaixo, eu pago um pouquinho, vamos supor R\$ 250, 00 reais por mês que eu pago para ele, é tipo um arrendamento, para ajudar ele, a minha parte é essa (Assentado Rural, 2012) ¹¹⁴.

Além da anuência da instituição estatal responsável pela administração deste projeto de assentamento, a Fundação ITESP, que deveria zelar pelo bom cumprimento da função social ou dos objetivos econômicos, sociais e ambientais da política de reforma agrária no estado de São Paulo, mas que, no caso em estudo, promoveu uma desregulação das terras, prestando-se ainda ao papel de intermediar as negociações contratuais entre as famílias assentadas e a agroindústria canavieira, também contribuiu para a inserção do capital agroindustrial na espacialidade da reforma agrária.

Quando a proposta de parceria com o agronegócio sucroalcooleiro chegou ao assentamento Horto Bueno de Andrada, a grande maioria das famílias assentadas posicionou-se contra, pois contradizia diretamente o primeiro termo de permissão de uso da terra adquirido em 1997, que a proibia sob a pena de perda do lote. Contudo, a presença da cana-de-açúcar era uma realidade nos núcleos I, II, III, IV e V do assentamento Monte Alegre, mesmo assim as famílias tinham receio em aderirem à parceria. Neste sentido, foram árduos os trabalhos de convencimento utilizados pelos técnicos da Fundação ITESP junto às famílias assentadas a fim de que aderissem à proposta da cana-de-açúcar. A Fundação trabalhou por anos a fio com a perspectiva de conduzir os assentamentos para a parceria com o setor sucroalcooleiro local como uma estratégia indispensável para o desenvolvimento econômico dos projetos de assentamento (ALMEIDA, 2011).

No assentamento Horto Bueno de Andrada uma pequena parcela dos assentados resistiu à parceria, sofrendo pressões por parte dos técnicos da Fundação ITESP, que se negaram a desenvolver outros projetos para os assentados e novas linhas de financiamento para demais atividades agrícolas que não fosse à cana-de-açúcar (ALMEIDA, 2011). Neste sentido, observa-se que (...) *há uma monopolização do território por parte das empresas inviabilizando outros cultivos, na medida em que o único produto que tem crédito, mercado garantido e preço previamente fixado* (ETGES, 1991, p. 25) é a cana-de-açúcar.

Frente aos possíveis prejuízos impostos aos assentados mediante a parceria agrícola, talvez a de maior impacto após a perda do direito de uso da terra e conflitos conjugais, tenha sido a descaracterização do assentado como segurado especial do INSS. O Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, órgão vinculado à FERAESP, passa a negar a declaração de atividade rural do assentado (o que passa a ser de responsabilidade do órgão gestor), compreendendo que a estes assentados caberia a responsabilidade por suas despesas previdenciárias uma vez que deixaram a condição de produtores da agricultura familiar para

¹¹⁴ Entrevista concedida por João Paulo Salomão, morador do lote 5, 31 anos, possui o ensino médio completo e exerceu as seguintes profissões antes de ser assentado: empreiteiro e operador de máquinas.

se tornarem fornecedores da agroindústria (ALMEIDA, 2011).

A proposta da cana-de-açúcar não chega aleatoriamente no assentamento, mas surge como uma opção da própria Fundação ITESP. Em todas as ocasiões em que os representantes da agroindústria se reuniram com os assentados, os técnicos do órgão gestor estiveram presentes, , mediando, legitimando, exercendo um papel de vigilante junto ao setor sucroalcooleiro, sem a presença de gestores municipais e representantes do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara que se posicionaram contrariamente as negociações e o estabelecimento da parceria. Após o término das negociações dos assentados com a agroindústria e a implantação da cultura da cana-de-açúcar no assentamento, a Fundação ITESP ausentou-se da relação que a unia com as famílias assentadas e com o setor sucroalcooleiro. Os seus técnicos passam a atuar no assentamento como se desconhecêssem a parceria ou que a mesma não estivesse regrada pela legalidade (Portaria 77/2004), eximindo-se nas negociações do valor por tonelada de cana-de-açúcar extraída, custo de mão-de-obra, corte, transporte, ausência de assistência técnica e do balanço anual para a análise da viabilidade da parceria, compromissos outorgados à instituição através da portaria (ALMEIDA, 2011).

A Fundação ITESP deixou a cargo das famílias assentadas toda a responsabilidade da contratação. A agroindústria se defende como pode, mediante a via legal, resguardando-se de qualquer prejuízo aparente. Apesar da Fundação equipara-se às autarquias, pessoa jurídica de direito público, possuindo em sua estrutura legal a obrigatoriedade de cumprir o princípio da publicidade de seus atos, esta instituição não realizou qualquer espécie de licitação para a escolha da empresa parceira, não dando publicidade aos atos de contratação entre a agroindústria e o projeto de assentamento (ALMEIDA, 2011).

Destaca-se que a ausência de formação e organização social e política dos grupos sociais assentados, ou melhor, a ausência de um sindicato rural ou movimento social que desse continuidade à liderança social e política exercida pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), desde o trabalho de mobilização, ocupação e acampamento (pois, ao que tudo indica, as famílias foram lançadas a própria sorte após o assentamento definitivo) pode representar um marco de substituição do protagonismo social das lideranças para a dominação do discurso técnico-científico, produtivista e economicista dos agentes de “assistência rural” do ITESP. Percepção muito clara nas falas dos assentados, quase como uma reprodução do discurso de convencimento à adoção dos contratos de parceria, que se coadunam às cláusulas da portaria daquele instituto.

Não, sim, foi tudo acompanhado, realmente (técnicos da Fundação ITESP), o que eu estou falando para você, aqui, é tudo controlado dentro da portaria do ITESP, não tem nada ilegal, é tudo coisa dentro da lei mesmo (Assentado Rural, 2012).

Não, não foi tudo bem acompanhado pelo ITESP, veio os engenheiros, tudo, marcaram certinho, foi tudo medido com GPS, então, não passou nada a mais, nada a menos do que tá no contrato mesmo, foi tudo certinho mesmo (Assentado Rural, 2012).

(...) a única coisa que disseram na reunião (técnicos do ITESP) era que tinha custeio, essas coisas aí, tipo assim, tem isso aí para a cana, se vocês quiserem

pegar, tem investimento para pedirem para a cana (Assentado Rural, 2012).

Ainda em termos materiais, outro condicionante que facilitou a inserção do capital agroindustrial neste projeto, transformando-o em um território do agronegócio sucroalcooleiro a partir de um processo de “desterritorialização sócio-produtiva” do campesinato foi o descaso político com que vem sendo, historicamente, tratada a reforma agrária em todo o país e, em especial, no estado de São Paulo, ao resumir-se a uma mera distribuição quantitativa de terras, sem as complementares e indispensáveis políticas públicas em continuidade à desconcentração fundiária: assistência técnica no momento necessário; política de apoio à comercialização/escoamento da produção, mas, especialmente, no caso em estudo, a política de crédito/financiamento na época apropriada. Na ausência dessas condições estruturais, o campesinato realizou uma precária territorialização nesta espacialidade, sendo, facilmente, desterritorializado (em suas diversas dimensões materiais e imateriais) pelo agronegócio sucroalcooleiro.

No projeto de assentamento rural em estudo, as famílias assentadas não se encontravam em condições materiais de realizarem investimentos e o custeio da produção. Notadamente, não dispunham de recursos financeiros para realizarem a “limpeza” e o preparo do terreno para o plantio de gêneros alimentícios, ou seja, a destoca (retirada) das antigas ramas (tocos) de eucalipto da antiga Fazenda Monte Alegre. Frente a essas condições materiais, a simples publicação de uma portaria que permitiu o estabelecimento de “parcerias negociais” com o setor sucroalcooleiro surgiu como uma possibilidade no horizonte de solução a essa problemática, que, via de regra, deveria ser solucionada pela instituição estatal responsável pela administração do assentamento.

A gente fez essa parceria por causa de preparar o terreno que tinha muito toco, era eucalipto e a gente não tinha condição de arrancar, não tinha trator, não tinha um nada e teve essa brecha do governo do Estado, que deixou pra gente plantar meio lote de cana e aí a gente aproveitou e fizemos a parceria com a Usina Maringá, veio o ITESP, a parceria com o ITESP que ajudou a Maringá e os assentados se reuniram e decidimos plantar (Assentado Rural, 2012) ¹¹⁵.

Nós ficamos cinco anos arrendado. Na época, meu pai, eu estudava, não tinha de entrar com recurso aqui, porque a gente não tinha de onde tirar, por exemplo, para trabalhar em 6 hectares, na verdade, você tem que ter dinheiro para começar, então a gente não tinha condições, arrendamos, a usina fez, destocou, arou, passou calcário, trabalhou em cima da terra, preparou o solo, senão a gente não tinha condições de pagar uma máquina para destocar, passar calcário, depois vem o plantio, que é muito caro, agente não tinha condições (Assentado Rural, 2012).

A esses fatores podem ser acrescentados as dificuldades na comercialização dos produtos ¹¹⁶, o desejo de obter uma renda fixa, um retorno financeiro garantido com a

¹¹⁵ Entrevista concedida pelo Sr. Osmar Torres, morador do lote 28 “Sítio São José”, 48 anos, possui o ensino fundamental completo e exerceu as seguintes profissões antes de ser assentado (2006): trabalhador rural e caminhoneiro.

¹¹⁶ A possível integração do assentado, enquanto produtor, nos circuitos econômicos que dinamizam o mercado local/regional apresenta-se problemática. Os territórios dos assentamentos apenas parcialmente atendem às

comercialização dos produtos agropecuários a fim de sanarem as dívidas adquiridas com os créditos agrícolas, a ausência de infraestrutura para armazenarem os produtos, além de inadimplência e descapitalização. A omissão dos organismos gestores foi transformada em ônus social pelo discurso político a fim de justificar o estabelecimento das parcerias entre os grupos assentados com a agroindústria canavieira.

Além desses condicionantes de ordem material, devemos também considerar, em uma perspectiva mais simbólica, para a compreensão desse processo de sujeição do território camponês ao capital agroindustrial, que entre as famílias assentadas, a terra além de possuir o seu valor de uso, passa a ser concebida como propriedade privada, assume-se um valor de troca, envolvendo dimensões subjetivas camponesas, cuja materialidade se estabelece na lógica de expansão do setor sucroalcooleiro pelo campo, evidenciando a construção de uma representação de desenvolvimento e de valor aos assentados superior ao valor de uso da terra, afirmando-se, dessa maneira, como uma mercadoria passível de ser negociada.

A terra como propriedade privada cinge um valor monetário (troca) e cinde dimensões subjetivas camponesas. Exemplo concreto se estabelece na lógica de expansão do setor sucroalcooleiro em áreas de assentamentos rurais, e evidencia a construção de uma “noção de desenvolvimento” e de valor aos camponeses superior ao “valor” de uso, consolidando-o como mercadoria. Essa nova representação da terra (que não é ideal, é concreta) favorece práticas de arrendamento e tendencialmente a concentração fundiária (SOUZA, 2009, p. 121).

Inserido no modo de produção capitalista, o camponês não se relaciona com a terra no sentido de considerá-la “condição natural de produção”, mas sim pelo fato de ser equivalente de mercadoria e cuja apropriação ocorre via valor de troca (TAVARES DOS SANTOS, 1978). Como consequência dessa perspectiva, essa percepção da terra como valor de troca também favoreceu a prática do arrendamento neste projeto de assentamento, destacando-se também uma percepção rentista/produtivista da terra como elemento facilitador.

Vamos dizer assim, a cana tem uma utilidade boa para nós, aliás, para todo o setor, porque é um dinheiro que entra a mais, porque hoje se você vai plantar cultura, o milho hoje é baixo, então a cana trás um dinheiro melhor. A gente plantou 3 hectares, 50% do sítio, isso aí foi entrado pela portaria do ITESP, nós não fizemos nada ilegal, foi tudo dentro da lei, então, funciona assim (Assentado Rural, 2012).

Essa parceria com a usina foi muito bom pra gente, fiz uma granja, eu planto

exigências desses circuitos, quando não se apresentam muito distantes do padrão dominante de acumulação econômica dos respectivos contextos regionais. Falamos de bloqueios dessa integração quando os assentamentos não reúnem condições para a alocação adequada dos fatores produtivos – como é o caso dos financiamentos e assistência técnica – ou quando os mercados locais/regionais não oferecem agentes econômicos dispostos a distribuir a sua produção. O assentado se vê, em muitas das situações, reduzido a um produtor de excedentes numa economia altamente mercantilizada e (dependendo do contexto regional) também bastante capitalizada. Em outras vezes, o assentado passa a ser protagonista de medidas institucionais recentes, relativas à obrigatoria inserção da produção local regional na merenda escolar, por força da legislação federal, não necessariamente cumprida (BARONE; FERRANTE, 2012, p. 757).

ainda um alqueire e meio de milho, esse ano só nesse alqueire deu 164 saca de milho, às vezes, eu emprego alguém, para me ajudar a limpar a granja, ajudar eu adubar a cana, jogar um esterco, aí eu tenho que arrumar gente, porque sozinho é difícil (Assentado Rural, 2012).

Nesse “sistema de parceria” estabelecido entre as famílias assentadas e a agroindústria canavieira, em razão desses grupos familiares não disporem à época da assinatura do contrato de recursos financeiros (capital originário), estas entraram nesse sistema somente com a cessão (arrendamento) do terreno, transformando a terra em uma mercadoria negociada com o capital agroindustrial. O preparo solo para o plantio, o fornecimento de insumos químicos e mecânicos e equipamentos de proteção individual aos trabalhadores rurais foram todos cedidos pelo setor sucroalcooleiro, que também empregou a mão de obra residente neste projeto de assentamento rural, denotam tendencialmente um processo de proletarização da classe camponesa.

A parceria com a usina a gente se reuniu um grupo aqui de dentro e procuramos a usina pra que a gente pudesse estar negociando com ela. Ela fazendo toda a manutenção, o que é a manutenção? - Ela surcava a terra, plantava, aliás, nós fomos registrados pela usina, plantando também a cana, registrado, fazendo o serviço nosso, porque tendo esse serviço aí do projeto, a usina não poderia trabalhar com gente de fora, então nós trabalhamos plantando pra nós mesmo, é tanto que foi em norma legal (Assentado Rural, 2012).

A usina entrou com as máquinas, destocou, fez o preparo do solo, fez curva de nível, jogou calcário, preparou o solo, sulcou, vendeu a muda pra gente, pra plantar, aí os assentados se reuniram, a usina emprestou o registro dela, porque não pode trabalhar sem ter o registro, sem luva, sem bota, tem que trabalhar tudo bem equipado, sem óculos, não pode trabalhar sem esse equipamento e a gente não tinha, e aí a usina emprestou, emprestou um ônibus também, aí o pessoal de reuniu, fez acho duas turmas aí conseguimos plantar (Assentado Rural, 2012).

No entanto, ainda sobre esse processo de subsunção do trabalho camponês mediante as estratégias de assalariamento faz-se necessário esclarecer que os assentados que não dispunham de tempo para realizarem o preparo do solo e o plantio da cana-de-açúcar em seu lote familiar, pois se encontravam trabalhando fora deste em serviços temporários no espaço urbano, acabaram por assalariar outros assentados, relação trabalhista essa que nem um pouco condiz com o modo de reprodução social da classe camponesa, pautado, sobretudo, no uso de mão de obra familiar e em relações não capitalistas de produção.

Ao estabelecerem essas relações trabalhistas de produção, os assentados do PA Horto Bueno de Andrada estariam reproduzindo nesta espacialidade da reforma agrária a velha fórmula da acumulação capitalista de produção em que o pouco capital inicial (dinheiro) empregado na contratação de mão de obra (assentados), mediado pela terra possibilitou a geração de mercadorias (cana-de-açúcar), que entregues agroindústria canavieira, possibilitam a reprodução ampliada do capital (dinheiro) em quantidade superior ao valor inicial. Neste “sistema de parceria”, estabelecido neste projeto de assentamento rural a fórmula que expressa o cálculo da acumulação capitalista pode ser resumida da seguinte: $D - M - D'$.

Por outro lado, para que a reprodução ampliada do capital agroindustrial (setor sucroalcooleiro) se efetive, este necessita da incorporação das relações não capitalistas (mercado externo) presentes neste projeto de assentamento ao mercado interno (conceituado como espaço econômico organizado segundo relações capitalistas de produção), necessidade, sobretudo, fundada no fornecimento de matérias-primas (cana-de-açúcar), força de trabalho (assentados) e consumidores ao mercado interno (TAVARES DOS SANTOS, 1981).

No caso da agricultura brasileira, a reprodução ampliada do capital realiza-se, por um lado, mediante a expropriação do produtor direto e a consequente penetração de relações capitalistas de produção na agricultura. Por outro lado, o movimento da acumulação desenvolve-se através da dominação do capital sobre processos de trabalho não-capitalistas, resultando na reprodução subordinada do campesinato (TAVARES DOS SANTOS, 1981, p. 110).

Ao término desse processo de apropriação territorial engendrado pelo capital agroindustrial o que se verifica na espacialidade deste projeto de assentamento, quanto ao uso e ocupação do solo pela agroindústria canavieira, é que as áreas de pastagem e as antigas áreas de estocas de eucalipto da Fazenda Monte Alegre, que poderiam ter sido substituídas por uma policultura orgânica em perfeita consonância com a economia camponesa, foram suplantadas pela monocultura predatória da cana-de-açúcar.

Contudo, contrastando com a monocultura da cana-de-açúcar ainda é possível se observar na constituição da paisagem agrícola dos lotes familiares a presença de pomares (laranja, limão, caju, etc.), hortaliças, criação de bovinos e suínos e animais de corte em granjas (Anexo C), (Figuras 20 e 21): (...) *o meu é horta, nada de cana, que não tem significado nenhum para mim. Agora, pra mim aqui é tudo, pra mim é tudo, já levanto dedicado pra isso, é o que sustenta eu, tanto não só eu, como minha família* (Assentado Rural, 2012).

A Portaria ITESP 77/04, em seu artigo 5º, estabelece que: “O projeto técnico deverá incluir, ainda o plantio de gêneros alimentícios, ocupando, no mínimo, a terça parte da área remanescente, considerando a vocação do solo e ouvindo o beneficiário sobre a espécie agrícola a ser cultivada” (ITESP, 2004). Neste sentido, 1/3 do lote familiar deve ser destinado à cultura de autoconsumo, sendo que, os 2/3 remanescentes podem ser explorados com uma outra cultura, a exemplo, do eucalipto. Dessa maneira, a constituição do território camponês neste projeto de assentamento configura-se como espaços delimitados por e para relações de poder:

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Neste sentido, contraditoriamente, o fato de ser camponês é o que justamente viabilizada a sua condição de produtor (ETGES, 1991) de cana-de-açúcar, tornando-se essencial para a agroindústria sucroalcooleira que o assentado produza o seu autoconsumo. Ao torna-se produtor de cana, contraditoriamente, tem que continuar sendo camponês, ou seja, continuar produzindo alimentos, sugerindo que o que garante a reprodução social destes

pequenos proprietários é o fato de cultivarem outros produtos cujos excedentes são comercializados, além de produzirem praticamente tudo o que consomem como alimento.

Apesar da ausência de infraestrutura pública no projeto de assentamento e da pressão exercida pela Fundação ITTESP sobre o assentado a fim de que se submeta ao mercado agroindustrial, observa-se nesta espacialidade experiências que podem ser compreendidas por uma óptica distinta, tornando-se nítida a resistência das famílias assentadas quando se observa na paisagem agrícola uma agricultura com culturas diversas contracenando com a produção de cana-de-açúcar, que não se mantém hegemônica na produção agrícola, identificando-se em cada lote familiar mais de uma atividade agrícola. Além da produção de cana-de-açúcar, as famílias mantêm uma agricultura voltada para o autoconsumo (ALMEIDA, 2011).

Temos como exemplo o sítio da dona Maria. Observamos que a principal atividade econômica no sítio é a produção de leite. Além da produção de leite que é vendida para uma cooperativa da região, encontramos como atividade agrícola no sítio da dona Maria uma plantação de feijão, milho, mandioca, abóbora, uma horta repleta de hortaliças e legumes com pequeno pomar de variadas pés de frutas que rodeiam a casa. E animais típicos como galinhas e porcos são comuns a quase todos os sítios, com exceção, alguns granjeiros que não criam galinhas caipiras, para evitar a transmissão de uma possível “contaminação” viral, pois os frangos de granja são muito vulneráveis.

Também há uma plantação de cana, mas esta é destinada à comercialização do caldo, a conhecida garapa e o excedente é transformado em ração para o gado leiteiro. No sítio mora a dona Maria e seu esposo, uma filha e três netos. O marido é funcionário de uma usina da região, a filha é auxiliar de cozinha e um dos netos empregado de uma rede de supermercado da região. Ficando no sítio apenas a dona Maria, um neto de 14 anos e uma neta de oito anos, são eles os responsáveis pela organização da produção no sítio (ALMEIDA, 2011, pp. 78-79).

Na grande maioria das famílias, observa-se que o esposo, filhos e netos encontram-se envolvidos em atividades fora do lote familiar, uma necessidade econômica, pois a produção agrícola não consegue absorver todos os membros familiares, seja pela mecanização que diminui o trabalho, a exemplo das granjas, ou pela baixa produtividade, onde somente um percentual da terra disponível é utilizado (ALMEIDA, 2011).

(...) os trabalhadores beneficiários nos projetos de reforma agrária se apresentam, muitas vezes, em posição de subalternidade, porém com um relativo poder de barganha e de controle frente aos mediadores. Diante das forças do mercado local/regional ou das imposições mais genéricas do Estado, esses trabalhadores buscam desenvolver estratégias ou iniciativas que permitam sua manutenção na terra, embora esse objetivo maior comporte práticas contraditórias que, em última instância, podem levar a uma direção exatamente oposta. Este é o caso da alternativa de trabalhar fora do assentamento, situação que pode prenunciar o abandono do local, a médio e longo prazo (BARONE; FERRANTE, 2012, p. 757).

A produção de hortaliças neste projeto de assentamento tem rendido em média R\$ 600,00 (seiscentos) reais por semana aos assentados, mantendo ainda as famílias *uma*

plantação de bananas, uma horta com estrutura para a comercialização da produção, galinhas e porcos, mandioca, uma espécie comum no assentamento, principalmente a mandioca de mesa e sempre em período de plantio opta por plantar milho, que será utilizado na ração dos animais. A cana está dando lugar a outros tipos de cultura neste assentamento (ALMEIDA, 2011).



Figura 20 - Lote Familiar com Policultura Orgânica e Produção de Cana-de-açúcar

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2012.



Figura 21 - Criação de Animais de Corte

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2012.

Diante dessas condições materiais, as famílias beneficiárias assentadas no PA Horto Bueno de Andrada encontrar-se-iam em uma situação considerada por Ramos (2009) como intermediária para a reforma agrária frente a situações mais desejáveis e indesejáveis, ao

destinarem parte do lote familiar (50%) para a produção de autoconsumo com o plantio de pomares, hortalças e criação de gado, suínos, caprinos, comercializando o excedente, a fim de adquirir produtos não produzidos no lote familiar. Neste sentido, o arrendamento de parte do lote para produção comercial (cana-de-açúcar), com trabalho temporário/permanente (pessoal e/ou familiar) fora do lote familiar, desconfiguraria, no seu entendimento, ainda que em parte, a política de reforma agrária.

A coleta dos dados da pesquisa de campo revelou além da tendencial proletarização da classe camponesa, situações de acomodação, uma perda de autonomia, liberdade e controle do assentado sobre o espaço, o tempo, o território e o processo produtivo, às quais também se soma uma perda de rentabilidade para os grupos sociais que não possuíam o capital inicial para a implementação da cultura, pois assim como estabelece o “contrato de parceria”, todos os recursos empreendidos pelo setor sucroalcooleiro (a fim de viabilizar a produção de cana-de-açúcar) são descontados dos créditos das famílias arrendatárias/fornecedoras na entrega da produção, descontos esses que podem atingir a terceira safra em um contrato de cinco anos.

(...) foi descontado os gastos. Agora, por exemplo, chegou, colhemos dois anos, no segundo ano, era para a usina assim, é ajudar, porque, na época aqui era terra de eucalipto, não chegou aquela conclusão que nós queríamos, mas eles deixaram quieto, a gente têm um pouco de criação e mantém a criação na terra, então para nós não foi prejuízo (Assentado Rural, 2012).

Dentro do contrato mesmo, a gente só têm um ano, mas mesmo assim pra mim ela abriu mão, para que eu pudesse fazer o que eu quisesse da terra, a gente não procurou ir atrás de contrato, porque para mim era bom, porque eu tenho o gado, agora, se fosse assim apelar, o que poderia acontecer? - Nós estávamos em forma ilegal com ela, porque nós estávamos com gado na terra, mas ela estava ilegal com nós, porque nós não estávamos tendo lucro da terra, então ficou em maneira igual (Assentado Rural, 2012).

A gente não tinha recursos, por isso que arrendamos. Hoje, a gente, graças a Deus, temos condições de entrar com recurso direto, não por causa da cana, porque a cana não dá nada, isso aí só empata, tanto é que do meu pai, se fosse minha, não tinha nenhum pé de cana aí, isso aí é só para não deixar a terra sem nada, porque não vira nada, tanto é que a gente tem a horta aqui, o que a gente tira num mês aqui, a cana vai num ano (Assentado Rural, 2012).

A usina veio e preparou o solo, passou o calcário, subsolou, gradeou, plantou. Primeiro ano o que a usina colhe, o meu pai não tem nada, tudo o que a usina gastou já é descontado na primeira safra aí, por exemplo, na segunda safra, sobrou alguma coisa ainda para descontar, ainda é descontado na segunda safra, talvez vai até para a terceira safra, são cinco safra só, às vezes, sobra duas para o meu pai, às vezes, não sobra, ainda vai da produção da cana (Assentado Rural, 2012).

O problema aqui, eu já falo, não dá, cana o rendimento é pouco, rendimento é pouco, não compensa aplicar em cana hoje, quem tem, eu, a minha opinião, quem tem terra, tipo assim, como nós, eu não sei falar para você quem tem cinco, cinquenta alqueire de terra tudo bem, quem tem aqui do assentamento não se aplica em cana, não compensa (Assentado Rural, 2012).

Na ocasião da assinatura do contrato com a agroindústria sucroalcooleira, o valor da tonelada da cana-de-açúcar estava apurada em torno de R\$ 53,00 (cinquenta e três reais), contudo, os assentados foram remunerados somente em R\$ 9,00 (nove reais) a tonelada por ocasião da colheita. *Nos dois anos de safra, 2008 e 2009 recebi apenas R\$ 3.134,11 (três mil cento e trinta e quatro reais e onze centavos) pela minha produção* (Assentado Rural), divididos em cinco parcelas (ALMEIDA, 2011) ¹¹⁷.

Neste sentido, em uma análise comparativa, as conclusões do estudo desenvolvido por Etges (1991) na região fumicultora do Rio Grande do Sul (município de Santa Cruz do Sul) podem ser utilizadas para a compreensão desse processo, ao afirmar que:

Estes camponeses têm como preocupação principal a produção de sua subsistência, vendendo eventuais excedentes, além de produzirem produtos exclusivamente comerciais (cana-de-açúcar). Estas vendas, no entanto, não têm levado os produtos necessariamente à acumulação, embora o valor gerado possa ser expressivo, porque o mercado é dominado pelos grandes grupos econômicos, que, controlando oligopsonicamente a comercialização, absorvem parte significativa do valor gerado por estes produtores, via compressão de preços, apropriando-se assim da renda da terra produzida pelos camponeses.

Neste sentido compartilhamos da interpretação que afirma que o campesinato é uma classe social, que é criado e recriado na lógica contraditória do desenvolvimento capitalista; que é responsável pela acumulação primitiva que continua acontecendo e que sua sujeição ao capital se dá via sujeição da renda da terra, através dos baixos preços pagos aos seus produtos (ETGES, 1991, p. 24).

Ainda neste sentido, convém considerar que neste projeto de assentamento verifica-se uma perda de produtividade safra após safra, pois, em 2008, com uma produção de 400 (quatrocentas) toneladas de cana-de-açúcar, a produção rendeu por hectare somente 50 (cinquenta) toneladas e, em 2009, com uma produção de 247 (duzentos e quarenta e sete toneladas), rendeu por hectare 30, 875 (trinta mil e oitocentos e setenta e cinco) quilos, quase 31 (trinta e uma) tonelada de cana por hectare (ALMEIDA, 2011).

Na constituição da paisagem agrícola, observa-se nos 8 hectares de terra destinados a produção de cana-de-açúcar culturas totalmente devastadas com somente alguns fragmentos de cana distribuídos pelo terreno. Os assentados têm atribuído a baixa produtividade à ausência técnica e/ou manutenção (subsolagem da terra, adubo, calcário, controle de pragas) por parte da agroindústria. Contudo, existem exceções encontradas no assentamento, em que a produção de cana-de-açúcar tem mantido um padrão satisfatório de produtividade e esses assentados têm uma perspectiva de lucro com a lavoura da cana. Neste sentido, os níveis satisfatórios de produtividade são atribuídos à manutenção do solo e da plantação realizada pelos próprios assentados que possuem condições econômicas (ALMEIDA, 2011).

À perda de rentabilidade das famílias arrendatárias/fornecedoras e prováveis prejuízos à segurança alimentar soma-se também o fato de que os assentados que não

¹¹⁷ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal tem possibilitado às famílias assentadas uma renda anual de R\$ 4.800, 00.

conseguiram atingir os índices de produtividade estabelecidos pelo agronegócio sucroalcooleiro e que, hipoteticamente, estariam ocasionando prejuízos à agroindústria canavieira, a Usina Maringá, simplesmente rompeu o contrato de parceria, sem nenhum ônus a empresa contratante, estabelecendo esse compromisso particular com outras famílias assentadas, assim como nos relata um assentado:

(...) as pessoas ficaram devendo para a usina, aí a usina hoje, a empresa pra não perder nada, aí ela investiu para tirar aquele que estava perdendo e passou a lucrar. Agora, nós, como nós não tivemos nem assim dívida com ela, nem nada, ela não se manifestou, porque nós estávamos empatado, eu não te devo, nem você me deve, então, você não está tendo lucro eu também não, então ficou nessa aí. (...) o que foi aumentado o contrato, foi só essas duas famílias (...) rasgaram o contrato e fizeram outro, as duas famílias só (Assentado Rural, 2012).

Frente a essas condições contratuais notadamente desiguais, as famílias assentadas que ainda permanecem nesta “relação de parceria” estão, paulatinamente, readquirindo ao término do contrato de arrendamento as suas terras, ou seja, estão deixando a condição de meros rendeiros para se tornarem fornecedores da agroindústria canavieira, objetivando ainda maiores lucros com a renda da terra. Outro indicativo que demonstrou prováveis prejuízos às famílias assentadas, sinalizando que, provavelmente, esse sistema de parceria não se consolidará futuramente é o número de contratos firmados com o setor sucroalcooleiro que com o passar dos anos e safras vem paulatinamente diminuindo.

Vem diminuindo (número de contratos), porque é pra gente cuidar da cana e trabalhar no lote, então, o pessoal, às vezes, não deu conta de pagar uma hora de trator ou de carpir, precisa de cuidado também, precisa adubar, carpi, uma hora precisa passar o herbicida, então, aí foi diminuindo, tem gente que deu dois anos, três anos de corte, o meu está no quinto ano e está muito bom, venho cuidando bem, comprei um trator bom, eu mesmo estou cuidando, eu mesmo adubo, eu mesmo passo herbicida, carpo, formiga, tudo eu que faço (Assentado Rural, 2012).

Quando começou, no outro contrato que teve, quase todo mundo, hoje, se ficou, se for quatro a cinco rendeiros, pessoas que trabalham, não é rendeiro, são como nós também, fornecedores, mas é pouco também, 30% acho que tem, nesse assentamento aqui de Bueno (Assentado Rural, 2012).

Montamos aqui a horta, depois arrendamos um pouco para a cana, ano retrasado era arrendado para a cana, mas a partir desse ano não é mais arrendado, a gente trabalha em cima por quilo, faz tudo e o arrendamento da terra não tem mais nada. Agora, nós estamos como fornecedor, não somos mais rendeiros, nada, nada, nada é arrendado aqui (Assentado Rural, 2012).

Apesar desse processo de sujeição da renda da terra ao capital agroindustrial que inseriu lógicas e práticas neste projeto de assentamento antagônicas aos objetivos econômicos, sociais e ambientais da reforma agrária, verificando-se nesta espacialidade a concentração fundiária, a monocultura agrícola, a proletarianização da classe camponesa e o uso de agroquímicos representam a perda de identidade deste território como reforma agrária, pois

a política pública passaria a ser compreendida como mera desconcentração e regularização fundiária, a emissão de títulos de concessão de uso da terra e/ou um terreno adequado ao plantio “de gêneros alimentícios”.

Continua sim, porque a reforma agrária ela é uma coisa que nunca uma reforma agrária ela passou a ter um documento definitivo, assim, uma escritura definitiva, então, a propriedade do Estado, que seja federal que não tem um documento definitivo continua sendo uma reforma agrária, porque o ideal poderia ter um documento definitivo, porque têm muitos trabalhadores que moram na cidade e ele passa a morar aqui, ele investe seu recurso aqui, às vezes acontece que falece algum, morre algum, aquele investimento dele lá da cidade está aqui dentro, entendeu, o ideal era que o governo federal passa-se a dar um documento definitivo, porque, vamos dizer, vai morrendo titular, vai passando pra filho, então, os recursos estão na propriedade (Assentado com Ensino Fundamental Incompleto, 2012).

(...) se acontecer o que eu estou te falando, o governo dê-se um documento definitivo, uma escritura aí a gente poderia até trabalhar melhor, porque a gente ia ao banco, a gente fazia negócio, hoje, quando a gente vai fazer um negócio, hoje, é tudo apoiado pelo Itesp, entendeu, então, se eles não apoiarem você está fora, funciona as coisas assim (...). O título de posse hoje é uma segurança, né, futuramente pra a família, agora, o que acontece hoje aqui, por exemplo, eu morro, fica pra mulher, se a mulher morre, às vezes, fica para algum que está morando na terra, que está trabalhando na terra, se não tem ninguém fica para o Estado, então o investimento fica perdido, você entendeu, não poderia ser assim (Assentado com Ensino Fundamental Incompleto, 2012).

Ainda continua sendo, só que melhorou bastante, porque agora o terreno está limpo, se alguém quiser continuar na cana continua, senão pode plantar um milho, uma soja, o que ele quiser, está bem preparado, tem bastante curva de nível, está bem feitinho, ficou muito bom (Assentado com Ensino Fundamental Completo, 2012).

No entanto, os trabalhadores rurais assentados que dispõem de outra consciência acerca de seu papel social e da importância histórica de luta, demonstrando um senso crítico sobre sua realidade levantam questionamentos sobre a lógica e prática produtiva inserida nesta espacialidade da reforma agrária, asseverando que a produção de uma *commoditie* agrícola (cana-de-açúcar) neste projeto de assentamento, instituído com recursos públicos, reproduziria a lógica de produção do capital agroindustrial, distorcendo o que pode ser considerado como o principal objetivo econômico ou função social da reforma agrária, qual seja produção de alimentos de qualidade a fim de atender uma demanda do mercado interno, a ocupação familiar, a preservação ambiental e não a prática de produção de uma monocultura a fim de atender uma demanda do mercado internacional de *commoditie* agrícola.

O depoimento apresentado a seguir apresenta elementos de resistência ao processo de subordinação da terra ao capital agroindustrial (arrendamento), podendo ser caracterizando como um discurso típico da contra ideologia, revelando ainda uma tomada de consciência de alguns grupos familiares assentados, demonstrando à práxis atuando sobre a percepção do oprimido frente ao fenômeno da exploração.

Em minha opinião, eu acho que não deveria não, plantar (cana), porque já não entrar, não encaixa num assentamento, eu assim, em minha opinião, eu acho que deveria plantar assim consumo tipo hortaliça, milho essas coisas tudo bem, mas menos cana (...). O assentamento como essas terras aqui não são nossas, é do governo, é nossa assim entre aspas, a gente tinha que produzir alimento, o povo está precisando mais de que, mais comida, dessa parte, porque o assentamento, a reforma agrária, o governo já instituiu isso para plantio de alimento, agora, a cana eu acho que não vem a ser alimento (Assentado com Ensino Superior Completo, 2012).

(...) Eu tenho a minha opinião, eu sou o filho, eu não sou o dono da terra, claro, posso ser futuramente. Meu pai é outra opinião, para ele tanto faz, porque ele é aposentado, tanto faz ele plantar como não plantar, dá na mesma, essa parte aqui, que eu tenho aqui, que é minha, eu faço o que eu quero, agora, aquilo lá, que é dele, ele faz o que ele quer. Em minha opinião, eu não plantaria (cana), por exemplo, ele falar para mim: aquilo lá é tudo seu agora, se vira, arrancaria toda a cana e plantava hortaliça (...) não tem nem comparação, e outra é, uma coisa a gente estar ali, pratica, trabalha em cima, é gostoso até de trabalhar, agora a cana você vai fazer o que com a cana, por ano, o meu pai tira R\$ 5 mil (reais), agora você divide por mês para ver quanto dá, não sei, não dá nada (Assentado com Ensino Superior Completo, 2012).

Vai de cada pessoa, mas o futuro é difícil assim falar para você, mas eu acredito que pelos menos aqui, no assentamento de Bueno, cana não vai existir mais, dessa forma, do jeito que é não, não compensa, mesmo se compensasse, não deveria permitir, porque, em minha opinião, aqui no assentamento o governo já liberou isso para plantio tipo assim de alimento, não de cana, a não ser um hectare, menos, meio para plantar para um gado, para alimentar um gado, mas não para arrendamento para a usina, em minha opinião, não serviria, eu acho, mas vai de cada um (Assentado com Ensino Superior Completo, 2012).

As situações de resistência presentes no projeto de assentamento também são descritas por Almeida (2011), ao asseverar que:

Ambigüidades é que não faltam na análise das complexas parcerias dos assentados com grandes empreendedores do agronegócio que exploram atividades agroindústrias. No entanto, elas não ocupam todo o espaço e a produção gerada no assentamento. Persistem embriões de outros modelos de desenvolvimento rural. O reconhecimento da terra como meio de subsistência é fundamental para as relações de produção agrícola nos assentamentos. A diferença nas escolhas da produção feita pelos assentados numa mesma região se apresenta em alguns casos, segundo a origem familiar. Identificamos no Assentamento de Bueno de Andrada localizado no município de Araraquara-SP, famílias que vivenciaram a produção em parceria e que não esqueceram as técnicas de produção agrícolas, estas famílias conseguem manter uma produção de (...) (autoconsumo), consorciando com a parceria feita para a produção agrícola agroindustrial administrada pelo mercado do agronegócio canavieiro. São pontos de resistência a favor da consolidação da reforma agrária voltada para a produção de alimentos e a vivência familiar de forma cooperada.

Esta resistência representa um contraponto ao estilhaçamento do saber estimulado pelas parcerias. O sistema econômico do capital representado pelo

agronegócio, percebendo a fragilidade existente nos assentamentos, não deixou de pressionar o pequeno produtor para se inserir nesse processo de produção. Ao analisarmos a produção agrícola do Horto de Bueno, vimos terem sido poucas as políticas públicas voltadas para a produção na agricultura familiar, o que leva os assentados para a parceria com usinas plantando a cana-de-açúcar, situação que não pode, como afirmado, ser generalizada (ALMEIDA, 2011, p. 77).

Contudo, uma determinada percepção rentista/produtivista emerge também entre os assentados quando questionados sobre o futuro do projeto de assentamento Horto Bueno de Andrada e do “sistema de parceria” estabelecido com o setor sucroalcooleiro, afirmando que essa relação está condicionada ao preço pago pela tonelada de cana-de-açúcar por hectare colhido ¹¹⁸, ou seja, este relacionamento dependerá do excelente momento vivenciado por esse setor da economia brasileira desde 2003, em razão dos atrativos preços do açúcar no mercado internacional, esta lógica de mercado (oferta e demanda) desconsidera processos mais profundos do sistema de produção capitalista, dentre elas as estratégias monopolistas que o setor tem realizado.

Por fim, considera-se nesta subseção do estudo que o processo analisado se traduz em uma trajetória de exclusão do trabalho e da lógica de consolidação dos projetos de assentamento, evidenciando que o termo utilizado pelo órgão gestor (ITESP) “parcerias negociais”, autorizando o arrendamento velado, enfatiza a apropriação de conceitos não capitalistas, assimilação de simbolismos, mas que, na realidade, encontram-se concretamente relacionados à lógica da subsunção do trabalho e da natureza (SOUZA, 2009a).

Observa-se que o sistema de produção de cana em grandes extensões de terras é um fator negativo à opinião pública e os arrendamentos nos assentamentos rurais colocam em dúvida o projeto político dos movimentos sociais. Assim, o avanço do etanol em áreas de reforma agrária, promovendo o absentismo poderá modificar o slogan principal da luta dos trabalhadores rurais: “Terra para quem nela trabalha”, ou seja, “Terra para quem ela aluga”. Um processo que contribui para desmoralização da vida e do trabalho rural, uma das razões da organização, da resistência e luta pela distribuição da terra e da riqueza no Brasil (SOUZA, 2008b). ¹¹⁹

Dessa maneira, salienta-se que não se pode determinar e/ou justificar todas as ações que representam concessões às lógicas do capital como se fossem estratégias de reprodução

¹¹⁸ O que poderia ser a solução para os bloqueios do desenvolvimento econômico dos assentamentos tem-se revelado cheio de impasses, nos quais uma insegura melhora na renda monetária oculta a possibilidade de perda de autonomia na gestão do lote e, na medida em que essa modalidade de “parceria” acaba por caracterizar-se como arrendamento – como é o caso dos assentamentos federais –, até mesmo a perda do lote, via exclusão oficial (BARONE; FERRANTE, 2012, p. 758).

¹¹⁹ *En observant que le système de production de la canne à sucre dans de grandes extensions de terres constitue un facteur négatif de l'avis du public, cela compromet de sérieuses intentions des mouvements sociaux dans les zones rurales. Ainsi, l'avance d'éthanol dans les zones de réforme agraire, promouvant l'absentisme pourra modifier le principal slogan de la lutte des travailleurs ruraux « Terre pour laquelle elle travaille » ou soit « Terre pour laquelle elle loue ». Un compromis de démolisation sur le travail et la vie rurale est une des raisons d'organisation mise en place de la résistance et de la lutte pour la distribution de la terre et de la richesse au Brésil (SOUZA, 2008b).*

camponesa. Em verdade, a distensão generalista do conteúdo de classe do campesinato, acaba, por fim, constituindo-se em uma falácia em termos de análise sócio-histórica. Tal ampliação de classe, que abarca lógicas e práticas dessa natureza como estratégia de reprodução campesina, constitui um equívoco de análise acerca do conceito de classe, estabelecendo uma ruptura com uma possível distensão que se postula pela assimilação dos trabalhadores do campo e da cidade, como *classe que vive do trabalho* e não da *classe que vive do trabalho alheio* (SOUZA, 2009a).

4.2. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Sepé Tiarajú

A produção do território camponês no Projeto de Desenvolvimento Sustentável PDS - Sepé Tiarajú, localizado na Região Administrativa de Ribeirão Preto (Figuras 22 e 23), pode ser compreendido não somente como uma disputa espacial e territorial contra um paradigma hegemônico de produção agrícola, o agronegócio, mas também contra a própria estrutura estatal, detentora das terras da antiga Fazenda Santa Clara ¹²⁰, arrecadadas em leilão, mas que continuavam a ser ilegalmente utilizadas pelo capital agroindustrial. Neste sentido, o aparato estatal, prestou-se a servir como um instrumento de manutenção da classe dominante no poder, preservando os interesses burgueses.

A partir desta perspectiva a produção desse território camponês pode ser compreendida como constituída à margem da institucionalidade, sem o reconhecimento do Estado, no momento em que o movimento social em estudo, o MST, assumiu o poder sobre o espaço, exercendo controle social sobre os sujeitos organizados em acampamento. Muito embora o controle do espaço em um acampamento não seja completo, a formação do território encontra-se sujeita às forças sociais que são signatárias em seu processo de constituição (FABRINI, 2011). Do ponto de vista do movimento, a luta pela terra passa a ser concebida pelo como uma etapa no processo de transformação social, seja para a construção da justiça cristã, seja na direção do socialismo (MARQUES, 2006).

¹²⁰ Através do Decreto nº. 53.587, de 21 de outubro de 2008, o Governo do Estado de São Paulo (Administração José Serra), seguindo manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário, transferiu parte da Fazenda Santa Clara (577.340,00m²) da administração da Procuradoria Geral do Estado para a Secretaria da Administração Penitenciária, objetivando a instalação de unidades prisionais (ESTADO DE SÃO PAULO, 2008).

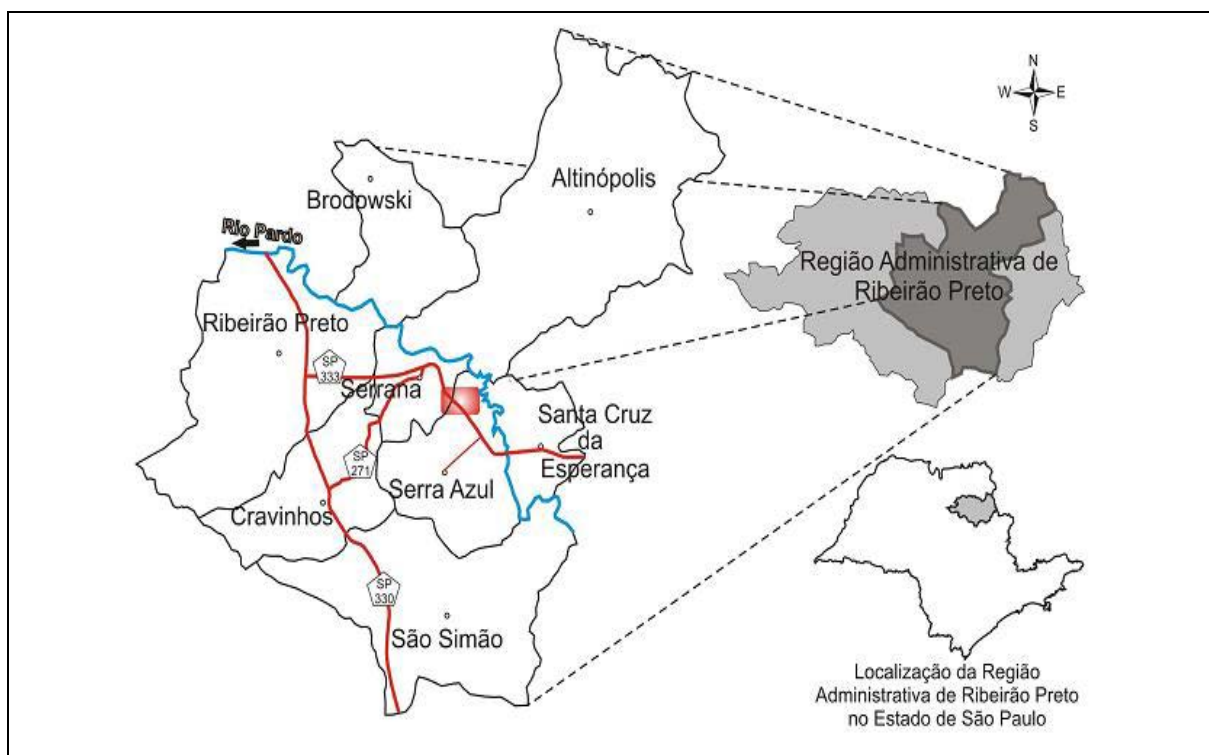


Figura 22 - Localização do PDS – Sepé Tiarajú na Região Administrativa de Ribeirão Preto
Fonte: Adaptado de Forte *et. al.*, 2010.



Figura 23 – Planta Topográfica de Localização do PDS – Sepé Tiarajú
Fonte: Bellentani, 2010.

Neste projeto de assentamento, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem desde o trabalho de base (mobilização) realizado nas comunidades periféricas da Região de Ribeirão Preto e o início do processo de ocupação da antiga Fazenda Santa Clara (2000) ¹²¹ procurando promover, mediante a realização de cursos de formação política e técnica, um resgate do modo de vida camponês neste território da reforma agrária, processo que não se refere meramente à implementação da matriz agroecológicas adotada em seu modelo de produção agrícola, mas, sobretudo, ao conjunto de significados que envolvem essa produção e o território conquistado, especialmente, em razão de algumas poucas famílias não possuírem um vínculo anterior com a terra, cooptadas que foram pelo movimento diretamente do meio urbano e que ainda revelam grandes dificuldades para colocarem em prática o sistema produtivo agroecológico ¹²².

É um trabalho que vem sendo realizado no nosso caso já há 12 anos para trazer um pouco esse resgate camponês, o que é isso, por mais que muitas pessoas que vão em busca da terra e entram no movimento pelo sonho de ter terra, não são todos que nasceram no campo, que viveram algum tipo de experiência no campo, então o movimento acaba realizando um certo tipo de formação para trazer experiências do que seria uma vida no campo, que seria viver da produção, ter um conhecimento, não somente plantar a semente na terra, colher, mas o que significa essa terra, o que significa essa produção, no nosso caso agroecológico, o que é isso, então nós ouvíamos falar, mas não vivíamos na prática, sabia tem alimento sem agrotóxico, tem, mas e aí é fácil produzir, não, é muito complicado, não é tão simples assim (Assentada Rural, 2012) ¹²³.

¹²¹ Inicialmente o acampamento Sepé Tiarajú foi constituído por trabalhadores rurais sem-terra oriundos dos municípios de Jaboticabal, Rincão, Gavião Peixoto, Araraquara, Franca, Cajuru, Serrana, Cravinhos, Ribeirão Preto, que, por ocasião, se encontravam desempregados em razão da mecanização do corte da cana-de-açúcar na região.

Além dos processos de ocupação, o MST tem realizado, juntamente com as famílias acampadas/assentadas, uma série de manifestações, as chamadas “atividades”, tais como: artigos publicados na Internet; ocupações de edifícios públicos: da Prefeitura de Ribeirão Preto, da Secretaria de Educação de Ribeirão Preto, do escritório do INCRA localizado em Araraquara; paralisações de rodovias, no caso, da Rodovia Anhanguera, passeatas, atos públicos, a fim de conseguirem melhorias no transporte escolar e acesso à água. As famílias têm também integrado manifestações de outros acampamentos, assentamentos pertencentes ao movimento sem-terra e de outros movimentos sociais.

¹²² A demanda pela terra, no presente, comporta um perfil ímpar, aglutinando trabalhadores rurais e urbanos. Suas ligações com problemas de desemprego, de habitação, de revigoramento de estratégias patronais, de fortalecimento de organizações empresariais, dão-lhe a configuração de uma alternativa buscada para suprimento das necessidades de reprodução social (FERRANTE, 1992). Tentar definir os assentados em bloco, como uma categoria social homogênea, enfrenta dificuldades conceituais não pequenas, sobretudo no confronto quase que cotidiano com dados da realidade empírica dessas experiências. Sua inserção econômica, periférica e estranha à estrutura econômica dominante, não permite decalcarmos uma identidade de classe definitiva, razão pela qual a própria existência empírica desses sujeitos sociais foi muitas vezes negada ou incompreendida (FERRANTE *et al.*, 2004).

¹²³ Entrevista concedida por Adjane Dionísio Pereira, 30 anos, liderança do MST, formada em Pedagogia da Terra e exerceu as seguintes profissões antes de ser assentada: cuidadora de crianças e serviços domésticos realizados na casa dos pais.

Quando se decidiu que esse assentamento ia trabalhar esse sistema agroecológico, a gente achava que ia ser mais tranquilo e não foi, hoje, posso dizer para você que 90% do assentamento vai falar para você que é muito difícil fazer um assentamento agroecológico, porque não tem um acompanhamento como deveria ser, o INCRA traz técnicos, continua essa formação, mas não é suficiente, para a gente continuar essa vida no campo com segurança alimentar e com facilidades, então, assim é difícil, poucos produzem sem agrotóxico, não são poucos, porque com toda essa formação que foi sendo dada ao longo desses 12 anos, não foram todos que se adaptaram, que conseguiram implementar isso na prática, são somente alguns, é complicado (Assentada Rural, 2012).

Ainda sobre o processo de reterritorialização do campesinato neste projeto de assentamento, na opinião das principais lideranças políticas do movimento social, o camponês puro, ou o seu ‘tipo ideal’ não se encontraria presente nesta espacialidade da reforma agrária, mas esta categoria social poderia ser definida pelo conjunto do seu universo cultural que o encerra, mediante a realização de uma gama de práticas e valores que se referem especialmente à prática da produção agrícola e o típico preparo de alimentos, e que possui ainda sua identidade forjada na convivência da alternância entre o espaço rural e o urbano, isto é, um misto, por exemplo, entre o trabalho familiar realizado na Região Nordeste e o assalariado praticado no corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e, por fim, como resultado das lutas políticas promovidas pelos movimentos sociais camponeses de luta pela reforma agrária e democratização do acesso a terra.

Pela região nossa, o campesinato não é característico das famílias, são os migrantes do norte, nordeste, têm muitos aqui, pessoal que veio do corte de cana, muitos trabalharam em metalúrgicas, muitos marceneiros, pedreiros, então é muito bem diferente do Rio Grande do Sul, Paraná, que é mais o camponês, aqui são mais urbanos que veio do corte de cana, colheita de laranja e aí acabaram ficando e depois engajando no movimento. O campesinato mesmo tem pouco, o mínimo, só que tem uma riqueza muito grande cultural, o pessoal do norte, nordeste, cada um tem a sua cultura, na produção, o pessoal mexe com farinha, tem como plantar a mandioca diferente do outro, tem essa riqueza cultural, mas o campesinato mesmo bem pouco mesmo, tão aprendendo agora (Assentado Rural, 2012)¹²⁴.

No Sepé Tiarajú, olha, a maioria das pessoas que estão aqui, no Sepé, são do Nordeste, de Mato Grosso, trabalhador rural que veio aqui, trabalhar na cana-de-açúcar, pensando que ia encontrar um futuro melhor aqui no estado de São Paulo, no sentido que você já conhece, cortador de cana que vem de lá do Maranhão, da Bahia, Ceará, perfil camponês, camponês, tem mais, depois de muitos anos de viver aqui, já tem mais o perfil assim de trabalhador rural, sobretudo, porque aqui no estado de São Paulo, o perfil camponês não tem uma característica assim pura do camponês, eu acho que já quase não existe, se a gente ir para o sertão lá na Bahia, no sertão nordestino, com certeza, o perfil camponês aqui dentro do assentamento é uma mistura, tem, sim, tem conhecimento de muitas práticas que só o camponês sabe fazer, mas também

¹²⁴ Entrevista concedida pelo Sr. Carlos Roberto Alves, 53 anos, liderança do MST, ex-operário e possui o ensino fundamental completo.

estão envolvidos com questões mais urbanas, o que eu percebo, não debati com ninguém isso (Assentado Rural, 2012) ¹²⁵.

O perfil das famílias assentadas neste projeto de assentamento revela que a política de reforma agrária demandada a partir da proposta da Comuna da Terra tem deixado cada vez mais de ser um projeto unicamente restrito ao campesinato sem-terra e passado a ser a luta de outros segmentos sociais, tais como, o trabalhador proletário, rural e urbano, os subproletarizados, os desempregados e de todos os demais trabalhadores subempregados, consolidando-se, dessa maneira, o lema criado, em 1995, pelo MST: Reforma Agrária: uma luta de todos! (LUZ, 2009).

(...) A gente morou na cidade na maioria mesmo do tempo foi pagando aluguel (...) a gente tentou ter a nossa casa, mas a gente não conseguiu, porque tinha que pagar a prestação do terreno, comprar material para construir a casa, mesmo meu marido sendo pedreiro e sabendo construir, a gente tinha dificuldade, porque não dava conta e aí a gente deixou de pagar as prestações para construir os dois cômodos, para a gente morar, quando a gente terminou de construir os dois cômodos, as prestações do terreno já estavam muito altas, o juro era muito, a gente não conseguia mais pagar e quando teve que vender, tiramos só o que a gente tinha, fizemos um acordo e a gente voltou novamente para o aluguel (...) Pagar aluguel é difícil, é ruim, mas o pior de tudo é você morar de aluguel e não poder pagar o aluguel, era o que acontecia (...) o dia de nós pagarmos o aluguel, nós não fazíamos despesa, era difícil (...) (Assentada Rural, 2014).

A diversidade de origem dos assentados nestes projetos de assentamentos tem sugerido que a massa de beneficiários da reforma agrária é constituída pelos resíduos de diversas categorias sociais que se desagregaram em razão de transformações econômicas. A imensa maioria dos sujeitos que constituem esses projetos de assentamentos migrou ainda na infância criança de outros estados para São Paulo, possuindo um vínculo anterior com a terra, mas, por outro lado, sem muita experiência em trabalhá-la (LUZ, 2009). Ainda neste sentido, convém também considerar que:

A grande heterogeneidade da base social que o constitui é responsável pela existência de uma diversidade de perspectivas e de interesses no interior do movimento. Os embates se superpõem e se somam, as utopias se inter cruzam, os mediadores e sujeitos sociais se encontram na busca da construção de um projeto político a partir do debate entre diferentes concepções ideológicas (MARQUES, 2006, p. 190).

Nesse sentido, é possível desvendar o aparente paradoxo representado pela incorporação de excluídos urbanos nas fileiras do MST. Há uma convergência na negação do processo de proletarização entre aqueles que nele não querem entrar e os que dele querem sair. A luta pela terra representa também a negação da cidade enquanto lugar onde são vivenciadas a dependência exclusiva da renda monetária e a ameaça de violência e desestruturação da família, além da falta de moradia e trabalho (MARQUES, 2006, p. 193).

¹²⁵ Entrevista concedida por Patrício, 34 anos, possui ensino superior completo.

A incorporação de seguimentos urbanos nas fileiras do movimento, diversificando a sua base social, ocorre simultaneamente a sua filiação à Via Campesina e adesão à luta camponesa internacional. Neste contexto, o MST reafirma a identidade de trabalhador rural, fazendo referência a uma concepção mais antiga da luta pela terra como equivalente da luta operária no campo, ao mesmo tempo em que, passa a se definir como um movimento social camponês e, nesse sentido, incorpora uma postura crítica contra a privatização dos recursos genéticos, naturais e bens públicos em geral, vinculando-se às lutas antiglobalização (MARQUES, 2006).

O processo de mobilização e ocupação das terras da antiga Fazenda Santa Clara, liderado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 2000, vem constituindo-se em um território camponês mesmo não sendo, *a priori*, reconhecido pelo Estado, legitimando-se como um território camponês pelas práticas sócio-espaciais que se concretizam nessa espacialidade, isto é, pela territorialidade camponesa, constituindo-se como um território à margem da constitucionalidade, mas não se caracterizando como um território sem territorialidade (FABRINI, 2011).

Neste sentido, a territorialidade camponesa, o conjunto de práticas que se expressam no território, encontra-se atrelada a quem a controla e influencia o contexto sócio-espacial, se constituindo a partir dos sujeitos que para a manutenção do território torna-se necessário a construção da territorialidade, as práticas cotidianas dos sujeitos são essenciais para a construção e manutenção da territorialidade.

Questionados a respeito das principais distinções políticas, organizacionais e territoriais verificadas entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os demais movimentos sociais camponeses territorializados na Região de Ribeirão Preto (MLST, Índio Galdino e Luiza Mahin), asseveram os dirigentes deste assentamento que o movimento sem-terra atingiria as suas conquistas territoriais através de um processo de luta política, mediante o constante embate com o capital agroindustrial e com as lógicas e estruturas estatais. Dessa maneira, os demais movimentos sociais somente se beneficiaram das conquistas atingidas pelo MST, permanecendo na espera dos acontecimentos e apropriando-se dos resultados advindos dos processos de luta desencadeados pelo movimento camponês.

A questão do MST é um movimento que reivindica, que vai para a luta, vai atrás dos seus direitos, a diferenciação é essa que os outros movimentos que têm na região não fazem isso, ficam na sombra, eles pegam tudo em dizer pronto, sabem que o MST fez a luta, o que vai sair para as famílias do MST, vai sair para eles também sem fazerem luta. Foi a mesma questão que aconteceu no Mário Lago era só o MST, depois começou a parecer os outros movimentos ali dentro, os rachas de famílias, vai acabando fazendo os outros movimentos, luta mesmo eles não fazem (Assentado Rural, 2012).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em termos organizacionais, se distinguiria ainda pelo seu trabalho de formação política, realizado com a sua militância e uma maior abertura em constituir parcerias externas com instituições não estatais, empresas de pesquisa agropecuária ¹²⁶ e com centros acadêmicos, objetivando a melhoria dos seus

¹²⁶ A fim de colaborar com o processo de implantação dos SAFs no assentamento, a Embrapa Meio Ambiente vem desenvolvendo desde o ano de 2005 algumas atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de

projetos de assentamento, mas mesmo com estas profundas diferenças sócio-espaciais estes movimentos sociais camponeses estariam unidos por um inimigo comum, o capital agroindustrial, distinções essas que contribuem para o enriquecimento da luta política.

Eu acho que é mais esse trabalho com a sua militância, esse trabalho dentro dos assentamentos para fazer essa diferença, isso modifica muito, essas parcerias que acabaram tendo com as ONGs, com as universidades e eu acho o que diferencia aqui nesse caso desse assentamento foi muito isso mesmo, essa busca de parcerias, essa busca de apoios de fora, para trazer para dentro as diversas experiências de ter uma vida digna no campo (Assentada Rural, 2012).

Olha, porque sempre na política você tem diferentes formas de agir, estratégias, táticas, estrutura organizativa, diferenças, a política é assim mesmo, mas com certeza todos são aliados, na hora de enxergar o inimigo em comum que a gente tem é o mesmo, agronegócio e o capitalismo, eu acho assim, as diferenças que existem são questões na vida política mesmo, eu não sou uma pessoa que pensa que todo mundo tem que ser homogêneo, pensar do mesmo jeito e eu acho a construção dessas diferenças enriquece mais ainda a política, eu não conheço muito a estrutura organizativa do ML, Índio Galdino e outras organizações, mas o que eu sei é que o inimigo é o mesmo (Assentado Rural, 2012).

Analisar a constituição de um acampamento e seu processo de transição para assentamento como um caráter processual no qual estão envolvidas para além da convivência social, um conjunto de valores e princípios construídos socialmente a partir das distintas trajetórias de vida de cada sujeito e que acabam por determinar os valores princípios destes mesmos sujeitos, foi e continua a ser o grande gargalo dos movimentos sociais camponeses. Se o engajamento na luta e a anuência às novas regras de convivência social, construídas coletivamente nos acampamentos, apresentam-se como a perspectiva de uma vida melhor, o contrário também se torna verdadeiro, quando da certeza da conquista da terra, a partir da qual o (re) encontro com a lógica da propriedade privada desperta o desejo de cada família camponesa estabelecer com razão a sua melhor maneira de agir e viver (SCOPINHO, 2009).

Frente à fragilidade da coordenação geral de assentamento, o sentimento de mútua ajuda, vivenciado no decorrer do processo de acampamento, quando os bens eram coletivos e as famílias acampadas nada tinham a perder em termos materiais, ao que tudo indica parece estar se esvaindo paulatinamente nesse projeto de assentamento rural de reforma agrária, fato

capacitação tecnológica no projeto de assentamento, em parceria com as organizações dos agricultores assentados e outras instituições públicas, com destaque para a criação de uma Unidade de Observação Participativa em Sistemas Agroflorestais (RAMOS FILHO; PELLEGRINI, 2007).

Segundo Faggin (2009), o PDS objetiva, em seu planejamento, estabelecer parcerias com organizações ambientais regionais e locais, com as quais é assinado entre o INCRA e todas as famílias beneficiárias o Termo de Compromisso Ambiental, cujo principal objetivo é definir as ações de cada sujeito no desenvolvimento das ações estabelecidas no Plano de Utilização (PU). Ainda podem ser estabelecidos com as organizações parceiras do projeto de assentamento acordos de cooperação técnica a fim de orientar as ações agroambientais do assentamento, com o intuito de garantir a preservação, a recuperação e a ampliação dos recursos naturais.

recorrente em projetos organizados pelo movimento sem-terra, observando-se um determinado processo de desagregação social, verificado, sobretudo, após a etapa de assentamento, momento em que as famílias tenderam a se tornarem mais individualista, adquirindo autonomia e reconhecendo-se enquanto sujeitos frente ao movimento social, unindo-se esporadicamente em momentos de graves dificuldades vivenciadas no assentamento ou relativos à comercialização da produção agrícola.

Dessa maneira, observa-se que a centralidade do território pautada no trabalho coletivo e nas relações de sociabilidade vivenciadas no decorrer da fase de acampamento, desloca-se para a produção e comercialização agrícola com a institucionalização do acampamento em projeto de assentamento pelo Estado.

Neste sentido, contudo, cabe esclarecer que o movimento social entende que nesta nova forma de organização sócio-espacial (o PDS/Comuna da Terra¹²⁷), o sentimento de individualismo e a concepção de propriedade privada devem aparecer entre as famílias assentadas como secundários e subordinados à construção coletiva do projeto político do assentamento. Apesar de não ocorrer uma apropriação coletiva do assentamento em toda a sua extensão, deveria existir entre as famílias assentadas uma compreensão coletiva do processo de construção do território. Tal dinâmica entre solidariedade e cooperação estende-se da mera constatação de que o trabalho individual é insuficiente para dar conta da produção dos lotes familiares, até a constatação de que a vivência coletiva constitui um forte traço de sua identidade individual (BORELLI FILHO, 2009).

Já foi muito, muito bom, hoje, tem uma certa dificuldade, tem uns limites gravíssimos, depois que virou assentamento as famílias acabaram se afastando muito e aí perde um pouco a identidade que tinha, sabe, a gente enquanto é acampado busca mais força no outro, são mais companheiros, depois que vira assentamento você sente que as famílias cada uma cuida da sua vida, não que eles estão errados, mas assim só lembram mais dos companheiros a hora que estão passando por um momento de dificuldade, tipo, ah, está acontecendo, ah, está tendo um surto de drogas no assentamento, ah, cadê nossa união, vamos se reunir para ver o que a gente pode fazer, então, perdeu um pouco aquele consenso de convivência que você tinha na época de acampamento (Assentada Rural, 2012).

Eu vejo que as relações, além de terem as suas dificuldades, acho que são boas, no sentido assim, se não tivesse uma bandeira, se não tivesse uma história de conquista em conjunto com a comunidade, seria diferente, eu acho que as relações aqui entre os assentados, além de ter as suas diferenças, as suas brigas, procuram favorecer a comunidade, as pessoas se preocupam com o mesmo objetivo, a produção, melhorar o estilo de vida, essas coisas (Assentado Rural, 2012).

Antes tinha muito isso, as pessoas se ajudavam um ao outro, até quando era acampamento, mas quando passou para o processo de assentamento, aí você começa a conhecer as pessoas, então têm aquelas pessoas que comeu e não

¹²⁷ A Comuna da Terra possui sua centralidade em um público diferenciado do campesinato tradicional, procurando compreender a dinâmica urbano-rural e inserir a população excluída das cidades (CONCRAB, 2004, p.17).

quer saber, mas só que tem um grau grande assim do coletivo que aqui dentro do assentamento nós estamos organizados em seis cooperativas e uma associação, se a pessoa não está ajudando plantar ou colher todos juntos, mas quando sai o caminhão de produção eles estão juntos. O acampamento, quando era luta, tinha um sistema coletivo, ia fazer a arrecadação junto, não tinha cesta do governo, nada, tinha que ir para a rua, fazer arrecadação, fizemos horta comunitária, tinha a cozinha coletiva, mas depois que passa para o processo de assentamento aí acaba esse vínculo entre as pessoas (Assentado Rural, 2012).

Atualmente, as 80 famílias assentadas no PDS – Sepé Tiarajú encontram-se internamente organizadas em quatro organizações sociais (associações e cooperativas): Cooperecos, Cooperaagrosepé, Fraterria e Cooperft, que, por sua vez, externalizam as principais concepções divergente, contudo não antagônicas sobre as perspectivas de desenvolvimento do projeto de assentamento, reunindo as principais lideranças dessa comunidade de assentados rurais e estando os grupos familiares vinculados às organizações sociais por uma determinada afinidade política, caracterizando-se como agrupamentos que agregam famílias de distintos núcleos de moradia (OLIVEIRA; FERRANTE, 2013).

Nesses espaços, são discutidos os destinos que definem tanto a ação individual desses grupos, quanto os rumos da comunidade em sua totalidade. Os assuntos referentes à vida em comunidade são discutidos informalmente nessas organizações sociais e, posteriormente, tornam a serem debatidos e deliberados na coordenação do assentamento, constituída por quatro representantes de cada organização social, que na maioria dos casos também representam distintos núcleos de moradia. Existem casos específicos em que as famílias de cada núcleo de moradia se reúnem e deliberam determinadas questões sem a necessidade de recorrer à coordenação geral do assentamento, a exemplo do uso da área social do núcleo. Apesar da constituição de quatro organizações sociais parecer um número exorbitante tendo em vista a quantidade de famílias assentadas nesse projeto de assentamento, convém considera que estas são resultado do complexo processo de tensões e disputas políticas que evoluiu essa comunidade (OLIVEIRA; FERRANTE, 2013).

Frente a esse contexto de tensões e disputas políticas, no núcleo Zumbi dos Palmares, temos a Associação “Amigos da Natureza”, constituídas por 15 famílias, entre as quais existe um senso de cooperação que permite inclusive a utilização dos meios de produção de modo coletivo, mesmo pelas famílias que não empregaram dinheiro para a sua aquisição. No núcleo Chico Mendes, não existe uma associação, mas os camponeses assentados nesse núcleo são reconhecidos pelos demais assentados como o “Grupo da Horta”. Dessa maneira, consoante o tipo de atividade que se desenvolve os grupos vão se constituindo e se identificando, segundo a afinidade das famílias, os tipos de cultivo e/ou a criação que se pratica no interior do assentamento. Assim, temos o “Grupo da Horta”, o “grupo da Fruta” e assim por diante. (FREITAS, 2008b).

No núcleo de moradia Dandara¹²⁸, ocorre um fenômeno intrigante, pois os camponeses assentados nesse grupo possuem uma postura discordante quanto à criação de

¹²⁸ Dandara foi esposa de Zumbi dos Palmares com quem teve três filhos, representando para famílias assentadas uma liderança feminina negra que lutou contra o sistema escravista do século XVII. Provavelmente, nasceu no Brasil e estabeleceu-se no Quilombo dos Palmares ainda criança. Liderou as falanges femininas do exército

uma cooperativa. A constituição de cooperativas nesse projeto de assentamento vem sendo debatida desde o início da organização do acampamento, mas a concepção do movimento sem-terra sobre essa forma de organização social/produtiva, assim como de outras agências de mediação da luta pela terra, nem sempre corresponde ao ideário camponês, que pretende autonomia (FREITAS, 2008b). Mesmo para os assentados que aceitam a organização da produção em um sistema cooperativista, a grande dificuldade da questão do trabalho coletivo, em um entorno capitalista, parece estar calcada no controle das horas trabalhadas e nas diferenças de produtividade, especialmente, as relacionadas às diferenciações inerentes ao ciclo vital e de gênero (D'AQUINO, 1996). Não obstante, ainda quanto à propositura do MST de implantação de sistemas cooperativistas em seus projetos de assentamento, devemos também considerar que:

Com a “entrada na terra” os sem terra, agora assentados, têm que enfrentar inúmeros desafios para se estruturarem como produtores e conseguirem sobreviver no mercado. Nos anos 1990, o MST desenvolveu experiências cooperativistas tanto como uma alternativa econômica, como política. Porém, diante do insucesso de muitas dessas experiências, ele é levado a reconhecer os limites e contradições da proposta coletivista para uma base social movida pela utopia camponesa e inserida numa agricultura capitalista monopolista (MARQUES, 2006, p. 192).

Além dessa problemática, decorre que existem nesse projeto de assentamento famílias numerosas e quando da divisão do dinheiro de forma igualitária entre os cooperados, as famílias menores saem em vantagem, em detrimento das famílias maiores, em que a quantidade de consumidores é maior. Dessa maneira, a proposta de cooperativa nesse assentamento deveria levar em consideração a estrutura familiar (nucleares, matrifocais ou extensas), de acordo com o que assinalou Chayanov (1974) sobre a implementação compulsória de cooperativas na antiga União Soviética (FREITAS, 2008b).

Se os conflitos que permeavam o assentamento estavam, sobretudo, alicerçados sobre o enfrentamento entre as famílias e a Direção Regional do MST, retirando-a de ser a principal referência política no processo de implantação do assentamento, passando o Estado, na figura do INCRA, à condição de protagonista, novas tensões não tardaram a surgir (OLIVEIRA; FERRANTE, 2013, p. 83).

Neste contexto de tensões e conflitos, não somente o relacionamento entre as famílias assentadas modificou-se após o processo de assentamento ao se tornarem mais individualistas, mas também o próprio relacionamento desses grupos familiares com os dirigentes do movimento, os principais responsáveis pela consolidação desse assentamento, que no momento sentem dificuldades de atuarem nesta espacialidade, observando-se um determinado afastamento com relação a essas lideranças e uma maior aproximação com os técnicos estatais, percebendo inclusive uma determinada percepção pragmática com relação

negro palmarino. Na condição de líder, chegou a questionar os termos do tratado de paz assinado com o governo português. Foi assassinada, com outros quilombolas, em 6 de fevereiro de 1694, após a destruição da Cerca Real dos Macacos, que fazia parte do Quilombo de Palmares.

ao movimento camponês, com o sentimento coletivo vindo à tona somente em momentos de extrema dificuldade, não estamos mais dispostas a desenvolverem lutas coletivas que não lhe dizem diretamente respeito.

Agora aqui, no Sepé mesmo, isso aí acabou completamente, eu faço parte do MST, eu faço parte da direção regional, então têm muitos que não querem conversar comigo, acham que o movimento está atrapalhando, mas nós vemos que o movimento está nos ajudando, organiza as pessoas, reivindica, vamos para a luta, vamos negociar com os governos, então nessa questão de INCRA, acabou-se a relação das famílias com o MST, porque tem a assistência técnica, hoje o pessoal fala, mas ‘foi o INCRA que fez isso’, não foi o INCRA, o INCRA veio bem depois, que fez isso aqui, a ocupação foi o MST, então aí têm os técnicos que acabam quebrando essa relação entre as famílias, porque não vai com a sua identidade, muitos acham que você é muito radical, mais reivindicativo, então a outra família é mais pacífica, consegue controlar aquela família, consegue fazer aquela família quebrar o vínculo (Assentado Rural, 2012).

Então aí no nosso caso, o MST não consegue, não está conseguindo muito atuar aqui dentro hoje não, de uns cinco anos para cá teve um afastamento grave, eu sou uma das dirigentes aqui dentro e a gente não consegue mais realizar nenhum tipo de trabalho aqui dentro, tipo o MST vai fazer uma atividade em tal local, ah, as pessoas do assentamento podem ir, não eles não estão mais dispostos, já fizeram a sua luta e hoje eles querem ficar entre eles, então, tem um limite grave, aí, ao mesmo tempo em que, a gente acha que se afastaram do movimento, ah, eles acham sozinhos que vão dar conta, aí tem um probleminha, aí eles não, vamos chamar, vamos trazer todo mundo do MST, a gente é MST, então ficou meio que assim, eles são do MST, esse assentamento é do MST, mas, às vezes, eles falam, ah, o MST, como se estivessem distante, você sente que eles falam MST, Mário Lago ou quem a direção, então tem um distanciamento e aí só lembram que devem estar juntos, só lembram que são um movimento ainda quando passam um momento de dificuldade (Assentada Rural, 2012).

A partir desta constatação, compreende-se que o território camponês constituído à margem da constitucionalidade no decorrer da fase de acampamento, sem a legitimidade do Estado, cuja formação encontra-se sujeita às forças sociais do movimento camponês que são protagonistas, passa a ser institucionalizado pelo Estado com a instituição do projeto de assentamento, atuando como um elemento regulador do território, legitimando a sua posse e passando a disputar a sua hegemonia (FABRINI, 2011).

Frente a esse processo de desagregação social e/ou ação emancipatória do sujeito, as principais lideranças políticas desse projeto de assentamento têm rechaçado o título de dirigente, preferindo serem nominados como militantes. A escolha dessas lideranças tem se pautado em critérios democráticos, emergindo da base social (eleitos pela comunidade assentada através dos quatro núcleos de moradia) e no engajamento da pessoa com o movimento, que pode ser alavancada da coordenação de um setor do assentamento (saúde, educação, produção), para a direção regional e estadual, até atingir a coordenação nacional. Contudo, também nesse sentido, o movimento tem encontrado dificuldade de encontrar novas lideranças.

Nós não somos assim como líderes, tem a militância, nós fomos formados como militantes, aquele que vai se destacando mais no seu setor, acaba sendo indicado para ir para a Direção Regional, que hoje em dia, que nós aqui na Regional de Ribeirão Preto, nós somos formados, mais ou menos, são 35 dirigentes, cada um com o seu setor, que nem, eu faço parte do setor de produção, tem a frente de massa, tem a cultura, tem a educação, nós somos 35 dirigentes e entre esses 35 têm dois que são da Direção Estadual e tem mais um grupo de formação que faz parte da Direção Estadual e Coordenação Nacional (Assentado Rural, 2012).

Hoje está bem diferente também, há uns dez anos atrás a gente fazia os encontros, tinha as reuniões na comunidade, então essas pessoas eram eleitas pela própria comunidade, olha, a gente gostaria que os nossos representantes fora daqui fosse fulano e fulano, tanto que somos hoje em 4 núcleos de base e sempre era um por núcleo que tirava, cada núcleo tirava uma pessoa para representa-lo e hoje não acontece mais isso, você vai para as reuniões nos núcleos, não tem mais aquele interesse, ninguém quer ir, pode até indicar, mas ninguém quer ir mais, não tem disponibilidade e aqueles que vão também, acabam indo somente em momentos de dificuldade (Assentada Rural, 2012).

Agora nós estamos discutindo os projetos do INCRA e tudo mais, aí sente um limite, não funciona, não anda, não vai, só indo nas reuniões com os técnicos do INCRA, aí começaram a perceber que juntos, se nós fizéssemos os coletivos novamente, conseguia acessar crédito, conseguia negociar dívida e tudo mais, aí até me chamaram vamos propor um grupo de mulheres aqui dentro, que bom então, altos e baixos, sabe, ao mesmo tempo que você pensa que acabou, que não vai mais, que isso aqui não é isso, não é, modifica, começa tudo de novo, não dá para definir muito (Assentada Rural, 2012).

As famílias assentadas identificam como principais símbolos constitutivos da reforma agrária nesta espacialidade a transformação da paisagem rural agrícola, a diversidade agrícola (Figura 24) e a convivência comunitária entre as famílias assentadas, em uma contraposição ao modelo monocultor (produção de cana-de-açúcar) engendrado pelo capital agroindustrial nesta localidade do Estado de São Paulo.



Figura 24 - Lote Familiar com Policultura Orgânica

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2012.

No entanto, apesar da reconhecida importância desses elementos, as lideranças identificam como sendo a principal simbologia da reforma agrária as conquistas atingidas pelo movimento nos seus doze anos de trajetória de luta, em especial, a criação de uma Escola do Campo¹²⁹ no projeto de assentamento (demanda essa ainda não conquistada no assentamento Mário Lago), reconhecida como um símbolo de luta política não somente internamente pelos grupos sociais assentados, mas inclusive pela própria comunidade urbana dos municípios de Serrana/Serra Azul.

As conquistas, as conquistas que fazem a nossa diferença, no nosso caso maior daqui do assentamento, hoje, um exemplo é a própria escola, a construção da escola, se não fosse a luta do movimento, ela não estaria aqui dentro hoje, então, o maior símbolo desse assentamento hoje é a escola, se você andar e falar com as famílias, o que vocês consideram, ah, a nossa luta por escola, hoje a gente tem escola dentro da comunidade, pertinho, inclusive na cidade eles comentam muito, olha, se eles não tivessem corrido atrás, o prefeito não ia levar escola no assentamento, ia continuar levando as crianças para a cidade do assentamento, então, para mim a maior conquista foi essa (Assentada Rural, 2012).

Olha, o que você vê lá, aquele mar de cana, vê vida ali, porque simbologia aqui, você vê vida, pessoas, vê comunidade, vê relações, vê produção diversificada, não sei se isso é uma simbologia assim mesmo, mas você vê vida, um sintoma do que é uma mudança radical em comparação ao que você no mar de cana, aqui você vê família (Assentado Rural, 2012).

Uma das diretrizes da proposta da Comuna da Terra, contida na discussão acerca das novas modalidades de assentamento, refere-se ao desenvolvimento sócio-cultural dos projetos de assentamento, que traz em si a concepção de estimular a aproximação das famílias assentadas, pois, para o movimento sem-terra, nos assentamentos convencionais ocorreria um determinado isolamento das famílias em seus lotes que, em razão de comportarem grandes dimensões, acabariam se distanciando (GOLDFARB, 2007). Neste sentido, compreende o movimento sem-terra quanto à organização social das famílias assentadas que:

(...) aglutinado-as de acordo com a realidade regional, em povoados, comunidades, agrovilas ou núcleos de moradia. Criando a infra-estrutura básica necessária através de serviços públicos de luz elétrica, acesso à água potável, telefone, postos de saúde, escolas. Buscando construir moradias próximas de maneira organizada para facilitar a instalação de energia elétrica, distribuição de água e saneamento básico, redes de esgoto (MATHEUS, 2003, p. 47).

¹²⁹ Segundo Toneto (2007), em todo o país, o movimento sem-terra possui 1,8 mil unidades escolares em acampamentos provisórios e em seus projetos de assentamentos, coordenando a educação de aproximadamente 160 mil crianças nas regiões onde têm se territorializado. Desse montante, pelo menos 10% são crianças na faixa etária entre 0 e 6 anos, atendidas nas chamadas *Cirandas*, que são espaços destinados à educação e à convivência, implantados em unidades escolares, barracões de madeira e até mesmo em barracas de lona instaladas nas margens de rodovias. O termo *Ciranda Infantil* surgiu de uma consulta nacional realizada em 1996, a fim de se substituir a concepção de creches e implantar a ideia de ambientes lúdicos comunitários.

Apesar do notado processo de desagregação social verificado no PDS – Sepé Tiarajú e distanciamento das principais lideranças do movimento sem-terra, posteriormente, ao processo de assentamento, ao que tudo indica, as famílias assentadas continuam tendo uma relativa aceitação das normas organizativas estabelecidas pelo movimento para os seus projetos de assentamento, organizados nos chamados núcleos de moradia e setores de atividades, que se objetivam principalmente a aproximarem os núcleos familiares, visando à discussão, organização e reivindicações coletivas para o enfrentamento das dificuldades relativas à educação, saúde, moradia, aquisição de materiais, entre outras.

A questão do núcleo de moradia, aqui no Sepé, nós somos quatro núcleos, tem o Chico Mendes, Dandara, Zumbi e Paulo Freire, cada núcleo tem dois coordenadores que discutem e levam para o núcleo, essa é a maneira mais fácil de você estar em contato, estar discutindo com as famílias e as famílias do núcleo estarem também dando a sua opinião, reivindicando o que fazer, não é porque você faz parte de uma coordenação que você é o líder, que você tem que indicar e fazer, parte das famílias estarem reivindicando e levando propostas, aí fica numa discussão que você não cabe aquele vínculo de discussão, discussão política, discussão social, porque passa tudo por ali, desde que chega na moradia, então vai para uma discussão, qual o melhor rumo para fazer, aonde que nós vamos comprar para ninguém individualmente ir comprar, porque sai bem mais caro, então você incluindo todo mundo, você consegue ganhar um preço melhor dos materiais, então nessa nucleação facilita na maneira de você poder discutir e reivindicar as coisas, questão de escola, posto d' água, estrada, a moradia, então faz uma discussão com todo mundo (Assentada Rural, 2012).

Ainda neste sentido convém ressaltar que no decorrer do processo de organização dos núcleos, durante a transição da fase de acampamento para assentamento, as famílias tiveram a liberdade de escolherem em qual núcleo residiriam, não se estabelecendo esta forma de organização social de uma maneira compulsória por parte do movimento sem-terra.

Mudou alguma coisa, concordaram, concordaram que fosse dividido por núcleo, houve até que uma certa escolha de quem queria morar perto de quem, então foi super tranquilo esse processo de preparação lá do acampamento para o assentamento, até então todo mundo morava junto, um perto do outro, de repente, olha, vamos nos dividir em quatro núcleos e um vai ficar separado do outro, cada núcleo seria vinte famílias, aí houve meio que assim, nossa, mas quem vai para onde, então foi um processo um pouquinho demorado, mas pelo menos no começo, assim, você não ouvia ninguém falar, ah, eu estou num lugar que eu não gostaria de ficar, todo mundo concordou, hoje, acredito que não tem assim desavenças, é bem pacífico (Assentada Rural, 2012).

A organização da produção agrícola prevista na propositura da Comuna da Terra pretende em primeiro momento possibilitar a segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas mediante uma produção agrícola alicerçada em uma matriz agroecológica e, posteriormente, permitir a geração de renda mediante o beneficiamento da produção em pequenas agroindústrias, agregando valor à produção excedente para o comércio e na comercialização direta com o consumidor, o que, por sua vez, pode permitir um maior retorno econômico ao projeto de assentamento, assim como, o desenvolvimento de outras atividades

econômicas, mas em um caráter mais secundário, tais como, a produção de móveis, cerâmicas e fitoterápicos (MATHEUS, 2003).

Tais atividades complementares são propostas como estratégia de aquisição de uma renda mensal complementar, uma renda obtida para além da produção agrícola, pois a renda obtida por safra chega ao produtor uma, duas ou três vezes ao ano. Neste sentido cabe esclarece que, para os grupos sociais assentados que residiram em centros urbanos e exerceram profissões eminentemente assalariadas e que obtinham uma remuneração semanal, mensal ou quinzenal, a adaptação à renda por safra torna-se difícil, uma dificuldade, contudo, que não se restringe unicamente aos projetos ambientalmente diferenciados, pois a produção, especialmente, mediante o trabalho feminino, de compotas, doces, queijos e pães, há tempos desenvolvida nos projetos de assentamentos convencionais, a exemplo do observado no PA Monte Alegre, que possui como “apêndice” o PA Horto Bueno de Andrada, possui o mesmo significado (GOLDFARB, 2007).

Comprometidos a não fazerem uso de agroquímicos pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que assinaram em conformidade com o Ministério Público Estadual e com a Superintendência Estadual do INCRA/SP, neste projeto de assentamento, a produção agroecológica vem sendo desenvolvida, em parceria com técnicos da EMBRAPA, mediante a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs)¹³⁰, mas que não possuem uma aceitação consciente pela grande maioria da comunidade, pois do total de 80 famílias assentadas neste projeto, somente 7 grupos familiares o realizam de maneira consciente. Ainda quanto o desenvolvimento da produção agroecológica as famílias têm sentido grandes dificuldades na implementação dessa matriz produtiva (perda da produção por pragas), especialmente, em razão da demora ou mesmo ausência de assistência técnica pelo órgão responsável.

Têm muitos aqui que têm aquela visão do antigo, a questão do SAF a maioria das famílias aqui ninguém conhecia, aí desde que veio o projeto da Embrapa, fomos para a formação, fizemos um SAF experimental para as pessoas estarem vendo como se faz, então hoje em dia no Sepé têm sete famílias que vivem do SAF, os outros pensam que não tem um SAF, mas gradualmente ele está fazendo, porque dentro do lote dele tem um pé de árvore, tem um pé de banana, fruta, coisa assim, vai fechando e no fim ele vai fazendo uma agrofloresta sem ele saber que está fazendo, agora, a questão da produção, sempre discutimos a questão do agroecológico, qual que é a região aonde a gente vive, é só cana, nós queremos uma agricultura diferenciada, uma alimentação mais sadia, tanto que nós partimos para o PDS e nós temos um TAC assinado com o poder público, um projeto aqui que tem uma parceria, que é o MST, o Poder Público, a Embrapa, o INCRA, então você tem essa discussão aí (Assentado Rural, 2012).

Concordam, mas falta apoio para as famílias conseguirem desenvolver o trabalho, por mais que tenha acompanhamento técnico para ensinar de fato a fazer esse processo de produção falta muita informação, as famílias não tem informação, por exemplo, ah, deu uma doença na planta tal e aí eu não posso por veneno, o que eu faço, cadê o técnico, nem sempre ele está lá, entendeu, aí

¹³⁰ A eficácia dos Sistemas Agroflorestais tem sido comprovada mediante pesquisas consolidadas e por meio do conhecimento tradicional, mas não tem recebido o devido respaldo das políticas públicas e da pesquisa oficial, pois contraria a lógica predominante da utilização irracional em grandes escala de insumos externos e especialmente da mecanização dominada por *lobbies* poderosos (QUEDA *et al*, 2009).

acaba que para não perder a produção, acaba escapando um ‘veneninho’ daqui, dali, aí o INCRA intima, aí tem o TAC que assinaram, então, assim, é um processo difícil, eles tentam, mas nem sempre conseguem (Assentada Rural, 2012).

As longas discussões visando à formalização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), de acordo com as principais lideranças do assentamento, foram principalmente pautadas nos prejuízos ambientais ocasionados pelo capital agroindustrial na Região de Ribeirão (agrotóxicos e queimadas), pretendendo, neste projeto de assentamento agroecológico, realizarem um contraponto ao modelo de produção agrícola monocultora e degradadora (produção de cana-de-açúcar) implementado pelo agronegócio nesta localidade. Não obstante, essas discussões também se pautaram no recorrente fenômeno de arrendamento de lotes da reforma agrária para o setor sucroalcooleiro, estabelecendo mecanismos impeditivos para essa prática com a posse coletiva da área do assentamento.

(...) Foi colocado que a posse da fazenda seria uma posse coletiva, não seria uma posse individual, seria uma posse de usos e frutos, por exemplo, eu hoje estou assentada, se amanhã eu morrer, vai passar isso para os meus filhos, então vai ser de usos e frutos, não tem mais aquela posse individual, aonde eu mesma possa pegar e vender isso, como diz o ditado, eu tenho a posse de usos e frutos, então não tem mais como eu fazer esse processo hoje (arrendamento) (Assentada Rural, 2014).

Nós fizemos uma discussão, fazendo uma rodada de discussão, vendo o que as famílias queriam, vendo o que o poder público queria também, mas sempre voltado para a questão ambiental, porque nós estávamos nessa luta para o assentamento, construir também a questão de um ambiente feliz, de você ter um ambiente mais sadio, sem defensivo agrícola, sem agrotóxico, para também quebrar essa questão da região, a questão agrária da região, na reforma agrária, a pessoa pega o lote, futuramente, se dá certo, não dá ele acaba vendendo ou arrendando, então nós não queríamos nada disso para o Sepé, então o TAC foi mais para essa discussão. Aquilo que as famílias não concordavam, nós íamos para a discussão com o poder público, mudava até chegar num bom consenso, que nem o TAC tem três prioridades ali que ninguém de nós quis alterar, que é a questão de arrendamento, venda de lote e a questão de agrotóxico e queimada, então isso aí todas as famílias concordaram com isso, aí nos outros itens fizemos uma discussão no que melhorava (Assentado Rural, 2012).

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 2007, estabelece uma série de compromissos e prazos para o INCRA e para as famílias assentadas, estipulando inclusive a aplicação de multas caso ocorra o seu descumprimento, contudo, a respeito das infrações cometidas por ambas as partes, INCRA e assentados, questionam as lideranças desse assentamento que as sanções somente vêm recaindo sobre as famílias assentadas, queixando-se ainda os grupos familiares que os técnicos da referida autárquica estatal possuem muito mais uma atitude de cobrança com relação às normativas estabelecidas no documento do que de auxílio técnico para a construção coletiva desse projeto de assentamento agroecológico, o que, por sua vez, vem gerando intensos e permanentes conflitos, motivando inclusive audiências com o Ministério Público mesmo após a sua assinatura desse termo.

Então, longa discussão, quando a gente deixa de cumprir tem intimação, intima mesmo, o INCRA intima e mostra você assinou, está aqui, porque que você está fazendo o contrário, então, têm as intimações e aí o assentamento têm intimações para eles, então, porque vocês não cumpriram, ô, papel de vocês, tanto que já surgiu mais reuniões no Ministério Público para discutir isso, olha, quem está errado, todo mundo está errado, porque cada um assumiu uma responsabilidade, o movimento tem responsabilidade, o INCRA assumiu responsabilidade, o Ministério Público assumiu responsabilidade e aí nem sempre todos cumprem a sua, entendeu, então, não basta vir para cima dos assentados e falar, ô, vocês não estão cumprindo o TAC, o principal que eles estão precisando de apoio também não está sendo cumprido. O Ministério Público sempre que a gente precisa é só procurar ele e assim ele tenta facilitar o contato com o INCRA, o INCRA está mais distante da gente, que era para estar mais próximo, um distanciamento muito grande com relação ao técnico, que deveria ser o apoio e aí os técnicos aparecem no assentamento mais como cobrança, sabe assim, eles vêm cobrar alguma coisa da gente, eles vêm cobrar se você não está produzindo, eles vêm cobrar se você está trabalhando fora, só que aí a atenção, a discussão dos técnicos é uma outra, era um apoio, era uma ajuda, entendeu, estavam aqui e iam ficar se possível durante a semana para ajudar, não para cobrar nada (Assentada Rural, 2012).

Para além dos limites estabelecidos pela Direção Regional do MST para a oficialização do PDS e pela posse coletiva da propriedade, ocorreu também um enfrentamento por parte das famílias a conteúdos da proposta do PDS, contidas na formulação do TAC, mas que foram posteriormente revistas (OLIVEIRA; FERRANTE, 2013):

- ✓ Aplicação coletiva dos recursos: todos os recursos (Crédito Apoio à Instalação, Pronaf e outros) deveriam se acessados e aplicados coletivamente. Contudo, as famílias tiveram a opção de definirem a forma de acesso (individual ou coletivo) e de aplicação dos recursos;
- ✓ Tamanho do lote: a proposta inicial era de áreas individuais de 1 hectare por famílias e áreas coletivas de 6 hectares. No entanto, ficou definido que seriam áreas individuais de 3,5 hectares e áreas coletivas com a mesma dimensão.

O Regimento Interno do projeto de assentamento composto por doze regras, estabelecido ainda na fase de acampamento, visando a um controle social mínimo por parte do movimento sem-terra sobre as famílias acampadas/assentadas e que também objetivava afastar o poder de polícia de suas estruturas sociais, e que dentre outros impedimentos proíbe a prática do roubo, dentro fora do assentamento, pedofilia, o uso abusivo de álcool e entorpecentes (apontados nos relatos orais), também não mais vem sendo respeitado ou cumprido pelos grupos familiares assentados, somente vindo à tona quando um fato novo surge no assentamento, sendo que seu descumprimento vem ocorrendo paralelamente a um processo de maior entrelaçamento entre as famílias assentadas com os técnicos da autarquia, que paulatinamente estão substituindo as antigas lideranças políticas do movimento.

O regimento interno viveu muito no tempo do acampamento, no acampamento, você sabe, tá chegando pessoas de tudo quanto é parte, ninguém conhece ninguém, então se você não tiver um regimento, uma linha,

porque nós não queremos polícia dentro do acampamento, então tem que partir da discussão das famílias, então forma um regimento interno para seguir aquilo, já no assentamento, isso aí acaba, acabando tudo, agora é o INCRA, nós somos assentados, eu sou dono do meu lote, então você tem que respeitar isso também, mas só que a comunidade tem que estar ciente do que pode ou não pode, então as próprias famílias vão se envolvendo, se tiver dentro do assentamento a questão de roubo, o próprio núcleo sentamos, vamos discutir aquilo, a questão de pedofilia, as pessoas acabam sentando e discutindo o que fazer e tirar fora (Assentado Rural, 2012).

Olha, não funciona mais, é difícil falar para você, mas não funciona mais, ele deixou de acontecer, ele só acontece tipo, se acontecer algo muito grave aí alguém toma algum tipo de posição, tem muita droga no assentamento, que se tivesse o regimento em vigor, a gente conseguiria prever alguma coisa, não vou dizer parar com isso porque é impossível, vai acontecer em qualquer lugar, mas assim, se o regimento tivesse em vigor, o assentamento hoje seria diferente (Assentada Rural, 2012).

Através dos relatos orais, a identidade camponesa dos grupos sociais assentados neste projeto de assentamento frequentemente vem à tona imersa em incertezas, apresentando-se como um conceito controverso até mesmo para as lideranças do movimento, ao considerarem que a sua rápida passagem pelo meio urbano, sobretudo, em razão das profissões tipicamente urbanas exercidas (metalúrgicos, pedreiros, motoristas), desconfiguraria no presente o seu modo de vida camponês, ressaltando ainda que as dimensões do lote familiar têm dificultado a sua reprodução enquanto classe social, não garantindo o seu autoconsumo¹³¹, ao não suportar animais de grande porte, mas, por outro lado, o sentimento de pertença ao território conquistado emerge entre os assentados como um dos elementos constitutivos do ser camponês neste território da reforma agrária.

Eu não considero camponês, eu falo, eu sou urbano, estou apreendendo, gosto de fazer algumas coisas, vou fazendo na medida do possível, mas camponês mesmo estou muito longe. Então, acho que se você perguntar aqui dentro, a pessoa não vai encarar isso aí que nem um camponês; têm pessoas que viveram como metalúrgico, viveram como motorista e coisa, então, hoje, ele vive no lote dele, ele quer plantar, para um camponês viver, a terra dele é um espaço maior, onde gira de tudo, tem gado, tem coisa e tudo, aqui nós não temos um modelo que não suporta animal grande para você viver, porque é pequeno o espaço, aqui uma pessoa vive muito de mandioca, banana, hortaliça, legume, então está muito longe do camponês (Assentado Rural, 2012).

Eu não sei se eu sou uma camponesa, mas eu só sei que eu não consigo mais sair do assentamento, adquirir uma pertença tão grande, tão grande a tudo isso, que eu não me vejo em outro lugar, não me vejo, não me vejo morando mais na cidade, passei por uma experiência difícil há 2 anos, acabei me separando do marido, ficou aquela briga de terra e aí de quem é a terra e agora, até a justiça determinar de quem era a terra, então aí eu vivi essa experiência na

¹³¹ De acordo com Duval e Ferrante (2006), nos projetos de assentamentos da região de Araraquara, a produção de autoconsumo, além de possibilitar a subsistência das famílias assentadas, de comportar valores sociais, tais como solidariedade e preservação ambiental, oferece possibilidades de integração dos produtores rurais na economia regional mediante feiras e programas municipais, gerando parte da renda dos núcleos familiares.

pele, eu senti como vai ser a sua vida lá fora, e eu não me vejo, então a minha vida aqui eu acho que é assim, eu não saio mais disso, é aqui que eu quero criar os dois filhos, eu não consigo morar longe daqui, então eu acho que eu peguei para mim essa pertença que eu já tinha, já nasci no campo. Eu estou fazendo um curso aos sábados, na USP, esses dias a gente estava comentando lá, fizemos relato de essência, e eu acabei o meu relato, percebi que eu morei somente 5 anos na cidade, o resto da minha vida inteira foi no campo, eu acho que eu sou uma camponesa (Assentada Rural, 2012).

Considerada condição fundamental para a produção agropecuária, o principal meio de produção do camponês e a maneira como é distribuída e apropriada determina as relações que constituem a questão agrária brasileira (GIRARDI, 2008), a terra emerge mais uma vez nas falas dos assentados nos cuidados ambientais relativos à sua preservação. Concebida enquanto propriedade privada está é entendida entre as famílias assentadas não como valor de troca, mas como valor de uso, o que, por sua vez, cinge dimensões subjetivas camponesas, ao ser ainda compreendida não somente como um fator de reprodução econômica e social, mas como um meio de reprodução da própria vida neste projeto de assentamento.

Ah, desde que eu cheguei no movimento eu fui aprendendo, a terra é tudo para mim, desde que você cuidar dela bem, porque na terra tem os recursos minerais, tem os recursos todos que você tem que viver disso, que as pessoas acabam terminando com isso, com tudo, então, você tem que cuidar dela para você ter as nascentes, você ter água, ter os recursos minerais, naturais e tudo, então, para mim, a terra é tudo, como é que você tem um pedaço de chão, um pedaço pequeno de terra para você sobreviver se você vai ter agrotóxico, vai queimar, se você não cuidar dela, você acaba acabando com a terra e com a sua vida também (Assentado Rural, 2012).

Tudo, tudo, ah, a terra é tudo né gente, hoje, trabalhamos com educação, trabalhando na escola, a gente percebe o quanto ela é importante, porque falar, a terra é tudo é né, só que trabalhar com ela e ver os resultados na prática que ela dá para a gente, é muito bonito, estamos fazendo uns projetos na escola para as crianças, plantar mudinha, você sente o quanto de energia que tem essas crianças de diferente (Assentada Rural, 2012).

Bom o que eu posso te dizer através da minha experiência, o significado que para mim tem, nesse sentido, a terra é aquela que te dá a vida, aquela que dá tudo para você, então para mim esse é o sentido da terra, aquela que dá a vida (Assentado Rural, 2012).

A fim de aplicar a perspectiva ambiental à sua concepção de reforma agrária, o MST passou a elaborar a proposta da “Comuna da Terra”, uma modalidade de assentamento fundamentada em atividades coletivas e na produção agroecológica. Dentro desta proposta, o movimento defende que o assentamento seja parcelado em áreas de habitação para cada grupo familiar, em áreas comunitárias de serviços e em áreas coletivas para a produção agrícola. O movimento sem-terra defende ainda a comercialização de produtos com valor agregado, instituindo atividades não agrícolas no interior do assentamento, aumentando, dessa maneira, a diversidade de atividades e a oferta de emprego (FAGGIN, 2009).

A modalidade de assentamento “Comuna da Terra” começou a ser idealizada pelo movimento sem terra para o estado de São Paulo a partir de 2001, a fim de conseguir assentar

proletários urbanos assalariados que haviam vivido longos anos marginalizados nas periferias dos grandes centros urbanos paulistas (São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto) e que, desse modo, não possuíam um vínculo recente com a terra. Dessa maneira, esta nova modalidade de assentamento deveria ser implantada, preferencialmente, em áreas próximas aos grandes centros urbanos, utilizando a agroecologia e a cooperação agrícola como principais diretrizes na produção e a da terra (concessão real de uso) no nome de uma associação ou cooperativa, sem a emissão de títulos individuais de propriedade, de tal modo que as famílias assentadas ficassem impedidas de venderem ou mesmo arrendarem os seus lotes familiares (GOLDFARB, 2007).

A fim de atender a essa demanda do movimento, a Superintendência Regional do INCRA de São Paulo utilizou-se de uma modalidade de assentamento previamente existente, do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), uma modalidade de assentamento elaborada a partir das experiências das Reservas Extrativistas da Amazônia e utilizada pelo instituto a fim assentar pessoas que não constituíam uma comunidade tradicional, em áreas consideradas relevantes para o meio ambiente (remanescentes de Mata Atlântica, áreas da Amazônia ou do Cerrado). Além de garantir a preservação de áreas em vegetação nativa, esta modalidade de assentamento passou também a representar a possibilidade de recuperação de áreas em regiões, onde a biodiversidade de grandes extensões de terra foi destruída pela ação predatória do capital agroindustrial (GOLDFARB, 2007).

Ao conceber estas novas práticas de produção agrícola, o movimento sem-terra o realizar a partir de uma análise críticas das estruturas de produção, caracterizadas como individualistas e insustentáveis do ponto de vista ambiental e que, por sua vez, reforçam a lógica da autonomia sobre a terra e sobre o estatuto da terra, sem se aperceber que esta autonomia encontra-se alicerçada em um provável liberalismo que possibilita ao proprietário atuar somente segundo os seus interesses. Ao propor formas de produção sustentadas ambientalmente em uma prática socialmente diferenciada, implantando o modelo da “Comuna da Terra” em seus assentamentos, o MST combate esse individualismo e a ausência de reconhecimento que o sujeito histórico está inserido em um contexto mais amplo.

No entanto, mesmo adotando o PDS/Comuna da Terra como princípios organizativos de seus assentamentos (que podem estar representando uma possibilidade de construção de um meio social sem padrão e sem exploração), a fim de blindá-los, estes projetos vem se tornando alvo do capital agroindustrial, sofrendo toda a espécie de pressão do agronegócio, a fim de serem incorporados pelo sistema capitalista. De acordo com a lógica do mundo administrado, que tem se inserido nos projetos de assentamentos por vias não tão explícitas, essa absorção deveria, preferencialmente, ocorrer através de um processo que descaracterize o projeto de assentamento, retirando-lhe a possibilidade de questionamento do modelo agrário vigente (VASQUEZ, 2009).

A implementação de um modelo de assentamento ambientalmente diferenciado na Região de Ribeirão Preto, administrativamente, denominado Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), paradigma esse importado dos seringais acreanos para esse projeto de assentamento rural não foi, a princípio, uma propositura do movimento social camponês, mas do próprio INCRA/SP e Ministério Público, que, respectivamente, à época, necessitava possuir um projeto diferenciado para justificar a arrecadação da área para a reforma agrária e

seu engajamento no processo de luta desencadeado na região pelo MST, que em seu trabalho de base realizado na região, discutia até então uma proposta de assentamento muito similar ao PDS, a Comuna da Terra, que dentre os condicionantes facilitadores apontados pelas famílias assentadas para permanecerem no território conquistado, encontra-se o fato de estar situada muito próxima a um grande centro urbano (Ribeirão Preto) e dois municípios de porte médio (Serrana/Serra Azul), facilitando o escoamento da produção agrícola.

Neste contexto de formação do PDS – Sepé Tiarajú, as experiências de assentamentos convencionais da região pesavam sobre as decisões tanto do INCRA, quanto do Ministério Público, os quais ponderavam as seguintes questões: o elevado preço da terra em razão de sua localização; o perfil majoritariamente urbano das famílias acampadas; a proximidade do projeto de assentamento de grandes centros consumidores que, se por um lado, facilitaria o escoamento da produção, por outro, implicaria em enfrentar a forte concorrência no mercado agropecuário local, o que poderia resultar em um fracasso do projeto, no endividamento das famílias e na consequente evasão ou arrendamento das áreas individuais para o setor sucroalcooleiro, tornando-se ainda essas famílias alvos da especulação imobiliária (SCOPINHO, 2009).

Frente a esse conjunto de questões, as condições básicas para a oficialização do PDS – Sepé Tiarajú foram estabelecidas nos seguintes termos: conceder o título de posse e não de propriedade ao assentado a fim de evitar a venda ou o arrendamento do lote familiar; produzir de modo cooperado e agroecológico para recuperar a área degradada pela monocultura da cana-de-açúcar; criar uma empresa social a fim de receber os recursos financeiros e realizar a prestação de contas junto aos organismos estatais; constituir um comitê gestor do projeto de assentamento composto por representantes do poder público estadual e municipal, assentados, organizações não governamentais e do INCRA/SP (SCOPINHO, 2009).

A questão do PDS foi um projeto, um projeto que tinha lá no Acre pela Irmã Dorothy foi formado o PDS, só que lá as famílias já pegaram os seringais todos prontos, quando foi sair o assentamento aqui no Sepé então tinha que discutir um projeto e nós do movimento, nós discutíamos a Comuna da Terra, aí veio o PDS, aí para sair o assentamento, então, o INCRA para poder comprar a área, veio discutir um projeto, então, como tinha o PDS lá no Acre, veio discutir o PDS aqui, que é um projeto de desenvolvimento sustentável, aí fomos discutir o TAC, arrumar as parcerias, que veio um projeto da Embrapa, Poder Público, INCRA, MST, então, o PDS não foi para segurar as famílias, mas para ter um projeto sustentável na medida do possível, porque você está perto dos grandes centros, que é Ribeirão, vem de porte médio, Serrana e Serra Azul, tanto que você pode escoar a sua produção bem mais fácil do que lá em Andradina e no Pontal, então foi discutido esse projeto do PDS (...), foi porque o governo queria um projeto para comprar a área e fazer o assentamento (Assentado Rural, 2012).

O depoimento apresentado contraria a concepção defendida Milton Santos (1995) de que a política de reforma agrária teria possibilidade somente de efetivar-se em localidades distantes dos grandes centros urbanos:

Na realidade, hoje não basta produzir, é preciso transformar esta produção em fluxo, e é quem transforma a produção em fluxo que tem poder. O produtor

por si não tem poder, não tem poder porque o processo de realização da mercadoria é cada vez mais subordinado ao processo da circulação. Os lugares da produção são valorizados em função de sua inserção no processo de circulação (...). A questão da terra, no mundo de hoje, pode ser encarada através desse prisma. Em outras palavras, possuir a terra não é em si mesmo, uma solução, porque possuir a terra e produzir nela não é uma garantia de uma participação central no processo econômico, já que este é comandado por quem tem o controle dos processos de circulação, que não se limitam aos transportes, incluindo hoje, o comércio, a distribuição, a informação e o crédito (...). Se isso é verdade, a questão da Reforma Agrária deve ser vista também sob esse aspecto. Se há meio século, uma Reforma Agrária iria trazer remédio para uma muito grande parcela da população e podia constituir uma garantia de sua correta participação, por bastante tempo, no processo econômico, nos dias de hoje já não se pode dizer a mesma coisa (...). Na situação atual do Brasil, onde ainda há áreas que não são completamente desenclavadas, onde a “abertura” geográfico-econômica é menor, onde as relações de proximidade ainda são grandes, a resistência do agricultor local pode ser maior. O Brasil tem muitas áreas assim. Nessas áreas, as Reformas Agrárias têm uma possibilidade de mais sobrevivência. Nas áreas onde o processo de circulação é mais intenso, mais forte, mais presente, a fragilidade do lavrador se mostra muito maior, o tempo provável de resistência é menor (...) (SANTOS, 1995, p. 9).

Neste sentido, convém considerar que a proximidade dos grandes centros urbanos, assim como, do mercado consumidor e acesso as grandes vias de circulação, compõem de maneira positiva na relação do campesinato com o mercado, pois alguns mecanismos de subordinação da renda camponesa atenuam-se com esta proximidade, encontrando-se nesses elementos conceitos-chave para a compreensão da trajetória dos projetos de assentamento rurais de reforma agrária: os camponeses não são meramente “produtores”, ou seja, não são produtores capitalistas, significando que sua produção e inserção na sociedade ocorrem de maneira diferenciada e, portanto, não podem ser compreendidos através do mesmo mecanismo (BOMBARDI, 2007).

(...) a relação que as famílias camponesas estabelecem com o mercado, ou seja, o conflito de interesses do campesinato em relação aos das classes sociais hegemônicas, bem como o fato de estarem sujeitos às intempéries da natureza, a forma como a família está estruturada e a possibilidade de reterem parte substancial da renda camponesa da terra, são os eixos fundamentais para que se possa compreender a trajetória dos projetos de reforma agrária.

Ao serem assentadas, as famílias camponesas imprimem em suas terras todo o arcabouço de conhecimento de que são portadoras, arcabouço este que muitas vezes remete às gerações passadas (BOMBARDI, 2007, p. 100).

Neste projeto de assentamento, uma estratégia adotada pelas famílias assentadas para escoarem a produção agrícola ao consumidor final, evitando a atuação de atravessadores, a fim de obterem uma maior renda é a disposição de barracas ao longo da Rodovia Abraão Assad, que interliga Serrana/Serra Azul a Ribeirão, o que, por sua vez, demonstra uma readaptação desses camponeses objetivando livrarem-se da subordinação do capital

industrial, financeiro e comercial, assegurando-lhes a obtenção da renda de monopólio (FREITAS, 2008b).

Os camponeses procuram encontrar meios de evitar a subordinação: uma delas é comercializar a própria produção, de modo que a renda não seja apropriada pelo capital comercial. Há ainda pelo menos duas outras maneiras (...): uma, é a realização de cultivos de espécies que propiciem a renda de monopólio, ou a inserção de técnicas nos cultivos que já fazem, de forma que também auferam a tal renda; a outra é a inserção em seus sítios de cultivos onde parte da renda não seja apropriada pelo capital industrial (BOMBARDI, 2004, p. 281).

O sistema de produção agrícola coletiva, uma das proposituras defendida pelo MST para os seus projetos de assentamento, fundada na Comuna da Terra e no PDS, implantado com êxito no decorrer da fase de acampamento e nos primeiros anos de assentamento, não vem mais produzindo resultados, entrando em litígio com a concepção de propriedade privada e com a ideologia de trabalho individualizado do camponês, com o seu modo de trabalhar solitariamente, de não prestar contas a ninguém, de estabelecer seu próprio dia e horário de trabalho, o que vem resultando em uma baixa produção agrícola nas áreas coletivas deste projeto de assentamento, que se encontram praticamente abandonadas.

Olha, apesar de ser um sistema diferenciado que veio para ajudar os agricultores a fazerem mais projetos, a se juntarem em coletividade para trabalharem, o PDS aqui não deu muito resultado nesse sentido não, as famílias nos primeiros anos tentaram trabalhar juntos, porque aqui é dividido uma área social que aí vão trabalhar junto com as pessoas que você mais se identificar e uma área que é somente sua, para você fazer o que você quiser, tanto que logo de imediato foi dando resultado a que você está sozinho e não a do seu coletivo, nossa esses 4 hectares que eu vou poder trabalhar com os meus amigos, com as pessoas que eu confio, nossa, vai ser tudo de bom né, quando ajunta tudo, imagina, cada um cuida mais do seu pertinho de casa, você sozinho do que aquele que era para trabalhar coletivamente e hoje individualizou bastante as pessoas, aqui você vai ver, tem a cooperativa, tem tudo mais, não são todas as pessoas que conseguem trabalhar em conjunto, mesmo estando inseridas na cooperativa, eles trabalham por si e não mais em conjunto. Era perfeito (modelo), era perfeito, em acampamento, a gente fazia isso na prática lá, só que eu não sei o que acontece com as famílias, a hora que pega a terra, a pessoa muda, você pensa diferente, você sonha alto, você acha que você vai encarar o mundo sozinho e isso aconteceu aqui (Assentada Rural, 2012).

As famílias assentadas consideram as dimensões do lote familiar suficiente para a sua reprodução social, garantindo a sua segurança alimentar e produção de excedentes agrícolas para a comercialização não somente de um núcleo familiar. As famílias que possuíam um capital anterior e conseguiram adquirir maquinários agrícolas vêm notadamente se destacando frente as que não possuíam um capital originário e que trabalham a terra manualmente e que diante da ausência de assistência técnica por parte do órgão estatal responsável vêm produzindo gêneros alimentícios (banana e mandioca) de fácil e rápido cultivo, não estando ainda propensos a adquirirem pragas.

À principio a gente discutiu muito, achava que era pouco, hoje, somos os primeiros aqui, a gente conversa bastante em reunião, tem um outro acampamento aqui (Alexandra Kollontai), acho que vocês conheceram, que está prestes a vira um assentamento aqui próximo da gente e hoje a gente ajuda a pensar esse próximo assentamento, que não façam o que fizeram com a gente, que não dê esse tanto de terra, porque aí vêm as plantas você não dá conta, a família não dá conta, é muita terra, aqui hoje você só vai ver lote funcionando com todos os cantinhos plantados ou em vigor do processo de assentamento se a família trouxe outra família para morar com ela, uma família sozinha não dá conta, a família que estava lá mesmo sem condições nenhuma, que não tinha da onde tirar uma renda anterior, sabe, é diferente, têm famílias que tinha casas de aluguel na cidade, então essa não passou tanta dificuldade, de início já conseguiu comprar um tratorzinho, então essa família vai que vai, ela não tem problema nenhum, só que a maioria delas, posso dizer para você que é mais de 80% não tinham essas condições, então, eles têm dificuldade manualmente de trabalharem (Assentada Rural, 2012).

Quanto à área de preservação ambiental, estipulada pelo Ministério Público em 35%, nomeada ‘Roda do Morro’, esta se encontra localizada fora dos lotes familiares e em alguns casos, dependendo a localização da família assentada, fora do próprio projeto de assentamento, em razão desta espacialidade ser dividida ao meio pela Rodovia Abraão Assed, o que, por sua vez, vem dificultando o interesse em seu reflorestamento. Os lotes familiares localizados às margens desta rodovia vêm constantemente sofrendo saques, ocasionando prejuízos financeiros para esses agricultores. Contudo, ainda quanto ao fato da área de preservação ambiental ter sido estabelecida 15% além da legislação vigente (Código Florestal), devemos considerar também que:

(...) Justamente, por isso, o assentamento das famílias não sofreu oposição da sociedade. Pelo contrário, Ele recebeu forte apoio, pois ficou claro o benefício ambiental que traria (...) (GOLDFARB, 2007, p. 34)

O depoimento apresentado a seguir, expressa, embora em poucos elementos, a crítica do movimento sem-terra quanto ao modelo convencional de parcelamento do solo da área do assentamento, que sofreu inúmeras resistências, ao longo dos anos, por parte do MST, acabando sendo denominado pejorativamente de “quadradão burro”, pois embora os técnicos tentassem levar em consideração a necessidade de estabelecer um acesso igualitário às redes de circulação e recursos naturais, essa modalidade de parcelamento na qual, no geral, divide-se a área em lotes individuais, acabava por “picotar” os assentamentos em quadrados, acarretando um elevado custo para a instalação de infraestrutura (energia elétrica e saneamento básico), em razão do isolamento das moradias dentro dos lotes, o que contribuiu para que até os dias de hoje existam assentamentos com vinte anos de criação sem luz em todos os lotes (GOLDFARB, 2007).

Tudo foi questão de discussão, porque aqui foi dividido os lotes, cada família tem seis hectares e meio, familiar, tem mais a parte coletiva que são 2,20 hectares, coletivo, tem outra parte da ‘Roda do Morro’ que são das 80 famílias, tudo tinha como discussão, porque se fosse para ter um projeto no modelo antigo, saía aquele quadradão, então, a família perdia o vínculo de

discussão, porque ia acabando com o lote, você não ia ter mais discussão com a família, então, foi tudo na medida de uma discussão, teve as concordâncias e teve as discordâncias, mas no fim chegou a um bom senso (Assentado Rural, 2012).

No caso das Comunas da Terra, em razão destas se enquadrarem como PDS's, não ocorre propriamente um parcelamento convencional da área de assentamento no sentido de o INCRA conceder uma parcela de terra para cada família assentada. Em um PDS, não ocorre um Plano de Parcelamento do Assentamento, mas um Plano de Uso, que pode ser, concomitantemente, individual e coletivo. Em razão de nos PDS's não existir a titulação privada da terra individual, não existe a possibilidade de destinar uma parcela de terra para cada família como propriedade privada. Neste sentido, o que ocorre é a Concessão de Direito Real de Uso em nome de uma associação ou cooperativa dos assentados e, dessa maneira, estabelece-se um Plano de Uso da área, com áreas de produção coletiva, de moradia e áreas de produção familiar (GOLDFARB, 2007). No mapa apresentado a seguir (Figura 25), observa-se, além da divisão do assentamento em núcleos de moradia (Chico Mendes, Paulo Freire, Zumbi e Dandara), as áreas de uso comum (em verde) estabelecidas em seu Plano de Uso.

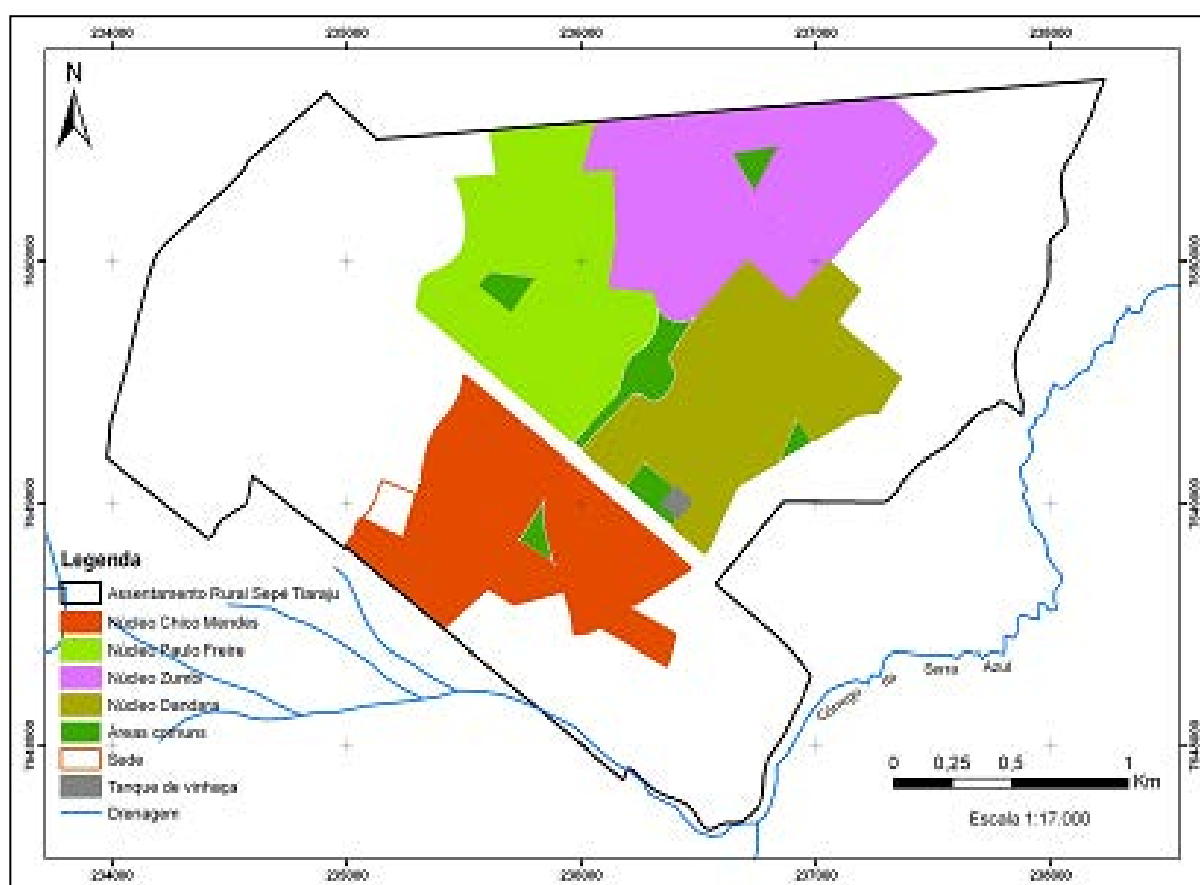


Figura 25 - Mapa do PDS - Sepé Tiarajú

Fonte: Adaptado de Forte *et. al.*, 2010.

Além da situação de abandono das áreas de produção coletiva, a fala da Sra. Adjane, apresentada a seguir, revela a contratação de força de trabalho assalariado por alguns assentados neste projeto de assentamento. Neste sentido, convém considerar que, no sistema

de produção camponês, o uso de força de trabalho assalariada ou contratada ocorre, sobretudo, quando, no agrupamento familiar, ainda existem integrantes muito pequenos que não podem participar do plantio e/ou da colheita. Frente a essa necessidade, o chefe da família contrata por prazo mensal ou anual, cujo assalariamento caracteriza uma relação capitalista temporária dentro do modo de produção camponês (TAVARES DOS SANTOS, 1978).

Acabou porque aqui no nosso caso, 7 ficou só para mim, eu tenho 7 hectares que ninguém faz nada, só eu faço, não tem coletivo, só ficou lá no papel do PDS. É muita terra, eu não tinha muita noção, sabe, eu adquiri noção quando eu comecei a observar esse pedaço que eu moro aqui da casa que é um quadrado enorme, são só 3 hectares, eu não daria conta nem dos 3 (hectares) se fosse ver, daria sim igual a esses que ter um trator, ele tem condições de pagar alguém para ajudar ele, então vai gente, é diferente, agora aqueles que não tem ajuda nenhuma é complicado, é por isso que hoje os lotes cheios de banana, nossa, mas só tem banana nesse assentamento, é a coisa mais tranquila de se plantar e que está gerando renda para eles e gera e está bom produzir banana, você escuta muitos comentários na cidade, nossa, mas eles só produzem banana, mandioca, não produzem mais nada, então, cada um tem que se adaptar ao que é mais fácil para ele (Assentada Rural, 2012).

Neste contexto de reprodução social da classe camponesa¹³², pode-se concluir que, tanto do lado da procura quanto do lado da oferta, é a força de trabalho familiar que provoca a necessidade da utilização de trabalho assalariado, bem como seu desaparecimento, no processo de trabalho camponês. (...) O camponês não desenvolve uma relação de oposição ao trabalhador na medida em que este outro, na realidade, é ele mesmo. Em outras palavras, se o trabalhador é um camponês em atividade acessória (...), não se podem diferenciar aqui posições sociais entre personagens que são efetivamente unos, personificações de um mesmo processo de trabalho camponês (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 44).

Neste sentido, a contratação temporária de trabalho assalariado não desconfiguraria a condição camponesa. A família camponesa, mediante o trabalho cooperativo, caracteriza-se como um trabalhador coletivo. Havendo a necessidade de contratação de mais pessoas para o trabalho agrícola, o camponês combina trabalho assalariado, parceria e ajuda mútua, dividindo os custos e ganhos da produção com outro camponês a fim de superar a ausência de capital, utilizando o trabalho assalariado para ajudar sua reprodução. A família camponesa somente contrata temporariamente quando as tarefas exigem um número maior de pessoas, não explorando o trabalho alheio (FREITAS, 2008b).

As famílias assentadas apontam como perspectiva futura a consolidação deste projeto enquanto um assentamento rural de reforma agrária pela facilidade de escoarem a sua produção agrícola, apesar do processo de especulação imobiliária vivenciado na Região de Ribeirão Preto, que vem alavancando o valor da terra nesta localidade, apontando ainda a

¹³² De acordo com Edward P. Thompson, “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, p.10).

esperança de que as famílias voltem a pautar novamente suas relações comunitárias em ações coletivas, assim como a vivenciaram na época de acampamento. Neste sentido, as famílias vivenciam o que poderíamos chamar de a dialética entre o ser assentado e o ser acampado, assim como nos descreve uma assentada rural a seguir, em outras palavras, vivenciam a contradição interna da luta pela concretização da posse da terra, transformada em assentamento de reforma agrária e o desejo de retorno às relações de sociabilidade solidárias da época de acampamento, o que novamente começa a despontar nesta comunidade assentada.

Nós do movimento estamos discutindo a Comuna, nós estamos pegando desde Ribeirão até o Vale do Paraíba, que são lotes de uma reforma agrária, com lotes menores, onde a pessoa pode viver muito bem, ter um projeto, muito bem diferente lá de Andradina e do Pontal, que estão longe das grandes cidades, aqui nós estamos perto das grandes cidades. Agora, um bairro rural fica meio difícil de seguir, tem que ter discussão, porque especulação imobiliária tem muito, então nesse projeto aí, a gente consegue evitar, a gente consegue quebrar isso aí, porque aqui nessa região um palmo de terra aqui vale ouro, bem diferente dessas outras regiões (Assentado Rural, 2012).

Olha, apesar de todas essas dificuldades que eu levantei, eu acho que ele continua como assentamento e a tendência dele são as pessoas se redimirem ao coletivo, porque eu estou participando de várias reuniões com eles aqui dentro, as negociações com o INCRA e tudo mais e eu percebo, as famílias estão voltando a ficar solidárias umas com as outras, sabe, está voltando a ter aquela sensibilidade de que a gente só consegue se estiver juntos, então eu estou sentindo muito isso já há alguns meses e eu fico muito feliz, sabe, tenho um sonho de ver esse assentamento ser o que era antes, porque era acampamento, tanto que você encontra as pessoas aqui dentro eles falam: no acampamento era tão bom, pô, a gente sofreu tanto no acampamento, tanto, andamos por regiões aí para conseguir chegar aqui hoje e estacionar em Serra Azul, e a gente sofria muito, sabe, muito mesmo, e hoje falar que era melhor aquele tempo do que hoje assentado, comendo bem, como assim, isso é muito triste, então, hoje eu consigo ouvir nos coletivos essa vaidade de voltar o que era antes, então, não é que eles querem voltar para o acampamento, eles querem voltar a ser amigos igual era antes, um ajudar o outro, começar de novo a ter noção do que é viver hoje em comunidade, tanto que, acho que há uns 2 meses, muitos daqui começaram a fazer trabalho de base para levar gente para o outro acampamento, ah, vamos fazer junto e tal, se surgir mais um assentamento perto da gente, ô, vai acabar que Serra Azul tem mais campo do que cidade, então você vê essa preocupação, sabe, e eles começaram a fazer de novo o trabalho, então, olha, se têm 2 ou 3 já é muito, não tinha nenhum ontem, então eu acredito que vai ser assentamento e vamos conseguir realizar um sonho que a gente tinha de conhecer outras experiências talvez até fora do estado de São Paulo antes de ser assentamento e sonhava que fosse daquele jeito e hoje está sendo difícil (Assentada Rural, 2012).

A pesquisa de campo realizada neste projeto de assentamento rural refletiu um determinado momento vivenciado pela comunidade assentada, neste sentido, cabe ressaltar que as relações de sociabilidade entre as famílias assentadas e destas com as lideranças do movimento (aproximação/distanciamento) vêm constantemente alternando-se, segundos os momentos, as circunstâncias e os conflitos com o poder público, em razão da dinâmica inerente aos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária.

4.3. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Mário Lago

A permanência da questão camponesa no mundo contemporâneo acarreta consigo a problemática da terra e do território no sistema capitalista, não sendo possível, dessa maneira, falar em camponês sem se fazer referência a essa discussão, pois a terra, em disputa, transforma-se em território e continua a desempenhar um papel peculiar no sistema capitalista. Dessa maneira, para a compreensão do campesinato não somente faz-se necessário identificar as razões de sua capacidade de resistência, que se encontra essencialmente alicerçada na economia familiar, mas, sobretudo, para compreender os elementos dessa economia doméstica, não podemos tomar como referência categorias da economia capitalista ou da economia estatal (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Neste sentido, a produção do território camponês no Projeto de Desenvolvimento Sustentável – Mário Lago (localizado no interior da Fazenda da Barra - Figuras 26 e 27) pode ser compreendida como síntese contraditória entre elementos urbano e rurais, como totalidade concreta entre o choque de distintos modos de produção agrícola (campesinato e agronegócio) ou como produto concreto da luta de classe travada pelos movimentos sociais camponeses (OLIVEIRA, 2007a), em especial, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em seu processo de espacialização e territorialização contra o paradigma de desenvolvimento agrícola implementado pela agricultura capitalista no país, desempenhando o Estado, neste palco de disputa política, mediante a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um papel de regulação e mediador do conflito entre as forças sociais em atrito, “destacando-se ainda nesse processo o caráter estratégico da afirmação de seu domínio sobre as terras conquistadas para seu fortalecimento e realização de seu projeto político. A formação de assentamentos rurais vinculados ao MST abre novas frentes de luta e de relacionamento entre o Estado e o movimento” (FERNANDES, 2000).

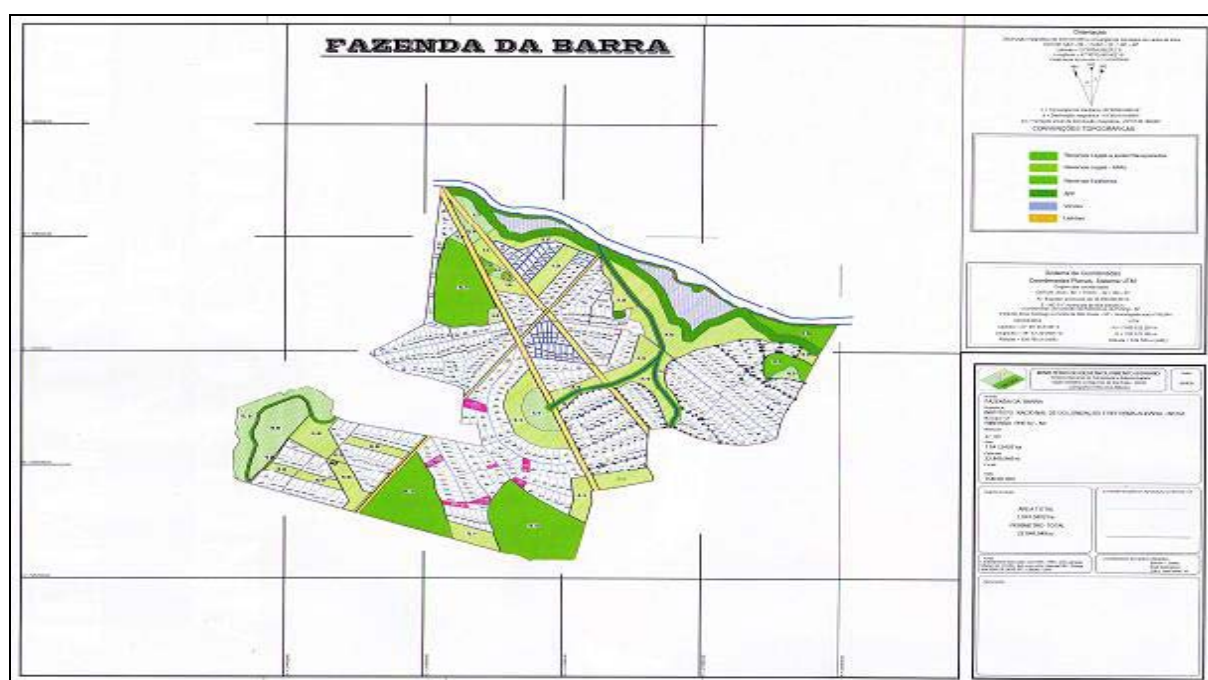


Figura 26 – Mapa da Fazenda da Barra

Fonte: Bellentani, 2010.



Figura 27 – Assentamento Mário Lago

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2013.

Transformado em assentamento pelo Estado, neste território passam a se manifestar distintas territorialidades e uma disputa pela territorialidade camponesa e a territorialidade do agronegócio, contudo, essas disputas, entre outras disputas, que se concretizam no assentamento, não anulam o território camponês, mas a totalidade do território do campesinato, a disputa pela territorialidade vem junto com uma nova disputa territorial.

Neste projeto de assentamento, assim como no PDS - Sepé Tiarajú, asseveram as famílias e lideranças assentadas do movimento sem-terra que o campesinato (não somente entendido como aquele que no campo reside e produz alimentos) em sua concepção teórica literal não se encontra presente neste território da reforma agrária, mas a sua reconstrução ou reterritorialização vem ocorrendo através da proposta da Comuna da Terra, que possibilita que o território conquistado seja compreendido não somente como uma área de produção agrícola diferenciada, alicerçado na matriz agroecológica, mas também como um espaço de construção de novas relações sociais, fundadas na sociabilidade da convivência comunitária e em novas relações de trabalho, sendo indispensável para a construção deste processo, para além da produção agroecológica, o acesso às políticas públicas complementares ao acesso a terra (saúde, educação, crédito, comercialização), indispensáveis a uma melhor qualidade de vida da comunidade assentada.

Nós não defendemos que nós somos camponeses na literal palavra camponês, lógico que eu estou falando de uma perspectiva de uma discussão teórica, se você perguntar para um assentado aqui, ele vai falar, ah eu sou, porque aquela coisa o camponês é o que planta ou que mora numa área rural, mas assim

numa perspectiva de discussão política diante da questão da Comuna da Terra, que isso aqui, na realidade, o PDS é um nome dado pelo INCRA, é um nome da burocracia, para nós esse projeto de assentamento chama-se Comuna da Terra, a Comuna da Terra ela permite que o assentamento ele se conceba enquanto não só uma área de produção diferenciada que é a matriz de produção agroecológica, como também uma outra proposta de construção de relações sociais, desde uma sociabilidade da convivência comunitária, como na relação com o trabalho, então isso, na perspectiva da Comuna da Terra nós defendemos uma produção agroecológica, que mais do que isso seja uma produção da vida, então que tenha uma escola, que tenha a saúde como a gente tem aqui o PSF (Programa Saúde da Família), mas nós queremos um posto de saúde, que a gente tenha uma vida no que diz respeito à cultura do local, valorizando a cultura do local (Assentada Rural, 2013) ¹³³.

Ainda através da construção da proposta da Comuna da Terra neste projeto de assentamento, os elementos constitutivos que identificariam a reconstrução/reterritorialização do campesinato neste território da reforma agrária se encontrariam relacionados ao respeito com o meio ambiente, compreendido não somente como um meio de reprodução econômica, mas como um meio de reprodução da própria vida, especialmente, no que diz respeito à preservação dos recursos minerais do aquífero sobre o qual se encontram assentados (Sistema Aquífero Guarani) ¹³⁴, à preservação da produtividade do solo, à produção de alimentos saudáveis, às relações de gênero mais equilibradas e harmoniosas ¹³⁵, objetivando, dessa maneira, a uma melhor qualidade de vida da comunidade assentadas, não somente em seu viés econômico, mas em uma perspectiva mais ampla, abarcando todos os aspectos da vida social.

Valorizando a cultura no que diz respeito à relação com a terra, de respeito ao meio ambiente e de relação com esse meio, em que esse meio ele seja de sobrevivência, mas que também ele produza vida, então, por exemplo, nós não vamos somente nos preocupar em produzir em bases agroecológicas, mas nós também vamos nos preocupar com a água do Aquífero Guarani, com a preservação da produtividade desse solo, com um solo fértil, é isso que realmente a gente se propõem, a produção de alimentos saudáveis, as relações homem e mulher, então que elas sejam de forma equilibrada, então é isso que a gente busca, então uma melhoria na qualidade de vida em uma perspectiva mais ampla, não só da renda, então a terra ela passa a ser um meio de produção, mas também um meio de produção de vida, de qualidade de vida (Assentada Rural, 2013).

¹³³ Entrevista concedida por Gladis Cristina de Oliveira (Guê), 37 anos, liderança do MST, formada em História pelo PRONERA e exerceu as seguintes profissões antes de ser assentada: educadora popular, percussionista, cantora e *luthier* de instrumentos de percussão.

¹³⁴ De acordo com Gomes (2006), a área de recarga do Aquífero Guarani no Estado de São Paulo abrange cerca de 16.000 km², ocupando uma faixa de norte a sul do estado localizada na porção Centro-Oeste, inserido nas coordenadas 21° e 23° de latitude sul e 47° e 50° de longitude oeste. Os autores localizam Ribeirão Preto em uma faixa de recarga denominada Centro-Norte, que ainda inclui os seguintes municípios: Franca, Batatais, Brodósqui, Altinópolis, Cajuru, Serrana, Cravinhos, São Simão e Luís Antônio.

¹³⁵ “O MST tem um setor especificamente voltado para tratar da questão de gênero e procura garantir a participação da mulher na luta desde a sua formação, mas se preocupa em afirmar a prioridade da luta de classes em detrimento dessa questão. A discussão das relações de gênero traz uma tensão constante para dentro do movimento, tendo em vista a tradição patriarcal do campo brasileiro” (MARQUES, 2006, p. 192)

A fala de Guê Oliveira revela o leque de questões que o movimento social camponês se encontra atualmente envolvido, que se estendem desde as relações de gênero, passando pela preservação ambiental, até a disputa política contra o paradigma de agricultura hegemônica e no país, agronegócio, abarcando lutas tão distintas, ampliando o alcance de sua crítica social, bem como o espectro de ação em comparação com outros movimentos sociais camponeses. Contudo, o grau de organização necessário para atuar em todas essas frentes de batalha, inúmeras vezes, entra em litígio com a sua reprodução enquanto movimento social (MARQUES, 2006).

Não obstante, a reprodução social do campesinato neste projeto de assentamento, enquanto uma categoria social que possui uma identidade que lhe é peculiar seria facilitada, permanecendo no território conquistado do capital agroindustrial, mediante a implementação do modelo de assentamento Comuna da Terra, em razão de sua proximidade com o meio urbano, facilitador do escoamento dos excedentes agrícolas produzidos, local onde também o movimento social camponês realiza constantemente um contraponto entre o paradigma da reforma agrária e o modelo de desenvolvimento agrícola postulado pelo agronegócio para o campo brasileiro, especialmente, o sucroalcooleiro ou sucroenergético, ampliando o seu leque de relações com a sociedade, a fim de tornar a reforma agrária não somente uma pauta do MST, mas uma agenda política da sociedade como um todo.

Para nós a Comuna da Terra, no que diz respeito ao campesinato, as Comunas da Terra elas se encontram muito próximas à cidade, porque facilita o acesso à estrutura para a comercialização, mas também é onde a gente vai fazer o contraponto ao agronegócio, a gente vai relacionar com a sociedade, a gente vai mostrar, uma coisa é um assentamento que está aqui na beira de Ribeirão Preto, outra coisa é um assentamento que está lá no fundão do Pontal, então a reforma agrária ela não vai ser feita só pelo MST, mas vai ser feita como uma pauta da sociedade, então a Comuna da Terra ela surge nessa perspectiva também, de ampliar o leque de relações, de politizar essa questão da reforma agrária, para que ela socialize mais essas questões (Assentada Rural, 2013).

Na imagem a seguir (Figura 28), obtida a partir de laudo ambiental produzido pela assessoria técnica do Ministério Público Estadual (MPE) – Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto observa-se na parte superior da fotografia a área urbana do município de Ribeirão Preto. No centro e na parte inferior da imagem visualizam-se os primeiros aspectos do assentamento Mário Lago. No mapa a seguir (Figura 29), observa-se a Fazenda da Barra fazendo divisa com o bairro periférico Ribeirão Verde, com a Rodovia Anhanguera, na altura do km 361 e com o Rio Pardo.



Figura 28 – Vista Aérea do Assentamento Mário Lago

Fonte: Gonçalves, 2010.

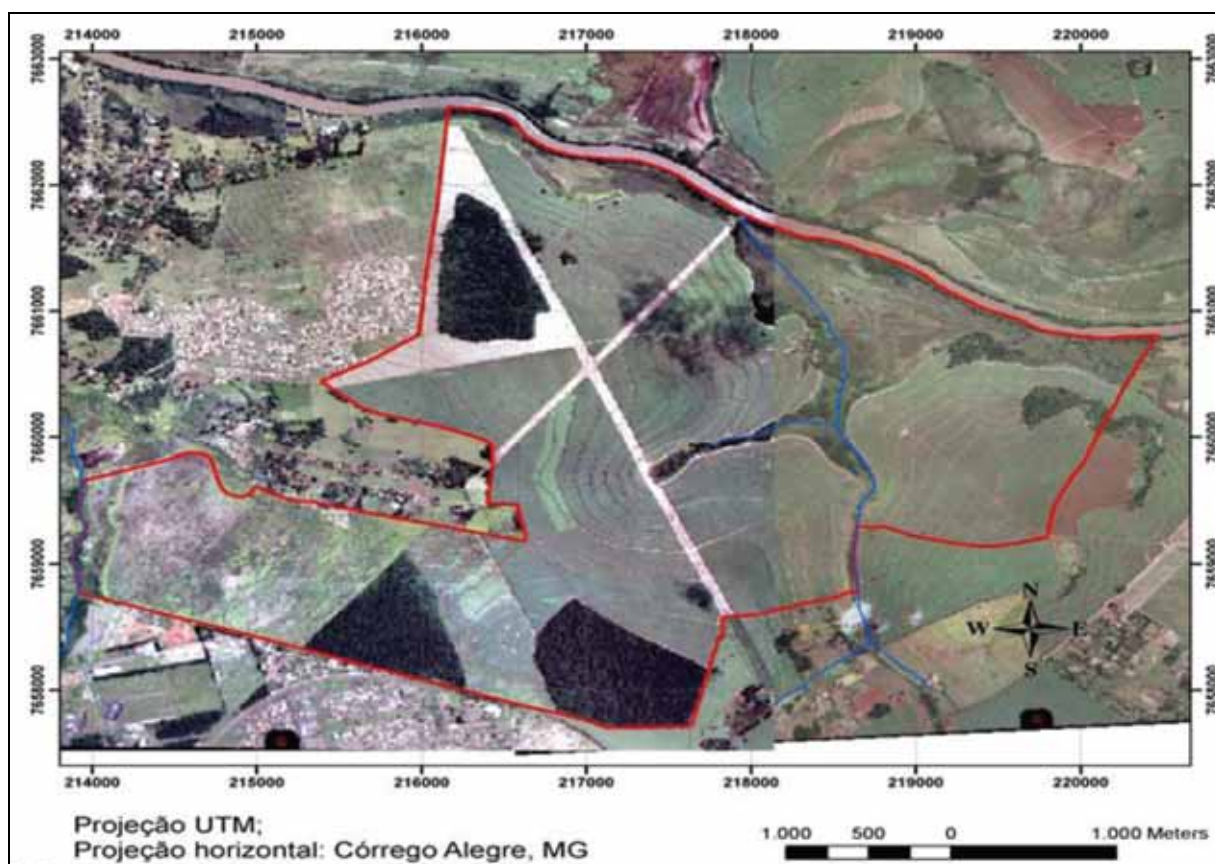


Figura 29 – Mapa da Fazenda da Barra

Fonte: Firmiano, 2008.

As principais lideranças políticas defendem a criação de módulos agrícolas superiores aos implementados neste projeto de assentamento, a exemplo dos criados no PDS – Sepé Tiarajú, a fim de melhor garantirem a reprodução social do campesinato, que, em sua opinião, não necessita somente caracterizar-se como um trabalhador rural, postulando o desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural como meio de geração de renda para esses trabalhadores rurais assentados, facilitado também pela dinâmica inerente ao meio urbano, mas não na perspectiva de um trabalhador assalariado, como de fato vem ocorrendo em projetos de assentamento precarizados, carentes que são de infraestrutura básica de produção agrícola.

O depoimento apresentado a seguir indica a intenção do movimento sem-terra de transformação da realidade dos projetos de assentamento, significando planejar as comunidades de forma que estas comportem uma sociabilidade mais coesa e condições mínimas de infraestrutura social, garantindo espaços de preferência, podendo essa “maior sociabilidade” ser compreendida como estímulo a encontros, trocas, trabalhos conjuntos e atividades coletivas. Contudo, esse entendimento parece estar pautado na crença de que um aspecto espacial pode possuir total poder de determinação sobre as relações sociais das famílias assentadas, tratando-se de um projeto de sociabilidade que possui um caráter mais urbano do que rural (GOLDFARB, 2007).

(...) as Comunas da Terra, você pode juntar a situação dos assentamentos, são na sua maioria precarizados, precarizados no sentido de infraestrutura, as pessoas vão ter que correr atrás de outras formas de sobrevivência, e não acontece só na Comuna da Terra, acontece em qualquer assentamento no estado de São Paulo principalmente em que a reforma agrária em 2011 teve zero de assentamento, então você vê como está sendo tocada a pauta da reforma agrária principalmente no estado de São Paulo, lógico, o centro do capitalismo, eles não vão querer assim um projeto tão diferenciado (Assentada Rural, 2013).

(...) nós temos um processo de reforma agrária, de socialização da terra, de lutarmos por escola, saúde, por infraestrutura básica, por moradia, isso tudo está dentro dessa perspectiva enquanto uma demanda dos trabalhadores, mas mais do que isso nós defendemos realmente que não há uma possibilidade de mudança para um outro projeto se não houver um outro projeto para o campo, historicamente, no Brasil, nunca esteve nas mãos dos trabalhadores de forma hegemônica (Assentada Rural, 2013).

Então diante disso, o que é que acontece num assentamento, os módulos que não são tão pequenos como aqui, seria como no Sepé, por exemplo, de 3 a 5 hectares, a gente defende um módulo dependendo do lugar, porque dá para a pessoa produzir com toda essa perspectiva da agroecologia e tal, mas também que ela pode ter outras atividades produtivas, não só da relação com a terra, por exemplo, eu posso ser uma trabalhadora rural, mas também eu posso produzir instrumentos, isso aí também pode ser uma atividade que eu sobreviva dela e a dinâmica da cidade te permite isso, essa é a perspectiva da Comuna da Terra, então a pessoa não vai ser só um trabalhador rural, mas ele vai ser um trabalhador que produz os alimentos e tal, mas também adquire renda de outras formas, não na perspectiva de ser um trabalhador assalariado, não é isso que a gente defende, mas é o que acontece, por que, diante da perspectiva do assentamento, em que o assentamento (Assentada Rural, 2013).

O depoimento apresentado Guê Oliveira expressa uma determinada concepção de pluriatividade do campesinato presente na ideia da Comuna da Terra, distante, contudo, do conceito de agricultura familiar formulado por Ricardo Abramovay (1992), Hugues Lamarche (1993 e 1998) e do *continuum* rural-urbano defendido por Graziano da Silva (1999) e conceituado por Sacco dos Anjos como:

(...) um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolverem-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização a nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.90-91).

Na concepção da proposta da Comuna da Terra, defende o MST que nesta modalidade de assentamento exista infraestrutura e acesso à informação, além de uma organização espacial interna que propicie uma maior centralidade, de forma a possuir um caráter mais urbano frente aos assentamentos convencionais (a exemplo do PA Horto Bueno de Andrada). Contudo, esta modalidade não se caracteriza como um espaço urbano/rural a partir de imprecisões ou transições, não constituindo um espaço em transição do rural para o urbano, mas sim como um espaço que se propõe a ser rural, em razão da reprodução do modo de vida camponês, e urbano no sentido que demanda os benefícios que a urbanidade criou ao longo dos séculos (GOLDFARB, 2007). Ainda neste sentido:

Vale a pena refletir sobre o que diz a proposta da Comuna da Terra. Ela fala do desejo de um urbano (centralidade e multifuncionalidade) realizado no campo. A refundação do campo como forma espacial que abriga uma nova sociabilidade, capaz de dialogar com o tempo da natureza e o tempo das modernas tecnologias, evitando a determinação do tempo do mercado. Essa nova sociabilidade guardaria elementos importantes da utopia camponesa, mas vai além dela, na medida que reafirma a autonomia no processo de trabalho como um valor, mas propõe uma reinvenção da vida em que o morar, o produzir e o desfrutar possam se realizar juntos e se constituir como meio de emancipação política. Curiosamente, a proposta das Comunas da Terra contém muito da crítica do fenômeno urbano desenvolvida por Lefébvre (1999) (MARQUES, 2006, p. 193).

As Comunas da Terra não se enquadram estritamente na proposta do “Novo Mundo Rural” defendida por Graziano da Silva (1999) de forma acrítica sobre o modelo de agricultura dominante no país, o agronegócio, mas apontam no sentido da necessidade de diversificação das formas de geração de renda no campo. Ao contrário do mencionado autor, o MST possui um projeto de agricultura mais amplo para o campo brasileiro, alicerçado em uma crítica a estrutura agrária brasileira e ao modelo de agricultura dominante. Na concepção do movimento, a questão da incorporação ao mercado e o desenvolvimento da agroindústria nos projetos de assentamento não passam pela mera aceitação da submissão do trabalho camponês aos grandes circuitos do capital agroindustrial, ou pela busca de nichos de mercado

onde o agronegócio não possui atuação. Neste sentido, o movimento tem desenvolvido experiências de cooperação que objetivam permitir que a agricultura insira-se no mercado de forma não ou menos subordinada (GOLDFARB, 2007).

O incentivo dado por parte do movimento sem-terra ao desenvolvimento de atividades não agrícolas deve ser compreendido no sentido de complementação da renda familiar, agregando valor ao trabalho agropecuário, a fim de evitar que os membros de uma família migrem ou se assalariem em centros urbanos. Na proposta das Comunas da Terra, a ênfase encontra-se essencialmente calcada no desenvolvimento da atividade agrícola, mas existe todo um estímulo às atividades não agrícolas, objetivando absorver a força de trabalho excedente gerada ao longo dos ciclos produtivos. Dessa maneira, a perspectiva adotada pelo MST não aponta para a defesa de uma reforma agrária que não seja essencialmente agrícola (GOLDFARB, 2007).

A partir dessa nova modalidade de assentamento, o processo de reconstrução/reterritorialização do campesinato no interior deste projeto de assentamento periurbano ocorreria, sobretudo, segundo as principais lideranças do movimento, mediante relações não capitalistas de produção, pautadas em uma nova perspectiva de desenvolvimento agrícola para o universo agrário brasileiro, antagônica ao paradigma estabelecido pelo agronegócio sucroalcooleiro (monocultor, explorador e expropriador), perspectiva essa caracterizada pela hegemonia dos trabalhadores rurais sobre o tempo e o espaço agrário, pela socialização da terra, pelo acesso e controle do camponês sobre os meios de produção agrícola, pela sua capacidade de adquirir autonomia frente à escolha dos bens agrícolas a serem produzidos, objetivando, em um primeiro momento a sua subsistência e posteriormente da sociedade.

Nesse sistema de reprodução camponês, em um sentido inverso ao verificado no PA Horto Bueno de Andrada, a vida não passa a ser organizada segundo as necessidades do mercado (produção de cana-de-açúcar), objetivando a extração de mais-valia, a renda da terra, a maximização dos lucros, mas encontra-se pautadas na forma simples de circulação de mercadorias, movimento expresso na fórmula M-D-M, em que a mercadoria elevada ao mercado (feiras do produtor, mercado institucional) é transformada em dinheiro, visando à aquisição de mercadoria para sua reprodução social, encontrando-se dessa maneira em oposição à lógica de reprodução capitalista em que o dinheiro é convertido em mercadoria para novamente compor dinheiro, representado pela fórmula D-M-D' (OLIVEIRA, 1987).

Isso porque, em uma perspectiva imanente, os meios de reprodução do camponês não são considerados como capital. Além disso, o mecanismo por intermédio do qual o camponês “deixa de receber o lucro” e se “autoconsigna um salário” pode funcionar, precisamente, porque no interior da unidade socioeconômica camponesa não atuam as categorias de salário e lucro (VERGÉS BARTRA, 2011, p. 2).

Ainda neste sentido, contudo, devemos considerar que no sistema de produção capitalista todo produto lançado ao mercado assume a forma de mercadoria capitalista independente do processo específico de produção que a originou. Dessa mesma maneira, a partir de uma perspectiva do capital global, todo meio de produção inserido em seu ciclo comparece como “capital”, independentemente de sua forma de apropriação específica ser ou

não capitalista. Por último, sob o ponto de vista do capital global, todo rendimento que se destina ao consumo do trabalhador direto forma parte do capital variável total e é parte constitutiva dos “salários”, seja qual for a forma em que tenha sido obtido (VERGÉS BARTRA, 2011).

Não obstante, em uma perspectiva ampliada, inserido em um contexto socioeconômico caracterizado pelo monopólio territorial engendrado pelo capital agroindustrial, considera-se que este projeto de assentamento rural (assim como o PDS – Sepé Tiarajú) pode ser caracterizado para além dos espaços de governança (nacional, estadual, regional e municipal) e dos diversos tipos de propriedade (capitalista ou não) como um território dentro do Território (Região de Ribeirão Preto), como um território fluxo, cujos limites se movimentam segundo as ações institucionais e as conflitualidades e em razão das relações sociais neste espaço estabelecidas possibilitarem a reprodução do modo de vida e produção camponês, caracterizando-se ainda como um território que possui uma diversidade de sujeitos sociais, entre os quais os camponeses, que mediante suas atividades políticas constroem e destroem territórios. As relações sociais estabelecidas em seu interior acabam configurando uma série de territórios dentro do Território definido pelo Estado (COCA; FERNANDES, 2009).

A sociedade na cidade, que a gente fala, do meio urbano, nós também fazemos parte aqui da cidade, que o meio urbano também pode se preocupar, eles vêm para plantar aqui no SAF, eles estão vindo ajudar aqui, para conhecer não só o que produz, como produz e também vivenciar ele um camponês, na realidade o que a gente defende é que o trabalhador tenha o direito ao acesso aos meios de produção e que ele possa sobreviver disso, em relação a questão assim com o campo, qual é a nossa pauta, se é que caracteriza o campesinato, no sentido de que nós defendemos um outro projeto para o campo, que não é o do agronegócio e que não é do ‘agronegócinho’ também, nessa perspectiva que a gente conversou anteriormente, a autonomia, a construção do trabalhador enquanto sujeito, dono do meio de produção, que ele não seja forçado a produzir algo, mas que ele produza aquilo que realmente a sociedade na sua necessidade básica necessita e ele necessita também para sobreviver, essa é a nossa perspectiva, que a gente defende um outro modelo de sociedade e na especificidade de vivermos nesse espaço aqui, aí sim nós dizemos existe o modelo do agronegócio, do monocultivo, da superexploração, da expropriação em todos os sentidos (...) (Assentada Rural, 2013).

A partir da fala dos assentados depreende-se que na percepção das lideranças desse projeto de assentamento campesinato e agronegócio possuem antagônicos paradigmas de desenvolvimento agrário para o campo brasileiro, disputando entre si territórios:

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedade privadas disputam o território nacional (FERNANDES, 2008b, p. 6).

Dessa maneira, a identidade do trabalhador rural emerge apoiada na identificação do latifúndio como o principal inimigo a ser enfrentado e da reivindicação da “terra para quem nela trabalha”. Neste sentido, a reforma agrária pavimentaria o caminho para a superação do atraso no campo brasileiro, representado pelo latifúndio que alicerça um ordenamento social caracterizado pela concentração de terras em posse de poucas pessoas e seu uso para fins de especulação (MARQUES, 2006).

O movimento adota um novo papel como sujeito político e passa a criticar abertamente a orientação geral da economia, ao mesmo tempo em que se volta para a sociedade, conclamando-a a abraçar a causa da reforma agrária. Cada vez mais são realizadas manifestações de massa nas grandes cidades, como caminhadas, acampamentos e ocupações de prédios públicos.

A expansão do agronegócio e sua atuação monopolista na produção agrícola e no mercado (integrando indústria e grandes redes de comercialização) esvaziam a possibilidade de reprodução da produção familiar. A abrangência e poder de destruição de outras formas de produção e dos recursos naturais apresentados por esse segmento da economia, em sua ação totalizante sobre o campo, é responsável pela convergência entre a resistência camponesa e a crítica ecológica ao seu modelo de agricultura (MARQUES, 2006, p. 192).

Neste contexto de disputa ideológica, a proposta da Comuna da Terra emerge entre as famílias assentadas e lideranças do projeto de assentamento não somente no sentido da necessidade de se pensar uma nova modalidade de assentamento ou construir uma alternativa para a população marginalizada nos centros urbanos, mas nasce, sobretudo, da necessidade de se edificar novos espaços em que a disputa por um modelo alternativo de desenvolvimento para o campo brasileiro possa de fato se concretizar (GOLDFARB, 2007).

Assim como no PDS – Sepé Tiarajú, a origem dos trabalhadores rurais territorializados neste projeto de assentamento ambientalmente diferenciado remota a antigos agricultores familiares da região nordeste, que desterritorializados, migraram para a ‘Califórnia Brasileira’ em busca de melhores condições de trabalho e vida, neste sentido, o campesinato seria caracterizado por uma espécie de retorno às antigas origens rurais, às antigas relações de trabalho, caracterizadas pelo controle sobre o tempo e o território conquistado, o preparo artesanal de alimentos e a prática da diversidade agrícola, assim como nos revela um assentado rural:

Rapaz, eu fui nascido e criado na roça, aqui voltou àquela rotina de antigamente, eu, por exemplo, eu voltei naquela rotina plantar feijão, milho, mandioca, abóbora, quiabo, então, eu me sinto assim, agora mesmo eu estou capinando a roça, a única diferença é que antigamente a gente fazia a farinha, era tudo manual, fazia rapadura, antes lá na Bahia, onde os meus pais moram até hoje e aqui não tem isso, lá também acabou, fazer farinha em forno, torrada, rapadura também acabou tudo, agora lá na Bahia estão fabricando mais pinga, mas a rotina mantém aquela rotina (Assentado Rural, 2013) ¹³⁶.

¹³⁶ Entrevista concedida pelo Sr. Olavo Santos Luz, 47 anos, setor de atividade do MST, possui o ensino fundamental incompleto e antes de ser assentado exerceu as seguintes profissões: cortador de cana-de-açúcar, garçom, segurança, jardineiro.

Ah, apesar de ser assim perto da cidade, de ficar bem perto, mas, assim, eu vejo assim, que tem o campo aqui, plantar, ter a roça, tem a casa, mas também tem a roça, plantar e colher a produção do campo (Assentada Rural, 2012)¹³⁷.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no entendimento das principais lideranças e famílias assentadas, politicamente, se distinguiria dos demais movimentos sociais camponeses territorializados na região, especialmente, do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), pela rigidez das normas estabelecidas em seus projetos de assentamento, mas, sobretudo, em razão de estabelecer um conflito ou uma luta de classes com o sistema político, concretizada mediante manifestações, marchar, paralisações, ocupações de prédios públicos, objetivando atingirem as conquistas legais para os seus projetos de assentamento. Neste sentido, os demais movimentos sociais camponeses possuiriam uma estratégia de conciliação com as estruturas estatais, caracterizada pelo entrelaçamento político-partidário, amarrando-se a burocracia estatal, o que prejudicaria o desenvolvimento da luta social.

(...) Porque o MLST, eles são liberalista, tanto é que lá tem até roubo, a polícia já entro lá, teve roubo de carro, tem vez que eles entram aqui a gente até assusta. Qual é o problema? Roubo de carro, então é lá, pode voltar pra trás porque é lá (...). Quando teve essa repartição, foi dolorida, foram companheiros nossos, nós sofremos, mas só que eles não se encaixavam em nós, hoje, todos se arrependem, mas a amizade nossa continua (...) (Assentada Rural, 2014).

Existe uma diferença básica que é política, eu vou dar uma leitura muito mais da região aqui, do que eu percebo aqui, nessa perspectiva política é assim nós, por exemplo, nós lutamos, vamos supor, nós estamos precisando de escola, nós não vamos sentar simplesmente com a Secretaria de Educação, porque isso não resolve, nós lutamos por uma educação do campo a partir do momento que nós trabalhamos a formação de nossos educadores nessa perspectiva, nós lutamos para que haja uma educação dos educadores, por exemplo, curso de aperfeiçoamento de parceira com a USP, com o PRONERA e isso também fazemos luta, ocupamos a Secretaria de Educação, olha, escola, o ônibus que está quebrado, várias vezes fizemos manifestações, as crianças pararam o ônibus, nós paramos, a qualidade, a segurança das nossas crianças, temos trabalho aqui com a Ciranda todo sábado, o trabalho de formação de identidade dessas crianças, então assim, isso tudo, de acreditar na educação, não é simplesmente ter um acesso à escola, mas um acesso à escola de qualidade de acordo com a nossa realidade, lutamos, fazemos luta para isso, ocupamos prédio públicos, paramos, então há um processo de conflito com o sistema, nós estabelecemos o conflito, os outros movimentos numa percepção política que a gente já percebeu é que eles vão muito nesse bojo mais da negociação, do envolvimento muito partidário-político, partidário-político somos todos nós, então isso prejudica muito o andamento, porque você se amarra a burocracia e não estabelece o conflito, você estabelece muito mais uma conciliação de classes, e se a gente luta por um outro projeto, a gente não acredita que esse projeto ele seja feito a partir da conciliação de classes,

¹³⁷ Entrevista concedida pela Sra. Maria Aparecida Barros Santos (Dona Cida), assentada, 43 anos, possui e ensino fundamental incompleto, trabalhou como doméstica antes de ser assentada.

porque a classe dominante sempre vai dominar, não existe a conciliação, ela é falsa, a gente acredita no estabelecimento do conflito para que a luta social avance, então essa perspectiva diferenciada é o que nos diferencia politicamente enquanto movimento (Assentada Rural, 2012).

Contudo, a respeito do depoimento apresentado por Guê Oliveira convém também considera que:

A trajetória do MST atravessa diferentes governos e momentos políticos e evidencia sua capacidade de organização e resistência. Para compreender melhor o que é o movimento, é preciso refletir sobre seus projetos políticos e as identidades que assume em sua trajetória (MARQUES, 2006, p. 190).

Ao longo de sua trajetória, o MST tem se relacionado com o Estado de diferentes maneiras, alternando entre posições de confronto e de negociação. Apresentando-se, a cada governo, ora mais próximo, ora mais distante, e realizando a luta pela reforma agrária em duas frentes, diretamente no terreno e no campo político-institucional (MARQUES, 2006, p. 184).

O MST, em termos organizacionais, se diferenciaria dos demais movimentos sociais camponeses em razão de se constituir em uma organização que comporta uma organicidade¹³⁸ para o desenvolvimento da luta política, caracterizada pelos núcleos de moradia¹³⁹ e setores de atividades, pelo debate e representação política das famílias assentadas junto à coordenação geral do assentamento. Neste sentido, os demais movimentos não disporiam desta mesma organização ou organicidade (núcleos e setores), o que acarretaria inclusive consequências sobre o posicionamento político frente às estruturas estatais.

Organicamente, o Mário Lago tem setor de educação, saúde, tinha setor de segurança, tem setor de cultura, juventude, então há uma forma orgânica que também diferencia nesse sentido, eu não tenho muito conhecimento, mas assim, isso a gente na percepção da convenção e isso dificulta muito, como uma organização não tem organicidade, se você não tem organicidade é difícil você se organizar, organizar o povo politicamente para atingir o seu objetivo, então tem que ter, tem que ter essa participação das pessoas, a discussão, o debate, isso também avança no processo de formação de consciência, nós temos cursos de formação política, essa é uma perspectiva do movimento, enquanto os outros movimentos eles a percepção externa que eu tenho eles não trabalham sob esse olhar, então essa é a diferenciação política e orgânica que eu faria em relação aos outros movimentos, e aí isso nos diferencia muitas vezes no posicionamento em relação ao INCRA, a Prefeitura (Assentada Rural, 2013).

¹³⁸ Entre os simpatizantes do movimento sem-terra é comum se ouvir o termo “organicidade”, cujo significado é “a relação que deve ter uma área de atuação do movimento com outras, isto porque um movimento social, nos moldes do MST, é muito complexo e sua construção atinge várias dimensões da vida humana” (BOGO, 1999).

¹³⁹ A organização interna de um acampamento/assentamento de trabalhadores rurais sem-terra inicia-se com a criação dos núcleos de base, expressão esta herdada das ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que são, comumente, constituídos por cerca de dez a trinta famílias, agrupadas de acordo com o critério de proximidade, isto é, segundo a procedência do mesmo município (SOUZA; BERGAMASCO, 2006).

A diferença, porque a organização é diferente, o MST ele tem uma organização assim, em um acampamento, ele organiza os núcleos, cada núcleo de 10 a 25, 30 famílias, cada núcleo desse tem um coordenador para representar aquele grupo, tem um coordenador de segurança, tem um coordenador de saúde, coordenador de educação, da secretaria, então, é uma organização diferenciada e também faz segurança 24 horas no acampamento, só depois que deu assentamento que termina a segurança, mas até então tem a segurança, então há essa organicidade e também assim, a cada 15 dias, aqueles núcleos se reúnem para verem quais são os problemas que estão acontecendo e o coordenador do núcleo leva para a coordenação geral, onde senta todos os coordenadores de todo o assentamento para discutirem os problemas de saúde, de segurança, de qual forma melhor seguir, então quer dizer, toda a comunidade está ali para resolver os problemas. O ML é um grupo só, não se organizam dessa forma, não tem setor, não tem segurança, eles são um partido dos trabalhadores rurais liberal (Assentado Rural, 2013).

Ah, eu vejo assim, a má organicidade, mesmo assim, às vezes, a gente não consegue 100% assim, mas mantém uma organicidade, a coletividade, as pessoas aqui procuram mais trabalhar em coletivo, divisão de tarefas, não é uma pessoa só responsável por tudo, faz uma divisão de tarefas, um coletivo é responsável pela saúde, um coletivo da educação, monitoria de ônibus, aí junta à coordenação a cada quinze dias, e assim, os outros movimentos, às vezes, fica um só para fazer tudo, aqui no MST tem essa coletividade, a divisão de tarefas assim (Assentada Rural, 2012).

Quanto aos laços de solidariedade existente entre as famílias assentadas o que se tem verificado entre esses trabalhadores rurais é a existência de uma mútua cooperação, observada através da troca de materiais, serviços (dias de trabalho) e alimentos. Embora a produção seja realizada individualmente nos lotes familiares, o excedente de produção, quando não consumido ou comercializado individualmente ou repassado à Conab, é cedido ou trocado entre os núcleos familiares. Dessa maneira, o que se tem observado neste projeto de assentamento é uma forte preocupação entre as famílias de uma organização interna pautada em princípios de mútua cooperação e solidariedade, não somente no que tange às regras de trabalho, mas também quanto no que refere à formação moral e social dos indivíduos, representando, dessa maneira, uma preocupação com os companheiros e familiares, como também, com as futuras gerações do assentamento.

(...) Pode olhar que o meu milho está nascendo, agora que está crescendo, vamos supor, a Gláucia tem milho e eu peço Gláucia me arruma um saco de milho, que na hora que o meu tiver bom, você vai lá e pega, não tudo bem, aí nós trocamos, se ela não tiver um ovo e eu tiver, pode levar, quando você tiver me dá, então é uma troca entre a gente mesmo, até quando a gente sai pra atividade, se ela vai e deixa os filhos, nós, que já estamos bem unidos, fazemos o favor de olhar o filho dela (Assentada Rural, 2014).

(...) Ai é mais unido (...) a família do meu marido é de Pedregulho, se eu preciso viajar, o vizinho daqui olha o meu, o de lá olha, tem que trata dos meus bichos, tem que aguar a minha horta, então, eu vou, se alguém precisa sair, e eu tiver, retribuo do mesmo jeito, eu sei que é minha obrigação, na hora que eu precisei, eles me serviram, então eu sei que eles foram viajar, eu sei que eu tenho que servir eles nesse momento, então, é uma troca, se eles

saem, a gente olha, se eu saio, eles olham, é mais unido do que lá fora (Assentada Rural, 2014).

Assim, está uma relação boa, é uma relação próxima, onde a gente mantém aquela amizade desde a época de acampamento, algumas pessoas dão uma ‘mudadinha’, mas pouca coisa assim, mas a gente conversa, troca ideia, troca experiência, troca até dia de serviço se for necessário com o outro, então há essa importância sim, se tem alguma família passando dificuldade, a gente procura ajuda, as famílias ajudam, então tem toda essa dinâmica aí (Assentado Rural, 2013).

Ah, eu vejo, são boas, né, é mesmo assim, às vezes, tem alguém que vive mais na dele, mas todo mundo fala com todo mundo, mas quando era acampamento o pessoal se juntava mais né, hoje, depois do assentamento, tem gente que ainda vive se reunindo, mas tem uns que não se reúne, mas quando precisa um ajuda o outro, o pessoal ficou mais individualista, depois do assentamento as pessoas ficaram mais individuais, não todas, mas ficou sim (Assentada Rural, 2012).

A respeito do processo individualização das famílias camponesas assentadas em seus projetos de assentamento, alertam as lideranças políticas desse assentamento que no decorrer da fase de acampamento emerge um forte sentimento de organização e solidariedade entre as famílias acampadas, contudo, este quadro altera-se quando ocorre à transformação desta estrutura social em assentamento, pois constantemente a lógica do estado abarca esse sentimento de coletividade, com as famílias assentadas atrelando-se às estruturas estatais e distanciando-se dos dirigentes do movimento, processo esse que estabelece ainda a contradição entre a conquista do assentamento e o desejo de retorno às antigas relações comunitárias vivenciadas no decorrer da etapa de acampamento. No entanto, essas relações, caracterizadas como um movimento de fluxo e refluxo, frequentemente, alternam-se na medida em que as demandas da comunidade assentada não são suficientemente atendidas pelos organismos estatais, produzindo a contradição da contradição, que deve ser solucionada através da organização e do enfrentamento político.

Assim, quando é acampamento não tem a lógica do Estado ainda, então há realmente um forte sentimento de comunidade, porque se a gente não se organizar enquanto comunidade não conquista nada, agora quando vem o assentamento a lógica do Estado muitas vezes engole essa lógica, essa é uma contradição que a gente vive, mas a gente luta para ter o assentamento, mas quando é, porque é a lógica do Estado, que é a própria contradição do sistema capitalista que produz isso, no entanto a produção disso também produz a contradição da contradição, que é o Estado não atende as nossas necessidades básicas, como eu estava te contando, o poço, a estrada, eu não preciso te falara da estrada, você já andou na estrada aí, não atende, aí cria a contradição da contradição, poxa realmente o Estado não faz, realmente a gente fica esperando, têm 3 anos que nós estamos esperando oito mil da casa, têm 3 anos que nós estamos esperando o fomento mulher, têm 2 anos que esta estrada seja melhorada, como é que você comercializa, têm anos que estamos esperando a escola, que agora a gente não sabe se perdeu ou não porque o INCRA não deu um papel de concessão, quantos anos os poços que estão aí, se a gente não tivesse feito e pagado do nosso bolso a mangueira, eu paguei duzentos reais para ter, qualquer pessoa na cidade você tem que pagar para ter água na sua

casa, para ter a ligação, não tem, nós tivemos que fazer isso, nós só queremos ter a água na nossa casinha para beber, para lavar roupa, então tem a contradição que vai produzir novas contradições (Assentada Rural, 2013).

No momento em que há um grande crédito no Estado, há uma individualização muito grande, se a contradição da contradição é produzida, a gente tem que se organizar coletivamente então para resolver, então isso é um fluxo e refluxo, nesse momento está muito forte a questão do Estado, é um momento em que o SAF deles está sendo construindo, a gente está no início do projeto, então isso está fervendo, e isso a gente se organizou em coletivo, então é muito bonito principalmente na época da chuva, então há uma organização autônoma muito forte, aí vem o INCRA, é um enfrentamento político direto aqui, direto aqui, então aí já incentiva as famílias a saírem, que vai ter outro projeto que vai ser melhor, mas não são essas coisas pequenas, o que eu quero dizer é o seguinte, é um fluxo e refluxo de acordo com a situação em que se encontra o assentamento (Assentada Rural, 2013).

Ainda sobre o processo de individualização das famílias assentadas, asseveram as lideranças do assentamento que as políticas agrícolas desenvolvidas pelos organismos estatais (crédito, moradia, projeto do lote familiar), consideradas individualistas, colaborariam ainda mais para a consolidação deste processo, ao não incentivam a organização coletiva, pois quando a fazem, há realizam em uma perspectiva economicista, incentivando, por exemplo, a produção do lote familiar voltada ao mercado, fortalecendo dessa maneira a concepção de propriedade privada entre os assentados e dificultando ou mesmo impossibilitando o modelo de organização coletiva postulado pelo movimento social camponês, pautado nos núcleos de moradia, setores de atividades, coordenações e comissões.

Ainda através deste processo, o princípio do equivalente insere-se no projeto de assentamento de forma direta, pela necessidade do assentado de comercializar sua produção, bem como mediante a atuação da indústria cultural. Por sua vez, a lógica do mundo administrado se insere no assentamento através da atuação do poder público, do próprio movimento social e dos assentados, que internalizam um padrão de comportamento e de sucesso ditado pelo todo social. Com a entrada da lógica da mercadoria no assentamento, ocorre um processo de desmobilização das famílias assentadas, bem como um esmorecimento de sua contraposição esclarecida ao sistema capitalista (VASQUEZ, 2009).

Há uma ‘forção’ de barra no Estado de individualização, aí eu vou dar um exemplo, o crédito é muito individual, o projeto do lote é muito individualizado, o próprio técnico a gente conversa muito assim com o técnico, falei, olha, o problema não é a irrigação no meu lote, o problema da água não é no meu lote, é problema é no assentamento, não adiante eu pegar o meu PRONAF e resolver a questão da minha irrigação, vai ficar muito caro para mim, porque eu vou ter que comprar mangueira, se isso fosse organizado coletivamente, mas eles não incentivam essa organização coletiva, quando incentivam, incentivam numa perspectiva muito econômica e não na perspectiva que a gente acredita no sentido de uma organização coletiva, porque há uma comunidade, porque é necessário que as pessoas se organizem coletivamente, por exemplo, para uma festa dessa (Folia de Reis), isso cria elo entre as relações sociais diferente de uma perspectiva economicista e individualista, então, por exemplo, eles falarem o meu projeto, o meu lote, isso fortalece muito a coisa da propriedade, isso dificulta muito o trabalho, porque

as pessoas se tendem muito a se voltarem para a sua casinha, para o seu lotinho, e a perspectiva social mais ampla ela fica muito invisível, parece que o lote dele toma uma dimensão assim e o assentamento fica desse tamaninho, quando você faz isso, então o olhar que você vai dando vai também, então é isso, isso é a lógica do Estado, porque eles querem pessoas que produzam de acordo com a lógica do mercado, então nós diante disso nós queremos nos organizar coletivamente para fazer uma feira da reforma agrária, para não só mostrar o nosso produto, mas mostrar a reforma agrária em si, da importância dela, principalmente, num município em que 99% dos produtos são importados os alimentos, que qualidade não é o visual bonitinho do alimento, mas é a forma como ele é produzido e as relações que estão inseridas nesse alimento, então isso tudo é que a gente diferencia muito e há esse fluxo e refluxo de organização coletiva, mas a nossa proposta é sempre incentivar uma organização coletiva, incentivar a coordenação do assentamento, onde se debatem as questões amplas do assentamento, comissões, a comissão agora da estrada que tem que organizar para a gente ter uma estrada melhor (Assentada Rural, 2013).

Através da pesquisa de campo constatou-se também a existência de diversas festividades realizadas no assentamento que podem ser compreendidas como inerentes à cultura campesina, nas quais, todos os assentados são convidados a participarem e a colaborar de alguma maneira. Dentre estas, pode-se destacar: Folia de Reis, com almoço comunitário e baile no período da noite (Figura 30); Festa Junina; Festival do Milho Verde e da Mandioca; Encontro de Violeiros, entre outras.

(...) ai você deveria ter vindo sábado, foi a entrega da bandeira (Folia de Reis)
 (...) as festas nós nos organizamos entre si (...) sempre na sede, no barracão que tem lá, nós organiza, nós ornamentamos, fazemos *mística*¹⁴⁰ (...) e convidamos quem quer participar, então, os que vem participar, só vem participar da festa (...) (Assentada Rural, 2014).

Nestas ocasiões, as famílias assentadas possuem também o hábito de convidarem familiares não assentados e simpatizantes do movimento sem-terra para participarem das festividades realizadas no assentamento.

¹⁴⁰ De acordo com Morissawa (2001), desde suas primeiras ocupações, o movimento sem-terra vem desenvolvendo inúmeros símbolos que possuem a função de representar a sua luta pelo acesso a terra, que podem ser circunstanciais, como a cruz da encruzilhada natalina, ou permanentes, tais como, a bandeira e o hino do movimento, signos esses que constituem a unidade em torno de uma ideologia, formando a *mística* do MST. Neste contexto, o termo *mística* significa um ato cultural, onde suas lutas e esperanças são representadas.



Figura 30 - Folia de Reis no PDS – Mário Lago

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2013.

Assim como no PDS – Sepé Tiarajú, as lideranças políticas deste projeto de assentamento rechaçam o título de liderança ou dirigente, esclarecendo que o termo liderança ou dirigente deve ser compreendido no sentido de direção coletiva, de uma pessoa vinculada a um coletivo, como representante desta comunidade junto a um coletivo maior, o assentamento, pretendendo, dessa maneira, afastarem qualquer forma de personalismo do movimento social.

Eu gostaria que você colocasse que a gente não trabalha muito esse conceito de liderança, mas a gente trabalha no sentido de direção coletiva, por exemplo, então são as direções, são os dirigentes ou militantes, a gente trabalha mais nessa linguagem, que a gente se identifica nessa linguagem, a liderança fica muito estabelecida numa pessoa, agora os dirigentes não, os dirigentes ele ajuda no processo de dirigir, mas no sentido de que ele está ligado a um coletivo, dirigente no sentido de direção coletiva, dirigente de um coletivo que ele é a voz desse coletivo, então é diferente (Assentada Rural, 2013).

Ao que tudo indica o PDS – Mário Lago comportaria uma coesão social superior à verificada no PDS – Sepé Tiarajú, que, por exemplo, não possui uma coordenação geral do assentamento, especialmente, em razão dos distintos momentos históricos vivenciados pelos assentamentos, com uma maior presença e atuação dos dirigentes do movimento neste projeto de assentamento. No decorrer da pesquisa de campo, surgiu entre as lideranças uma forte

preocupação em não serem mapeadas, solicitando ao pesquisador que não divulgasse os seus nomes, a fim de evitarem qualquer forma de perseguição.

Aqui na comunidade, por exemplo, no Mario Lago, então existem diferenças, o Sepé, por exemplo, é muito diferente daqui, pelo momento histórico do Sepé, pelo momento histórico daqui, por exemplo, aqui no Mario Lago tem muitos dirigentes que moram aqui e que são inseridos, eu sou uma dirigente que estou no coletivo do SAF, que estou na direção estadual, estou na direção regional, estou no coletivo de jovens, que eu trabalho com jovens, então não tem jeito da gente não estar próximo, eu vou à reunião do núcleo do meu assentamento, eu sou uma dirigente que me reúno com juventude, a gente participa de vários coletivos, eu sou uma dirigente de um coletivo que é da regional, eu sou dirigente regional na direção estadual, eu represento a direção regional de Ribeirão Preto na direção estadual, lógico que isso você não precisa, porque para nós não é interessante que mapeie quem é quem, não precisa verbalizar isso na sua pesquisa (Assentada Rural, 2013).

O relacionamento entre as famílias assentadas com as lideranças do assentamento/movimento (aproximação/distanciamento), que há todo momento procuram se redimirem a um coletivo, como representante deste frente a um coletivo maior, pode ser caracterizado, assim como o relacionamento comunitário, não com algo dado, mas com uma relação dinâmica, apresentando fluxos (aproximação) e refluxos (distanciamento), inerentes a qualquer organização social popular. Não obstante, a organização coletiva estaria garantida pelos diversos espaços de discussão política, estabelecidos pelo movimento.

Você tem esse coletivo maior, então eu não falo como (...) enquanto liderança da minha cabeça, não, eu tenho que falar enquanto dirigente de uma regional, o que foi discutido na direção regional, o meu posicionamento político não é meu, mas é o que é presidido na regional, isso seria o correto, eu simplesmente represento um coletivo a partir de não só uma representatividade que eu represento, mas é porque eu dialoguei com esse coletivo, debatemos, tiramos linhas para ir para a direção estadual, então o que Ribeirão discutiu em relação a isso para, então nesse caso aqui, como a gente tem uma organicidade ainda muito viva, Mário Lago tem a coordenação, tem hora que ela está forte, tem hora que ela se enfraquece um pouco, toda organização popular é assim, não está ‘bombando’ o tempo todo, mas existe esse espaço, as pessoas respeitam esse espaço, o meu núcleo se reúne, tem núcleo assim que não se reúne, mas está no coletivo de SAF, então há várias formas de organização coletiva, isso ajuda muito no processo de formação de um debate coletivo, além do que nós temos curso de formação política, em que há também um debate que tem representantes de todas as áreas, então isso também nos ajuda na compreensão da regional, existem encontros regionais de mulheres, encontro regional de juventude, setor regional de produção, a direção regional, a coordenação do assentamento, as cooperativas no Sepé, as cooperativas no (assentamento) Boa Sorte, esses mais antigos eles têm mais cooperativas, aqui também têm duas cooperativas forte, então assim são vários lugares de discussão que nós ajudam nesse processo de discussão mais coletiva ¹⁴¹ (Assentada Rural, 2013).

¹⁴¹ (...) As organizações cooperativas (...), no geral, estão sob controle direto das organizações políticas que têm os trabalhadores assentados como base (...), que ora se apresentam com algum grau de proximidade do cotidiano dos assentados, ora propõem ações e se movimentam com um alto grau de externalidade aos assentados, revelando a complexidade e o estranhamento dessas organizações (BARONE; FERRANTE, 2012, p.758-759).

Neste sentido, a não participação de assentado em um espaço de discussão coletiva ou a inexistência de uma estrutura organizativa, como, por exemplo, no caso do PDS - Sepé Tiarajú que não dispõe de uma coordenação geral de assentamento, seria suplantada ou complementada por outros espaços de organização coletiva, as cooperativas existentes no local e a escola que vem se tornando um fator de coesão social neste projeto de assentamento. Nesta relação dinâmica entre as famílias assentadas e os dirigentes do movimento/assentamento, as lideranças geralmente acabam se fortalecendo, assim como a organização coletiva, quando um fato muito grave acaba ocorrendo no assentamento (assassinato descrito) ou quando as demandas da comunidade não são atendidas pelo poder público. Após o processo de assentamento definitivo, as famílias tendenciaram a uma maior individualização, mas a grande maioria permanece próxima às lideranças do movimento, que a todo custo procuram manter coesa a comunidade a fim de suprirem suas deficiências.

O Sepé, por exemplo, não tem uma coordenação de assentamento, e quando tem ela é muito frágil ainda, mas há um fluxo quando a escola, a escola é um dos lugares de discussão coletiva mais da comunidade, porque os pais, as mães se reúnem e fazem propostas para a escola enquanto assentamento, então não está engessado esse coletivo de discussão, ele é dinâmico, não existe mais a coordenação do assentamento, mas existem as cooperativas, onde eles debatem, existe a escola e a escola, por exemplo, numa perspectiva de quem está na escola é uma dirigente da educação, que se formou pelo movimento, ela formou-se pela Pedagogia da Terra, então ela assim tem isso muito presente, que a gente conversou sobre o movimento, então isso fortalece essa perspectiva, isso ajuda no processo de organização, mas isso não é algo que está vivo sempre, nossa como é tudo muito organizado, não, agora o assentamento não, o assentamento tem uma organicidade muito forte, têm núcleos, se reúnem toda semana, tem coordenação, aí tem tudo muito forte, as pessoas são mais próximas geograficamente falando, existe o regimento interno do assentamento, o assentamento aqui também existe, o regimento interno que a gente inclusive estamos retomando ele na coordenação e fortalecendo, a partir do momento que aconteceu (assassinato) ¹⁴², isso, por exemplo, foi um momento em que a organicidade nossa ‘bombou’ assim, teve assembleia, as pessoas se reuniram, decidiram que aquela família tinha que sair, decidiram que aquele memorial no espaço coletivo, entende o que eu estou falando de fluxo e refluxo é isso, é algo em movimento, considerar que existe essa dinâmica (Assentada Rural, 2013).

Depois da transformação de acampamento para assentamento, ela deu mais uma mudada, as pessoas ficaram assim mais individuais, sentindo que podem tocar sozinhos sem precisar da direção, mas não são todos, alguns, mas a maioria ainda tem muito aquela esperança na direção, confia, porque nós da direção temos que correr atrás do Superintendente do INCRA, do Ministério Público, da Prefeita para trazer melhorias para o assentamento, temos que cobrar, porque está faltando quase tudo aí, está faltando fazer as redes de água que é a distribuição, porque furou os poços, mas nós nos unimos, compramos mangueira e colocamos, então o INCRA já se organizou com a Prefeita para fazer a infraestrutura já, falta recurso da casa, só veio sete mil, falta oito ainda e falta o apoio mulher, que está para sair agora também, já fizemos algumas

¹⁴² Na entrevista, Gladis Cristina de Oliveira (Guê) está se referindo ao assassinato do assentado Sebastião Lemes Rodrigues Filho, ocorrido em 20/06/2011.

reuniões aí e está vendo se sai agora, que é de dois mil e quatrocentos reais cada mulher (Assentado Rural, 2013).

Depois que ficou um pouco individual, tem pessoas que não procuram muito os dirigentes, mas dirigentes estão atuando, às vezes, a pessoa está lá só pensando no lote dele, mas os dirigentes não pensam em todos, trabalham por todos (Assentada Rural, 2012).

As famílias assentadas identificam como principais símbolos que representariam e sintetizariam a política de reforma agrária nesta espacialidade o processo de implantação dos SAFs (Sistemas Agroflorestais), o compromisso com a questão ambiental, concretizado no reflorestamento aliado à produção de alimentos, um processo que em seu entendimento valoriza a semente crioula, a convivência comunitária, a troca de saberes, a organização autônoma dos trabalhadores, uma autonomia pautada no diálogo. Não obstante, as famílias apontam outros símbolos, tais como, a organização coletiva, a democratização do acesso a terra e a produção orgânica desenvolvida nos lotes familiares, que garantiria a reprodução campesina, dificultada pela ausência de um sistema de irrigação nos lotes familiares.

Ah, aqui no Mário Lago não tem como assim, para mim o maior símbolo aqui, hoje, atualmente (...) hoje a maior simbologia que eu vejo aqui é o SAF, os SAFs hoje a gente refloresta, essa questão do meio ambiente, produz alimentos, se organiza coletivamente, discute como se fazer, porque o SAF é construído com os saberes das pessoas, tem assistência técnica, o pessoal é muito aberto a dialogar com os agricultores, então assim é uma experiência, eu estou te falando do momento, se você viesse em outro momento aqui, eu te falaria que era o setor de educação, nesse momento, o SAF, para mim, ele sintetiza o processo de reforma agrária, o nosso processo que valoriza a semente crioula, que valoriza a convivência coletiva, que valoriza a troca de saberes, que valoriza a organização dos trabalhadores de uma forma muito autônoma, autonomia de dialogar de como fazer, não uma autonomia de resolver da sua cabeça, que não é assim, o SAF tem uma forma como fazer, mas dialoga, para mim, hoje, o que sintetiza a reforma agrária aqui é o Sistema Agroflorestal que a gente está realizando hoje, que envolve em torno de noventa a cem famílias direta e indiretamente (Assentada Rural, 2013).

A reforma agrária tem assim a produção, um exemplo, aquela produção que aquelas famílias ganharam o seu lote e estão produzindo, ainda não dá para tirar uma renda para a família ainda, porque falta água de irrigação nos lotes, a gente esta colhendo só produção na época de chuva, a produção que a gente planta aqui feijão, milho, uma mandioca, uma abóbora, é um produto orgânico, apesar de que o INCRA desconsiderou isso agora, esse ano, não paga mais como produto orgânico, a mercadoria que a gente manda para a distribuição simultânea, por causa das fazendas que tem em volta, que joga muito veneno de avião, que aí acaba atingindo o nosso, então eles abateram 20% do valor da mercadoria, a Conab abateu, então eu considero essa produção orgânica ainda, sem veneno nenhum, química nenhuma, o mesmo meu, eu plantei todo o lote, tá plantado, não tem nada de veneno, nem para matar formiga, então eu considero uma alimentação sadia, que isso faz parte da reforma agrária, que a gente trabalhar na roça produzir, tirar o sustento dali, que ainda não estão tirando ainda, mas eu tenho esperança que logo nós vamos tirar (Assentado Rural, 2013).

Talvez seja querer buscar, querer dividir, não querer só para ele, o coletivo (Assentada Rural, 2012).

A organização do assentamento em núcleos de base e setores de atividades, estabelecida durante a fase de acampamento, mostrou-se mais coesa, mas continua tendo uma grande aceitação por parte das famílias assentadas, especialmente, em razão das dificuldades enfrentadas, principalmente, a que se refere à questão da água, que vem se tornando um fator de coesão social nesta comunidade de assentados, assim como o processo de implementação dos sistemas agroflorestais, respeitando-se as deliberações coletivas retiradas das assembleias e os ideais do movimento sem-terra. A organização coletiva do assentamento, em alguns momentos, mostrou-se fragilizada em razão das inúmeras promessas advindas dos organismos estatais, especialmente, da Superintendência Regional do INCRA/SP, que não foram suficientemente concretizadas, fortalecendo, dessa maneira, a organização social do movimento social camponês.

No entanto, o enfrentamento político verificado nos depoimentos orais das principais lideranças políticas deste projeto de assentamento que envolve a Superintendência Regional do INCRA/SP e a Direção Regional do MST de Ribeirão Preto deve ser compreendida em uma perspectiva mais ampla, que extrapola a mera organização social do assentamento Mário Lago, dizendo respeito ao controle ou a hegemonia sobre o processo de reforma agrária na Região de Ribeirão Preto e no estado de São Paulo. Neste sentido, na percepção dos dirigentes do assentamento, suas conquistas atingidas não seriam liberadas pelos organismos estatais como uma estratégia para não fortalecer a organização popular do movimento sem-terra (GONÇALVES, 2010).

Concorda, concorda e é bem aceito ainda, porque é a melhor forma de organização, de se organizar para produzir e para distribuir a produção, e ainda acreditam na correria que nós fazemos lá fora para trazer melhorias para o assentamento (Assentado Rural, 2013).

A maioria concorda sim, concorda, porque talvez alguns, por falta de participação, às vezes, não participam muito do coletivo, quer fazer do seu próprio jeito, assim, mas acaba todo mundo sossegando mesmo e entendendo que precisa ser assim (Assentada Rural, 2012).

Os núcleos, no acampamento, como eu falei, era muito mais forte, com a questão do assentamento alguns continuam se reunindo por causa da concretude mesmo, da necessidade, por exemplo, quando tem a água, aqui tem uma organização da água, você tem uma reunião, têm os responsáveis da água por rua, e aí tem que fazer assembleia quando queima a bomba, então assim eu vejo que isso é muito respeitado, respeita-se a decisão da conservação, respeita-se a bandeira do movimento, a maioria, então assim eu diria que aqui realmente a bandeira do movimento está fincada, isso é em todos os lugares, não é, por vários motivos, aqui teve um momento em que o INCRA veio prometendo várias coisas e muitas vezes isso se enfraqueceu, mas, hoje, se você me perguntar, hoje, eu sinto isso muito forte, até porque existe o SAF, o setor de produção do movimento que está conduzindo em parceria, então isso tudo fortalece a credibilidade, quando a gente luta e não tem conquista e nem nada, o que acontece, as pessoas vão desacreditando, a partir do momento que a gente oxigena, a gente, então por isso que o governo inclusive não libera

conquistas, porque ele sabe que isso fortalece a organização popular, os movimentos sociais, aí eu estou falando de uma forma ampla, não estou falando só de sem-terra, isso não é toa que a reforma agrária não tem muitas conquistas, porque eles sabem que isso fortalece, então eu acredito que hoje o movimento ele é muito respeitado aqui no Mário Lago, no Sepé também isso está muito vivo, mas a organicidade lá como está frágil, a escola que foi uma luta nossa fortalece um pouco mais, mas eu percebo que isso é, como eu te falei, é uma coisa dinâmica, no acampamento, era muito viva (Assentada Rural, 2013).

Nesse contexto de disputa política entre a Direção Regional do MST e o INCRA/SP pelo controle político do assentamento Mário Lago, principal base assentada do movimento camponês na região, as famílias do PDS – Sepé Tiarajú foram lançada em uma situação de abandono, relegadas a uma total paralisia do processo de implementação do projeto de assentamento, especialmente, as relativas a construção das estradas, captação e distribuição de água, edificação das moradias, bem como de outras determinações previstas no TAC (OLIVEIRA; FERRANTE, 2013). Imersas no esquecimento político, as famílias do PDS – Sepé Tiarajú passaram a lançar mão de estratégias individuais e coletivas a fim de reestruturarem a comunidade. Deram voz às suas demandas e passaram a exigí-las do Estado, protagonizando, dessa maneira, uma nova etapa de suas vidas (SCOPINHO, 2009).

As dissensões verificadas na estrutura social do movimento sem-terra e conseqüentemente em seu projeto de assentamento são interpretadas pelas lideranças e famílias assentadas como uma forma de negação a essa forma de organização social estabelecida pelo MST constituída por um regimento interno, organizando as famílias em núcleos de moradia e setores de atividades (cujo setor de segurança foi suprimido após o processo de assentamento, ocasionando uma elevação da violência, com a incidência de roubos, furtos e inclusive um assassinato), que se fortalecem ou se fragilizam, assim como verificado no PDS – Sepé Tiarajú, em razão dos acontecimentos, circunstâncias, conflitos e momentos de crises vivenciados neste projeto de assentamento rural de reforma agrária.

Dessa maneira, compreende-se que as relações de poder presentes neste projeto de assentamento rural são explicitadas pelas formas organizativas estabelecidas compulsoriamente pelo movimento social nos espaços de sociabilidade (núcleos de moradia), tornando-se possível desvelar a natureza do território camponês, que produz a efetiva existência de representações de poder (SOUZA, 2009a).

(...) Nós aqui temos um regimento interno (...) então, várias pessoas que fizeram essa divisão na época foi não concordando com o regimento interno daqui de dentro, tinham pessoas que eram envolvidas com drogas, então, o setor de saúde pelejo várias vezes para que essas famílias se tratassem mesmo com essa questão de drogas, outros que tinham problemas assim de roubo e tal (...) essas famílias, na realidade, elas não se adaptaram dentro desse processo de acampamento na época (...) por ter ocorrido várias brigas, discussões dentro desse processo com essas famílias, então, elas fizeram essa divisão para irem para outro movimento, então, o outro movimento, na realidade, que é o MLST, que está aqui do nosso lado, já teve até morte no acampamento deles aqui vizinho de nós, por justamente não terem um regimento (...) (Assentada Rural, 2014).

(...) Eles não concordavam, eles não concordava de fazerem uma guarda, de participarem de um setor, de participarem de uma reunião de setor, da assembléia geral e nós explicando (...) então eles mesmo fizeram aquela revolução (...) (Assentada Rural, 2014).

Teve momentos aqui, por exemplo, dos próprios rachas, é uma forma de dizer a gente não concorda, aí tem gente que não concordava com a segurança, aí começou a ter muito roubo de carro, aí o pessoal, na época do acampamento, quando a gente tinha corda, tinha segurança, a gente não tinha esse problema, a gente dormia com as portas abertas, as janelas abertas, por isso que eu te falo que é um movimento, nossa é mesmo, porque era um saco você fazer segurança 6, 8 horas direto e depois quando sente a consequência disso, aí fala poxa, porque a gente não vai dizer que aqui é um território livre, não é, aqui é ainda mais próximo e muito dinâmico isso também, nós tivemos um problema aqui de violência, é como eu te falei, um assentado foi morto, por que, por um 'noinha' que estava envolvido com drogas e inclusive isso gerou na comunidade um sentimento junto com o setor de saúde, aí isso também fortaleceu nesse momento muito o setor de saúde, aí as pessoas viram que a família foi expulsa e tal, então se tiverem outros casos eles também vão ser expulsos, então foram convidados para virem fazer uma prosa, se aceita um tratamento, se a família recorre, então a comunidade entendeu e aí todos foram convocados a ver o seu vizinho, conversar com o vizinho para ver, porque houve esse momento da comunidade, sentiu, o cara que morreu era muito querido da comunidade e aí isso se fortaleceu muito o sentimento de pertença, o sentimento de comunidade, de coletivo, de autonomia quando a comunidade assim resolve e faz, isso fortaleceu muito (Assentada Rural, 2013).

O depoimento apresentado a seguir evidencia uma segunda possibilidade de divisão na estrutura social do assentamento Mário Lago, evitada pelas próprias famílias assentadas.

(...) Eles não são rígidos, na medida do possível, porque eles escutam muito o povo, nossos dirigentes são os mesmos hoje, nunca mudaram eles, tanto é que essa turminha de cinquenta e duas famílias queriam que mudasse eles, então, queriam que mudasse eles para encaixa os de lá (referindo aos dirigentes do MLST) para cá, nós não deixamos, nós que viemos desde a época que abriu o acampamento, porque nós somos minoria perto da maioria que é novato, nós conseguimos não deixar, porque nós trabalhamos assim, se tirar eles e colocar outro, ninguém sabe da nossa história de quando nós entramos aqui na Barra, da nossa história da Barra, do Mário Lago (...) (Assentada Rural, 2014).

Os mecanismos de organização e controle social, que em casos mais graves, como, por exemplo, assassinato, prevê a expulsão do assentado ou mesmo de todo um núcleo familiar, após a realização de uma assembleia, da qual tem direito a participar toda a comunidade assentada e não apenas os dirigentes do assentamento/movimento, não são somente respeitados pela comunidade assentada, mas inclusive por agentes externos e pelo próprio de polícia, assim como nos revela uma assentada rural:

Veio seis carros aqui no dia da assembleia para tirar a família, os policiais ficaram quietos aí, a gente até conversou, se vocês fizerem alguma coisa, vocês vão complicar a situação, porque isso aqui é a forma da gente se organizar e eles respeitaram, até porque né aquele tanto de sem-terra, aí eles perceberam e inclusive comentaram, nossa, a comunidade aqui é organizada

mesmo, parece que eles tinham um certo receio, isso é algo que a comunidade, o processo de consciência das pessoas, é isso, é esse conflito de valores, que tá, hoje tem muita gente que fala, eu sinto saudade da época que tinha acampamento, que tinha segurança e hoje a gente não tem a segurança que nós tínhamos na época do acampamento, temos o setor da educação, temos o setor da juventude, temos o setor da produção, das mulheres, teve até um encontro regional das mulheres (Assentada Rural, 2013).

O desenvolvimento da produção agrícola em bases agroecológicas, especialmente, mediante a implantação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) sem o uso de agrotóxicos (inseticidas e herbicidas), uma das regras estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), ao que tudo indica, vem sendo respeitada pelos grupos sociais camponeses assentados, que, no entendimento das lideranças, possuem uma consciência ambiental não somente despertada pelo seu passado como ex-cortadores de cana-de-açúcar, mas por um conjunto de fatores, constituída pelas constantes campanhas contra os agrotóxicos e transgênicos, cursos de formação política desenvolvidos pelo movimento desde a fase de acampamentos, aos quais se somam os diálogos diários, as ocupações simbólicas dos territórios pertencentes ao capital agroindustrial e a própria área onde estão assentados (recarga e afloramento de aquífero), mas, especialmente, as razões que levaram a desapropriação da Fazenda da Barra, o descumprimento de sua função social não somente relativo à produtividade, mas também aos inúmeros prejuízos ocasionados pela antiga empresa proprietária ao meio ambiente.

(...) Quando nós viemos pra cá, não existia passarinhos, (...) era difícil, era raro você ver um passarinho voando no meio da cana, era raro você ver um coelho, um preá correndo no meio da cana (...) na realidade, quando a gente veio para cá, a única coisa que a gente via aqui era cobra (...) isso também pouquíssimo, raríssimo (...) (Assentada Rural, 2014).

(...) A água no dia de amanhã vai ser ouro, porque a riqueza maior nossa é a água, sem energia elétrica você vive, mas sem a água não tem nem como (...) Olha, onde nós entramos (ocupação) que tem mais árvores foi aqui, no sitinho. Quando nós entramos na fazenda nós não desmatamos, nós somos contra isso (...) sempre preservando a natureza e outra, se alguém desmatasse ou cortasse alguma árvore, era punido no nosso movimento, no nosso regimento interno nós não aceitamos isso, uma árvore seca para quebrar, tem que pedir” (Assentada Rural, 2014).

Há um respeito à discussão, há um respeito até porque eles assinaram um Termo de Ajuste de Conduta, então tem que respeitar, então assim a gente sente que há uma e até mesmo porque assim o pessoal sabe muito que a gente trabalhou a questão do uso de agrotóxicos, tem muitos ex-cortadores de cana aqui, então conhecem a realidade, principalmente com a realização do SAF, eu acho que isso tende inclusive a fortalecer muito ainda mais, porque são coisas, na sua vida, na sua concretude, ela com todas as dificuldades que a gente tem, a gente percebe que as pessoas respeitam isso, pelas discussões que já foram feitas desde o acampamento, pela formação diária que isso é feito, por exemplo, a gente fez um trabalho com as mulheres, nós ocupamos a Cutrale, lá foi conversado sobre isso, sobre a nossa campanha de agrotóxicos, a nossa campanha de agrotóxicos ela é diária, ela é diária, até o pessoal reclama do

aviãozinho que passa aqui com veneno, só de reclamar isso, você já percebe que, os casos de câncer ajudam muito isso, contra os transgênicos, isso já está muito, devido as nossas ações, as atividades que o movimento faz, então isso já tá eu acredito que isso tá bem consolidado nas famílias, na maioria, agora, como eu falei, isso é dinâmico, se a gente não faz algo para fortalecer isso, por isso que eu acho que o SAF ajuda, agora se não tiver as pessoas vão largando de lado isso, mas eu acho que aqui no Mário Lago, aqui foi conquistado por uma questão ambiental, historicamente, isso é muito diferente, aqui pela função social da terra, foi uma desapropriação e tudo, mas no histórico do Mário Lago, porque é uma área de recarga do Aquífero Guarani, é para atividade ambiental, então isso tudo já foi muito construído e é muito construído, e com essa ação concreta agora que ajuda a fortalecer no sentido de que eu vou produzir assim, eu consigo produzir assim (Assentada Rural, 2013).

No entanto, paralelamente, a consciência ambiental despertada entre as famílias camponesas assentadas, emergem as dificuldades encontradas com a produção agroecológica, cujos maiores problemas não se referem à matriz de produção (desequilíbrio ambiental em decorrência dos prolongados anos de uso de agrotóxico na área, controle biológico de pragas, clima seco), mas dizem respeito ao tempo e a lógica da burocracia estatal que vem atravancando o processo de desenvolvimento do projeto de assentamento, refletida na precariedade infraestrutural ¹⁴³, o que pode ser exemplificado pela ausência de irrigação nos lotes familiares, pela má conservação das estradas, que dificultam o escoamento da produção agrícola, pela demora para a liberação dos recursos do PRONAF (Fomento Mulher) ¹⁴⁴ e pelo desinteresse do INCRA/SP em constituir parcerias externas para o reflorestamento da área do assentamento, firmadas exclusivamente pelo movimento sem-terra.

Mas, por exemplo, nós temos problemas com as formigas, nós temos muitos problemas com as formigas ainda, porque é um ambiente que está desequilibrado e isso é uma das coisas que mais pegam para a gente produzir

¹⁴³ A precariedade das condições de vida nos assentamentos evidencia-se quando estes projetos passam a ser observados sob o ponto de vista da infraestrutura básica que deveriam conter, considerando-se elementos tais como: assistência médica, educação, transportes, comunicação, indústria, comércio e serviços (ANDRIETTA, 2004).

As ações do INCRA englobam não somente vistorias, desapropriações, obtenção de terras, a criação de novos assentamentos e a recuperação de antigos assentamentos. Além da liberação de créditos e assistência técnica a todas as famílias assentadas reconhecidas, o INCRA é o órgão estatal responsável por realizar investimentos em infraestrutura básica e implantação de políticas públicas em seus projetos de assentamentos (INCRA, 2005a).

¹⁴⁴ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é uma linha de crédito destinado ao fomento de atividades agropecuárias e não agropecuárias, sendo que, para os projetos de assentamentos rurais existem linhas específicas de crédito: o Pronaf A e o Pronaf A/C destinado às famílias recém-assentadas nos lotes familiares (INCRA, 2009b).

O INCRA disponibiliza, além do PRONAF, como linha de crédito para os trabalhadores rurais assentados, o Crédito Instalação, destinado às famílias recém-assentadas a fim de possibilitar a estruturação do lote familiar e o desenvolvimento do projeto de assentamento. Os recursos são divididos em três modalidades: Apoio Inicial – destinado à aquisição de alimentação, ferramentas, insumos, animais, entre outros; Habitação – para a compra de materiais de construção e Fomento – objetiva fortalecer as atividades agrícolas e o desenvolvimento dos projetos de assentamento rurais (INCRA, 2009b).

aqui, eu sei por que eu estou sofrendo isso lá no meu lote no SAF, tem que ficar muito de olho nisso, então assim não é uma coisa fácil, a falta de água aqui, por exemplo, é um dos maiores problemas que se tem para produzir aqui, porque na época que está chovendo, quando chove, é mais tranquilo, mas e quando não chove, que Ribeirão é um lugar muito seco e tal, então isso é também uma coisa que nos dificulta, que nos atrapalha muito, o pessoal fala nossa, mas a gente está em cima do Aquífero Guarani e não tem água, tem famílias que há um tempo, quando o poço do Paulo Freire ainda não estava feito, passava cedo, falava lá em casa não tem água para beber, então ao mesmo tempo que existe todo esse esforço dos trabalhadores e trabalhadoras aqui, há uma situação de precariedade do assentamento, por exemplo, reflorestamento aqui quem tinha que ter conseguido uma parceria era o INCRA, o INCRA não fez isso, nós que conseguimos a parceria, nós que estamos dando as cartas, nós que corremos atrás, a água não adianta ter o poço e não ter a distribuição do poço, então nós que fizemos isso, nós que fomos atrás da Luz para Todos (Programa) para a gente pagar menos, a estrada nós não temos como consertar, nós estamos brigando, pautamos isso com o governo do estado, dificulta muito a comercialização, um projeto assim, por exemplo, o PRONAF uma dificuldade, uma burocracia para ser liberado, quantos PRONAF foram liberados aqui, isso aí quem tem os números é o INCRA, fomento mulher até hoje não foi, um problema seríssimo aqui são as casas, você percebeu, muitas casas, por exemplo, a minha casa não tem telhado, então as pessoas têm que trabalhar fora mesmo para conseguir minimamente para que tenha telhado, porque muitas casas aqui chove dentro de casa, na minha casa chove dentro de casa, então a gente fica rezando para cair água por causa que vai plantar, mas reza para não cair, mas não vem muita não, porque senão vai chover dentro de casa, mas imagina se não tivesse tanta dificuldade assim, se os créditos fossem liberados, não tem um porquê um crédito de casa não sair há 3 anos e eles falam que não sabem aonde está o dinheiro, que vai vim, que vai vim, na última fala nessa direção regional daqui falou até o final do ano, não veio, por que que a escola a gente não tem nem a resposta, entende como essa burocracia, a lógica do Estado ela dificulta muito no processo de andamento do projeto de assentamento, então o problema não está na matriz de produção, que as pessoas têm dificuldade, era isso que eu queria chegar, porque se as coisas elas são feitas no seu tempo e da forma certa, dá para fazer sim, não precisa de transição, tem gente que produz aqui muito bem, obrigado, sem veneno, então é isso aonde eu queria chegar, para eles fugirem das responsabilidades deles eles criam outras coisas (Assentada Rural, 2013).

Além das carências infraestruturais relatadas que vem obstaculizando o desenvolvimento da matriz agroecológica neste projeto de assentamento, as lideranças do movimento sem-terra também vêm encontrando resistências quanto à incorporação de técnicas e procedimentos da agroecologia pelos assentados, em razão de antigos hábitos adquiridos pelas famílias assentadas em seu passado camponês, contudo, o desenvolvimento da agricultura em bases agroecológicas também tem revelado cuidados com o meio ambiente, especialmente, os relativos à conservação do solo.

Neste sentido, a lógica simbólica da lavoura camponesa imprimida neste projeto de assentamento externaliza uma ética de equilíbrio, na medida em que estabelece condições para o sustento da família segundo uma perspectiva “etno-ecológica”, de cuidado com a

natureza, desde a preservação das matas e as nascentes de água, até a terra cultivada. Neste contexto, camponeses são como gerentes da natureza pelo trabalho (WOORTMANN, 2009).

Têm umas dificuldades, muita gente reclama porque assim, no sistema de trabalhar a agroecologia, eu até concordo com a agroecologia, porque é um sistema assim de manter, um exemplo, eu vou plantar agora um ‘taião’ de 150 mudas de manda tommy, um exemplo, vou colocar um gotejamento no pé dela, no meio dela não vou capinar de enxada, eu vou roçar, porque eu vou manter a umidade da terra, manter a terra mais fofa e conservada do sol, então é um modo de você cuidar da terra, dar alimentação a terra também que ela precisa, então é um sistema que eu gosto de trabalhar, a agroecologia. É que tem muita gente assim nordestino daqueles mais antigo, que eles não conseguem entender, que se eles limparem a terra de enxada direto, que ele está tirando a acidez da terra, tá tirando a vitamina da terra, então ele não quer entender, eu tenho um vizinho aqui que ele é desse sistema, nasceu um matinho, ele está correndo enxada ali, a terra dele tem que estar limpinha e não é por aí, mas não tem ninguém que coloca na cabeça dele que é o contrário (Assentado Rural, 2013).

A respeito da propositura das agências de mediação de implementarem uma produção agrícola alicerçada em uma matriz agroecológica em seus projetos de assentamento, Barone e Ferrante (2012, p. 778) consideram que:

Com relação às organizações de trabalhadores (...) estas padecem de uma falta de visão de longo alcance. Por trás dos discursos mais ou menos radicalizados (como a defesa da agroecologia nos assentamentos), pouco é feito no sentido da construção de consensos e disseminação de práticas que facilitem a vida dos assentados e apontem para um “Norte” claro. Observou-se que, sobretudo no período do governo Lula, as oportunidades de mediar recursos (para projetos produtivos ou “de formação”) foram, na maioria das vezes, subterfúgios para fortalecer as estruturas políticas dessas organizações, não restando muito em termos de mudança no contexto dos assentamentos.

No decorrer do processo de discussão do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do assentamento Mário Lago, assinado, em 2010, entre os beneficiários-assentados, a Superintendência Estadual do INCRA/SP e o Ministério Público Estadual, as entrevistas nos revelam que as famílias camponesas assentadas tiveram que ceder às exigências ambientais estabelecidas pelo Ministério Público do Meio Ambiente e Conflitos Fundiários (como, por exemplo, o impedimento da criação de animais de grande porte, em razão da fragilidade ambiental da área, o que parece ter suscitado maiores discussões), caso contrário deveriam deixar a área de assentamento, o que também justificaria a participação dos promotores entre os seus pares no processo, a desapropriação da área e a criação do projeto de assentamento no modelo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e em um sentido mais amplo o próprio processo da reforma agrária em uma região extremamente produtiva.

As famílias, assim, chegou o momento que é o seguinte assim, aqui exigia, por exemplo, o pessoal não concorda, ela quer ter uma criação de boi, impossível, ela vai ter que ir para outro assentamento, porque o assentamento aqui é uma fragilidade ambiental, é área de recarga do Aquífero Guarani, se o seu projeto é boi não cabe aqui, então assim, as pessoas tiveram que se adequar não

porque um bonitinho tal chegou, a gente acha lindo o projeto, não é isso, porque se aqui não fosse PDS, não fosse isso aqui, a gente não conquistaria a reforma agrária, então as pessoas que estão aqui, inclusive durante o acampamento isso foi muito falado e tal, então com a maioria a gente não teve problema, a maioria, lógico tem um ou dois que custou assinar e não sei o que, um teve problema que o marido não queria, a mulher, teve alguns problemas assim, outros não concordavam, porque querem virar fazendeiros, mas muito pouco isso, isso foi muito insignificante, a maioria não teve problema, assinaram, eu estou falando do MST, do MLST não tenho tanta propriedade para falar (Assentada Rural, 2013).

Acerca dos procedimentos para a formalização do TAC, as entrevistas coletadas em campo também nos revelam que no decorrer deste processo ocorreu uma aproximação ideológica entre os representantes do Ministério Público Estadual e a proposta da Comuna da Terra postulada pelo MST. Quanto às regras e prazos estabelecidos no termo, as famílias vêm procurando cumprir as exigências estabelecidas no TAC, mesmo sem o devido apoio da autarquia estatal responsável pelo projeto de assentamento, como, por exemplo, a reconstituição da área de preservação ambiental mediante a implantação dos SAFs.

(...) A gente fala assim, nós falamos os amigos do movimento (...) o Promotor? O Promotor, toda vez que nós estamos no meio, ele está junto e ajuda até hoje no processo, porque nós temos muitas reuniões no Ministério Público, o Promotor está junto (...) (Assentada Rural, 2014).

O TAC também, o Marcelo Goulart, o processo histórico também dele, uma pessoa respeitada nesse sentido e havia uma equivalência nesse sentido da proposta da Comuna da Terra, com o histórico de vida dele, Marcelo que eu falo enquanto representante do Ministério Público, não é só o Marcelo, existe uma equipe do Marcelo aí, então assim, não temos problemas em relação a isso, no que diz respeito a nós, tanto é que nós estamos cumprindo, estamos fazendo o SAF, muitas família inclusive falam, não, eu assinei, eu quero cumprir, eu tenho muito o que fazer (Assentada Rural, 2013).

No entanto, as exigências e prazos estipulados no TAC não somente vem sendo cumpridos pelas famílias assentadas, mas este termo também vem sendo utilizado pelas lideranças do movimento como um instrumento de cobrança sobre o INCRA/SP, signatário do compromisso, que não vem cumprindo os compromissos e prazos estabelecidos no documento: a liberação do fomento mulher; o desembolso do restante dos recursos para o término da construção das moradias; a recuperação das estradas; a formalização de parcerias externas para constituir as áreas de reflorestamento; a construção de uma escola do campo, de fossas sépticas, da rede de distribuição de água dos poços artesianos e de uma barragem para irrigação, sendo que, quando realizam os compromissos, como no caso das moradias, o concretizam parcialmente. Dessa maneira, dada à omissão do órgão responsável e ineficiência técnica da instituição, que encontra inclusive dificuldade para a elaboração de projetos técnicos, o movimento sem-terra vem assumindo a dianteira no processo de consolidação deste projeto de assentamento ou nos dizeres das lideranças ‘vem dando as cartas’.

O TAC para nós não é uma coisa assim, sabe, ah, o TAC é um problema, muito pelo contrário nós usamos o TAC como um instrumento para exigir do

INCRA e que todos os prazos dados no TAC o INCRA não cumpriu, nem um, eu não consigo nem te falar a tipo, liberaram o fomento, não, liberaram os 8 mil, não, fizeram aí a parceria para reflorestamento, não, fizeram a estrada, é desse jeito aí que você está vendo, a escola, cadê, os 8 mil da casa, deu a metade da casa e a outra metade, você fica aí sofrendo, então, entende, quando cumprem, cumprem nessa meia boca, ah, colocaram o poço, lindo, cadê a distribuição da água, cadê a fossa séptica, uma dificuldade até de apresentar projeto pra eles, que foi o DAEE que teve que apresentar alguns projetos, por exemplo, a barragem para irrigação, um projeto mais coletivo de irrigação, então assim, muito difícil, muito difícil nessa parte burocrática que a gente está falando de governo, agora isso nos surpreende, não, se a gente se surpreender com isso, a gente vai ser muito ingênuo politicamente, um governo que garante superávit ao agronegócio, a balança comercial, a partir disso um governo que se assume agroexportador, você vê que a balança comercial do Brasil só existe favorável por causa da agroexportação, em que o agronegócio é grande parte disso, então assim, como fazer as pessoas a favor da reforma agrária, não vai ser, então não nos surpreende, por isso a gente acredita na luta e não na negociação, como é que você via negociar com um cara que você não acredita, na pressão, na luta que vai ser (Assentada Rural, 2013).

A assinatura do compromisso obteve a anuência de quase a totalidade das famílias assentadas neste projeto de assentamento, contudo, a não observância dos compromissos e prazos pelo INCRA/SP motivou esses grupos familiares a descumprirem algumas das regras previstas no termo, especialmente, a relativa à proibição da criação extensiva de animais de grande porte, em razão das dimensões dos lotes familiares, que não comportam esta prática, o que pode vir a gerar desentendimentos familiares, em razão da destruição de plantações e até mesmo das áreas de reflorestamento que estão sendo constituídas.

As famílias assinaram o TAC que é um compromisso que a gente tem com o meio ambiente também, então, assim, cada família que quis assinar, porque estava ciente, porque foi feito reunião, foi conversado, foi bastante discutido a respeito do TAC, então, assim, as famílias, assinaram, houve famílias, assim, pessoas, às vezes, o marido assinou, a esposa não assinou, a esposa assinou, o marido não quis, depois foi, assinou, nem todos concordaram, mas foi minoria, a maioria concorda (Assentada Rural, 2012).

A questão do TAC foi acordada, que inclusive todo mundo aqui do MST assinou, todas as 264 famílias assinaram, assim uns demoraram um pouco mais para assinar, mas concordaram e assinaram, aí houve um desrespeito pelo INCRA de não manter, não cumprir com o que foi colocado no TAC, ele também participou da montagem do TAC, e aí as famílias aqui também, alguns também quebraram essa regra, não respeitou, tipo deixar criação solta, criar muita criação, alguns criam muita criação, não pode, o lote é pequeno para criar muita criação, aí o que vai acontecer, vai soltar nas áreas coletivas, as áreas coletivas são áreas de APP, então quer dizer, não pode soltar criação ali, porque a gente vai plantar, tá plantado já as árvores, já está fazendo já, inclusive toda aquela área lá em cima está sendo feito o reflorestamento, aí acaba matando as mudas muita criação solta, vai acabar estragando as roças dos vizinhos também (Assentado Rural, 2013).

A partir de 2012, o INCRA/SP passou a discutir com as famílias assentadas, mediante a realização de reuniões uma nova proposta para o projeto de assentamento, nomeada de Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), que no entendimento das lideranças do movimento pode vir a gerar um novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em substituição ao atual compromisso firmado, o que tem gerado divergências entre os técnicos da autarquia e os dirigentes regionais do movimento.

Agora está tendo um novo sistema de recuperação do assentamento, então o novo sistema que está tendo agora, já teve duas reuniões aqui, o pessoal está de acordo, é um novo TAC, eu acredito nisso que é um novo TAC, eles não querem falar diretamente, mas indiretamente a gente já pegou que é um novo TAC e aí já teve duas reuniões já, a coordenação do assentamento concordou com isso e agora nós estamos esperando mais reuniões, esse novo chama Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), então acredito que vai ser um novo TAC esse sistema aí, dentro desse novo TAC, a Dilma deixou bem claro que vai dar a escritura dos lotes para esse assentamento em 2013, vamos aguardar para ver e eu acredito que está incluindo nesse plano de recuperação do assentamento e foi bem explicado como é que vai funcionar a recuperação do assentamento e vamos esperar as próximas reuniões aí, o que vai acontecer, vamos ver se isso vai acontecer (Assentado Rural, 2013).

Existe outro documento que é o TAC, o Termo de Ajuste de Conduta, isso é uma parceria, o assentamento aqui, ele surge dessa parceria com o Ministério (Público), o assentado e o INCRA, então, assim, mudar esse documento, ele tem um valor jurídico e tal, então não é tão fácil assim também, então, a gente acredita nesse termo, nesse instrumento como instrumento de garantia desse assentamento como a gente não só sonhou, mas concebe concretamente (Assentada Rural, 2013).

Dentre as proposta elencadas no documento e que tem produzido divergências entre as lideranças do MST e os técnicos do INCRA, encontra-se a propositura de uma espécie de transição agroecológica para um projeto de assentamento considerado ambientalmente diferenciado, uma proposta que no entendimento dos dirigentes do movimento não faz nenhum sentido para o PDS - Mário Lago, que desde a sua fase de acampamento, iniciada em 2003, tem pautado suas discussões e questionamentos calcados (em um contraponto ao modelo de desenvolvimento agrícola monocultor e degradador estabelecido pelo agronegócio sucroalcooleiro na Região de Ribeirão Preto) na proposta da Comuna da Terra e no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), objetivando a produção agroecológica, sendo que, tal proposta somente faria sentido para outros projetos de assentamento criados na região e que iniciaram a sua produção agrícola nos moldes dos assentamentos convencionais de reforma agrária, observando-se nessa discussão um enorme descompasso entre as proposituras do instituto e as concepções das lideranças do movimento social camponês.

Reestruturação do assentamento, eles estão falando num modelo de transição, aqui não é o caso, porque aqui não começou como um modelo tradicional, aqui já começou com modelo agroecológico, então, não faz sentido falar em transição, isso para nós não está em nosso passado, como é que você vai voltar ao modelo do assentamento, então, assim, é isso o que eu estou te falando, há um descompasso entre o que a gente concebe, o que a gente trabalha, porque

quando a gente trabalhou o PDS, o modelo de assentamento aqui, nós não trabalhamos a partir do momento em que virou assentamento, desde quando começou o acampamento já tinha essa proposta, você acompanhou um pouco, você sabe, a gente ainda não avaliou, então, eu não posso falar com a visão do movimento, por isso que é perigoso assim, isso aí é proposta do INCRA, não é nossa e há um descompasso entre a proposta do INCRA e a nossa proposta, você vê que a gente, por exemplo, está fazendo SAF, a gente está fazendo reflorestamento, estamos fazendo de forma agroecológica, a lógica do SAF é uma lógica que não precisa de transição para isso, então, assim, é um total desconhecimento, descompasso, é uma coisa sem lógica, isso serviria para um assentamento antigo como o 17 de abril, aí sim, você faz uma transição para um modelo, mas eu não tenho propriedade suficiente dessa questão da reestruturação, nós vamos estudar isso na direção regional próxima para a gente se apropriar e falar com mais propriedade sobre isso, então, também me espanta um pouco quando se fala em processo de transição, porque para mim eu não vejo a realidade aqui e eu não estou falando enquanto dirigente, eu estou falando enquanto assentada, que eu sou assentada aqui, então, eu convivo, eu planto, eu sei das contradições, sei das dificuldades de se plantar, sei das dificuldades desse modelo, sei também o que nos facilita enquanto assentados, produtores e produtoras, então, assim, mas eu não tenho propriedade desse projeto de reestruturação, essa questão do projeto de assentamento nós defendemos o projeto de assentamento do PDS, que é o que a gente fala assim é um projeto que a gente inclusive acredita, e não só acredita como estamos tentando concretizar, no que depender de nós, a gente vai fazer isso (Assentada Rural, 2013).

O Regimento Interno do PDS – Mário Lago (que em casos mais graves prevê a expulsão do assentamento), assim como o TAC (que possui um valor jurídico), podem ser considerados como os principais instrumentos de *normas organizativas* deste projeto de assentamento, que, na percepção das lideranças do assentamento, já foram interiorizados e exteriorizados pelos grupos sociais assentados. A principal intenção do movimento sem-terra ao estabelecer esse conjunto de normas comportamentais para os seus acampamentos e projetos de assentamento é instituir um instrumento jurídico intimidador coletivo da violência através da realização de uma assembleia geral, objetivando um fortalecimento do próprio instrumento jurídico e um controle social mínimo da comunidade assentada, especialmente, na esfera pública, mas que vem se mostrando pouco eficaz no âmbito privado, especialmente, na prevenção da violência doméstica.

Existe uma coisa que já foi interiorizada, que já foi exteriorizada a partir do TAC, porque uma coisa passa pela outra, então assim, por exemplo, se pegar roubando no acampamento, não pode, era expulso, o homem não pode bater na mulher, a mulher tem que ficar, mas o homem não pode, ou se ela quiser ir com ele tudo bem, mas ele não pode ficar de jeito nenhum, então assim, isso não acontece, essa violência contra a mulher, lógico que acontece, nós não estamos dentro da casa das pessoas para saber, até porque a violência pode ser psicológica, pode ser em vários níveis, mas isso ajuda a intimidar (Assentada Rural, 2013).

O regimento interno é algo como eu te falei, quando acontece a assembleia, quando expulsa uma família, isso as pessoas ficam, opa, entendeu, assim, há uma intimidação, intimidação não de uma pessoa, da comunidade em si, então

isso fortalece outros elementos do regimento interno, então aqui não é o céu, aqui as pessoas são todas certinhas, não, não é assim, agora minimamente um controle social, uma intimidação coletiva (Assentada Rural, 2013).

A seguir são relatados alguns casos relativos ao uso de entorpecentes, ao trabalho nas áreas coletivas e venda de lotes, que motivaram ou que podem motivar a realização da assembleia geral como um instrumento de intimidação coletiva da comunidade assentada:

Por exemplo, essa é uma área coletiva (sede do assentamento) se pegar usando droga, ele não tem moral para falar, ele tem que sair daqui, não pode se usar droga, não é aberto aqui, então a gente tem como chegar e intimidar, porque todo mundo da comunidade já sabe (Assentada Rural, 2013).

Teve situações, uma outra situação, em que um cara queria trabalhar numa área coletiva, e tipo chegou sem fazer nenhuma discussão coletiva, estouro foguete, chamou a assembleia e falou é o seguinte companheiro, existe um regimento aqui combinado entre nós e tal, que não é assim não, se você quiser trabalhar na área coletiva e tal, não é chegar chegando não, você vai ter que ir na coordenação do assentamento, falar e tal, não sei o que, o coletivo consentir, você tem que ir na reunião do núcleo para poder ir, ele sabia, entendeu que é um exercício diário, não está dado entre nós (Assentada Rural, 2013).

Venda de lote, por exemplo, também é uma intimidação muito grande, no meu núcleo a gente sabe quem é do núcleo, porque tal pessoa está lá, assim, assim, então não há, não (venda) porque nós fizemos muito esse exercício, no meu núcleo, por exemplo, as pessoas não podem, a gente tem, eu estou falando no meu núcleo como uma, porque existe uma coordenação em que isso é debatido, existe um controle social de questões mínimas, em que a gente quer garantir isso, mas isso é garantido a vida toda, lógico que não, se a gente organicamente não estivermos organizados, coletivamente organizado, isso vai pelo, então há esse controle (Assentada Rural, 2013).

Contudo, com a passagem da fase de acampamento para assentamento (individualização em lotes familiares) e com o surgimento dos demais projetos de assentamento na Fazenda da Barra (Santo Dias, Índio Galdino e Luiza Mahin) como dissidências do MST e do MLST, que não incorporaram esse conjunto de normas para os seus projetos de assentamento, esse instrumento jurídico de intimidação coletiva vem perdendo a sua eficácia, não sendo mais integralmente respeitado pelas famílias assentadas, sendo que, para colocá-lo em prática, as lideranças do assentamento e do movimento têm buscado auxílio em agentes públicos externos para coibirem os casos de violência.

Ainda respeitam algumas coisas, outras não, porque é um processo de acampamento para assentamento, então muda muito, então esse regimento interno que nós tínhamos acredito que hoje ele não vale mais nada, porque os outros assentamentos também não têm e para você fazer um regimento interno para um assentamento, onde a maioria das famílias já se sente donas do próprio lote fica difícil, complicado, como exemplo, às vezes um casal briga, lá está tendo problema, as pessoas me procuram, oh, vai lá resolver, falo não, o problema de família não somos mais nós que resolvemos, nem eu como dirigente, nem a coordenação, mas se há algum problema de bebida, ou está

judiando de criança, aí sim a gente vai se envolver, mas junto com o órgão responsável por isso, uma assistência social, se é uma pessoa que bebe, que tem problema de alcoolismo, a gente vai levar num médico para dar um encaminhamento, um tratamento, essa forma a gente pode ajudar, mas envolver ou excluir a família, isso jamais (Assentado Rural, 2013).

O regimento interno depois que virou assentamento, muitas pessoas não quiseram respeitar mais, porque agora não é mais acampado, somos assentados, o regimento era para acampamento, não para assentamento e assim, têm pessoas que não respeitam mais, mas eu, em minha opinião, o regimento, ele deve continuar, porque a gente é assentado, mas a gente continua precisando de segurança, porque assim as pessoas, na época do acampamento, pelo regimento, quando entrava alguém diferente, aí os moradores tinham que ir lá, chegar naquela pessoa, identificar, saber aonde, o que ele estava fazendo aqui e hoje tá meio que solto, as pessoas entram, quem quer, ninguém fala nada com ninguém, ninguém vai perguntar, fica mais fácil para entrar, na questão da segurança, principalmente, acho que o regimento precisa valer, mas ainda existem pessoas que se preocupam com isso, um vizinho não brigar com o outro, eu vejo mais na questão da segurança, que tá meio que solto (Assentada Rural, 2012).

A partir dos elementos apresentados, compreende-se que o conjunto de normas estabelecidas mediante o Termo de Ajustamento de Conduta e Regimento Interno, que, por sua vez, relacionam-se aos elementos pactuados, construídos consensualmente, ou não, encontra-se expressos nas ações concretas dos sujeitos na produção do espaço e tomam a forma típica de oposição binária identificando de forma categórica o que é ou não o seu território, demonstrando a capacidade dos sujeitos em superar velhas práticas e engendrar novas formas de reprodução social, a exemplo, da agroecologia.

A identidade camponesa emerge nas falas das famílias assentadas entrevistadas, relacionada aos valores, vivências e às diversas festividades realizadas no assentamento (Folia de Reis, Festa Junina, Festival do Milho e Encontro de Violeiros) e que podem ser consideradas como inerentes a cultura campesina. Não obstante, asseveram as famílias assentadas que esta identidade é percebida como sendo dúbia, antagônica ou mesmo complementar, pois é forjada na alternância da convivência entre o meio rural e o urbano, não em uma perspectiva econômica, mas no sentido de uma identidade cultural urbana, especialmente, em razão da proximidade com o perímetro urbano, mas, sobretudo, é entendida pelo fato de conceberem, acreditarem e concretizarem um modelo alternativo de produção para o campo brasileiro.

Eu me considero uma trabalhadora que trabalha no campo e tem uma identidade que me aproxima disso, por exemplo, a Folia de Reis, é uma coisa muito dessa identidade camponesa, porque pelo campo que essa manifestação ela está muito presente, os meus pais, a minha mãe são do interior, então eu tenho essa identidade dentro de mim, no entanto, eu também tenho outras coisas que o urbano também está dentro de mim, não nas minhas ações que eu faço na minha atividade produtiva, mas na minha forma de me relacionar com a vida, por exemplo, eu tenho vontade de ir a teatro, essa coisa mais da movimentação urbana, trabalhei em comunidades de periferia, então eu não saberia lhe dizer se eu sou uma camponesa, mas que eu tenho em mim uma identidade camponesa, eu tenho, nesse sentido que eu estou te falando também

de valores, de vivências, eu também tenho muito essa parte cultural comigo também, e também numa perspectiva política de acreditar que existe um outro modelo para o campo, então nessa perspectiva eu também me considero nessa identidade camponesa, mas isso é algo que é dúbio (Assentada Rural, 2013).

Neste projeto de assentamento, a identidade campesina também é percebida pelas famílias assentadas pelo retorno a antigos hábitos cotidianos e técnicas de cultivo, uma identidade camponesa expressa ainda pelo sentimento de liberdade, apesar da proximidade com o meio urbano, que não torna o assentamento imune, um território livre de problemas sociais, especialmente, os relativos à violência urbana, elementos esses que podem ser observados nos depoimentos a seguir:

Ah, é, eu me considero um camponês sim, por morar aqui, como eu já falei, essa coisa de produzir, ter a roça para produção e viver mais livre, então, eu me considero um camponês (Assentada Rural, 2012).

Eu considero, ah, eu não sei, se é porque eu nasci e criei na roça, eu considero agora que eu estou na roça, dormindo na roça, apesar de ser próximo ao bairro, mas você me vê de chinelo, de botina, de calça, tudo sujo aí trabalhando, uma enxada, eu planto a minha roça de matraca, como antigamente, com a matraquinha na mão, eu vou evitar de pagar trator, vou comprar uma tobata para mim, para afofar a terra, porque evita também de socar a terra, então eu me considero muito, e eu fico feliz, até meu pai, eu ligo para o meu pai lá na Bahia e ele fica rindo, eu estou capinando feijão, aí ele fica rindo, eu falo voltei à antiguidade (Assentado Rural, 2013).

A fala do Sr. Olavo revela dentre outros elementos a constante busca do campesinato para adquirir os meios de produção indispensáveis à produção agrícola. Contudo, como discutido na revisão teórica deste estudo (II Capítulo), considera-se que o fato de o camponês ter acesso ao mercado ou possuir a propriedade dos meios de produção não significa que esse perdeu a sua condição ou identidade, assim como defendido pelos teóricos da agricultura familiar (Ricardo Abramovay e Hugues Lamarche), pelo contrário, o camponês envolve-se com o capital industrial e financeiro porque necessita adquirir os meios de produção indispensáveis a sua reprodução social (OLIVEIRA, 2001b).

Detendo os meios de produção, possuindo os meios de vida necessários a sua reprodução, ou seja, combinado o “fundo de consumo” com a produção de mercadorias, o campesinato neste projeto de assentamento não se inclui como parte direta das condições objetivas de produção capitalista, mas, ao contrário, antepõe-se a estas enquanto proprietários das suas diversas condições de trabalho (TAVARES DOS SANTOS, 1978). A construção da identidade camponesa neste projeto de assentamento relaciona-se, sobretudo, a uma representação sobre o território (relações sócio-espaciais com o entorno), não se estabelecendo pela elevação do sujeito, o que representaria um determinado etnocentrismo ou um localismo sem possibilidade de existência, mas por uma capacidade de relativização de reconhecimento do outro e da natureza, o que, por sua vez, reforça ainda mais a sua identidade camponesa.

A terra é percebida entre as famílias camponesas assentadas não somente como um meio ou um fator de produção, reprodução econômica e/ou subsistência da classe campesina,

mas da própria vida em uma perspectiva mais ampla. A partir desta perspectiva o campo passa a ser compreendido como um espaço de moradia, de relacionamento familiar e comunitário, de relação e integração com a natureza e cuidados com meio ambiente, o que, por sua vez, vem tornando distante da percepção dos assentados a perspectiva de arrendamento dos lotes familiares de reforma agrária para o setor sucroalcooleiro neste projeto de assentamento rural.

A terra para mim é um pouco que eu te falei, assim, ela não é só um lugar enquanto produção, produtividade, mas é onde eu moro, é onde eu produzo, é onde eu planto para mim, para os passarinhos, para manter o solo para ajudar no processo da água, mas eu gosto muito desse lugar mais tranquilo, dessa relação com a terra, de plantar, que o campo permite uma relação com a natureza muito mais promissora, quando a gente se relaciona com a natureza parece que você se torna aquilo que você faz também, um pouco pedra, um pouco terra, um pouco água, então a gente se vê mais nisso, a importância disso, então o campo ele permite muito isso, eu gosto muito da tranquilidade, desse lugar de relação comunitária muito forte, então isso tudo também fortalece essa identidade e essa relação com a terra (Assentada Rural, 2013).

Ah, rapaz, a terra eu vou te falar uma coisa para você, não tem uma coisa melhor, eu considero assim, não tem uma coisa melhor do que você ter uma terra para você trabalhar em cima dela, ali você planta, você carpe, você colhe, você acompanha a natureza, a natureza é tudo na vida, tem hora que eu fico pensando, tem uma coisa incrível, a mesma coisa quando forma uma nuvem lá, cai uma água, uma chuva que refresca e molha a terra, é a mesma coisa que você plantar um feijão, um carocinho de feijão, ele nasce aquele pezinho, você carpe ele, cuida dele, dá a flor, dá a vagem e você come daquele feijão, uma coisa assim, nem sei como explicar isso, mas eu gosto muito da terra, de produzir nela, eu gosto muito, pra mim é tudo na vida (Assentado Rural, 2013).

Pra mim assim, ela é, é até difícil de explicar assim, porque ela é muito importante para mim e para minha família, porque antes eu não tinha condições de comprar um lote e hoje, através da luta, eu consegui juntar a minha família, conquistar aqui essa terra e assim isso pra mim é um valor muito grande (Assentada Rural, 2012).

A partir dos relatos apresentados, observa-se que a preservação e a busca da apropriação da terra para servir de espaço de produção de vida, sob o regime de propriedade familiar ou de concessão, expressam uma resistência à expropriação das condições de produção. Neste mesmo sentido, a preservação do trabalho familiar reflete uma resistência à individualização do trabalho. Ambos os processos conduzem à definição de regras costumeiras entre os grupos camponeses (TAVARES DOS SANTOS, 1981).

Uma do constante enfrentamento político entre o MST e o INCRA neste projeto de assentamento, objetivando a hegemonia sobre o processo da reforma agrária na região e no território paulista, pode ser observada na admissão da nomenclatura do assentamento Mário Lago, pois as lideranças do movimento sem-terra não admitem que este seja nomeado como PDS, mas como Comuna da Terra, pretendendo dessa maneira que a sua proposta de assentamento se sobressaia sobre a proposta da autarquia estatal. Nesta nova perspectiva do

movimento, o território conquistado do capital agroindustrial não somente é compreendido como um espaço de reprodução econômica, abarcando dimensões sociais, culturais e subjetivas camponesas de relação e cuidado com o meio ambiente, de integração e pertencimento ao território conquistado, de debate político e construção coletiva, enfim, de formação da pessoa enquanto ser humano (homem e mulher) que, assim como observado no entendimento dos assentados sobre a terra, vem tornando distante da percepção das famílias assentadas à perspectiva de arrendamento dos lotes familiares para o setor sucroalcooleiro neste projeto de assentamento rural de reforma agrária.

Aí eu diria assim, o novo conceito, a Comuna da Terra, que aí você até pode colocar isso, a gente considera essa coisa da Comuna da Terra, que é uma relação com a terra que não é só produtiva, é uma relação que a gente sabe que a gente precisa de cuidar, que a gente precisa relacionar com a natureza, que é esse lugar onde a gente estabelece essa relação, como é que você vai arrendar um pedaço de você, eu sinto hoje que o Mário Lago é um pedaço de mim, eu me forjei enquanto ser humano aqui, essa comunidade me fortaleceu enquanto ser humano, eu falo até no MST mesmo, enquanto mulher, na nossa luta, no nosso cotidiano, nos nossos debates, eu cresci debatendo com essas pessoas também, eu cresço construindo a festa da Folia de Reis, eu não só participo, eu construo junto, então, assim, como é que eu vou arrendar isso, como você vai vender um pedaço de você, é um negócio difícil, então eu me sinto muito parte disso aqui. Tudo isso que a gente conversou, de toda essa construção, difícil, a gente desistir disso tudo e falar agora eu vou arrendar essa terra, é muito diferente, é muito distante, eu vejo isso numa distância muito grande, seria assim revirar tudo de cabeça para baixo para isso acontecer (Assentada Rural, 2013).

Além desta perspectiva mais abrangente sobre a terra e o território conquistado, um outro fator que vem impossibilitando neste projeto de assentamento o recorrente fenômeno de arrendamento dos lotes familiares para o setor sucroalcooleiro na Região de Ribeirão Preto, especialmente, após a publicação da Portaria ITESP 77/2004, é a posse coletiva da área do assentamento em nome do INCRA, sem a titulação individual ou escritura dos lotes familiares em nome das famílias assentadas, que somente possuem uma concessão de uso, impossibilitando dessa maneira a sua venda ou arrendamento¹⁴⁵.

Dessa maneira, esta modalidade de assentamento comporta como fundamento a gestão coletiva e cooperativista a fim de evitar o parcelamento da terra com titulação individual (FREITAS, 2008a).

O PDS ele bem assim, ele não está bem colocado aqui, porque aqui é o TAC, aí veja bem, tudo bem ninguém está arrendando, ninguém arrendou, mas por que o INCRA, porque o INCRA ele não deu a posse da terra, a escritura do

¹⁴⁵ O Contrato de Concessão poderá ser firmado de forma individual ou coletiva. No entanto, o contrato somente será outorgado a uma entidade representativa dos trabalhadores rurais (associação/cooperativa), quando ocorrer uma aprovação da maioria das famílias assentadas e com um parecer favorável da Superintendência Regional do INCRA, não sendo permitida a transferência do documento a outra entidade. O Contrato de Concessão deverá ser firmado observando-se ainda os seguintes prazos de validade: I - prazo indeterminado para o PAE; II - prazo de 10 anos para o PDS e III - prazo de 30 anos para o PAF, contudo, esses contratos poderão ser cancelados a qualquer momento, caso não estejam sendo cumpridas as cláusulas resolutivas que regem os direitos e obrigações das partes (MDA; INCRA, 2010).

lote para cada um, ele deu uma concessão de uso da terra, então quer dizer, essa concessão de uso da terra que impede as pessoas de fazerem isso, esse é o meu modo de ver, agora se dar uma escritura do lote, aí eu não sei como é que vai funcionar, cabeça de cada um né, agora assim a gente orienta muito a não fazer isso, não arrendar, porque você está acabando com a reforma agrária, a gente conversa muito com a comunidade (Assentado Rural, 2013).

Ainda neste sentido, o PDS estabelece mecanismos de gestão ambiental com a intenção de compatibilizar a produção agrícola à preservação ambiental e fortalecer a organização social como forma de potencializar o planejamento e a organização das ações do assentamento. O Contrato de Concessão Real de Uso é um desses mecanismos de gestão socioambiental. Firmado em condição resolutiva, com tempo determinado de duração inicial de 10 anos, o contrato é estabelecido entre o INCRA com cada núcleo familiar assentado. O principal objetivo do contrato é possibilitar que cada grupo familiar possua direito de uso de uma determinada parcela, não podendo esta ser emancipável ou titulada. O Termo de Compromisso Coletivo é um outro mecanismo adotado pelo PDS a fim de preservar a característica condominial do projeto, responsabilizando a coletividade pelas ações e usos do território, que se compromete a zelar pela área total do assentamento (FAGGIN, 2009).

No entanto, a proposta de emancipação dos assentamentos de reforma agrária, com a titulação individual dos módulos familiares, que também se apresenta como uma demanda das famílias assentadas que modificará a sua relação com a terra, tornando-se proprietárias da área de assentamento, apresenta-se como temerária para os dirigentes do movimento, pois, acrescida a precária territorialização do campesinato neste projeto de assentamento, poderá vir a motivar processos de arrendamentos para o setor sucroalcooleiro ou mesmo a venda dos lotes de reforma agrária para a construção civil.

Aquilo que eu falei, o PDS ele impede de dar a escritura da terra, esse PDS vai mudar aqui pelo o que eu estou vendo, aí veja bem, se ele (INCRA) não der a escritura, só dar a concessão de uso da terra, aí impede a pessoa de estar arrendando, porque não é dele, é do INCRA a terra, agora se der a escritura, aí sim ele é dono daquela terra, ele se sente, ninguém vai fazer mais nada por ele, a terra é minha, eu faço o que eu quero, é esse ponto de vista que eu vejo, aí ele acaba arrendando, mas se só dar a concessão de uso, aí fica mais complicado para ele arrendar, porque o INCRA pode interferir, se só for concessão de uso, agora se for escritura, aí eu acho que nem o INCRA pode interferir, porque ele tem a escritura do lote, esse é o meu modo de ver (Assentado Rural, 2013).

Não gostam, eles não querem, estão cobrando para que o INCRA dê a escritura do lote, estão cobrando isso de nós, e saiu essa notícia também que até esse ano de 2013 vai dar a escritura do lote, aí eu não sei como é que vai fazer, o que vai acontecer, vamos ver nas próximas reuniões para ver o que vai acontecer (Assentado Rural, 2013).

A respeito do desejo revelado pelo Sr. Olavo das famílias assentadas receberem o título de posse ou escritura do lote familiar, os dirigentes regionais do movimento têm-se posicionado veementemente contra essa propositura, assim como ocorrido durante o governo FHC (discutido no segundo capítulo deste estudo), que com a disfarçada intenção de acelerar

o processo de emancipação dos assentamentos, evitando a sua dependência prolongada, mas que, na realidade, tratou-se de tirar a responsabilidade do Estado com relação ao processo de desenvolvimento dessas estruturas sócio-produtivas. Tal processo ocorreu mediante uma política de titulação acelerada em que a família recebia o título e iniciava o pagamento da terra e das demais despesas mesmo antes de estar consolidada economicamente no projeto de assentamento (GOLDFARB, 2007).

Neste particular, MST é contrário a esta conduta. Lembre-se também que este título ainda não é definitivo. Nas normas do INCRA, com base na constituição Brasileira, tal título deverá ser intransferível por 10 anos. Mas só o fato de ser um título aguça a vontade daqueles que querem vender, como também valoriza esta intenção (ANCA, 2002, p. 10).

Apesar de serem favoráveis a sua emancipação frente ao Estado e diante a todas as dificuldades infraestruturais encontradas, especialmente, as relativas ao acesso a água de irrigação e liberação do crédito agrícola que vêm atravancando o desenvolvimento a produção agrícola neste projeto de assentamento, lançando as famílias assentadas para trabalharem fora da área de assentamento, principalmente, no período de estiagem, a fim de garantirem a reprodução social do seu núcleo familiar, os grupos sociais assentados têm se mostrado contrários a venda e/ou ao arrendamento dos lotes familiares, o que também pode ser explicado pelo constante trabalho ideológico promovido pelo MST.

Olha, eu mesma não recebi e se receber também, eu não topo essa proposta, sabe, então, assim, apesar das dificuldades, acho que a gente tem que viver da própria terra, da vivência da terra, tenho que produzir para tirar o meu sustento daqui, a gente ainda encontra muita dificuldade, devido a falta de água, porque a gente não tem água para a produção, é só quando chove, são poucas pessoas que já conseguiram estar produzindo aqui dentro para se sustentar, quem teve mais condições de estar comprando, colocando uma água lá da mina, que mora mais próximo das nascentes de água ali, que fez uma irrigação para plantar horta, mas isso foram algumas pessoas, mas ainda tem que trabalhar lá fora para poder investir aqui, porque assim ainda não está dando, o recurso é muito pouco, mesmo com o acesso ao Pronaf, que têm pessoas que já pegaram, eu não peguei o Pronaf, porque eu ainda não me sinto preparada para pegar um Pronaf, eu quero ter uma linha de produção assim pra eu pegar, já saber assim o que eu vou fazer, ter mais segurança no que eu estou fazendo, então, por enquanto ainda não fiz, com medo de ficar devendo e futuramente não conseguir pagar. Nessa parte, eu vejo assim tá difícil ainda, a gente não tem água para a produção, acho que a partir do momento que tiver uma água para a produção aí facilita mais, aí não precisa ir trabalhar lá fora, investe aqui mesmo, fica aqui, vai plantando as coisas aqui (Assentada Rural, 2012).

A partir dos relatos apresentados ao longo desta seção do trabalho, verifica-se que a reprodução camponesa neste projeto de assentamento pode ser definida pela presença da força de trabalho familiar, coordenando as atividades de todos os membros da família em um trabalho coletivo, caracterizando-se ainda pela apropriação da terra em regime de propriedade familiar, bem como pela apropriação dos instrumentos de trabalho. Esta unidade com as condições de produção possibilita a produção direta dos meios de vida, conjugada com a produção simples de mercadorias. Contudo, a pauperização relativa que o campesinato

vivencia neste projeto de assentamento estabelece a necessidade do trabalho acessório (TAVARES DOS SANTOS, 1981).

(...) Eu era pedreiro, trabalhava como pedreiro (...), conheci em oitenta e dois (...) aqui a gente não têm muita renda (...) então, faço algum biquinho, não é direto não, a gente faz o serviço na cidade quando não tem nada, por exemplo, a minha roça está toda plantada, quer dizer, não tem serviço nenhum aqui, para não ficar parado, eu vou lá e trabalho, quando dá na época da colheita, eu volto para cá novamente (...) (Assentado Rural, 2014).

(...) os meninos trabalham duas horas aqui no serviço durante a semana, duas horas, das oito as dez e as dez e meia onze horas vão tomar banho para irem para escola, cinco horas da tarde chegam e vão jogar bola, brincar, no outro dia, torna a tralhar mais duas horas, então, o serviço não para, nem judia com eles e nem para também, sempre tem um serviço feito aqui e lá fora, eu também cuido, eu trabalho um pouco lá fora e eles trabalha aqui dentro (...) (Assentado Rural, 2014).

A área de preservação ambiental estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta em 35%, portanto, 15% superior ao estabelecido no Código Florestal de 1964, que reduziu a área dos lotes familiares para cerca de 740 hectares, assentando-se 462 famílias, não se constituiu em uma divergência entre as famílias assentadas com o Ministério Público Estadual (MPE) e os dirigentes do MST, em razão do histórico de desapropriação da Fazenda da Barra e até mesmo porque a implantação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) está prevista para ser inclusa na área de preservação, sendo ainda que, desses 35%, 15% podem ser manejados. Além desses elementos, o MST vem trabalhando em seus cursos de formação junto às famílias assentadas, desde a fase de acampamento, um discurso ideológico integrador entre homem e natureza.

A área de reflorestamento foi tranquilo, foi concordado, porque a gente ganhou a posse dessa fazenda aqui por causa do desmatamento, então nós nos comprometemos a reflorestar os 20% mais 15% que dá 35%, nós já começamos a fazer isso, inclusive veio quatrocentos e vinte mil reais de recursos para a agrofloresta, desse processo de reflorestamento (Assentado Rural, 2013).

A questão dos 35% isso aí para nós não é problema, isso fez parte do processo, foi conversado também desde o início, para nós inclusive assim o SAF está dentro desses 35%, 15% é área de Reserva Legal com o manejo e os 20% são de Área de Preservação Permanente, aí sim essa não pode, mas o conceito ambiental, a questão ambiental não adiante você ter uma visão romântica do meio ambiente sem o homem, sem a mulher, que a gente é parte dele, então é muito mais fácil você trabalhar a consciência do homem que faz parte desse do que apartar, apartar é dizer você não faz parte, é difícil você respeitar aquilo que você não faz parte, se você construiu está casa, você se sente parte dela, não é, para você morar, se você construiu está casa para você morar, você é parte dela, então, eu acho que essa perspectiva de gente e natureza está tudo junto e é isso que a gente começa construindo, quando começa a plantar SAF começa assim, eu posso conhecer a natureza, maneja-la, sobreviver dela, pensar nos bichos, de forma sistêmica, você pensa em forma de movimento, a natureza tem esse movimento, você começa a compreender esse movimento, e

eu acho que é isso que permite a gente compreender que a gente faz parte disso, lógico que tem pessoas que já vêm, que já compreendem muito pela vida, pela vivência, eu vim, por exemplo, trabalhei com agricultura urbana, já tinha trabalhado com agroecologia, então já estava bem estruturado dentro de mim, apesar que isso estruturou muito mais quando eu passei a viver aqui, agora tem pessoas que não (Assentada Rural, 2013).

A partir dos depoimentos apresentados, infere-se que o histórico de degradação ambiental ocasionado pelo setor sucroalcooleiro (Fundação Sinhá Junqueira) na Fazenda da Barra opera entre os assentados como um conceito moral, legitimando a ocupação e desapropriação da propriedade e o estabelecido da área de Reserva Legal em 35%.

(...) o campesinato, enquanto classe, carrega uma peculiaridade que está articulada por dois fatores que se auto-determinam. O primeiro deles é a produção camponesa fundada na relação de trabalho familiar não especificamente capitalista, o que inclui essa classe social neste modo de produção, contraditoriamente necessária à produção e reprodução do capital. O segundo fator diz respeito à ordem moral dessa classe social, que lhe orienta a prática cotidiana e também a luta pela terra e na terra. Esses dois fatores devem ser compreendidos conjuntamente porque eles estão imbricados e um responde pela reprodução do outro (BOMBARDI, 2007, p. 93).

A propositura de elevar a área de preservação para 35% não partiu do Ministério Público, mas do próprio MST, a fim de estabelecerem um contraponto e se distinguirem do modelo de degradação ambiental implementado pelo agronegócio local (produção de cana-de-açúcar), pretendendo subverter a lógica da legislação ambiental, assim como pode ser observado no depoimento a seguir:

Então, a primeira coisa, para nós os 35% não foi um problema, já fazia parte do projeto e fomos nós que propomos, outra para diferenciar do agronegócio, só se propõe a 20% mesmo só para cumprir a lei, nós queremos mesmo, nós queremos subverter essa lógica da lei, inclusive a lei tinha que ser muita mais avançada e inclusive a proposta de 20% a maioria das usinas na região não cumprem nem os 20%, você pôde até pesquisar no Ministério Público, é interessante o cumprimento da lei, eu estou falando mentira, não é a toa que quiseram mudar o código, lutamos inclusive muito a favor do código, fomos a São Paulo, o povo daqui, então, assim, não há problema para isso, nesse sentido, os 20%, os 35%, o SAF e tal, mas isso foi algo também que agente foi, eu acho que as ações aqui concretizadas vão fortalecer mais do que o próprio discurso, então, vamos discutir daqui a um ano quando os SAFs estiverem bem produtivos para a gente poder constatar isso, eu tenho certeza absoluta com todas as dificuldades nossas aqui, que não é nenhuma maravilha como eu já mostrei algumas proposições para você (Assentada Rural, 2013).

No entanto, o consentimento quanto às dimensões da área de preservação ambiental não pode ser aplicado com relação ao tamanho dos lotes familiares, que ficaram com uma reduzida dimensão, dificultando a reprodução camponesa, em razão não somente da elevação da área de preservação ambiental, mas também em virtude da quantidade de famílias acampadas na Fazenda da Barra no momento da criação do projeto de assentamento, em 2007, que comportava cerca de 460 famílias para serem assentadas em 740 hectares. A

respeito desse processo de assentamento, acusam os dirigentes regionais do MST (que haviam prometido que todas as pessoas que participaram do processo de luta seriam assentadas) que o assentamento dos grupos familiares em lotes de 1,5 hectares (Figura 31) não foi uma propositura do movimento, mas uma imposição do próprio INCRA, contribuindo para esse processo a omissão dos demais movimentos sociais camponeses.

Nós não defendíamos um lote 1.5 (hectares), nós defendíamos maior e isso foi uma imposição do INCRA mesmo, eles impuseram, tem várias questões dos outros movimentos, abaixaram a cabeça, então, entende, tem hora que não dá para vencer em tudo, mas não era nossa proposta, nós não acreditamos, no próximo assentamento não tem isso, isso dificulta, é lógico que dificulta, dificulta muito assim, tinha que ser maior mesmo, não era nossa proposta, mas isso foi algo também que, diante de muita briga nossa de outras coisas, saiu, a gente não conseguiu mudar com mais veemência (Assentada Rural, 2013).

Assentando as 264 famílias, lógico que ficou pequeno, é pequeno, mas se tiver um projeto, assim, saber fazer direitinho, no sistema do SAF (Sistema Agroflorestal), que dá para plantar muito num pedaço pequeno, dá para conseguir (Assentado Rural, 2013).

O tamanho do lote, a quantidade de família é que deu esse tamanho de lote de 1.6, as pessoas reclamaram que o lote é pequeno, aí pequeno porque têm 264 famílias, é um exemplo que eu estou colocando do nosso movimento, ah, mas tinha que ter tirado, não nós garantimos que todo mundo que passou pelo processo, que segurou as barras mesmo, que ficou aqui até sair o assentamento, sair a posse da terra que ia ser assentado, não importa que fosse solteiro ou casado, quer dizer, então deu essa quantidade de 264, então por isso o lote ficou pequeno, tranquilo, mas é pequeno, é um pouco pequeno, mas se tiver água de irrigação no lote dá para tirar um salário bom, dá, porque se tiver uma água de irrigação no lote dá para você tirar uma renda, como agora os programas sociais do governo já chegou a trinta e seis mil e oitocentos reais anual cada família para a gente entregar, dá a média de um salário de três mil e cem por mês, mas para isso tem que ter o Pronaf, ele tem que ter um recurso maior de vinte mil reais, porque ele está saindo só com vinte mil e aí ter água de irrigação no lote, aí sim dá para você, mas se não tiver, aí não tem como (Assentada Rural, 2012).

A respeito das dimensões dos lotes familiares implementados na proposta das Comunas da Terra no estado de São Paulo pelo INCRA/SP, esclarece Goldfarb (2007) que o tamanho das áreas é menor em razão da proximidade dos centros urbanos, onde a presença de latifúndios de grande extensão é menos intensa, não significando necessariamente um barateamento da reforma agrária.



Figura 31 – Dimensões do Lote Familiar

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2009.

No estado de São Paulo, todas as Comunas da Terra/PDS implementadas pelo INCRA/SP foram parceladas consoante os princípios das novas modalidades de assentamento rural. Não obstante, uma das principais diferenças quanto aos modelos convencionais encontra-se relacionada às dimensões dos lotes familiares, pois as Comunas possuem extensão bem menos significativas do que os assentamentos convencionais e, mesmo quando a área total do assentamento é extensa, a maneira como se realiza o plano de uso e ocupação do solo acarreta com que a área destinada às famílias camponesas seja bem menor do que nos assentamentos convencionais. Além desse fato, o que tem ocorrido em alguns casos é que a área destinada a cada núcleo familiar acaba por ser menor do que o módulo fiscal da região¹⁴⁶. Neste sentido, uma propriedade menor que um módulo fiscal é considerada minifúndio, o que significa que possui um tamanho inferior ao necessário para a reprodução social de uma família assentada (GOLDARB, 2007).

Contudo, tal fato não significa necessariamente uma problemática intransponível, pois, em seu projeto, as Comunas da Terra/PDS objetivam uma produção mais intensiva, uma maior produção por hectare e com o uso intensivo de força de trabalho, exigência da produção agroecológica, além de apostar no trabalho em áreas coletivas, não representando também um empecilho legal no acesso aos créditos, pois, por se caracterizar como PDS, considera-se o projeto de assentamento como um todo, pois pressupõe também o uso comum de determinadas áreas. No entanto, sabe-se que o trabalho coletivo não ocorre sempre, mesmo que este constitua uma diretriz do movimento sem-terra, e que, geralmente, uma mesma área, um mesmo lote, pode abrigar com o crescer do núcleo familiar, mais de uma unidade

¹⁴⁶ No estado de São Paulo, o módulo fiscal mínimo corresponde a 5 hectares. Nos municípios de Araraquara, Serrana e Serra Azul corresponde a 12 ha e, em Ribeirão Preto, à 10 ha.

produtiva. Neste sentido, observa-se nos projetos de assentamento um processo semelhante ao ocorrido com comunidades camponesas de não assentados (GOLDARB, 2007).

As famílias assentadas e as lideranças do assentamento/movimento entreveem como perspectiva futura que esta espacialidade irá se consolidar como um projeto de assentamento de reforma agrária e não como uma vila rural (como um simples local de residência e não de reprodução social do campesinato), em razão dos inúmeros mecanismos criados e que fixam as famílias assentadas no território conquistado, aos quais se somam os longos anos de luta social e política desenvolvida pelo MST, as conquistas atingidas que fortalecem o assentamento e o movimento como estrutura orgânica, contudo, a concretização dessa perspectiva também se encontra condicionada ao posicionamento das futuras gerações que irão se suceder no assentamento, o fortalecimento da luta mediante a conquista das demais demandas, mas, sobretudo, também se encontra relacionado à titulação da terra (concessão de uso ou titulação individual).

Eu não acredito que aqui vire um bairro rural, porque, primeiro, existem todos os mecanismos que a gente já falou, existe toda uma luta e tal, eu acho que enquanto Comuna da Terra, na perspectiva da Comuna da Terra mesmo, eu acho que o Mário Lago ele vai conseguir isso, mas eu acho que ele vai, diante de tanta luta, tanta luta, só para sobreviver aqui já é muita luta mesmo, sobreviver do jeito que tá, já é muita luta, nas bases concretas que a gente tem do projeto de assentamento, o Mário Lago vai conseguir passar uma possibilidade de uma construção diferente, independente de qualquer coisa, nós vamos conseguir cumprir, porque a gente já está fazendo, não porque a gente almeja fazer, mas é porque a gente já está fazendo e que isso se consolida cada vez mais nas pessoas a partir do momento em que isso se torna concreto e prático na vida delas, como isso está sendo concretamente vivenciado e está na prática tornando vivo não tem o porquê não ser isso, então, hoje, na perspectiva em que a gente está, eu acredito nisso, diante das conquistas que a gente teve da saúde, da nossa luta pela escola, se a gente perdeu ou não, porque a gente não teve a resposta ainda do Superintendente (INCRA), nós vamos lutar pela nossa escola do campo, está muito forte em nós, nós vamos lutar para que isso aqui seja uma área que, ambientalmente, que tenha respeito com o meio ambiente, eu acho que isso, eu acho não, eu tenho certeza que isso já se consolidou, eu acho, tenho certeza (risos), eu tenho certeza que isso consolidou-se nas pessoas, tem coisa que na vida, na história, está muito presente, agora vai depender das gerações, dos filhos daqui continuarem, e aí que eu acho que a gente precisa continuar fortalecendo isso, por isso que a gente precisa da escola, por isso que a gente precisa de pessoas que pesquisem para que outros compreendam o nosso processo, que não é sozinho, o Mário Lago não foi conquistado sozinho, as conquistas na região, inclusive Ribeirão Preto diante de todo esse quadro que a gente colocou aqui, não são conquistas fáceis em todos os sentidos e eu acho que a perspectiva do Mário Lago é que a gente consiga ajudar a construir outros Mário Lago (risos), é o que mais Ribeirão precisa, e a gente está na perspectiva assim do Alexandra Kollontai, agora da gente construir outros Mario Lago, a gente depende agora lá, nossa próxima batalha, consolidação disso aqui é quando a gente conseguir outros filhos a partir daqui, é isso que a gente está pretendendo e para isso a gente está lutando (Assentada Rural, 2013).

Bom, eu vou ser bem claro para você, meu ponto de vista, eu sempre gosto de fazer uma avaliação, se o pessoal continuar batendo o pé e se sair mesmo a

escritura da terra individual, aí vai ser um bairro rural, agora senão, pode ser que sim que seja um assentamento, mas se sair a escritura vai ser um bairro rural, mas eu não vou vender o meu não, nem arrendar (Assentado Rural, 2013).

Eu penso, eu vejo assim, é para ser um assentamento mesmo, não um bairro rural, porque todos devem lutar para isso, para não virar um bairro rural, ele ser um assentamento mesmo, é isso o que eu quero (Assentada Rural, 2012).

A principal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é que este projeto de assentamento transmita a possibilidade de construção de um modelo de desenvolvimento agrícola diferenciado para a Região de Ribeirão Preto, servindo de parâmetro para a consolidação de outros projetos de assentamento rurais de reforma agrária nessa região, a exemplo do acampamento Alexandra Kollontai, territorializado em uma área de recuo entre os municípios de Serrana e Serra Azul, aguardando a arrecadação de parte das terras da Fazenda Santa Clara para a reforma agrária.

4.4. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Santo Dias

No Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Santo Dias, asseveram as lideranças do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MLST) que nesta espacialidade o movimento camponês estaria realizando o que consideram os dirigentes desta agência de medição um resgate, a territorialização de um novo tipo de campesinato, promovida através de um êxodo urbano-rural, em um processo inverso ao ocorrido nas décadas de 1960 e 70, momento em que, ao adotar o Estado brasileiro a via prussiana do desenvolvimento capitalista no campo, respaldado a inserção desigual do capital industrial no universo agrário brasileiro, o que ocasionou a expulsão de cerca de 30 milhões de trabalhadores rurais que se urbanizaram em duas décadas.

Neste sentido, o movimento estaria realizando uma espécie de modernização do campesinato tradicional, especialmente, através do uso de tecnologia (em um processo distinto ao ocorrido nos demais projetos de assentamento espacializados na Fazenda da Barra, pautados no camponês tradicional), sem a qual não teria mais condições de competir em pé de igualdade com as forças do mercado, assim como nos descreve um assentado rural:

A maioria das pessoas que estão aqui vieram do campo ou participaram do campo em algum momento de sua vida, ou quando era criança, com a sua família, com o seu pai, mas, hoje, eu vejo assim, nós estamos lidando com um novo tipo de camponês, não é mais aquele camponês, aquela pessoa rústica, hoje, nós estamos fazendo o mesmo trabalho com o novo camponês que foi feito com a industrialização na década de 60 e 70, o que aconteceu, o pessoal tirou o pessoal do campo e trouxe para a indústria, trouxe para a cidade para trabalhar na indústria. O novo campesinato faz o contrário, ele promove o êxodo urbano, trazendo de volta para a parte rural, e qual o entendimento nosso nessa questão, mesmo aquele camponês antigo, que sempre viveu da roça, tem aqueles conhecimentos tradicionais, esse novo método do campo não serve para ele, que hoje o método atual é de alta tecnologia, então, ele também está tendo que aprender, então, esse novo camponês que a gente retirou da cidade e trouxe para o campo tá aprendendo do mesmo jeito que o

velho camponês, então, assim, eles estão em condições iguais e até assim eu creio que até um pouco melhor de compreensão, porque tem uma facilidade melhor de apreender. O camponês hoje, o novo campesinato, esse pessoal que esta na roça hoje é um pessoal diferente daquele que tinha anterior, tanto é que a agricultura familiar, hoje, no país, ela é bem diferente daquela, hoje, a maioria das coisas são na área tecnológica (Assentado Rural, 2012) ¹⁴⁷.

Hoje, aqui, eu tenho dentro desse assentamento criação de peixe, um projeto que eu busquei fora, capacitei algumas pessoas e eles estão criando, tem um pessoal que vai tirar agora uma tonelada de peixe, agora em dezembro, as novas tecnologias te proporciona isso, se eu for querer desenvolver um lote desse aqui, na metodologia antiga, eu vou embora para a cidade, eu tenho que aplicar novas tecnologias para ficar aqui (Assentado Rural, 2012).

Quanto às distinções políticas, sociais e territoriais entre o movimento camponês e os demais movimentos sociais territorializados na Fazenda da Barra, o MLST se distinguiria, especialmente, do MST, desde o trabalho de base e acampamento, pelo seu enfoque na produção agrícola, pela capacitação técnica dos grupos sociais em processo de acampamento, mediante cursos de formação e convênios, a fim de que essas deem uma resposta o quanto antes possível para o investimento realizado pelo Estado e para a sociedade através da produção de alimentos ¹⁴⁸. A partir deste entendimento dos dirigentes do movimento, o MST perderia um grande período de tempo no desenvolvimento da luta política e em discussões ideológicas, não capacitando tecnicamente ou tecnologicamente as famílias acampadas para o processo de assentamento.

O ML começa um trabalho diferente do MST já no próprio acampamento, nós temos um trabalho no setor produtivo, que produção real mesmo, de fato, desde o período que o cara está acampado, a maior parte do tempo que nós temos no acampamento, a gente está discutindo produção, mas produção agrícola mesmo, eu fiquei no MST um tempo, eu participei um ano do MST e a maior parte do tempo a gente fazia discussão política, ideológica, então, assim, era outra linha, nessa linha, quando sai o assentamento, essa pessoa não está preparada para tocar o lote e aí aonde acontece o que está acontecendo, de uma maneira geral na reforma agrária, no país inteiro, quando o cara é assentado, ele não tem a capacidade de tocar, de se desenvolver, isso é claro, aqui na Barra mesmo, você tem um exemplo claro, um período desse agora aqui no ML, todo mundo está correndo atrás de plantar, produzir, porque já tá inserido no processo produtivo e aí você atravessa a fronteira do outro lado, nem todos têm esse ritmo, porque não foram preparados para isso e em outros assentamentos no país também vai na mesma linha, a pessoa fica muito tempo no processo ideológico, no processo de luta e esquecem então de preparar as pessoas para o processo de produção realmente para poder dar resposta para a

¹⁴⁷ Entrevista concedida por Marcos Antônio Praxedes, 38 anos, liderança que possui o ensino fundamental incompleto e exerceu as seguintes profissões antes de ser assentado: metalúrgico, técnico em telefonia, empreiteiro de obras.

¹⁴⁸ O MLST assume com muita responsabilidade a transformação das áreas conquistadas em verdadeiros celeiros de produção. O produzir deve sair do papel, promovendo um salto de qualidade nas experiências que temos hoje. Não é possível aceitar determinadas práticas existentes nos assentamentos, que os transformam em favelas no campo. Levando a sério a construção de uma vida melhor para as famílias assentadas, o MLST entende que a questão da produtividade é um ponto essencial do movimento (MLST, 2008).

sociedade, dar resposta para o próprio governo, porque é investido um recurso muito alto na gente aqui, aqui, essa fazenda para ser desapropriada aqui, até hoje o que foi gasto aqui já foi mais de 100 milhões de reais, investimento do governo, isso tem que ter um retorno para a sociedade, você tem que ter um retorno ideológico, você tem que ter um processo de luta, tem que dar continuidade ao processo de luta, eu também concordo, mas não pode ser só isso, as pessoas que estão aqui, têm que contribuir com a sociedade de alguma forma e a forma de contribuição para a sociedade que o governo espera é a produção de alimentos, mas aqui nem todos estão engajados nesse processo (Assentado Rural, 2012).

O MLST gasta um tempo muito grande no período de acampamento no processo de produção e de capacitação desse pessoal na área de produção, enquanto a gente estava acampado, a gente tinha hortas comunitárias e alguns processos produtivos no acampamento, que era de coisa rápida, porque você podia mudar de uma hora para outra, de um canto para outro, mas o investimento na capacitação, na área de produção agrícola, foi muito pesado, foram vários cursos de capacitação que a gente deu, foram vários convênios que a gente fechou com o governo federal para capacitar esse pessoal nessa área e hoje a gente tem uma tranquilidade para trabalhar com esse pessoal, a gente criou uma base para esse pessoal, que hoje eles estão aplicando de fato (Assentado Rural, 2012).

O relato apresentado insere um elemento distinto ao estudo desenvolvido por Mitidiero (2002), que atribui ao que considera uma “guerra de egos” como principal motivação para os processos de dissidências verificados entre os movimentos sociais camponeses, caracterizando o MLST como um partido político hierarquizado e personalista, cujas decisões centralizadas emanam de uma cúpula, enquanto o MST se comportaria como um movimento social, características garantidas, segundo o pesquisador, pelos seus distintos processos de formação:

(...) Distinguindo-se do processo de formação do MST, este movimento nasceu a partir das experiências concretas de luta pela terra materializadas nas ocupações e nos acampamentos, junto à articulação e junção dos movimentos/organizações regionais. Assim, o MST formou-se na luta, antes e durante as ações organizadas pelas famílias sem terra. O MLST nasce durante a luta, mas após a organização das famílias sem terra, isto é, o MLST apenas aglutinou as lutas já iniciadas, mudando o discurso e a orientação ideológica dela. A bandeira do MLST não nasceu das famílias organizadas, ela é colocada em uma organização independente ou em substituição à outra, ao aceitarem fazerem parte do movimento (MITIDIERO, 2002, p. 145).

A afirmação/acusação desferida pelos dirigentes do MST, asseverando que os demais movimentos sociais camponeses territorializados na Fazenda da Barra, especialmente, o MSLT, possuiria uma estratégia de conciliação com as estruturas estatais, caracterizada pelo entrelaçamento político-partidário, amarrando-se, dessa maneira, a burocracia estatal, o que, no seu entendimento, prejudicaria o desenvolvimento da luta social e política, pode ser observada no depoimento a seguir:

Dentro de pouco tempo eu comecei a sair daqui para Brasília, em reuniões, com ministros, com o presidente do INCRA e em menos de um ano houve uma eleição nacional e eu fui para o quadro da direção nacional do movimento por conta do trabalho que eu já vinha fazendo, a gente tinha uma boa relação, a gente conseguia falar com o Lula, aqui em Ribeirão tem um advogado que é muito amigo meu desde o início aqui, que é o Dr. Brasil Salomão, ele trabalha junto com o Palocci, ele é advogado do Antônio Palocci, no primeiro momento que a gente conversou com ele, ele pegou o telefone, ligou para o Palocci, falou estou com um pessoal aqui de Ribeirão, tem um problema assim e ele também ajuda o MST, ‘de cara’ ele também começou a ajudar a gente, o Palocci não ajudou muito, mas ele pôs a gente para falar direto com o Zé Dirceu na Casa Civil na época e pôs para falar direto com o Presidente Lula, abriu a porta, a gente entra e resolve (Assentado Rural, 2012).

O relato apresentado de um dirigente do assentamento Santo Dias entra em litígio com a própria definição do movimento social camponês, postulada em seu programa como:

(...) uma organização autônoma e independente de trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos. Não está submetido ao Estado e a nenhum partido político, religião, entidade sindical ou ONG. Busca construir sua auto sustentação financeira a partir de suas bases. O MLST defende a pluralidade de forças, organizações e movimentos que lutam pela Reforma Agrária do país. Nasce com fisionomia e personalidade própria, a partir de uma base programática, um cronograma de atividades e uma concepção e organização também próprias (MLST, 2008).

Contudo, em uma perspectiva mais ampla, a respeito dessa aproximação político-partidária por parte do movimento social camponês com os segmentos de esquerda, especialmente, do Partido dos Trabalhadores (PT) devemos considerar a conjuntura política em que essas relações desenvolvem-se, visto que:

No período mais recente, correspondente aos dois governos Lula (2003-2010), o Incra, desde há muito criticado como uma autarquia problemática na estrutura do governo federal, passou a ter mais dinamismo, sobretudo no contexto paulista. A nomeação de um militante do PT para a superintendência de São Paulo levou a que um grupo defensor da reforma agrária assumisse a condução do órgão, dando-lhe mais consistência política. A tentativa de diálogo e busca de apoio junto a diferentes segmentos que gravitam em torno da problemática da reforma agrária em São Paulo foi a tônica dessa gestão, que tentou imprimir uma face mais parceira nas negociações com os movimentos sociais e sindicais rurais, ONGs e as universidades (BARRONE; FERRANTE, 2012, p. 768).

Neste contexto:

(...) é digna de nota a busca por alternativas que gerassem o atendimento à demanda dos sem-terra, mesmo considerando-se as limitações econômicas e políticas desse período. O exemplo mais evidente disso foi o assentamento de milhares de famílias em projetos especiais, como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), estratégia de assentamento originalmente concebida para atender às populações tradicionais de castanheiros e seringueiros da Amazônia. Ações judiciais tematizando danos ambientais por parte da agroindústria sucroalcooleira possibilitaram a

implantação, na região de Ribeirão Preto, de dois PDS. Essa modalidade se repetiu, garantindo o assentamento de sem-terra no sul do estado (Vale do Ribeira) e também no Pontal do Paranapanema. Observa-se que, sobretudo no noroeste do estado (região de Andradina), a ampliação do número de assentamentos garantiu uma base popular bastante estável ao grupo que dirigiu o Incra no período recente. Na região de Ribeirão Preto (próxima a Araraquara), o segmento do MST que liderou os sem-terra e, atualmente, dirige boa parte dos assentados nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável sempre teve uma forte ligação com o grupo gestor do Incra (BARRONE; FERRANTE, 2012, p. 772).

O processo de divisão ocorrido na estrutura social do MST e, consequentemente, na própria estrutura orgânica do assentamento Mário Lago, em 2004, e que, primeiramente, ocasionou a origem do assentamento Santo Dias e, posteriormente, do assentamento Índio Galdino (2007) e da cooperativa Luiza Mahin (2009) é esclarecida pelas famílias assentadas e pelos dirigentes do movimento, a princípio, pelo o que consideram como sendo uma falta de preparo das lideranças regionais do MST para dirigirem um movimento extremamente amplo, desconhecendo ainda a comunidade acampada, aos quais se somaram as perseguições políticas, os embates ideológicos e a expulsão de acampados que discordavam da condução do movimento sem-terra.

O movimento ele é tocado por pessoas, direções e tal e nem sempre as direções, os dirigentes têm a qualidade para tocar o processo desse tamanho, então, assim, era tocado por pessoas que tinham os seus vícios, suas formas de conduzir o processo que nem todo mundo concordava e aí aonde começa a gerar confusões. O processo político de maneira geral não era bom, as coordenações se perderam pelo caminho e com o tempo ela foi perdendo o respeito da comunidade e hoje perdeu muito mais ainda, olha, é assim, eu sou da direção nacional do MLST, eu aqui, além de eu atender o pessoal do MLST, que conta com 150 famílias, eu atendo famílias do Mário Lago, do MST, que vêm aqui por um ou outro problema, que eles não conseguem resolver, a gente consegue resolver aqui, em Brasília, em São Paulo, a gente acaba ajudando a desenrolar (Assentado Rural, 2012).

No caminho, houve várias perseguições políticas, houve vários problemas de embate, houve vários choques ideológicos, de ideias, que as pessoas gostariam de colocar suas ideias, de discutir, de fazer parte da construção do processo e eles não deixavam, e quando a pessoa começava a querer a discutir alguma coisa que via que não estava dando muito certo, eles já arrumavam um jeito de formar um grupo para expulsar a pessoa do acampamento, aí foi, foi indo, acontecendo isso, a gente vai vendo isso (Assentado Rural, 2012).

O depoimento apresentado corrobora as controversas afirmações de Navarro (1997) sobre as estruturas organizativas estabelecidas pelo MST para os seus acampamentos e projetos de assentamento, ao asseverar que esta é:

(...) exageradamente motivada por uma visão militarizada de estruturação social das novas áreas reformadas, quase nada democrática e pouco tolerante às vontades e histórias familiares dos próprios agricultores. Como resultado, trata-se de uma forma fadada a criar conflitos e dissensões em grande número, impedindo a sólida construção de formas solidárias e de cooperação entre os

assentados – requisito essencial ao sucesso do assentamento. Embora esta forma organizativa centrada no controle social venha produzindo resultados que, ainda assim, são melhores do que se não existisse proposta alguma de organização dos assentados (sendo bastante eficaz, em muitos casos), não parece ter maiores chances de prosperar, tão logo informações difundem-se e os agricultores “enraizam-se” no novo ambiente agrário em que o acesso à terra lhes foi facultado (NAVARRO, 1997, p. 90).

Ainda neste sentido, convém acrescentar que ao mesmo tempo em que o MST vem conseguindo mobilizar um considerável contingente de pessoas que se encontravam vivendo em condições de desagregação social e miséria elevada, em torno da questão agrária, organizando essas famílias em torno de questões coletivas (cidadania, meio ambiente, cultura, política e democracia), problematizando ainda questões relativas à monocultura e o não cumprimento da função social da propriedade (meio ambiente e trabalho) ¹⁴⁹, esse mesmo movimento social, quando da conquista da terra, tem se mostrado um disciplinador autoritário, responsável por assumir atitudes questionáveis sob o olhar de parâmetros, que este mesmo movimento propusera a sua extinção: exclusão, autoritarismo, parcialidade, privilégios, entre outros (SEVERI, 2010).

Não obstante, a principal motivação apontada pelas famílias assentadas e lideranças do movimento encontra-se relacionada à dificuldade do MST em lidar com o surgimento de novas lideranças ainda na fase de acampamento, não as incorporando ao movimento. Neste sentido, podemos considerar que:

(...) a atuação de um movimento social não se desenvolve de forma linear, pode incluir avanços e retrocessos, bem como descontinuidades. O movimento social vai se criando a partir da luta, de encontros e desencontros, de conflitos externos, mas também de conflitos internos ao próprio movimento e à sua base de sustentação (MARQUES, 2006, p. 190).

Contudo, o que teria insuflado o processo de divisão foi uma contradição observada pelas famílias acampadas entre o discurso político libertador e uma prática social opressora. Ainda a respeito desse processo dissidência, os depoimentos nos revelam que não foi um agente externo o motivador da divisão, no caso, o MLST, as famílias se vincularam ao movimento após o processo de divisão.

O principal problema era que a maioria deles não era nem daqui de Ribeirão Preto, nem fazia parte da comunidade, nem tinham uma história com as pessoas que moravam dentro do acampamento e aí vocês começa a expulsar um companheiro, um camarada que tem mais 30 companheiros dele aqui dentro, você expulsa outro que tem mais 50 conhecidos dele e aí você fala pô, espera aí, e aí o pessoal começa a olhar de outro jeito, espera aí, esse pessoal veio pra nos ajudar ou para nos aprisionar, para nos perseguir, para nos

¹⁴⁹ Segundo o Artigo 186 da Constituição Federal de 1988, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I) aproveitamento racional e adequado; II) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

segurar na rédea curta, como é que é isso, como é que é essa revolução e o problema maior é que começaram a ensinar as pessoas a se libertarem da opressão, aí você começa a ensinar como se libertar, você começa a ensinar as pessoas o processo de a pessoa ter uma independência e aí de repente você começa oprimir o cara dentro do acampamento, você ensinou ele como se libertar e aí onde se criou um problema grande, o estopim disso foi um problema quando nós estávamos acampados no Flamboyants (parque), mas eles já vinham me perseguindo há algum tempo, eu não concordo com todas as ideias que eram colocadas e colocava as minhas e discutia em assembleia, 'ia pro pau', para o palanque, discutia, nem tudo o que eles queriam passar conseguiam e a gente conseguia passar as ideias e aí a gente vira um espinho e aí onde começaram a me persegui para me expulsar do acampamento, aí cometeram um erro (Assentado Rural, 2012).

Eu fui criado aqui em Ribeirão, onde eles fizeram o trabalho de base, a maioria das comunidades eu fui criado dentro e quando deu esse choque, ah, tão expulsando o Praxedes, juntou-se um grupo grande de famílias e vieram embora comigo, estamos indo também e aí aonde aconteceu o racha, mas, a princípio, a gente saiu do movimento, estava todo mundo acampado, uma semana depois teve uma reintegração de posse, foi todo mundo para fora da fazenda, vários companheiros foram junto com a gente, no primeiro momento, a gente ficou estudando de que forma a gente ia continuar o trabalho, olha, tem o MLST, tinha um acampamento aqui em Franca, em Restinga, nós fomos para lá, fizemos uma reunião com a direção do movimento, falamos saímos do MST, não queremos ficar mais, temos um grupo de tantas famílias e a gente gostaria de começar a discutir com o movimento e aí começamos a discutir com o pessoal (Assentado Rural, 2012).

Eles cometeram um erro e acho assim, quando começa a surgirem algumas lideranças naturais, aqui surge, todo canto surge, você tem que investir nas lideranças, você tem que desenvolver o trabalho e não você começou a aparecer você já tem que matar que é uma erva daninha, que vai tomar o seu lugar eles tinha uma visão nessa linha. Eu não falo que é o MST que tem essa visão, eu tenho uma boa relação com o MST, participo de reuniões nacionais, com a direção nacional, tem uma boa relação com vários dirigentes nacionais, era mais uma coisa local, porque o movimento é tocado localmente por pessoas, ele tem uma estrutura, tem uma linha política, a direção é feita por uma pessoa, que tem a sua vaidade, que tem os seus erros, que tem os seus problemas e aqui eles cometeram uma série de erros, depois eles pagaram muito caro por isso, porque enfraqueceu demais o MST aqui na Barra, hoje é muito enfraquecido dentro da comunidade, fora ainda tem certo apoio, mas dentro da comunidade se precisar de uma discussão geral com a comunidade, eu acho que eles não conseguem fazer uma discussão nem com 20% do assentamento hoje, discussão franca e com o apoio concreto desse pessoal (Assentado Rural, 2012).

Dessa maneira, torna-se conveniente acrescentar a perspectiva foucaultiana que nos esclarece que as relações de poder não somente devem ser entendidas a partir do exercício da repressão e da negação, o poder é também exercido pela sua positividade, produzindo relações transformadoras, identificando e emancipando as pessoas. O meio social como um todo se encontra repleto desse elemento, praticado em meio a relações desiguais e móveis, processo esse que pode ser considerado essencial para a compreensão dos movimentos sociais, pois estes estabelecem espaços de sociabilidade que não correspondem necessariamente a espaços

democráticos. Dessa maneira, a investigação foucaultiana torna-se indispensável para a compreensão de como as lutas dos movimentos sociais camponeses emancipatórios tendeu a estabelecer as mesmas práticas de dominação contras as quais se insurgiu (SOUZA, 2009a).

A partir dos elementos apresentados constata-se que o território camponês instituído pelo MST na espacialidade da Fazenda da Barra caracterizava-se, sobretudo, como um espaço social alicerçado sobre as relações de poder (SOUZA, 2009a) determinadas pelas lideranças do movimento sobre o conjunto das famílias acampadas, constituindo-se, posteriormente, em uma correlação de forças sociais discordantes (MST *versus* MLST) pelo efetivo controle sobre o território. No momento em que uma força social conseguiu sobrepujar a outra e abarcou o domínio do território, o próximo passo passou a ser reafirmar as distintas territorialidades engendradas pelo movimento social camponês em seu processo de espacialização.

Ainda neste sentido devemos considerar a constituição destes territórios da reforma agrária não como algo anterior ou exterior à sociedade, mas como um:

(...) espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida. Na formulação de Heidegger: “a historicidade de toda humanidade reside em ser enraizado (Heimliche), e ser enraiza - do (Heimliche), é sentir-se em casa (Heimliche) ao ser desenraizado (Unheimliche)” (Heidegger por Carvalho, 1999) (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 42).

Atualmente, ao que tudo indica, as famílias assentadas possuem um coeso relacionamento comunitário, caracterizado por uma mútua ajuda coletiva entre os grupos sociais assentados. Neste sentido, as lideranças do assentamento procuram atuar como um agente mediador dos conflitos comunitários, em uma espacialidade considerada como uma espécie de condomínio rural, substituindo a ausência dos técnicos do INCRA e procurando tomar os devidos cuidados para não serem novamente suplantados pelo processo político, como já ocorrido com os processos de dissidência que deram origem ao assentamento Índio Galdino e a cooperativa Luiza Mahin.

Aqui é muito tranquilo, aqui é uma comunidade como se fosse uma família mesmo, o pessoal procura se ajudar, quando tem problema procura resolver junto, tem as suas brigas, tem hora que tem as suas desavenças, tem hora que o cara começa a ter problema que a galinha pulou no quintal dele, que o porco, o cachorro não sei o que, é um condomínio, na verdade, isso aqui é um condomínio, eu como dirigente, a gente procura estar sempre mediando, fazendo a mediação, promovendo entendimento para não deixar a coisa expandir para a briga, para um negócio pior, eu procuro sempre estar estudando um pouco do papel da liderança também, para ser uma liderança você tem que ter algumas linhas de conduta que você precisa seguir, senão você não consegue, você consegue ser uma liderança durante algum tempo, mas logo o processo te engole, a gente procura estar sempre mediando (Assentado Rural, 2012).

Aqui, no ML, é muito tranquilo, a família está com alguns problema lá, o primeiro lugar que ela vem é aqui, na minha casa, ô Praxedes, eu estou com problema, eu preciso de uma orientação nisso, eu estou com problema com crédito, olha, eu estou com um filho que casou e eu quero ver como faz a parte burocrática, eu dou mais assistência técnica aqui dentro do que os próprios técnicos do INCRA, desde os problemas menores até os maiores (Assentado Rural, 2012).

Mediante os depoimentos apresentados, cabe acrescentar que se torna comum entre os camponeses a expressão “aqui todo mundo se conhece”, onde aqui designa um *habitat*, simultaneamente, um território, que coincide com o local de vida e de trabalho e combina vida doméstica e a vida coletiva (ETGES, 1991). Contudo, ao que tudo indica, o projeto de assentamento Santo Dias não dispõe de uma organização social ou ‘organicidade’ semelhante à observada no assentamento Mário Lago, organizado pelo MST em núcleos de base ou moradia e setores de atividades. Contudo, a coordenação deste projeto assentamento não vem ocorrendo de maneira centralizada, verificando-se a existência de diversos coordenadores, que possuem autonomia, assim como a sua base social, de convocarem assembleias sem a presença de todos os coordenadores a fim de encontrarem soluções para as dúvidas e problemas enfrentados pela comunidade.

Assim como verificado nos projetos de assentamento organizados pelo MST na Região de Ribeirão Preto, PDS - Mário Lago e PDS - Sepé Tiarajú, a escolha das lideranças deste projeto de assentamento tem se pautado em aspectos democráticos, não sendo diretamente indicadas pelas lideranças do movimento, mas ocorrendo através de um processo natural e gradual, pela militância no movimento social camponês e disposição em contribuir para o processo organizativo do projeto de assentamento, para o qual toda a comunidade assentada possui autonomia para auxiliar.

Aqui nós temos vários coordenadores, têm vários coordenadores, o que acontece, vai muito assim do trabalho da pessoa, do destaque dela mesmo e a liderança ela não é nomeada, ela não aparece assim por conta de assim você é uma liderança, não o processo é natural, conforme o trabalho vai sendo feito, a pessoa vai se destacando, vai desenvolvendo um bom trabalho, ela vai despontando, ela vai aparecendo. Aqui no ML, todos tem autonomia para ajudarem no trabalho, quando estou no Ministério Público, todos têm autonomia, reuniões de coordenação, tanto é que, outro dia eu cheguei de viagem, tinha uma assembleia no barracão, pessoal, nós estamos fazendo uma assembleia porque tinha um problema tal, falei gente ‘toca o bambu’, vocês têm que fazer, tem um problema, tem que reunir, não precisa esperar eu chegar (Assentado Rural, 2012).

Agora, de uma maneira geral, a maior parte das coisas, o pessoal prefere fazer assembleia quando eu estou junto, quando tem alguma dúvida que querem tirar, alguma coisa eles procuram, porque eu estou sempre viajando, sempre buscando essas informações, agora, o processo de escolha dessas lideranças não existe, a liderança se apresenta, faz o trabalho, ela aparece, acho que é o processo mais natural que existe (Assentado Rural, 2012).

As famílias assentadas identificam como principais símbolos que representariam e sintetizariam a política nacional de reforma agrária nesta espacialidade a transformação da paisagem agrícola, claramente observada na substituição da monocultura anteriormente existente (produção de cana-de-açúcar) na Fazenda da Barra, pela diversidade agrícola e a produção de alimentos, a transformação de um território de produção, em um território de vida, trabalho e moradia, o que, por sua vez, vem propiciando uma melhoria na qualidade de vida dos grupos sociais beneficiários da reforma agrária, quando comparada as suas condições de existência nas periferias urbanas.

Olha, hoje, a própria transformação do assentamento, quando nós chegamos aqui, isso aqui era um mar de cana, olhava e só via cana, aqui hoje você só de você olhar e você ver, a própria transformação do local já é um símbolo do que a reforma agrária é capaz de fazer, ela pegou uma área que era toda de cana e hoje você tem vários pontos de produção de alimentos, várias pessoas morando num sistema de vida razoável, se você der uma olhada de uma maneira geral 80% aqui, das pessoas que moram aqui estão com a sua vida mais ou menos estabelecida, então, isso é um símbolo do que a reforma agrária é capaz de fazer, nós tiramos gente da favela que hoje tem uma casa boa, tem criação de galinha, tem porco, tem cavalo, tem vaca, então, assim, o cara hoje ele achou o seu lugar e tem uma vida digna, então, assim, o que ficou de símbolo da reforma agrária aqui dentro, que eu penso, foi a transformação disso aqui, uma transformação boa (Assentado Rural, 2012).

Após os processos de dissidência verificados em sua estrutura social que originaram o assentamento Índio Galdino e a cooperativa Luiza Mahin, as lideranças deste assentamento, assim como os dirigentes do movimento, têm procurado manter um consentimento entre as decisões tomadas pelas coordenações e a sua base social, a fim de que não venham a ocorrer demais processos de dissidência. Neste sentido, ainda que organizado em setores (I, II e III), quando se faz necessário tomar uma decisão que irá afetar toda a comunidade assentada é convocada uma assembleia geral do assentamento, da qual todos têm o direito e o dever de participar, formalizando-se as decisões coletivas através da assinatura de um livro ata.

Hoje aqui assim, nós já tivemos problemas em assentamentos no país inteiro, o MST também teve problemas em assentamentos no país inteiro, por, às vezes, tomar decisões sem a participação da comunidade, a direção, ah, eu fui nomeado coordenador e vou tomar decisões e a gente tem que aprender com os erros, o processo que houve no passado ensinou a gente, hoje, nós nos organizamos como setor, só que toda vez que tem uma decisão importante, a gente chama a comunidade inteira, coloca em assembleia, põe em ata e encaminha, todos participam da decisão, porque amanhã ou depois, ninguém vai poder apontar para mim e falar você tomou a decisão sozinho, é o que está acontecendo com o MST aqui dentro hoje, tomou várias decisões sozinho, sem o consentimento da comunidade e hoje está pagando um preço alto aí, com a gente eles não vão ter essa chance, porque tudo o que vamos decidir, vamos decidir em assembleia, todos decidem juntos, eu defendendo a minha posição e cada um defende a sua (Assentado Rural, 2012).

As Comunas da Terra/PDS possuem um desafio a ser superado, especialmente, nos casos em que se localizam próximas a unidades de conservação, que é a sua relação com o meio ambiente, pois as áreas disponíveis próximas aos grandes centros urbanos, não raras às

vezes, constituem áreas de preservação prioritárias, tais como, as áreas de recarga e afloramento de aquíferos, ou lhe são fronteiriças. Neste sentido, objetivando lidar com a questão ambiental, as Comunas da Terra são formalizadas pelo INCRA/SP como PDS's, pois esta modalidade de assentamento pressupõe o compromisso das famílias assentadas com a preservação, especialmente, com relação ao uso de agroquímicos e recuperação dos recursos naturais (GOLDFARB, 2007).

Frente ao compromisso ambiental assumido pelas famílias assentadas, o PDS - Santo Dias encontra-se em uma fase de transição para a produção agroecológica, ainda dentro de um período de carência. Os depoimentos relativos à produção desenvolvida em bases agroecológicas neste projeto de assentamento revelam que a anuência das famílias assentadas a esse modelo de produção ocorreu, em um primeiro momento, a fim de que o assentamento se viabilizasse, para que as terras pertencentes à antiga Fazenda da Barra fossem arrecadadas pelo INCRA para o programa de reforma agrária, provavelmente, não se atentando, à época, para as dificuldades que encontrariam com esse paradigma de produção agrícola, tais como, a dificuldade de aceitação pelo mercado como um produto orgânico, o controle de pragas, a ausência de uma legislação que regule essa atividade, não atingindo, dessa maneira, o consentimento de toda a comunidade assentada e mostrando mais eficaz para esse projeto de assentamento para produção de hortaliças do que para a produção de legumes, que demandam um maior tempo de produção e encontram-se mais propensos a adquirirem pragas das propriedades agrícolas vizinhas a área de assentamento.

No princípio, para sair o assentamento sim, mas nós estamos em um período de transição que nem todo mundo está conseguindo trabalhar nessa linha, então, assim, temos um período de carência, de transição, nós precisamos discutir muito bem isso, porque é o seguinte, eu tenho uns companheiros que fizeram um projeto na Embrapa há poucos dias, tiraram lá oito toneladas de tomate, quando chegou no mercado para vender, perderam a mercadoria, o mercado não aceita, porque ou é orgânico ou não é, essa questão agroecológica é uma coisa muito genérica, não existe nem legislação que regula isso ainda, então, assim, eles produziram o tomate só com duas aplicações de agrotóxico, o tomate deles ficou bonito, grande, só que dá aqueles defeitos, aqueles desenhos do lado, não se forma como um tomate com as aplicações que eles fazem normalmente, então a dificuldade foi na hora de por no mercado, então, assim, hoje, a discussão agroecológica aqui dentro é um negócio que a gente faz, a gente discute, a gente sabe que precisa chegar nisso, só que não é totalmente viável ainda para esses lotes aqui, agora, por exemplo, para quem produz hortaliça, tranquilo, você faz um trabalho mais rápido, não dá tempo de tanta praga, mas para produções de tomate, outras coisas aí que vai uma carga muito grande é quase impossível, então você fica naquela, você consegue discutir com uma parte da comunidade, mas você não tem 100% de adesão ainda, então, no primeiro momento, foi necessário por conta de não sair o assentamento, mas você falar que tem 100%, não tem (Assentado Rural, 2012).

Assim como a produção desenvolvida em bases agroecológica não possui um consentimento da totalidade da comunidade assentada, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado como Ministério Público Estadual (MPE) e com a Superintendência Estadual do INCRA/SP também não atingiu a anuência total das famílias assentadas, revelando-se, no

entendimento dos dirigentes do movimento, em alguns pontos, como, por exemplo, o impedimento da criação de animais de grande porte, como prejudicial aos assentados ao dificultar a reprodução social campesina, questionando ainda as lideranças do assentamento que tal impeditivo foi estabelecido mediante decisões unilaterais (de cima para baixo), sem a participação, discussão e convencimento dos grupos sociais assentados da prática que pode vir a ocasionar desentendimentos familiares e prejuízos ambientais.

Ainda quanto à resistência dos assentados a respeito do impedimento da criação de animais de grande porte (gado) para a obtenção de leite, convém considerar que o campesinato representa basicamente uma constante luta por autonomia. Dessa maneira, a permanência de uma base de recursos controlada torna-se elemento estratégico de manutenção da condição camponesa, senão de sua emancipação (PLOEG, 2008). A gestão que os assentados imprimem ao território dos assentamentos, nos aspectos da sua organização social, sua mobilização e instituições políticas e sua participação econômica, pode redundar em mais ou menos liberdade para essas famílias (SEN, 2000).

O TAC concordaram em algumas partes e em outras não, tanto é que, as partes que a gente não concordava nós tiramos fora, eu acho que, outras questões, na semana passada, eu tive reunião com o promotor, ele dizia que quer discutir a questão da criação de animais aqui dentro de grande porte, que não é viável, eu acho o seguinte, eu acho, quem tem que saber o que é viável no lote, é sujeito que mora aí, que vive dele, então na hora que ele tem que comprar leite na cidade, quem tem que achar que é viável é o morador, agora, nós estamos plantando feno, pasto para tratar dos animais, então, quem tem que achar o que é viável é quem está trabalhando com isso, ah, mas a atividade principal do lote é o gado, não, não é o gado, mas não impede que você tenha, você não pode chegar e falar ‘não pode’ isso aqui, você tem que fazer uma discussão e criar critérios, ô, se você causar problema ambiental, isso aqui, vai de dar problema, se você causar problema com o vizinho, você vai começar a ser responsabilizado, vai ter multa, algumas coisas, agora, tem que criar critérios e não chegar e vetar o processo (...) o TAC, em algumas partes, ele é benéfico para a comunidade e em algumas partes ele é prejudicial (Assentado Rural, 2012).

A partir do depoimento apresentado por Marcos Antônio Praxedes, depreende-se, neste estudo, que os fatores exógenos (a exemplo do Termo de Ajustamento de Conduta, Ministério Público e INCRA) e uma determinada consciência ambiental construída nos movimentos sociais camponeses possuem maior supremacia nas determinações territoriais do território camponês sobre os fatores endógenos analisados (Regimento Interno/MST/MLST):

Todo desenho territorial é uma construção subjetiva, ou seja, depende da ação de um “sujeito” que institui o território. Essa construção subjetiva pode ser exógena, feita a partir de agentes externos, ou pode ser endógena, feita a partir dos agentes locais. Um território é instituído por ação exógena quando seu desenho é definido por elementos de identidade escolhidos por agentes externos ao território, numa relação sujeita a leis de fora. Um território é instituído por ação endógena quando seu desenho é definido por elementos de identidade escolhidos por agentes locais, ou seja, do próprio território, numa relação sujeita as leis de dentro. É o caso das divisões territoriais construídas “de baixo para cima”, de forma participativa. Nesses casos, podemos falar

num processo de auto instituição territorial, onde é a população local o sujeito ativo que desenha o território a partir do reconhecimento de suas identidades (DE PAULA, 2008, s/p.).

O Regimento Interno estabelecido pelo MST para as suas estruturas de acampamentos e projetos de assentamento não é adotado pelo MLST para o assentamento Santo Dias, considerando-o esse conjunto de regras, que objetivam um controle social mínimo, somente necessário para o período de acampamento, em razão do desconhecimento das pessoas que se encontram assentadas, defendendo as lideranças do movimento a autonomia do sujeito assentado após a conclusão do assentamento definitivo e uma suavização das regras estabelecidas durante a fase de acampamento como garantia de manutenção dos dirigentes do assentamento, que se mostram ainda contrários aos processos de expulsão engendrados pelo MST em seus projetos de assentamento e defendendo as garantias judiciais e a legislação vigente no país, que, no seu entendimento, devem sobrepujar esse conjunto de regras estabelecido pelo movimento social camponês.

Foi o período de acampamento, existe uma série de coisas que são colocadas na época de acampamento, olha fulano, você não pode isso, você não pode aquilo, você não pode aquilo outro, no período de acampamento é necessário sim, tá ali amontoadado, se não tiver um mínimo de regras, vira uma tragédia, depois do assentamento, porque eu continuo como liderança, a partir do momento que saiu o assentamento, dentro daquele cercado ali, que é quintal do cara, ele tem que ter autonomia, ele é responsável por aquilo que ele fizer, ah, mas ele brigou com o vizinho, então, vamos tentar discutir e chegar num entendimento, agora, mas se ele brigou vai ter que expulsar ele, não hoje é outro sistema, o cara é assistido pelo Governo Federal, tanto é que, para retirar um sujeito daqui de dentro hoje, tem que ser feito um processo que envolve o Ministério Público, o INCRA, a Justiça, então, assim, o processo é longo, garante todos os direitos de defesa para o sujeito, então, aquele regimento interno que foi criado na época do acampamento, hoje não tem muita validade, porque hoje o regimento interno são as leis vigentes no país, se você infringiu a lei, o INCRA vai ter que utilizar essa lei que você infringiu para te penalizar (Assentado Rural, 2012).

Aquele regimento interno, se você chegar com ele na frente do juiz, ele vai dar risada, espera aí, onde que isso aqui está na lei, se você expulsa um cara daqui, ele vai ao juiz, o juiz põe ele de volta, tem lei, então, assim, eu procuro estudar um pouco essa questão das leis, discutir um pouco e orientar as pessoas, os parâmetros legais aí (Assentado Rural, 2012).

A identidade campesina vem frequentemente à tona nos depoimentos das famílias assentadas associada ao seu passado camponês e sua reterritorialização neste projeto de assentamento mediante a concessão de uso de uma propriedade individual (lote familiar), a prática da diversidade da produção agropecuária (produção de hortaliças, criação de animais de grande porte, piscicultura), a moradia do grupo familiar, cuja subsistência vem ocorrendo através do trabalho humano e não da renda da terra. Neste sentido, o ser camponês está a frente agente político, depositado em um segundo plano. A territorialização desse ‘novo campesinato’ defendido pelo movimento social camponês, além do uso de tecnologia, é

caracterizado pelo legalismo tributário, pela emissão de nota fiscal e recolhimento de impostos por parte dos trabalhadores rurais.

Eu me considero, primeiro que eu vim da roça, eu fui criado na roça, o meu pai trabalhava na oficina como tratorista, desde quando eu me conheço, eu vivia pescando pelas lagoas, correndo dentro dos rios, andando pelo meio do mato, caçando preá, pegando tatu no laço, essas coisas assim. Hoje aqui eu tenho o meu lote, estou começando a produção de horta ali, tenho vaca, tenho cavalo, tenho uma lagoa que eu vou começar a criar peixe agora, esperando começar a chover para encher ela, captação de água de chuva, eu vivo aqui com a minha família, vivo aqui, tiro o meu sustento daqui, estava em cima do trator trabalhando até agora a pouco, além de eu ser um agente político do movimento, o agente político é o segundo trabalho, o primeiro é o camponês, estou produzindo, tenho um talão de nota, esse é o principal, que a maioria das pessoas que têm talão de nota, CNPJ de produtor rural aqui estão no MLST, porque eu orientei todo mundo, levei para a contabilidade, fomos tirando talão de nota de todo mundo, esse pessoal todo emite nota fiscal todo mês, recolhe seus impostos, realmente são produtores rurais, camponeses dessa nova geração (Assentado Rural, 2012) (grifos nossos).

Contrariamente ao observado no PA Horto Bueno de Andrada, que possui uma processualidade histórica de 17 anos de formação, espacialidade onde os assentados referem-se às suas “propriedades” utilizando o termo “sítio”, nos PDS’s implementados na Fazenda da Barra, em razão das carências estruturais enfrentadas, os camponeses assentados tem comumente se referido as suas áreas de produção agrícola utilizado o termo “lote” e neste sentido convém esclarecer que:

Os camponeses, como eles dizem, ao “tomarem posse” de suas terras, passam a “formar” seus sítios. Esta, aliás, é uma palavra extremamente elucidativa, pois significa exatamente “dar forma”, ou seja, trata-se da humanização da natureza através do trabalho camponês. Vale dizer que os camponeses referem-se às suas próprias terras como “sítio” só após o terem formado, isto é, quando se remetem ao período em que as propriedades estavam apenas demarcadas dizem “lote”, entretanto, quando a terra tem seu trabalho incorporado, torna-se sítio. Assim, os cultivos a serem introduzidos na nova terra serão aqueles cuja prática e conhecimento o camponês possui, além, evidentemente, de todos os instrumentos e ferramentas específicas para determinados cultivos (BOMBARDI, 2007, p. 100).

Associada a nova concepção sobre o campesinato postulada pelo movimento social camponês, a democratização do acesso a terra, mesmo que mediante um sistema de concessão e uso, é compreendida pelas famílias assentadas, como um meio de ascensão econômica e melhoria na qualidade de vida dos grupos sociais assentados, não adquiridas anteriormente através do trabalho assalariado despendido nas usinas de cana-de-açúcar da região, assim como pode ser observado no depoimento a seguir:

Para mim é uma coisa boa demais, o meu pai trabalhou a vida inteira em usina como tratorista, morava nas colônias, hoje meu pai está assentado aqui e eu estou assentado aqui do lado, o que ele não conseguiu na vida inteira, eu consegui proporcionar para ele e para os meus filhos, então assim, o

significado é muito grande, eu tenho o meu lugar, eu tenho o meu lugarzinho, é muito bom isso aqui (Assentado Rural, 2012).

As famílias assentadas e lideranças do assentamento têm se posicionado criticamente sobre os processos de venda/negociação das benfeitorias realizadas pelos grupos sociais assentados nos lotes da reforma agrária, prática essa autorizada pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo e mais notadamente sobre o fenômeno de arrendamento dos lotes familiares para o setor sucroalcooleiro, fenômeno que se intensificou na Região de Ribeirão Preto, especialmente, após a publicação da Portaria ITESP 77/2004, que, juridicamente, legalizou essa atividade, promovendo uma desregulação fundiária no Estado de São Paulo e facilitando a inserção do capital agroindustrial sobre os territórios da reforma agrária, asseverando que o modelo de assentamento ambientalmente diferenciado, expresso de sigla PDS, estabelece mecanismos impeditivos para essa prática, defendendo o estabelecimento não de parcerias externas com o capital agroindustrial, mas internas, entre os grupos familiares e sob a observância da comunidade assentada, a fim de que se evitem relações de extorsão/exploração¹⁵⁰.

Eu sou um dos sérios críticos da questão do repasse das terras que o governo do estado faz para outras pessoas, o órgão do estado de São Paulo, o ITESP, do governo do estado, ele tem uma portaria que permite a venda das benfeitorias, que permite a negociação do lote e eu sou uma das pessoas que mais critica isso e tem um processo muito complicado agora que é a questão do assentamento Bela Vista do Chibata aqui em Araraquara, que é a questão do arrendamento para a cana, eu acho que se permitir isso para um local, está permitindo para o estado e para país inteiro e eu acho que é uma coisa que não deve acontecer, eu acho que o PDS ele engessa essa questão da comercialização e do arrendamento, agora eu defendo que sejam feitas parcerias no assentamento, por exemplo, esse vizinho está passando por dificuldades e o de lá está querendo desenvolver um projeto, ele tem condição de fazer aqui e lá, então eles podem fazer uma parceria e desenvolverem juntos, não o arrendamento, parcerias, não com pessoas de fora do assentamento, com gente de dentro da própria comunidade, porque vai ficar assistido pela comunidade, se tiver algum tipo de extorsão, a própria comunidade vai começar a discutir isso (Assentado Rural, 2012).

As lideranças do assentamento têm questionado os critérios utilizados pelos organismos estatais para o repasse dos lotes familiares (benfeitorias), entendendo que nesse processo deveriam ser privilegiados os grupos sociais assentados, como, por exemplo, filhos de assentados que se uniram em união matrimonial, isto é, pessoas que vivenciaram todo o processo de luta e não pessoas externas e alheias ao processo de conquista do assentamento, privilegiadas pelo seu poder econômico. A partir desta perspectiva, o critério político, no entendimento dos dirigentes, deveria se sobressair sobre o critério meramente econômico.

¹⁵⁰ O *Estatuto da Terra* (Lei nº. 4.504 de 30/11/1964) define que “Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para a cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha, isolada ou cumulativa, dos seguintes riscos” (BRASIL, 1964).

No entanto, para além dos elementos apresentados, a fala de Praxedes revela mesmo que timidamente também sua preocupação com a questão geracional neste projeto de assentamento, pois o campesinato sabe que dificilmente mais que duas unidades econômicas conseguem desenvolver sua reprodução social em uma pequena propriedade agrícola. A partir dessa problemática, emerge uma indagação com relação às Comunas da Terra, pois em se tratando de áreas exíguas, ainda que existindo áreas de produção coletivas, poderão coexistir duas unidades econômicas em um mesmo lote familiar, como ocorre com o campesinato tradicional, quando da emancipação dos filhos. Esse é um dos principais questionamentos que permanecem com relação ao futuro das Comunas da Terra (GOLDFARB, 2007).

É a mesma coisa do repasse de lote, alguma pessoa quer desistir aqui do lote, quer ir embora, a discussão nossa é que seja feita essa discussão interna, existem filhos de assentados que se casaram, que estão aí desde o início do processo, que se faça uma discussão interna, faça a assembleia da comunidade, para conhecer o que é aqui, exige ter passado pelo processo que a gente passou, porque se permite um cara sair lá da cidade e vir para cá só porque ele tem mais grana que o outro aí está acabando com a reforma agrária desse país, aí você começa a vender tudo, monopolizar tudo de novo (Assentado Rural, 2012).

Com relação à transferência do lote familiar questionada por Praxedes, a Norma de Execução 93/2010 estabelece, quanto à transferência *inter vivos* da posse ou dos direitos do imóvel rural, que esta somente será permitida com o consentimento do INCRA e quando, cumulativamente, atender aos seguintes requisitos: I) a unidade familiar houver quitado integralmente o valor de seu débito para com o outorgante relativo aos créditos reembolsáveis, concedidos para fins de reforma agrária; II) após transcorridos dez anos da data da emissão do contrato de concessão de direito real de uso; III) estiver em dia com o pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) e IV) a unidade familiar tenha sido liberada das cláusulas resolutivas do documento (MDA; INCRA, 2010).

O processo de assentamento das 464 famílias assentadas na Fazenda da Barra em lotes familiares de aproximadamente 1,5 hectares, discutido exaustivamente ao longo de cerca de sessenta dias entre os movimentos sociais camponeses, o INCRA/SP e o Ministério Público Estadual, não se constituiu em consentimento dos grupos sociais assentados e dos dirigentes dos movimentos sociais camponeses envolvidos no processo de luta pela sua conquista do assentamento, mas em uma opção ou na falta de alternativa, pois a proposta colocada na mesa de discussão pelo INCRA para assentar 230 famílias, em lotes de 3 hectares, considerada ideal para a reprodução camponesa, implicaria em um processo de despejo de cerca de 50% das famílias da área ocupada¹⁵¹.

¹⁵¹ Em abril de 2008, foram finalizadas as negociações entre o MLST e o INCRA, conseguindo o movimento assentar na Fazenda da Barra 160 famílias, que receberam um lote individual de 11.400 m² destinado à moradia e mais 20.000 m² na área coletiva. As famílias que o movimento não conseguiu assentar no local, cerca de 30, foram deslocadas para assentamentos localizados em Uberlândia e Veríssimo (MG) e ainda continuam vinculadas a este movimento social. Parte dessas famílias desejava desenvolver a pecuária no local e outras ansiavam serem assentadas próximas ao riacho, a fim de cultivarem pimenta-do-reino, o que não havia mais possibilidade em ambos os casos e concordaram deslocar-se até Uberlândia, onde o assentamento justamente surgiu em uma área de pastagem e Veríssimo, onde o assentamento encontra-se localizado às margens do rio da Prata. Apesar da posse coletiva da terra, as famílias possuem a liberdade de produzirem individualmente em seus

(...) eu sou assentada, é difícil pra qualquer um, os sonhos das famílias de 2003, que entraram nessa fazenda, eles foram se perdendo. Na realidade, as famílias, hoje, elas estão lutando por esse pedaço, tão concordando com esse pedaço porque cansaram de lutar na questão de cinco anos, de quase seis anos dentro dessa luta e ver os seus sonhos cada dia mais se perdendo, então elas estão aceitando, mas as próprias famílias colocam que não tem como sobreviver em um pedaço de chão, para se alimentar e para sobreviver mesmo da terra. O sonho, como diz do sem-terra, é sobreviver da onde que está não simplesmente fazer uma chacinha aqui e ir pra cidade trabalhar, que é o que mais acontece nessa situação (...). Eu lutei cinco anos, eu lutei seis anos, agora eu vou sair daqui, eu não posso sair daqui, eu tenho que aceitar a reforma que está vindo (...) (Assentada Rural, 2014).

O número de famílias não foi assim uma concordância, foi uma opção, foi feito acho que quase uns sessenta dias de debate sobre isso ou mais, existiam 464 famílias na época, acho que era, para serem assentadas, aqui, o projeto era para 3 hectares, individual, cada família, dava para assentar só 230 e aí, nós jogamos na mesa e falamos e aí, nós vamos para o sorteio, vamos pegar uns companheiros valorosos de luta que queimou a cabeça de baixo da lona e jogar na rua, devolver para a favela, ou a gente divide o pão e assenta todo mundo, então, esse foi um debate franco que a gente teve com todo mundo e assim, então, as pessoas entenderam que ninguém deveria ficar fora do processo, então vamos exigir igual para todo mundo, essa foi uma decisão coletiva (Assentado Rural, 2012).

No entanto, frente a esse discurso político de acolhimento de todos os grupos sociais acampados, outros relatos orais nos revelam que alguns grupos familiares tiveram que deixar a área de assentamento, sendo excluídos do processo de seleção, ao utilizar o movimento social camponês não critérios técnicos para selecionar as famílias que seriam assentadas, mas um critério notadamente político: militância no movimento e permanência no processo de luta, assim como nos revela o depoimento a seguir:

Primeiro, não deixar ninguém de fora, não podia, nem tinha como, o cara sofreu, mudou pra lá, levou porrete de polícia, fez segurança a noite inteira, correu, ficou doente ali de baixo e na última hora fica de fora, a gente não topou isso, com exceção de alguns, teve alguns que eu avisava sempre nas reuniões, gente, olha, vocês morem no acampamento, fiquem aí, porque quando chegar a mesa de seleção, os que vão ser assentados vão ser os que estão morando de baixo da lona, no meio, tinha alguns espertinhos, tinha um barraquinho, aparecia de vez em quando, chegou na última hora, quis entrar e a comunidade não deixou, a comunidade falou não, péra aí, nós estamos aqui, vocês não estão, como é que faz, e a gente avisou várias vezes, então, teve três ou quatro pessoas aqui no Santo Dias que ficou de fora por conta disso, porque não morava aqui, não ficava aqui, vinha de vezes em quando, tinha um barraco, a própria comunidade decidiu que não entraria, porque realmente não participou do processo de luta como deveria (Assentado Rural, 2012).

lotes. Com uma área equivalente a duas quadras, é pequena a perspectiva que as famílias se dediquem ao cultivo de hortaliças e pomares, além de cultivos de subsistência. O movimento ocupou uma área de 450 hectares do total de 1700 hectares da Fazenda da Barra.

Agora quanto à propositura da área de preservação ambiental ser estabelecida em 35%, questionam as famílias assentadas e dirigentes do movimento camponês que sobre essa questão não tiveram muito espaço para diálogo, sob risco da área não ser desapropriada e o processo de assentamento não ser implementado, que envolvia ainda um alto custo financeiro por família a ser assentada, sendo que o próprio envolvimento/engajamento do Ministério Público do Meio Ambiente neste conflito agrário encontrava-se condicionado a questão ambiental, sobrepujada sobre a reprodução social das famílias assentadas.

Agora na questão dos 35% de área de preservação ambiental e tal, foi uma coisa que a gente não tinha muita opção para discutir, ou a gente acatava daquele jeito para criar o PDS, para sair o assentamento, porque o problema nosso não era na desapropriação, o problema nosso era no custo individual de cada família para ser assentada, o teto que o governo poderia gastar e o passivo ambiental que tinha aqui era muito grande, então, o Meio Ambiente (Promotor), ele topou entrar nesse jogo se fizesse nessa forma e a gente não tinha outra forma de fazer (...) (Assentado Rural, 2012).

No entanto, no decorrer das discussões, as famílias conseguiram atingir uma modificação na forma de utilização da área de preservação ambiental, com 20% permanecendo intacta e com 15% podendo ser remanejada. Ainda sobre essa questão, questionam os dirigentes do movimento que a decisão de implementar as áreas de Reserva Legal fora do lote familiar pode vir a gerar uma falta de interesse das famílias assentadas, dificultando a sua concretização.

A questão das áreas ambientais não teve muita opção, o que a gente conseguiu quebrar muito nessa discussão foi a forma de utilizar essas áreas, 20% é área fechada, Reserva Legal, que não se mexe e 15% ela pode ser remanejada, onde a gente conseguiu fazer uma discussão, mas, na época, eu não quis entrar muito nesse debate, porque o assentamento estava saindo e se entrasse muito nesse debate, tinha perigo de não sair o assentamento, mas eu sabia que isso iria dar um problema futuro, isso no futuro vai ter que rediscutir, isso vai gerar um problema constante no futuro, para sair daqui do lote para tocar uma outra área em outro canto, não é todo mundo que consegue, então é um problema que vai ter no futuro, nós não vamos debater isso agora, vamos deixar mais para frente, mas vai gerar um problema no futuro, mas isso não foi porque a gente queria, ou era assim, ou não era, a gente conquistava um espaço numa parte e perdia em outra, foi sempre assim, meio que na negociação (Assentado Rural, 2012).

Futuramente, será indispensável na avaliação do processo de desenvolvimento desses projetos de assentamento analisar se esse compromisso ambiental assumido pelas famílias assentadas, especialmente, o relativo ao reflorestamento da área do assentamento, em razão das dificuldades de viabilização econômica, não acabará por se tornar mais um fator de bloqueio para a reprodução social das famílias, comprometimentos que somente serão viáveis, caso exista outras formas de compensação do ônus por estes assentados assumido (GOLDFARB, 2007).

(...) Será necessário avaliar esse ônus dentro de uma relação de custo/benefício no longo prazo. Isto é, podemos dizer que hoje ter que reflorestar com árvores

nativas uma quantidade x de hectares representa um custo. No entanto, os benefícios que esse reflorestamento poderá trazer no futuro são inúmeros. Preservação do solo, recuperação de nascentes, sombreamento para criação de animais e obtenção de alimento e renda através do cultivo de espécies alimentícias utilizando-se de Sistemas Agroflorestais. Outro elemento relevante na discussão é o fato de que, produtos orgânicos possuem um preço mais elevado no mercado, o que pode beneficiar as famílias das Comunas da Terra. Porém, é difícil a inserção desses produtos no mercado, dado o custo alto exigido pelas certificadoras de produtos orgânicos. Por isso, a venda direta ao consumidor baseada numa relação de confiança entre o comprador e o assentado tem-se mostrado uma das alternativas mais interessantes até o momento (GOLDFARB, 2007, pp. 35-36).

As famílias assentadas e dirigentes do movimento apontam como perspectiva futura para essa espacialidade que esta irá se consolidar como um projeto de assentamento e não como uma vila rural, podendo se afirmar como um paradigma de assentamento para outros projetos implementados no país, o que, por sua vez, encontra-se condicionado a continuidade da política de reforma agrária desenvolvida pelo governo federal (especialmente, a relativa à comercialização dos produtos), mesmo frente ao processo de especulação imobiliária exercido na região, que tem elevado o valor da terra e implementado condomínios urbanos nos arredores da Fazenda da Barra, transformando esta espacialidade em misto de rural e urbano, que também vem se caracterizado como um local de simples moradia para as futuras gerações dos grupos sociais assentados.

Olha, se a continuidade da política do governo federal for dentro da linha que a gente está trabalhando hoje, que a gente está ajudando construir, aqui vai se consolidar um assentamento dos melhores do país, mas no meio desse caminho a pressão imobiliária vai ser muito grande, aquela área da fazenda lá em cima, aquela que já foi colhida a cana lá em cima, que você está vendo lá, foi vendida para o Banco Bradesco para fazer loteamento, já tem uma negociação do lado de trás da fazenda, a gente está sendo cercado por condomínios, isso aqui vai ser um negócio meio estranho para o futuro, uma área onde as pessoas vivem e produzem e tem uma coisa que eu vejo no futuro aqui, ela vai ter uma característica mesclada de rural-urbano, porque assim eu vou te dar um exemplo, o meu vizinho aqui o Peixoto ele trouxe as duas filhas para morarem com ele, casadas, você vai falar que não, aí fez uma casadinha para uma filha aqui e tá fazendo uma casinha para uma filha ali, como você vai falar que não, o objetivo disso aqui é a produção familiar, da agricultura familiar, ter a família junto ali e tal, no futuro os meus filhos vão casar, também vou querer que eles morem aqui comigo (Assentado Rural, 2012).

Então assim, eu vejo que no futuro isso aqui vai mudar um pouco a característica, vai se manter rural, mas vai mudar um pouco a característica, é uma coisa assim que eu não consigo ver uma solução para isso, como é que você deixa o seu filho, meu filho você não pode morar aqui comigo, porque não é só aqui, em todo canto está tendo, como é que nós vamos encarar esta transformação, de que jeito, a discussão é como fazer isso mantendo a característica do por quê disso aqui (Assentado Rural, 2012).

Uma outra coisa que me preocupa é daqui dez anos, que critério que o governo vai usar para titular essas pessoas, existe uma proposta forte dentro do governo de emancipação dos assentamentos mais velhos, que critério, o critério do

estado de São Paulo que permite a venda do lote, no Boa Sorte (assentamento) nós estamos tendo uma série de problemas, tem um cara que comprou para construir um haras, outro comprou já construiu uma pista daquele negócio de cavalo, de vaquejada e tal, um outro comprou e fez lá um mega de um estábulo lá, com estrutura de leite e tal, mas o cara já veio da cidade com recursos suficientes para entrar e o que está do lado, participou da luta, que está lá até hoje pelejando com toco de eucalipto, então esse é um debate que a gente vai começar a fazer, porque eu não gostaria que isso viesse para cá, a gente queria ficar aqui tranquilo, manter a característica disso aqui, apesar que se a política que o governo está desenvolvendo hoje, de comercialização de alimentos, se essa atividade continuar avançando igual está sendo feita, isso aqui vai ser uma mina de ouro por causa da produção de alimentos, eu tenho a cabeça cheia de dúvidas para o futuro, agora não, o futuro é uma coisa que deixa a gente meio preocupado, quando eu penso nisso o que me chateia, se acontecer esse tipo de coisa, toda essa luta que nós fizemos, cara eu passei 40 dias preso por conta disso aqui, senão essa terra não tinha saído nunca, nós ocupamos o Congresso Nacional em 2006, com cerca de cinco, seis mil pessoas lá, passei lá na penitenciária 40 dias, mas quando a gente saiu que viemos embora, na última reunião nossa com o Ministro Márcio Tomás Bastos e com o Lula, assinou o decreto de desapropriação, saiu a terra por conta dessas lutas que nós fizemos, eu acho ruim, com essa comunidade que eu trabalho aqui do Santo Dias, eu tenho mais segurança na área de produção, porque hoje está produzindo bem, tem todo um trabalho, mas nós temos dúvidas com as futuras gerações, será que eles vão ter o mesmo vínculo com isso aqui, o mesmo respeito com isso aqui que a gente tem hoje (Assentado Rural, 2012).

O trecho de entrevista apresentado acima revela questionamentos, preocupações e dúvidas das famílias e lideranças assentadas quanto ao futuro deste projeto de assentamento, asseverando que o futuro desta espacialidade encontra-se também condicionado à proposta de emancipação dos projetos assentamentos de reforma agrária com vinte anos de implantação ou mais especificamente de que maneira ocorrerá o processo de titulação da terra, sendo ainda que, neste emaranhado de dúvidas, vem frequentemente à tona entre as famílias assentadas a indagação de como ocorrerá o relacionamento das futuras gerações com o território conquistado (pertencimento ou renúncia).

4.5. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Índio Galdino

No Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Santo Dias, assim como observado nos demais projetos de assentamento espacializados na antiga Fazenda da Barra, o campesinato vem se constituindo na alternância da convivência entre o espaço rural, o urbano e um novo rural, constituindo a sua identidade na vivência de elementos tipicamente rurais e urbanos, ao ser novamente desterritorializado do espaço urbano no início do novo milênio, em um processo similar ao ocorrido com a ‘modernização conservadora da agricultura’ das décadas de 60 e 70, em razão do avanço da tecnologia, que novamente o expulso do meio urbano, lançando-o para o cerne dos movimentos sociais camponeses e, posteriormente, para o campo, em um processo que poderíamos esquematizar da seguir maneira: territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

Eu fui nascido mesmo na roça, passei eu mesmo com parteira e tudo, vivi até os 22 anos, trabalhava na roça mesmo aí eu vim, trabalhei por 15 anos na área de segurança, depósito de material de construção, serviço de produção e depois entrei na área de segurança, só que por causa da escolaridade, o próprio mercado foi me excluindo, por fim eu não consegui mais emprego, porque escolaridade hoje é essencial para tudo, quando a parte, vamos dizer, a entrar a informática essas coisas aí, para mim era muito difícil, eu consegui sobreviver por alguns anos, porque sou meio teimoso, mais foi bem difícil e por fim eu me sentia muito excluído, mesmo num local que por a gente ser nascido e criado na roça, a gente tem uma certa persistência e com isso acabava sobressaindo em algumas coisas no serviço, mas é bem complicado a escolaridade hoje (Assentado Rural, 2012) ¹⁵².

Além da alternância da vivência entre elementos urbanos e rurais, o campesinato territorializado neste projeto de assentamento rural tem também a sua identidade constituída como um grupo social minoritário frente aos demais projetos de assentamento territorializados na Fazenda da Barra e pela passagem por dois grandes movimentos sociais camponeses, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MLST), mas, especialmente, essa identidade vem sendo forjada pelo enfrentamento político com ambos os movimentos sociais camponeses (que chegaram inclusive a reivindicar a sua saída da área de assentamento), e com o INCRA, a fim de serem reconhecidos como um movimento social autônomo e como um projeto de assentamento independente, sendo imprescindível neste processo de luta política, o indispensável apoio da Igreja Católica ¹⁵³.

Hoje a gente está aqui já, vai fazer dez anos, comecei no Mário Lago, como todo movimento começou no Mário Lago, mais chegou um tempo que a gente não concordava muito com algumas ideias deles e aí a gente ajudou a criar o MLST, que acabou se tornando uma cópia do Mário Lago em termos de luta e aí a gente já era separado aqui geograficamente, a gente já era separado, porque só tem um pedacinho que liga o MST aqui, o ML é lá do outro lado, então também geograficamente a gente está separado e aí a gente resolveu que iríamos separar deles, separamos, tivemos grandes dificuldades para sermos reconhecidos aqui dentro, por causa de dois movimentos contra a gente, aqui era uma área que era reserva ambiental, certo, mas como foi desmatado há 26 anos, essa reserva poderia ser dizimada dentro do assentamento em várias

¹⁵² Entrevista concedida pelo Sr. Edison Moraes Freitas, 47 anos, liderança de possui o ensino fundamental incompleto e exerceu as seguintes profissões antes de ser assentado: trabalhador rural, segurança (depósito de material de construção), ficando desempregado.

¹⁵³ No decorrer da fase de acampamento/assentamento, além do movimento sem-terra torna-se possível observar a presença de organizações e instituições, que, segundo seu grau de envolvimento no processo, são consideradas pelas famílias acampadas significantes ou não no percurso deste período (SOUZA; BERGAMASCO, 2006).

Em agosto de 2007, os dirigentes locais do MST, co-organizadores da Romaria Estadual da Terra (um evento ecumênico organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) cujo principal objetivo é sensibilizar a sociedade acerca da questão agrária brasileira) vetaram a participação das 200 famílias pertencentes ao MLST e as 48 do assentamento Índio Galdino no evento que contou com a participação dos bispos Dom Maurício Grotto de Camargo, da CPT, e Dom Joviano de Lima Júnior, arcebispo de Ribeirão Preto. As famílias foram excluídas do trajeto final da romaria, que ocorreu dentro do assentamento Mário Lago. As lideranças locais do MST alegaram à época que a proibição foi uma medida cautelar, a fim de se evitar possíveis agressões entre os três movimentos sociais.

pequenas áreas e os grandes movimentos não queriam isso, queriam que a gente saísse, então foi uma luta bem grande para a gente conseguir, grande parte da nossa conquista foi a Igreja Católica que nos apoiou, através desse bispo que faleceu agora D. Joviano, que nos apoiou aqui, depois disso mudou um pouco a linguagem do INCRA, mais conseguimos, estamos aqui, Índio Galdino, desde abril de 2007 (Assentado Rural, 2012).

Ainda a respeito do envolvimento de setores progressistas da Igreja Católica com os movimentos sociais camponeses, com a questão agrária e a reforma agrária (a exemplo de D. Joviano de Lima Júnior que, em 1999, apoia a ocupação da Fazenda Bocaina, em Matão) podemos considerar que, para a instituição, a utopia camponesa de afirmação de um modo de vida que tem o uso como valor, negando o mercado como fundamento primeiro das relações sociais, estaria próximo ao seu ideal de comunidade cristã católica (MARQUES, 2006).

Frente aos entraves encontrados para a sua reprodução social (dimensão do lote familiar e ausência de um sistema de irrigação), também neste projeto de assentamento, assim como observado nos demais assentamentos do PDS – Fazenda da Barra, o campesinato tem procurando complementar a sua renda agrícola mediante serviços temporários assalariados realizados no espaço urbano, principalmente, no ramo da construção civil e, especialmente, durante o período de estiagem, pois o reconhecimento de sua identidade neste projeto de assentamento não implica necessariamente na negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se encontrar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por esta classe social adotada frente às distintas situações e que podem conduzir a sua descaracterização e/ou à sua reprodução enquanto classe social.

Eu acho que não só aqui, como em todos os movimentos da Barra, não tem tanto compromisso com a reforma agrária e isso deixa a gente muito triste, porque eu lutei muito para isso aqui, para que acontecesse a reforma agrária, se você pegar a ata da mesa de seleção, eu falei que eu queria que fosse uma coisa diferente e infelizmente a gente não conseguiu isso, certo, grande parte do pessoal trabalha na cidade, mas eu posso dizer não somente do índio Galdino, certo, por ser muito próximo da cidade e grande parte do pessoal é ligado à construção civil e a construção civil está em alta igual tá, e a gente tem uma área muito pequena, e sem água para trabalhar, eu acho que é problema de toda a área da Barra, sem área de irrigação numa área desse tamanho é praticamente impossível você sobreviver, porque você viver de cultura plantada há época das águas, você vai tirar 100 sacas de milho num lote desse, 100 sacos de milho hoje a 30 reais, você vai tirar 6 mil reais, você vai tratar de uma família, ou arroz, feijão que seja, você não vai passar de 5 mil anual, então eu não posso também culpar o pessoal que trabalha na cidade por não ficar aqui, mas têm muita gente que luta como eu, certo, eu tenho uma parte com o pessoal, nós temos, acabamos de desenvolver uma área de tomate, um projeto da Embrapa (Assentado Rural, 2012).

Diante das dificuldades infraestruturais encontradas, o campesinato neste projeto de assentamento é caracterizado pela luta e persistência em sobreviver somente da renda agrícola extraída do trabalho da terra, sendo que, neste constante processo de luta pela subsistência, as famílias camponesas que conseguiram atingir algum destaque econômico frente a outras famílias assentadas, a exemplo das moradias que também neste caso permanecem inacabadas,

possuíam algum bem ou capital anterior acumulado em sua passagem pelo espaço urbano e que foi aplicado no lote familiar.

Então eu acho que o camponês está por aí, em algumas pessoas que lutam, mas lutam assim, passando muitas dificuldades pelas condições que o INCRA nos deixou até hoje, aquela reportagem que eu te falei agora pouco sobre a Folha de São Paulo, você vê a minha casa, não é uma casa das piores, certo, mas só que eu tinha uma casa do lado de uma favela, onde eu não queria criar os meus filhos, uma casinha num lote 5 x 25 e eu vendi essa casa, com o dinheiro do INCRA, juntando eu fiz essa casa, certo, e aí colocou-se na internet lá na Folha, que eu vendia a minha casa na cidade e turbinei a minha casa aqui no assentamento, eu acho que não é bem por aí né, isso para a gente que está à frente de um movimento pega mal né (Assentado Rural, 2012).

Por fim, a territorialização do campesinato neste projeto de assentamento rural pode ser ainda caracterizada pela busca de tranquilidade no espaço rural e/ou fuga da violência observada no espaço urbano, pela implementação de sistemas consorciados, a exemplo dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) e, em alguns casos, pela subsistência do grupo familiar adquirida somente através da renda agrícola extraída do trabalho da terra, assim como pode ser observado no depoimento a seguir:

Eu vim de uma cidade pequena para tentar a vida aqui, eu fiquei praticamente uns 13 anos para fazer essa casa, porque ganhava salário de vigilante que era mil reais, construindo família com quatro filhos pequenos, então, quando eu acabei de fazer a casa eu vendi ela, porque a criminalidade foi crescendo tanto, que os caras, escurecia, o cara ia fumar droga na porta da minha casa, como que você vai criar família dessa maneira quem foi criado na roça como eu fui, então, aonde aconteceu, mas voltando, eu vivo daqui, eu posso te dizer que eu vivo daqui, nós temos documentado todas as soluções que nós fazemos, não aqui, mas das áreas próximas, até a área de reserva, a área de SAF que eles falam, você pode trabalhar, mas você tem que plantar árvore, nós temos plantado nessas áreas aonde tem água mais fácil, se chegar o meio ambiente e falar não é para trabalhar mais, eu sou obrigado a fazer com os outros também, porque a água que eles nos deu, hoje, o Índio Galdino, nós temos encanamento de água, conseguimos distribuir água com cano de PVC, enquanto os outros estão tentando com mangueira preta, nós temos o PVC, mas só que é água para beber, não é água para irrigação, hoje, o poço de lá o pessoal começou a usar numas quatro, cinco hortinhas lá, faltou água, então não adianta você querer dizer que essa água dá para você trabalhar (Assentado Rural, 2012).

O sistema de consorciamento implementado neste projeto de assentamento através dos SAFs (assim como nos demais projetos territorializados no interior da Fazenda da Barra), expressa a diversidade do campesinato, tornando também evidente que a produção camponesa não é somente familiar no sentido da utilização de força de trabalho familiar (o que acarreta transformações no decorrer do ciclo de desenvolvimento, como indicava Chayanov, 1974), mas também que o campesinato produz consoante as necessidades dos diversos membros da família, o que implica não somente em diversas espécies de consorciamento, mas também diversas alocações de partes da terra disponível. O perfil da família e suas necessidades são um dos principais fatores em torno dos quais se organiza a lógica produtiva do campesinato (WOORTMANN, 2009).

Dessa maneira, o lote familiar não é concebido pelo camponês como uma unidade uniforme, mas sendo organizado pelo trabalho familiar em espaços diferenciados, nos quais a diversidade e a disponibilidade de solos, com situações diversas quanto à inclinação do terreno e a disponibilidade de água, constituem fatores significativos. Tais espaços e as atividades nestes desenvolvidas articulam-se entre si, engendrando uma espécie de modelo insumo-produto, no qual cada espaço-atividade produz insumos para outros espaços-atividades (WOORTMANN, 2009).

O senso de liberdade e democracia, que emerge da consulta popular, é apontado pelas famílias assentadas e pelos dirigentes do assentamento como a principal diferencialidade sócio-espacial entre o movimento/assentamento Índio Galdino e os demais movimentos sociais camponeses territorializados na Fazenda da Barra, caracterizados, no seu entendimento, pela rígida imposição de regras, pela tutela sobre as famílias assentadas e pelos processos de expulsão, em uma similar consonância com uma ditadura.

Liberdade, certo, aqui nós não ditamos regras, o que o público decidi, nós fazemos, fazemos reunião, chamamos, quer que faz assim, vamos fazer, eu acho que nós somos diferentes nesse sentido, saímos do MST justamente por não concordar com as rédeas que eles colocam nos assentados, até concordo que tem que ter alguma mais, mas tinha muitas que nós não concordamos, vamos te dizer, o TAC que foi assinado aqui, era opcional, você assinava se quisesse, que era um Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público do Meio Ambiente, foi colocado em assembleia que quem não assinasse ia ser expulso, é um exemplo de uma ditadura que nós não vivemos mais e em cima disso teve vários outros acontecimentos, pessoas que lutaram como eles e estão com a gente hoje aqui, eu que trouxe para cá, porque eu não achei justo, lutou com eles do começo ao fim, destruiu camionete buscando alimentação para eles, destruiu moto de andar, trabalhando na direção com eles, quando eles quiseram expulsar algumas famílias, porque se separaram deles, que foram para o MLST, essa pessoa deu a voz contra, que não era para expulsar, eles expulsaram o cara, se você for contar o idealismo deles, eles te expulsam, eu acho que a gente não vive isso mais, a ditadura já passou já tem algum tempo, eu acho que a pessoa tem que ter liberdade ainda mais num local aonde a gente sonha, almeja tanto para sobreviver, eu sempre sonhei ter um pedacinho de terra, nós estamos praticamente dentro da cidade e temos um sossego aqui que nunca mexeram em nada, e de repente você vê uma ditadura (Assentado Rural, 2012).

No entanto, os depoimentos coletados em campo também nos revelam que as lideranças desse assentamento, quando do momento da seleção das famílias a serem assentadas, realizaram processos de expulsão similares aos processos de exclusão engendrados pelo MST em seus projetos de assentamento, assim como pode ser observado no depoimento a seguir:

Aqui quando foi para ser assentado, nós fizemos uma mesa de seleção, negociamos com o INCRA, aquelas pessoas que não cabiam, vamos de dizer, na linha da sociedade que vamos de dizer, nós não concordamos, eles assentaram todo mundo, porque se o cara não tiver um atestado de antecedência, nós não queremos aqui um cara que não tem uma boa convivência, um cara que vive ameaçando os outros, o cara que é usuário de droga, porque aqui nós tínhamos isso e nós negociamos a saída dessas famílias

daqui, e hoje nós temos aqui uma comunidade, vamos te dizer, não temos pessoas traficantes, não temos ladrão, aqui nós não podemos contar com polícia, infelizmente é uma realidade, você chama a polícia, se for a noite eles não vêm, eles vão vir no outro dia de manhã, o cara tá roubando agora, você chama, né (Assentado Rural, 2012).

A divisão ocorrida na estrutura social dos PDS - Santo Dias, em 2007, e que, por sua vez, deu origem ao PDS – Índio Galdino é esclarecida pelas famílias assentadas e dirigentes do assentamento pela continuidade por parte do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MLST) do modelo de organização e controle social estabelecido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para os seus projetos de assentamento, considerado pelas lideranças desse assentamento como extremamente repressor das famílias assentadas, ao não garantir o livre desenvolvimento individual, que devem se enquadrar nas regras estabelecidas para a coletividade do assentamento. Contudo, ao que tudo indica, atualmente, os quatro movimentos sociais territorializados na Fazenda da Barra vem mantendo um amigável relacionamento social e político. Em razão de se constituir em um agrupamento minoritário (44 famílias) nesta espacialidade, o PDS – Índio Galdino vem se configurando como um elemento de coesão social entre os movimentos sociais camponeses.

Foi mais pela direção mesmo, eles estavam com a mesma ideia do MST na verdade, saiu para fazer uma mudança e acabou caindo no mesmo marasmo, mas nós temos uma boa convivência, acho que por nós sermos um grupo com 44 famílias e o MST com 268, o ML com cento e pouco, então, por nós sermos pequeno, eu acho que nós não incomodamos eles, então, nós temos uma boa convivência com todos, e já temos um menor também dentro do MLST, que foi dissidência do MLST também, já fizemos algumas reuniões, inclusive veio o pessoal do MST aqui, do ML, juntou todos os movimentos aqui, coisa que se fez no MST, não consegue, se fizer no MLST, não consegue e nós conseguimos trazer todos aqui, com o INCRA, com o Ministério Público, a gente tem conseguido fazer e reunir, temos uma boa convivência com todos (Assentado Rural, 2012).

O depoimento apresentado revela contradições quanto ao principal princípio estabelecido pelo MLST como diferenciação frente aos demais movimentos sociais camponeses:

O MLST tem como marca de diferenciação com os outros movimentos sociais, a democracia. Admite a pluralidade de ideias e opiniões no seu interior, mas baseia-se na prevalência da vontade da maioria, respeitando os direitos democráticos das posições minoritárias. Esse critério é aplicado em todas as suas instâncias (MLST, 2008).

Ao que tudo indica, as famílias camponesas vem mantendo um coeso relacionamento comunitário neste projeto de assentamento, expresso através da implementação de um sistema cooperativista nesta espacialidade, mediante a criação da “Associação Rural de Agricultores Independentes Índio Galdino”, a mais antiga cooperativa criada na Fazenda da Barra, desenvolvendo ainda em conjunto os programas do governo federal e mobilizando-se para

enfrentarem as carências infraestruturais, especialmente, as relativas à distribuição de água dos poços artesianos perfurados pelo INCRA¹⁵⁴.

Olha, vamos te dizer que temos uma boa convivência, temos uma associação, aonde trabalhamos com alguns programas do governo, vivemos bem sim, lógico que por eu estar a frente daqui desde 2007, quando começou o Índio Galdino, eu já era coordenador do MLST, então, a gente já tem algumas divergências, porque desgasta, porque ninguém gosta de ouvir um não e eu que tenho que falar, eu falo não também, não vou falar sim para o errado, o que é certo é certo, o que é errado é errado, não existem dois caminhos para certo e para o errado, então, a gente acaba criando alguns espinhos pelo caminho aí, mas nenhuma inimizade, a pessoa fica chateada com a gente, a gente até sabe que ficou chateada, agora nós conseguimos mobilizar para por água na rua aí, quinhentos reais por família, para por os canos na rua, enquanto eles não conseguiram, a nossa associação (Associação Rural de Agricultores Independentes Índio Galdino) é a mais velha aqui de dentro da Barra, que foi criada aqui dentro (Assentado Rural, 2012).

Os regimes de mutirão, assim como a troca pura e simples de dias de trabalho entre os assentados, elementos também observados entre as famílias assentadas podem ser compreendidas como práticas tradicionais camponesas de mútua ajuda, utilizadas a fim de suprirem, em determinados momentos, a força de trabalho familiar. Tal processo tende a surgir em razão de os camponeses não disporem de rendimentos monetários suficientes para contratarem trabalhadores assalariados (OLIVEIRA, 2001b).

Contudo, quanto à relação entre as famílias assentas e os dirigentes do assentamento, as lideranças desse movimento independente vêm enfrentando divergências internas, sentindo-se um tanto desgastadas em razão dos longos anos a frente do assentamento.

Sempre coloco à disposição para a mudança, sempre coloquei, temos, por exemplo, uma pessoa aqui critica muito, mas nunca está afim de ajudar, não sei se vocês conhecem, Juarez Diogo, do PT, é uma pessoa que é um opositor muito forte aqui dentro, mas forte que eu digo assim, no sentido assim, de crítica, que ele é muito conhecido na política, mas nunca conseguiu ajudar em nada, já deixamos algumas vezes na mão dele para fazer algumas coisas e não consegue desenvolver (Assentado Rural, 2012).

A adesão das famílias assentadas neste projeto de assentamento ao sistema cooperativista não é realizada de maneira compulsória, estando livres para ingressarem em outras cooperativas existentes no PDS - Fazenda da Barra, dirigidas pelos demais movimentos sociais. Contudo, o depoimento apresentado a seguir revela ainda que o assentamento/movimento sente uma carência no sentido do surgimento de novas lideranças para este projeto de assentamento.

¹⁵⁴ Nas experiências de policultura, o acesso aos recursos hídricos ou a implementação de sistemas de irrigação constituem pré-requisitos para essa experiência de produção. A utilização das poucas áreas férteis junto aos rios e o assentamento de pessoas com vasta experiência anterior no manejo da terra são os elementos mais significativos que explicam essa interessante diversidade na produção destes assentamentos (FERRANTE *et al.*, 2006).

Olha, vamos te dizer que tem alguma coisa, mas não muita, eu acho que ainda está dentro do aceitável, de 40, hoje, eu tenho oito família que não é assentada de 44, que não é associada, se a família não for associada aqui, pode ser associada em outra associação, pode ser de outro movimento, pode trabalhar com programa do governo aqui ou em outro lugar e aqui eu acho que está dentro de um nível aceitável ainda, porque eu já falei que ninguém quer abraçar essa bronca que eu abraço, porque eu vivo para isso aqui, inclusive na última eleição que teve, eu coloquei na mesa, se alguém quiser assumir, que assuma, ninguém quis (Assentado Rural, 2012).

O processo de escolha das lideranças ou recondução ao cargo de dirigente tem se pautado neste projeto de assentamento em um modelo similar ao engendrado pelo MST para a eleição de seus dirigentes, ocorrendo através de um processo público (assembleia) e mediante o voto direto, notando-se, contudo, na percepção dos dirigentes, certa aceitação e/ou comodismos na renovação das lideranças deste projeto de assentamento, assim como pode ser observado no depoimento a seguir.

Através de eleição, a gente faz uma assembleia e coloca em votação, e eu coloquei assim, porque eu já estava querendo até mesmo sair, porque eu acho que você vai ficando muito, você tem que dar a chance para outros também, só que ninguém quer abraçar, não sei se por comodismo, ou porque está satisfeito, pode ser por comodismo também, mas, infelizmente, porque isso não é bom para mim, porque você perde muito tempo do que você poderia estar trabalhando, vamos falar que você tem uma média de uma ou duas reuniões que você perde por semana, quando não é Ministério Público, é INCRA, IBS, e você tem que estar lá, então, eu deixo de trabalhar para mim, para poder estar correndo atrás de coisas dos outros, não só reunião, mas também documentação da associação para fazer os projetos, fazer uma nota hoje para a Conab, por exemplo, do PAA, não é fácil, você tem um monte de documento que você precisa juntar e aí você depende de conselho, ou de Prefeitura, ou da entidade que você tem que ficar correndo atrás, um exemplo claro, eu estou com uma nota que está aí desde o dia 11 (novembro de 2012) para a entidade e ela não me trás para eu poder mandar para a Conab para fazer pagamento, os produtores entregaram, quem recebe essa cobrança sou eu, amanhã eu vou ter que me deslocar daqui e ir lá em Miguelópolis atrás disso, eu tenho o meu carrinho velho que está desmontando aí de tanto correr atrás e isso eu não tenho nenhuma remuneração, porque a arrecadação que associação tem não cobre os custos (Assentado Rural, 2012).

A simbologia identificada pelas famílias assentadas e considerada como inerente às transformações oriundas da implementação da reforma agrária na Fazenda da Barra referem-se à transformação de uma espacialidade, onde anteriormente somente havia a produção de uma monocultura (cana-de-açúcar) e impactos ambientes decorrentes dessa atividade, em um espaço de moradia, convivência comunitária, produção agrícola diversificada e subsistência dos grupos familiares assentados mediante a renda agrícola extraída do trabalho da terra.

A reforma agrária, bom, é como eu te falei, têm algumas famílias que eu acho que cumprem o estatuto da reforma agrária, mas tem parte delas que não, mas só que isso não, eu sou contra todas essas famílias que não cumprem, eu acho que a reforma agrária você tem que morar, produzir e você tem que tirar a alimentação daqui, eu acho que é um dos programas do governo mais

completo, no sentido que ele te dá moradia, trabalho, alimentação, nenhum outro te proporciona isso e eu faço por onde conseguir isso aí, têm muita gente que não, não só aqui no Índio Galdino, volto a repetir, isso a Fazenda da Barra toda é perto disso e parte dessa culpa vêm do INCRA, porque as mesas de seleções, se andasse pelo Estatuto da Terra, não teria essa quantidade de pessoas urbanas dentro da reforma agrária, mas, infelizmente, eles deixam que as pessoas podem ter a permanência ou não, enquanto teria que ser, você teria que olhar o passado dessa pessoa, se a pessoa realmente necessita daquilo, por aí e eles colocam na mesa de seleção, eu, na mesa de seleção, as pessoas que eu achava que não cabia dentro do, foram todas descartadas, mas essas pessoas já tinham um convívio aqui dentro do acampamento, aí você coloca em votação numa assembleia, o povo vota a favor de todo mundo, o povo não quer se indispor com ninguém, eu acho que teria que ter uma pessoa que tivesse um olho como a gente tinha para poder selecionar essas famílias, eu convivo aqui dentro desde de 2003 e conheço todas as famílias assim, bem de convivência mesmo assim, eu sei quem é quem, o INCRA chegou com duas pessoas lá de São Paulo e coloca aí, sabe, sem entrevista (Assentado Rural, 2012).

O PDS – Índio Galdino possui um modelo de organização social semelhante ao paradigma engendrado pelo MST em seus projetos de assentamentos rurais, organizando também as famílias assentadas em três núcleos de base ou moradia: José Sebastião da Silva, Dona Joanilda e Aristenes, mas não tão complexa como a verificada no PDS – Mário, dispondo somente do setor de educação. Nesta forma de organização social, distinguindo-se do MST, que nomeia os núcleos de moradia com nomes de personalidades que se envolveram em questões sociais e políticas, os núcleos de base deste projeto de assentamento são intitulados, em uma espécie de homenagem, com nomes de assentados já falecidos.

Eu acho que os movimentos sociais, pelo MST ser o primeiro, então quase todos os movimentos surgiram do MST, então, segue um pouco, têm algumas características (Assentado Rural, 2012).

São três núcleos, esse que nós estamos é o José Sebastião da Silva, tem o da Dona Joanilda e tem o do Aristenes, esses dois primeiros são em homenagem a pessoas que eram daqui e faleceram antes de serem assentadas, a gente colocou o nome em homenagem a essas pessoas, inclusive o José Sebastião era coordenador junto com a gente, andava correndo atrás de ser por 10 anos em acampamentos, dois meses antes do governo assinar o decreto de desapropriação da área ele faleceu, deixou duas crianças, uma de seis e outra com oito anos, então, a gente achou que ele merecia a homenagem e a Dona Joanilda, esposa de um senhor também que tá na luta com a gente aí já há alguns anos também, estava na luta (Assentado Rural, 2012).

Não, só os núcleos. Educação, nós temos, por exemplo, mais duas, três pessoas que correm junto com a gente, quando um não pode, outro vai, porque é pequeno, então, acaba sobrando mais para mim mesmo, mas quando eu não posso o outro vai (Assentado Rural, 2012).

A assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) enfrentou resistência neste projeto de assentamento, conseguindo as famílias assentadas retirarem do compromisso uma multa estabelecida em cinco mil reais para cada infração cometida, considerada abusiva

frente às condições de subsistência dos grupos familiares assentados, assentados que foram em 1,5 hectares. Quanto ao compromisso estabelecido no termo de somente produzirem alimentos orgânicos, sem o uso de quaisquer tipos agrotóxicos (herbicidas e inseticidas), consideram os dirigentes do assentamento, que este compromisso torna-se quase praticamente impossível de se atingir, apresentando-se como mais razoável para o local a produção de produtos agroecológicos, sobretudo, em razão de a propriedade ser circundada por plantações de cana-de-açúcar, o que ocasiona uma alta incidência de pragas na área de assentamento e o demandaria também a cumplicidade e/ou anuência de todas as 462 famílias assentadas na Fazenda da Barra em não utilizarem agrotóxicos.

Algumas partes sim, outras não, resistimos bastante na assinatura dele, porque não concordamos com algumas coisas que estão lá, vamos te dizer, inclusive foi mudado uma parte, uma multa de cinco mil reais para cada, vamos dizer, cada coisa que fizesse contra ele aqui, estava lá, isso para uma família que vive num hectare e meio é muito pesado, certo, vamos te dizer, orgânico dentro da Fazenda da Barra é praticamente impossível produzir, porque num local que em volta é tudo cana, aonde não é cana é cidade, se aplica veneno em volta de tudo, as pragas que tem, isso não é ideia minha não, isso é ideia de um técnico do INCRA que me falou disso e eu concordo com ele em parte, as pragas vão vir tudo para cá, nesse plantio de tomate que a gente plantou ali, ele saiu vamos te dizer agroecológico, porque enquanto em uma aplicação tradicional, plantio de tomate tradicional, você chega a fazer até 60 aplicações de veneno, nós fizemos duas, mas nós perdemos 50% da lavoura, então, é um exemplo claro que é difícil você produzir o orgânico aqui, a gente pode produzir até o agroecológico com o mínimo possível, mas o orgânico eu acho que agente não consegue produzir, até porque o vizinho não vai conseguir fazer, tem que ter uma cumplicidade de todos para fazer isso e não se consegue em 468 famílias uma unidade (Assentado Rural, 2012).

Assim como o modelo de organização social estabelecido pelo MST para os seus projetos de assentamento foi implementado neste projeto de assentamento, o PDS – Índio Galdino também adotou um sistema de controle social (Regimento Interno) similar ao engendrado no PDS – Mário Lago, considerado, porém, pelas famílias camponesas assentadas e dirigentes do assentamento como mais complacente, afirmando-se, por exemplo, a liberdade de expressão, contudo, os depoimentos nos revelam que também neste projeto de assentamento as lideranças chegaram a expulsar pessoas, consideradas não adequadas para o convívio familiar, ainda no decorrer da fase de acampamento.

(...) Eu fui criado nessa criação que é o regimento, porque (...) meu pai sempre nos ensinou a educar, a ter educação, saber conversar com os outro, conversar pouco, mas o certo, em vez de conversar coisa errada, conversar pouco, mas o certo (...) nós até hoje não têm uma falta ainda até agora (...) nós estamos sendo um espelho do assentamento (...) nós nunca demos problema aqui no assentamento (...) (Assentado Rural, 2014).

Tem, mas bem ameno. Olha, aqui, por exemplo, a pessoa é livre para opinar, é uma das diferenças, mas mantemos, por exemplo, a pessoa que não tem uma boa convivência dentro do assentamento, que provoca algum dano e afeta a todas as famílias, essa pessoa não é bem-vinda no meio de nós. Chegamos no início (expulsar), quando era ainda antes de ser assentado, expulsamos

algumas famílias inclusive com problemas, o cara, por exemplo, queria ser assentado a força e chegou a por arma na minha cara, se não fosse assentado, me dava um tiro, aí mobilizou as pessoas e pôs o barraco dele para fora, mostrou para ele que não é ele quem manda, ele é uma pessoa que é bem difícil o convívio, depois ficamos sabendo que ele foi chefe de tráfico em favela, era uma pessoa que era bem difícil, ele não atirou não sei porquê, um cara com esse passado, então, é uma das pessoas que chegou aqui, fez um barraco e foi embora, só iria ficar aqui depois de assentado, não é bem por aí né, todo mundo está debaixo da lona lutando, depois da luta estar feita o cara quer ficar aqui dentro, dois exemplos aí (Assentado Rural, 2012).

Neste contexto de disputa política engendrada contra o capital agroindustrial, a identidade camponesa dos grupos sociais assentados neste assentamento não se alicerça somente no apelo à sua origem social dominante, mas, sobretudo, pelo projeto político e social que se defende. Nesse contexto, a luta pela terra não se restringe a uma luta pelo acesso a um meio de produção, mas adquirir um sentido multidimensional, sendo, especialmente, percebida como uma luta em defesa da reprodução da vida e da morada da vida. Neste sentido, a utopia camponesa é reinventada e o assentamento para a ser concebido como um território de vida (MARQUES, 2006).

Ainda neste projeto de assentamento, a identidade subjetiva camponesa, frequentemente permeada pela concepção que os assentados possuem da terra como sensu de vida, comumente, apresenta-se nas falas das famílias assentadas associada ao resgate memorial de seu passado rural, tendo o território solapado das amarras do capital agroindustrial, essencialmente, como um meio de reprodução social campesina, assim como pode ser observado nos depoimentos a seguir:

Minha razão de viver, o meu pedaço de terra é a minha razão de viver, é bem por aí (chorou) (Assentado Rural, 2012).

Eu me considero, porque minha origem é rural, eu acho que é bem por aí, ser rural, a origem rural já é o início de ser camponês, por eu depender disso aqui para eu poder viver, porque eu não tenho estudo para eu conseguir sobressair lá fora, eu acho que já é também e eu dou a minha vida por isso aqui, certo, eu vivo por isso aqui e dou a minha vida por isso aqui, se resume a isso (Assentado Rural, 2012).

O processo de (re) construção identitária das famílias assentadas nestes projetos de assentamento ocorreu, sobretudo, mediante seu engajamento no movimento social camponês (MST e MLST), uma identidade que a princípio foi forjada por atributos, essencialmente, depreciativos. Neste contexto, tornar-se um sem-terra significava suportar, além da pobreza material, os insultos com os quais seriam denominados. No entanto, no longo processo de luta política travada contra o capital agroindustrial (agronegócio sucroalcooleiro) e contra a difusão pelos meios de comunicação de uma identidade deteriorada, as famílias conquistaram, para além da terra, uma identidade camponesa, assumindo ainda uma identidade sem-terra (FREITAS, 2008b).

Apesar de terem sido mobilizados e organizados por movimentos sociais camponeses ou movimentos sócio-territoriais (FERNANDES, 2001), essas famílias camponesas gozam de uma relativa autonomia frente a essas agências de mediação, que lhes

conferiram uma nova identidade, reconhecendo-se enquanto trabalhadores rurais sem-terra e não necessariamente enquanto, MST, MLST, Índio Galdino, Luiza Mahin ou qualquer outra denominação institucional.

A modalidade de assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) implementada pela Superintendência Estadual do INCRA/SP nesta espacialidade rural tem contribuído para o processo de reterritorialização das famílias camponesas assentadas, fixando-as no território conquistado, ao estabelecer compulsoriamente a posse coletiva da área de assentamento em nome da autarquia estatal, não se observando, em toda a extensão do PDS - Fazenda da Barra, o recorrente fenômeno de arrendamento e/ou venda dos lotes familiares da reforma agrária para o setor sucroalcooleiro ou para a construção civil registrado na Região de Ribeirão Preto. Contudo, assim como observado em outros depoimentos coletados no PDS – Fazenda da Barra, questionam também as lideranças desse projeto de assentamento o grande número de famílias (462) assentadas pelo INCRA/SP (462), o que, por sua vez, reduziu consideravelmente a área de produção agrícola dos lotes familiares para 1,5 hectares, asseverando que seria mais razoável para esse projeto o assentamento de somente 230 famílias em lotes de 3,0 hectares.

O depoimento apresentado a seguir revela ainda que, frente às dimensões reduzidas dos lotes familiares e diante da escassez de água para a produção agrícola, as famílias têm utilizado irregularmente as áreas de preservação ambiental (Reserva Legal), destinada a implantação dos SAFs para a produção agrícola, em razão de existir neste local a disponibilidade de água para irrigação.

Ajudou a ser assentada (famílias), mas eu vejo que, eu acho que se tivesse melhor selecionado as famílias como eu falei antes, se tivesse colocado menos famílias, porque esse assentamento era para ser colocado 230 famílias e tivesse dado mais terras para as famílias, porque você sabe que o desenvolvimento sustentável entra no orgânico, entra no não colocar defensivo, não colocar adubo nas plantas, ou colocar o mínimo possível e você sabe que a produção é bem menos do que a convencional, e numa área desse tamanho, é praticamente impossível uma pessoa sobreviver só daqui, porque aquilo que eu te falei, eu sobrevivo daqui porque eu trabalho numa de SAF ainda, se eles restringirem essa área de SAF para a retirada de água ou alguma coisa, eu não tenho condições de sobreviver daqui com a minha família, porque o meu lote mesmo eu quase não planto aqui porque não tem água, crio galinha, no momento o que eu estou criando são umas galinhas aí que me dão uma rendinha, que não depende tanto de água (Assentado Rural, 2012).

Ao que tudo indica, em razão de se constituir em um grupo minoritário dentro da Fazenda da Barra frente aos demais movimentos sociais territorializados nesta espacialidade (MST e MLST), as famílias e dirigentes do PDS – Índio Galdino não tiveram força política para influenciarem e/ou determinarem esse modelo de assentamento (o número de famílias a serem assentadas e as dimensões que teriam os módulos rurais), afirmando, em tom de acusação que, em razão de se constituir em um grupo maior e mais antigo, o MST tomou essas decisões, de forma unilateral, junto ao INCRA. Ainda acerca do processo de assentamento, esclarecem as lideranças desse assentamento que tanto o MST, como o MLST levaram para a Fazenda da Barra quatro ou cinco acampamentos (Salete Strozake, Terra Sem-Males e Antonio Gramsci), além de pessoas mobilizadas nas periferias urbanas da região,

quando a propriedade já se encontrava superlotada, em uma espécie de disputa em torno de quem assentaria mais famílias.

(...) Nós viemos do Salete Strozake pra cá (...) lá a gente foi despejado mesmo da área lá (...) a ação de despejo foi muito bruta assim, porque a polícia já chegou dando um prazo de minutos para a gente sair dali (...) a gente tinha criança, eu estava com o Vitor ali, ele era recém-nascido, ele tinha dias, ele não tinha meses, quer dizer, uma situação muito difícil àquela hora ali, sem saber para onde você vai (...), seis horas da manhã que a gente já acordou com a polícia na portaria, que já era para serem despejadas as famílias, monte de polícia lá, dava duas polícia para cada pessoa lá (...) uma companheira na frente do filho dela, Cida era o nome dela (...) xingando a mãe de todo nome baixo mesmo e a criança chorava e dizia não fala isso para a minha mãe (...) com o seu Baltazar, chegou a fazê-lo deitar no chão, aponto a arma na cabeça dele, xingou ele, algemou, foi muito bruta mesmo (...) ficamos lá no Marinheirão (ginásio de esportes), horrível também (...) e a polícia lá fora, se você sai-se lá de dentro para ir na padaria a polícia seguia, se você ia no mercado, a polícia seguia, tudo o que você ia fazer lá a polícia seguia (...) do Marinheirão a gente foi despejado também, como se a gente quisesse ficar lá, a gente não queria ficar lá (...) a gente saiu de lá, deu um prazo de duas horas para a gente sair de lá e a gente foi despejado novamente de lá e aí jogou a gente num lixão do lado de baixo do Marinheirão, onde só tinha capim e entulho mesmo e de lá a gente veio para o Mário Lago (...) (Assentada Rural, 2014¹⁵⁵).

Isso de início, nós não opinamos nisso, em algumas coisas aqui, o MST, por ser o mais antigo que ditou as regras, depois entrou o MLST também, que era um pouco maior, opinaram, o MLST queria metade da fazenda e o MST queria tudo para ele, e ficaram numa disputa para ver quem colocava mais famílias, e nessa disputa eles trouxeram, eu acho que quatro ou cinco acampamentos para dentro, fora as pessoas que vinham e se instalavam aqui também, com isso teve esse número de famílias que depois não tinha para onde levar, aí o MST decidiu para não tirar as famílias na época, não foi opinião nossa, que se dividisse essas áreas, decidiu com o INCRA, entre as famílias que estavam dentro da fazenda e aonde se deu esse tamanho de área por família, isso não foi uma decisão das famílias, isso foi uma decisão MST – INCRA, não sei se o MLST teve participação nessa decisão, vou ser sincero para você, saiu muito pouca gente, saiu aqueles que não participavam de nada mesmo, aqui nós tínhamos 55 famílias cadastradas no começo, quando saiu o cadastro e dessas 55 famílias, 11 na hora de fechar ali não quiseram esses lotes, foram devolvidos, se transformou em reserva, área comunitária, foi devolvido 11 lotes na época, eu poderia ter segurado esses lotes se eu quisesse e ter posto mais famílias depois, como o MST fez, o ML deve ter, na hora de fechar, não fechou aquela quantidade de famílias que eles tinham cadastradas, mas eles seguraram os lotes e hoje ainda tem lote ainda, tem lote aberto, agora o nosso não, porque eu fechei nas famílias que tinham, uma parte formou a reserva, outras áreas acho que foi até lá para cima, área que era para ser reserva se transformou em lote, você vê o tanto que foi difícil para nós aqui, que essa área nossa foi medida cinco vezes, eles mediam e a hora que chegava

¹⁵⁵ Entrevista concedida pela Sra. Maria Aparecida Barros Santos (Dona Cida), assentada, 43 anos, possui e ensino fundamental incompleto, trabalhou como doméstica antes de ser assentada.

no final, o MST não concordava, eles vinham e mediam novamente (Assentado Rural, 2012).

O depoimento transcrito acima esclarece ainda que os lotes familiares que não foram ocupados (cerca de 11), tornando-se ociosos neste projeto de assentamento foram devolvidos ao INCRA, transformando-se em áreas de preservação ambiental ou áreas coletivas, o que não teria ocorrido nos assentamentos organizados pelo MST e MLST. Quanto à área de preservação ambiental (Reserva Legal), que também reduziu consideravelmente a área de produção agrícola, a grande maioria das famílias assentadas entende que neste projeto de assentamento dever-se-ia cumprir somente a percentagem estabelecida em lei, os 20% determinados pelo Código Floresta de 1964, mais uma determinação que não conseguiram influenciar a época, sobretudo, em razão do número exorbitante de famílias assentadas e que acrescida às dimensões reduzidas dos lotes familiares, também neste projeto de assentamento lança as famílias assentadas para o trabalho assalariado no espaço urbano, desfigurando dessa maneira a política de reforma agrária.

Grande parte das famílias nossa aqui acha que deveria cumprir a lei (20%), mas infelizmente como eu disse, lá em cima tem um pessoal que e aqui somos uma palavra muito pequenininha para opinar sobre isso, nós não tínhamos voz ativa para conseguir mudar a opinião de lá. A lei é 20%, porque daria uma área maior para as famílias trabalharem, o que te adianta, vamos te dizer, dá 35% e dar um lote com um hectare e meio por família e as famílias por não terem condições vai trabalhar na cidade e onde ficou a história da reforma agrária, se você não tem condições de sobreviver da terra, é bem por aí (Assentado Rural, 2012).

A fala do Sr. Edison revela, além da discordância das famílias assentadas quanto à área de preservação ambiental, o trabalho acessório dispendido pelo campesinato fora do lote, a fim de complementar a sua renda familiar e, neste sentido, convém considera que o campesinato ao se engajar em trabalho fora da sua unidade de produção, mantendo-se ligado a terra em regime de trabalho ‘part time’, está gradualmente se despojando dos laços que o ligam a terra e aos seus meios de produção, podendo-se afirmar que se trata de uma forma de expropriação lenta, inicialmente, dos meios de produção e posteriormente da expropriação completa com a venda da terra (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Contudo, frente a esse contexto caracterizado por carências infraestruturas, especialmente, as relativas à captação e distribuição de água para a produção agrícola, o trabalho camponês dispendido fora do lote familiar pode também ser compreendido como a flexibilidade com a qual os camponeses se ajustam a novas condições e formas de reprodução social. Nesse caso em específico, a flexibilidade ocorre mediante a combinação do trabalho familiar (assentamento) e assalariado (meio urbano).

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que

o contrário, como se pode observar em inúmeras situações (SHANIN, 2008, p. 28).

Mesmo frente a toda essa problemática enfrentada, as famílias assentadas e dirigentes do assentamento vislumbram como perspectiva futura que esta espacialidade irá se consolidar de fato futuramente como um projeto de assentamento de reforma agrária, o que, contudo, no seu entendimento, encontram-se, sobretudo, condicionado a uma melhoria da sua infraestrutura básica, de inteira responsabilidade da Superintendência Estadual do INCRA/SP, que vem apresentando aos assentados um plano de recuperação para esse projeto de assentamento, desconexo com a modalidade de assentamento ambientalmente diferenciado (PDS), tratada como um projeto de assentamento convencional (PA).

Se acontecer isso, vai ser muito decepcionante, porque a luta do Índio Galdino com as pessoas que estão aqui desde o início é pela reforma agrária, para que seja vigorada a reforma agrária, a gente só espera que o INCRA dê condições para que a gente execute a reforma agrária, eu acho que é bem por aí, eu espero que aconteça isso, que se torne um assentamento de verdade, eles estão entrando com um projeto de reestruturação na Fazenda da Barra, não sei se você está informado, PDA, eles estão fazendo um estudo, eles estão entrando agora, fez uma primeira reunião agora para dar uma esplanada no que é o PDA para a gente, então, eles estão entrando com um estudo para ver que caminho tomar, porque até mesmo eles eu acho que estão vendo que o caminho que eles tentaram direcionar não vai se vigorar, eu acho que eles vão ter que dar uma mudada nisso aí, eles estão tentando primeiro o estudo para poder ver em cima desse estudo que eles vão fazer o projeto (Assentado Rural, 2012).

Primeiro lugar é o estudo mesmo do que vai ser, vão fazer uma pesquisa família por família, eu acho que vai sair, porque cada família pensa de um jeito, então, eu acho que vai ser difícil eles formalizarem um projeto em cima de opinião individual, eu acho que, se eles falassem assim, nós vamos pegar as famílias que trabalham, que estão trabalhando nos lotes e vamos formalizar um projeto para todos em cima dessas famílias que vivem da reforma agrária, eu acho que aí iria no caso, pegar um todo, daqui há pouco vão querer asfalto, vão querer luz (estrada), vão querer tudo aqui dentro, que tem gente que pensa que mora aqui, mas pensa que mora na cidade, como se estivesse na cidade, cobra-se iluminação nas ruas, eu não sou a favor, eu vim aqui para morar na roça, na terra, no barro, eu não gosto disso aí, se você põe num local igual nós estamos aqui, se você ilumina as ruas, vai ser um tal de circular marginal, porque ainda tem aqui muito a fama dos sem-terra, a marginalidade tem uma certa intimidação com isso, então, aonde não circula muita tranqueira aqui dentro ainda, mas se iluminar as ruas, está no claro aí, e até mesmo para fazer caminho de um bairro no outro, do lado de lá dessa mata tem um bairro, aqui tem outro e para o bandido é muito mais fácil circular num lugar ermo igual aqui, do que pela pista lá (Assentado Rural, 2012).

O depoimento apresentado acima revela ainda uma preocupação dos dirigentes do assentamento sobre a implementação do plano de recuperação do assentamento pelo INCRA/SP, vislumbrando que se atendidas às demandas dos grupos familiares que não possuem um vínculo com a terra, o projeto de assentamento pode vir a se tornar uma espécie de vila rural, com a implementação de toda a infraestrutura inerente ao espaço urbano.

4.6. A Cooperativa Luiza Mahin

A Cooperativa Luiza Mahin configura-se essencialmente como a mais nova dissidência surgida do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MLST) no interior da Fazenda da Barra. Em razão deste processo de dissensão ter ocorrido no ano de 2009, momento em que o INCRA já havia demarcado e distribuído às áreas de assentamento para os três movimentos sociais camponeses (MST, MLST e Índio Galdino), as cerca de 60 famílias que constituem esse agrupamento, cuja liderança já foi exercida por um grupo de três mulheres, não possuem uma espacialidade definida, encontrando-se distribuídas pelo interior do PDS - Santo Dias, podendo ainda ser definida como um território dentro do território, definido por Souza (2001) não somente pelas relações de poder (Raffestin, 1993), mas também por relações simbólicas da cultura, em que grupos sociais possuem maior liberdade para viverem ou imporem a sua identidade.

Além das idas e vindas entre o espaço rural e urbano no decorrer da fase de acampamento e pré-assentamento, entre o trabalho agrícola familiar despendido no PDS – Fazenda da Barra, o trabalho assalariado realizado no meio urbano e o trabalho assalariado contratado pelo próprio INCRA/SP, as famílias pertencentes a essa cooperativa, que, atualmente, são lideradas por um pastor evangélico, tiveram a sua identidade constituída pela passagem por dois movimentos sociais camponeses, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MLST), constituindo-se, dessa maneira, na dissidência da dissidência, assim como o PDS – Índio Galdino, no interior da antiga Fazenda da Barra.

Aqui tinha esse assentamento em 2006, aí em 2005, eu entrei e sai, aí eu voltei em 2006, eu acho que foi isso mesmo 2006, e daí, quando invadiu a fazenda, eu estava aí, no MST, estava ali no setor cinco ali descendo, aí eu sai, porque não deu certo lá que os caras barraram nós para entra aqui, tinha que dar a volta lá do outro lado, era uma briga de turma aí, então, eu precisei parar de trabalhar, aí eu tive que continuar trabalhando na cidade, eu deixei aqui, aí a maneira que eu encontrei para vir para cá, foi um trator que eu comprei na época, eu tinha moto, eu tinha as coisas, eu trabalhava com venda, aí eu desisti da coisa, porque paga muito juro e estava quebrado, aí eu comprei esse trator e comecei a trabalhar aqui, fazia serviços de hora máquina aí para o INCRA, demorava um ano para receber, mas a gente continuou lutando aí, morava naquele barraco ali, é esse de madeira aí, aí eu tinha uma chácara que era minha e dos meus irmãos, aí nesse tempo agora saiu, meu pai faleceu na época e agora saiu o inventário, nós vendemos lá e eu consegui comprar esse caminhãozinho e a camionete aí, e estamos lutando aí, plantando milho, plantando verdura, ali é a parte dos canteiros, aonde têm aquelas bananas aí, já tem muda plantada de árvore para reflorestar (Assentado Rural, 2012) ¹⁵⁶.

No interior desse movimento dissidente, frente à ausência de uma formação política e, consequentemente, de referenciais teóricos e de um discurso ideológico, assim como observado nos PDS's Mário Lago, Santo Dias e Índio Galdino, as famílias cooperadas não se reconhecem como típicos trabalhadores camponeses e/ou como uma classe social que possui

¹⁵⁶ Entrevista concedida por Marcelo Cabeluco Combulo, 43 anos, liderança que possui o ensino fundamental incompleto e exerceu as seguintes profissões antes de ser assentado: serralheiro (soldador) e venda de terras.

uma identidade que lhe é peculiar, mas como agricultores familiares que desenvolvem programas do governo federal, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), afirmando-se, neste sentido, como prestadores de serviço do Estado, cuja principal preocupação é a extração da renda monetária através do trabalho da terra ao final de cada mês.

Agricultura familiar, nós estamos na linha da agricultura familiar, só que nós não usamos todos os projetos do governo, o INCRA entra com a IBS, entendeu, a IBS presta serviço para o INCRA e, às vezes, falta projetos para a gente desenvolver aqui, porque têm muitas famílias que agora está em uma situação melhor, mas têm muitas famílias aí que passa necessidade, porque a gente trabalha com a Conab, tem vez que qualquer problema, alguma nota que vai errado, alguma coisa nesse sentido, falta a verba que a gente tem que receber todo o mês, que a gente entrega pelo PAA, sabe, então, algum problema desse que dá errado, que nem esse agora foi o CNPJ da fornecedora que pega a mercadoria nossa aqui, que nós fornecemos, a consumidora lá, de Miguelópolis, ela estava com o CNPJ vencido, então não pode rodar a nota fiscal, então já vai para dois meses que nós estamos sem receber, por causa desse problema (Assentado Rural, 2012).

Antes o outro problema foi que tinha a nota fiscal, foi com um valor de uma cenoura que estava R\$ 2,15, preço de tabela velha, e a Conab mudou o valor para R\$1,15 e não conversou com nós, não mandou a tabela de preço, aí a nota já estava errada, já voltou para trás de novo, é tudo meio desorganizado, sabe, eles querem que nós produzimos, fazer a coisa, mas não tem organização na coisa e a gente está tentando se organizar (Assentado Rural, 2012).

A ausência de referenciais teóricos tem também impossibilitado as famílias assentadas de discernirem claramente as distinções sócio-territoriais espaciais engendradas nesta espacialidade por este movimento social dissidente independente, o que, por sua vez, o diferenciariam dos demais movimentos sociais camponeses territorializados na Fazenda da Barra, asseverando que as distinções ocorreriam no âmbito do relacionamento entre o INCRA/SP para com os movimentos sociais camponeses, pois, em razão de se constituírem em um agrupamento minoritário frente aos projetos de assentamento liderados pelo MST e MLST, assim como observado no PDS – Índio Galdino, o que, em termos políticos, os aproxima, não teriam neste sentido uma força política similar ao PDS – Mário Lago e Santo Dias, a fim de terem a suas demandas atendidas pela autarquia estatal.

A gente está aqui para ver se ajuda também o produtor, que eu sou produtor e eu quero receber todo mês, a diferença nenhuma aqui de movimento não tem nenhuma. Não quem faz isso com nós é o INCRA, o INCRA que presta serviço para nós, mas a gente vê um pouco de diferença, porque a gente é um movimento pequeno, independente, há uma certa diferença sim, parece que eles ajudam mais eles do que nós, mas a gente luta, você tenta se agrupar com a turma aí, porque a gente tem uma certa ajuda do Índio Galdino, nós somos mais próximos, porque ele também é um movimento independente, mas a luta é a mesma, o sentido é o mesmo, é fortalecer a agricultura, estar ajudando a agricultura familiar (Assentado Rural, 2012).

A divisão ocorrida na estrutura social do PDS – Santo Dias e que motivou a criação da Cooperativa Luiza, no PDS – Fazenda da Barra, em 2009, é esclarecida pelos grupos

familiares assentados em razão de decisões centralizadas tomadas pelos dirigentes do MLST, especialmente, com relação à aquisição de materiais de construção para a edificação das moradias familiares, adquiridas coletivamente e considerados de baixa qualidade pelos dissidentes¹⁵⁷. O depoimento apresentado a seguir releva ainda como um fator motivador para a dissensão a discordância com relação ao modelo de trabalho coletivo cooperativista, postulado de movimento camponês para a totalidade do seu projeto de assentamento.

Porque tinha um grupo, era um grupo de pessoa que fazia as coisas do jeito que eles queriam e não é assim, que nem, veio um material, essas janelas, as portas, as portas não tem nenhuma mais, caiu tudo, você põe o vidro nela, caia, então, eles compraram isso aí no coletivo e aí tiveram pessoas que já alegaram que o cara estava roubando, sabe, essas conversas assim, então, a minha parte, a minha área mesmo, eu sai por causa da hora máquina, que eu fazia, prestava serviço de hora máquina, eu não podia deixar uma pessoa tomar conta da hora máquina minha, uma pessoa não podia receber a hora máquina para mim e passar para mim, eu que fiz o serviço, eu que tenho que receber e dar continuidade no assunto, eu que estou trabalhando, não é ele (Assentado Rural, 2012).

Então, tudo o que você queria fazer, eles queriam ter parte em tudo, entendeu e não é assim, a parte financeira, era coletivo, era tudo coletivo, eu estava trabalhando, eu era do movimento, estava trabalhando fazendo o meu serviço que era gradeando, limpando terra com trator e queriam que eu fizesse a hora máquina tudo coletivo também, mas eu falei porque isso, eu tenho o meu serviço, eu cuido dele, eu, não é porque eu presto serviço de trator que eu vou ter que depender de uma pessoa para receber para mim, então, foi por isso que eu sai, o motivo maior (Assentado Rural, 2012).

O ápice da discórdia teria ocorrido com um incêndio provocado no barraco da ex-presidente da Cooperativa Luiza Mahin, local em que o grupo dissidente realizava as suas reuniões, sugerindo as famílias assentadas, em seus depoimentos, que os autores do atentado seriam os dirigentes do MLST, assim como nos revela um assentado rural:

Não, essa aí foi na casa da ex-presidente, da Madalena, na época que nós apartamos aí a pessoa foi lá, não dá para falar quem foi, porque não tem prova, mas o barraco dela queimou tudo, ferramenta do marido, ele trabalhava de pedreiro, makita (serra elétrica), lixadeira, motosserra, queimou tudo (Assentado Rural, 2012).

Era a Madalena, a Leninha, a Dona Cida e a mulher do Sr. Orlando lá, que é vice hoje presidente, o Sr. Orlando é vice, eu sou presidente, o Sr. Orlando é vice, mas queimou tudo, essa presidente na época entrou em depressão, é por isso que nós a colocamos como presidente, mas parece que nós fizemos errado, porque quem entra de presidente fica meio doido, né, aí piorou mais ainda (risos) (Assentado Rural, 2012).

¹⁵⁷ Em dezembro de 2008, o INCRA liberou um milhão e cento de vinte mil reais em materiais de construção para as 160 famílias do assentamento Santo Dias. O kit construção era composto de 3.100 tijolos, 130 canaletas de concreto, tanque, pia, vaso sanitário, telhas de amianto, laje e 10 barras de ferro. Individualmente, as famílias receberam sete mil reais para a construção de sua moradia, que possuem 42 m² de construção, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. As construções, em regime de mutirão, estão sendo acompanhadas por mestres de obra, engenheiros e pedreiros.

No entanto, ao que tudo indica, momentaneamente, as divergências parecem estar menos acirradas entre os movimentos sociais camponeses no interior da Fazenda da Barra, unidos pela causa da reforma agrária, emergindo, contudo, com relação à posse das antigas estruturas físicas remanescente da propriedade (sede da fazenda) e das implementadas pelo INCRA/SP no local (poços artesianos), entendendo os dirigentes desse assentamento que, assim como a luta pela posse das terras da Fazenda da Barra foi desencadeada e realizada de forma coletiva, a utilização dessas estruturas deveria também ser realizada de maneira coletiva pelos quatro movimentos sociais territorializados nesta espacialidade e não exclusivamente apropriadas pelo MST.

Mas aqui a gente é tudo amigo, a gente continua sendo tudo amigo, eu, o Marcos Praxedis, o Índio Galdino, o MST que é da cooperativa do Josabe, agora tem um problema aí, a fazenda, nós lutamos e conseguimos tudo junto, queimos sol de baixo de lona, então quer dizer que a sede não é do movimento MST, a sede é de toda a comunidade da fazenda, a caixa d' água que o INCRA fez vizinho nosso aqui, só atende o MST, porque o MST está aqui, aqui é a cerca, aqui são os outros lotes da comunidade que no caso é nossa, esse poço aqui não pode só atender aqui, ele tinha que tender aqui também, porque o poço não é só do MST, o poço é do INCRA, o poço não atende, ele só atende a área deles, tem uma casa próximo daqui, naquela água lá, naquelas árvores ali, já não pode atender, porque é de outro movimento, então, quer dizer, é uma certa rivalidade, os poços artesianos foram abertos onze lá no MST, dois aqui e um lá no Índio Galdino, então é uma certa diferença que está tendo aí no assunto, parece que o poder é maior, é, não sei, mas a gente luta tudo pela mesma causa que é a reforma agrária (Assentado Rural, 2012).

Assim como os demais movimentos sociais camponeses territorializados na Fazenda da Barra, a Cooperativa Luiza Mahin enfrentou dificuldades e divergências em sua organização interna, razão pela qual levou a substituição das dirigentes femininas que lideravam esse movimento dissidente, especialmente, em virtude de dificuldades burocráticas, que impossibilitaram o pagamento por parte da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) do repasse dos alimentos produzidos pelas famílias assentadas através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por cerca de um ano, atualmente regularizado.

Eu entrei na cooperativa, eu era um agricultor, um produtor e nós ficamos por esses problemas que houveram um ano sem receber, pagamento atrasado, aí a ex-presidente que era a Madalena passou os papéis de entrega nossa para uma pessoa que tem uma ONG, dá Claudia, acho que é da ONG Pau Brasil se eu não me engano, ela toma conta lá, então, aí quer dizer, ela não sabia se ela cuidava da ONG dela, se ela cuidava da nossa nota, ela mandava um negócio para São Paulo, volta, os pagamentos voltavam, as DAF, aqui a gente funciona com cadastramento de DAF e eu ficava vendo tudo de fora, aí ficamos um ano sem receber, aí eu peguei e falei vou entrar como presidente da cooperativa para ver se eu consigo arrumar isso aí, porque eu sou produtor e eu quero receber todo mês e foi por isso que eu entrei como presidente, mas já está para acabar agora, acaba em agosto, agora acaba, do ano que vem, já faz dois anos (Assentado Rural, 2012).

A gente tem feito o pagamento todo mês aí para a nossa turma que faz parte da cooperativa, mas entre o Índio Galdino, a gente está sempre junto, ajudando, o

Josabe também a gente está sempre se comunicando que é o presidente da outra cooperativa, a gente está sempre na luta, sempre junto (Assentado Rural, 2012).

A exemplo do PDS – Sepé Tiarajú, os relacionamentos comunitários deste projeto de assentamento têm se caracterizado pelo isolamento social das famílias assentadas, não se verificando a implementação de um modelo de produção coletiva, propositura inerente ao MST, assim como a troca de bens, serviços, dias de trabalho e a existência de festejos comunitários (por receio de atraírem violência para o assentamento em razão da proximidade com o meio urbano), elementos observados na estrutura de organização social implementada pelo MST no PDS – Mário Lago. Ainda neste sentido, convém esclarecer que as famílias assentadas têm se reunido a partir de motivações rentistas somente por ocasião das reuniões da cooperativa, permanecendo na maior parte do tempo isoladas em seus lotes familiares.

É meio difícil (contato), cada um mais ou menos fica no seu lugar, quando é época de reunião a gente se conversa tudo e cada um cuida da vida, eu já ajudei muita gente aqui, porque eu fazia hora máquina e estava sempre fazendo serviço fiado, teve época de nós plantarmos aí, eu plantei, foi em 2007, eu plantei arroz e depois tive que eu colher, ninguém veio ajudar a colher, deu um arroz bonito aí, aí eu fiz mais ou menos tudo sozinho, mas estava sempre com trator ajudando todo mundo fiado, fazendo serviço fiado, mas aqui a gente vê um vizinho, porque eu trabalhava para todo mundo, um vizinho mais ou menos não fica se comunicando sempre com o outro, sempre, a gente está sempre junto, conversa tudo que tem que conversar, mas esse ponto assim cultural, fazer, por exemplo, uma festa junina, fazer uma quermesse, umas coisas assim, não acontece, no começo aconteceu, só que começou a sair briga, facada, tiro, porque nós estamos próximos da cidade, então nem é bom fazer essas coisas aqui, porque a turma de lá vem querer aprontar aqui, que já aconteceu muitas vezes isso aí, teve tiroteio aqui para cima já de noite (Assentado Rural, 2012).

A escolha dos dirigentes da Cooperativa Luiza Mahin também tem se pautado em princípios democráticos, ocorrendo através de eleições diretas por maioria simples. Contudo, assim como observado nos demais projetos de assentamento territorializados na Fazenda da Barra, as atuais lideranças deste projeto de assentamento têm também enfrentado divergências internas, caracterizadas pela disputa da liderança das famílias assentadas, verificando-se inclusive o efêmero surgimento de uma cooperativa dissidente deste projeto de assentamento, que não obteve grandes êxitos e, neste sentido, o número de cooperados da Luiza Mahin vem aumentando, passando de 38 cooperados para 45 famílias associadas.

No começo eu peguei a cooperativa, ela fazia um ano que estava sem pagamento e a gente era tudo unido, sempre fazia reunião toda semana, o que acontece, a gente fazia reunião, no outro dia, as pessoas já estavam sabendo das coisas que a gente ia fazer e dava tudo sempre errado, não conseguia nada, daí a hora que eu peguei a cooperativa, era o ‘Zé Doze’, um outro concorrente, um outro candidato que era presidente, vivia julgando a ex-presidente que ela tinha roubado, sabe, e não era nada disso, o negócio estava tudo parado na Conab lá, por falta de entrosamento entre a Claudia, que era do Pau Brasil e a Conab, não tinha um diálogo assim, porque a Conab ela atende um presidente da cooperativa, um secretário da cooperativa, não ela, ela não fazia parte da

cooperativa, então era meio diferente a coisa, então, quando eu peguei a cooperativa, ela estava um ano atrasado o pagamento, o que aconteceu, esse um, esse ‘Zé Doze’ chamou todo mundo, toda a turma e saiu de casa em casa colhendo assinatura e abriu uma cooperativa, e pegou a turma da Luiza Mahin e cadastrou tudo na cooperativa dele, nós só temos hoje 21 DAB na cooperativa, por causa dele, aí o que aconteceu, ele está sem pagamento até hoje, porque ele não consegue resolver os problemas deles lá, a turma que era dele já saiu tudo da cooperativa, voltou tudo para a nossa, a gente já está com umas 41 mais ou menos assinaturas de novo, a gente tinha 38, agora já aumentou para 45, por causa desse trabalho que eu venho desenvolvendo, eu e a filha do pastor ali, a Erenice, pastor Ivis. Então aí, o negócio está andando bem agora, nós estamos fazendo os cursos com o INCRA, com a IBS e têm muita gente que fica criticando para pegar o lugar de volta, inventando coisa que não é o certo, mas gente para prejudicar tem bastante, mas agora para ajudar a gente fazer o serviço direto, é difícil (Assentado Rural, 2012).

Foi feita eleição, uma assembleia extraordinária, por exemplo, tem um prazo, se não tivesse comparecido todo mundo, até umas 15 pessoas no caso, tem um prazo, teve os convites, foi convidado todo mundo, por exemplo, não tinha todo o pessoal, espera uma hora e convoca outra reunião, e aí que sai a eleição, aí teve na época acho que 18 pessoas presentes, aí nós fizemos a eleição e eu entrei, era para entrar ou eu, ou o Nei lá do MST, ou o Zé Doze, que é o arruaceiro aí que faz, que é candidato a vereador, e é da turma do partido do PSDB, que só quer tirar nós daqui, parece que essa turma aí fica atrás de tirar nós daqui, então o Zé Doze no caso ele é da turma daqueles lá, aí elegeram eu, porque eu fiz na época hora máquina, eu fiz as coisas, fui pagando direitinho, não deixei nada para trás para pagar, então o povo me elegeu para tomar conta disso aí (Assentado Rural, 2012).

A simbologia identificada pelas famílias assentadas e considerada como inerente às transformações oriundas da implementação da política de reforma agrária neste projeto de assentamento é comumente associada à produção agrícola e aos programas governamentais de crédito agrícola, especialmente, com o PRONAF, que propiciou investimentos nos lotes familiares (construções de barracões, sistemas de irrigação, cisternas), uma elevação da produção agrícola e uma melhoria na qualidade de vida dos grupos sociais assentados.

Ah, tem bastante, são poucos os que não produzem, mas esse pouco que não produz, é porque tem algum problema, por exemplo, está com o nome sujo, não consegue regularizar para pegar o PRONAF, eu peguei o PRONAF, com o dinheiro do PRONAF eu fiz aqueles dois barracões para guardar mantimento, essas coisas né, investi em irrigação para a horta, que agora eu desmonteí, porque não é época de horta e uma represa lá em cima para armazenar a água (Assentado Rural, 2012).

As dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas para o desenvolvimento de uma produção agrícola sustentável neste projeto de assentamento e cumprimento da implementação das áreas de Reserva Legal, especialmente, as relativas à ausência de água de irrigação em toda a espacialidade da Fazenda da Barra, ainda não plenamente solucionada pelo INCRA/SP, tem levado os grupos assentados a teorizarem soluções miraculosas, desenvolvendo experiências com rodas d’ água e caixas de decantação, assim como nos relata um assentado rural no depoimento a seguir:

Eu estou com um projeto aí, é uma roda d' água que vai dentro do rio, uma balsa, que a correnteza do rio vai rodar a roda, que é aquela roda grande que está do lado do poste, a correnteza roda ela, esse é um protótipo, eu falei com um promotor na época, que é o Marcelo Goulart, que era na época promotor de justiça, meio ambiente, ele falou faz um modelo que aí se der certo, a gente faz uma dessa para bombear a fazenda inteira, a minha ideia é pegar água suja do rio, jogar ela no ponto mais alto da fazenda, dentro de um reservatório, e, automaticamente, ela vai cair numa caixa de decantação para purificar ela, aí nós vamos jogar na terra em forma de gotejamento para irrigar as árvores que nós vamos plantar, eu até inclusive na semana passada eu pedi na prefeitura um trator de esteira para fazer essa represa, essa faixa de terra aqui, é uma reserva, então ela vai ser jogada na represa lá em cima, a água, que é do rio que é ali, vai ser jogada lá, filtrar, a água automaticamente vai filtrar na terra e vai sair limpa nas minas, nas nascentes, que aqui em baixo tem uma laje, então aqui a água vem pela laje, então ela vai filtrar na terra e sair limpa em baixo, no lençol, então a Petrobrás parece que está interessada em promover isso aí (Assentado Rural, 2012).

A partir do depoimento apresentado, a produção do território camponês neste projeto de assentamento pode ser compreendida a partir das contribuições de Raffestin (1993), que afirma que o território é:

Um espaço onde se projetou um trabalho seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (...). (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

A Cooperativa Luiza Mahin, caracterizando-se essencialmente como uma dissidência da dissidência e como um movimento social independente e desarticulado de sua base social, não incorporou para o seu projeto de assentamento o paradigma de organização social estabelecido pelo MST para as suas estruturas sócio-espaciais, não dispondo, dessa maneira, de núcleos de base ou moradia, setores de atividades e coordenações. Neste sentido, o conjunto das relações sociais, alicerçadas sobre as relações de poder parecem 'girar em torno' da organização social cooperativa, que além de possuir uma presidência, conta com um conselho fiscal, tesouraria e secretaria.

Aqui era na época junto com o outro movimento, mas aqui a gente não tem não, eu cuido da parte de pagamento da cooperativa, a parte de movimento a gente é meio, parece que gira tudo em torno da cooperativa, então o que eu faço, eu tomo conta da parte de recebimento e despacho de mercadoria, aí tem no conselho fiscal, têm dois fiscais que não fazem nada, tem o segundo tesoureiro, que tem a filha que faz os papéis de pagamento, que é a secretária, que assumiu o cargo de secretária, porque a secretária não trabalha na cooperativa também, eu trabalho na cooperativa, arrebentei as minhas conduções tudo já, porque essa camionete quando eu peguei ela estava nova, estava em cima, já está tudo arrebentada, eu já gastei o meu dinheiro tudo lá nela, então têm pessoas que na hora de que eu faço o serviço, tudo bem, na hora que vamos gastar para arrumar, eles pulam fora, aí eu tenho que arrumar tudo sozinho com o meu dinheiro, eu usava a minha camionete, agora eu já comprei uma picape para fazer esse tipo de serviço, porque eu falei, eu não vou ficar arrebentando a minha condução e você ficando de fora metendo o

pau em mim e ainda querendo, exigindo das coisas não, agora tem que ter uma pessoa, por exemplo, o fiscal, ela podia muito bem tomar conta da parte de movimento, não é (Assentado Rural, 2012).

Apesar de não adotar, em sua totalidade, o paradigma de organização social estabelecido pelo MST para os seus projetos de assentamento, a Cooperativa Luiza Mahin incorporou para a sua estrutura sócio-espacial o conjunto de regras (Regimento Interno) estabelecido pelo movimento sem-terra para o PDS – Mário Lago, indicando inclusive determinada anuência com os processos de exclusão engendrados pelo MST na Fazenda da Barra, concordando ainda integralmente com o conjunto de regras estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pelo Ministério Público Estadual (MPE) e pelo INCRA/SP.

Não, não discordamos de nada não na época, foi assinado tudo certinho, do jeito que era para ser (Assentado Rural, 2012).

Tem, é tudo a mesma coisa, não podia usar droga, não podia, é, prostituição, tudo que estava naqueles dez itens lá é tudo mantido ainda. A gente tenta (manter), esses tempos atrás, expulsaram, o MST expulsou uma pessoa aí que matou o John Lennon, que era um coitado, um trabalhador, o rapaz foi lá, matou ele à pedrada e à facada para roubar o dinheiro dele, que ele tinha vendido as galinhas dele no mercado, só para roubar e aí pegaram o filho do homem esses tempos atrás aí e expulsaram ele, teve outro caso agora também envolvendo droga, que é lá no começo da fazenda, não (expulsaram), está preso, a pessoa está presa (Assentado Rural, 2012).

A identidade campesina vem comumente à tona nas falas das famílias assentadas associada ao seu passado rural e a diversidade da produção agrícola engendrada neste projeto de assentamento a partir da implementação da política de reforma agrária, assim como a terra, compreendida como propriedade coletiva, cingindo dimensões subjetivas camponesas é percebida como valor de uso, como um meio de reprodução social campesina e de produção de alimentos saudáveis para a sociedade.

Ah, considero, eu fui sempre criado na roça, a minha horta que eu já fiz aí, eu quero viver da agricultura mesmo (Assentado Rural, 2012).

Ah, significa tudo né, alimento, dinheiro e sem fome, a gente tenta fazer as coisas darem certo (Assentado Rural, 2012).

Eu planto na horta alface, beterraba, cenoura, brócolis para a Conab, a Prefeitura de Miguelópolis vinha buscar, nós entregávamos no banco de alimentos, só que tiveram uns problemas lá também, porque a gente pagava muito frete para levar, aí aconteceram uns problemas com uns amigos aí, eu falei antes que acontece com nós também, é melhor deixar quieto (Assentado Rural, 2012).

A implementação da modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) como paradigma de desenvolvimento agrícola para esse projeto de assentamento rural oriundo da política de reforma agrária, não tem somente contribuído para territorializarem as famílias camponesa assentadas, fixando-as no território conquistado das amarras do capital agroindustrial, não arrendando os seus lotes familiares para a agroindústria canavieira,

especialmente, ao estabelecer em um sistema de concessão de uso a posse coletiva da área de assentamento, mas também tem contribuído, na opinião dos assentados, para dinamizar a economia local a partir da produção de gêneros alimentícios.

Muito, muito, fortalece muito, o bairro daqui do Ribeirão Verde cresceu demais por causa disso aí, fortalece as casa de ração, que vende ração, fortalece nós que estamos produzindo milho para eles fazerem a ração, a gente produz muito legumes e verduras para manter as pessoas carentes da cidade, então a gente vai indo aos poucos, mas a intenção é que todo mundo produza, aqui deve ter uns três, quatro só que não estão produzindo, porque não conseguiram arrumar o nome ainda, mas a ideia é que todo mundo produza, fortalecendo a alimentação da cidade (Assentado Rural, 2012).

As áreas de produção agrícola individual, coletiva e preservação ambiental não foram totalmente demarcadas pelo INCRA/SP, o que tem impossibilitado a reconstituição das áreas de Reserva Legal previstas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), considerando as famílias assentadas, insuficientes às exíguas dimensões do lote familiar (1,4 hectares) para a reprodução social do seu grupo familiar e posicionando de forma divergente a implementação de áreas de produção agrícola coletiva.

Nós não medimos ainda as áreas, porque têm muitas torres que estão servido de pasto e aqui têm muita reserva que nem todos estão plantando ainda, lá para aqueles lados lá também é tudo reserva lá, ninguém planta lá, então ao todo, o nosso terreno ao todo é 3,3 (hectares), incluindo a área de torre e reserva, o nosso terreno mede 1,4 (hectares), então, no caso, 3,3 (hectares) é outro tanto e um pouco mais do tamanho do lote, então a gente tinha que a IBS se organizar e já cortar as partes todas, o pedacinho e todo mundo tocar o seu pedacinho, porque a área coletiva é meio difícil de andar, porque um não vai e o outro vai, por exemplo, eu entro com o trator e depois vou ter que ir carpir também, é difícil o negócio, tudo separado (lote familiar, área coletiva e área de preservação) e a gente vai ver se dá o pedaço de direito de cada um cuidar do seu pedaço (Assentado Rural, 2012).

Dentre outros elementos, a fala do Sr. Marcelo faz referência à sigla IBS (Instituto BioSistêmico), que, por sua vez, trata-se de uma terceirização contratada pela Superintendência Estadual do INCRA/SP, a fim de prestar assistência técnica aos assentados (ATER). Neste sentido, temos uma significativa contribuição de Barone e Ferrante (2012, p. 778) ao afirmarem que:

O Itesp, que foi importantíssimo no processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, sofreu um esvaziamento de suas funções nos períodos mais recentes. Esse órgão, por outro lado, conta com um quadro de assistência técnica que, se não é suficiente numericamente, tem maior estabilidade e experiência, pois são todos funcionários concursados. No caso do Incra, a contratação de organizações para prestar assistência técnica (o órgão público em si não pode fazer ATER), mostra-se muito dependente das mudanças conjunturais de sua superintendência, além de sofrer forte influência político-partidária.

Assim como observado nos demais projetos de assentamento implementados no interior da Fazenda da Barra, verifica-se também nesta espacialidade a existência de alguns poucos grupos familiares residindo e trabalhando, no decorrer da semana, no espaço urbano, transformando, por sua vez, o lote familiar em uma verdadeira área de lazer para os finais de semana e consequentemente depositando em um segundo plano a subsistência do núcleo familiar mediante a produção agrícola e o ambiente do assentamento como um espaço social de vivência coletiva.

Tem isso aí também, uma área de camping, uma chácara de passar tempo de final de semana, então, é, têm pessoas assim também aqui, têm umas cinco ou seis aí também que vive na cidade e vêm para cá de final de semana, mas a gente deixa isso aí, porque agora a gente é outro movimento, da cooperativa, mas a gente tenta explicar para a pessoa, ela sabe que isso já é falado para a pessoa viver disso aqui, não é para viver trabalhado fora e largar aqui, então a gente tenta explicar para a pessoa tudo, mas o INCRA com a IBS também tem que ser, a gente fica na luta plantando, tomando conta da cooperativa, fazendo as coisas, eu não posso fazer tudo sozinho, então têm outras pessoas da cooperativa, que fazem parte, tem que ajudar também ver isso aí (Assentado Rural, 2012).

Além dos fatores estruturais apontados nas falas dos assentados que dificultam a permanência do campesinato na terra conquistada, outros fatores podem ser explicativos para esse processo:

A explicação da permanência ou não das famílias em seus sítios está vinculada, sem dúvida, às características específicas do campesinato. Há assim, dentre outros, três fatores articulados que apontam um caminho no sentido dessa explicação: o primeiro é o tipo de cultura que as famílias desenvolveram em seus lotes, o segundo é a estrutura familiar tal como se apresentava quando vieram para o lote, ou seja, o número de membros da família e a idade dos filhos e, o terceiro, é a relação que a família camponesa estabelece com o mercado, tanto no sentido da comercialização, como no da própria distância (BOMBARDI, 2007, p. 99-100).

Aqui fazer cidade aqui é difícil, do jeito que nós estamos reflorestando isso aí, essas bacias aqui que têm com minas de água, trazendo a cidade aqui para dentro, vai poluir tudo, nós estamos tentando arrumar aqui, que essa fazenda foi perdida, porque desmataram, a mata da fazenda vinha daquela torre lá até lá no Ribeirão Verde (bairro), era tudo mato, em 80, a usina veio, derrubou tudo, drenou o brejo, plantou cana nesse brejo tudo, aí para cima, lá, tudo nas várzeas, então houve uma multa, então tudo o que o promotor fez para tirar a fazenda, para fazer o PDS, então isso aí não vai virar nada (Assentado Rural, 2012).

Apesar de toda a problemática apontada nas falas das famílias assentadas e dirigentes do movimento social camponês, o depoimento apresentado acima alude como perspectiva que esta espacialidade irá se consolidar futuramente como um típico projeto de assentamento oriundo da política de reforma agrária e não como uma espécie de extensão do Bairro Ribeirão Verde, dado o empenho da comunidade assentada em transformar a propriedade em uma área de preservação ambiental dos recursos hídricos do Sistema Aquífero Guarani, a qual

se soma a luta social desencadeada pelos diversos movimentos sociais camponeses envolvidos no processo de luta política pela posse definitiva da Fazenda da Barra enquanto área de assentamento e o engajamento do Ministério Público Estadual no processo de desapropriação da propriedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo convém ainda considerar em um esforço de síntese que as práticas sócio-espaciais expressam a dimensão territorial dos sujeitos e, portanto, as condições de afirmação e negação de sua trajetória histórica de classe (camponesa), produzindo espacialidades distintas/antagônicas. Os PAs com forte processo de monopolização territorial do capital denotam práticas que transfiguram o *ethos* camponês ao fundar relações sociais e produtivas pela lógica da mercadoria, da renda da terra e de transformação ou da proeminência do valor de troca em detrimento ao valor de uso da terra.

Os PDs com trajetórias ou práticas sócio-espaciais nos remetem à dimensão central das formas de reprodução camponesa (modo de produção camponês), sem desconsiderar os limites de suas transformações, consolidam territórios camponeses, o que evidenciam relações sociais em que a mercadoria e o valor de troca não ocupam centralidade nas formas de vida. As expressões efetivas dos processos de resistência camponesa e de sua efetiva reprodução podem ser explicitadas a partir de elementos do território (relações de poder, normas, símbolos e identidade). Estes elementos são dimensões de vida construídas nos assentamentos rurais, com avanços e revezes segundo as formas de organização e luta, que consolidam territórios diferenciados.

A análise dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável PDS's - Fazenda da Barra e Sepé Tiarajú implementados pela Superintendência Estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SP), na Região Nordeste do Estado de São Paulo, mais especificamente, na Região de Ribeirão Preto (SP) tendo o seu território, constituído pelas relações de poder, simbologia, normas organizativas e identidade subjetiva, como fundamento de resistência e consolidação de seu projeto político, ao instituir um modelo diferenciado de posse da área do assentamento, não em lotes individuais, mas coletiva tem se constituído em um modelo alternativo de assentamento, evitando as investidas do agronegócio sucroalcooleiro em territórios da reforma agrária.

O estudo do processo de implementação da política de reforma agrária no estado de São Paulo entre 2003 e 2012, a partir do levantamento de dados quantitativos, possuindo como referência o processo de criação dos projetos de Assentamentos Convencionais (PA's) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's), demonstrou que o PDS mesmo se constituindo em um modelo alternativo aos PA's e havendo, a princípio, uma aproximação entre o projeto político do MST para os projetos de assentamentos rurais, a Comunidade da Terra, com o organismo gestor, a maior ênfase do Instituto foi no sentido da criação de assentamentos convencionais, em detrimento dos PDS's.

A análise do processo de espacialização e territorialização do agronegócio sucroalcooleiro e dos movimentos sociais camponeses e, em particular, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região de Ribeirão Preto, demonstrou que as investidas do agronegócio sobre áreas de reforma agrária podem ser compreendidas, em parte, pela escassez de terras para a produção de cana-de-açúcar na região e quanto ao movimento sem-terra observa-se que, após algumas conquistas territoriais, nos primeiros anos de sua

inserção na região, que este movimento vem perdendo fôlego em suas reivindicações territoriais.

Quanto às análises comparativas realizadas entre as inserções do agronegócio sucroalcooleiro na espacialidade dos projetos de assentamentos rurais administrados pela Fundação ITESP na Região de Araraquara, com o projeto político dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) implementados pelo INCRA na Região de Ribeirão Preto, especialmente, a partir da publicação da Portaria 77/2004 (que promoveu um processo de desregulação fundiária, facilitando a inserção do capital agroindustrial nestes territórios da reforma agrária) considera-se neste estudo que estes podem ser parcialmente caracterizados como modelos convencionais de assentamentos rurais de reforma agrária, focados na lógica da renda da terra (percebida como valor de troca), no rentismo/produtivismo, no envolvimento com o grande capital agroindustrial, revelando-se ainda como um modelo de agricultura tradicional ambientalmente insustentável e respondendo somente parcialmente pelos objetivos econômicos e sociais da reforma agrária.

O promovido processo de espacialização e monopolização territorial engendrado pelo capital agroindustrial mediante a lógica de subordinação da terra pelo processo de arrendamento e subsunção do trabalho através das estratégias de assalariamento, fez com que se introduzissem lógicas e práticas sócio-territoriais nestas espacialidades que podem ser consideradas como antagônicas à economia ou ao modo de vida camponês, a destacar-se, a concentração fundiária, a monocultura agrícola (produção de cana-de-açúcar), o uso de mão de obra assalariada, com a consequente exploração do trabalho humano de um beneficiário assentado sobre outro assentado, além de ocasionar prováveis prejuízos ao meio ambiente (o uso de agroquímicos (herbicidas e inseticidas), o descarte da vinhaça e a prática da queima da palha da cana-de-açúcar), elementos esses que somados vêm promovendo contradições com saberes, valores e práticas sócio-espaciais camponesas e o absentismo rural.

Além de ocasionar contradições com o modo de vida camponês, processo esse, especialmente, verificado através da proletarianização da classe campesina nestes projetos de assentamento rural, nos quais também podem ser observados: situações de acomodação, uma perda de autonomia, liberdade e controle do camponês sobre o espaço, o tempo, o território e o processo produtivo, além de uma perda de rentabilidade, frente às expostas relações contratuais, que se mostraram desiguais, a Fundação ITESP tem promovido uma precária territorialização da classe campesina nestas espacialidades, sendo, facilmente, desterritorializada pelo agronegócio sucroalcooleiro mediante os processos de subordinação da renda da terra ao capital agroindustrial.

Neste processo, ao arrendarem os lotes familiares à agroindústria canavieira, a fim de garantirem a sua reprodução enquanto classe social nestes projetos de assentamentos, os assentados não conseguem se aperceber que adentrando nesta relação comercial estão reproduzindo nesta espacialidade da reforma agrária e em sua própria subjetividade a lógica produtiva do grande capital agroindustrial, a natureza tributária e especulativa da riqueza produzida pela terra, reafirmando a centralidade do tributo parasitário como meio de sobrevivência, negando a riqueza produzida pelo trabalho humano gerador de valor e esfacelando ainda a própria natureza política da reforma agrária e o caráter socialmente reformador desta política pública.

Ainda a respeito desse processo, convém considerar que o campesinato vem se reproduzindo nestes territórios da reforma agrária mediante relações capitalistas de produção, especialmente, através da renda advinda do arrendamento da terra, em uma negação do trabalho, não mais se configurando como um produtor de alimentos, mas como um proprietário de um lote que produz uma *commoditie* agrícola (cana-de-açúcar), a fim de atender uma demanda do mercado externo, em verdadeiro processo de negação da diversificação agrícola característica do modo de vida camponês e da segurança alimentar enquanto um objetivo social a ser cumprido pela política nacional de reforma agrária.

A partir deste processo de integração/subordinação estabelecidos pelo capital agroindustrial, o território camponês não passa a ser mais determinado por esta classe social, mas pelas lógicas e práticas engendradas pela agroindústria canavieira em seu processo de espacialização, que, em um movimento subversivo, desloca a centralidade do território camponês do trabalho para a propriedade privada. O conjunto de efeitos sobre o trabalho, a terra e a produção agrícola, configura uma determinação territorial engendrada pela agroindústria sucroalcooleira, à medida que estabelece nítidas relações de poder através das relações desiguais estabelecidas no contrato de parceria, uma perda do território e uma reconfiguração territorial do agronegócio.

No entanto, esses projetos de assentamento não podem meramente caracterizados em um sentido único, ou seja, pela lógica da integração/subordinação do campesinato ao capital agroindústria, nos quais podem ser ainda observadas situações de resistência, especialmente, femininas frente às investidas da agroindústria canavieira, mulheres que saíram da invisibilidade e tornaram-se protagonistas nestes projetos de assentamento. Ainda neste sentido, torna-se possível observar a prática da diversidade agrícola convivendo nem sempre de maneira harmoniosa ao lado da monocultura agrícola, estratégias de autoconsumo e comercialização da produção via mercado institucional (PAA, PNAE), o trabalho fora lote familiar que pode ser também compreendido como uma estratégia de permanência na terra, elementos que somados podem significar uma possibilidade de viragem diante deste processo, que de nenhum modo está dado, pronto e acabado.

Para além de detratores da reforma agrária, percepção que a princípio este estudo poderia deixar transparecer diante das afirmações que não se pretendem como conclusivas, estas famílias camponesas assentadas em projetos de assentamento convencionais apresentam-se muito mais como vítimas de uma trama de tensões que envolve representantes do agronegócio, agências de mediação, especialmente, a FERAESP, e agentes públicos e sua carência de projetos no sentido de apresentarem alternativas concretas que gerem renda e sustentabilidade frente aos processos de integração/subordinação do campesinato à agroindústria sucroalcooleira.

Frente a esse verificado processo de integração/subordinação do campesinato na Microrregião de Araraquara, encontramos, neste estudo, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS – Sepé Tiarajú e Fazenda da Barra) implementados, entre os anos de 2004 e 2007, pela Superintendência Estadual do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA/SP), no nordeste paulista, que, por sua vez, vêm se configurando como antíteses frente aos processos de homogeneização paisagística e monopolização territorial,

notadamente, frente aos processos de espacialização e acumulação territorial engendrados pelo capital agroindustrial nesta espacialidade.

Tendo o seu território constituído pelas relações de poder determinados pelos movimentos sociais camponeses, símbolos, normas organizativas e a identidade subjetiva dos grupos sociais assentados como elementos de resistência e consolidação de seus projetos políticos, esses projetos de assentamentos também vem se caracterizando como esferas impermeáveis às investidas da especulação imobiliária e às inserções do agronegócio sucroalcooleiro na espacialidade dos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária, colocando-se como um espaço de resistência ao avanço dos processos de arrendamento, especialmente, ao estabelecer, de forma compulsória, como mecanismo impeditivo, um sistema de concessão de uso da terra, pautado na posse coletiva da área de assentamento sob domínio da Superintendência Estadual do INCRA/SP, que instituiu, em conjunto com o MST, uma nova perspectiva de distribuição da terra, colocando-se como antítese a lógica da propriedade individual.

Além desse mecanismo impeditivo de ordem material, devemos considerar também, em uma perspectiva mais simbólica, que a terra não é somente percebida entre as famílias camponesas assentadas nestes projetos de assentamento como um meio ou um fator de produção/reprodução social e econômica e/ou subsistência da classe camponesa, mas, em uma perspectiva mais ampla, é compreendida como um meio de produção da própria vida, distante de uma perspectiva rentista/produtivista da propriedade. A partir desse entendimento, o campo passa a ser compreendido pelas famílias assentadas como um espaço de moradia, de relacionamento familiar e comunitário, de relação e integração com a natureza e cuidados com meio ambiente, o que, por sua vez, também vem tornando distante da percepção dos assentados a perspectiva de arrendamento dos lotes familiares de reforma agrária para o setor sucroalcooleiro nestes projetos de assentamento rural.

Não obstante, no caso do PDS – Sepé Tiarajú observa-se que, em razão da disputa engendrada entre o MST/RP e o INCRA/SP pela liderança política do assentamento Mário Lago, essas famílias encontraram-se em uma situação de abandono, atravancando o processo de desenvolvimento desse projeto de assentamento. Neste sentido, muito mais do que o critério ambiental (área de Reserva Legal, produção agroecológica, SAFs), o fator diferencial deste projeto de assentamento são as estratégias familiares adotadas pelos assentados, organizados em associações, segundo suas afinidades produtivas, em uma perspectiva de desenvolvimento fora da ótica empreendida pelo movimento sem-terra.

Por sua vez, em razão do INCRA/SP ter desenvolvido no PDS – Fazenda da Barra uma política de reforma agrária de minifúndios padronizados (1,5 hectares), sobrepondo o critério ambiental ao econômico (a fim de atender a uma exigência do Ministério Público Estadual do Meio Ambiente, com a destinação de 35% da área de assentamento para Reserva Legal, reduzindo a área agricultável para 740.06 hectares) e as demandas do MST quanto a sua visão quantitativa de famílias assentadas (264), a autarquia estatal vem desenvolvendo nestes territórios uma política de reforma agrária de caráter populista, o que sinaliza bloqueios ao processo de desenvolvimento desse projeto de assentamento.

Neste sentido, o INCRA/SP vem contribuindo para que as famílias assentadas não atinjam ganhos econômicos significativos, indispensáveis a sua reprodução social,

permanecendo em uma mera condição de reprodução social e dependentes dos organismos estatais para a manutenção e investimentos em seus lotes, necessitando ainda complementarem a sua renda familiar mediante a realização de atividades não agrícolas no espaço urbano, especialmente, no período da estiagem, que torna impossível a prática da produção agrícola, o que vem desfigurando em parte a política de reforma agrária neste projeto de assentamento.

Por outro lado, nestes territórios da reforma agrária, o campesinato vem constituindo a sua identidade, sob a mobilização e contínua liderança dos movimentos sociais camponeses, na alternância da convivência entre o espaço rural, o urbano e um retorno ao rural, entre processos de territorialização (campo), desterritorialização (periferias urbanas) e reterritorialização (assentamentos rurais), entre o trabalho agrícola familiar despendido enquanto agricultores familiares na região nordeste e o assalariado praticado nas lavouras de cana-de-açúcar dessa região e, por fim, como resultado das lutas políticas promovidas pelos movimentos sociais camponeses.

Inserido na lógica de produção/reprodução capitalista, em um contexto socioeconômico regional caracterizado pelos processos de homogeneização paisagística (produção de cana-de-açúcar) e monopolização territorial engendrado pelo capital agroindustrial, caracterizado pela degradação ambiental e relações trabalhistas análogas a escravidão, o campesinato vem se constituindo e reproduzindo nestes territórios da reforma agrária mediante relações não capitalistas de produção e trabalho, sobretudo, caracterizadas por uma percepção não rentista/produtivista da terra, pelo uso de mão de obra familiar, por fraternas relações comunitárias, respeito ao meio ambiente, pela diversidade agrícola (produção de alimentos), materialmente traduzida na adoção e implementação de uma matriz agroecológica como paradigma de desenvolvimento produção agrícola para esses projetos de assentamento rurais.

Quanto às distintas espacialidades e territorialidades engendradas pelos movimentos sociais camponeses territorializados na região, observa-se que o MST vem, sobretudo, caracterizando-se por estabelecer uma relação de conflito com as instituições estatais, pretendendo assumir a hegemonia do processo de reforma agrária nesta espacialidade, enquanto os demais movimentos utilizam como principal estratégia para atingirem suas conquistas uma relação de alinhamento com os organismos estatais. Apesar destas distinções, os movimentos encontram similaridades com o movimento sem-terra, adotando mesmo que em parte a estrutura de organização social estabelecida pelo MST para os seus projetos de assentamento, que se tornou causa dos frequentes rachas observados nas estruturas sociais dos movimentos camponeses.

Por fim, considera-se que os Projetos de Desenvolvimento Sustentável implementados pelo INCRA/SP na Região de Ribeirão Preto vêm se consolidando como genuínos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária e não como meros locais de residência, apesar de toda a problemática vivenciada pelos grupos sociais assentados, especialmente, quanto às carências infraestruturais enfrentadas, principalmente, as relativas às dimensões do lote familiar e a distribuição de água de irrigação para os lotes familiares, dificuldades que vêm lançando as famílias assentadas para o desenvolvimento de atividades não agrícolas no espaço urbano, que, ao mesmo tempo, em que facilita o desenvolvimento

destas atividades, em razão de sua proximidade com as áreas de assentamento, vem sendo utilizado pelo MST como um espaço de projeção social do movimento e popularização da luta pela reforma agrária na região.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, R. Do setor ao Território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *In: Inter-relações entre as transformações demográficas e a agenda social*. Texto para discussão IPEA, nº. 702, São Paulo/Rio de Janeiro, 2000.
- ALY JÚNIOR, O. Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) e os Desafios na Construção de Novas Políticas de Assentamento. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP, v. 14, nº. 2, pp. 283-303, 2011.
- ALBUQUERQUE, V. O. **Derrubando cercas, conquistando o chão**: a luta dos assentados da fazenda Boa Sorte. 2000. 104 p. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – UNESP, Franca, 2000.
- ALMEIDA, R. B. de. **Parcerias e Diversidade Agrícola no Assentamento Horto Bueno de Andrada**: ambiguidades e complementariedades. 2011. 108 f. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara/SP.
- ALMEIDA, R. B. de. FERRANTE, V. L. S. B. Ambigüidades e Assimetrias de Informações no Processo de Parceria Agrícola nos Assentamentos Rurais: Equívocos da Mediação. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP, v. 14, nº. 1, pp. 219-241, 2011.
- ANCA. **O que levar em conta para a organização do assentamento** – A discussão no assentamento. Brasília, Anca, 2002.
- ANDRIETTA, A. J. Reforma agrária no Estado de São Paulo: após duas décadas, sucesso ou fracasso? **Instituto de Economia Agrícola (IEA)**, São Paulo, março 2004.
- AQUINO, R. S. L. *et al.* **Sociedade Brasileira**: uma história através dos movimentos sociais – da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. São Paulo: Editora Record, 2000.
- ARO, D. T.; FERRANTE, V. L. S. B. Mulheres Assentadas: da invisibilidade ao protagonismo. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP, v.16, nº. 1, pp.199-226, 2013.
- BACCARIN, J. G. **A constituição da nova regulação sucroalcooleira**. Brasília: Universidade de Brasília, CEAM/NEA; São Paulo: Editora UNESP, v. 5, nº. 22, 2005.
- BACCARIN, J. G.; SOUZA, J. G. de. Um questionamento sobre a capacidade explicativa do conceito de “pluriatividade” em uma região de pequena agricultura. **Geografia**. Rio Claro/SP, v. 37, pp. 19-31, 2012.
- BALSADI, O. V. Introdução. *In: Mudanças rurais e o emprego no estado de São Paulo nos anos 90*. São Paulo: Anna Blume, 2002, pp. 21-37.

BARONE, L. A. **Revolta, Conquista e Solidariedade: A Economia Moral dos Trabalhadores Rurais em Três Tempo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UNESP/FCLAR, Araraquara (SP), 1996.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais em São Paulo: Estratégias e Mediações para o Desenvolvimento. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, nº 3, pp.755 a 785, 2012.

VERGÉS BARTRA, A. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, Coleção Vozes do Campo, 2011.

BELLACOSA, J. M. **Os desafios da reprodução camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis: o assentamento Monte Alegre – Araraquara – SP**. 2012. 289 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo (USP) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), São Paulo/SP.

BELLENTANI, N. F. **Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP.

BELLENTANI, N. F.; SOUZA, J. G. de. Indicadores de Desenvolvimento Humano em Assentamentos Rurais e Periferia Urbana: Estudo de Caso dos Assentamentos de Córrego Rico (Jaboticabal – SP), Reage Brasil (Bebedouro – SP) e Área Periférica Urbana (Jardim Alvorada) Jaboticabal – SP. In: XLIV CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”, Fortaleza, **Anais**, 2006.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O Que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, nº. 31, pp. 37-49, set./dez. 1997.

BERRIEL, M. C. **O Campesinato e o Marxismo: algumas breves considerações de Marx e Engels**. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS. Anais, Campinas/SP, UNICAMP, 2007.

BINI, D. A luta pela terra na região de Ribeirão Preto (SP) no limiar do século XXI. **Revista de Ciências Humanas**, v. 11, nº. 2, pp. 405-418, jul./dez. 2011.

BOFF, L. Saber cuidar: a ética do humano. In: **Valores de uma Prática Militante**. São Paulo, Consulta Popular, n. 09, p. 5-29, fev. 2000.

BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo, nº. 14, pp. 107-117, 2003.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BOMBARDI, L. M. Reforma Agrária e Campesinato: Luta de classes e territorialização camponesa em São Paulo. **Reforma Agrária**, v. 34, nº. 1, pp. 91-117, jan./jun., 2007.

BOMBARDI, L. M. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: MERLINO, T.; MENDONÇA, M. L. (Org.). **Direitos Humanos no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012, v. 1, pp. 75-86.

BORELLI FILHO, D. **A Luta pela Posse da Terra na Região de Ribeirão Preto: o processo de formação e organização do assentamento Mário Lago**. 154 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara/SP, 2009.

BORELLI FILHO, D. *et al.* O Sistema Produtivo do Assentamento Córrego Rico, Jaboticabal – SP: diversificação produtiva em território do agronegócio. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, v. 14, nº. 1, pp. 243-264, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 4.504, de 30/11/1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1964.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº. 1.110, de 9 de Julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Diário Oficial da União**. Brasília, 1970.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 fev. 1993.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 21 de Dezembro de 1999. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda Santa Avóia II”, situado no Município de Barretos, Estado de São Paulo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1ª ed. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Brasília, 2004a.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: MME, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Presidencial de 29 de dezembro de 2004. Declara de interesse social para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 29 dez. 2004b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10413.htm. Acessado em: 16 abr. 2008.

BRENNEISEN, E. C. **Relações de Poder, Dominação e Resistência: A Organização Social e da Produção em Assentamentos Rurais na Região Oeste do Paraná**. 2000. 280 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), São Paulo.

BRUNO, R. A. L.; DIAS, M. M. **As Políticas Públicas de Crédito para os Assentamentos Rurais no Brasil**. Relatório de Consultoria. Rio de Janeiro, 2004.

BURBACH, R.; FLYNN, P. **Agroindústrias nas Américas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

CALDART, R.S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, nº. 43, set./dez. 2001.

CAMPOI, A.M.; FERRANTE, V.L.S. B. Sistemas de Produção e Estratégias de Permanência na Terra: Assentamentos Rurais no Coração da Agroindústria. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara – SP: NUPEDOR/UNESP-UNIARA, nº. 10, pp. 45-66, 2006.

CAMPOS, J.F. de S. *et al.* **DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra - Assentamentos: Uma Proposta Metodológica**. In: Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e Rumos da Política de Assentamentos Rurais. Araraquara – SP, 2006.

CARMO, M. S. do. Assentamentos Rurais em São Paulo e a Agricultura Sustentável em um Enfoque de Redirecionamento de Perspectivas. In: BERGAMASCO, S. M. P. P; AUBREÉ, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (Org.). **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Campinas/SP: FEAGRI/ UNICAMP; Araraquara/SP: UNIARA; São Paulo/SP: INCRA, pp. 295-318, 2003.

CARMO, M. S. do. Desenvolvimento Territorializado: assentamentos rurais e agroecologia. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JÚNIOR, O. (Org.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas uma trajetória de 20 anos**. 2ª ed. São Paulo: INCRA; ABRA; UNIARA, pp. 219-234, 2005.

CARVALHO FILHO, J. J. Reforma agrária: de eleições a eleições. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.11, nº. 31, pp. 99-109, set./dez. 1997.

CARVALHO, H. M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.233-260, 2002.

CARVALHO, H. M. Embrapa, o acordo com a Monsanto e a privatização da “neutralidade científica”. **Revista Ecológica**, Goiânia/GO, dez./2010.

CARVALHO, J. G. de. **Questão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto**. 233 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Instituto de Economia, Campinas/SP, 2011.

CARVALHO, J. G. de. Políticas Públicas e conflitos institucionais em assentamentos rurais: um estudo de caso da região administrativa de Ribeirão Preto. In: V ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, Belém/PA. **Anais**, 2012.

CARVALHO, T.A. Os Trabalhadores do setor sucroalcooleiro. **Revista PUC Viva**, nº. 33, out./2008.

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. M. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, nº. 13, pp. 16-25, jul./dez. 2008.

CGU. Controladoria Geral da União. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br>. Acessado em: 26/05/2013.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COCA, E.L.F.; FERNANDES, B.M. Assentamentos Rurais: territórios do território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Niterói/RJ. **Anais**, 2009.

COMPARATO, B. K. A Ação Política do MST. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, p. 105-118, 2001.

CONCRAB. Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência da Comuna da Terra. **Caderno de Cooperação Agrícola**, nº. 15, Brasília: Editora Distrital, 2004.

COSTA, M.L. O. **Setor Sucroalcooleiro** – da intervenção rígida ao livre mercado. São Paulo: Método, 2003.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos**. Ocupações 1998-2012. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/viewcategory/18-acampamentos?Itemid=23>. Acessado em: 02/07/2013.

CRISTO, A. Supremo declara Funrural inconstitucional. **Revista Consultor Jurídico**, fev./2010.

CRUZ, J. I. da *et al.* Detecção de contaminação de solo por vinhaça através de análise de dados de eletrorresistividade. **Revista Brasileira de Geofísica**. São Paulo, v. 26, nº. 4, out./dez., 2008.

CURADO, F. F. **“Esverdeando” a Reforma Agrária: Atores Sociais e a Sustentabilidade Ambiental em Assentamentos Rurais no Estado de Goiás**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília (UNB), Brasília/DF, 2004.

D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as Agrovilas: uma porética do tempo e do espaço o assentamento das terras de promessa. In: XX ENCONTRO DA ANPOCS, Caxambu. **Anais**, 1996.

DAVID, M. B. A. *et al.* Atlas dos benefícios da reforma agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, nº. 31, p. 51-68, set./dez. 1997.

DELGADO, G. C. Caracterização Geral do Desenvolvimento Recente da Agricultura. In: **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. (Coleção América Latina). Campinas: Unicamp, 1985, pp. 19-49.

DELGADO, G. C. **O agronegócio**: realidade e fantasia rondando o país. Brasília: mimeo, 2004.

DELGADO, G. C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questão Agrária no Brasil: Perspectiva Histórica a Configuração Atual**. São Paulo: Instituto de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, nº. 2, pp.111-125, jan./abr. e mai./ago., 2010.

DE PAULA, J. de. **Desenvolvimento local**: textos selecionados. Brasília: SEBRAE, 2008.

DIAS, C. C. *et al.* **Núcleo Agrário “Terra e Raiz” (NATRA)**: Uma Experiência de Extensão Universitária Militante. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/CamiladeCastroDias.pdf>. Acessado em: 16 ago. 2008.

DUVAL, H. C. *et al.* Autoconsumo num Assentamento Rural: segurança alimentar e agroecologia em debate a partir de um estudo de caso. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, nº. 11, pp. 101-132, 2008.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V.L.S.B. Programas Municipais e Produções de Autoconsumo: Alternativas para o Desenvolvimento com Sustentabilidade nos Assentamentos de Araraquara – SP. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, nº. 10, pp. 67-81, 2006.

ESTADO DE SÃO PAULO. Poder Executivo. Decreto nº. 53.587, de 21 de outubro de 2008. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, v. 118, nº. 200, São Paulo, 22 de outubro de 2008. Disponível em: www.imprensaoficial.com.br. Acessado em: 05/05/2013.

ETGES, V. E. Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, nº. 18, pp. 23-26, maio/1991.

FABRINI, J. E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, nº. 19, pp. 75-94 jul./dez. 2002.

FABRINI, J. E. Território, Classe e Movimentos Sociais no Campo. **Revista da ANPEGE**, vol. 7, nº. 7, pp. 97-112, jan./jul. 2011.

FAGGIN, J. M. **Reforma Agrária, Sustentabilidade e Participação**: o caso do projeto de desenvolvimento sustentável São Luiz, Cajamar – SP. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília (UNB), Brasília/DF, 2009.

FAO. Bioenergy and Food Security: The BEFS Analytical Framework. **Environment and Natural Resources Management Series**, nº. 16, Roma, 2010.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FELICORI, D. D. *et al.* **Caracterização e mapeamento das práticas permaculturais presentes no assentamento rural Sepé Tiarajú, Serra Azul/SP**. In: Congresso de Iniciação Científica, 19ª edição, São Carlos/SP. Anais de Eventos da UFSCar, v. 7, 2011.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio e Reforma Agrária**. 2005. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgrariaA_Bernardo.pdf. Acessado em: 15 set. 2011.

FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: UNIARA, pp. 27-52, 2008a.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. **NERA**. Presidente Prudente, 2008b.

FERNANDES, B. M. Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaços e territórios como categorias essenciais. In: **I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo**. Brasília, 2005.

FERNANDES, B. M. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **OSAL**. Buenos Aires, ano IV, n. 11, p. 31-40, maio/ago. 2003.

FERNANDES, B. M.; LEAL, G.M.L. **Contribuições Teóricas para a Pesquisa em Geografia Agrária**. In: IV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia, São Paulo, 2002.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortex, 2001.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro**: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1999.

FERRANTE, V. L. S. B. O Estatuto do Trabalhador Rural e o Funrural: ideologia e realidade. **Perspectivas**, ano 1, v. 1, nº. 1, pp. 189-202, 1976.

FERRANTE, V. L. S. B. A proletarização não tem cartas marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias. **Revista Reforma Agrária**. Campinas/SP, v. 22, nº. 3, pp. 16-23, 1992.

FERRANTE, V. L. S. B. Os herdeiros da modernização: grilhões e lutas dos bóias-frias. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo/SP, v. 8, nº. 3, jun./set., 1994.

FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais x dinâmica regional: impactos e tensões. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL, ano VI, nº. 8, 2000.

FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária. In: VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL. Porto Alegre/RS, **Anais**, pp. 1354-1361, 2002.

FERRANTE, V. L. S. B. *et al.* Reforma agrária e “desenvolvimento como liberdade”: Uma nova visão sobre os assentamentos rurais do estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: NUPEDOR/UNESP-UNIARA, nº. 10, pp. 19-43, 2006.

FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 10, nº. 11, jul./dez, pp. 61-80, 2007.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. Assentamentos Rurais e Poder Local: Os Rumos da descentralização da Reforma Agrária. In: BERGAMASCO, S. M. P. P; AUBREÉ, M.; FERRANTE, V. L. S. B (Org.). **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Campinas/ SP: FEAGRI/ UNICAMP; Araraquara/SP: UNIARA; São Paulo/SP: INCRA, pp. 157-185, 2003.

FERRANTE, V. L. S. B. Dezoito Anos de Assentamentos Rurais: diferentes dimensões desta difícil maioria. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP, nº. 9, pp. 11-60, 2004.

FERRANTE, V. L. S. B. *et al.* Controvérsias do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais. **Interações**. Campo Grande, v. 11, nº. 1, pp. 9-21, 2010.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. A reforma agrária diante das estratégias do agronegócio: o caso dos assentamentos de Araraquara – SP, Brasil. In: VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, Porto de Galinhas, **Anais**, 2010.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. “Parcerias” com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias**. Porto Alegre, v.13, nº. 26, 2011.

FERREIRA, B. *et al.* Constituição Vinte Anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). In: **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, IPEA, nº. 17, v. 1, pp. 155-223, 2009.

FIRMIANO, F. **A formação cultural dos jovens do MST**: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto-SP. 234 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Na seca, assentado deixa o campo e trabalha na cidade**. São Paulo, ago./2010a.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Região atinge 3,26 milhões de pessoas, alta de 12,8%**. São Paulo, nov./2010b.

FOLZ, R. R. *et al.* Análise do programa de financiamento habitacional que possibilitou a utilização de técnicas construtivas não convencionais no Assentamento Rural Sepé Tiarajú, Serra Azul – SP. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL SUSTENTABILIDADE E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CHIS 2010), Porto Alegre, **Anais**, 2010.

FORTE, Y. A. *et. al.* Zoneamento geoambiental como ferramenta à implantação de saneamento ambiental no assentamento rural “Sepé Tiaraju” - Serra Azul/SP. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS, Araraquara, **Anais**, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

FREITAS, E. P. de. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) como Paradigma para a Implementação de Assentamentos de Reforma Agrária: o caso do assentamento Sepé Tiarajú em Serra Azul (SP). In: IV ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo/SP, **Anais**, pp. 739-773, 2008a.

FREITAS, E. P. de. **Agricultura Camponesa no Território do Agronegócio**: um estudo sobre os sem terra de Serra Azul e Ribeirão Preto (SP). 263 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008b.

FREITAS, E. P. de. **Novos caminhos para o ensino de Geografia**: a (re) significação das categorias “Espaço Geográfico” e “Paisagem” a partir do uso de imagens de satélites em sala de aula. 2009.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. B. C. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília/DF, v. 4, nº. 2, abr./jun., 2011

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: UNESP, 2008.

GOHN, M. G. A Abordagem marxista nos estudos sobre os movimentos sociais. In: I COLÓQUIO MARX ENGELS, Campinas: Cemarx, **Anais**, pp. 1-10, 1999.

GOLDFARB, Y. **A Luta pela Terra entre o Campo e a Cidade**: As Comunas da Terra do MST, sua Geração, Principais Atores e Desafios. 199 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.

GOMES, E.; SILVEIRA, P. R. C. da. **Agroecologia nos Assentamentos de Reforma Agrária – O Caso do Assentamento Alvorada/RS**. Disponível em: www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/44.pdf. Acessado em: 20/10/2010.

GOMES, M. A. F. G. *al.* Classificação das Áreas de Recarga do Sistema Aquífero Guarani no Brasil em Domínios Pedomorfoagroclicmáticos – Subsídios aos Estudos de Avaliação de Risco de Contaminação das Águas Subterrâneas. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 18, pp. 67-74, 2006.

GONÇALVES, J. C. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável?** A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto-SP. 134 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Carlos (UFSCar), São Carlos/SP, 2010.

GONÇALVES, J. C.; SCOPINHO, R. A. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto-SP. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP, nº. 13, pp. 239-262, 2010.

GONÇALVES, J. C.; SCOPINHO, R. A. Desenvolvimento Rural Sustentável: Um Estudo de Caso sobre as Perspectivas de Sustentabilidade Agroambiental num Assentamento de Reforma Agrária na Região Nordeste do Estado de São Paulo. *In*: II SIMPÓSIO DE PESQUISA DE PÓS-GRADUANDOS EM SOCIOLOGIA DA USP, UNICAMP, UFSCar, UFRJ e UNESP, 2009, São Paulo, **Anais**, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. **Nova Economia**. Belo Horizonte/MG v. 7, nº. 1, pp. 43-81, maio/1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

GRAZIANO, F.. Barril de Pólvora. **O Estado de São Paulo**, São Paulo/SP, dez./2004.

GUANZIROLI, C. E. *et al.* Assistência Técnica para Assentamentos Rurais. Análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER). **Relatório de Consultoria**. Rio de Janeiro/Brasília, 2003.

GUERRA, R. Verificando a viabilidade do PDS São Salvador no estado do Acre. **Ambiente & Sociedade**. Campinas/SP, v.7, nº.1, jan./jun., 2004.

HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, set./2004.

HEIDRICH, Á. L. **Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social**. Francisco Beltrão: Edunioeste, pp.37-66, 2004.

HOBBSBAWM, E. **A Era dos Extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em: 21/04/2012.

IEA. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. I Censo da Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, n. 31, p. 7-36, set./dez. 1997.

IEA. Instituto de Economia Agrícola. **Valor de Terra Nua**. Disponível em: http://ciagri.iea.sp.gov.br/nial/precor.aspx?cod_tipo=l&cod_sis=8. Acessado em: 21/04/2013.

IEA. Instituto de Economia Agrícola. **Estatísticas de Produção da Agropecuária Paulista**. Disponível em: http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/subjetiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1. Acessado em: 01/05/2013.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Decretos Desapropriatórios**. Versão 02/05/2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1501-decretos-desapropriatorios-versao-02-05-2013>. Acessado em: 01/07/2013.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de São Paulo – SR 08. **Termo de Compromisso de Conduta do Assentamento Mário Lago**. São Paulo: INCRA/SP, 2010a.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Retratos do Campo** – A reforma agrária que produz e alimenta. São Paulo: INCRA – SP, 2010b.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária** – Um PAC para o meio rural. São Paulo: INCRA – SP, 2009a.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Dialogando Conhecimentos** - Resultados da Parceria INCRA/FEPAF. São Paulo: INCRA – SP, 2009b.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de São Paulo. **Quadro de Áreas da Fazenda da Barra**. São Paulo: INCRA – SP, 2009c.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Encontro de Roças** – Reforma Agrária e o Meio Ambiente. São Paulo: INCRA – SP, 2008a.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Divisão de Desenvolvimento de Projetos. **Assentamentos Federais administrados pelo INCRA**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/saopaulo/arquivos/0626703497.pdf>. Acessado em: 26 abr. 2008b.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Divisão de Desenvolvimento de Projetos. **Assentamentos Estaduais administrados pelo ITESP**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/saopaulo/arquivos/0626703498.pdf>. Acessado em: 26 abr. 2008c.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Gestão Ambiental**. Brasília, 2008d.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Termo de Compromisso de Conduta do Assentamento Sepé Tiarajú**. São Paulo: INCRA – SP, 2007.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável** – PDS. Brasília: INCRA/MDA, 2006.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Guia da Reforma Agrária em São Paulo** – Introdução às Questões Agrárias e Fundiárias do Estado de São Paulo. São Paulo: INCRA – SP, 2005a.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de São Paulo. **Relatório de Gestão**. São Paulo INCRA – SP, 2005b.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de São Paulo. **Mapa Uso do Solo da Fazenda da Barra**. São Paulo INCRA – SP, 2005c.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria INCRA nº. 477, de 04 de novembro de 1999. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1999.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Canasat** - monitoramento da cana-de-açúcar via imagens de satélite. Mapa do Cultivo. Dados do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>. Acessado em: 16/06/2012.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Canasat** - monitoramento da cana-de-açúcar via imagens de satélite. Mapa do Cultivo. Dados do Município de Ribeirão Preto (SP). Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>. Acessado em: 16/06/2012.

ITESP. Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Portaria Itesp 77**. São Paulo, 2004.

ITESP. Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Assentamentos - Situação Quanto à Localização Municipal**. São Paulo, 2007.

JORGE, W. J.; SOUZA, J. G. de. Os Programas Especiais de Financiamento como Instrumentos de Integração Sócio-Econômica em Assentamentos Rurais: As Intenções e os Fatos. In: BERGAMASCO, S. M. P. P; AUBREÉ, M.; FERRANTE, V. L. S. B (Org.). **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Campinas/SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara/SP: UNIARA; São Paulo/SP: INCRA, pp. 187-212, 2003.

JÚNIOR, P. Agronegócio *versus* reforma agrária. **Brasil de Fato**, fev./2008.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Clauste-Gulbenkian, 2001.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KURANAGA, A. A. **Feiras do produtor**: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara. 134 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara/SP, 2006.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A Agricultura Familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAZZARETTI, M. Â. **A Produção da Ação Coletiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Papel das Lideranças**. Projeto de Pós-Doutorado, 2008.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LÊNIN, V. I. U. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, E. C. **Os Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (SP)**: Dissidências e Dinâmica Territorial. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2006.

LIRA, T. S.; BARONE, L. A. Redes de sociabilidade política num assentamento de reforma Agrária: notas de uma pesquisa. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP, nº. 10, pp. 191-202, 2006.

LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUZ, F. C. da *et al.* **Os Novos Caminhos na Luta pela Reforma Agrária**: O Caso da Comuna da Terra Irmã Alberta. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, **Anais**, pp. 1-11, 2009.

MANSUR, V. Orçamento para a reforma agrária em 2012 pode retroceder à era FHC. **Terra Livre**, 2011.

MARQUES, M. I. M. **Relação Estado e MST**: algumas fases e faces. Lutas & Resistências. Londrina, v. 1, pp.184-196, set./2006.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, nº. 12, pp. 57-67, jan./jun., 2008.

MARQUES, M. I. M. O Conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**. São Paulo, nº. 19, pp. 95-112, jul./dez., 2002.

MARTINS, J. S. As raízes da violência no campo. In: **O São Paulo**. Semanário da Arquidiocese de São Paulo. São Paulo, ano 53, nº. 2.698, p. A2, 20/05/2008.

MARTINS, J. S. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: UFRSG, 2003.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária - o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, J. S. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1980a.

MARTINS, J. S. A Sujeição da renda da terra ao capital. In: **Encontros com a civilização brasileira**, 22. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINETTI, T. H. *et al.* Pesquisa-ação participativa para execução de sistema de tratamento local de efluentes sanitários residenciais sustentável: caso do assentamento rural Sepé Tiaraju. **Ambiente Construído**. Porto Alegre/RS, v. 9, nº. 3, pp. 43-55, jul./set. 2009.

MARX, K. **O Capital** – Livro 3, volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MARX, K. Revolução e Contrarrevolução na Alemanha. In: IANNI, O. (Org.). **Marx**. São Paulo: Ática, 1988.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATHEUS, D. **Comunas da Terra** – Um novo modelo de assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. TCC - Universidade Federal de Juiz de Fora e Escola Nacional Florestan Fernandes, Juiz de Fora, 2003.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento. Coordenação-Geral de Implantação. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. 2012.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da Cidadania**. Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para Redução da Desigualdade Social no Meio Rural Brasileiro. 2007. Disponível em: www.cpact.embrapa.forum/11_06_07.pdf. Acessado em: 12/12/2011.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. SIT. Sistema de Informações Territoriais **Caracterização do Território Pontal Do Paranapanema-SP**. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=3528700>. Acessado em: 12/07/2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Manual de Operações. Brasília: MDA/INCRA, 2004.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Norma de Execução nº. 93, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre a aprovação de modelos de contrato de concessão de direito real de uso para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2010.

MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, M. I. P. (Org.). **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 33-40, 1969.

MITIDIERO, M. A. J. **As Contradições da Luta Pela Terra**: o caso do Movimento de Libertação dos Sem Terra. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo - USP (FFLCH), São Paulo, 2002.

MLST. Movimento de Libertação dos Sem Terra. **Cartilha do MLST**. 2008.

MORAIS, C. S. de. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. Caderno de Formação, nº. 11. São Paulo: MST, Secretaria Nacional, 1986.

MORAIS, L. A. S. de. Controle fitossanitário em assentamento de base agroecológica: um resgate do conhecimento tradicional. **Revista Brasileira de Agroecologia**, nº. 6, v. 1, pp. 57-66, 2011.

MOREIRA, R. J. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL (ALASRU), Porto Alegre, **Anais**, 2002.

MOREIRA, R. Sociabilidade e Espaço - As formas de organização geográfica das sociedades na era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências. **Agrária**. São Paulo, nº. 2, pp. 93-108, 2005.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MPA. Movimento dos Pequenos Agricultores. **Plano Camponês**. 2012.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Organização**. 10 jul. 2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330>. Acessado em: 12 out. 2011.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST ocupa Fazenda da Barra em Ribeirão Preto, SP**. 24 jul. 2007. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3925>. Acessado em: 8 mar. 2008.

NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.11/12, pp. 86-93, abr./jun., 1997.

NAVARRO, Z. “Mobilização sem emancipação” - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 189-232, 2002.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório São Paulo 2011**. Presidente Prudente/SP, out./2012.

NETTO, J. P. **Marxismo Impenitente** – Contribuição à História das Ideias Marxistas. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

NOBRE, H. G. *et al.* Implantação Participativa de Sistemas Agroflorestais no Assentamento Sepé Tiaraju. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, Brasília/DF, **Anais**, 2009.

NORDER, L. A. C. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho**. Dissertação (Mestrado) - IFCH/Unicamp, Campinas/SP, 1997.

NORONHA, E. O.; HESPANHOL, R. A. M. O Espaço Periurbano no Município de Jundiaí – SP: características e tendências atuais. **Revista Formação**, v. 1, nº. 15, pp.85-96, 2011.

NOVAES, E. D.; RIBEIRO, N. S. Consciência Jurídica dos Assentados da Reforma Agrária: Direito, Justiça e Legitimidade no Assentamento de Serra Azul – SP. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, nº. 11, pp. 71-100, 2008.

OLALDE, A. R.; PORTUGAL, C. A. Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil. In: XLII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Cuiabá, **Anais**, 2004.

OLIVEIRA, A. S. de. **Assentamentos Rurais em Hortos Florestais da Região Norte do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara/SP, 2006.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia e os movimentos sociais**. São Paulo: USP (digitado), 2007a.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007b.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O Campo no Século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, pp. 29-70, 2004.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, nº. 43, set./dez. 2001a.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001b.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, A. U. Renda da terra absoluta. **Orientações**. São Paulo, nº. 7, pp. 77-85, 1985.

OLIVEIRA, P. M. de; FERRANTE, V. L. S. B. O Programa de Aquisição de Alimentos no PDS Sepé Tiarajú: bloqueios e perspectivas. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP, v. 16, nº.1, pp. 77-110, 2013.

OLIVETTE, M. P. A.; CAMARGO, F. P. de. Concentração Fundiária no Estado de São Paulo, 1996-2008. **Informações Econômicas**. São Paulo/SP, v. 39, nº. 6, jun./2009.

PAULINO, E. T. Sujeição da Renda Camponesa da Terra no Contexto da Monopolização do Território pelo Capital. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, ano 1, v.1, nº. 1, pp. 5-20, nov./2004,

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PMA. Prefeitura Municipal de Araraquara *et al.* **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável 2010 – 2013**. 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **De Saberes e de Territórios**: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Niterói, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. **OSAL**. Buenos Aires, ano VI, nº. 16, pp. 23-34, jan./abr., 2005.

QUEDA, O. *et al.* Assentamentos Rurais: alternativas frente ao agronegócio. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP, nº. 12, pp. 47-68, 2009.

QUEIROZ, M. I. P. Dialética do rural e do urbano. In: **Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil**. São Paulo: Ed. LTC, pp. 263-311, 1978.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, L. O.; PELLEGRINI, J. B. R. Impactos da expansão canavieira em Ribeirão Preto – SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, nº. 2, pp. 1361-1364, out./2007.

RAMOS, P. Políticas Públicas e Perspectivas de Viabilização dos Assentamentos Rurais. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP, nº. 12, pp. 69-86, 2009.

RAMOS, D. A. R. **Território e indústria**: as empresas metalomecânicas em Sertãozinho. 136 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP, 2008.

REIS, D. S. **O Rural e Urbano no Brasil**. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), Caxambu/MG, **Anais**, 2006.

RICCI, R. A imagem pública do MST. **Revista Espaço Acadêmico**. São Paulo, ano VIII, nº. 86, jul./2008.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPPEL, 2003.

SAMPAIO, P. A. **A Mística**. Vozes Sem Terra. As Imagens e as Vozes da Despossessão: A Luta pela Terra e a Cultura Emergente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), nov. 2002.

SANTOS, F. F. **O papel do Banco da Terra na reconstrução do rural**: um estudo de caso. II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Indaiatuba/SP, 2004.

SANTOS, M. Globalização e Reforma Agrária. **AGB Informa**, nº 59, 4º trimestre/1995.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, M. A. **Os Tempos e os Territórios da Colonização Italiana**. Porto Alegre, 2002.

SCHREINER, D. *et al.* Entrevista com o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Espaço Plural**. Marechal Cândido Rondon, Ano VII, nº. Especial, pp. 04-07, jul./dez. 2006.

SCOPINHO, R. A. *et al.* **Trajetórias e Expectativas de Famílias do Assentamento Sepé Tiarajú**. São Carlos: UFSCar/Departamento de Psicologia, 2005.

SCOPINHO, R. A. O processo organizativo do assentamento Sepé Tiaraju: novos ânimos no cenário dos movimentos sociais na região de Ribeirão Preto. **Reforma Agrária**, Revista da ABRA. São Paulo, v. 34, nº 1, pp. 149-176, jan./jun., 2007.

SCOPINHO, R. A. Em busca de “elos perdidos”: projetos de assentamentos e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo/SP, v. 12, nº. 2, pp. 257-270, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERI, F. C. **Experiência, memória e autonomia em um assentamento de reforma agrária na região de Ribeirão Preto-SP**. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2010.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 8, nº. 7, pp. 1-21, jul./dez. 2005.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, M. A. M. Trabalho e Trabalhadores na Região do “Mar de Cana e do Rio de Álcool”. **Agrária**. São Paulo, nº. 2, pp. 2-39, 2005.

SILVA, M. A. M. Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas. **InterfacEHS**. São Paulo, v.3, nº. 2, pp. 1-31, abr./ago., 2008.

SILVA, R. P. A Gestão do INCRA e a Questão Agrária em São Paulo: Período 2003-2010. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, v.14, nº. 1, pp. 323- 2011.

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada: (re) construção do território camponês em Promissão**. Tese de Doutorado em Geografia – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.

SIMONETTI, M. C. L. Os sentidos do trabalho para as famílias dos assentamentos Rurais. In: SIMONETTI, M.C.L. (Org.). **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, pp. 53-65, 2011.

SINGER, P. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. In: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C.C. e GALPIN, C. J. Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e urbano. In: MARTINS, J. S. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981, pp. 121-31.

SOUZA, E. J. S. Os seis principais movimentos de luta pela terra no Brasil: A CPT como movimento socioterritorial. **NERA**. Presidente Prudente, nº. 17, maio, 2009b.

SOUZA, J. G. de. A questão ambiental na Reforma Agrária: os assentamentos como territórios produtores e protetores de água. In: SEVERI, F.C.; ANDRADE JÚNIOR, J.R.P.; SILVA, A.P.S. (Org.). **O agrário e o ambiental no século XXI: estudos e reflexões sobre a Reforma Agrária**. 1ª ed. Curitiba-PR: Editora CRV, v. 1, pp. 23-42, 2013a.

SOUZA, J. G. de. **A Questão Indígena: acumulação por espoliação e monopolização do território (A economia política do agronegócio)** (digitado), 2013b.

SOUZA, J. G. de; PERES, R. T. Commodities e água: fundamentos ambientais da questão agrária. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, **Anais**, Belo Horizonte (MG), 2012.

SOUZA, J. G. de. Apresentação. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 9, nº. 2, pp. 1-4, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>. Acessado em: 01/05/2013.

SOUZA, J. G. de. Limites do Território. **Agrária**, São Paulo, nº. 10/11, pp. 99- 30, 2009a.

SOUZA, J. G. de. **Questão de Método**: a homogeneização territorial paulista. Tese (Livre Docência) – UNESP/FCAV, Jaboticabal, 2008a.

SOUZA, J. G. de. **La production d'agro-carburants au Brésil: Bio-essence ou Nécro-essence?** jul. 2008b. Disponível em: <http://portailenvironnement.ca/agriculture/la-production>. Acessado em: 16/05/2013.

SOUZA, J.G. de. A questão ambiental na Reforma Agrária: os assentamentos como territórios produtores e protetores de água. In: SEVERI, F.C.; ANDRADE JÚNIOR, J.R.P.; SILVA, A.P.S. (Org.). **O agrário e o ambiental no século XXI**: estudos e reflexões sobre a Reforma Agrária. 1ª ed. Curitiba-PR: Editora CRV, v. 1, pp. 23-42, 2013.

SOUZA, M. A. A Dinâmica Territorial da Expansão do Agronegócio Sucroalcooleiro: contribuições teóricas para a atuação dos movimentos sociais. **Agrária**. São Paulo, nº. 9, pp. 3-24, 2008.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

SOUZA, V. F. de; BERGAMASCO, S.M.P.P. A presença do MST e da Comcamp nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, nº. 10, pp. 143-155, 2006.

SPAROVEK, G. *et al.* Environmental, land-use and economic implications of Brazilian sugarcane expansion 1996-2006. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, v. 14, pp. 285-298, 2009.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

SZMRECSÁNYI, T. O IAA como órgão de planejamento e controle, atuação e redirecionamento. In: SIMPÓSIO SOBRE SÓCIO-ECONOMIA CANAVIEIRA, Jaboticabal/SP, **Anais**, pp. 31-71, 1978.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Os Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. A Reprodução Subordinada do Campesinato. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 2, nº. 2, pp. 109-117, 1981.

TEIXEIRA, A. C. H. Do Romper da Cerca ao Acesso a Terra: resgate e registro dos caminhos percorridos pelas famílias pioneiras da Comunidade Agrária 21 de Dezembro, Descalvado - SP. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, v. 14, nº. 1, pp. 197-217, 2011.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMAZ JÚNIOR, A. **A territorialização do monopólio**: as agro-indústrias canavieiras em Jaboticabal. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1988.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por Trás dos Canaviais, os “nós” da cana**. São Paulo: Annablume, 2002.

TONETO, B. Educação no campo: a experiência do Movimento Sem Terra. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**. Brasília, n. 45, p. 19-26, 2007.

TONETTO, S. M. **Clamores da luta pela terra**: Igreja e trabalhadores na busca da transformação social. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 2007.

TRIBUNA. **Na região de Ribeirão preto não tem mais para onde crescer a plantação de cana**. Taquaritinga, 7 de setembro de 2012.

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta**: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

ÚNICA. União da Agroindústria Canavieira de São Paulo. Departamento de Economia e Estatística. **Licenciamento anual de autoveículos novos no Brasil (ciclo Otto) por tipo de combustível**. 2013. Disponível em: www.unica.com.br/unicadata. Acessado em: 31/07/2013.

VALE, S. B. do. **O Assentamento Dezesete de Abril e seu Projeto de Escola Integral para o Campo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, 2011.

VASQUEZ, G. C. F. **Experiência e luta pela terra**: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST. 397 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2009.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Territorial do Brasil**: do entulho varguista ao zoneamento ecológico. Disponível em: www.fea.usp.br/professores/zeeli/. 22 p. Acessado em: 09/11/2003.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável** – o desafio do século XXI. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VILLAR, P. C.; RIBEIRO, W. C. Sociedade e gestão do risco: o aquífero Guarani em Ribeirão Preto-SP, Brasil. **Revista de Geografia Norte Grande**. Santiago, nº. 43, set./2009.

XAVIER, C. V. *et. al.* Monopólio na produção de etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell. In: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2011** – Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos: Expressão Popular, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17 - Processos Sociais, Caxambu (MG), 1996.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº. 15, out./ 2000, p. 87-145.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Pernambuco, nº. 2, pp. 29-37, jul./dez., 2000a.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem/CNPq, 2002.

WHITAKER, D. C. A. Reforma Agrária e Meio Ambiente: Superando Preconceitos Contra o Rural. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara: UNIARA/NUPEDOR/INCRA, 2009, nº. 12, p. 33-46.

WHITAKER, D. C. A. Propostas Metodológicas para Pesquisa de Campo em Assentamentos de Reforma Agrária. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: UNIARA/NUPEDOR/CNPq, nº. 14, pp. 17-29, 2011.

WOORTMANN, E. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora UNESP; Brasília/DF: Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ZORZENON, L. F. F. **Planejamento Rural no Contexto do Plano Diretor Participativo**. In: FÓRUM PERMANENTE DE DEBATES: RIBEIRÃO PRETO DO FUTURO. Ribeirão Preto: Casa da Agricultura de Ribeirão Preto/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)/Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto (AEAARP), 2006.

Websites visitados:

<http://www.ciagri.iea.sp.gov.br>

<http://www.cpact.embrapa.forum>

<http://www.cptnacional.org.br>

<http://www.dsr.inpe.br>

<http://www.fea.usp.br>

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>

<http://www.imprensaoficial.com.br>

<http://www.incra.gov.br>

<http://www.mst.org.br>

<http://www.nead.gov.br>

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil>

<http://www.portailenvironnement.ca>

<http://www.portaltransparencia.gov.br>

<http://www.sit.mda.gov.br>

<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural>

<http://www.unica.com.br>

ANEXOS

Anexo A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada (PA's)

Perfil Ocupacional
Nome:
Idade:
Escolaridade:
Profissões exercidas:
Número do lote:

1. Assentamento Bueno de Andrada

- 1.1. Quando vocês começaram a arrendar os lotes familiares para a usina
- 1.2. O que os levou a arrendar o seu lote familiar para a usina (condições materiais)
- 1.3. Qual é o significado do trabalho/terra para o senhor (a) (valor simbólico-concepção rentista)
- 1.4. De que maneira funciona este sistema de parceria com a usina
- 1.5. Quais problemas tiveram com esse sistema de parceria/baixos rendimentos/meio ambiente
- 1.6. Quantos contratos existem no assentamento.
- 1.7. O número de contratos vem aumentando ou diminuindo
- 1.8. Os técnicos do Itesp intermediaram os contratos de arrendamento
- 1.9. O assentamento continua a ser uma área de reforma agrária (sujeição da terra ao capital)
- 1.10. Qual é o futuro desse sistema de parcerias e do assentamento

Obs.: Solicitar ao assentado uma cópia do contrato com a usina

- Solicitar que desenhe o lote antes de ser arrendado. Ex: moradia, plantações animais.
- Buscar perfil produtivista (arrendamento)
- Buscar perfil com escolaridade (não arrendamento/liderança política)

Anexo B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada (PDS's)

Perfil Ocupacional
Nome:
Idade:
Escolaridade:
Profissões exercidas:

2. Assentamentos Sepé Tiarajú, Mario Lago, Santo Dias, Índio Galdino, Luiza Mahin

Constituição do campesinato

2.1. Quais elementos do campesinato estão presentes neste assentamento

- Percepção não rentista/produtivista
- Diversificação produtiva
- Produção de alimentos
- Cuidados com o meio ambiente

2.2. De que maneira o movimento se diferencia dos demais movimentos presentes no assentamento

- Posições ideológicas - concepções sobre a reforma agrária
- Organização social
- Organização da produção
- Por que ocorreram as divisões

Elementos constitutivos do território

Relações de Poder

2.3. Como são as relações comunitárias entre as famílias assentadas

2.4. Como é o relacionamento das famílias assentadas com as lideranças do movimento

2.5. De que maneira é realizada a escolha das lideranças

Simbologia

2.6. Quais símbolos da reforma agrária estão presentes neste assentamento

Normas organizativas

2.7. As famílias concordam com: o modelo de organização social estabelecido pelo movimento

2.8. Com o modelo de organização da produção estabelecido pelo movimento

2.9. Com as regras do Termo de Ajustamento de Conduta estabelecidas pelo MST, INCRA e MP

2.10. Com o regimento interno estabelecido pelo movimento

Identidade subjetiva

2.11. O senhor (as) se considera um camponês.

2.12. Qual é o significado do trabalho/terra para o senhor (a) (concepção não rentista/produtivista)

2.13. De que maneira o modelo de assentamento PDS/Comuna da Terra tem auxiliado a permanecerem na terra conquistada, não arrendando os lotes para a agroindústria.

* Receberam propostas para arrendarem os lotes familiares

* Algum lote familiar foi arrendado

2.14. Como o PDS se diferencia dos modelos convencionais de assentamento

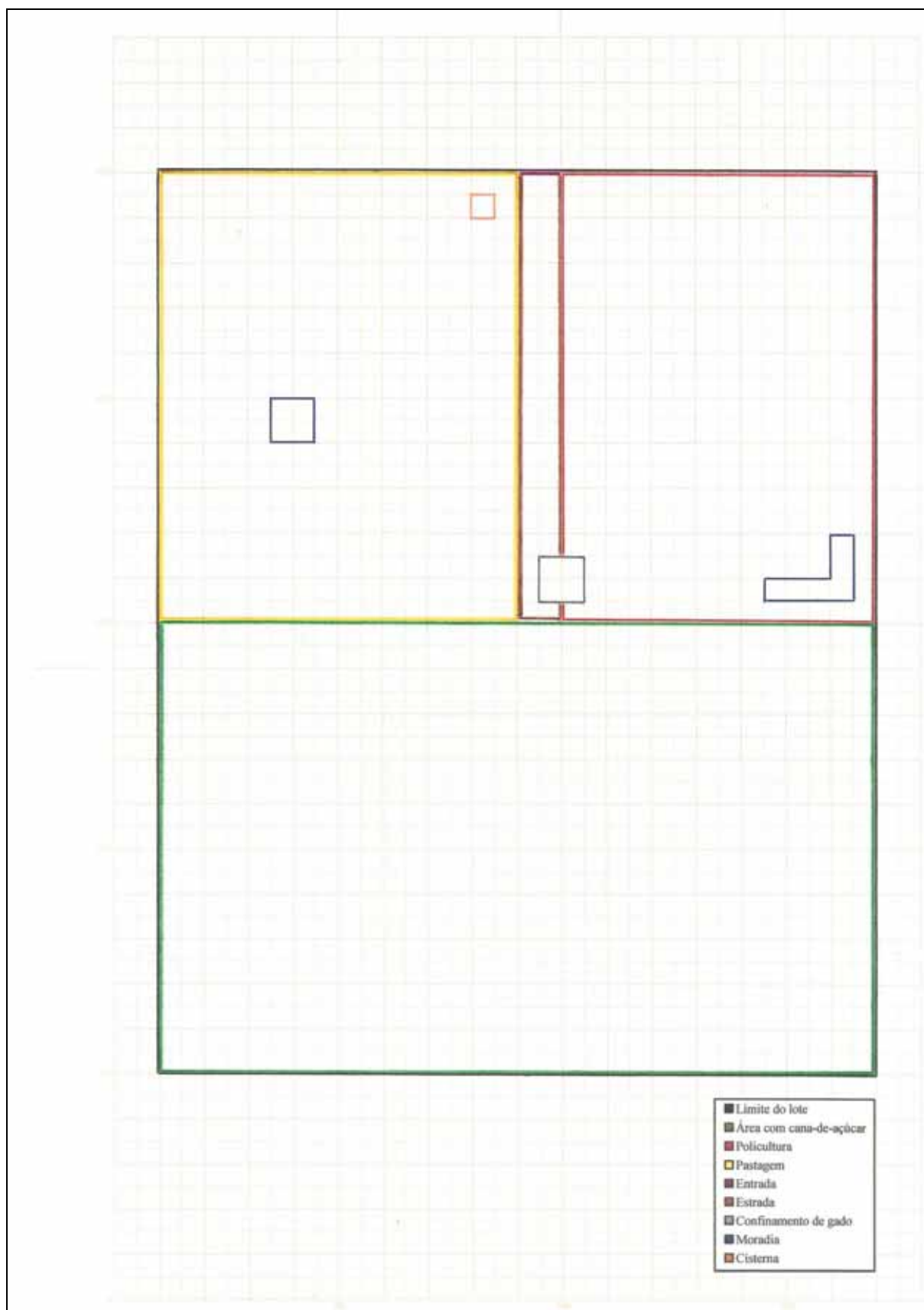
2.15. As famílias concordaram com esse assentamento estabelecido pelo Movimento e pelo MP

- * Número de famílias assentadas

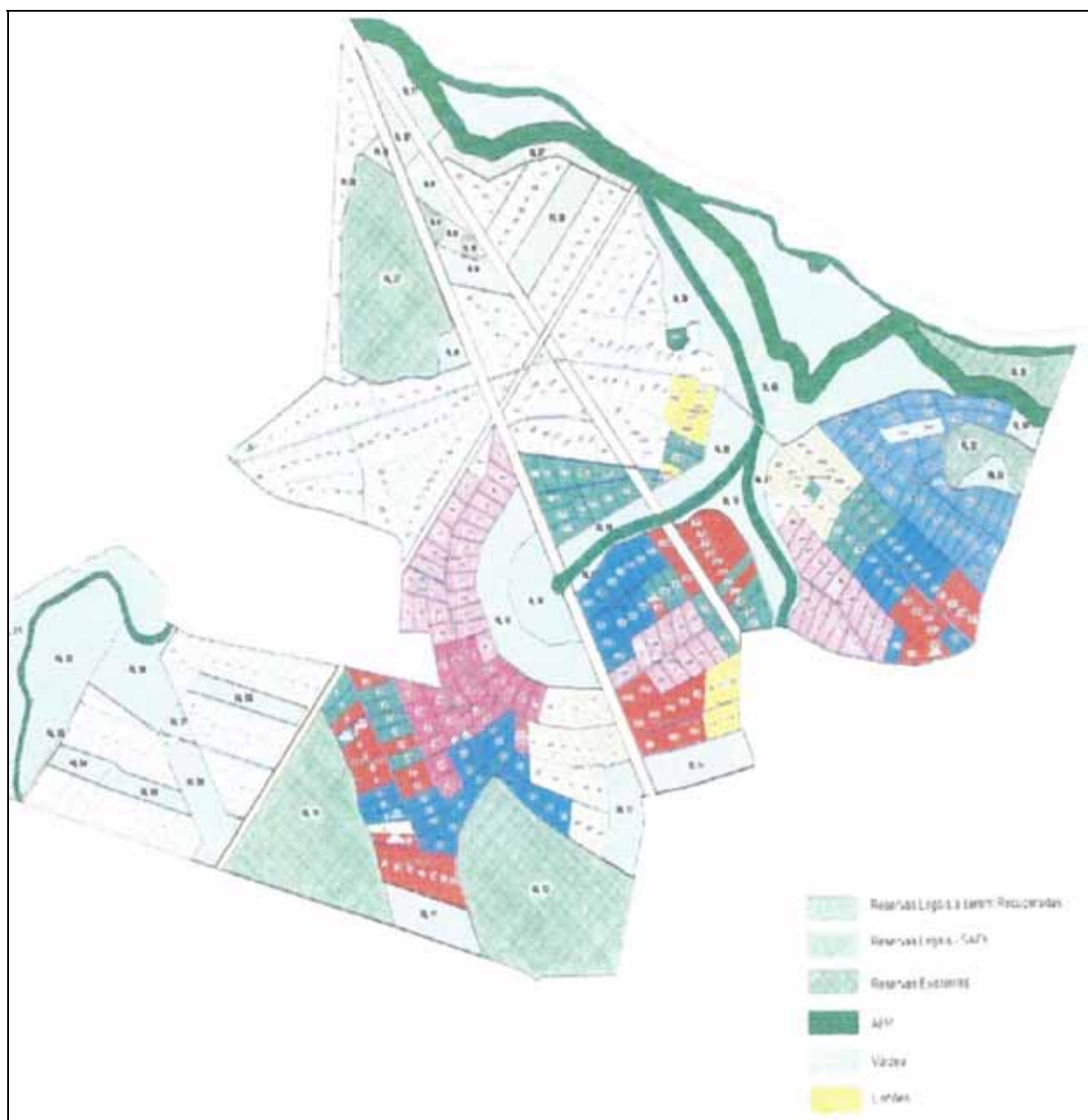
- * Tamanho do lote familiar

- * Tamanho da área de preservação ambiental

2.16. Qual é o futuro do assentamento (irá se consolidar como um assentamento de reforma agrária ou irá se transformar em um bairro rural)

Anexo C – Croqui de Lote Familiar com Produção de Cana-de-açúcar

Anexo D – Áreas de Preservação da Fazenda da Barra



Fonte: Gonçalves, 2010.

APÊNDICE

Relatório de Estágio de Pesquisa no Exterior

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA, REPRODUÇÃO SOCIAL E SUPERAÇÃO DO CAMPESINATO EUROPEU FRENTE À CRISE DO CAPITALISMO NEOLIBERAL: O CASO DO POVOADO DE MARINALEDA (PROVÍNCIA DE SEVILHA, ESPANHA)¹⁵⁸

Resumo: O presente estudo objetiva analisar as experiências e estratégias de resistência, reprodução e superação do campesinato europeu territorializado na comunidade agrícola de Marinaleda (Província de Sevilha, Espanha) frente à crise do capitalismo mundial, em uma análise comparativa com os processos de reprodução social do campesinato brasileiro territorializado, especialmente, a partir da atuação política dos movimentos sociais camponeses em projetos de assentados rurais de reforma agrária, subdivididos em assentamentos convencionais e ambientalmente diferenciados, reconhecidos institucionalmente pelas siglas PA's e PDS's. Neste sentido, pretende-se nesta pesquisa analisar na referida espacialidade os processos de ocupação liderados por movimentos sociais camponeses, a implementação de sistemas cooperativos e adoção de estratégias de produção/comercialização coletiva, assim como, estratégias estabelecidas com o poder público local e processos de consolidação de políticas públicas com efetiva participação da comunidade, como forma de determinação territorial camponesa.

Palavras-chave: estratégias de resistência; reprodução social; superação; campesinato europeu; crise do capitalismo neoliberal.

Introdução

O principal objetivo desta pesquisa consiste em analisar as principais experiências de estratégias de resistência, reprodução social e superação do campesinato europeu espacializado e territorializado na comunidade agrícola de Marinaleda (Província de Sevilha, Espanha) frente à crise do capitalismo mundial iniciada em 2008, em uma análise comparativa com os processos de reprodução social do campesinato brasileiro territorializado, especialmente, a partir da atuação política dos movimentos sociais camponeses em projetos de assentados rurais de reforma agrária, sendo que, para tanto utilizaremos para fins de análise teórica do campesinato europeu as principais conceituações teóricas desenvolvidas em torno dos conceitos de território e campesinato, categorias analíticas essas que vêm se tornando extremamente caras a geografia e, em especial, a geografia agrária.

A partir da perspectiva teórica adotada considera-se neste estudo que a ação sócio-espacial dos sujeitos e de suas formas de organização, os movimentos sociais, se consolidam a partir de dois momentos distintos, a espacialização e a territorialização. O primeiro processo se estabeleceu claramente a partir da organicidade produzida pelos movimentos sociais e sua articulação no campo e na cidade, construindo um amplo espectro de forças democráticas instaurando o debate e o conflito sócio-espacial, que se consubstancia a partir da

¹⁵⁸ Estágio de Pesquisa no Exterior realizado na Universidade de Córdoba (UCO) – Espanha, entre 01/05/2014 a 31/07/2014, mediante concessão de Bolsa BEPE pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Processo FAPESP: 2013/25870-8

monopolização do território pelo capital. O segundo momento se materializa a partir das formas de ocupação e resistência, demarcados pela desapropriação das terras e a efetiva territorialização de novas relações sócio-espaciais de produção.

Os estudos que se desenvolveram sobre o campesinato europeu processaram-se, especialmente, em um momento de expansão e hegemonia do capitalismo industrial, cuja inserção no universo agrário europeu, no entendimento dos teóricos marxistas ortodoxos, determinariam a sua expulsão e completa destruição, transformados pelas forças do capital em proletários urbanos, o que de fato não se consumou, restando-nos neste sentido poucos estudos sobre a permanência e sobrevivência desta classe social em um momento de crise do capitalismo mundial, o que acarretará um significativo ganho a produção geográfica brasileira.

A atual crise do capitalismo neoliberal, precipitada pela falência do tradicional banco de investimentos estadunidense Lehman Brothers e da seguradora American International Group (AIG), que pode ser interpretada por distintos ângulos, como uma crise das finanças globais desreguladas ou como uma crise da ausência de regulamentação do aparato estatal sobre o mercado financeiro, originada na “bolha da internet” (2001), ou em um segmento específico do sistema financeiro norte-americano e propagada para outros setores da economia mundial a partir de hipotecas de mercado *subprime*, onde havia se criado uma pirâmide artificial de títulos securitários sofisticados que desmoronaram em razão da crise iniciada no mercado imobiliário.

A crise iniciada no sistema imobiliário norte-americano, em poucas semanas, torna-se um movimento sistêmico atingiu o continente europeu, impactando, fortemente, o território espanhol. Neste sentido, dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao primeiro trimestre de 2013, demonstram que o desemprego continua em um movimento ascendente na Espanha, atingindo 27,16% entre a população economicamente ativa (PEA), tratando-se do mais alto nível de desemprego desde a queda do regime franquista, em 1976, registrando a “quarta economia” da Zona do Euro 6.202.700 milhões de desempregados, 237.400 a mais em relação ao trimestre anterior (SEGRE, 2013).

Entre os jovens até 25 anos, os índices de desemprego atingem o percentual de 57,22% e entre os migrantes, o segundo grupo populacional mais atingido pela crise, existe cerca de 1,3 milhão de desempregados, atingindo 39,21% da população economicamente ativa (PEA), o que inclusive resultou em uma redução da população espanhola em 205.788 habitantes, em relação a 2012, especialmente, em razão da fuga de espanhóis em busca de emprego e retorno da população migrante para os países de origem (SEGRE, 2013).

Neste contexto de crise do capitalismo neoliberal, o discurso político propalado pelo poder público de Marinaleda, coletado em pesquisa de campo, assevera que o povoado, a exemplo da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não impactada pela crise de superprodução e/ou subconsumo de 1929) se sobressai como a única localidade espanhola que não foi profundamente atingida pela crise do mercado financeiro mundial, mantendo-se imune e caracterizando-se como uma ilha de prosperidade e tranquilidade em meio a uma dramática situação que assola o país desde 2008. Enquanto no restante da Espanha os índices reais de desemprego podem atingir o patamar de 32%, Marinaleda vive uma situação de pleno emprego, situando o desemprego entre 0% a 4% da população

economicamente ativa, com uma renda média de 47 euros por dia (ou 1.128 euros ao mês), comportando ainda baixos índices de criminalidade e ausência de especulação imobiliária, pois enquanto na Espanha a hipoteca de uma residência custa em média 1.000 euros ao mês, no povoado permanece em torno de 15 euros ao mês.

Os procedimentos metodológicos próprios a essa pesquisa consistem em partir do empírico, no caso em estudo, a comunidade agrícola de Marinaleda, abarcando suas relações com outros conjuntos empíricos (a crise do capitalismo neoliberal e os processos de reprodução social do campesinato brasileiro territorializado em projetos de assentamentos rurais de reforma agrária), investigar a sua gênese histórica (os processos de ocupação de terra liderados pelo Sindicato dos Obreros del Campo (SOC) na década de 1980) e o seu desenvolvimento interno (cooperativização da terra, da produção agrícola e o processamento agroindustrial), reconstruindo, no plano do pensamento, todo esse processo.

O circuito investigativo recorre compulsoriamente à abstração, à teorização do campesinato compreendido enquanto uma classe social que se reproduz no campo através de relações não capitalista e o território compreendido como produto da luta de classes, alicerçado sobre as relações de poder, retornando comumente ao seu ponto de partida, a comunidade agrícola de Marinaleda e, a cada retorno, compreendendo-a de modo cada vez mais inclusivo e abrangente. Os acontecimentos, a cada nova abordagem, se apresentarão como produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento maior que os engendra, a crise de reprodução do capitalismo financeiro. A pesquisa, portanto, procede por aproximações sucessivas ao real, abarcando a história dos processos simultaneamente às suas particularidades internas.

A estratégia de pesquisa empregada neste trabalho é o estudo de caso, estratégia de pesquisa essa própria das ciências sociais, pois o estudo de caso é aplicado a fim de se encontrar respostas para as questões de “como” e “por que”, ao estudo de fenômenos sociais complexos e pouco controláveis, sendo que seus objetos de estudo são: sujeitos sociais, as organizações, as corporações, os grupos sociais, as instituições, os fenômenos políticos, os movimentos sociais e comunidades agrícolas, estratégia de pesquisa esta que permite um amplo detalhamento destes processos inerentes às ciências humanas e, em particular, à geografia.

Além de uma revisão bibliográfica de cunho teórico, concedeu-se a esta pesquisa um caráter empírico, mediante a realização de trabalhos de campo que se pautaram em uma coleta de dados por intermédio de entrevistas semiestruturadas junto a moradores da comunidade agrícola e lideranças políticas locais, procurando identificar em que medida os aspectos sócio-territoriais (organização social/produção e relações de poder) comparecem como elementos de resistência e superação da crise do capitalismo financeiro. A definição da amostra específica de sujeitos da pesquisa a serem entrevistados pautara-se no número de moradores envolvidos direta e diariamente no sistema cooperativa (42 cooperados), pretendendo atingir a porcentagem de 10% de entrevistados, considerada uma amostragem segura em termos quantitativos.

Ainda quanto às questões de caráter metodológico, convém considerar que a pesquisa de campo realizada Marinaleda ocorreu entre os meses de maio e julho de 2014 e

neste sentido, os dados apresentados neste estudo referem-se ao um determinado momento sócio-histórico-político-econômico vivenciado pela Zona do Euro e pela comunidade campesina ou de trabalhadores rurais cooperados espacializados e territorializados na Região de Andaluzia. Os desafios enfrentados nesta pesquisa de campo referem-se especialmente ao isolamento do vilarejo, o “fechamento” dos moradores e as dificuldades estabelecidas pela fluência da língua, que quase chega a caracterizar-se como um dialeto da língua espanhola, especialmente com relação aos moradores do campo andaluz.

Caracterização histórica-sócio-espacial de Marinaleda

É única, eu tão pouco não a entendo, eu que vivo aqui, eu a não entendo, não entendo porque aqui vêm gente de Brasil, de Itália, da Eslovênia, alemães, então, quando você vê aqui tanta gente de fora, advogados, professores, jornalistas, eu penso e digo isso não é normal, esta gente está louca (Sr. Antônio, Morador de Marinaleda, 2014).

Marinaleda caracteriza-se como um pequeno povoado predominante agrícola, localizado na região sul da Espanha, especificamente, na porção sudeste da Província de Sevilha, Comarca de Estepa, Comunidade Autônoma da Andaluzia¹⁵⁹, com área de 24,8 km², uma população estimada em torno de 2770 moradores, distando a cerca de 100 km da capital provincial (Sevilha) (Figura 1) e a 90 km da cidade de Córdoba (Junta da Andalucía, 2013)¹⁶⁰. Geograficamente, o povoado é constituído por dois agrupamentos humanos, o vilarejo de Marinaleda e a aldeia de Matarredonda (Figura 2), que possui uma população estimada em cerca de 570 habitantes, sendo os dois povoados unidos pela Avenida da Liberdade, a principal via pública de Marinaleda. Os vilarejos foram unidos pelo poder público municipal de Marinaleda em razão da identidade cultural entre seus moradores e, neste sentido, os discentes de Matarredonda utilizam-se do sistema de ensino de Marinaleda.

¹⁵⁹ Em sua divisão administrativa, o “território” espanhol encontra-se dividido em 17 comunidades autônomas e duas cidades autônomas, subdivididas em 52 províncias, aonde se encontram suas comarcas e municípios.

¹⁶⁰ Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía, 2013.

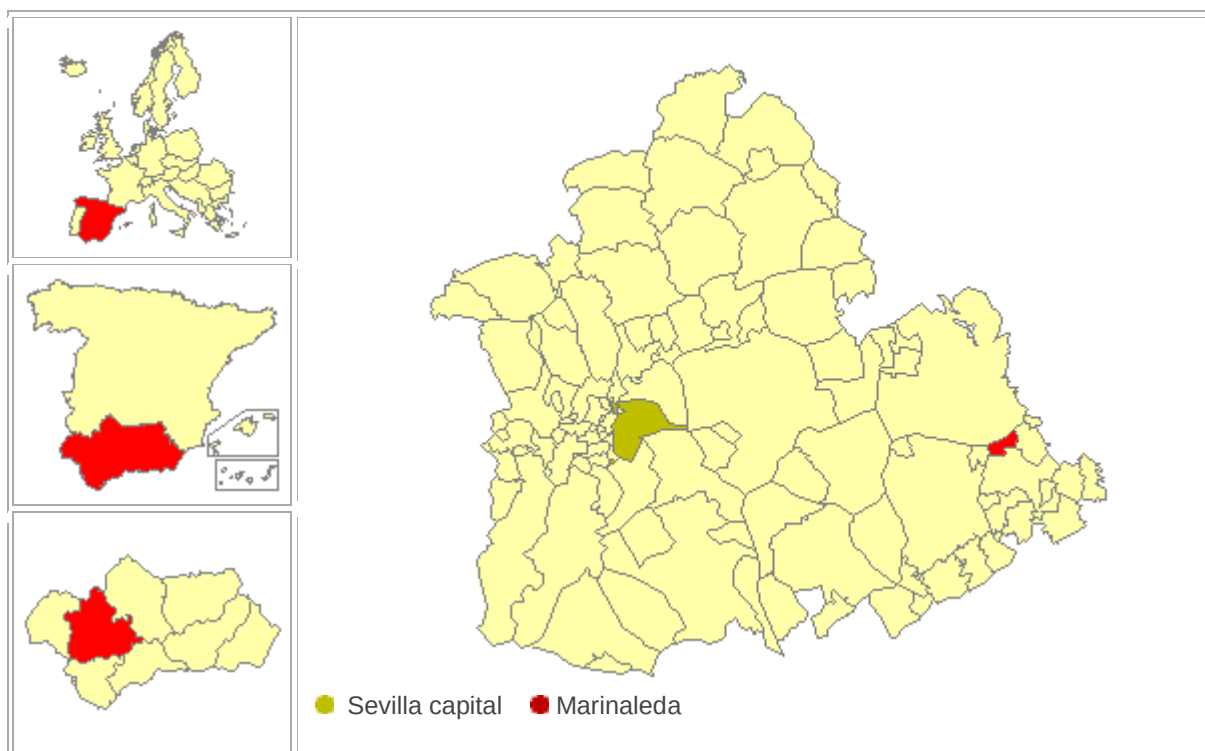


Figura 1 - Localização de Marinaleda em Relação à Sevilha

Fonte: Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía, 2013.



Figura 2 - Vista Aérea de Marinaleda e Matarredonda

Fonte: Google Earth, 2010.

Dessa maneira, Marinaleda encontra-se inserida em uma espacialidade (Comunidade Autônoma da Andaluzia), sobretudo, caracterizada por grandes propriedades agrícolas, pertencentes a uma aristocracia senhorial secular, os denominados *terratenientes*, que

exploram trabalhadores rurais assalariados, os denominados jornaleiros (diaristas), em condições precárias, análogas ao trabalho escravo, classe social essa que retém ainda a posse de cerca de 50% de suas terras.

A origem desse processo de concentração fundiária remonta à distribuição de terras das ordens militares e religiosas no transcorrer da conquista do território andaluz e expulsão dos árabes nos séculos XII-XIV. Prolonga-se a desamortização em distintas etapas pelas quais se expropriaram e “vendem” aos capitalistas a preços simbólicos as “terras mortas” – aquelas que estavam nas mãos da nobreza e da Igreja, mas também as terras comunais – e se fortalece com a contrarreforma agrária do regime franquista. Tais dinâmicas históricas se fortalecem no século XX, com a integração da agricultura andaluza e espanhola à modernização agrária na década de 1960 e adiante com a denominada Revolução Verde e a Política Agrícola Comum da União Europeia (PAC) (ALMEIDA, *et al*, 2014).

Além desse processo de concentração, que se prolonga desde o século XII ao XX, o povoado de Marinaleda encontra-se circundado ou está inserido em uma região que ser ainda caracterizada pela agricultura comercial, convencional (utilização de agroquímicos) e monocultora, observando-se, dessa maneira, nesta espacialidade um processo de homogeneização da paisagem agrícola, com o cultivo de vastas plantações trigo, girassol e oliveira, responsáveis por produzirem cerca de 70% do azeite espanhol (Figura 3), mas empregando um reduzido número de trabalhadores rurais.



Figura 3 – Produção de Oliveira e Girassol

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.

Neste estudo, compreendemos os processos de homogeneização da paisagem agrícola verificados na Região de Andaluzia (produção de girassol e oliveiras), especialmente, a partir das contribuições de Souza (2008), conceituadas como:

(...) uma lógica de domínio territorial do capital monopolista no campo (...) e que altera as estruturas produtivas concorrendo com a substituição de culturas regionais, a adoção de padrões técnicos produtivos que reduzem a pluralismo produtivo e tecnológico. Da mesma forma altera as relações sociais de produção tanto na lógica da subsunção do trabalho pelo viés do assalariamento, quando no limite não se realizam subordinações no regime de trabalho escravo, bem como a subsunção da natureza seja pela trajetória de extenuação do solo, bem como da redução das áreas de proteção permanente. (...) Neste sentido é que se toma o conceito de homogeneização territorial, uma vez que as relações de poder e de dominação se estabelecem por uma lógica de apropriação territorial e de avanço do capital monopolista no campo que impõem profundas mudanças nas relações sociais de produção e em suas formas de representação. (...) A perspectiva da paisagem se refere à homogeneização que se estabelece não apenas pela territorialização produtiva, a configuração de uma textura quase monocromática não fossem as reformas, os estágios de crescimento e o mosaico constitutivo do melhoramento genético (...), mas também de uma ideologia de desenvolvimento, de eficiência técnico-produtiva e de uma lógica de modernidade (...). A paisagem tem um sentido ôntico, descola-se do território (como relação humana) para ele expressar (SOUZA, 2008, pp. 97-98).

Frente a esse processo de concentração fundiária e homogeneização da paisagem agrícola, encontramos em Marinaleda um processo de luta pela posse da terra e, conseqüentemente, pela reforma agrária, um simbólico processo de desconcentração fundiária e a implementação de um sistema cooperativista, os quais ocorrem por turnos de trabalho diários e semanais, a fim de empregar o maior número de trabalhadores do povoado.

Com sua economia essencialmente alicerçada no setor agroindustrial, destaca-se nesta área a Cooperativa Humar – Marinaleda SCA, criada em 1999 e administrada pelo Sindicato de Obreros del Campo (SOC), com sua fábrica de conservas, onde são processadas alcachofras, habas, pimentos (piquillo e morrones) e azeite de oliva, assim como, também se diferencia pela criação de rebanhos de ovinos de corte, o que, a princípio, sinaliza um processo de diversificação agrícola, mas não totalmente sustentável. Não obstante, além dessa cooperativa, o povoado possui outra cooperativa, mas de cunho privado, denominada Cooperativa Oliverera San Nicolás de Marinaleda SCA, mas que se encontra na maior parte do tempo com as atividades paralisadas (Figura 4).



Figura 4 – Cooperativa Olivarera San Nicolás de Marinaleda SCA

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.

Apesar de não ser tão expressivo na economia do município, o setor de serviços de Marinaleda compreende um razoável comércio local, concentrado, especialmente, na Avenida da Liberdade, além de possuir uma emissora de rádio e televisão instaladas em um centro cultural, denominado “Casa da Cultura”, comportando ainda, um parque de lazer com quadras de tênis, um complexo esportivo (“Ernesto Che Guevara”), que compreende um estádio de futebol, um ginásio de esportes coberto e um centro cívico-social, sendo todas essas estruturas mantidas financeiramente pelo poder público municipal, revelando a qualidade de vida proporcionada aos seus moradores pelos cofres públicos, apesar de ter ocasionado um determinado endividamento público (Figuras 5 e 6).

Um povoado muito tranquilo, não há muita violência, temos um parque natural muito grande, temos muitos esportes, temos um ginásio coberto, quatro pistas de tênis, temos uma academia, temos uma piscina de verão e vamos fazer uma coberta, está em projeto, tudo o que os jovens querem (Moradora de Marinaleda, 2014).

Apesar de possuir cerca de 2700 moradores, quanto ao setor educacional, o povoado possui todas as etapas de ensino que, ao sistema de ensino brasileiro, corresponderiam à creche (Guarderia Infantil), ao ensino infantil e fundamental (Colégio de Educação Infantil e Primário “Encarnación Ruiz Porras”) e nível médio (Instituto de Educação Secundária “José Saramago”), restando ao povoado a criação de um curso de bacharelato (Instituto) ou um curso de formação profissional ¹⁶¹, demanda exigida pelo poder público municipal, assim como, por seus moradores, pois, em alguns casos, têm levado a evasão escolar.

¹⁶¹ O sistema de ensino espanhol encontra-se dividido ou é organizado nas seguintes etapas: Educación Infantil (0 a 6 anos); Educación Primaria (6-12 anos); Educación Secundária (12-16 anos); Bachillerato ou Formación Profesional (16-18 anos) e Ensino Superior.



Figura 5 – Complexo Esportivo, Casa da Cultura e Centro Cívico-Social

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.



Figura 6 – Localização das Principais Estruturas de Marinaleda

Fonte: Comision de Infraestructuras y Organización de la Asamblea Estatal de Marinaleda, 2002.

Por fim, Marinaleda caracteriza-se socialmente como um povoado pacífico, com seus programas de ócio alternativo, sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos e programas de doações de roupas e que não encontra necessidade de instauração de um poder de polícia na comunidade, dispensado pela população, provavelmente, pelo receio ocasionado pelos longos anos de repressão policial verificados na década de 80, quando se iniciam os primeiros processos de ocupação de terras e até mesmo porque esta localidade espanhola não possui qualquer forma de criminalidade e nem moradores de rua, cujos recursos financeiros são canalizados para programas sociais. No entanto, até o término da década de 1970, Marinaleda caracterizava-se como um povoado andaluz desprovido de qualquer infraestrutura física, administrativa, econômica e social, a exemplo de suas vias públicas, que não eram

pavimentadas, assim como suas moradias eram precárias, seus medicamentos insuficientes para a população e o setor educacional praticamente inexistente.

A processualidade histórica do povoado remonta ao período Neolítico, passa pela dominação romana (com a construção de uma estrada ligando as atuais cidades de Ecija e Estepa), pela ocupação árabe, assim como pela reconquista de suas terras (Guerra de Reconquista da Península Ibérica), mesclando-se a história do próprio país, com a “Guerra Civil Espanhola” (1936-1975), que tem início no povoado com o assassinato de Vicente Cejas, ex-alcaide do município e, por fim, com o fim da ditadura de caráter fascista de Francisco Franco, que governou o país entre 1936 a 1975.

A atenção da imprensa espanhola, acadêmica e política para o universo agrário andaluz tem se constituído em uma constante na processualidade histórica da Comunidade Autônoma da Andaluzia desde o término do século XIX, em uma continuidade que se estende até os dias atuais, indubitavelmente, interrompido nos anos da ditadura franquista (que se estendeu durante trinta e nove anos), que era, na Andaluzia, como em todas as localidades, tempo de silenciamento (TALEGO VÁZQUEZ, 2010).

Até o término da ditadura franquista, o povoado conheceu, a exemplo do espaço agrário brasileiro, um contundente processo de concentração fundiária, cujo principal proprietário era o Duque do Infantado, um *terrateniente* pertencente à nobreza espanhola. No entanto, essa configuração espacial do vilarejo começa a alterar-se com a morte Francisco Franco (1975), com o início do processo de transição democrática do país, com a criação Sindicato de Obreros del Campo (SOC), em 1977¹⁶², e a realização de eleições municipais, em 3 abril de 1979, sagrando-se vitorioso, no povoado, Juan Manuel Sánches Gordillo com 77,3, contra 1/3 dos votantes, especialmente, pequenos proprietário agrícolas, com um ambicioso programa de base de transformação social e política, o que vem tornando o vilarejo reconhecido nacional e internacionalmente.

El 3 de abril de 1979 se celebraron las elecciones locales para renovar y reconvertir al régimen democrático los Ayuntamientos. El apoyo masivo (77,3%) fue para la Candidatura Unitaria de Trabajadores (CUT), el grupo político en que se había organizado los sindicalistas. Desde entonces hasta hoy el grupo político del Sindicato, encabezado siempre por Juan Manuel Sánchez Gordillo, Secretario Local del Sindicato, ha venido revalidando por abrumadora mayoría el control del Ayuntamiento, a pesar del voto en contra de, aproximadamente, un tercio de los votantes, los pelentrines locales (pequeños propietarios agrícolas), que siempre han visto desfavorablemente la línea política del Sindicato. En el proceso que sigue la nueva estructura política, que sus protagonistas llaman “poder popular”, en su consolidación, deja de ser sólo un sindicato para ser algo mucho más complejo que integra al mismo y capitaliza también los recursos que llegan al municipio através del Ayuntamiento, ya en manos de los sindicalistas.

¹⁶² “El SOC fue el primer sindicato legalizado en Andalucía tras la dictadura franquista y de hecho su número de inscripción en el Registro del Consejo Andaluz de Relaciones Laborales es el 1. El primer Congreso del SOC se celebró en Morón de la Frontera durante el mes de septiembre de 1977 y tuvo una especial importancia por ser el primer Congreso del sindicalismo agrario desde la Guerra Civil. Asistieron 250 delegados de toda Andalucía y fueron invitadas delegaciones de la CUT de Chile, la OLP de Palestina y el Frente Polisario del Sáhara Occidental” (SOC, 1977).

Este dominio político que han ejercido sobre la localidad les há permitido mantener durante todos estos años un tan particular radicalidad y perseverancia em sus protestas sociales, que han llevado a este pequeño pueblo, prácticamente desconocido antes a 1978, a aparecer periódicamente em los noticiarios andaluces y del Estado Español y a ser repetidas veces centro de atención de la actualidad política, hasta el punto de llegar a convertirse em referente obligado dela problemática rural andaluza (TALEGO VÁZQUEZ, 1995, p. 132).

Ainda sobre este contexto histórico-político, de meados da década de 70, convém esclarecer que, após a queda do regime franquista e o início do processo de transição para o regime democrático espanhol, os trabalhadores rurais de Marinaleda começam a se organizar em torno de organizações sindicais, mobilizando-se em uma luta social, especialmente, sob a liderança do Sindicato de Obreros del Campo (SOC), sobretudo, em razão da redução do emprego no campo, em virtude da crescente mecanização da agricultura¹⁶³, a possibilidade de imigração e incertezas com relação às medidas assistências adotadas pelo aparato estatal quanto ao desemprego rural (Emprego Comunitário), sendo tal processo descrito por Félix Talego Vázquez (1995) nos seguintes termos:

El sector social jornalero andaluz atravesaba uma situación difícil en los años de la *transición*, caracterizada en lo sustancial por la disminución de la demanda de empleo, debido a la mecanización creciente, por el cierre de la posibilidad de la emigración y por el carácter incierto con que los jornaleros percibían las medidas asistenciales puestas em vigor por el Estado para administrar el desempleo rural - el Empleo Comunitario, vigente desde 1971 a 1984 -, de las que no sabían si eran um remedio estable a su situación o una medida para apartarles definitivamente del trabajo y arrojarlos a la mendicidad - el Empleo Comunitario era llamado popularmente “la limosna”. Estos factores (...) provocaron em la generalidad del sector jornalero um estado de incertidumbre e inseguridad, que venía a sumarse a la coyuntura política propia de la transición, caracterizada también por uma cierta indefinición, por um cierto vacío político, especialmente em todo lo que refiere a la política local, dado que los alcaldes franquistas, mantenidos em sus cargos hasta 1979 (primeras elecciones locales), estaban siendo deslegitimados por los cambios prodemocráticos que ya estaban teniendo lugar a nivel estatal. La situación era propicia, por tanto, para el arraigo de mensajes y fórmulas políticas nuevas y radicales, surgidas, precisamente, para dar respuestas claras y esperanzadoras a quienes temían por su futuro (TALEGO VÁZQUEZ, 1995, p. 131).

Em 1978, o Sindicato de Obreros del Campo (SOC) (Figura 7) realizou a primeira ocupação de uma grande propriedade agrícola, denominada a Finca de Bocatinaja, local de

¹⁶³ Processo semelhante também pode ser verificado na espacialidade agrária brasileira, especialmente, no transcorrer da década de 1960, com a vigência Regime Militar e a sua opção pela “modernização” (mecanização) da agricultura, mediante a utilização de insumos químicos e mecânicos, não alterando, dessa maneira, o arcabouço da estrutura fundiária do país. Tal processo de industrialização do campo brasileiro acarretou: a constituição de uma classe social de trabalhadores rurais com baixo poder aquisitivo; o desemprego, principalmente, o sazonal; a precariedade das condições de vida e trabalho e a marginalização social, o que, por sua vez, resultou em um êxodo rural de mais de 28 milhões de pessoas entre as décadas de 1970 e 1980 e no fortalecimento da organização política desses trabalhadores rurais (BERGAMASCO, 1997).

onde os sindicalistas foram despejados. Neste contexto de desemprego rural e instabilidade social e política, após uma bem sucedida greve de fome que envolveu 700 pessoas durante treze dias, em 1980 (Figura 8), que reivindicavam maior poder aquisitivo e uma regulação do trabalho comunitário, intensifica-se ainda mais no povoado, no início da década de 1980, sob a liderança do Alcaide Juan Manuel Sánchez Gordillo (Secretário Local do Sindicato) e Diego Cañamero um processo de luta pela posse da terra, mediante a ocupação de latifúndios pertencentes a grandes proprietários rurais entre Bocatinaja Osuna e Los Corrales, sob o lema “a terra a quem a trabalha”.



Figura 7 – Sede do Sindicato de Obreros del Campo (SOC)

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.



Figura 8 – Publicação da Greve de Fome em El Pais

Fonte: El Pais, 1980.

Tal processo de luta política pela posse da terra e pela reforma agrária resultará em uma série de ações judiciais, processos de reintegração de posse cumpridos pelo aparato policial (Guarda Civil) e inclusive prisões. A liderança política exercida por Juan Manuel Sanches Gordillo à frente do Sindicato de Obreros del Campo (SOC), dos processos de ocupação, protestos, marchas e que incluem “expropriações alimentares” de supermercados, nos municípios vizinhos de Écija e Cádiz, cujos alimentos são distribuídos as famílias mais carentes, renderam-lhe, perseguições, atentados e cerca de 50 anos de detenção, o qual não tem comparecido aos julgamentos por considerá-los de cunho político¹⁶⁴.

Questionado a respeito de seu futuro político, especialmente, em razão dos mandatos de prisão e multas milionárias, o sindicalista e alcaide de Marinaleda, Juan Manuel Sánchez Gordillo, nos responde, sucintamente, com as seguintes palavras:

O meu futuro é complicado, porque o poder te reprime, passa ser mais duro contigo, coloca pressão ou coloca multas que você não pode pagar, então, o nosso sindicato é o sindicato mais reprimido do Estado espanhol, é o que tem mais multas para pagar, que mais pediram cárcere contra seus filiados e dirigentes (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Neste processo de luta pela posse da terra, foram necessários cerca sete anos de pressão política e três processos de ocupação, sob o sol escaldante da Região da Andaluzia, que chega a atingir 40 graus no verão, para a conquista de uma propriedade de 1.200 hectares, improdutivo, monocultora de girassol e trigo, e que empregava quatro trabalhadores rurais e um caseiro, denominada “El Humoso” ou “Los Humosos”, situada na Vega del Genil.

Os trabalhadores se reuniram pela falta de trabalho, organizando-se em assembleias, começando a mobilizar-se para pedir ajuda ao governo, depois, mais adiante, deram-se conta que não bastaria, começando a reivindicação da terra, então começaram as ocupações de terras por toda a Andaluzia e aqui, em Marinaleda, lutamos por muitos anos até consegui-la, ocupamos outros lugares para reivindicar trabalho, a terra não como um fim, mas como um meio para se conseguir emprego (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Nós, em cada zona, em cada comarca, olhávamos qual era o maior proprietário que havia, a propriedade que apresentava um grande proprietário, pacífica, sem a Guarda Nacional e assim a ocupamos muitas vezes, para manter a constância, até conseguir que a terra fosse dos trabalhadores (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Além da conquista de “El Humoso”, ocupada em 1985, o Sindicato de Obreros del Campo (SOC), liderado por Juan Manuel Sánchez Gordillo, engendrou outros processos de ocupação, a exemplo de Somonte, mas não conseguindo se estabelecer politicamente em outras localidades da Andaluzia como no caso de Marinaleda. Não obstante, em Marinaleda, a conquista da água antecedeu a conquista da terra, pois antes de ocuparem “El Humoso”, os

¹⁶⁴ O sindicalismo agrário sofreu significativo golpe repressivo com a condenação, em novembro de 2013, de Juan Manuel Sánchez Gordillo e Diego Cañamero a sete meses de cárcere e pagamento de multas, em razão da ocupação da finca militar de Las Turquillas em 2012 (ALMEIDA, *et al*, 2014).

trabalhadores rurais tomaram um pântano situado no rio Genil, em 1983, localizado no município vizinho de Cordobilla, exigindo que a Junta de Andaluzia transportasse água até a propriedade ocupada, sob o lema “agua para regar la tierra”. Fato pouco observado pelos movimentos sociais camponeses brasileiros em seus processos de ocupação de latifúndios improdutivos. Neste processo, em 1991, a Junta da Andaluzia (o governo da Comunidade Autônoma da Andaluzia), mediante o Instituto Andaluz de Reforma Agrária (IARA), procede a desapropriação de 1.200 hectares da Finca del El Humoso, que passa a ser gerida pelos trabalhadores rurais.

São terras ocupadas, uma terra que nós a ocupamos nos anos de 85, eram de um duque, onde as terras estavam abandonadas, totalmente abandonadas, só haviam duas pessoas trabalhando, semeando trigo e girassol, essas terras nós a conquistamos através de uma luta, através de 12 anos, 15 anos pedindo terra, ocupando esta propriedade, então chega um momento que o organismo aqui da Andaluzia, que a Junta da Andaluzia, tendo tanta pressão desde de Marinaleda, que decide desapropriar as terras, pela pressão de Marinaleda de ocupar a propriedade, mas não só a terra, ocupamos organismos em Sevilha (...), então nos a cedem, não estão em nome de ninguém (Trabalhadora de “El Humoso”, 2014)

Nas condições em que se processaram a conquista da terra, transformada em território em Marinaleda, faz-se necessário apreender esse conceito à luz do contexto contraditório das relações sociais de produção, pois são as relações sociais de produção que determinam à configuração do território.

(...) o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas, a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 2007a, p. 4).

O processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/ manutenção/ transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente desigual e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. O processo de valorização é assim compreendido como fruto do processo de transformação que a produção e a reprodução passam. Isto significa dizer que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, que a produção é produto contraditório de constituição do capital: e que a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2007a, p. 5).

Dessa maneira, quando os movimentos sociais ocupam uma determinada propriedade, como ocorrido em Marinaleda sob a liderança do Sindicato de Obreros del Campo (SOC), estes estão se confrontando com outra classe social, com a classe dos proprietários de terras, concepção esta que não deve ser abandonada, pois é através das lutas sociais que a sociedade se desenvolve, sendo evidente que as situações de conflito encontram-se presentes na sociedade, a luta de classe se manifesta do ponto de vista do controle efetivo do território. Neste sentido, o desejo maior dos capitalistas é que esses trabalhadores não constituam um território, que não tenham um lugar onde conversar, se organizar e começar a realizar novos enfrentamentos (OLIVEIRA, 2007a).

Sob a ideologia “a terra a quem a trabalha” e a liderança política exercida pelo Sindicato de Obreros del Campo (SOC), alegando que a concentração fundiária em Andaluzia constituía-se em algo ilegítimo, a primeira das três ocupações de “El Humoso” teve uma duração de 40 dias, a segunda durou 60 dias e a terceira, que ainda é considerada a maior da história da Região da Andaluzia, durou 90 dias, totalizando, dessa maneira, 190 dias de pressão política exercida pelos camponeses andaluzes.

El Sindicato de Obreros del Campo (SOC) arraigó em Marinaleda – como lo hizo igualmente en tantos otros pueblos con abundante población jornalera por aquellos años – justamente porque el mensaje que propagaba había sabido recoger las inquietudes que sentían los jornaleros y darles una respuesta satisfactoria en términos de la cultura del trabajo de que era portador este sector social. En el caso concreto de Marinaleda, el SOC vino, en aquellos años, a ofrecer una respuesta global y coherente a todas estas inquietudes y a ser el instrumento para llevar a cabo la unión de los jornaleros. La ideología de este Sindicato consideraba, en términos generales, que la concentración de la propiedad de la tierra en Andalucía era algo ilegítimo; que los principales artífices de la riqueza que se extraía a la tierra tenían que ser, por ello mismo, los principales beneficiarios de dicha riqueza; que, mientras tanto, era absolutamente necesario que la agricultura siguiese ofertando trabajo a los jornaleros y que el empleo de las máquinas debía supeditarse a este principio. El Sindicato mantenía también que el Empleo Comunitario era un sistema de desempleo injusto y humillante para los trabajadores, que intentaba apartar a los jornaleros de la tierra para que se olvidaran del hecho injusto de su concentración en pocas manos.

El SOC local consiguió sin mayores dificultades convertirse en la fuerza política principal en el pueblo y, merced a ello, se hizo con el dominio de la política local. Desde el año 78 en que queda constituido el Sindicato, el grupo de los identificados con el mismo habían emprendido una dinámica arrolladora de manifestaciones, concentraciones, encierros y otras acciones de protesta, fundamentalmente protestando por la exigüidad de los ingresos del Empleo Comunitario, pero también exigiendo transformaciones estructurales en la agricultura andaluza (TALEGO VÁZQUEZ, 1995, p. 132).

Ao término destes processos de ocupação, os trabalhadores rurais do povoado Marinaleda não são exterminados pela “Revolução Verde”, pela inserção do capital monopolista no campo andaluz, especialmente, através da crescente mecanização da agricultura e aumento do desemprego rural, assim como, prognosticado pelos teóricos marxistas ortodoxos, fundamentados, especialmente, em Marx, Lênin, Kautsky, mas, pelo

contrário, encontraram formas de luta e resistência no interior de um movimento social camponês de luta pelo acesso a terra e efetivação da reforma agrária na região, o Sindicato de Obreros del Campo y del Medio Rural de Andalucía (SOC-MRA), coluna vertebral do atual Sindicato Andaluz de Trabajadores (SAT).

Dessa maneira, o papel desempenhado pelo Sindicato de Obreros del Campo (SOC), em Marinaleda, preservando a existência de uma classe social, o campesinato andaluz, corresponde ao papel que, no espaço agrário brasileiro, é desenvolvido pelas cerca nove dezenas de movimentos sociais, organizados em torno de comissões, federações, confederações e organizações que lutam pela realização da reforma agrária no Brasil (SOUZA, 2009a), muitos dos quais nasceram a partir de processos de dissidências verificados na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (criada em 1963) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, especialmente, a partir do ano de 1995.

Ainda neste sentido, os processos de ocupação de terras engendrados pelo Sindicato de Obreros del Campo (SOC), sob a liderança do Alcaide Juan Manuel Sánchez Gordillo e Diego Cañamero, em Marinaleda, encontram enormes semelhanças com as processualidade históricas e estratégias desenvolvidas pelos movimentos sociais camponeses ou movimentos sócio-territoriais de luta pela posse da terra e efetivação da reforma agrária no Brasil e, em especial, com as modalidades de luta política desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sobretudo, com a sua segunda fase de formação, período que corresponde às lutas sociais que se desenvolveram entre os anos de 1985 a 1990, denominada por alguns pesquisadores como territorialização e consolidação, momento em que o MST passa a realizar suas primeiras ocupações de terras em todos os estados das Regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste, especialmente, Goiás, e Norte (em Rondônia). Durante este período, que corresponde à segunda metade da década de 80 e a primeira metade dos anos 90, o MST passou também a definir sua estrutura organizativa e, em razão de estar territorializado em todas as regiões do país, consolida-se como um movimento social de caráter nacional (FERNANDES, 2008).

Assim como verificado no espaço urbano brasileiro, em consonância com o ocorrido no território espanhol, no decorrer da década de 1990, além das ocupações de terras, outras modalidades de luta política foram desenvolvidas pela comunidade de Marinaleda através Sindicato de Obreros del Campo (SOC), tais como, ações em edifício governamentais e instituições públicas, especialmente, em sua Capital Provincial (Sevilha), a fim de acelerarem o processo de reforma agrária na localidade e neste sentido a participação política feminina tornou-se imprescindível para o sucesso desse processo, inclusive com o enfrentamento do poder judiciário espanhol. Na Capital Provincial, com a participação de cerca de 800 mulheres, as manifestações públicas transcorreram durante 11 dias, resultando inclusive em prisões temporária, mas que ao término do processo de luta desencadeado pelo SOC resultaram na desapropriação de “El Humoso”.

O maior símbolo da luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra em Andalucía é a ocupação de “Los Humosos” em Marinaleda. O processo de transformação desta propriedade privada no primeiro assentamento de Reforma Agrária em Andalucía via Instituto Andaluz de Reforma Agrária (IARA), teve início em 1980, quando 700 pessoas protagonizaram uma greve

em Marinaleda, que desembocou em ocupações de terra por um longo período até que, em 1991, o então IARA desapropriou a fazenda dando imissão de posse aos trabalhadores numa área de 1200 ha (ALMEIDA, *et al*, 2014, p. 7-8).

A partir das estratégias adotadas pelos movimentos sociais camponeses brasileiros, assim como Sindicato de Obreros del Campo (SOC), temos que considerar que as modalidades de luta para o acesso a terra não se restringem unicamente às ocupações de latifúndios improdutivos, muito pelo contrário, suas estratégias de pressão política abarcam desde ocupações de espaços públicos, até as modalidades mais convencionais, tais como: prolongadas negociações, marchas, jejuns, atos públicos de breve duração, abaixo-assinados, etc. Os movimentos têm desenvolvido ainda intensas ações em diversos outros setores da sociedade como atividades de comercialização e industrialização dos bens agrícolas gerados, além de singulares atividades jornalísticas, como atividades em rádio, criação de periódicos e de sites na internet, elementos que também podem ser observados nas estruturas criadas pelo poder público, em Marinaleda, e que serão explorados mais adiante neste estudo (NAVARRO, 1997).

As Relações de Poder e as Normas Organizativas de Marinaleda

O microcenário político de Marinaleda, localidade onde a extrema-esquerda possui uma hegemonia absoluta há quase quarenta anos, destoa em muito do quadro político nacional espanhol, sobretudo, caracterizado pelo bipartidarismo exercido pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e pelo conservador Partido Popular (PP), que não conseguiram se estabelecer, democraticamente, ou pela força no povoado, nos primeiros anos da democracia espanhola, sobretudo, em razão do capital político acumulado pelo Coletivo Unitário de Trabalhadores (CUT) ou Izquierda Unida (IU), especialmente, em virtude da atuação política engendrada pelo Sindicato de Obreros del Campo (SOC), desde os primeiros anos da abertura democrática, assim como nos revela um morador do povoado.

Não são terríveis, mas más (relações políticas), porque PSOE manda em toda a Andaluzia, mas não fez nada em todo o tempo, mas no município de Marinaleda (...). É que no princípio, quando a democracia retornou a Espanha, a Espanha teve um momento de transformação muito grande, nos unimos, os grandes partidos da Espanha PP e PSOE, aqui tinha um prego no sapato deles, que doía, e incomodava, e com Juan Manuel não podiam, porque Juan Manuel estava com a verdade por direito e olhando o povo, porque PP e PSOE só olham os bancos, os impostos. Como não podiam, não colocaram os pés aqui, porque Juan Manuel os incomodava, então aqui o PSOE não entra, não pode entrar, é minoritário e querem entrar pela força, mas não entra, se segura (Morador de Marinaleda, 2014).

A partir do depoimento do Sr. Antônio, convém esclarecer que, atualmente, em Marinaleda, as agremiações partidárias encontram-se divididas entre o Coletivo Unitário de Trabalhadores – Bloco Andaluz de Esquerda (CUT-BAI), o partido de esquerda andaluz majoritário no povoado, que governa sucessivamente o vilarejo há 35 anos, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), considerado pela CUT como um partido de esquerda

disfarçado e que constitui o principal bloco de oposição ao poder do partido dominante e, por fim, o Partido Popular (PP), o partido conservador espanhol que pode ser considerado nesta espacialidade a agremiação partidária minoritária. Na constituição deste cenário político, a CUT-BAI governa praticamente sem nenhuma forma de oposição política, pois até o seu principal adversário político, o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), considera-se um partido progressista/de esquerda ou socialdemocrata, mas não se apresentando como uma alternativa política ao sistema político implementado pela CUT-BAI ao povoado.

A eleição de Juan Manuel, em 1979, não significa somente a ascensão política de um partido de extrema-esquerda ao governo do povoado (Ayuntamiento) (Figura 9), mas também de um movimento sócio-territorial camponês, caracterizado, neste caso, como um sindicato, que se confunde com o poder público e que passa a canalizar recursos públicos (impostos locais e transferências correntes) em benefício de sua população, possuindo como principais paradigmas a luta pela posse da terra, a reforma agrária e a soberania alimentar.

São coisas separadas, mas estamos em sintonia, poder político (ayuntamiento) e poder de mobilização (sindicato) (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Em Marinaleda, nós somos um sindicato. Fui um dos fundadores da Via Campesina, defendemos a soberania alimentar e a reforma agrária, isso significa, necessariamente, que enfrentamos o Partido Popular, que é um partido claramente de direita, assim há também o partido socialista (PSOE), que é um partido socialdemocrata, mas não tem o tema da terra e da soberania alimentar, então temos que enfrentar tanto um, como o outro, como a Guarda Civil, a lei. Somos um movimento contra a corrente, um movimento contestador do estabelecido. Temos sofrido muita repressão, muitas multas, prisões, mas tivemos êxito na última marcha pela Andaluzia até Madri (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Líder carismático de massa, Juan Manuel Sánchez Gordillo, um dos fundadores da Via Campesina e membro do Coletivo Unitário de Trabalhadores – Bloco Andaluz de Esquerda (CUT-BAI) governa sucessivamente o povoado com elevados índices de popularidade desde 1979, ou seja, o alcaide está sucessivamente no poder a 35 anos ou reeleito em nove eleições consecutivas, em um governo autodenominado comunista, em uma espécie de governo dos trabalhadores rurais, sobretudo, caracterizado pelo centralismo/personalismo político de Juan Manuel, que sustenta todo o sistema político.

Quem é Juan Manuel Sánchez Gordillo? Um líder, louco, sim um louco, claro, tem que estar louco para meter-se com o sistema que temos, autoritário, e o povo de Marinaleda é um louco perdido, o povo de Marinaleda, louco, por ir atrás de um louco (Morador de Marinaleda, 2014).

Frente aos processos judiciais que responde e que podem levar o seu principal líder político à prisão, o futuro político do povoado de Marinaleda é percebido por alguns de seus moradores como uma realidade incerta, assim como nos revela o depoimento a seguir:

Incerto, como a loteria, incerto, não se sabe, porque os que têm são válidos, não todos os que têm são válidos, não quero indicar alguém, porque tão pouco não quero dizer este eu gosto, aquele eu não gosto, porque isso é uma opinião própria, mas sim tem gente, eu creio que tem gente preparada e jovem, sobretudo, jovem, melhor ou pior, não sabemos (Morador de Marinaleda, 2014).

Não obstante, o governo de Juan Manuel também vem se caracterizando pela austeridade dos gastos públicos, que são revertidos em benefício da população, em impostos e serviços baixos e, neste sentido, convém considerar que o ayuntamiento não possui um assessor jurídico, um assessor de imprensa, sendo o próprio prefeito que recepciona e concede entrevistas, assim como o alcaide, membros de sua organização municipal (tenientes) e conselheiros municipais ¹⁶⁵ não recebem qualquer forma de salário pelos serviços públicos prestados à comunidade, exercendo outras profissões no campo, na cooperativa, no comércio local ou encontrando-se ainda na condição de estudantes.

Ser conselheira em Marinaleda é o que te trás muito mais trabalho, porque aqui nada se cobra, nós dizemos que ser conselheiro de um povoado ou de uma cidade não é um trabalho, o povo põe a confiança em ti, te dá a confiança, mas não é um trabalho e não se cobra por isso (...). Aqui, quem cobra neste ayuntamiento são os funcionários, os trabalhadores do ayuntamiento, nós somos os representantes legais do ayuntamiento, não os trabalhadores (Dolores Tejada, Conselheira da CUT-BAI, 2014).

A partir do depoimento da Conselheira Dolores Tejada, que compreende o exercício de seu mandato não como uma profissão, mas como uma forma de representação popular, esclarece-se que os cargos de tenientes e conselheiros são desempenhados em seus horários vagos, sendo que, o próprio Alcaide de Marinaleda não possui dias ou horários fixos para comparecer no Ayuntamiento.

A respeito da longa permanência de Juan Manuel Sánchez Gordillo como alcaide do povoado, convém esclarecer que não existe no sistema político espanhol um mecanismo impedimento para reeleições, assim como observado no caso brasileiro. Quanto aos Ayuntamientos, a Constituição Espanhola de 1978, em seu artigo 140, estabelece que:

La Constitución garantiza la autonomía de los municipios. Estos gozarán de personalidad jurídica plena. Su gobierno y administración corresponde a sus respectivos Ayuntamientos, integrados por los Alcaldes y los Concejales. Los Concejales serán elegidos por los vecinos del municipio mediante sufragio universal, igual, libre, directo y secreto, en la forma establecida por la ley. Los Alcaldes serán elegidos por los Concejales o por los vecinos. La ley regulará las condiciones en las que proceda el régimen del concejo abierto.

Além de exercer o cargo de Alcaide de Marinaleda e estar à frente do Sindicato de Obreros del Campo (SOC), Juan Manuel Sánchez Gordillo ocupa, desde 2008, como membro da Esquerda Unida, um assento no Parlamento da Andaluzia (cargo que lhe concede

¹⁶⁵ No sistema político espanhol, as corporações municipais, denominadas Ayuntamientos, são constituídas por um Alcaide, Tenientes e Conselheiros, que constituem o Pleno, o Conselho da Cidade.

imunidade política), estando ainda à frente de um movimento de esquerda, denominado “Nacionalismo Andaluz”.



Figura 9 – Ayuntamiento de Marinaleda

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.

No entanto, além de deter o controle do poder executivo municipal, Juan Manuel Sánchez Gordillo possui maioria absoluta no Conselho da Cidade, com oito membros, responsáveis por obterem 73,08% dos votos do povoado no último pleito municipal (2011 a 2015), contra os 21,39% dos votos conquistados pelo PSOE. Neste sentido, convém considerar que o PP, do Primeiro-Ministro, Mariano Rajoy Brey, conquistou somente 4,06% dos eleitores votantes nas últimas eleições municipais, considerados insuficientes para conseguirem atingir representação partidária no Conselho da Cidade, verificando-se ainda neste pleito municipal somente 1,5% de eleitores não votantes (abstenções), observando-se que, neste sistema eleitoral, o voto não é obrigatório¹⁶⁶.

Agora mesmo, neste momento, os conselheiros que têm no Ayuntamiento são nove da Izquierda Unida e dois do PSOE, então existe pouca confrontação, porque quem está governando é a Izquierda Unida, nove contra dois, como está se passando na Espanha, a maioria é PP, o governo é PP, não existe muita confrontação aí, estão fazendo o que querem diretamente (Moradora de Marinaleda, 2014).

A respeito das assimétricas relações partidárias verificadas no povoado, sobretudo, caracterizadas pela hegemonia política exercida pelo CUT-BAI sobre PSOE e PP, nos revela um morador do vilarejo, além de determinado fanatismo de um pequeno grupo em torno da pessoa de Juan Manuel, que os votos direcionados ao PSOE não significam um desejo de

¹⁶⁶ Observados os resultados da eleição de 2007, verifica-se um aumento da popularidade da CUT-BAI ou Izquierda Unida no povoado, que obteve 1.092 votos (61,87%) e um recrudescimento dos partidos opositores, com o PSOE atingindo 620 eleitores (35,13%) e o PP conquistando somente 22 votantes (1,25%).

alternância política, mas um ato de protesto contra o sistema social, político e produtivo instituído por Juan Manuel no vilarejo:

(...) os que estão incluídos, o digo, não me importa, estão obcecados com Juan Manuel, obcecados, estão obcecados, não cegos, mas muito manuelistas, muito, eu digo que são muito manuelistas, são como as beatas da Igreja, cegas, chega um momento que não vêm à realidade, vêm somente Juan Manuel Sánches Gordillo, essa não é a maioria, a maioria são os outros, que têm um monte que está com Juan Manuel, inclusos, não que são melhores, mas podem opinar, são democratas em todo o caso e tem os que não querem Juan Manuel, há uma pequena parte, muito pequena, que são os que votam em PSOE, que votam por votarem em PSOE, não que querem o PSOE, mas para irem de encontro a Juan Manuel, são umas cento de poucas pessoas, há também uma minoria que está descontente, que não é de um lado, nem de outro (Morador de Marinaleda, 2014).

A percepção da CUT-BAI em relação às forças políticas de oposição no povoado não se restringe meramente a considerar o PSOE como a esquerda disfarçada e o PP como a direita declarada, mas como os partidos que desejam destruir seu projeto social e político, assim como nos revela uma conselheira municipal filiada à colisão:

Somos da CUT, a CUT não é um partido político, mas uma colisão, onde estão dentro muitos partidos políticos, o partido comunista, nós somos a CUT, candidatura de trabalhadores, estamos dentro da colisão e o outro é o PSOE, a sigla que tem que tratam de destruir Marinaleda. O PSOE em nível da Espanha, da Andaluzia é a direita disfarçada de toda a vida, se diz um partido de esquerda, mas não é um partido de esquerda. O PP é a direita pura e dura e o PSOE é a direita disfarçada (Dolores Tejada, Conselheira da CUT-BAI, 2014).

As forças políticas oposicionistas ao governo da CUT-BAI, especialmente, os representantes do PSOE rebatem as percepções, desferidas em forma de acusações pelo grupo político vinculado a Juan Manuel com argumentos políticos que passa desde a forma de governo exercida pelo alcaide, seus discurso político e formas de organização da sociedade:

Bom, aqui PSOE está mal olhado por parte de Sánches Gordillo, pela ditadura que tem montado, porque nós tentamos falar a mesma palavra que é Marinaleda, eu te falo de Marinaleda, que a sociedade seja mais compartilhada, não da forma que ele a comparte aqui, nós não o insultamos, não dizemos “fachas”, terrorismo, terrorista, simplesmente por não compartilhar da ideia que tem, então existe uma discrepância por parte dele, nós, se discutimos algo, defendido algo sempre a sido pelo trabalhador, ele não ouve dessa maneira, ele não vê dessa maneira, diz que nós vamos destruir o pouco trabalho ou o muito trabalho que tem, a comida, ele diz que tem muito trabalho, o qual não é, há vendido fora o que é mentira o que é mentira, está vendendo pleno emprego, pleno emprego não existe em Marinaleda, existe muito desemprego, a vendido também o tema da colaboração cidadã, não existe tanta colaboração como a vende, que somos muito solidários, aqui existem muitas pessoas com necessidade, no qual não se vêm atendidas estas famílias como vende por aí, portanto, o digo, nós não estamos de acordo com a política que faz e não estar de acordo com a política que faz, nos descrimina,

não querem que as pessoas se relacionem muito com nós, parece ser que nós somos os maus e eles são os bons (Hipólito Aires, Conselheiro do PSOE, 2014).

Apesar do verificado acirramento de ânimos políticos, especialmente, observado entre a CUT-BAI, PSOE e PP, afirmam as lideranças do poder dominante que as demais agremiações partidárias oposicionistas possuem total liberdade para participarem da organização municipal, dos espaços de decisões políticas (Pleno e Assembleia Geral), assim como, frequentarem locais públicos e inscreverem-se no programa de moradias populares criado pelo poder público de Marinaleda. Não obstante, observa-se na sede do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) a pichação “Fachas”.

Além dessas duas esferas de decisões políticas, o povoado comportava em seu sistema político, assembleias populares que começaram a ser instauradas nos anos 80, nos bairros do vilarejo e, dessa maneira, em uma espécie de governo coletivo dos trabalhadores, todas as decisões da comunidade relativas à cobrança de impostos, questões orçamentária, moradia, geração de emprego e ocupações de terras, encontram-se submetidas ao veredicto popular, a trabalhadores rurais que votam com braços erguidos, em uma espécie de democracia direta ou mediante voto secreto em reuniões que ocorrem periodicamente nas adjacências da localidade.

Nestas assembleias populares, além das questões relativas à cobrança de impostos, orçamentárias, geração de emprego e ocupações de terras, eram também escolhidas quais pessoas seriam beneficiadas pelas moradias de “autoconstrução”, as quais abordaremos, especificamente, a seguir. Neste sentido, as assembleias populares implementadas em Marinaleda, na década de 1980, encontra semelhanças com os núcleos de moradia e assembleias gerais instauradas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em seus projetos de assentamento rural de reforma agrária e com os conselhos de bairro e programas de orçamento participativo desenvolvido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nos municípios em que governa, embora nos alerte Fabrini (2011, p. 102) que:

A proposta de “orçamento participativo” implantada em algumas prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) é importante exemplo de transferência de decisões orçamentárias para as bases. No entanto, no caso de territórios deprimidos, não apresenta os resultados esperados, pois o poder público municipal, por meio de cooptação e manobras diversas, impõe muitas vezes à comunidade suas próprias demandas, metas e propostas orçamentárias. Dessa forma, uma força de cima se impõe sobre o território, e a base (bairro, comunidade, distrito, linha) acaba legitimando tais imposições.

Assim, a esfera local pode abrir possibilidade para uma espécie de “prefeiturização” das relações sociais, e administradores públicos, inclusive do PT, agem muitas vezes como “coronéis locais”, utilizando-se de vínculos pessoais de controle e domínio.

Atualmente, contudo, essas assembleias populares foram suprimidas pelo poder público, sob a justificativa de que Marinaleda constitui-se em uma localidade muito pequena, não havendo a necessidade de muitas assembleias de bairro, verificando somente a existência de uma Assembleia Geral, localizada na sede do Sindicato de Obreros del Campo (SOC),

onde são tomadas todas as decisões relativas ao povoado, não havendo a necessidade de um quórum mínimo de participantes para a tomada de deliberações ou datas determinadas para serem realizadas. Neste sentido, ao que tudo indica, nestas condições, Juan Manuel estaria atualmente exercendo um governo mais centralizado.

Há um bom tempo, haviam as assembleias de bairro, para que as pessoas do bairro expusessem seus problemas, eu tenho um litígio com Juan Manuel, meu litígio com Juan Manuel é que tive que colocar uma porta de cristal na rua, porque quando chove forma-se um rio diante da minha porta, eu pago as águas que descem aqui, eu pago porque tiro água para minha casa, imposto, contudo, a minha rua enche de água a minha casa e não me pagam nada (...) eu tenho um litígio com ele, verbal, não há papéis pelo meio, nada, a um incômodo em todo o caso, não gosto do que Juan Manuel está fazendo, discutir com Juan Manuel (Morador de Marinaleda, 2014).

Dominante, é muito dominante sim, mas para o bem, possivelmente, teria que deixar algumas coisas, “El Humoso”, por exemplo, por isso que esse homem tem muita pressão, seria mais relaxado, mas não sei se seria bem ou mal. Se Juan Manuel está na expectativa e ele está aí, se trabalha, se produz, quando Juan Manuel não está, se relaxa, é bom estar em cima de todas as coisas, estar vigiando e ajudando, porque ele é o primeiro que se põe a trabalhar, nos Domingos Rojos, Juan Manuel é o primeiro que se põe a trabalhar, não sei tão pouco, é um homem vigiador, se não simplesmente como exemplo, isso é bom (Morador de Marinaleda, 2014).

A respeito do centralismo político e excessiva concentração de poder acumulado por Juan Manuel como alcaide, parlamentar e secretário do sindicato, torna-se conveniente acrescentar a perspectiva foucaultiana que nos esclarece que as relações de poder não somente devem ser entendidas a partir do exercício da repressão e da negação, o poder é também exercido pela sua positividade, produzindo relações transformadoras, identificando e emancipando as pessoas (SOUZA, 2009b).

Nas reuniões realizadas na sede do Sindicato de Obreros del Campo (SOC), conduzidas por Juan Manuel, são também definidas a quantidade de postos de trabalho e funções a serem exercidas tanto na produção agrícola em “El Humoso”, como na Cooperativa Humar. Neste sentido, convém esclarecer que os trabalhadores rurais que não participarem por qualquer motivo dessas assembleias não possuem o direito de trabalharem na propriedade agrícola e na agroindústria.

Temos uma Assembleia Geral, um governo de parlamento dos trabalhadores, onde são tomadas grandes decisões, tanto de luta, impostos, casas (moradias de autoconstrução), é a assembleia que decide. Nós temos um grupo, que de alguma maneira coloca em prática o que a assembleia determina. A Assembleia é a instância máxima de decisão, mas quando a um assunto não resolvido, com um determinado bairro, discute-se com o bairro o que querem, acordamos com eles o que fazer em cada momento, para que opinem e modifiquem (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Olha, nós, nossa forma de trabalhar é um pouco peculiar, olha, nós convocamos as pessoas para a assembleia, não vamos as casas das pessoas chamá-las para virem trabalhar, a única coisa que colocamos é que têm que ir

a assembleia, é na assembleia que se decide “El Humoso”, se, por exemplo, há 60 empregos e na assembleia temos 200, tentamos fazer grupos de trabalho (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Não, olha, nós na assembleia, quando pedimos gente para trabalhar, não olhamos a condição que tem, nem sindical, nem nada (...) se não está na assembleia não pode trabalhar. Quando se pode trabalhar? - Na próxima assembleia, uma coisa importantíssima é estar na assembleia (Dolores Tejada, Conselheira da CUT-BAI, 2014).

Contudo, quanto às decisões mais eminentes a serem tomadas em relação à produção agrícola de “El Humoso” e a agroindustrialização da Cooperativa Humar, verifica-se a existência de uma comissão menor, constituídas por cerca de dez membros, cujas deliberações, especialmente, as relativas ao trabalho compartilhado devem ser referendadas pela Assembleia Geral, assim como, no depoimento de Juan Manuel, observa-se a constituição de um determinado “grupo de ação”, cujas principais atribuições são colocar em prática as deliberações da Assembleia Geral e estabelecer um contato mais próximo com os bairros, a fim de atender a suas demandas.

Ainda entre as normas organizativas estabelecidas pelo poder público, em Marinaleda, destacam-se os denominados “Domingos Vermelhos”, criados em razão da escassez de recursos financeiros nos primeiros anos de governo de Juan Manuel e os “Domingos Verdes”, cujo primeiro consiste basicamente em trabalhos coletivos de caráter não compulsório, relacionados à limpeza e reparos de vias públicas e jardins (especialmente em períodos festivos) e auxílios dispendidos nas moradias de autoconstrução.

Por sua vez, os “Domingos Verdes” relacionam-se a trabalhos empregados na Cooperativa Humar, a fim de que possua um maior aporte financeiro, trabalhos coletivos esses, especialmente, os “Domingos Vermelhos” que, no entendimento das autoridades públicas locais, auxilia na redução dos custos dos impostos e serviços pagos por seus moradores e no reduzido custo de vida no povoado. Contudo, o que se verifica é que essas atividades coletivas não vêm ocorrendo periodicamente como no passado.

Em Marinaleda, não se cobra para trabalhar no Pleno (Conselho) (...) há muito trabalho voluntário, por isso temos um imposto tão barato, temos uma piscina tão barata, temos esportes tão baratos, temos tudo tão barato, porque, em Marinaleda, fazemos muitas coisas voluntárias, um trabalho voluntário (Dolores Tejada, Conselheira da CUT-BAI, 2014).

Domingos Vermelhos podem ser um domingo que convocamos os vizinhos para a limpeza da cidade e convocamos os Domingos Verdes, que são domingos para ajudarmos a cooperativa para que consiga mais dinheiro, um dia, uma manhã de trabalho voluntário, basicamente de limpeza, de varrer uma rua, pintar algum jardim, são domingos de trabalho coletivo (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Ultimamente (conselhos de bairro) não existem, antes se faziam muitas assembleias, se faziam os Domingos Vermelhos, Domingos Vermelhos se faziam todas as semanas, se faziam Domingos Verdes, Domingos Brancos e se empenha esse dinheiro para o povo, para fazerem uma viagem, para terem um dinheiro a mais (Morador de Marinaleda, 2014).

Antes, haviam muitas coisas grátis, mas se vai gastando e vai de deixando de fazer coisas, não sei se para o bem ou para o mal, mas estão deixando de fazer coisas (...) A Assembleia geral existe para qualquer coisa, mas muito poucas vem ocorrem, estão diminuindo (Morador de Marinaleda, 2014).

Distintamente dos demais municípios espanhóis, que possuem meramente normativas ou regulamentações estabelecidas pelos Conselhos Municipais, o povoado de Marinaleda possui leis e normas organizativas próprias, sendo que inúmeras dessas divergem das oficiais, estabelecidas pelo Parlamento Nacional. No gabinete do prefeito, visitado pelo pesquisador, por exemplo, a fotografia do Rei Juan Carlos I ¹⁶⁷ não ocupa o centro da parede que fica atrás de sua mesa de trabalho, encontrando-se em seu lugar, uma moldura do guerrilheiro revolucionário argentino Ernesto Che Guevara, acompanhado pela bandeira da República espanhola, pelo brasão do município e da Andaluzia.

A Simbologia

Na acepção literal do termo, Marinaleda pode ser considerada uma espacialidade extremamente emblemática, localidade onde o poder público municipal do povoado procurou incorporar a comunidade uma simbologia e/ou uma mística revolucionária, que pretende transmitir, identificar ou aproximar a população aos objetivos, alicerces e a ideologia sobre os quais se encontra fundamentada sua organização social e política. O Brasão de Marinaleda (Figura 10), por exemplo, que se encontra pulverizado por todo o povoado e mais se apresenta como um escudo consiste em um círculo em fundo azul, com uma pomba segurando em seu pico um ramo de oliveira, representando a luta constante de um povo para alcançar a paz, o espírito coletivo, a união na luta e o bem estar coletivo. À direita da pomba, encontra-se um sol em vermelho, significando o respeito pela natureza.

A borda superior do círculo encontra-se escrita o nome da aldeia (Marinaleda), sob um fundo verde, que representa a utopia necessária a fim de concretizar os ideais mais nobres mediante a luta organizada dos trabalhadores. Na parte inferior do escudo, separada por duas listras brancas encontra-se na cor branca redigida sob um fundo vermelho o lema do município *Uma utopia hacia la paz*, significando o desejo de paz entendida não somente como a ausência de violência, mas sobretudo como a prática da justiça, a igualdade, o desaparecimento da injustiça e a supressão das classes sociais. Ainda a respeito desse símbolo instituído pelo poder público municipal, convém considerar que, além de estar pulverizado por todo o vilarejo, ao que nos aparecer, serviu de base para a confecção de outros símbolos municipais, a exemplo dos brasões da I. E. S “José Saramago” e da U. D. Marinaleda.

¹⁶⁷ A respeito do rei Juan Carlos I, convém esclarecer que, no transcorrer desta pesquisa, o monarca abdicou do trono espanhol em favor de seu filho, o príncipe Felipe de Borbón, em 2 de junho de 2014.



Figura 10 – Brasão de Marinaleda

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.

Apesar de a nação espanhola constituir-se em uma monarquia constitucional, democrata e parlamentarista, o brasão do povoado, assim como sua bandeira, não faz nenhuma referência a esta forma de governo, sob a seguinte alegação: “Este escudo no tiene corona, por la simple razón de que somos republicanos y por tanto nada pintaría aquí ningún símbolo monárquico”. No momento em que se discute exaustivamente no país a permanência ou a extinção da monarquia como forma de governo, especialmente, após a renúncia do rei Juan Carlos I do trono espanhol em favor de seu filho, o príncipe Felipe de Borbón, Marinaleda parece estar à frente de seu tempo.

A presença pulverizada do brasão no povoado em todos os espaços públicos não nos parece algo aleatório, mas intencional, procurando associar as realizações engendradas no vilarejo, desde o início da década de 80, ao poder público municipal. Por sua vez, a composição da Bandeira de Marinaleda não possui tantos significados como observado em seu brasão, consistindo somente em três listras de igual dimensão, nas cores verde, branco e vermelho representando, respectivamente, a utopia, a paz e a constante luta pelos direitos que os seres humanos anseiam. No centro da bandeira, encontra o brasão do município, em formato de escudo, descrito anteriormente. Indagado sobre o significado da simbologia instituída pelo poder público no povoado Juan Manuel Sánchez Gordillo nos responde com as seguintes palavras:

Significa, claramente, que somos um povo de esquerda e de esquerda revolucionária, que queremos transformar a sociedade, transformar os valores, transformas as relações econômicas, a bandeira significa vermelho de luta, verde de utopia, esperança e branco de paz e igualdade (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Ainda sobre a simbologia instituída pelo poder publico no povoado convém esclarecer que, em uma tentativa de apagar os lastros do passado, após a queda do regime

franquista, em 1979, e a eleição de Juan Manuel Sánchez Gordillo para o cargo de alcaide do município, que, com o apoio de nove dos onze vereadores, promovem a substituição de toda a simbologia franquista presente no vilarejo, especialmente, denominações de ruas e praças, removendo nomes de vencedores da Guerra Civil Espanhola (Falange Espanhola) e os substituindo por perdedores deste conflito (Frente Popular) e personalidades que se envolveram com questões sociais e políticas, especialmente, identificadas com a esquerda marxista (Figura 11), pretendendo significar a mudança para um novo sistema político, processo de substituição que se estende até os dias atuais, assim como nos revela o depoimento a seguir:

Eu era pequena quando isso ocorreu (...), havia os nomes de umas ruas antes de entrar esse sistema político e como você compreenderá, não se identificava com o que entrou novo, há 35 anos e se mudaram os nomes das ruas, praças com nomes de pessoas que eram afim da rede política, e, atualmente, quando há novas ruas se coloca nomes de pessoas com que se identifica, é lógico, pessoas, datas, é uma coisa estranha, mas lógica (Moradora de Marinaleda, 2014).

Considerado não como o brasão do município, mas como o símbolo de um governo autoproclamado comunista, no entendimento das agremiações partidárias oposicionistas ao governo da CUT-BAI, especialmente, dos partidários do PSOE, a mudança de simbologia serviu como uma função formativa base social de atuação da CUT-BAI, desconhecadora dos ideais revolucionários, mas, por outro lado, reconhecem a importância de algumas denominações e ruas e praças.

(...) Quando entrou, já lhe digo, pegou um povo nobre que praticamente não sabia de revolução, Juan Manuel não é um político, Juan Manuel é um revolucionário, primeiramente, o que mudou foi o brasão de Marinaleda, não tenho aqui no carro o brasão de Marinaleda, não é o que tem, é o que foi colocado, se você vai a Estepa, se vai a Herrera, se vai a Húbio (povoados), todos os escudos são muitos parecidos, entretanto apagou todos, porque tinha coroa, todos tem sua coroa, entretanto apagou e colocou o seu escudo político, a sua política, mudou o nome das ruas, ruas com nomes que soa muito bem, soa muito bem, Solidariedade, União Obrera, Rua Jornaleiros, Rua Fraternidade, tudo isso trocou para dizer este é um povo de revolução, não um povo errante (...) (Hipólito Aires, Conselheiro do PSOE, 2014).

A relação completa da substituição de nomes (ruas e praças) à época da eleição de Juan Manuel e constante no website do município é a seguinte:

- Muñoz Grande - Che Guevara
- Queipo de Llano - Avda. de la Libertad
- José A. Primo de Rivera - Andalucía
- Acceso de Queipo de Llano - Mariano Pineda
- Calvo Sotelo - Alcalde Vicente Cejas
- Castejón - Antonio Machado
- Castiella - Jornaleros
- Miguel Osuna - Pablo Neruda
- General Mola - Boabdil

- Plaza de España - Plaza del Pueblo
- Plaza de Franco - Plaza de Salvador Allende
- General Sanjurjo - Federico García Lorca
- Varela - Miguel Hernández
- Victoria - Blas Infante

Neste processo de substituição da simbologia de cunho franquista pela de caráter marxista e perdedores da Guerra Civil Espanhola, a Rua Grande Muñoz transforma-se na Rua Che Guevara, a Praça da Espanha torna-se a Praça da Cidade e a de Francisco Franco é renomeada como Salvador Allende. Neste processo, o ex-alcaide de Marinaleda Vicente Cejas, assassinado com o início do conflito é também homenageado, ocupado o nome da Rua Calvo Sotelo, assim como, o papa João XXII (Angelo Giuseppe Roncalli), em razão da encíclica *Mater et Magistra*, que pretendeu atualizar a Doutrina Social da Igreja Católica.



Figura 11 – Denominações das Ruas em Marinaleda

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.

Além dessa simbologia de caráter marxista implementada pelo poder público em todo o povoado (que pouco faz referência ao campesinato e aos longos anos de luta pela conquista da terra, transformada em território), a questão palestina, a luta dos povos árabes pela conquista da terra e de um território nação, constituiu outro tema recorrente no povoado, sendo que o próprio alcaide do município, Juan Manuel Sánchez Gordillo, trás, constantemente, em seu ombro um lenço palestino (*Keffiyeh*).

Ainda sobre a simbologia do povoado, destaca-se também no interior de alguns prédios públicos (Figura 12) e na fachada de alguns locais públicos, em uma espécie de murais, especialmente, localizados na Avenida da Liberdade (Figura 13), que constituem um conjunto de pinturas de cunho político de apoio ao comunismo, realizadas por diversas delegações internacionais que visitaram o vilarejo, em uma versão contrária do Muro de Berlim. Nestes murais, encontram-se desenhos assinados por espanhóis de inúmeras localidades do país, europeus de países em crise, tais como, a Grécia, e inclusive de Cuba e da

Venezuela, países com os quais, Marinaleda mantém uma estreita relação, não somente política-ideológica, mas também comercial.



Figura 12 – Mural no Interior do Ayuntamiento de Marinaleda

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.



Figura 13 – Murais Públicos de Marinaleda

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.

Apesar de toda a simbologia de caráter marxista impregnada no povoado pelo poder público municipal e delegações estrangeiras que, em um determinado momento visitaram, o vilarejo, as declarações coletadas em campo revelam que os moradores e as autoridades de Marinaleda consideram como principais símbolos desta localidade os longos anos de luta pela posse da terra, ou seja, o sonho da terra livre, a implementação do sistema cooperativista no vilarejo, que sustenta toda a economia da cidade, gerando emprego, renda, constituindo, dessa

maneira, uma cadeia econômica, suas dignas condições de moradias e, por fim, Marinaleda em si, com toda sua singularidade, se constituiria seu maior símbolo na opinião de um de seus moradores, assim como nos revela os depoimentos a seguir.

Eu creio que precisamente a luta jornaleira, porque, no começo, há 20 anos, aqui não havia nada, nada, havia fome, havia necessidades, não havia instalações, nada, porque não havia nada de dinheiro, quando se conseguiu as terras, a raiz da luta jornaleira, luta jornaleira me refiro aquela que dia-a-dia os trabalhadores do campo ocuparam as terras que atualmente temos, durante meses, eu era pequena, mas meus estiveram nessa luta, então eu creio que em Marinaleda, o mais identificativo, a luta jornaleira, porque a raiz da luta jornaleira, se conseguiu terra, há trabalho e uma cadeia, porque o trabalho para a gente daqui possibilita irem às lojas, consumir mais, comprar algo novo, é uma cadeia, luta jornaleira, esta é a base do povoado (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Eu creio que a terra e as moradias sejam mais importantes, a terra diante da luta e as casas de autoconstrução (...). (Juan Manuel Sánches Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Homem, Marinaleda mesma, Marinaleda mesma, possivelmente é seu maior símbolo que tem, ai acertaram Marinaleda ser uma utopia a ser atingida. Juan Manuel, Che? Tão pouco. Então eu creio que Marinaleda é principal seu principal símbolo, podíamos também dizer a esquerda, podíamos dizer o cooperativismo, a vontade, creio que Marinaleda é como a noite, assim, ligeiro, ligeiro (Morador de Marinaleda, 2014).

Além de constituir-se em um dos principais símbolos do povoado, a escolha do nome da cooperativa representa também uma questão identitária, pois não foi aleatória, mas intencional, pretendendo remeter a organização e seus produtos à Marinaleda e, conseqüentemente, ao processo de luta pela conquista das terras de “El Humoso”, assim como nos revela o depoimento a seguir:

Nossa marca se chama Humar Marinaleda, para se lembrarem de Marinaleda, porque quando nós conseguimos essa terra ela se chama “El Humoso”, não se quis perder a identidade do nome, mas tão pouco, mas sim queríamos levar algo de Marinaleda, porque “El Humoso” vai relacionar com Marinaleda (Dolores Tejada, Conselheira da CUT-BAI, 2014).

Assim como verificado em Marinaleda, também os movimentos sociais camponeses brasileiros, especialmente, o MST vem, desde suas primeiras ocupações, procurando desenvolver um conjunto de símbolos que possuem a função de representar a sua luta pelo acesso a terra, que podem ser momentâneos, a exemplo da cruz da encruzilhada natalina, ou permanentes, tais como, a bandeira e o hino do movimento, signos esses que constituem a unidade em torno de uma ideologia (MORISSAWA, 2001).

Assim há dois polos de assimilação do símbolo como ideologia, bem como dois objetivos distintos: interessa ao MST que alguns acampados desenvolvam uma relação maior com o movimento para que os quadros dirigentes sejam reproduzidos; no entanto, é preciso que a base sinta-se dependente do MST,

não parte dele; é preciso que o líder seja visto como um “messias”, o guia divino na caminhada para a terra prometida (TURATTI, 2005, p. 109).

A respeito das conceituações de Turatti (2005) sobre a assimilação da simbologia como ideologia, convém esclarecer que nos cartazes afixados pelo povoado da Cooperativa Humar, onde estão descritos os princípios organizativos dessa instituição cooperativista, emerge a imagem do Alcaide Juan Manuel Sánches Gordillo assemelhada a uma espécie de liderança redentora dos trabalhadores rurais de Marinaleda.

Em Marinaleda, contudo, não somente através de uma simbologia de caráter marxista o poder público pretende transmitir a ideologia de seu governo à população, encontrando-se este conjunto de ideias incutida no próprio sistema de ensino e na programação radiofônica e televisiva local, na RTVM Rádio TV Marinaleda (Figura 14), veículos de comunicação, que além de transmitirem músicas e informativos, são utilizados por Juan Manuel Sánches Gordillo para proferir seus discursos aos moradores do povoado, sendo que, neste contexto político, ambos os veículos de comunicação, podem ser compreendidos como instrumentos políticos para sua sustentação no poder. Apesar de possuir um caráter público, asseveram as lideranças políticas opositoras ao governo de Juan Manuel que não possuem acesso a esses veículos de comunicação.



Figura 14 – RTVM Rádio TV Marinaleda

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.

As relações de Marinaleda com Cuba e Venezuela são tão politicamente estreitas que, quando a TV pública do município não possui grade ou programação própria, retransmite canais televisivos cubanos e venezuelanos, particularmente, a programação de TeleSur (Venezuela) e Cubavisión (Cuba). Não obstante, por ocasião da pesquisa de campo no povoado, a TV de Marinaleda encontrava-se temporariamente desativada.

Nas escolas, em Marinaleda, como em todos os lugares, dependemos do Ministério da Educação. Então o que tentamos fazer dentro dos colégios? Nos conselhos escolares sempre temos um representante da prefeitura. Os colégios não pertencem à prefeitura, os colégios, em todos os lugares, pertencem ao Ministério da Educação, que nos mandam os professores, não que nos mandem os piores, mas poderia enviar os de ideias mais abertas (Dolores Tejada, Conselheira da CUT-BAI, 2014).

O depoimento apresentado acima revela quanto ao sistema de ensino do povoado que, embora o poder público não possua um controle efetivo sobre a contratação de docentes, observa-se uma interferência das autoridades públicas locais nos conselhos escolares, mediante representantes da prefeitura, e nos conteúdos de ensino a serem transmitidos pelos docentes, especialmente com relação à processualidade histórica de Marinaleda e valores considerados socialistas ou humanos (solidariedade, igualdade, educação comum, paz), mas estes institutos de ensino vêm se configurando como um território apartado do poder público.

A Identidade Subjetiva

Configurando-se como um misto de processos de socialização, que convivem de forma nem sempre harmoniosa com atividades privadas, o povoado de Marinaleda pode ser considerado como uma espécie de vila ou município rural, cujas relações sociais e de produção, de circulação de bens e mercadorias ocorrem entre o campo (“El Humoso”) e a cidade (Marinaleda), com a produção agrícola e cooperativa influenciando ou mesmo determinando profundamente as condições ou relações cidadinas, indubitavelmente, em Marinaleda, é o campo que sustenta, move ou paralisa a cidade.

A população que participa disso, eu te diria que uns 80%, não há grandes empresas em Marinaleda, há empresas pequenas, carpintarias, lavanderias familiares, 80% de Marinaleda trabalha em “El Humoso”, é o coração, é o motor que move a economia de Marinaleda (Dolores Tejada, Conselheira de Marinaleda, 2014).

A princípio, sobre a identidade subjetiva dos sujeitos da pesquisa, podemos considerar que o poder público do povoado, assim como uma parcela de sua população (Figura 15), especialmente, em razão do “Nacionalismo Andaluz” (movimiento político y social que defiende el reconocimiento de Andalucía como una nación) liderado no vilarejo por Juan Manuel Sánchez Gordillo, não se reconhece como genuínos espanhóis, mas como uma espécie de etnia andaluz, chegando inclusive a se considerarem uma nação andaluz de caráter republicano, em um sentido semelhante aos movimentos separatista observados entre os povos bascos e catalães, em um esforço de fragmentação do Estado Nacional Espanhol, especialmente, em um momento de crise dos mercados neoliberais, uma ideologia que também perpassa pelo Sindicato de Obreros del Campo (SOC) definido, em seu estatuto, como um sindicato nacionalista andaluz ¹⁶⁸.

¹⁶⁸ “Si el marco de actuación es andaluz, es porque creemos que Andalucía es una nación a la que están robando su economía, su cultura, su lengua e incluso han llegado a desvirtuar su historia. Tenemos que ser conscientes que si no queremos seguir condenados al subdesarrollo, a la dependencia y a la marginación como pueblo, hay

Nós pensamos que a Andaluzia é uma nação, que, portanto, tem direito a autodeterminação, de decidir mediante um referendo livre e democrático a quantidade de soberania que quer ter, esse nacionalismo é um nacionalismo de classe, nacionalismo de classe trabalhadora, dirigido pela classe trabalhadora, porque cremos que é a única classe que realmente pensa no bem comum que seria a pátria, a classe trabalhadora, porque seus interesses são coletivos e não são individualistas (Juan Manuel Sánches Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

No povoado, nos consideramos andaluzes, sim, bom, digamos que é o tema da autonomia, porque consideramos nossa terra, consideramos nosso trabalho e consideramos que Andaluzia tem riqueza, a agricultura, sobretudo, uma cadeia, se há riqueza na agricultura, há riqueza na indústria, nós, por exemplo, temos campo, temos indústria, queremos que a Andaluzia seja reconhecida, somos gente trabalhadora, os do norte dizem que não trabalhamos, somos gente trabalhadora, gente lutadora, queremos lutar por um posto de trabalho e casa, uma vida que tem que ter todos os espanhóis, todos os cidadãos do mundo, mas, sobretudo, pela Andaluzia, que se considere que tem sua riqueza. (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Ainda neste mesmo sentido, não consideram que falam a língua espanhola pura, mas uma espécie de dialeto andaluz ou o castelhano, pejorativamente, compreendido por espanhóis de outras localidades como um espanhol pronunciado de modo “errado”, assim como, observado entre os regionalismos brasileiros. Outro exemplo dessa identidade andaluz - mas que também pode ser compreendido como uma norma organizativa própria do vilarejo - pode ser observado no fato de o poder público de Marinaleda não decretar feriado no dia 12 de outubro, comemorado entre os espanhóis como o dia do “Exército Espanhol” ou como o “Descobrimento da América”, acontecimento histórico considerado pelo executivo municipal do povoado como um fato inverídico ou como uma verdadeira carnificina praticada pelos espanhóis em território americano, que resultou no quase extermínio dos povos ameríndios.



Figura 15 – Moradores de Marinaleda

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.

que luchar por el derecho de autodeterminación. El día de Andalucía es el 4 de Diciembre, aunque participaremos en todos aquellos actos que nos reafirmen como Pueblo” (SOC, 1977).

Contudo, tal identidade andaluza ou o reconhecimento da região como uma nação independente do “território” espanhol, apresenta-se, em alguns momentos como circunstanciada, não podendo, dessa maneira, ser estendida à totalidade da população do povoado, permanecendo restrita a um segmento dessa comunidade, assim como nos revela o depoimento a seguir:

Os moradores de Marinaleda, a gente de Marinaleda, eu sou antes que nada maridalenho, antes que nada de Marinaleda, a maioria está, por exemplo, de encontro à festa que está ocorrendo hoje, da festa do rei, a maioria da gente de Marinaleda está contra a monarquia, porque querem a república, não o rei, mas de toda a forma se consideram de Marinaleda e andaluzes, claro, andaluzes, sobretudo, mas a imensa maioria se perguntar, eu andaluz. (Morador de Marinaleda, 2014).

Ai existe uma gente pequena, uma parte pequena, que estão pela separação da Espanha também, como os catalães, aqui em Marinaleda, porque pensam que o que se faz a nível nacional não está bem, então tem que haver outra forma de governar, outro sistema, mas não teria que separar nada, teria que unir (Morador de Marinaleda, 2014).

Questionados a respeito da identidade de Marinaleda, um outro morador nos revela que esta consistiria na união da vontade de um povoado de se libertar das amarras dos terratenientes que encontrou um líder carismático de massa:

Eu penso, a vontade de um povo que encontrou a quem lhe disse que foi Juan Manuel e se uniram os dois, se o povo não tivesse acompanhado Juan Manuel, Marinaleda seria como era antes, jornaleira, jornaleira dos grandes terratenientes, hoje, em todo caso é jornaleira de seu próprio trabalho, mas porque, digo que é uma revolução que o povo aceitou, uma coisa sem a outra, possivelmente, Marinaleda não existiria (Morador de Marinaleda, 2014).

Em razão da diversidade de origens, dos vínculos anteriores estabelecidos com a terra, das profissões exercidas e da ausência de critérios, definir em única identidade os trabalhadores rurais de “El Humoso” ou apresentá-los em um único bloco homogêneo não tem se constituído em uma tarefa simples neste estudo:

Qualquer pessoa pode trabalhar em “El Humoso”, não se pede currículo, nem condições (...). Jornaleiros, os trabalhadores são jornaleiros, não existe nada específico para isso, meu irmão estava trabalhando na construção e agora com a crise ficou sem trabalho, ele está no campo, qualquer pessoa pode trabalhar no campo, eu mesma não trabalho no campo, posso trabalhar amanhã, eu não trabalho no campo, mas me considero jornaleira, porque venho de família jornaleira e me identifico como pessoa jornaleira, o trabalho no campo é muito duro e esta muito mal pago (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Neste sentido, convém esclarecer que se reconhecem em múltiplas identidades, ora como camponeses, ora como trabalhadores rurais (jornaleiros), cooperados, ou mesmo como trabalhadores rurais sem-terra, assim como os define o próprio alcaide do município Juan Manuel Sánchez Gordillo, pois estes agricultores, mesmo com o processo de reforma agrária

engendrado nos anos 80, não receberam uma parcela terra ou um título de propriedade da fazenda ocupada.

Nós somos campesinos, Marinaleda é um povo campesino, um povo jornaleiro, que viveu toda a vida do campo (Trabalhadora de “El Humoso”, 2014).

Como se consideram? Eu sempre digo que Marinaleda não é rica e aqui quem não se considera peão, jornaleiro ou trabalhador está louco, em Marinaleda ricos não existem, todos são pobres, então você tem que olhar a um sistema que te ajude, que não é possivelmente o implantado por Juan Manuel (Morador de Marinaleda, 2014).

Na maioria são jornaleiros, jornaleiro é um camponês sem-terra, mas existem também pequenos campesinos, que tem sua terra a parte, mas os que trabalham na cooperativa são jornaleiros sem-terra, trabalhadores do campo, que não têm mais que sua mão (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Apesar de toda sua formação política, que inclui uma graduação em história, Juan Manuel Sánchez Gordillo apresenta em seu depoimento uma conceituação reducionista do campesinato andaluz (questão até controversa para os teóricos andaluzes), associando sua condição estritamente a posse de uma propriedade rural e não reconhecendo o seu controle sobre os meios de produção ou o conjunto de *habitus* (práticas socioculturais) que nesta classe social podem estar inseridos, cujo retorno a terra nesta espacialidade foi historicamente conduzido por jornaleiros.

Neste sentido, convém considerar que quanto à inexistência de uma tradição camponesa na luta pela terra desencadeada pelos jornaleiros andaluzes, é fundamental o conceito de *habitus* para se pensar fenômenos sociais desta natureza, uma vez que o *habitus* camponês, e a sua durabilidade fora das condições de sua (re) criação, não se destinam a cálculos de tempo. Junte-se a isso o movimento de “fazer-se camponês” pela recuperação da terra de vida e trabalho como ocorreu no Brasil com o êxodo rural das décadas de 1960 a 1980, que expulsou 30 milhões para as cidades dando origem, posteriormente, ao maior movimento campesino da história atual (ALMEIDA, *et al*, 2014).

Ainda quanto ao depoimento de Juan Manuel, devemos considerar que:

(...) se há convergência quanto à existência de uma questão agrária em Andalucía (batizada de “problema agrário andaluz”), o mesmo não ocorre em relação à identidade e destino dos sujeitos promotores da conflitualidade, no caso os homens e mulheres que questionam o status quo. Em outras palavras, há debates quanto à existência (ou não) de uma questão camponesa em Andalucía. Uma parte dos questionamentos refere-se ao fato de que as pequenas propriedades familiares em Andalucía foram capturadas pela lógica da “Revolução Verde”, perdendo a racionalidade camponesa. Por outro lado, o movimento de retorno a terra foi historicamente conduzido por jornaleiros que não possuem um *ethos* camponês (ALMEIDA, *et al*, 2014, p.5).

Apesar de no povoado ter ocorrido, entre as décadas de 1980 e 1990, um processo de luta pela posse da terra e reforma agrária, esta não se processou no modelo brasileiro, na formula encontrada pelos organismos gestores em projetos de assentamentos rurais, pois após a desapropriação da propriedade “El Humoso” (Figura 16) pela Junta da Andaluzia, esta não foi parcelada em lotes individuais familiares, conjugados com áreas coletivas, ou sendo adotado o sistema de agrovilas, assentando-se famílias de trabalhadores rurais sem-terra e observando-se os recorrentes individualismos, especialmente, após os processos definitivos de assentamento.

Neste sentido, cabe esclarecer que toda a propriedade permanece sob domínio da Junta da Andaluzia e encontra-se totalmente coletivizada, despertando entre os trabalhadores uma percepção da terra não como uma propriedade privada de um meio ou fator de produção individual, assim como nos revela o depoimento a seguir:

As terras não estão divididas, as terras são trabalhadas em conjunto, não existe repartição da terra, a terra é trabalhada em conjunto, todas as cooperativas, geraria individualismo, estamos de encontro ao individualismo (...). A intenção que tem Marinaleda (...) nós não queremos a propriedade privada da terra, porque não queremos a propriedade, querer a propriedade não é bom, o que queremos é que as terras sejam sendo da gente de Marinaleda, por uso e desfrute por 50, 80, 100 mil anos (Trabalhadora de “El Humoso”, 2014).

Não somos os donos da cooperativa, não somos os donos de “El Humoso”, no campo, há um cortijo, um letreiro muito grande que diz “Este cortijo es para los jornaleros em paro de Marinaleda”, então somos como se fossemos os donos de la tierra, pero em teoria não somos os donos de la tierra (Dolores Tejada, Conselheira da CUT-BAI, 2014).

Ainda sobre a constituição espacial de “El Humoso”, convém esclarecer que esta propriedade encontra-se parcelada em áreas, pois o sistema judiciário espanhol concedeu aos herdeiros do antigo proprietário (Duque do Infantado) quatro áreas da antiga fazenda e neste sentido a constituição do território em “El Humoso” configura-se como espaços delimitados por e para relações de poder: “Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).



Figura 16 – Produção Agrícola em “El Humoso”

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.

A justificativa apresentada pelo Sindicato de Obreros del Campo (SOC) para o não parcelamento da propriedade foi para se evitar, individualismos e a futura venda dos lotes familiares, pretendendo incutir entre os trabalhadores rurais de Marinaleda uma percepção da terra não como valor de troca, mas como valor de uso. Neste sentido, temos uma significativa contribuição de Souza (2009b, p. 120), ao asseverar que:

(...) é preciso demarcar que suas resistências (campesinato) não se vinculam ao conceito de propriedade privada (esse foi o equívoco, na mão inversa, do marxismo-historicista). Ao contrário, suas resistências se estabelecem pelo conjunto de relações sociais (experiências), práticas sócio-espaciais e as suas significações sobre o trabalho, sobretudo a terra (como “valor” de uso) que afastam sua leitura (visão) social de mundo da lógica da propriedade privada. Não foi como propriedade privada que os camponeses resistiram à planificação “socialista” de Stalin, mas sim como modo de vida, o que não significa que sua representação social sobre a terra não se transforme, mas efetivamente essa inversão exige compreender uma mudança em sua essencialidade camponesa e sua negação.

Não por acaso. Não por acaso, os movimentos sociais tem defendido propostas de organização sócio-espacial dos assentamentos com áreas de produção coletivas e espaços de sociabilidade, objetivando demarcar espacialmente uma concepção de produção, de sociedade e de vida. Efetivamente procurando produzir experiências que possam representar lógicas distintas e uma nova concepção de classe, de relações de poder capazes de engendrar ou transformar-se em território.

Apesar dos trabalhadores rurais do povoado não possuírem a posse da propriedade de “El Humoso”, mas uma espécie de concessão de uso da terra conquistada, concedida pelo Estado, estes possuem um controle sobre os meios de produção e circulação de mercadorias,

compreendidos, neste trabalho como agroindustrialização (cooperativa) e a terra, transformada em território, determinado, coletivamente, tais trabalhadores as relações sociais de produção (dias, turnos e horas de trabalho), e que, neste contexto, podem ser caracterizadas, na mão inversa da agricultura capitalista, como relações não capitalistas de produção, mas, parcialmente, subordinadas ao capital comercial.

(...) a produção capitalista não é, na verdade, a forma única e exclusiva existente de se produzir. Em todos os países capitalistas e mesmo nos altamente industrializados existem, além dos empreendimentos industriais e agrícolas de cunho capitalista, numerosos estabelecimentos congêneres mantendo uma linha simples de produção mercantil, (...) as mais diversas formas de economia paralelas (...). Essas formas todas de sociedade ou de produção não só existem ou coexistem em perfeita harmonia com o capitalismo como também desenvolveram-se entre elas e o capital europeu um processo intenso e sui generis de trocas desde o início da era capitalista. (...) Teve assim de estabelecer-se, desde o início, uma relação de troca entre a produção capitalista e o meio não-capitalista, relação mediante a qual o capital encontraria a possibilidade de transformar sua mais-valia em ouro necessário à capitalização subsequente, bem como de providenciar as mercadorias necessárias à expansão da própria produção, de garantir, enfim, o crescimento da força de trabalho proletarizada pela decomposição das formas não-capitalistas de produção (LUXEMBURG, 1985, pp.334-335).

Neste paradigma de reforma agrária implementado no povoado, os produtos agrícolas produzidos em “El Humoso” (localizado no município de Écija, comarca de Sierra Sur), tais como: alcachofras, pimentos, habas, oliveiras, cultivadas em 300 hectares, são transportados até a Cooperativa Humar, localizada a cerca de 11 km e instalada polo industrial de Marinaleda, onde são processados e conservados em uma linha de produção ocupada majoritariamente por mulheres (90%), em razão da histórica discriminação por que passaram, excluídas do trabalho agrícola e por serem consideradas mais hábeis como as mãos. Contudo, no campo, não se observa essa divisão de gênero, sendo o trabalho agrícola mecanizado ou braçal desempenhado tanto por homens, como por mulheres.

Ainda sobre a produção agrícola de “El Humoso”, observa-se, além da rotação de cultivos e a presença diária da força de trabalho de 42 trabalhadores cooperados, que nem todos os bens agrícolas passam por um processo beneficiamento, a exemplo do trigo, da fava e algodão, industrialização na Cooperativa Humar, sendo vendidos ao mercado sem valor agregado. Apesar da conquista de uma grande propriedade agrícola com a dimensão de 1.200 hectares, a demanda por terras e emprego em Marinaleda continua em um ritmo crescente, especialmente, em razão das regulamentações estabelecidas pelo aparato estatal, definindo períodos de pousio e quantidade de terras que chegam de 70 a 80 hectares.

Assim como em Marinaleda, tentativas de coletivização da terra e a implementação de sistemas cooperativistas foram adotados pelos organismos gestores da reforma agrária e pelos movimentos sociais camponeses brasileiros, em seus projetos de assentamentos rurais, porém, não atingindo o aparente êxito como verificado no povoado, sobretudo, em razão dos verificados recorrentes individualismo após o processo de assentamentos das famílias de trabalhadores rurais sem-terra.

Apesar do sistema cooperativista ter sido somente implantado no início da década de 1990, os seus fundamentos político-ideológicos encontram-se formulados desde os anos 80, na cartilha *Elementos sobre a teoria da organização no campo*, de autoria de Clodomir Santos de Moraes, que se fundamenta em uma determinada concepção de socialismo, que encontra no marxismo-leninista sua maior expressão (BRENNEISEN, 2000). Dessa maneira, a organização cooperativista do MST destinar-se-ia segundo o autor a incutir a disciplina nos camponeses e a extirpar o que entende por “vícios pequeno-burgueses”, o apego à propriedade dos meios de produção (MORAIS, 1980).

Ainda a respeito da implantação do sistema de cooperativas nos projetos de assentamentos rurais organizados pelo MST, no interior do estado de São Paulo, cabe, contudo, observar que pouca prosperidade, em termos de permanência e expressão regional, obtiveram as experiências que postulavam a gestão coletiva da terra e do conjunto dos meios de produção nesses projetos de assentamentos rurais, sobrevivendo essas experiências em número bem reduzido (FERRANTE *et al*, 2006).

No modelo de desenvolvimento territorial, o camponês não tem lugar, pois consideradas como uma estrutura superior de organização a fim de viabilizar o desenvolvimento territorial dos projetos de assentamentos, este paradigma encontra-se alicerçado em um conteúdo teórico que entende a superioridade operária e as modernas relações de produção, a fim construir um território propício ao processo revolucionário. No entanto, os trabalhadores rurais têm resistido a esse modelo de desenvolvimento territorial elaborado pelo movimento sem-terra, procurando colocar em prática um projeto que passa pela existência camponesa, materializada na formação de uma variedade de grupos de assentados como núcleos de produção, grupos coletivos, associações, grupos de vizinhança marcados por relações de solidariedade (FABRINI, 2002).

Os Elementos de Resistência Frente à Crise do Capitalismo Neoliberal

O modelo encontrado em Marinaleda para a superação da crise do capitalismo neoliberal (*subprime*) iniciada, em 2008, e que se estende até os dias atuais, ou mesmo para não ser tão fortemente impactada por este movimento sistêmico, congrega um processo de reforma agrária iniciado nos anos 80, a criação de uma cooperativa agrícola, um programa de moradias populares, o baixo custo de vida no meio rural (impostos e preço dos serviços) e a estabilidade política proporcionada por um governo de caráter marxista-leninista, que se sustenta sucessivamente no poder no povoado a mais de três décadas e que não faz questão de mensurar o desenvolvimento do povoado em termos quantitativos ou econômicos, mas pela qualidade de vida e/ou bem-estar de sua população.

Apesar da Cooperativa Humar – Marinaleda SCA (Figura 17) não empregar a totalidade da população do povoado, cerca de 2700, a propriedade agrícola e a cooperativa constituem a base econômica do vilarejo, dinamizando e sustentando todo o povoado, acarretando baixos índices de desemprego. Afirmam as autoridades locais que cerca de 80% da população do vilarejo estaria direta ou indiretamente envolvida com as atividades da cooperativa. Não encontrando alternativas no turismo rural, o restante da população de Marinaleda emprega-se no setor de serviço, especialmente, em pequenos comércios familiares

e na “construção civil”, entendida, especialmente, neste estudo, como o programa de moradias de populares (“moradias de autoconstrução”) instituídas pelo poder público local.



Figura 17 – Cooperativa Humar – Marinaleda SCA

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.

Em um contexto de grave crise econômica, enquanto na Espanha e na Região da Andaluzia, respectivamente, 32% e 30% da População Economicamente Ativa (PEA) encontra-se desempregada (SEGRE, 2013), Marinaleda, com sua cooperativa agrícola, segundo dados divulgados pelo poder público local, atinge uma situação de pleno emprego, variando a taxa de desemprego entre 0% a 4%, sendo ainda que nenhum morador do povoado possui dívida por hipoteca, em razão do programa de moradias populares instituído pelo poder público municipal. A prosperidade econômica e social atingida por Marinaleda, gerando emprego e renda aos seus moradores, tem atraído inúmeros migrantes em busca de postos de trabalho. Contudo, questionado a respeito da condição de pleno emprego vivenciada no povoado, Juan Manuel Sánchez Gordillo nos responde nos seguintes termos:

No campo, às vezes há mais emprego que em outras épocas, mas há bastante emprego no povoado, por termos a cooperativa e a indústria de transformação dos produtos agrários, conseguimos mais empregos que outros povoados, em outras partes da Andaluzia e do mundo (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Após o processo de desapropriação de “El Humoso”, os trabalhadores rurais do povoado se dão conta que somente a conquista da terra não garantiria a sua reprodução enquanto classe social. Neste sentido, convém esclarecer que no transcorrer da década de 1990, quando se conclui o processo de implementação do sistema de irrigação em toda a propriedade ocupada, na década de 1980, é instaurado um sistema de produção cooperativista, estabelecendo-se uma fábrica de conservas que garante o fornecimento de produtos com valor

agregado para a cooperativa (alcachofra, pimentos, habas e azeite de oliveira), verificadas em campo, destacando-se ainda a criação de ovelhas para corte, caracterizando um exemplo concreto de cooperativização da terra, da produção agrícola, do processamento agroindustrial e revelando:

A já longa luta dos trabalhadores que tem nos campos sua inserção para o trabalho (...), ao colocar em questão o poder e o controle exercidos pelos proprietários de terra, latifundiários, capitalistas e o Estado, seja por meio das ocupações de terra, de prédios públicos, caminhadas, atos públicos, greves, paradesiros, etc., estão acrescentando ao aprendizado da luta de resistência e à qualificação da consciência de classe, novos elementos para a classe trabalhadora (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 11).

Neste sentido, convém acrescentar que no povoado não são os meios de produção capitalista (*terratenientes versus* jornaleiros) que determinam as relações de produção dos trabalhadores rurais, mas estes, mediante a coletivização da terra e da agroindustrialização, decidem coletivamente como e o quanto trabalhar, controlando os meios de produção em todas as suas fases, desde a produção de mudas em estufas até a comercialização das conservas da cooperativa.

A partir de dados coletados em campo, verifica-se que no topo de sua produção, a Cooperativa Humar chega a contar com 500 cooperados, que recebem 47 euros por dia, totalizando em média e um “teto” de 1.200 euros ao mês, independente do trabalho que realizem (campo, logística, linha de produção, administrativo e comércio), enquanto o valor do salário mínimo nacional permanece congelado pelo governo espanhol em 645 euros. Contudo, o mesmo não ocorre com os agricultores que trabalham em “El Humoso”, assim como nos revela o depoimento a seguir:

Olha, o funcionamento da cooperativa é o seguinte, todas as pessoas que integram a cooperativa, tanto os cooperativistas, como o restante da gente, ganhamos o mesmo, todos nós, temos um soldo de 1.200 euros, os que trabalham todos os dias, o restante da gente, no campo, não se pode trabalhar tanta gente todos os dias, porque, no campo é por época, creio que aqui, na Andaluzia, na Espanha é igual, campo é por época, por exemplo, se eu trabalho dez dias ao mês, eu cobro os 10 dias trabalhados (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Contudo, em termos de seguridade social, os dias não trabalhados são “cobertos” pela cooperativa. Nas safras que não exigem uma grande quantidade de força de trabalho, a exemplo da produção de alcachofra, o regime de trabalho da cooperativa consiste em seis dias por semana, totalizando 36 horas semanais, em um turno que se estende das 6h às 14h, empregando no mínimo 40 trabalhadores, mas que podem atingir de 80 a 90 pessoas na linha de produção, quando do período da industrialização do pimento de piquillo, formando-se dois grupos de trabalho.

Há umas 40 pessoas à frente da cooperativa, que são as pessoas que trabalham todos os dias, o restante de Marinaleda trabalha, mas dependendo da demanda de trabalho que tenha “El Humoso”, por exemplo, nós em setembro, mais ou

mesmos, quando começamos a campanha maior, com a colheita do pimento de piquillo, em pimento de piquillo, temos umas 200 colhendo o pimento, parte dessas pessoas colhendo o pimento e na linha de produção umas 80 ou 90 mulheres, separadas em dois turnos, em dois grupos, um grupo trabalha das 6h às 9:30h e o outro grupo das 9:30h até as 11h (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

A produção agrícola em “El Humoso” ocorre durante todo o ano, ocupando-se as terras disponíveis, com excesso das áreas de pousio, com a utilização de implementos agrícolas e sistemas de irrigação, com o uso de tecnologia tanto no campo, como na agroindústria, que, por sua vez, revele a constante busca do campesinato para adquirir os meios de produção indispensáveis à produção agrícola. Contudo, como discutido na revisão teórica deste estudo, considera-se que o fato de o camponês ter acesso ao mercado ou possuir a propriedade dos meios de produção não significa que esse perdeu a sua condição ou identidade, assim como defendido pelos teóricos da agricultura familiar - Ricardo Abramovay (1992) e Hugues Lamarche (1993) -, pelo contrário, o camponês envolve-se com o capital industrial e financeiro porque necessita adquirir os meios de produção indispensáveis a sua reprodução social (OLIVEIRA, 2001).

A quantidade de força de trabalho empregada no campo e na Cooperativa Humar depende do tipo de cultivo a ser realizado em “El Humoso”, caracterizando-se, em determinados momentos do ano, como sazonal, pois, por exemplo, o cultivo e a colheita da alcachofra não exige uma grande quantidade de trabalhadores, sendo necessário somente um turno de trabalho. Neste sentido, convém considerar que a safra do pimento, colhida no mês de agosto, exige um maior número de trabalhadores, período em que ocorrem as chamadas “campanhas” (contratação de mais trabalhadores), assim como a haba (uma espécie de leguminosa típica da região), que exige 400 trabalhadores, colhida no meio do período da alcachofra e que deve ser rapidamente processada, não havendo dia de descanso de trabalho.

Bom, a assembleia cooperativa, ela é uma organização cooperativista, onde trabalham pessoas que são cooperativistas e pessoas que não são, mas queremos que não exista muita diferença entre um e outro, que não se criem castas separadas, não é fácil o debate, queremos conjugar as duas coisas para que a comunidade toda seja beneficiada pelo trabalho da produção da cooperativa, da terra que a nutre (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Neste sentido convém esclarecer que, os cultivo do pimento (piquillo) e da haba são compreendido pelo poder público municipal como “cultivos sociais”, ou seja, produzidos não a fim de aportar significativos ganhos econômicos para a cooperativa, mas para gerar emprego no povoado. Não obstante, nos momentos em que o trabalho torna-se escasso em “El Humoso”, este é compartilhado, repartido entre os trabalhadores rurais, ocorrendo um revezamento semanal dos grupos de trabalho, a fim de que se mantenham os postos e não se gere desemprego na comunidade, assim como nos revela o depoimento de uma trabalhadora da cooperativa.

Na produção da alcachofra, há gente no campo e há gente na linha de produção, seguimos mantendo os dois grupos, mas no período da alcachofra

não existe a necessidade de dois grupos, as alcachofras necessitam um grupo, mas para manter os mesmos postos de trabalho, para compartilhar o trabalho, um grupo trabalha uma semana e o outro grupo trabalha na próxima semana, é uma maneira de manter os postos de trabalho, hoje é a última colheita da alcachofra (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Sim, essa é a dinâmica, que estamos trabalhando, porque pensamos “El Humoso”, que é a filosofia de Marinaleda e a filosofia de “El Humoso” é dar trabalho, não para que poucos tenham muito e outros tenham nada, repartindo o melhor trabalho que temos (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Ainda a respeito da relação dos tipos de cultivos produzidos em “El Humoso” e a geração de empregos no povoado, encontramos o seguinte depoimento:

Esta empresa dá trabalho, mas não dá emprego em todo o ano não, isso seria impossível eu falar, dá trabalho em campanha, um exemplo, a azeitona dá trabalho de setembro a janeiro, a alcachofra dá trabalho desde dezembro até maio, a haba dá trabalho em abril, a acelga, porque no verão há menos trabalho, vai dar trabalho em julho e, quando não há trabalho, se reparte (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Dependendo do tipo de cultivo e da força de trabalho exigida, os trabalhadores podem ser deslocados entre o campo e a cooperativa e vice-versa, assim como também podem trabalhar em nas oito associações cooperativistas administradas pelo Sindicato dos Obreros del Campo (SOC) que não trabalham em separado, especialmente, em razão da coletivização da terra. Neste sentido, convém considerar que os postos de trabalho não são considerados pelos trabalhadores como uma propriedade em concreto, seguindo tais trabalhadores a ideologia do “trabalhar menos para trabalharem todos”. Em anos ruins para a agricultura, em razão das condições climáticas, os agricultores de “El Humoso” trabalham no mínimo sete meses por ano, mas que podem atingir 11 meses em safras produtivas.

Além da produção de “El Humoso”, a Cooperativa Humar tem adquirido e processado a produção de pequenos agricultores campesinos, mas sem nenhuma forma de contrato ou parceria, contribuindo, dessa maneira, com sua reprodução social. Ao término do ano agrícola, depois de quitados todos os custos de produção, ao contrário de outros sistemas cooperativistas, os lucros adquiridos como a produção agrícola e agroindustrialização não são distribuídos entre os trabalhadores cooperados, mas investidos em novos cultivos e na própria cooperativa, especialmente, na aquisição de novos maquinários e implementos agrícolas, a fim de empregar um maior número de pessoas no próximo ano agrícola.

Ao final do ano, como em todas as cooperativas, como em todos os negócios, faz-se um balanço, o dinheiro ganho e o perdido, mas não repartimos o dinheiro, o dinheiro que a cooperativa, depois de pagar os soldos, os produtos, as sementes, é investido na própria cooperativa, para gerar mais postos de trabalho, ou m benefício da cooperativa, não a repartição entre os cooperativistas, não somos os donos de “El Humoso” (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Quanto ao escoamento da produção de “El Humoso”, as conservas produzidas pela Cooperativa Humar são, especialmente, comercializadas nas Regiões Autônomas de Andaluzia, Navarra, País Basco e com a Itália, sendo ainda que, o azeite de oliva é diretamente comercializado (com o logotipo da cooperativa) entre o governo de Juan Manuel Sánchez Gordillo com o governo de Nicolás Maduro (Venezuela), não tendo como intermediário o governo espanhol.

A princípio, uma das estratégias utilizadas pelos administradores da cooperativa, a fim de se evitar a ação de intermediário, e, conseqüentemente, um processo de extração da renda da terra pelo capital comercial é a comercialização dos produtos industrializados diretamente ao consumidor final na sede da própria cooperativa, através do website da cooperativa (individualmente ou em lotes), e no comércio local, que não consegue absorver toda a produção da cooperativa, mas assegura-lhes a obtenção de uma renda de monopólio:

Os camponeses procuram encontrar meios de evitar a subordinação: uma delas é comercializar a própria produção, de modo que a renda não seja apropriada pelo capital comercial (BOMBARDI, 2004, p. 281).

Contudo, essa estratégia de comercialização (internet e tenda), mesmo que somadas, corresponde a uma pequena porcentagem das vendas da cooperativa, variando entre 15% a 20%, sendo adquiridos, especialmente, por associações ou por pequenos consumidores, que estão de passagem pelo povoado e que desejam consumir ou adquirir um dos principais símbolos de Marinaleda.

Na ausência de um mercado institucional, devemos também considerar que os produtos agrícolas produzidos em “El Humoso” e industrializados na cooperativa são também são comercializados com o capital comercial e inclusive sem a logomarca da cooperativa, denominado pelos administradores como “marca branca”, o que representa, por exemplo, cerca de 80% das vendas do azeite de oliveira, fato justificado pelo desconhecimento de sua marca no mercado, mas que evidencia uma extração ou uma subordinação da renda campesina, mediante os baixos preços pagos pelos produtos agrícolas e uma perda de identidade da Cooperativa Humar, considerada um dos símbolos de Marinaleda¹⁶⁹, cujo desenvolvimento ocorre parcialmente na esteira do capitalismo comercial, entrando, dessa maneira, em contradição com o seu sistema político autoproclamado como comunista.

Nós vendemos azeite em por menor, digamos envazamos e vendemos consumo direto ou a granel em sistema, à Espanha, Itália e a Venezuela. A porcentagem da internet é pequena, 10%, 15%, lhe digo de cabeça, teria que olhar os números, é uma porcentagem pequena, porque a maior parte do azeite vendemos a granel e é diretamente via telefônica e contato direto com os clientes, internet é o pequeno consumidor ou vem uma associação, ou vem um particular que compra, é uma porcentagem baixa, porque é uma quantidade

¹⁶⁹ Neste sentido, convém acrescentar que, no sistema de produção capitalista, todo produto lançado ao mercado assume a forma de mercadoria capitalista independente do processo específico de produção que a originou. Dessa mesma maneira, a partir de uma perspectiva do capital global, todo meio de produção inserido em seu ciclo comparece como “capital”, independentemente de sua forma de apropriação específica ser ou não capitalista. Por último, sob o ponto de vista do capital global, todo rendimento que se destina ao consumo do trabalhador direto forma parte do capital variável total e é parte constitutiva dos “salários”, seja qual for a forma em que tenha sido obtido (VERGÉS BARTRA, 2011).

pequena, os que querem quantidade grande, considerável, tratam diretamente com o gerente (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Na loja daqui é pequeno, a porcentagem é pouca, aqui se vende pouco, nós não estamos dedicados a colocar marca e vender aqui, não, temos aqui para cliente que chega, nos pergunta e se vende, nós nos dedicamos principalmente a falar com o cliente e vender quantidade maiores, sem marca é um preço mais baixo, temos pouco a pouco, cada vez mais vamos colocando nossa marca no mercado, uma marca que não é muito conhecida (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Neste sentido, podemos compreender que:

(...) o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de *dentro* do capitalismo e não de *fora* deste (...). O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. (OLIVEIRA, 2007b).

Neste sentido, compartilhamos da interpretação que afirma que o campesinato é uma classe social, que é criado e recriado na lógica contraditória do desenvolvimento capitalista; que é responsável pela acumulação primitiva que continua acontecendo e que sua sujeição ao capital se dá via sujeição da renda da terra, através dos baixos preços pagos aos seus produtos (ETGES, 1991, p. 24).

A respeito dos reflexos da crise do capitalismo neoliberal sobre o povoado, convém esclarecer que, em razão de estar subordinadamente inserido no mercado, via venda de seus produtos agrícolas através da Cooperativa Humar, o vilarejo é parcialmente atingido pela crise, sobretudo, em virtude dos baixos preços pagos pelas redes de supermercados as suas conservas, mas o que não tem abalado tão profundamente a sua economia. Ainda neste sentido, o povoado é atingido via institucionalmente, pela redução das transferências correntes aos cofres municipais (o que inviabilizou uma série de obras prometidas pelo poder público) e pelo aumento da procura de emprego no campo, ou seja, pelo regresso de moradores que antes do início da crise encontravam-se empregados no ramo da construção civil em outros municípios, especialmente, em Málaga, localizada acerca de 100 km de Marinaleda.

Frente a esse quadro de procura de emprego no campo, o poder público tem procurado engendrar novas alternativas, a fim de gerar novos postos de trabalho, com os denominados “cultivos sociais”, intensificando a agroindustrialização e dando celeridade a transição agroecológica, cujos ganhos econômicos são mais significativos, assim como nos revela seu alcaide Juan Manuel Sánches Gordillo:

Também a afeta, porque é um recorte e os recortes são afetados, sobretudo, a cooperativa, os nossos produtos agrícolas cada vez tem um preço menor e também a ajuda que recebe a prefeitura está diminuindo, então isso afeta, em certo modo também, ao passo que nós estamos tentando supri-la criando mais trabalho, com um maior esforço, tentar uma nova reflexão para saber como superamos uma etapa de maior indústria, de maior agricultura agroecológica,

de maior emprego (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Sim, isso te disse outro dia, há necessidade ainda, há famílias necessitadas, poucas, mas existem (Morador de Marinaleda, 2014).

Emprego, em Marinaleda, é 100% de emprego que temos, mas sim, com a crise que temos, na Espanha inteira, até quatro, cinco anos, antes de começar a crise, tínhamos menos gente para trabalhar, não é que se tem menos emprego em “El Humoso”, tínhamos menos gente para trabalhar, porque nossos filhos cresceram, uns estudam, outros trabalham, mas até os que estudam são filhos de jornaleiros, quando tem um espaço, trabalham também e temos também muita gente que se foi para trabalhar em construções, estamos a 100 km de Málaga. E o que se passa com essa gente? Voltaram. Quando chegava a sua casa trazia 3.000 euros ao mês, só trabalhava ele, a mulher não trabalhava (Dolores Tejada, Conselheira da CUT-BAI, 2014).

Além de reter uma parcela da renda da terra, mediante os baixos preços pagos aos produtos agrícolas, o capital comercial vem também determinando os tipos de cultivo em “El Humoso”, especialmente, nos “cultivos sociais” e, dessa maneira, interferindo na geração de empregos no povoado:

Não que tenhamos problemas para vender os produtos, mas tão pouco, no primeiro ano de “El Humoso”, por exemplo, semeamos 100 hectares de pimento, 100 hectares de pimento dava muito mais trabalho, mas com a crise não podemos semear 100 hectares de pimento, não se pode semear porque, semeamos menos, mas temos que seguir semeando para a gente seguir trabalhando, então nossa fórmula é essa, temos menos dias de trabalho, mas tentamos que toda pessoa de Marinaleda que queira trabalhar em “El Humoso”, se há 80 dias, por exemplo, há 80 dias para todos, repartimos o trabalho (Dolores Tejada, Conselheira da CUT-BAI, 2014).

Apesar de Marinaleda constituir-se como um símbolo da reforma agrária e da luta pela posse da terra na Região da Andaluzia, alimentando o sonho da terra livre, em uma utopia em que, tanto o uso da terra, como a produção agroindustrial são coletivos, mantendo-se a propriedade pública, esta vem desenvolvendo uma produção agropecuária convencional, não conseguiu implementar a transição agroecológica, mesmo passados mais de 20 anos da conquista da terra. Atualmente, dos 1200 hectares disponíveis para a produção agrícola (oliveira, girassol, trigo, alcachofra, hortifrúti) cerca de 50 hectares encontra-se no sistema agroecológico (ALMEIDA, *et al*, 2014).

A transição do modelo agrário constitui um desejo da comunidade, contudo, vagaroso, pois exige uma desintoxicação da terra, um resquício da opção inicial pela agricultura convencional como possibilidade de retorno rápido para as famílias que, depois de anos de luta, ansiavam por trabalho e comida, a partir de uma forma de produzir que conheciam. No entanto, a razão desta dificuldade parece estar mais calcada em questões de ordem político-ideológico, uma vez que o movimento sindical, no caso o SOC/SAT, que lidera a luta pela terra dos trabalhadores do campo, tanto em Marinaleda como em Somonte, tem sua raiz historicamente direcionada para a melhoria das condições de vida do trabalhador rural. A partir desta perspectiva político-ideológica, a terra entra como luta para socialização

de um “meio de produção” e o debate ecológico toma corpo em um momento posterior à conquista da terra (ALMEIDA, *et al*, 2014).

Apesar da Cooperativa Humar não ter realizado na Finca de “El Humoso” uma completa transição agroecológica passados 23 anos da desapropriação da propriedade, encontrando-se, dessa maneira, em contradição com um dos princípios da reforma agrária, a produção de alimentos saudáveis, tal contradição não pode ser compreendida como um desqualificador de um processo histórico de luta pela posse da terra e resistência a um modelo de sociedade consumista, salientando o fato que a terra conquistada (como afirmado), configura-se como um território delimitado, circundado por propriedade privadas com cultivos (oliveiras, girassol, trigo) com uso intensivo de agroquímico.

Temos 30 hectares ecológicos, onde semeamos, há alguns anos que estamos semeando um tipo de pimento, que é um pimento vermelho, pequeno, mas esse pimento se come seco como condimento para comida, nós não temos um secador (...). As oliveiras não são 100% ecológicas, mas estamos dentro de uma produção integrada (...) (Dolores Tejada, Conselheira da CUT-BAI, 2014).

Além de uma consciência ambiental, os depoimentos apresentados a seguir revelam que a transição da Finca de “El Humoso” para uma matriz agroecológica vem ocorrendo paulatinamente, segundo o interesse do mercado, escoamento da produção, encontrando-se em uma fase que denominam Agricultura de Produção Integrada (API), com o uso controlado dos produtos (agrotóxicos) aplicados no campo, o que, no seu entendimento, representa um passo anterior a produção agroecológica.

Na cooperativa, há 1.200 hectares, começamos com 17 hectares ecológicos, cada vez que vai se conseguindo mercado, vamos plantando mais ecológicos, porque nos parece um produto mais interessante, porque seu nome indica mais sadio, sem agrotóxicos. Eu tenho duas crianças pequenas, quando eu posso lhes dar ecológico, eu dou, quando eu não posso, não dou, é mais sadio para o corpo, ademais, a agricultura ecológica é interessante, principalmente por isso, não vai produto químico nenhum (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Começamos com 17 hectares, depois mais 10 hectares e estamos fazendo produção ecológica com a oliveira, mais 27 hectares, vamos por uma quantidade de hectares, pouco a pouco, segundo o mercado, segundo a facilidade que temos, porque o produto ecológico é mais custoso, então, dá mais trabalho para vendê-lo (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Estamos em uma produção integrada, digamos que é aplicado produto no campo, ao cultivo, mas muito controlado, qualquer produto não, não é ecológico, mas um seguinte passo para o ecológico, não é qualquer produto, são produtos que estão controlados pela agricultura integrada, como se chama, produção integrada se chama que estamos, em API, API é Agricultura de Produção Integrada, é simplesmente isso, um cultivo mais controlado, te certificam que estão em produção integrada, usamos produtos, mas está mais limitado (Trabalhadora da Cooperativa, 2014).

Reconhecendo a contradição entre o modelo de agricultura convencional desenvolvida em uma significativa parcela da Finca de “El Humoso” e um dos paradigmas da

reforma agrária, a produção de alimentos saudáveis, a intenção do poder público é a transição completa para a matriz agroecológica, mas sem um tempo previsto, pois, em momento de crise dos mercados, as atenções encontram-se voltadas para a geração de mais emprego, mediante os “cultivos sociais” e a produção agroecológica passa a representar um passo seguinte, assim como nos revela Juan Manuel Gordillo:

Estamos caminhando nessa direção, a princípio, o importante é gerar emprego e estamos transformando pouco a pouco, a transformando em todo agroecológico, sim estamos caminhando nesta direção sim (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

A respeito do polo industrial do povoado, convém esclarecer que a Cooperativa Humar – Marinaleda SCA é a única instalação existente no local, indicando a falta de interesse por parte do poder público municipal em atrair outras empresas e/ou investimentos para a localidade, o que, por sua vez, poderia resultar em perda de controle por parte de Juan Manuel Sánchez Gordillo o território conquistado e, conseqüentemente, sobre as relações sociais, de poder e produção, instituídas desde a década de 1980. Fato questionado pelas forças de oposição, especialmente, pelos conselheiros do PSOE, que afirmam, em uma percepção mais liberal, que o vilarejo encontra-se estagnado no tempo, focado exclusivamente no setor agrícola (sem diversidade econômica) e que o polígono industrial deveria estar repleto de empresas, assim como também, declaram ser incerta a condição de pleno emprego no povoado.

(...) Você tem que procurar empresas que venham trabalhar aqui e sem manipulação, que venha trabalhar aqui (...) uma pessoa que vem de fora, está tirando o emprego de uma pessoa daqui, está bem, mas tem que buscar mais, fazer um polo industrial com bastante gente trabalhando, mas quando o procuram..., a nave de sua indústria que custou um milhão de euros foi para seu benefício político e nada mais, foi uma atitude mais política, tinha que buscar empresas para vir aqui trabalhar, facilitar todo o possível aqui em Marinaleda, somos 2.700 habitantes, portanto, se você montasse quatro ou cinco empresas com pessoas trabalhando, mas tem que querer buscar (Hipólito Aires, Conselheiro do PSOE, 2014).

Frente à bancarrota do mercado imobiliário, o programa de moradias populares idealizado pelo poder público no povoado denominado “moradias de autoconstrução” ou “Casas da Revolução” (Figura 18) consiste basicamente na aquisição pela prefeitura de terrenos considerados “rústicos” a preços irrisórios, que são em seguida urbanizados e, conseqüentemente, valorizados. Os materiais de construção são subvencionados pelo Estado, via transferência de recursos da Junta de Andaluzia. Contudo, em atitudes drásticas, havendo a recusa do proprietário em vender o terreno, esta propriedade pode ser inclusive expropriada pelo poder público municipal de Marinaleda.



Figura 18 – Moradias de Autoconstrução

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.

Tal programa de moradias populares possuiu por objetivo envolver o futuro morador em todo o processo construtivo das casas, construídas coletivamente e simultaneamente, ou seja, este possui por obrigação trabalhar em sua moradia, não sabendo, contudo, qual será a de sua “propriedade”, pois ao término das construções é realizado um sorteio, em assembleia pública, a fim de se definir qual morador ocupará determinada moradia. Não podendo por algum motivo trabalhar em sua futura residência, existe a possibilidade no programa de contratação de mão-de-obra paga pelo beneficiário, além de pagar pelo serviço de pedreiros profissionais, a fim de que realizem atividades mais complexas, gerando, dessa maneira, emprego no povoado.

A partir dos relatos coletados através dos trabalhos de campo, asseveram as autoridades locais que, nesta sistemática de trabalho implementada pelo programa de moradias, são necessários cerca de 400 dias de trabalho para a conclusão das obras, não necessariamente consecutivos, sendo que todos os autoconstrutores, acompanhados de um arquiteto remunerado pelo poder público, devem ter a mesma quantidade de dias de trabalho.

Nós compramos, expropriamos o terreno, requalificamos, o terreno é gratuito. Quanto ao material chegamos a um acordo com o governo. São casas de 90 m², com seu pátio são 100 m², são casas de uma boa qualidade (Juan Manuel Sánchez Gordillo, Alcaide de Marinaleda, 2014).

Desde ali, onde está a cafeteria, da Cooperativa San Nicolás até Matarredonda foi tudo expropriado, isso tinha um dono, mas Juan Manuel começou a construir ai. Por que não me vende? Foi expropriado e se perdeu muito (Morador de Marinaleda, 2014).

O discurso político empreendido pelo poder público municipal salienta quanto ao seu pagamento, que, enquanto na Espanha, o valor de uma hipoteca pode atingir 1000 euros mensais, tais moradias construídas no povoado são amortizadas a 15 euros por mês (a fim de ressarcimento dos materiais de construção subvencionados pela Junta de Andaluzia), que se

transformam em uma espécie de aluguel social, em prestações que serão provavelmente quitadas por seus filhos ou mesmo netos, que obterão ao término do processo a posse do imóvel. O próprio Alcaide de Marinaleda, Juan Manuel Sánchez Gordillo, tornou-se um autoconstrutor, residindo atualmente em uma dessas moradias do programa.

Isso é a melhor coisa que tem, porque o povo tem casa e paga 15 euros, esse é o único preço, com imposto também, porque a coisa está muito mal, mas de toda forma, são 15 euros ao mês e se tem uma casa com 200 m² mais ou menos, então isso poderia ser levado a outros lugares, se deixasse o capitalismo, se fizessem, o mundo estaria melhor, as pessoas teriam uma casa decente, a humanidade seria melhor, porque o pobre teria pelo menos um teto digno e aqui, em Marinaleda, existe isso, pouco a pouco, não se pode construir casas a todos que estão necessitando, porque a pouco dinheiro, o dinheiro vem do governo, que são os 15 euros que tem que devolver, os terrenos, o povo doa os terrenos, logo a construção sai de ti, do teu corpo, da tua força, o tempo que durar a construção, o capital, os 15 euros são devolvidos ao governo espanhol, 15 euros dentro de 20 anos não é nada, 15 euros dentro de 20 anos são como agora 5 euros, então, está muito bom, essa é uma ideia muito boa, não são para todos para que se podem fazer, porque não se tem dinheiro, o capital não sai de Marinaleda (Morador de Marinaleda, 2014).

A partir das condições estabelecidas, o poder público do povoado pretende evitar um processo de especulação imobiliária no município, via construtoras e sistemas bancários, pois o valor total das casas, construídas em um modelo padronizado, inclusive em sua pintura, com área construída de 90 m² e 100 m² de pátio para possibilitar futuras ampliações, chega ao custo total de 20 mil euros, valor declarado pelos seus moradores. A ideologia impregnada neste programa, que também perpassa pela percepção de direitos explícita no movimento Nacionalismo Andaluz, pretende transmitir aos moradores do povoado uma concepção de que a moradia deve ser compreendida como um direito fundamental do cidadão, garantido constitucionalmente, e não como uma fonte de especulação, renda ou um negócio, compreendida, assim como a terra, como valor de uso e não como valor de troca.

(...) queremos ter nossos direitos, mas como qualquer cidadão, mas nada particular, por exemplo, as casas de Marinaleda, queremos que todo cidadão tenha uma casa, seja de Marinaleda, seja de onde for (...) claro que o Ayuntamiento não se enriquece com isso, ao contrário, o Ayuntamiento aporta (Moradora de Marinaleda, 2014).

Quando terminam de pagá-la? Não tem pressa de pagá-la, por pagá-la. Por quê? No nosso entendimento, existe uma filosofia que diz que a casa não é um comércio, a casa não se vende, quando acaba de pagá-la a casa é sua, mas não pode vendê-la, não pode comercializá-la, não se especula com a casa, a casa pode dada a seus filhos, quando morrer, pode ficar para os filhos (Dolores Tejada, Conselheira da CUT-BAI, 2014).

As palavras da Conselheira Dolores Tejada (CUT-BAI) explicitam que mesmo ao término do pagamento do imóvel, o autoconstrutor torna-se dono, mas, aparentemente, não adquirem um título de propriedade da moradia, não podendo, dessa maneira, ser comercializada, exceto com o poder público municipal, que paga pela moradia somente o

valor dos dias trabalhados pelo autoconstrutor e não o valor das prestações quitadas, que as revende pelo mesmo valor, não especulando, dessa maneira com o imóvel.

No entanto, os depoimentos das autoridades públicas locais revelam que, neste programa, existem flexibilizações, pois estas moradias podem ser alugadas, mas pelo valor das prestações (15 euros). Até o início desse programa de moradias populares, que beneficiou até o momento 350 famílias¹⁷⁰ e tem atraído migrantes para a localidade, o povoado comportava imóveis com até três gerações familiares convivendo em uma única moradia. Os critérios adotados para a seleção dos autoconstrutores são os seguintes: casal com filhos, casal sem filhos e a pessoa solteira, sendo que, nas últimas construções pessoas solteiras já estão sendo beneficiadas. Por fim, ainda sobre este programa de moradias, convém esclarecer que caso o imóvel não for ocupado pelo morador, o poder público pode expropriá-lo e revendê-lo.

Finalmente, parcialmente apartada do grande capital e caracterizada por um determinado nivelamento social e por um pequeno comércio de caráter familiar concentrado na Avenida da Liberdade (Figura 19), em Marinaleda, o sistema capitalista (industrial, comercial, financeiro ou rentista) ainda não se instaurou, com suas grandes redes de supermercados, sistema bancário, eletrônicos, redes de *fast food*, etc., não se observando, dessa maneira, nesta espacialidade, o materialismo e consumismo exacerbado visualizado nos grandes centros urbanos espanhóis.

Nos institutos de ensino, por exemplo, os livros são adquiridos coletivamente, o que os torna mais baratos, e repassados aos alunos dos ciclos seguintes, sendo também o refeitório dos colégios acessível aos alunos, cobrados a 13 euros ao mês, assim como a creche que custa 2 euros ao mês (instituição de ensino para a qual não existe lista de espera) e o ginásio, que tem um custo mensal de 2 euros, assim como a piscina cobrada a 3 euros/mês, valores constantemente salientados pelas autoridades públicas locais, especialmente, conselheiros em seus depoimentos e que, no seu entendimento, revelam o baixo custo de vida no povoado.



Figura 19 – Avenida da Liberdade

Fonte: Dorival Borelli Filho, 2014.

¹⁷⁰ No transcorrer da pesquisa de campo, verifica-se a construção de vinte moradias, ao custo de 501.434,35 euros.

Ainda neste sentido, convém considerar que no povoado, em razão das dimensões das moradias, que possuem quintais, existe o hábito entre os moradores de produzirem alimentos agrícolas no fundo de suas casas, assim como a criação de animais de pequenos, complementando parte de sua alimentação, em uma espécie de produção agrícola de autoconsumo e que podem ser consideradas como uma espécie de *habitus* camponês instaurado no espaço urbano.

Há uma coisa que é muito boa aqui, que no sistema rural, no rural, esteja onde estiver, no rural se come com menos, não que se coma menos, mas nas grandes cidades, você para comer tem que ir ao supermercado, aqui há casas, como a minha mesmo, temos tomates, pimentos, com isso não se come, mas ajuda, logo tem outras que tem uma horta, tomate, pimento, que lhe oferecem, quando chegamos a sua casa, no rural, nos campos, se vive com menos dinheiro que nas capitais (...) eu aqui, no povoado, na minha casa, por exemplo, pago uma contribuição anual, pago o que gasto, gastando o menos possível. Eu creio que no rural se vive melhor, se vive mais tranquilo (...) os gastos aqui são menores que na capital, seguro (Morador de Marinaleda, 2014).

No entanto, divergências são o que não faltam a respeito das causas do desenvolvimento social e econômico e da condição de pleno emprego anunciado pelo poder público do povoado de Marinaleda, especialmente, atribuídas pela oposição, particularmente, pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e pelo Partido Popular (PP) a um programa de transferências correntes e de capital promovidos pelo Conselho Provincial de Sevilla, pelo Conselho da Andaluzia e Governo Central para a composição do orçamento municipal do povoado, além do fato de que cerca de 700 trabalhadores serem segurados pelo Plano de Emprego Agrícola (PER) ¹⁷¹.

A partir dessas críticas, o seu desenvolvimento social e econômico seria ocasionado não por fatores endógenos, mas por fatores exógenos ou subvencionado artificialmente. Contudo, mesmo que ocorrendo tais transferências de recursos estas podem ser compreendidas não como um ato voluntário dos organismos estatais, especialmente, da Junta de Andaluzia, mas como a continuidade de um processo de luta política desencadeada desde meados da década de 1980 e que encontra continuidade nos dias atuais mediante marchas, atos públicos e protestos, constantemente, verificados nos noticiários locais.

Considerações Finais

Apesar de Marinaleda ter se constituído uma singularidade, chamando a atenção da mídia espanhola e internacional ao não ser ao menos tão profundamente impactada pela crise do capitalismo neoliberal de 2008, o que gerou uma série de reportagens sobre essa localidade, o modelo de desenvolvimento social, econômico e político implementado no povoado pelo Coletivo Unitário de Trabalhadores – Bloco Andaluz de Esquerda (CUT-BAI)

¹⁷¹ O Plano de Emprego Rural (PER) foi instituído por Felipe González, em 1984, a fim de reduzir a miséria no meio rural, transferindo para aos municípios para realizarem, contratando trabalhadores desempregado.

ou Izquierda Unida, que vem sendo desenvolvido desde meados da década de 1980 e que encontra enormes semelhanças com as modalidades de luta e paradigmas de desenvolvimento rural implementados pelos movimentos sociais camponeses em seus projetos de assentamento rural, permaneceu restrito a esta espacialidade, não se expandindo por outros municípios andaluzes, apesar dos inúmeros processos de ocupação engendrados pelo Sindicato dos Obreros del Campo (SOC), a exemplo, de Somonte .

Ao que tudo indica, o Alcaide Juan Manuel Sánches Gordillo, aparentemente, uma pessoa abatida pelos anos de luta política, tem estabelecido nesta espacialidade, um exacerbado personalismo e centralismo político, coadunado com consultas populares, interferindo e influenciando todas as relações políticas e produtivas do povoado, que passam desde o exercício do poder executivo municipal, pelo parlamentar, o controle sobre o Conselho Municipal e que atinge ainda o Sindicato dos Obreros del Campo (SOC) e a Cooperativa Humar – Marinaleda SCA, não concedendo, dessa maneira, espaço de atuação política para os partidos que lhe fazem oposição.

Embora que pese as críticas desferidas ao Alcaide Juan Manuel Sánches Gordillo, especialmente, atribuídas relação ao seu personalismo e centralismo político, o povoado andaluz de Marinaleda, com sua luta pela terra, com a implementação de seu sistema cooperativista, que abarcam ainda programas de moradias populares, o compartilhamento do trabalho agrícola denominado “cultivos sociais”, engendra não somente um modelo alternativo aos paradigmas estabelecidos de administração pública, configurando-se não somente, como uma utopia para paz, mas como uma alternativa aos mercados, como a tentativa de criar uma realidade social mais justa e igualitária, onde as relações sociais não são pautadas pelo domínio da propriedade privada dos meios de produção, especialmente, da terra e do espaço urbano, mas pelo espírito coletivo e cooperativista de sua população, vilarejo andaluz onde as palavras-chave são solidariedade e singularidade.

Apesar de verificadas suas contradições internas, inerentes a qualquer sistema, o povoado conseguiu adotando outros valores, demonstrando que um modelo alternativo de sociedade é possível e desenvolvendo um dispositivo político, econômico e social original, que fez estancar o desemprego sistêmico, cessando a imigração e atraindo antigos moradores. O engajamento dos moradores da aldeia andaluz sob a liderança de um sindicalista possibilitou colocar em curso uma verdadeira experiência política e econômica, em uma espécie de ilha comunista de resistência no centro dos campos capitalistas andaluzes e na sociedade do consumo urbano espanhola, superando as sucessivas crises do mercado neoliberal.

Referências

- ALMEIDA, R. A. de. **A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**, 2014.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, nº. 31, pp. 37-49, set./dez. 1997.
- BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.
- BRENNEISEN, E. C. **Relações de Poder, Dominação e Resistência: A Organização Social e da Produção em Assentamentos Rurais na Região Oeste do Paraná**. 2000. 280 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), São Paulo.
- ESPANHA. **Constitución Española**, 1978.
- ETGES, V. E. Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, nº. 18, pp. 23-26, maio/1991.
- FABRINI, J. E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, nº. 19, pp. 75-94 jul./dez. 2002.
- FABRINI, J. E. Território, Classe e Movimentos Sociais no Campo. **Revista da ANPEGE**, vol. 7, nº. 7, pp. 97-112, jan./jul. 2011.
- FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: UNIARA, pp. 27-52, 2008.
- FERRANTE, V. L. S. B. *et al.* Reforma agrária e “desenvolvimento como liberdade”: Uma nova visão sobre os assentamentos rurais do estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: NUPEDOR/UNESP-UNIARA, nº. 10, pp. 19-43, 2006.
- JUNTA DA ANDALUCÍA. Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía, Sistema de Informação Multiterritorial da Andaluzia, Marinaleda, 2013.
- LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MORAIS, C. S. de. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. Caderno de Formação, nº. 11. São Paulo: MST, Secretaria Nacional, 1986.
- MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.11/12, pp. 86-93, abr./jun., 1997.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

- OLIVEIRA, A. U. **A geografia e os movimentos sociais**. São Paulo: USP (digitado), 2007a.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007b.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SEGRE, M. **Aprofunda-se a crise na Espanha e a solução favorece o capital**. 30/05/2013.
- SOC. Sindicato de Obreros del Campo. **Estatuto**, 1977.
- SOUZA, E. J. S. Os seis principais movimentos de luta pela terra no Brasil: A CPT como movimento socioterritorial. **NERA**. Presidente Prudente, nº. 17, maio, 2009a.
- SOUZA, J. G. de. **Questão de Método**: a homogeneização territorial paulista. Tese (Livre Docência) – UNESP/FCAV, Jaboticabal, 2008.
- SOUZA, J. G. de. Limites do Território. **Agrária**, São Paulo, nº. 10/11, pp. 99- 30, 2009b.
- TALEGO VÁZQUEZ, F. Cultura del Trabajo jornalera, discurso político y liderazgo: El caso del poder popular de Marinaleda. **Revista de Antropología Social**, Madrid, nº. 4, pp.131-151, 1995.
- TALEGO VÁZQUEZ, F. La memoria y la tierra en el imaginario de los jornaleros andaluces. In: **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**. (coord.) Marta Soler Montiel; Carmen Guerrero Quintero; Román Fernández-Baca Casares (dir.), pp. 62-81, 2010. 62-81
- THOMAZ JÚNIOR, A. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho, **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 5, nº. 1 e 2, pp. 9-29, nov./2004.
- TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta**: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.
- VERGÉS BARTRA, A. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, Coleção Vozes do Campo, 2011.

Websites visitados:

<http://www.marinaleda.es>
<http://www.marinaleda.com>
<http://www.cooperativamarinaleda.es>
<http://www.sindicatoandaluz.org>

Agradecimento

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento desta pesquisa